

LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
LUCIANO LOURENÇO
NORBERTO SANTOS
PAULO NOSSA
(COORDS.)

GEOGRAFIA, TURISMO E TERRITÓRIO

LIVRO DE HOMENAGEM A
FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO

IMPRESA DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

Trata-se de um livro de homenagem a uma geógrafa de elevado mérito académico, científico e pedagógico que recentemente atingiu o momento da sua jubilação na Universidade de Coimbra, onde trabalhou durante mais de quarenta anos. As suas áreas de interesse científico vão da Geografia Humana (Geografia da População; Geografia Cultural e, nomeadamente, a Geografia Literária; o Ordenamento do Território e o Desenvolvimento Local) aos Estudos sobre o Turismo.

Por isso, neste livro de Homenagem, que reúne 28 trabalhos de 40 autores, são tratados estes temas, dando uma panorâmica recente e actualizada dos estudos de Geografia Humana e de Turismo, de grande utilidade para investigadores, docentes e estudantes destas áreas científicas.

Ge  grafias

I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U

EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

ESTRUTURA EDITORIAL

Luciano Lourenço
João Luís Fernandes
Adélia Nunes
Fátima Velez de Castro

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Imprensa da Universidade de Coimbra

CONCEÇÃO GRÁFICA

Imprensa da Universidade de Coimbra

REVISÃO TEXTUAL

Maria Manuel Almeida

IMAGEM DA CAPA

Fernanda Delgado Cravidão no Congresso "Narrativas da Paisagem: o olhar da Geografia, do Cinema e da Literatura", realizado em Fevereiro de 2013, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra by Fátima Velez de Castro

INFOGRAFIA DA CAPA

Mickael Silva

PRÉ-IMPRESSÃO

Jorge Neves

PRINT BY

KDP

ISBN

978-989-26-2057-2

ISBN DIGITAL

978-989-26-2058-9

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-2058-9>

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

DEPARTAMENTO
DE GEOGRAFIA
E TURISMO

LÚCIO CUNHA
PAULA SANTANA
LUCIANO LOURENÇO
NORBERTO SANTOS
PAULO NOSSA
(COORDS.)

GEOGRAFIA, TURISMO E TERRITÓRIO

LIVRO DE HOMENAGEM A
FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO

IMPrensa DA
UNIVERSIDADE
DE COIMBRA
COIMBRA
UNIVERSITY
PRESS

(Página deixada propositadamente em branco)



(Página deixada propositadamente em branco)

SUMÁRIO

Fernanda Delgado Cravidão: geógrafa, professora e investigadora 11

GEOGRAFIA

A floresta na Região Centro – sustentabilidade e segurança 25

ANTÓNIO CAMPAR DE ALMEIDA, ADÉLIA NUNES E ALBANO FIGUEIREDO

Desenvolvimento regional: questões e questionamentos sobre o conceito
a partir de estudos de caso 53

ELISEU SAVÉRIO SPOSITO E EDSON MANFRE

“*Welcome [to] the Visitor*”. As dimensões da multiculturalidade
e da diversidade cultural na geografia das migrações 85

FÁTIMA VELEZ DE CASTRO

Município da Pampilhosa da Serra, um autêntico tratado
de património geomorfológico 103

LUCIANO LOURENÇO

Religião, comunidades e territorialidades. Estudo de caso de diferentes
comunidades católicas na Diocese de Coimbra 131

MARGARIDA FRANCA

Água, ambiente e cidadania 161

MARIA DE LURDES ROXO MATEUS

Padrões de distribuição geográfica e migrações internas da população estrangeira residente em Portugal (2005-2011)	175
MARIA LUCINDA FONSECA	
ZEE-Br163: a validade do zoneamento ecológico e econômico na calha do Rio Amazonas	197
MESSIAS MODESTO DOS PASSOS	
Recomposições territoriais do envelhecimento em Portugal	221
MIGUEL PADEIRO	
A esperança de vida em Portugal	243
PAULA SANTANA, HELENA NOGUEIRA, RICARDO ALMENDRA	
Território(s): o seu significado na leitura e interpretação das dinâmicas populacionais	267
PAULO NUNO NOSSA	
Densidades populacionais e territórios em mutação.	285
TERESA SÁ MARQUES, FÁTIMA MATOS, CATARINA MAIA, DIOGO RIBEIRO	

GEOGRAFIA LITERÁRIA

A tentação marítima em Miguel Torga.	311
CRISTINA ROBALO CORDEIRO	
José Jorge Letria: Geografia poética de <i>os lugares cativos</i>	327
MARIA DO CÉU FIALHO	
Fernando Namora: Geografia, Literatura e a leitura do País.	337
RUI JACINTO	
Geografia e Literatura, paisagem e religião: em <i>memórias de um sargento de milícias</i> (1854)	361
ZENY ROSENDAHL	

ESTUDOS DE TURISMO

- Turismo, promoção da paz e desenvolvimento regional e de Angola. O exemplo da área transfronteiriça do Okavango-Zambeze – KAZA. 375
AMÉLIA CAZALMA, LÚCIO CUNHA
- La tradición viajera por España y Portugal: los fundamentos del turismo cultural 393
ANTONIO-JOSÉ CAMPESINO FERNÁNDEZ
- O despertar do turismo na Córsega. 411
CARMINDA CAVACO
- Turismo e espaço: os insumos como elemento de interpretação geográfica. 459
EDNA MARIA FURTADO, JOÃO MENDES DA ROCHA NETO
- Memórias e inscrições de uma viagem a *Ellis Island* (Nova Iorque) 481
JOÃO LUÍS J. FERNANDES
- Doutoramentos e mestrados em turismo e hotelaria: um olhar 499
JORGE UMBELINO
- A rede de castelos e muralhas do Mondego. Um retrato histórico-cartográfico da cintura medieva numa geografia poligonal guardiã do palimpsesto Aeminiense 517
JOSÉ GOMES DOS SANTOS
- Turista e a feira do alecrim em Natal 547
MÁRCIO MORAES VALENÇA
- Enquadramento institucional do povoamento da Gândara na Época Moderna 563
MARGARIDA SOBRAL NETO
- Todo o turismo é cultural...até o da Rota Vicentina 581
MÓNICA MORAIS DE BRITO
- O turismo como objecto de estudo académico 603
NOÉMI MARUJO

Turismo, ambiente e território. A influência do percurso científico de Fernanda Cravidão	623
NORBERTO SANTOS, LÚCIO CUNHA	
O papel do <i>marketing</i> na dinâmica do turismo	655
NUNO ALMEIDA	
Jardins: da patrimonialização à turistificação. O caso do jardim do Palácio de Fronteira em Lisboa	673
SUSANA SILVA E PAULO CARVALHO	
Texto de agradecimento e homenagem de Lucília Caetano	699
Publicações de Fernanda Cravidão.	701

FERNANDA DELGADO CRAVIDÃO

Geógrafa

Doutorada em 1988

Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, desde 1997

Docente no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras

Jubilada em dezembro de 2018

Investigadora no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

ÁREAS DE INTERESSE CIENTÍFICO

Geografia Humana

Geografia da População

Turismo

Cultura

Ordenamento do Território

Desenvolvimento Local

Publicou cerca de 250 trabalhos, livros, artigos e atas publicados em diversos países: Brasil, Estados Unidos, Espanha, Argentina, Reino Unido, Índia, Israel, Suécia, entre outros.

Seleção de alguns elementos considerados mais relevantes

CARGOS EM REPRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA E EM REDES INTERNACIONAIS, INTEGRANDO GRUPOS DE TRABALHO

Membro da Rede UNESCO/Unitwin *Culture, Tourism and Development*, University Paris 1 Phantéon Sorbonne

Académica correspondente da Academia das Ciências de Lisboa – Secção História e Geografia, desde fevereiro de 2016.

Gestora da Cátedra da UNESCO/Unitwin *Culture, Tourism and Development*, University Paris 1 Phantéon Sorbonne (2012-2018)

Full-Member of IGU *Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality in the Early 21st Century World (2000-2012)*

Membro do Comité Científico da Fundação Tóquio (Bolsas Sylff), Universidade de Coimbra (1998/2005)

Membro da Task Force América Latina, Grupo de Coimbra, a convite da Reitoria da Universidade de Coimbra

Secretária permanente do Pólo Universitário Transfronteiriço da Comunidade de Castela e León e da Região Centro de Portugal (de 17 de abril de 1997 a maio de 1999)

Secretária Geral da Comissão Nacional de Geografia (de janeiro de 2000 a janeiro de 2004)

GESTÃO UNIVERSITÁRIA

Presidente do Conselho Científico da Faculdade de Letras de Coimbra (de setembro de 1998 a setembro de 2000).

Presidente da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (de 3 de fevereiro de 1994 a 12 de fevereiro de 1996).

Coordenadora do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território – CEGOT (2008-2011).

Diretora do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (de 1995 a 1998).

Diretora do Mestrado em Geografia e Desenvolvimento (2001/2003; 2004/2006; 2006/2008).

Coordenadora da Licenciatura em Turismo, Lazer e Património, Faculdade de Letras (de 2001 a 2007).

Coordenadora do Mestrado em Turismo, Lazer e Património (2004-2010).

Coordenadora do Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura (2008-2017). Neste âmbito foi responsável pelos diversos cursos que decorreram no Ministério do Turismo em Angola e no SESC em Fortaleza (Brasil).

Membro da Assembleia da Faculdade de Letras (2011-2013).

Presidente da comissão organizadora do Congresso Internacional – *Turismo, Lazer e cultura. Destinos, Sustentabilidade e Competitividade*. Coimbra 27 a 20 de setembro (2011).

Presidente da Comissão Científica de Geografia (de outubro de 1997 a outubro de 1998 e de setembro 2002 a setembro de 2003).

Vogal do Conselho Diretivo da FLUC (de 1992 a 1995).

Membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (de 1989 a 2016).

Membro do Conselho Diretivo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (de 25 de junho de 1990 a 3 de fevereiro de 1992).

Membro do Conselho Pedagógico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1989-1990).

Membro da Assembleia de Representantes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (de 1984 a 1996).

Secretária do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1975-1980) e (1983-1985).

**COLABORAÇÕES COM UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS E NACIONAIS,
QUER COMO DOCENTE, QUER COMO COORDENADORA DE CURSOS**

Coordenadora do Curso Internacional Turismo e Cultura, em novembro de 2012 e março de 2013, na Universidade Federal de Belém do Pará, no âmbito do protocolo assinado entre aquela Instituição, a Secretaria de Estado do Turismo do Pará (SETUR) e a Universidade de Coimbra.

Membro do Programa de Pós-graduação Produção do Espaço Geográfico, tendo ministrado o curso Turismo, Território e Desenvolvimento, na Universidade Estadual Paulista Campus de Presidente Prudente (Brasil), de 12 a 24 de abril de 2004.

Colaboradora no Programa de Pós-graduação Turismo e Desenvolvimento, ministrou o curso Turismo, Território e Desenvolvimento, na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Santa Catarina (Brasil), de 25 a 27 de Abril de 2004.

Colaboradora no Programa de Pós-graduação de Turismo, com a Universidade Federal de Belém do Pará (Brasil), em setembro de 2009.

Participou no Programa de Formação Avançada, lecionando o curso Métodos de Investigação em Turismo e Desenvolvimento Sustentável, na Universidade Federal de Belém do Pará (Brasil), de 10 a 17 de abril de 2010.

Colaboração com a SECS (Brasil) no programa de Doutorado Turismo, Lazer e Cultura, em 2011.

Professora convidada de 5 a 31 de janeiro de 2013, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Desenvolveu várias atividades de colaboração no curso de Turismo em Teresópolis e lecionou no curso de pós-graduação – mestrado e doutoramento na UERJ, com coordenação da Professora Zeny Rosendahl.

Colaboração, como professora convidada, com a Universidade Fluminense, Salão Estadual de Turismo do Rio de Janeiro no seminário Inovação, Gestão Responsável e Boas Práticas em Turismo.

Colaborou, em 2014, como convidada no programa de pós-doutorado da Universidade Estadual Paulista (UNESP), curso de doutoramento com a palestra: *Paisagem, Território e Turismo: a centralidade da Geografia.*

Membro do Conselho Científico do Centro de Estudos Ibéricos (Guarda).

Membro de Asociación de Demografía Histórica (Madrid).

Membro da Comissão Nacional de Geografia.

Membro da Comissão Consultiva para a Avaliação das Universidades Portuguesas (desde 2002).

Colaboração com diversas Universidades Estrangeiras: Universidades de USP (S. Paulo), Presidente Prudente, Rio Grande do Norte e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (todas do Brasil); Universidades em Barcelona, em Salamanca e em León, (em Espanha); Universidades em Los Angeles (UCLA) e Kansas City (nos Estados Unidos da América); em New Delhi (Índia), em Rabat (Marrocos), em Havana (Cuba) e na Argentina.

COLABORAÇÃO EM ARBITRAGEM CIENTÍFICA DE REVISTAS CIENTÍFICAS E MEMBRO DO CONSELHO CIENTÍFICO

Membro do conselho de redação da revista *Cadernos de Geografia* do Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra.

Consultora científica da Revista Portuguesa de Geografia *Finisterra*. Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Membro do conselho de redação da revista *Vivência* do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Rio Grande do Norte (Brasil).

Membro do conselho de redação da revista *Turismo e Desenvolvimento da* Universidade de Aveiro.

Membro do corpo editorial da *Revista Espaço e Cultura* da Universidade do Rio de Janeiro (Brasil).

Consultora científica da Revista *Portuguese Journal of Management Studies Technical* da Universidade de Lisboa.

Membro do conselho científico da Revista *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

COLABORAÇÃO EM COMISSÕES CIENTÍFICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS DE CONGRESSOS E REUNIÕES CIENTÍFICAS

Membro do Comité Científico da Fundação Tóquio (Bolsas Sylff), Universidade de Coimbra.

Membro da Comissão Científica de todos os Colóquios Ibéricos de Geografia.

Membro da Comissão Científica de todos os Congressos da Geografia Portuguesa.

Presidente da Comissão Organizadora do 5th Internacional Congress, UNESCO Chair Unitwin Network “Culture, Tourism Development”. Organização do Departamento de Geografia e Turismo, Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Coimbra, com tema *Local identity and tourism management on World Heritage Sites*, 18-22 abril 2017.

Membro da Comissão Científica das 1^{as} jornadas de Arqueologia e Património, entre a Estrela e o Tejo, paisagens de destinos e de passagens”, Fundão, 28-30 abril 2017.

Membro da Comissão Organizadora do Seminário Cartografar Quem Somos? As novas Geografias dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da 19^a Semana Cultural da Universidade de Coimbra, março de 2017.

Membro da Comissão Científica do Congresso Turismo e História organizado pela Universidade de Algarve e Universidade da Baía (Brasil), março de 2016.

Membro da Comissão Científica do Congresso Mar/Água – Coimbra, organizado pelo CEGOT, março de 2016.

Membro da Comissão Organizadora do Seminário No princípio era o Mapa: as novas Geografias dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da Semana Cultural da Universidade de Coimbra, março de 2016.

Membro da Comissão Científica do 4rd Internacional Congress, UNESCO Chair Unitwin Network “Culture, Tourism Development”, organizado pela Universidade de Budapeste e ICOMOS, Budapeste, 13-17 junho 2015.

Membro da Comissão Organizadora do Seminário (Re) encontros em tempos de (Des)Encontros: As novas Geografias dos Países de Língua Oficial Portuguesa, no âmbito da Semana Cultural da Universidade de Coimbra, abril de 2015.

Membro da Comissão Científica do Congresso INVTUR, organizado pela Universidade de Aveiro, maio de 2014.

Membro da Comissão Científica do Congresso GEOSAUDE organizado pela Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia, CEGOT, maio de 2014.

Membro da Comissão Científica do 1º Encontro Internacional do CEGOT, organizado pela Universidade do Porto, 4, 5 e 6 de março de 2013.

Membro da Comissão Científica do Congresso Narrativas da Paisagem – O olhar da Geografia, do Cinema e da Literatura, Coimbra, 20 e 21 de fevereiro de 2013.

Membro da Comissão Científica do Congresso INVTUR, organizado pela Universidade de Aveiro, 2012.

Membro da Comissão Científica da reunião anual da IGU Commission on Evolving Issues of Geographical Marginality, subordinada ao tema geral Globalização e Marginalidade, realizada na Universidade Federal de Rio Grande do Norte, em Natal, Brasil, setembro de 2005.

Membro da Comissão Científica e Organizadora do primeiro colóquio organizado no âmbito da Licenciatura em Turismo, Lazer e Património – Turismo, Cultura e Recursos Humanos, 20 de abril de 2005.

Membro da Comissão Científica do IV Encontro Internacional – Território e trajetórias de Desenvolvimento, organizado pelo Instituto de Estudos Geográficos e Centro de Estudos Geográficos de Coimbra, em Coimbra, 16 de maio de 2003.

Membro da Comissão Científica do III Colóquio de Geografia de Coimbra, março de 2001.

Membro da Comissão Executiva da IGU Regional Conference realizada em Portugal, 1998.

ORIENTAÇÕES DE DISSERTAÇÕES DE MESTRADO, TESES DE DOUTORAMENTO, PROJETOS DE PÓS-DOUTORAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM JÚRIS

Orientação de mais 70 teses de mestrado e doutoramento, bem como de estágios de pós-doutoramento, em vários países.

Integrou cerca de 240 júris de provas de mestrado, doutoramento, agregação, bem como de concursos para professor catedrático, associado e auxiliar em todas as universidades portuguesas e também internacionais: Salamanca, Barcelona (Espanha) Universidade Federal de Belém do Pará, Univali, Santa Catarina, Universidade Fluminense, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, todas no Brasil, Aligarhi, Nova Delhi (India).

Teses de Mestrado Orientadas e Concluídas (Títulos)

A construção europeia.

A Demografia da Beira Interior Norte, População e Povoamento.

A educação ambiental pela Arte, Mestrado em Educação ambiental.

A Gafanha – Os homens, o Tempo e Espaço.

A importância da alimentação num contexto educativo. Uma opção formativa para os jovens. O Caso dos Agrupamentos de Escolas do Município de Cantanhede.

A importância do Lazer na qualidade de vida dos Idosos.

A importância dos Museus para a construção da cidadania (Concelho de Cantanhede).

A Informática no Ensino da Geografia.

A Residência Secundária no Âmbito da Geografia dos Tempos Livres – análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia da Vieira.

Áreas Periféricas em Portugal – Análise de alguns casos.

Caminhos de Santiago. Impactos na atividade turística local e regional.

Caracterização da população que apoia o idoso. O caso da Região Centro.

Construção da Cidade Utópica: Planeamento, Planos e Perceção. Coimbra da Realidade à Utopia. Cidade e Utopia.

Crescimento Demográfico e Planeamento do Território – S. Tomé e Príncipe.

Emigração na Ilha Graciosa.

Esta é a minha rua. O Rio Como Património em Belém do Pará.

Expressão Geográfica da Fecundidade em Portugal.

Expressão geográfica da Mortalidade em Portugal Continental Portugal – Análise da difusão espacial da SIDA e da hepatite B.

Futuro de Portugal numa Europa Alargada.

Gestão de Resíduos Hospitalares – O caso do centro de Saúde de Pombal e suas Extensões.

Mortalidade Infantil em Portugal – Análise de um século. Faculdade de Medicina.

O Consumo de Drogas em Meio Escolar. Contributo Para Uma Análise Geográfica do Problema.

O envelhecimento da População e a prestação de cuidados continuados. O caso do Centro de Saúde Celas em Coimbra

O Hospital Rovisco Pais – um espaço de inovação -a sua importância na estruturação do povoamento da região da Tocha.

O Maciço Calcário Estremenho – o olhar de um geógrafo.

O Sobrenvelhecimento em Portugal e a Qualidade de vida. Faculdade de Medicina de Coimbra.

O Termalismo no Âmbito da Geografia dos Tempos Livres – O caso da estância termal de S: Pedro do Sul.

O turismo como fator de desenvolvimento regional. O caso da Ilha do Faial.

O Turismo lido pela Imprensa Regional: O caso de Seia.

O turismo Na Região demarcada do Douro.

O turismo rural como fator de desenvolvimento local/regional.

Os eventos como fator de valorização e dinamização do património Cultural. O caso das capitais europeias da cultura.

Os Museus e a afirmação das cidades: Um estudo entre Coimbra e Salamanca.

Património e Cultura: um caminho para o desenvolvimento.

Portugal e Europa do Outro – o caso dos Imigrantes da Europa de Leste no Concelho de Vila Viçosa.

Seia: o que parece ser e não é. Contributos para o desenvolvimento da atividade turística.

Terciarização em Espaços Rurais – Análise de duas freguesias do concelho de Cantanhede: Febres e Tocha.

Termalismo e dinâmica territorial. O caso das Termas de Vidago.

Trilhos Gastronómicos na Serra de Montemuro.

Turismo, Cultura e Inovação: caso do concelho de Cantanhede.

Teses de Doutoramento Orientadas e Concluídas (Títulos)

A análise da relação procura/oferta nos Serviços de a saúde em Portugal.

A Geografia da Religião em Portugal. A expressão territorial da identidade religiosa da População católica portuguesa. Estudo do caso na diocese de Coimbra.

A reestruturação produtiva e as novas formas de organização do trabalho: a experiência do transporte alternativo (coorientação).

As políticas de Turismo no Brasil. Tomada de decisão e análise das estruturas de governança nos destinos turísticos de Armação de Búzios e Parati, Estado do Rio de Janeiro.

Autenticidade e Centros Históricos Património Mundial. Contributo para explicar a redundância – uma abordagem multigrupos.

Desenvolvimento do Turismo em Luanda. Turismo de Negócios, Gestão e Sustentabilidade (coorientação).

Dinâmicas territoriais em áreas de turismo balneares: a região em Portugal caso da Praia de Mira e Praia de Palheiros da Tocha.

Do Rural ao Urbano – O caso dos Campos de Coimbra (coorientação).

Imagem, Qualidade, Satisfação e Lealdade: Modelo Integrador para o Touring em Portugal.

Imigração e desenvolvimento regional na raia: o caso do Alentejo (Portugal) e da Extremadura (Espanha).

Novas formas de mobilidade num mundo em mudança – O caso dos imigrantes brasileiros em Portugal.

O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação para a inclusão de comunidades e promoção da paz. O caso: Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze – componente Angolana – ATFC KAZA/Angola (coorientação).

Património cultural e trajetórias de desenvolvimento em áreas de montanha. O exemplo da Serra da Lousã.

Planeando para o Turismo Sustentável. Contributo para o Desenvolvimento turístico do município de Odemira.

Território, Desenvolvimento e Áreas protegidas A rede de áreas protegidas em Portugal. Estudo da Serra de Aire e Candeeiros.

Turismo em ambientes costeiros. Análise comparativa do Recôncavo brasileiro e do Centro Litoral português (coorientação).

Turismo, Território e Espiritualidade. O caso de Fátima.

Turismo, Turismo Acessível e Património Cultural – um estudo de caso sobre acessibilidade do Museu Machado de Castro e Museu de Leiria-Portugal.

(Página deixada propositadamente em branco)

GEOGRAFIAS

(Página deixada propositadamente em branco)

A FLORESTA NA REGIÃO CENTRO – SUSTENTABILIDADE E SEGURANÇA

A. Campar de Almeida, Adélia Nunes, Albano Figueiredo

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras

campar@fl.uc.pt

adelia.nunes@gmail.com

geofiguc@gmail.com

Resumo: A Região Centro, em termos de uso e ocupação do solo, é maioritariamente constituída por floresta, em regra monoespecífica, de eucalipto ou pinheiro-bravo. Por serem espécies muito combustíveis têm facilitado a propagação de grandes incêndios, de tal modo que entre 1980 e 2018 já ardeu uma área equivalente ao dobro da área florestal. O domínio destas florestas, nomeadamente os eucaliptais, contribui para uma redução da capacidade de provisão de serviços dos ecossistemas, nomeadamente a menor capacidade de sequestro de carbono ou a perda de biodiversidade, quando comparadas com as florestas caducifólias nativas de carvalhos. No entanto, continua a ser preconizado pelos PROF de 2019 o aumento da plantação de eucaliptos em vários concelhos da Região Centro, decerto para acompanhar o aumento contínuo da capacidade de produção de papel e pasta, por parte da indústria papelreira. Ainda que a madeira de eucalipto apresente um preço inferior à maioria das outras espécies florestais, este tem a vantagem de proporcionar uma rotação muito mais rápida, o que compensa economicamente o produtor. No entanto, a nível nacional, os postos de trabalho ligados à fileira industrial desta espécie são cerca de 6 vezes inferiores aos ligados à cortiça e mobiliário, carpintaria e serração. Considerando a importância dos incêndios florestais na Região Centro, ao nível da segurança de pessoas em meio florestal preconiza-se a construção de edifícios resistentes ao fogo e ao fumo, em aldeias com

população que a justifique, assim como a envolvimento de casas e povoações por espaços agrícolas ou manchas de caducifólias, de combustão mais lenta. Neste contexto, e ainda como forma de reduzir os impactos associados ao domínio de florestas monoespecíficas em vastas extensões, ainda que seja possível que cada proprietário possa ter uma percentagem da sua propriedade florestal ocupada com espécies inflamáveis de crescimento rápido, uma parte significativa deve estar associada a espécies de baixa inflamabilidade/combustibilidade. Mudança que exige legislação dedicada e o cadastro completo das propriedades.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Segurança; Floresta monoespecífica; Espécies invasoras; Eucaliptos.

Abstract: Considering land use, the Centro Region of Portugal exhibits a clear dominance of the forest. Predominantly monospecific, forest is mostly dedicated to eucalyptus or maritime pine, fire prone species that have facilitated fire propagation in big wildfires. Such context helps to clarify why the total area affected by wildfire between 1980 and 2018 is the double of the current forest area. The dominance of such evergreen forests, especially the eucalyptus ones, contribute to a deep reduction on the capacity to provide ecosystem forest related services when compared with the potential deciduous oak forests, namely the lowering capacity to carbon sink or the reduced biodiversity. Even though, eucalyptus maintains the reference as a good option to forestry in regional plans dedicated to forest management in 2019 (PROF), where the expansion of such forest is preconized in different municipalities of this region. A situation that is not only in line with the higher demand by the paper industry of the region but also promoted by the chance to have higher income by the producers at short term, considering the short rotation of the eucalyptus forests for pulp production. A decision that ignores not only the risk of fire and loss of ecosystem services, but also the loss of jobs, once the number of jobs related to the eucalyptus forests is 6 times lower comparing to the exploitation of other forest types. Considering the frequency and area affected by wildfires each year, safety regulations in areas dominated by forest should promote infrastructures resistant to fire and smoke, and ensure that settlements are surrounded by uses of low inflamability and combustibility, namely agriculture and deciduous forests. In this context, and aiming to reduce impacts associated to the dominance of vast extensions of monoes-

pecific forests, each forest producer should be pressed to have areas with low inflammability, a measure that needs updated databases for land ownership and specific regulation.

Keywords: Sustainability; Security; Mono-specific forest; Invasive species; Eucalyptus.

1. Introdução

O ano de 2017 veio mostrar claramente que o tipo de floresta que existe na Região Centro não se apresenta como um modelo de silvicultura equilibrada, tanto ecológica como economicamente. Ecologicamente porque ao apostar-se em matas monoespecíficas de espécies exóticas de rápido crescimento contraria-se a tendência natural para a multiplicidade específica, a criação e manutenção de solo, a retenção da água, a biodiversidade botânica e faunística e a estética paisagística. Economicamente porque a frequência e extensão dos incêndios florestais vão subtraindo o retorno esperado por uma aposta de investimento imediatista do lucro e porque o abandono da floresta e a incúria dos proprietários levam a que a exploração florestal, mesmo das espécies de crescimento rápido, não atinja os valores expectáveis.

De acordo com a Carta de Ocupação do Solo de 2015, o uso florestal do solo representa o uso dominante em Portugal continental, ocupando 39% do território. Na região Centro é a ocupação preponderante na maioria dos municípios, numa percentagem média de 38,8%, para o ano de 2015 (INE, 2019), verificando-se que o coberto florestal é maioritariamente constituído por 2 espécies florestais, o pinheiro-bravo e o eucalipto, conhecidos pela sua elevada inflamabilidade e combustibilidade (AFN-DNDE, 2011). De facto, em Portugal, num passado recente que compreende o período de 1980-2018, foram percorridos pelas chamas cerca de 4 600 000 hectares, sendo que na Região Centro a área ardida total foi de 2 360 000 ha, ou seja, cerca de metade do total nacional e mais do dobro da área florestal da região (1 093 100 ha em 2015). Aquele valor (51%) assume, ainda, maior relevância quando comparada a dimensão espacial desta unidade territorial com a área total nacional, sendo

que a mesma apenas abrange 31% do território nacional continental. Com efeito, no período em análise, a percentagem de área percorrida pelos incêndios, relativamente ao total nacional, oscilou entre os 24%, em 2004, e os 79%, em 2017. Este ano assumiu-se como verdadeiramente catastrófico para esta região, pois no total arderam 424 960 ha (Pordata, 2019) e pereceram mais de uma centena de pessoas. Para o período em análise cerca de 83% do território da Região Centro já foi percorrido pelas chamas, pelo menos uma vez.

As assimetrias espaciais na Região Centro são, todavia, extraordinariamente significativas. Em termos absolutos os municípios da Guarda e do Sabugal já ultrapassaram 100 000 ha, em contraste com o do Entroncamento com apenas 3 dezenas de hectares ardidos. Em termos relativos, ou seja, relacionando a área do município com a percorrida pelos incêndios, os valores obtidos são ainda mais contrastantes. Os máximos obtidos correspondem a Gouveia (224,6%), Seia (191,6%), Pampilhosa da Serra (189,7%), Mação (188,1%) e Arganil (185,1%). Contrariamente, em Ílhavo, Entroncamento e Murtosa a percentagem de área percorrida pelas chamas situa-se abaixo dos 2%.

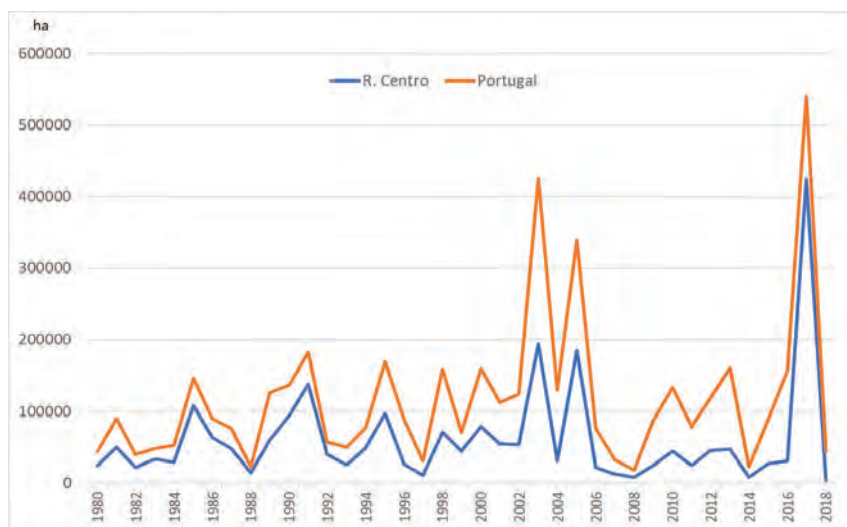


Fig. 1 – Evolução da área ardida em Portugal continental e na Região Centro (1980-2017) (Fonte dos dados: ICNF e Pordata).

Como já foi referido, a composição das florestas que dominam a paisagem florestal da Região Centro é considerada como um dos fatores que contribui para o reforço do risco de incêndio, uma vez que tanto os pinhais como os eucaliptais são considerados como altamente inflamáveis e combustíveis (Xanthopoulos *et al.*, 2012). Contudo, Fernandes & Guiomar (2018) não identificaram uma clara relação entre o aumento da área ocupada por eucaliptais e o regime do fogo em Portugal no período 1980-2017, resultado que os autores associaram à gestão a que os eucaliptais de produção estão sujeitos, nomeadamente em termos de gestão de combustível. Apesar deste resultado, e tendo em conta o comportamento do fogo descrito nos incêndios em 2017, a grande mancha contínua de eucaliptal que existe atualmente na Região Centro (Fig. 2) coloca um grande desafio à gestão em caso de incêndio florestal, tanto mais que existe risco relativo a fogos de alta intensidade (Fernandes *et al.*, 2011). Esta preocupação ganha reforçada importância se considerarmos que os cenários climáticos produzidos para a Região Centro apresentam um aumento do número de dias com risco meteorológico de incêndio elevado e muito elevado para todos os cenários e janelas temporais (Figueiredo *et al.*, 2017). Além disso, deve ainda considerar-se o impacto que a redução prevista dos totais pluviométricos médios terá na aptidão para a produção florestal baseada nos dois tipos de floresta dominantes, uma vez que se prevê um aumento do défice hídrico (Figueiredo *et al.*, 2017). Estas alterações de âmbito climático, a que se junta a maior ocorrência de eventos extremos, deverão levar a uma diminuição na produtividade do eucalipto de cerca de 15% no litoral centro e de 30% no interior centro (Pereira *et al.*, 2006). Para o pinheiro-bravo os valores serão diferentes – cerca de 27% de diminuição no litoral e sem variação no interior; já para o sobreiro pode ter um ligeiro aumento no litoral e sem alteração no interior (*idem, ibidem*).

2. Evolução da população nos meios rurais e cenários a médio prazo

Na Região Centro tem-se verificado uma dicotomia muito marcante entre os municípios do litoral – sub-regiões de Aveiro, Coimbra, Leiria e Oeste – e

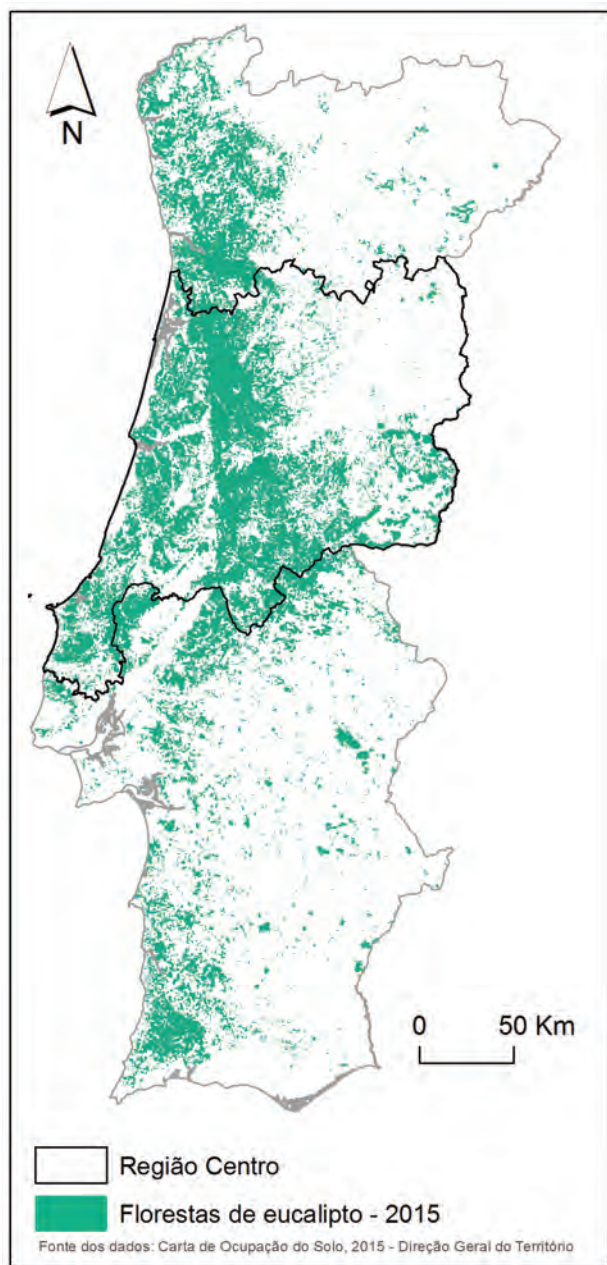


Fig. 2 – Distribuição das florestas de eucalipto em Portugal continental, com destaque da Região Centro. (Fonte dos dados: Carta de Ocupação do Solo 2015, Direção Geral do Território)

os restantes municípios do interior, onde, apesar de tudo, os das capitais de distrito se comportam como exceções à regra geral.

Os municípios escolhidos, um por cada sub-região (Quadro I), mostram que os do litoral têm mantido um aumento da população residente pelo menos entre 1960 e 2011 (exceção de Anadia na última década). Pelo contrário, os do interior têm sofrido, para o mesmo período, uma perda populacional contínua. Essa constatação pode ser verificada também pela data do censo em que o município registou o máximo de população e aquela data em que registou o mínimo. Podem ser considerados três grupos: 1) os do litoral, com máximo em 2011 ou 2001 e o mínimo em 1864; 2) Nelas e Belmonte em situação intermédia, com máximo em 1950 ou 1960 e mínimo também em 1864; 3) os mais afetados pelo decréscimo populacional, com máximo em 1940 ou 1950 e mínimo em 2011 (INE, 1960 e 1981; Pordata, 2019).

Além de estar a diminuir, a população está a envelhecer profundamente. Enquanto em 1960 havia uma população jovem em todos os municípios analisados, em torno de 30 para o índice de envelhecimento, ou seja cerca de 3 jovens com menos de 15 anos por cada idoso com mais de 64 anos, aquele índice atinge valores superiores a 100 em todos os municípios a partir de 2011, variando entre 132 em Condeixa-a-Nova e 636 em Penamacor, ou seja, entre 1,3 idosos por cada jovem e mais de 6 idosos por cada jovem, numa estimativa para 2017 (Pordata, 2019). Um facto curioso é que mesmo a população idosa já está a diminuir nos municípios mais rurais interiores, como é o caso para 2011 de Pampilhosa da Serra, Proença-a-Nova, Figueira de Castelo Rodrigo e Penamacor. Pode considerar-se como o último estágio da regressão da população residente, pois já nem o aumento da longevidade compensa a falta de capacidade de substituição por parte das classes etárias jovens e adultas. O aumento de jovens apenas se registou em Condeixa-a-Nova entre 1991 e 2011 e na Marinha Grande e Óbidos entre 2001 e 2011 (Pordata, 2019), ou seja, no litoral.

Os cenários futuros para a população de vários dos municípios da Região Centro não são muito animadores. Baseando-nos na tendência linear simples dos últimos quatro censos da população portuguesa, foi calculada a possível população dos municípios escolhidos como representativos das onze sub-regiões.

Mantendo-se o mesmo ritmo de variação da população, esta pode atingir valores críticos no município de Penamacor, com cerca de um décimo em 2050 em relação à de 2011, mas também abaixo de metade nos de Fornos de Algodres, Proença-a-Nova, Pampilhosa da Serra e Figueira de Castelo Rodrigo. Nelas, Anadia e Belmonte sofrerão poucas alterações, enquanto Óbidos, Condeixa-a-Nova e Marinha Grande aumentarão a sua população (Quadro I).

QUADRO I. Projecção linear da população de alguns concelhos da Região Centro

	2011	2030	2050
Marinha Grande	38681	43000	48000
Condeixa-a-Nova	17078	19000	22000
Óbidos	11772	12200	12900
Belmonte	6859	7300	7400
Anadia	29150	30000	30000
Nelas	14037	13300	12600
Fornos de Algodres	4989	4000	2900
Proença-a-Nova	8314	6000	3500
Pampilhosa da Serra	4481	3250	1900
Fig ^a Castelo Rodrigo	6260	4400	2500
Penamacor	5682	3100	500

3. Tipo de floresta que temos

3.1. Distribuição das principais espécies e paisagem florestal

A área dedicada ao uso florestal é dominante atualmente na Região Centro. Ainda que se identifique uma área significativa ocupada por matos, esta é uma das regiões onde as florestas ocupam maior área. São essencialmente florestas monoespecíficas, nomeadamente eucaliptais e pinhais bravos, resultado de um esforço de arborização realizado nos finais do séc. XIX e durante o século XX

(Devy-Vareta, 2005). Até aos anos 80 do séc. XX, esse esforço baseou-se essencialmente na utilização do pinheiro bravo, cuja amplitude ecológica favoreceu a arborização de vastas áreas, desde os sistemas dunares aos cumes das serras, num processo de reflorestação que incidiu especialmente em propriedades do Estado ou de uso público, como os baldios. Ainda que se tenha iniciado antes, é a partir dos anos 70 que se verifica uma ampla aposta na reflorestação de propriedades privadas com eucalipto, processo motivado pela procura de matéria-prima para a indústria da pasta de papel. Esta tendência assumiu tal relevância que determinou o domínio atual desta floresta exótica na Região Centro, promovendo mesmo a reconversão de pinhais (Fernandes & Guiomar, 2018).

As florestas espontâneas nativas, por seu lado, evidenciam uma representatividade espacial muito reduzida. Sejam florestas de carvalhos perenifólios (sobreirais e azinhais), bosques caducifólios (de carvalho alvarinho e de carvalho negral), ou bosques marcescentes de carvalho português, além de estarem normalmente reduzidos a pequenas áreas, apresentam sinais de degradação avançada, muitas vezes associados a perturbação pelo fogo, o que favorece uma estrutura aberta e aumenta o risco de incêndio devido ao aumento de biomassa associada à instalação de *taxa* arbustivos ou arbóreos, como é o caso de espécies invasoras como a acácia negra (*Acacia melanoxylon*) e a mimosa (*Acacia dealbata*). Ainda que fosse expectável que o abandono significativo de atividades do sector primário, como a pastorícia e a agricultura, favorecessem a instalação de florestas nativas a médio prazo, a verdade é que esta tendência não se verificou. Situação que está determinada pela elevada recorrência dos incêndios florestais (Nunes, 2012), que promovem o domínio de formações arbustivas, e não pela falta de capacidade de regeneração dos *taxa* arbóreos estruturantes destas florestas (Almeida *et al.*, 2009).

3.2. Vulnerabilidade desta floresta

A vulnerabilidade será tomada aqui no sentido restritivo da fragilidade/sensibilidade de um determinado bem, neste caso a floresta, perante a sua

exposição a qualquer efeito ou processo nefasto, do qual resultem danos, assim como a sua capacidade de recuperação desses danos, ou seja a sua resiliência.

Entre os processos nefastos podem incluir-se alguns de âmbito natural e outros de âmbito social. Atendendo ao facto de a floresta da Região Centro ser o produto da intervenção humana há séculos, pouco restando daquilo que seria o resultado da atuação livre da Natureza, há que reconhecer, para além disso, que mais recentemente, ou seja nas últimas décadas, ela se tem mostrado extremamente dependente das orientações económicas que emanam, mesmo que indiretamente, de grandes empresas, nomeadamente as papelarias. As razões disto devem-se ao facto de serem estas que têm garantido o escoamento da maior parte da produção madeireira, a qual se centra em espécies de crescimento rápido como são os eucaliptos. Decorre daqui o alastramento de uma mata monoespecífica por centenas de milhares de hectares, potencialmente vulnerável a qualquer entrada em rotura da utilização habitual dessa espécie, a pasta de papel, a não ser que seja diversificado o seu uso no futuro. Acresce ainda o facto de se tratar de espécies altamente combustíveis e onde é muito rápida a propagação dos fogos, adquirindo estes, assim, proporções enormes, não obstante o aumento sucessivo de meios de combate por parte da Proteção Civil.

De igual modo, quando se verifica o ataque em determinado local de um agente parasita ou patogénico, a sua proliferação e ação são bastante facilitadas e ampliadas pela continuidade espacial do hospedeiro. Tem-se visto o resultado da proliferação do nematode da madeira do pinheiro nesta região, em especial quando ainda havia grande ocupação deste género arbóreo, dominado pelo pinheiro-bravo.

3.3. Funcionalidades

As florestas constituem um dos sistemas ecológicos mais importantes na promoção de funções ecossistémicas e no fornecimento de serviços à sociedade. Com efeito, os serviços de ecossistema providenciados pela floresta (benefícios que a sociedade obtém dos ecossistemas florestais) podem ser classificados em

quatro grupos, de acordo com a tipologia proposta pelo “Millennium Ecosystem Assessment” (MA, 2005): serviços de produção, de regulação, de suporte e culturais. Os serviços de produção referem-se aos produtos que as pessoas obtêm da floresta (ex. lenha, madeira, produtos não lenhosos e outros como cogumelos silvestres e caça). Os serviços de regulação congregam os benefícios que se obtêm, por exemplo, da regulação do clima, do regime hídrico e do controlo da erosão do solo. Os serviços de suporte são todos aqueles que são necessários para gerar todos os outros serviços dos ecossistemas, incluindo importantes funções como a produção primária, a produção de oxigénio, a formação do solo e a biodiversidade. Por último, os serviços culturais são todos os benefícios não materiais que as pessoas obtêm dos ecossistemas florestais, como oportunidades de recreio e bem-estar espiritual.

É maioritariamente às florestas que se atribuem os serviços de regulação (De Groot *et al.* 2002), por desempenharem um papel importante na regulação dos processos ecológicos, nomeadamente intervindo nos ciclos biogeoquímicos, como o ciclo da água e o ciclo do carbono e purificação da água, controlo da erosão do solo, mitigação de riscos naturais e sequestro de carbono. As florestas desempenham um papel determinante nos processos de infiltração, conseqüente recarga dos aquíferos, e libertação gradual da água ao longo do ano (Bruijnzeel, 2004). Atuam, também, como “barreiras naturais”, contribuindo para a diminuição da erosão do solo e para a prevenção de riscos naturais, tais como cheias ou movimentos em vertente. São também classificadas de “sumidouros de carbono”, pois através da fotossíntese as plantas fixam o dióxido de carbono, um dos gases que mais contribui para o efeito de estufa (MA, 2005).

Os ecossistemas florestais constituem, assim, os maiores reservatórios terrestres de carbono, contendo cerca de 80% de todo o carbono armazenado na vegetação continental e de 40% nos solos (Barbosa *et al.*, 2013). As florestas armazenam carbono na vegetação e no solo a longo prazo, fazendo a troca gasosa com a atmosfera através da fotossíntese e da respiração (Renner, 2004). O solo constitui um dos principais compartimentos no armazenamento de carbono nos sistemas florestais. Assim, a substituição de espécies florestais pode

interferir de forma significativa na quantidade de carbono armazenado, tanto na respetiva biomassa como nos horizontes orgânicos e solo (Carvalho, 2018). O quadro II apresenta alguns valores médios de carbono nos solos portugueses em função do uso/coberto vegetal do solo. Com base nos valores apresentados podemos verificar uma diminuição, para cerca de metade, quando substituídos povoamentos de pinheiro bravo por eucaliptais. Comparativamente, com os carvalhais, outras folhosas e mesmo outras coníferas, a capacidade do solo em armazenar carbono orgânico é também superior face aos eucaliptais.

QUADRO II. Stocks de C médios nos solos portugueses por tipos dominantes de ocupação (Gg C.kha⁻¹.y⁻¹)

Uso solo/coberto vegetal	Solos 0-40 cm (1995-2005)
Pinhal bravo	118
Carvalhos	98
Matos e matagais	91
Outras folhosas	88
Outras coníferas	77
Eucalipto	68
Azinhreira	58
Olivais	55
Sobreiro	54
Cultivos irrigados	54
Vinhas	40
Pinhal manso	38
Cultivos anuais de sequeiro	38

(Fonte: Rosário, 2012)

Todavia, o aceso debate em torno das vastas áreas ocupadas por eucalipto tem-se relacionado essencialmente com questões associadas ao elevado consumo de recursos hídricos (Doerr *et al.*, 1998) e ao empobrecimento da biodiversidade

a nível local (Abelho e Graça, 1996; Onofre, 2007). Estes impactes devem-se, principalmente, ao modelo de gestão silvícola que tem sido aplicado no nosso território, o qual promove monoculturas de elevada densidade e extensão (Alves *et al.*, 2007).

Assim, os serviços prestados pelos ecossistemas florestais dependem da manutenção da estrutura das florestas (diversidade incluída) e dos processos verticais e horizontais relacionados com o seu funcionamento e dinâmica. Nas florestas, atualmente, sustentabilidade implica mais do que o fornecimento de matérias-primas para a indústria (madeira, fibra, cortiça, energia) e de outros bens de importância económica direta. A introdução do conceito de serviços do ecossistema tem inerente a gestão da multifuncionalidade da floresta.

A floresta bem gerida deverá proporcionar serviços de ecossistema intangíveis, tais como a integridade dos sistemas fluviais, a conservação e proteção dos solos e da biodiversidade, ou a possibilidade de lazer e de fruição estética e estímulo intelectual e cultural pela sociedade. Estes serviços são essenciais não só para a manutenção dos sistemas ecológico, social e económico, mas também incontornáveis na perspetivação de desenvolvimento a várias escalas (Pereira *et al.*, 2009).

4. Sustentabilidade

4.1. A floresta monoespecífica e monofuncional é sustentável?

Tendo por base a variação das áreas das diferentes espécies florestais em Portugal continental, entre os anos 1995 e 2010 (IFN6, 2013), verifica-se que o pinheiro-bravo está a sofrer uma grande redução, a um ritmo de menos 17 000 ha/ano, o que deixa prever para 2050 apenas cerca de 12 000 ha no país. Esta área será mesmo menor do que a prevista para as acácias, que apresentam um comportamento expansivo com duplicação da área a cada 15 anos. Um aumento que pode ser maior, uma vez que os valores que têm sido apresentados estarão decerto subavaliados.

O eucalipto continua a ganhar terreno às outras espécies silvícolas tradicionais, tendo aumentado cerca de 6 300 ha/ano no período em causa. Mantendo-se este ritmo de crescimento, poderá alcançar o milhão de hectares em 2050. Aliás, em termos de plantação de eucaliptos, Portugal ocupa o primeiro lugar a nível mundial, com cerca de 9% da área plantada em relação à área do território, sendo seguido de longe pelo Uruguai com 2,8%, da Índia com 2,3% e da Espanha com 1,9% (Camargo e Castro, 2018).

O pinheiro-manso também tem aumentado a sua área a mais de 3500 ha/ano, o que, a manter-se, faria dela a terceira espécie em área no país. Das folhosas autóctones apenas o castanheiro mostra tendência para aumentar a sua área, embora a um ritmo mais lento do que as já apontadas.

No entanto, acredita-se que para as espécies mais madeireiras terá de haver, obrigatoriamente, medidas políticas, a breve trecho, no sentido de incentivar o aumento da sua área, como será o caso do pinheiro-bravo, dos carvalhos e do castanheiro, assim como medidas para travar a expansão do eucalipto. Já para as acácias será bem mais difícil o seu controlo, por se tratar de espécies oportunistas que se propagam sempre que, na sua proximidade, surjam clareiras, como as originadas pelos incêndios, e também por serem exclusivistas na ocupação do espaço logo que se instalam (Marchante *et al.*, 2014), sendo assim muito difíceis de erradicar. Significa isto que vamos ter de lidar com a sua proliferação pelo menos no futuro próximo, enquanto não forem descobertas medidas de controlo eficazes.

Entre o rio Douro e o rio Tejo verifica-se a existência de uma mancha de eucaliptos, sempre ligada de qualquer modo, ao longo de 180 km e numa largura de pelo menos 30 km, ou seja, com uma área mínima de 540 000 ha. Isto contraria em absoluto o exarado no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL) de 2019, que preconiza a não existência de mais de 350 ha de mancha contínua de eucalipto e pinheiro-bravo, valor, aliás, aumentado desde o PROF-CL de 2006, onde se estabelecia o máximo de 50 ha. A consciência da realidade da produção intensiva de espécies de crescimento rápido decerto esteve subjacente à alteração deste valor máximo, mas ao menos que se aplicasse esta medida preventiva. Porém, mesmo que seja

cumprida esta norma, desde que haja um pequeno intervalo entre manchas de eucaliptos, pela extensão da projeção de partículas em chama capazes de propagar o incêndio para sotavento, tem-se assistido a que descontinuidades com menos de um quilómetro possam ser ineficazes contra a propagação de incêndios.

Para além das áreas arborizadas ou rearborizadas, de modo próprio, sem qualquer solicitação aos serviços competentes, verificou-se que 88% dos pedidos de rearborização aprovados pelo ICNF foram, nos últimos cinco anos, de *Eucalyptus* spp. (Rodrigues, 2018).

Após o trauma que foi o dos incêndios de 2017, em que a velocidade de propagação e o tamanho da área queimada foram atribuídos à continuidade e extensão dos eucaliptais na Região Centro de Portugal, tendo resultado uma certa diabolização desta espécie, inclusive por entidades estatais, não seria de esperar a continuação da sua proliferação. No entanto, o PROF-CL de 2019, ao estabelecer os limites máximos de área a ocupar por eucalipto em cada um dos municípios desta sub-região, não se preocupou em propor a sua diminuição, ou mesmo que fosse a sua manutenção. Pelo contrário, em dezenas deles admite até um aumento. Tanto em municípios desta sub-região, onde há já uma percentagem de área bastante significativa, como naqueles onde ainda é reduzida, permite-se um aumento que ascende a mais de 10 042 ha. O mesmo é preconizado no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (PROF-CI) de 2019, com um aumento de 1 052 ha.

Será, decerto, uma tentativa de dar resposta à procura pelas indústrias da pasta de papel e do papel, sediadas em Portugal, que têm visto aumentada a sua capacidade de produção de modo relativamente constante, a um ritmo médio de mais 51 000 t/ano para a pasta e de mais 40 500 t/ano para o papel, entre 1968 e 2016 (FAO, 2017).

A nível mundial e com dados do ano de 2016, Portugal foi, aliás, um dos que apresentou maior capacidade de produção daqueles produtos, sendo o 6.º em toneladas por habitante e o 3.º em toneladas por quilómetro quadrado de área do país, depois do Japão e da Finlândia (*idem*).

4.2. As espécies arbóreas invasoras – essa variável quase esquecida será incontrolável?

Diferentes fatores têm contribuído para o aumento da área ocupada por espécies exóticas arbóreas invasoras nas áreas florestais. Os incêndios são um dos fatores que contribuem para esta expansão, uma vez que grande parte destas invasoras reagem positivamente ao fogo através de germinação profusa (Marchante *et al.*, 2014).

A expansão de áreas ocupadas por espécies invasoras está frequentemente associada a estruturas lineares presentes na paisagem, as quais, além de funcionarem como corredores para a dispersão de sementes, apresentam ainda condições ecológicas adequadas à presença destas espécies (Figueiredo, 2016). São exemplos dessas estruturas as vias de comunicação (estradas, caminhos, trilhos, linhas férreas), as áreas associadas a linhas de alta e média tensão onde é realizada a gestão de biomassa, e as linhas de água (Figueiredo, 2016; Oliveira-Costa *et al.*, 2016). Entre as diversas espécies consideradas como invasoras em Portugal (Marchante *et al.*, 2018), algumas evidenciam claramente este padrão na sua distribuição, como o espanta-lobos (*Ailanthus altissima* (Mill.) Swingle) e a robínia (*Robinia pseudoacacia* L.), normalmente associadas a vias de comunicação. No entanto, em termos de área ocupada, e considerando espécies arbóreas, a mimosa (*Acacia dealbata* Link) é a espécie que ocupa áreas mais extensas na Região Centro, especialmente na bacia do rio Mondego. Este território apresenta elevada suscetibilidade à invasão por esta espécie, pois apresenta condições ecológicas adequadas (Pereira & Figueiredo, 2015), o que permite prever uma expansão das áreas ocupadas. Outra espécie com importantes áreas ocupadas em espaços florestais é a acácia-de-espigas (*Acacia longifolia* (Andrews) Wild), que na Região Centro está presente principalmente nos pinhais bravos instalados nos sistemas dunares, apresentando já manchas extensas na duna primária (Marchante, 2011).

O eucalipto também se comporta como uma espécie invasora (Marchante *et al.*, 2014), principalmente desde que os terrenos onde está instalado sejam afetados pela passagem do fogo. As sementes espalhadas sob a sua copa e a

algumas dezenas de metros pelo vento são estimuladas a germinar logo que sujeitas a temperaturas elevadas. Segue-se a profusão de pequenas árvores numa densidade de várias dezenas por metro quadrado.

4.3. Floresta alternativa – problemas económicos a curto prazo?

Apesar de o valor da madeira de algumas espécies de crescimento mais lento ser superior ao do eucalipto (Quadro III), a rapidez de crescimento deste e, portanto, o número de rotações de exploração que permite em relação a outras espécies, compensam o seu mais baixo valor.

QUADRO III. Preço médio da madeira no ano de 2018

Espécie florestal	€/m³
Carvalho roble	55
Outras folhosas	25,3
Pinheiro-manso	23
Castanheiro	22,7
Pinheiro-bravo	19,5
Eucalipto	18

(Fonte: ICNE, 2019)

Significa isto que os produtores florestais que queiram investir em outras espécies de crescimento mais lento, pelo menos em parte dos seus terrenos, devem ter alguma garantia de escoamento seguro da sua madeira e que seja vendida a preços compensadores, tendo em atenção os anos em que não é visto o retorno do investimento feito.

No entanto, a realidade parece demonstrar que há carência de madeira usada na construção e em mobiliário, já que, segundo a FAOSTAT System, houve um balanço negativo entre as exportações e as importações de toros de madeira e de

madeira serrada, com valores médios de -56 M€ e de -61 M€, respetivamente, para os anos de 2000, 2005 e 2010 (ICNE, 2013). Ou seja, há uma janela de oportunidade para usar a madeira nobre fornecida pelas árvores de crescimento mais lento, assim as respetivas empresas industriais as queiram usar. Para isso talvez uma recomendação, juntamente com incentivos, da parte do governo perante estas empresas começasse a ter esse efeito benéfico para os produtores.

As mesmas estatísticas indicam que, no mesmo período e feito também o balanço, a pasta de madeira apresentou um saldo positivo de 374 M€ o qual, não obstante, fica bem aquém do balanço apresentado pela cortiça com os seus 704 M€.

Por outro lado, em termos de impacte social, como é o caso do emprego direto fornecido pelas várias entidades ligadas à floresta, verifica-se que a pasta de papel e papel proporcionaram cerca de 9 740 postos de trabalho, inferior aos 10 530 postos associados à cortiça, e muito inferior ao mobiliário, carpintaria para construção e serração de madeira, que ofereceram 51 541 postos de trabalho (Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS, s/d). Sendo assim, este aspeto deve ser tido bastante em consideração, visto que, estes tipos de indústrias, para além de oferecerem mais mão de obra, são também mais flexíveis em termos de localização, podendo instalar-se em qualquer município do país, mesmo no seu interior, ao contrário das fábricas de celulose que estão sempre confinadas à proximidade de muita água, em regra fornecida por rios importantes em caudal.

5. Segurança

5.1. Aplicação da legislação vigente sobre excesso de massa combustível junto a casas

A morte de 125 pessoas nos incêndios de 2017 criou um trauma na população portuguesa e, em simultâneo, fez alertar consciências, antes de mais nas entidades gestoras do território, para a urgência em tomar medidas que evitem

a morte de quem quer que seja pelos mesmos motivos. Para isso começou-se, finalmente, a levar mais a sério aquilo que está consignado na legislação em termos de defesa da floresta e pessoas contra os incêndios florestais, em particular o Dec.-lei nº 124/2006, de 28 de janeiro, produzido na sequência de dois anos desastrosos para a floresta nacional, 2003 e 2005, e do Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios. Em particular no seu artigo 15.º, estão definidas as faixas de gestão de combustíveis junto à rede viária, ferroviária e de transporte de energia, mas principalmente junto de edificações isoladas numa extensão de 50 m, e junto de povoações, polígonos industriais, etc., de 100 m.

Convém ainda referir que, para além da limpeza do mato por baixo das árvores mantidas nas faixas de gestão, elas devem apresentar tronco limpo e a base da copa a pelo menos 4 m de altura ou um terço da altura se tiverem mais de 12 m (AFN-DNDF, 2011). A limpeza do mato pode ser bastante diminuída e prevenida se, ao contrário do que é aconselhado no PNDFC, não houver o afastamento entre as copas das árvores componentes das faixas de proteção. As copas afastadas permitem a passagem da luz e, assim, o desenvolvimento de plantas do sub-bosque, o que obriga a limpezas frequentes, principalmente em áreas onde o risco de invasão por espécies exóticas é elevado. Se as copas estiverem juntas criam sombra praticamente contínua que dificulta o aumento de biomassa, reduzindo a possibilidade de instalação de arbustos ou árvores heliófilas no sub-bosque. Além disso, essa sombra permite outro benefício, como a diminuição da temperatura do solo no verão, o que favorece a sua atividade biológica, portanto o seu enriquecimento (Correia e Oliveira, 2002).

A falta de eficácia da medida de manutenção de afastamento entre copas tem-se verificado no caso de espécies altamente inflamáveis e combustíveis, como os pinheiros e os eucaliptos, nomeadamente em situações de fogo trazido por ventos fortes. A extensão das chamas das copas a arder e o alcance de folhas e cascas a arder, em especial de eucalipto, põem em risco de ignição casas e outras edificações, desde que contenham material inflamável (lenha, madeiras, tecidos, plásticos, etc.). Daí que se preconize a existência de um local de refúgio para a população que esteja na povoação, sempre que o fogo se mostre incontrolável e mostre capacidade de atingir as casas por qualquer modo. Este local deve

defender as pessoas do fogo e do fumo. Curiosamente, já se começam a construir, ou a adaptar, edificações com esta finalidade, como aconteceu na aldeia de Vale de Nogueira, na Lousã, onde já há um edifício tipo *bunker* que pode albergar 150 pessoas em caso de incêndio (Lusa, 28/10/2018). Em Junho de 2019, foi contratualizada a construção de abrigos contra incêndios com apoio financeiro do empresário de futebol Jorge Mendes. Num caso será feito de raiz, em Ferraria de São João, no concelho de Penela; noutro caso será a adaptação de uma estrutura já existente, em Moninhos Cimeiros, do concelho de Figueiró dos Vinhos. Pretende-se que as estruturas construídas sejam multifuncionais, ou seja, que sirvam para além da defesa das pessoas contra incêndios, também para atividades sociais (Rosado, 2019).

Na quase impossibilidade de construir edificações deste tipo em todas as aldeias situadas no interior de espaços florestais, ao menos que isso seja executado sempre que haja uma população de pelo menos algumas dezenas de pessoas e que se preveja a sua permanência na localidade por algumas décadas, caso contrário estar-se-ão a criar mais edifícios devolutos em poucos anos.

Tão ou mais importante do que a construção de edifícios protetores é o da envolvência das povoações por terrenos agrícolas ou por árvores de folha caduca que mostrem ser menos inflamáveis ou combustíveis, como é o caso de carvalhos caducifólios ou marcescentes e de castanheiros, nogueiras, cerejeiras, ou outras, já que as folhas do ano contêm maior teor em humidade do que as folhas plurianuais (AFN-DNDF, 2011). Não foi por acaso que a maior parte da Mata da Margaraça, no município de Arganil, não ardeu, enquanto à sua volta os pinhais e eucaliptais foram totalmente queimados (Fig. 3). Foi também assim que algumas casas rodeadas pelo incêndio se salvaram. Num caso, em Troviscais Cimeiros, Pedrógão Grande, a existência de uma cintura de plátanos e cerejeiras pode ter sido a razão pela qual a habitação não foi afetada pelo fogo; outra, a Quinta da Fonte, em Figueiró dos Vinhos, também se salvou por estar rodeada por castanheiros, carvalhos, sabugueiros e oliveiras. Além disso, os castanheiros e nogueiras, por exemplo, têm a vantagem de poder fornecer frutos comestíveis e garantir alguma sustentabilidade económica em poucos anos. Aliás, logo no inverno seguinte ao incêndio de outubro de 2017, foram

plantados no seu baldio, pela Comissão de Melhoramentos de Vale de Nogueira, 900 castanheiros enxertados, com as finalidades referidas (Lusa, 2018).

A utilização destas espécies arbóreas pode estar, no entanto, limitada por alguns fatores, quer atuais, como sejam limitantes de tipo pedológico ou de substrato, como é o caso do castanheiro (limitado pela litologia calcária e pelas temperaturas médias elevadas e período seco prolongado), ou por alterações previstas para o futuro, como sejam as mudanças projetadas em termos de condições climáticas, nomeadamente a redução dos totais de precipitação, um limitante importante para as espécies caducifólias.



Fig. 3 – Mata da Margaraça, única mancha verde no meio do castanho.

(Foto de A.C.A., 12/12/2017)

Neste contexto, quer na faixa de gestão de combustível, quer no resto da floresta deve haver a preocupação de dar preferência a espécimes obtidos a partir de ascendentes que tenham adquirido alguma adaptação ao aumento de secura e às mais elevadas temperaturas médias, a fim de sofrerem um menor impacto com as alterações climáticas previsíveis (ICNF, 2013a).

5.2. Outras medidas de florestação preventivas da propagação de incêndios florestais e diminuidoras da suscetibilidade das pessoas e bens

Vários autores, desde há algumas décadas, têm apontado vantagens dos povoamentos mistos relativamente aos povoamentos puros ou monoespecíficos, em especial no que respeita a várias situações: quanto à sua segurança, por exemplo relativamente aos incêndios, à maior riqueza para os solos, à sua saúde e estabilidade, à produtividade, à paisagem proporcionada, etc. (Monteiro Alves, 1982; Nunes *et al.*, 2010; Nunes *et al.*, 2016). É certo que a mistura de árvores pode acarretar maior dificuldade em alguns trabalhos silvícolas, como o corte e retirada dos toros e sobrantes das árvores, se o tempo de rotação não é igual entre as várias espécies em mistura, mas as vantagens superam em muito esta desvantagem. Mas mesmo em mistura, há práticas silvícolas que podem superar a desvantagem apontada desde que se trate de plantações – pode-se alternar linhas, cada uma com a sua espécie ou então duas a duas. Ou então construir uma floresta em mosaico, com terrenos plantados ou mantidos com determinada espécie e outros com outras espécies. O problema coloca-se quando se pergunta mas que parcelas são de uma espécie, por exemplo de crescimento rápido, e que parcelas ficam com as de crescimento mais lento? Este dilema pode resolver-se por via legal, só que exige a existência de cadastro das propriedades em todos os municípios: pode estabelecer-se que cada proprietário apenas pode ter uma percentagem, por exemplo 50%, com espécies de crescimento rápido e altamente combustíveis, e a restante área com espécies de crescimento mais lento. Assim se combateria, de modo eficaz, a monoespecificidade da nossa floresta, contribuindo para cada proprietário aceder a um retorno rápido do seu investimento, em simultâneo com a criação de manchas de floresta ecológica mais sustentáveis e estáveis. O grande entrave está neste momento na falta de cadastro atualizado e na reduzida dimensão das parcelas florestais nas áreas de serra.

6. Conclusão

O caminho que a floresta na Região Centro tem tomado e, aparentemente, irá continuar a tomar, é a resposta ao pragmatismo imediatista das pessoas ou empresas que veem nela uma possibilidade de investimento com retorno rápido, ou então praticamente a única fonte de rendimento no caso de pessoas envelhecidas sem capacidade financeira para nela investirem de outro modo que não seja em árvores de crescimento rápido. Também a falta de compromisso por parte dos sucessivos governos tem permitido que se tenha chegado à situação atual de incremento de matas de uma única espécie com forte probabilidade de serem afetadas por incêndios e, assim, libertarem para a atmosfera toneladas de CO₂ em alguns dias apenas, ajudando a hipotecar os esforços a que o país se tem comprometido de diminuir a sua emissão de carbono. Para este cenário tem ainda contribuído a aplicação de modelos de silvicultura que têm por referência outros contextos climático-florestais, nomeadamente florestas tendencialmente monoespecíficas como as de coníferas, o que tem travado a implementação de um modelo florestal adaptado às condições do território português. Neste contexto, é expectável um aumento da área de florestas monoespecíficas, nomeadamente eucaliptais, até pela necessidade de fornecer material lenhoso para alimentar a procura das fábricas de pasta e papel a laborarem em Portugal, embora o seu número ou capacidade de produção devesse ser questionado, pelos impactes negativos, diretos e indiretos, associados. Além disso, e considerando o contexto atual de elevada frequência dos incêndios florestais, deve ainda considerar-se a questão da recuperação de áreas onde deixou de haver o interesse na manutenção do eucaliptal, tendo em conta que, após o fogo, a elevada germinação torna o controlo desta espécie dispendioso (Camargo e Castro, 2018). Basta pensar nos corredores percorridos pelas linhas de alta tensão, por norma sem vegetação arbórea, peçados de eucaliptos a crescerem rapidamente em direção aos fios e criando as condições para o deflagrar de novo incêndio. Quanto custa a sua limpeza?

Sem alternativa económica segura no uso de outro tipo de floresta que garanta um nível de vida digno aos seus proprietários, veremos sempre gorada

a caminhada para uma floresta diversificada, de acordo com as condições edafoclimáticas das sub-regiões, e sustentável, oferecendo assim todos os serviços dos ecossistemas que lhes estão associados. Apesar disso, há quem advogue que a defesa destas matas contra os incêndios está na sua gestão; até pode ser verdade, mas o facto de ser uma cultura que exige a surribo do solo, associada ao facto de dificultar, por alelopatia, a recuperação da vegetação inferior, leva a que a perda de solo por escorrência seja muito importante, obstando assim que se cumpra um dos principais serviços daquele ecossistema que é a preservação do solo. Estamos a exportar solo, recurso em que não somos particularmente ricos, com esta cultura florestal.

As medidas pontuais e desgarradas, surgidas na sequência dos grandes incêndios que têm ocorrido na região, no sentido de melhorar os meios de prevenção desses incêndios, não podem ficar confinados a esta ou aquela aldeia ou município, têm de ter uma planificação e aplicação mais abrangente e isso só será possível se houver discernimento e vontade política de atuação por parte do governo que estiver em funções, agora ou nos próximos anos.

Os diagnósticos estão feitos, legislação já existe, planos de ordenamento florestal também estão feitos, só falta aplicá-los devidamente e com urgência para fazermos desta região, mas também do resto do país, um “país a sério”.

Referências bibliográficas

- Abelho M. M. & Graça, M. A. S. (1996). Effects of eucalyptus afforestation on leaf litter dynamics and macroinvertebrate community structure of streams in Central Portugal. *Hydrobiologia*, 324: 195-204.
- AFN-DNDF (2011). *Gestão de combustíveis para a proteção de edificações – Manual*. Autoridade Florestal Nacional, Lisboa.
- Almeida, A. C., Nunes, A., Figueiredo, A. (2009). *Mudanças no uso do solo no interior Centro e Norte de Portugal*. Coimbra Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Alves, A. M.; Pereira, J. S.; Silva, J. M. N. (2007). *O Eucaliptal em Portugal – Impactes Ambientais e Investigação Científica*. Lisboa: Isa PRESS.
- Barbosa, R. N., Silva, A., Neves, M., Galvão, A. & Neto, C. (2013). Produção e Sequestro de Carbono na Atmosfera. *Enciclopédia Biosfera*, Centro Científico, 9: 1783-1798.
- Bruijnzeel, L. A. (2004). Hydrological Functions of Tropical Forests: Not Seeing the Soil for the Trees? *Agriculture Ecosystems & Environment*, 104 (1): 185-228.

- Camargo, João & Castro, Paulo P. (2018). *Portugal em Chamas. Como resgatar as florestas*. Lisboa: Bertrand Editora.
- Carvalho, A. L. (2018). *Efeito da substituição de espécies florestais no armazenamento de carbono em áreas de montanha da Região Mediterrânea*. Diss. Mestrado, Escola Superior Agrária de Bragança.
- Correia, Alexandre & Oliveira, Ângelo C. (2002). *Principais espécies florestais com interesse para Portugal. Zonas de influência mediterrânica*. Lisboa: DGF.
- De Groot, R. S.; Wilson, M. A.; Boumans, R. M. J. (2002). A typology for the classification, description and valuation of ecosystem functions, goods and services. *Ecological Economics*, 41: 393-408.
- Devy-Vareta, Nicole (2005). A floresta na construção das paisagens rurais. In Carlos Alberto Medeiros (dir.). *Geografia de Portugal. Vol. 3. Actividades Económicas e Espaço Geográfico*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 115-135.
- Doerr, S. H., Shakesby, R. A., & Walsh, R. P. D. (1998). Spatial variability of soil hydrophobicity in fire-prone eucalyptus and pine forests, Portugal. *Soil Science*, 163(4): 313-324.
- FAO (2017). *Pulp and paper capacities*. Roma.
- Fernandes, P., Guiomar, N. (2018). A expansão do eucalipto alterou o regime de incêndios em Portugal. *Cultivar. Cadernos de Análise e Perspetiva* 14 (Dezembro): 43-52.
- Fernandes, P. M., Loureiro, C., Palheiro, P., Vale-Gonçalves, H., Fernandes, M., Cruz, M.G. (2011). Fuels and fire hazard in blue gum (*Eucalyptus globulus*) stands in Portugal. *Boletín del CIDEU* 10: 53-61.
- Figueiredo, A. (2016). Contribuição de fatores em rede para a explicação de padrões de invasão: o papel da água na Ilha da Madeira. In: Nunes, A., Cunha, L., Moreira, C., Paiva, I. (eds.), *Water Territories*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 109-118.
- Figueiredo, A., Alves, C., Castro, P., Loureiro, J., Dias, A., Santos, L., Patriarca, J. (2017). 6. Florestas. In: Loureiro, J., Castro, P., Alves, F., Figueiredo, A. (eds.), *Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas da CIM-RC*. CIM-RC e Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 425-527.
- ICNF (2013). *Relatório síntese do Observatório para as Fileiras florestais*. (Online: <http://www2.icnf.pt/portal/icnf/docref/resource/doc/docref/enf-rel>). Consultado em 30/8/2019)
- ICNF (2013a). *Relatório. Adaptação das florestas às alterações climáticas*. Trabalho no âmbito da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas. Coord. Ana Paula Dias.
- IFN6 (2013). *Áreas dos usos do solo e das espécies florestais de Portugal continental. 1995/2005/2010. Resultados preliminares*. MAMAOT e ICNF, Lisboa.
- Lusa (2018). Aldeia da Lousã constrói "bunker" com capacidade para 150 pessoas. *Público*, 28/10/2018. (Online: www.publico.pt/2018/10/28/local/noticia/aldeia-lousa-constroi-bunker-capacidade-150-pessoas-1849171).
- Marchante, H. (2011). *Invasion of Portuguese dunes by Acacia longifolia: present status and perspectives for the future*. Dissertação de Doutoramento na área científica de Biologia, especialidade Ecologia, Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Marchante, H., Marchante, E., Paiva, M., Chainho, P., Anastácio, P., Sequeira, M. P. d.S. M.d., Ribeiro, F., Elias, R. M. P. B. S., Figueiredo, A., Jardim, R., Wong, L.J., Pagad, S. (2018). Global Register of Introduced and Invasive Species- Portugal, in: Shyama, P., Shyama, P., Shyama, P. (Eds.). *Invasive Species Specialist Group ISSG*.
- Marchante, H., Morais, M., Freitas, H., Marchante, E. (2014). *Guia prático para a identificação de plantas invasoras em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Millennium Ecosystem Assessment (MA, 2005). *Ecosystems and Human Well-being: Synthesis*. Washington DC and Covelo CA, Island Press.
- Monteiro Alves, A. A. (1982). *Técnicas de Produção Florestal*. Lisboa: INIC.
- Nunes, A. N. (2012). Regional variability and driving forces behind forest fires in Portugal an overview of the last three decades (1980–2009). *Applied Geography* 34: 576-586.
- Nunes, Leónia; Lopes, D.; Monteiro, M. L. & Rego, F. C. (2016). Mixed forests research in Portugal. *Silva Lusitana*, 24(1/2): 29-59.
- Nunes, Leónia; Magalhães, M.; Patrício, M. S.; Luís, J. S.; Rego, F. C. & Lopes, D. (2010). Avaliação da Produção Primária Líquida em povoamentos puros e mistos de *Quercus pyrenaica* Willd. e *Pinus pinaster* L. no distrito de Vila Real. *Silva Lusitana*, nº especial: 27-38.
- Oliveira-Costa, J., Figueiredo, A., Almeida, A. C., (2016). Caminhos da invasão em bacias hidrográficas: o papel dos usos do solo e fatores em rede nos padrões de invasão por acácias australianas na bacia do rio Arouce. In: A. Nunes, L. Cunha, C. Moreira e I. Paiva, (Eds.), *2º Congresso Internacional do Cegot*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 119-129.
- Onofre, N. (2007). Os impactes do eucalipto na fauna selvagem, in A. M. Alves, J. S. Pereira e J. M. N. Silva (eds.). *O Eucalipto em Portugal. Impactes Ambientais e Investigação Científica* (Instituto Superior de Agronomia, Lisboa: ISAPress).
- Pereira, J., Figueiredo, A. (2015). Suscetibilidade à invasão por *Acacia dealbata* Mill. na bacia do rio Mondego: proposta metodológica para avaliação da suscetibilidade em áreas extensas. In: C. Costa, V. Ferreira, H. Santos, P. Pereira, D. Carreira e A. Gil, (Eds.), *6ª conferência de software aberto para SIG – SASIG 2015*. ISCTE e OSGEO-PT, Lisboa, pp. 9-18.
- Pereira, J. S., Correia, A., Correia, A., Borges, J. G. (2009). Floresta. Ecosistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment, Henrique Miguel Pereira, Tiago Domingos, Luís Vicente, Vânia Proença (Editores). Fundação da Faculdade de Ciências da U. L. e Escolar Editora, 2009
- Pereira, J. S., Correia, A. V., Correia, A. C., Onofre, N., Ferreira, M. T., Freitas, H. e Godinho, F. (2006). Florestas e Biodiversidade. In F.D. Santos e P. Miranda (eds). *Alterações climáticas em Portugal: Cenários, Impactos e Medidas de Adaptação*. Projeto SIAM II, Graçã, pp. 305-343.
- Proença, V., Queiroz, C. F., [et al.] (2009). Biodiversidade. In: *Ecosistemas e Bem-Estar Humano: Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*. Lisboa: Escolar Editora, pp. 127-179.
- PROF-CL (2019). *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral*. AR, Portaria nº 56/2019 de 11 de Fevereiro.
- Renner, R.M. (2004). Sequestro de Carbono e a Viabilização de Novos Reflorestamentos no Brasil. Curitiba, Paraná, Brasil.
- Rodrigues, Rogério (2018). *O eucalipto em Portugal: enquadramento técnico e legal*. Cultivar – Cadernos de Análise e Prospetiva, nº 14.
- Rosado, António (2019). Jorge Mendes assinou doação para construir abrigos de fogo. *Jornal As Beiras*, 11 de Junho.
- Rosário, L. (2012). A importância das Sinergias entre as 3 Convenções do Rio: Biodiversidade, Alterações Climáticas e Combate à Desertificação. *Ecologi@* 4: 8-13.
- Xanthopoulos, G., Calfapietra, C., Fernandes, P. (2012). Fire hazard and flammability of European forest types. In: F. Moreira, M. Arianoutsou, P. Corona e J.d.l. Heras (eds.). *Post-fire mangement*

and restoration of Southern European Forests – Managing Forest Ecosystems. 24, vol. 24. Springer Science + Business Media B.V., pp. 93 – 119.

Fontes:

Gabinete de Estratégia e Planeamento do MTSS (s/d).

INE (1960). *Censo de 1960*. Lisboa.

INE (1981). *Censo de 1981*. Lisboa.

INE (2019). Dados estatísticos. Floresta (Online: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados (Consultado em 06/11/2019))

Pordata (2019). População por municípios. (Online: <https://www.pordata.pt/Municipios>. Consultado em 30/05/2019).

(Página deixada propositadamente em branco)

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL: QUESTÕES
E QUESTIONAMENTOS SOBRE O CONCEITO
A PARTIR DE ESTUDOS DE CASO**

Eliseu Savério Sposito

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

eliseu.sposito@unesp.br

Edson Roberto Manfré

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP

edson.manfre@fatec.sp.gov.br

Resumo: Este texto traz as ideias resultantes de estudo que vem desde 2010 no ambiente do GEOIDE – Geografia Investigação para o Desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento e sua demonstração empírica pela comparação dos aspectos econômicos de três municípios no Estado de São Paulo, focando a escala local como referência para isso, baseia-se no encaminhamento dedutivo, partindo dos aspectos econômicos do Brasil para chegar no âmbito regional. O conceito de desenvolvimento é enfocado, historicamente, por meio das ideias de vários autores (Furtado, Myrdal, Hirschmann, Dematteis e Governa, Schumpeter, entre outros) para, com o auxílio de um conjunto de dados, demonstrar, empiricamente, como as ações se territorializam e ganham importância na escala de três municípios. A utilização e comparação de índices como PIB (Produto Interno Bruto), IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano), IVS (Índice de Vulnerabilidade Social), entre outros, é a forma que encontramos para mostrar como eles podem ser importantes para a análise e explicação do desenvolvimento local.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Cidade média; Cidade pequena; Brasil.

Abstract: This text brings the ideas resulting from a study that comes since 2010 in the GEOIDE – Geography Investigation for Development. The concept of development and its empirical demonstration by comparing the economic aspects of three municipalities in the São Paulo State, focusing on the local scale as a reference for this, is based on a deductive way, starting from the economic aspects of Brazil to reach the regional level. The concept of development has been historically focused through the ideas of several authors (Furtado, Myrdal, Hirschmann, Dematteis and Governa, Schumpeter, among others) so that, with the help of a set of data, it can demonstrate, empirically, how actions territorialize and gain importance on the scale of three municipalities. The use and comparison of indexes such as GDP (Gross Domestic Product), MHDI (Municipal Human Development Index), IVS (Index of Social Vulnerability), among others, is the way we found to show how they can be important for the analysis and explanation of local development.

Keywords: Regional development; Middle city; Small city; Brazil.

Introdução

Este texto continua debate iniciado em 2010, durante o Seminário Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando se focalizou o tema do desenvolvimento no âmbito do GEOIDE (Geografia, Investigação para o Desenvolvimento, projeto da Universidade de Coimbra, Portugal) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente. O seminário teve a participação de vários pesquisadores da Universidade de Coimbra e da UNESP, de diferentes níveis (de doutorandos a doutores com ampla experiência na pesquisa).

Apresentamos um conjunto de questionamentos sobre o conceito de desenvolvimento que retomamos neste momento. A intenção, naquele momento, não foi de chegar a uma conclusão sobre o conceito, mas por meio de um estudo de caso (a região de Presidente Prudente), procuramos questionar as diferentes visões dele.

Essa rápida contextualização traz o pano de fundo para que o tema seja retomado, de tal forma que novos dados econômicos são utilizados para a

demonstração das características regionais de uma área do Estado de São Paulo (identificada como região de Presidente Prudente), enfocando três cidades (Presidente Prudente, Alfredo Marcondes e Regente Feijó) por meio da confrontação de vários dados estatísticos que permitem ter uma visão da situação econômica delas nas duas últimas décadas, não deixando de abordar, em linhas gerais, os aspectos econômicos e políticos do Brasil.

Para começar a conversa sobre o desenvolvimento

Em texto publicado em 2012¹, alertávamos para diferentes visões sobre o conceito de desenvolvimento, que tem sido tratado por diversos autores que, no século XX, foram criando adjetivos para especificar suas características. Dos autores citados, alguns podem ser considerados consagrados, como Celso Furtado, que destacava que o aspecto mais importante sobre o desenvolvimento é que as transformações (não apenas econômicas, mas sociais e culturais da sociedade), qualificam os dados quantitativos, principalmente econômicos, na abordagem da sociedade segundo recortes específicos, como o município ou o estado, por exemplo. Para esse autor, “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constitui-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais” (Furtado, 1974, p. 26).

A ideia de progresso, de crescimento, de comparação dual com a ideia de subdesenvolvimento etc., são fórmulas carregadas de ideologia que simplificam aspectos mais importantes, como a incorporação de novos conhecimentos, a distribuição da riqueza entre os habitantes de uma área/região ou as mudanças nas estruturas produtivas, por exemplo, com a instauração de novos regimes produtivos (quando se trata do recorte pela produção industrial) ou a incor-

¹ SPOSITO, Eliseu S. Desenvolvimento regional: para além da região. In: Messias Modesto dos Passos, Lúcio Cunha, Rui Jacinto. (Org.). *As novas geografias dos países de língua portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. II, p. 469-492.

poração tecnológica das empresas (desde que isso se rebata para parcelas da sociedade). Os índices mais utilizados (Produto Interno Bruto ou Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – são apenas referências comparativas quantitativas que precisam ser avaliados qualitativamente). A realização de novas combinações se dará, então, por meio das inovações em produtos, nos serviços ou métodos de produção, pela abertura ou conquista de novos mercados fornecedores ou consumidores, ou ainda mediante o estabelecimento de novas formas de organizar o mercado.

Historicamente, o conceito de desenvolvimento foi se consolidando. Para Petry (2008),

“na década de 1950, W. Rostow publicou sua teoria de *As etapas do desenvolvimento*, tendo como indicadores a renda per capita e o produto interno bruto (PIB), livro tido como *o manifesto capitalista*. Em 1952, apareceu o primeiro *Relatório da situação social mundial* da ONU, com a expressão *desenvolvimento social* como complemento ao *desenvolvimento econômico*. Lançou-se a ideia do *equilíbrio* entre o *econômico* e o *social*. Em 1962, o Conselho Econômico e Social da ONU recomendou a integração dos dois aspectos na acepção de *desenvolvimento*, ao lançar a *Primeira década do desenvolvimento* (1960-1970)” (p. 2).

A teoria dos polos de desenvolvimento marcou forte presença nos estudos da Economia e da Geografia quando se tratava de explicar o que ocorria com as áreas depressivas economicamente, ou quando se procurava esboçar alguma proposta de alavancamento do crescimento econômico em busca do desenvolvimento, seja ele local, regional ou nacional.

De maneira mais enfática, a ideia de “causação circular e acumulativa”, de Myrdal (publicada em 1965),

“...baseava-se na inter-relação causal e circular dos fatores ligados à questão do desenvolvimento valorizando, sobretudo, aspectos sociais como a heterogeneidade no desenvolvimento entre os países

e, internamente, entre as regiões². O livre jogo do mercado, em tese, aumenta as desigualdades existentes entre as regiões, isto é, o pobre fica mais pobre e o rico, cada vez mais rico. Diante disso, era necessária uma maior atuação do Estado na tentativa de se eliminar as desigualdades sociais, pois ao invés da autoestabilização automática no sistema social, o que ocorria, na verdade, era o afastamento da posição de equilíbrio (defendido, sobretudo, pelos economistas neoclássicos). Em outras palavras, as transformações, ao invés de engendrarem mudanças compensatórias, ocasionavam um processo social cumulativo” (SANTOS, 2017, p. 123).

Para completar a exposição das abordagens iniciais sobre o desenvolvimento, Santos (2017) afirma que Albert Hirschmann baseou-se

“em círculos entrelaçados, revelando a necessidade de se exercer pressões e se elaborar processos que incentivassem a mobilização e eclosão de um maior número possível de recursos escassos, a saber, capital e atividade empreendedora. Os efeitos para frente (*forward linkages*) e para trás (*backward linkages*) estão ligados às economias de escala necessárias à viabilização dos empreendimentos em regiões determinadas. Em linhas gerais, os efeitos para trás podem ser vistos pelo aumento de insumos a montante, ampliando as escalas mínimas de produção de outras indústrias (*externalidades*), enquanto os efeitos para frente podem ser vistos a partir da oferta de insumos que torna viável a produção de setores a jusante. Essas três correntes de análise dentro da Ciência Econômica Regional tornaram-se, aparentemente, mais atraentes do que as teorias clássicas da localização, chamando a atenção dos atores responsáveis pelo planejamento, no Brasil, durante os anos de 1960 porque, embora os pressupostos da escola da descentralização tivessem tido alguns resultados positivos, houve, na

² Ver: MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1965.

sua ampla maioria, o aumento das desigualdades regionais com a constituição de pólos tanto de riqueza como de pobreza. Numa outra extremidade, autores adeptos do materialismo dialético contribuem com uma postura crítica sobre as práticas regionais, com mais profundidade teórica sobre o Estado e o espaço, do que na apresentação de proposições de planejamento regional. O Estado, nessa perspectiva, deveria coordenar uma nova divisão inter-regional do trabalho requerida pelos imperativos da acumulação” (p. 123-124).

Voltando um pouco no tempo, Santos (2017) resume da seguinte maneira como a ideia de desenvolvimento surgiu na ciência social:

Em linhas gerais, os economistas clássicos compreendiam o desenvolvimento no longo prazo. Inicialmente, com François Quesnay, havia uma sobrevalorização dos produtos agrícolas e dos metais preciosos (ouro e prata) para o desenvolvimento, em detrimento da indústria (a indústria e o comércio não passavam de desdobramentos da agricultura). Adam Smith, por outro lado, priorizou o trabalho produtivo, ao defender que a mercadoria pode produzir valor quando colocada no mercado a um preço superior ao seu custo de produção. Ele defendia a importância da indústria, do Estado e da *mão invisível do mercado*, isto é, o homem, ao se voltar para seu egoísmo, ocasiona um bem-estar social coletivo. David Ricardo, discípulo de Smith, continua a defender a ideia de que os preços das mercadorias são proporcionais ao volume de trabalho incorporado. Ele se dedicou a compreender o papel exercido pelo crescimento demográfico na valorização das terras, quando elaborou a teoria da renda da terra. Para Ricardo, com o crescimento demográfico, cada vez mais as terras menos férteis são utilizadas para a produção de alimentos, de modo que as terras mais férteis e próximas às cidades (mercado consumidor) passam a ser mais valorizadas, provocando aumento da renda fundiária auferida pelos proprietários de terras. Ao arrendar as terras, os capitalistas

desempenham importante papel no desenvolvimento, pois as taxas de salários e de lucros desse setor se refletem no restante da economia. Os neoclássicos, ao priorizarem os elementos da microeconomia, buscavam a contemplação do desenvolvimento econômico. Para os autores adeptos dessa corrente, o desenvolvimento ocorria de maneira *harmoniosa e contínua*, isto é, não havia conflito entre os agentes econômicos, de modo que a eficiência alocativa levaria à justiça distributiva ou, em outras palavras, ao equilíbrio social e espacial” (SANTOS, 2017, p. 119-120).

As abordagens, no entanto, mesmo que historicamente identificáveis, são inúmeras e, ao longo do tempo, tiveram contribuições que se focalizaram, a partir de aspectos fenomênicos regionais, em detalhes que enriqueceram o debate sobre o desenvolvimento. Reiteramos, neste ponto do texto, a ideia de desenvolvimento local territorial elaborada por Dematteis e Governa (2005). Para eles,

o desenvolvimento local territorial (SLoT – sviluppo locale territoriale) deve ser entendido “como uma rede local de sujeitos os quais, em função das relações específicas que mantêm entre eles e com as especificidades territoriais do meio local no qual operam e agem, comportam-se, de fato e em certas circunstâncias, como um sujeito coletivo” (p. 29). Para esses autores, “em termos gerais, o modelo se propõe a descrever as relações entre interação social, potencialidade do território local, *governança* e desenvolvimento. O sistema local é assim pensado como constituído de dois conjuntos de componentes e três conjuntos de relações. Os componentes são as *redes locais dos sujeitos* e o *meio territorial local*. As relações são aquelas dos sujeitos locais entre si, aquelas entre os sujeitos locais e o meio territorial e aquelas entre os componentes locais e os níveis de escala sobrelocais. Todas essas relações são interdependentes entre si” (p. 29). Esse conceito de SLoT foi inspirado no fenômeno da Terceira Itália ainda é válido

para aquele país ou para porções de países desenvolvidos que têm, nas redes e nas pequenas corporações industriais e de inovação, o motor de aquecimento da economia regional. Mas os autores alertam para o fato de que “o modelo não serve para estudar a subdivisão racional de um território em unidade geográfica de nível local, mas para explorar e descrever a geografia dos recursos particulares que é a capacidade autorganizativa local enquanto interface necessária para ativar, e em uma certa medida também produzir, recursos específicos nos processos de desenvolvimento (p. 31)”. (SPOSITO, 2012, p. 471).

A proposta de Dematteis e Governa faz lembrar a necessidade de se especializar o conceito de desenvolvimento, indo além dos dados econômicos, procurando uma perspectiva geográfica para ele, em diferentes escalas de abordagem.

Antes de deter o foco na escala regional (objetivo principal deste texto), lembramos que outras abordagens apareceram posteriormente, como a de desenvolvimento sustentável, cuja preocupação é a forma como a sociedade se apropria da natureza, numa tentativa de preservar os estoques de recursos naturais; a ideia de desenvolvimento local (a endogenia pode estar presente nesta tendência), quando se procura estimular as potencialidades locais para as transformações socioeconômicas de uma cidade, município ou mesmo conjunto de municípios. O desenvolvimento com liberdade, proposto por Amartya Sen, em 1993, baseia-se na expansão das capacidades humanas; o desenvolvimento suposto pela autonomia foi proposto por Souza (1997), que a leva em consideração como “meio para reduzir as desigualdades sociais e garantir a legitimidade, sobretudo ao possibilitar a igualdade nas chances e tomadas de decisões entre as pessoas” (Santos, 2017, p. 127).

A insuficiência do crescimento econômico para explicar e/ou justificar o desenvolvimento é apontada por Schumpeter (1982, p. XII) quando afirma que “o mero crescimento da economia, representado pelo aumento da população e da riqueza, será designado (...) como um processo de desenvolvimento”. São necessários outros requisitos para que se evidencie o processo de desenvolvimento, como estabelece Schumpeter (1982, p. 47):

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento, devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica.

O desenvolvimento não surge com as mutações do mercado econômico, mas surge com as iniciativas, com novos produtos e serviços, e seus governantes provocando mudanças na economia dentro do seu país ou região. Ainda segundo Schumpeter (1982, p. 41), “a totalidade das relações econômicas constitui o sistema econômico, justamente como a totalidade das relações sociais constituem a sociedade”. Segundo Schumpeter (1982, p. 48),

o desenvolvimento, [...] é definido então pela realização de novas combinações. Esse conceito engloba os cinco casos seguintes: 1) Introdução de um novo bem, [...] 2) Introdução de um novo método de produção, [...] 3) abertura de um novo mercado, [...] 4) Conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados, [...] 5) Estabelecimento de uma nova organização de qualquer indústria, como a criação de um monopólio (por exemplo, pela trustificação) ou a fragmentação de uma posição de monopólio.

A realização de novas combinações, condição colocada por esse autor para que se possa falar em desenvolvimento se dará, então, por meio das inovações

em produtos, serviços ou métodos de produção, pela abertura ou conquista de novos mercados fornecedores ou consumidores, ou ainda mediante o estabelecimento de novas formas de organizar o mercado. Segundo Schumpeter (1982, p. 50), “a realização de combinações novas significa, portanto, simplesmente o emprego diferente da oferta de meios produtivos existentes no sistema econômico – o que pode fornecer uma segunda definição de desenvolvimento”. Ofertas de novos produtos ou serviços fazem com que se aumente o movimento do mercado econômico e conseqüentemente novos desenvolvimentos. Para Schumpeter (1982, p. 50), o “desenvolvimento consiste primeiramente em empregar recursos diferentes de uma maneira diferente, em fazer coisas novas com eles, independentemente de que aqueles recursos cresçam ou não”. Para o autor só existe desenvolvimento a partir do momento que se consegue criar novos produtos, serviços ou negócios (grifo nosso) que gerem mudanças na economia e, conseqüentemente, o progresso de um país ou região.

Segundo Vale (2012, p. 16), Schumpeter ainda tem contribuição decisiva sobre o desenvolvimento:

A contribuição de Joseph Schumpeter foi decisiva para a ampla compreensão do processo de inovação na economia capitalista. Para o autor, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação, por via da inovação, que decorre num tempo histórico. A inovação manifesta-se em múltiplas vertentes, abrangendo novos produtos, novos processos de produção, novos mercados, novas fontes de matérias-primas e bens intermédios, novos modelos de negócio, etc. Schumpeter via o empresário como agente principal de mudança, por ser capaz de correr riscos na procura de novas combinações dos fatores de produção e, deste modo, se desviar, quase de forma heroica, da norma social.

Com a necessidade de mudanças, os empresários começam a realizá-las quando largam as velhas práticas empresariais em busca de novas matérias primas, novos produtos ou novos modelos de negócio. Neste sentido, Barquero (2002, p. 10)

afirmou que, “é neste entorno de transformações econômicas, organizacionais, tecnológicas, políticas e institucionais que surge o conceito de desenvolvimento endógeno”. Isso traz novas contribuições para o desenvolvimento econômico através dos processos e das diversas transformações e da utilização da economia externa e nas cidades.

Segundo Barquero (2012, p. 13) o desenvolvimento endógeno surge com um processo:

O processo de globalização traduz-se por um aumento da concorrência nos mercados, o que implica a continuidade dos ajustes do sistema produtivo dos países, regiões e cidades mergulhadas na globalização. Dado que as empresas não competem de forma isolada, fazendo-o juntamente com o entorno produtivo e institucional de que fazem parte, esse processo estimula a formação de uma nova organização do sistema de cidades e regiões, de acordo com a nova divisão internacional do trabalho.

Quando se fala em “local”, num primeiro momento o que nos vem em mente é a nossa cidade ou o nosso município, principalmente nas pequenas cidades do interior (quando nosso foco é o Brasil). Assim, entendamos um pouco sobre a cidade, conforme nos define Sposito (2004, p. 12),

para entender a cidade, não basta apenas observá-la ou viver. É preciso verificar a sua dinâmica, a sua geografia e a sua história. Ou seja, é preciso observar a movimentação das pessoas em suas ruas, as relações comerciais, onde estão localizados os estabelecimentos industriais, onde moram e estudam seus habitantes, etc.

Precisamos observar e entender as variações que ocorrem nas cidades compreendendo sua dinâmica industrial, comercial e de serviços, pois a maioria delas já existia e continuará existindo, mesmo que os termos se modifiquem ao longo do tempo. Conforme Sposito (2004, p. 13) “as cidades existem em todo o mundo e se apresentam em diferentes tamanhos, mas nenhuma é igual

à outra: cada uma delas tem a sua história; contém sua própria identidade, marcada por diferenças e semelhanças em relação a outras cidades; existem as pessoas que lá moram, etc.”.

Estar atento a estes detalhes mostra a importância da comparação das cidades com outras, cada uma com seus processos específicos, como define Sposito (2004, p. 13), “para sua sobrevivência, na reprodução como força de trabalho e na produção de riquezas, a população das cidades precisa consumir alimentos, roupas, calçados, etc”. O consumo é necessário para que surjam novas atividades urbanas e novos produtos através das transformações geográficas. Sposito (2004, p. 13) mostra que as atividades urbanas “estão ligadas à transformação das matérias-primas na indústria, ao comércio de mercadorias, à prestação de serviços (bancos, oficinas de consertos, etc.) ao transporte urbano, ao consumo de água encanada, de esgotos em rede, entre outros”.

Para Ultramari e Duarte (2011, p. 24), as “mudanças macroeconômicas internacionais e a constituição de mercado em escala global têm impactado, nas últimas décadas, as economias locais e regionais, enfraquecendo o papel dos estados e estimulando processos de descentralização”. O Estado Nacional não consegue cumprir com suas funções básicas, quando se identifica o paradigma de desenvolvimento exógeno e *top-down* (cima para baixo). Com esta mudança de cenário, Ultramari e Duarte (2011, p. 24-25) afirmaram que

o poder local (no caso do Brasil, o município), viu suas atribuições e responsabilidades alteradas, exigindo que este passasse a atuar como agente do desenvolvimento. Em outras palavras: podemos afirmar que, agora o município – por questões internacionais, como a globalização e devido ao fato de a Constituição Federal de 1988 tê-lo dotado de maior autonomia para questões internas – é considerado capaz de transformar positivamente as suas sociedades.

Um novo cenário se desenvolve trazendo competitividade entre as empresas, e o aumento da concorrência faz que se forme uma nova organização pela divisão internacional do trabalho entre cidades e regiões.

* * *

Colocados os diferentes aspectos do desenvolvimento, mesmo que de maneira resumida, passamos a tratar (lembrando que pode ser, também, uma análise parcial por causa da limitação dos dados obtidos), dos aspectos geográficos da região de Presidente Prudente, como forma de, utilizando dados econômicos recentes, esboçar uma explicação daquilo que podemos chamar de desenvolvimento regional.

Com as transformações ocorridas nos níveis nacionais e globais, as diferentes formas de reestruturação (econômica, social, regional...) tiveram impactos diferenciados nas dinâmicas municipais, exigindo tomadas de decisão e a definição de responsabilidades. Para focalizar um recorte regional específico (a região de Presidente Prudente), selecionamos três municípios para a análise do que é o desenvolvimento regional. A decisão foi por Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó. Os dados analisados foram (partindo das escalas nacional e regional – Brasil e grandes regiões), o Produto Interno Bruto (PIB), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), o índice de Gini (para mostrar o grau de desigualdade social dos municípios) e a expectativa média de vida ao nascer. Um dos aspectos reiterados na imprensa regional, nos discursos com forte tom político-ideológico e no senso comum, é a questão das guerras fiscais e da falta de investimentos públicos, que enfraquecem as regiões no jogo da concorrência pela busca de investimentos. Apesar de ter perdido uma pequena parte da sua representatividade do PIB do Brasil, a região sudeste do Brasil (onde se situa o Estado de São Paulo e, conseqüentemente, a região de Presidente Prudente) continua representando parte considerável do PIB do Brasil (53,17%), superando em larga margem a região Sul (com 17,02%), o Nordeste (14,33%), o Centro-oeste (10,10%) e a região Norte (5,38%).

Visando o recorte dos três municípios selecionados, o PIB de Alfredo Marcondes teve aumento de 400,75% nos valores nominais; Presidente Prudente teve um aumento de 280,70% e Regente Feijó teve aumento de 334,95%, no período de 2002 para 2016. Outro dado estudado, o IDHM, em 2010, mos-

tra dados de alto desenvolvimento humano em Alfredo Marcondes e Regente Feijó e, em Presidente Prudente, há desenvolvimento humano muito alto. O IVS, em 2010, mostrava baixa vulnerabilidade social em Alfredo Marcondes e, em Presidente Prudente e Regente Feijó, o índice indicava muito baixa vulnerabilidade social.

Em texto anterior (SILVA, SPOSITO, 2009) propusemos a leitura da região de Presidente Prudente, por meio da ideia desenvolvida por SILVA (2011), como *suplementar marginal*. Naquele texto, afirmamos que “a proposta nasceu de uma releitura de Armando Corrêa da Silva que propôs, em 1974, para o litoral norte de São Paulo, a mudança da área, ao longo do tempo, como sendo isolada, marginal e complementar”. No entanto, a análise do conceito levou à ideia de região suplementar articulada por causa das características da região de Presidente Prudente na formação socioespacial que se desenhou no território do estado de São Paulo³.

A ideia de utilizar a noção de região suplementar articulada baseou-se no fato de que a região de Presidente Prudente tinha dados importantes que sustentavam a proposta em termos de sua produção industrial:

- a) os ramos industriais eram variados;
- b) os mercados para onde os produtos eram vendidos não se restringiam à região, mas a exportação ocorria, também, para mercados distantes, que se tornavam importantes consumidores dos produtos;
- c) embora sem grandes destaques no cenário nacional, havia várias empresas – de médio e grande porte na escala regional – que implantaram escritórios de representação ou filiais para a produção de mercadorias em outros países da América Latina;
- d) a frequência e a intensidade dos fluxos de informação, motivados pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação, aceleraram e

³ A análise da região suplementar articulada está no capítulo 3, item 3.3, do texto: JURADO DA SILVA, Paulo Fernando. Cidades pequenas e indústria. Contribuição para a análise da dinâmica econômica da região de Presidente Prudente. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2011, p. 109-138 (Dissertação de Mestrado).

beneficiaram o escopo das empresas, sejam elas localizadas nas cidades pequenas ou grandes;

- e) havia empresas de diferentes portes que agregavam valor por meio da incorporação de novas tecnologias e se beneficiavam das exportações;
- f) havia empresas de importância mundial (como no ramo da exportação de carnes) originárias da região, inicialmente de porte familiar, com diferentes filiais para aproveitamento de subprodutos utilizados em outros países;
- g) havia várias indústrias no setor de bebidas e alimentos que, mesmo tendo baixo valor agregado em seus produtos (especificidade do ramo industrial, com processos de produção baseados, principalmente, no conhecimento tácito), combatiam a concorrência com o aumento da escala da produção;
- h) mesmo assim, os ramos tradicionais, cuja capacidade de agregação de valor é pequena e cuja concorrência (predominantemente dos ramos de bebidas e alimentos) têm abrangência mais ou menos regional; nesses ramos, mesmo que ocorram as exportações, isso se sustenta em resultados precários.

Todo esse percurso, antes trabalhando (rapidamente) o conceito (ou noção?) de desenvolvimento e, agora, indicando uma noção para se pensar geograficamente (região suplementar marginal) teve o papel de situar algumas proposições que, cotejadas com os indicadores que veremos a seguir, podem levar-nos ao entendimento de algumas cidades no oeste do estado de São Paulo como exemplos empíricos que representam algum grau de desenvolvimento na realidade brasileira.

Percorrendo o caminho dedutivo: começando pelo Brasil

O Brasil é uma federação composta por vinte e seis estados e um distrito federal, que possui, segundo o IBGE (2013), uma área territorial de 8 515 767,049 km². Nesse imenso território há 5650 municípios, cada um com suas especificidades e com os desafios próprios quando se fala em desenvolvimento local.

A figura 1 refere-se ao mapa do Brasil com suas cinco divisões territoriais e seus respectivos estados e o distrito federal.



Figura 1 – Grandes Regiões do Brasil

<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>

A região norte, segundo o IBGE (2013), possui uma extensão territorial de 3 853 397,2 km², correspondendo a 42% do território nacional, com população de 15,8 milhões de habitantes. A região nordeste, com extensão territorial de 1 554 270,0 km², tem população de 53 081 950 habitantes, sendo a região que possui maior número de estados (nove). A região centro-oeste tem extensão de 1 604 850 km², ocupando 18,8% do território brasileiro, e população de 14,95 milhões de habitantes. O sudeste, com extensão territorial de 924 511,3 km², tem população de 80 364 410 habitantes, correspondendo a 40% do contingente populacional brasileiro, possuindo o complexo regional mais industrializado do Brasil. Por fim a região sul, a menor do Brasil em extensão territorial (576 409,6 km²) tem população de 27,3 milhões de habitantes.

As desigualdades regionais, no Brasil, são bastante conhecidas. Em termos de PIB, densidade demográfica, parque industrial, localização de sedes de empresas, dinâmica do comércio etc., as desigualdades se manifestam no território e se tornam obstáculos para as transformações qualitativas. A legislação e as diferenças abriram espaço para a “guerra fiscal” entre os estados e municípios.

Segundo Cano (2008, p. 233), os

esforços para alocação de projetos em outras áreas do país devem e podem ser feitos mediante programas e projetos detalhados de forma “mais fina”. Os de recursos privados, contudo, em sua busca por maiores “vantagens locacionais”, ajudaram a aumentar a suicida “guerra fiscal” entre estados brasileiros, promovendo verdadeiros leilões de localização.

Ainda, para Cano (2008, p. 232),

necessitamos reconstruir o Estado e dotá-lo de recursos financeiros compatíveis, tanto para o saneamento estrutural fiscal quanto para a retomada do investimento público. Somente em uma alternativa como esta é que se pode pensar seriamente no trinômio estabilidade/ retomada do crescimento/ resgate da dívida social. Apenas com uma estratégia desse tipo é que se pode repensar a questão regional em termos produtivos e sociais.

O desempenho das cinco regiões do Brasil, pela ótica do PIB, mostra suas diferenças quantitativas.

Pela tabela 1⁴, é possível observar os valores e percentuais referentes aos dados comparativos, entre 2002 e 2016, das cinco regiões do Brasil.

⁴ Tabela elaborada com a utilização de dados extraídos do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, da Tabela 5938 – Produto interno bruto a preços correntes, impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos a preços correntes e valor adicionado bruto a preços correntes total e por atividade econômica, e respectivas participações – Referência 2010 do IBGE, analisando o desempenho das regiões do Brasil, através do PIB do Brasil na série de 2002 a 2016.

TABELA 1 – Participação das grandes regiões no PIB do Brasil – 2002 e 2016

Regiões	2002		2016	
	Valores em mil reais	Porcentagem	Valores em mil reais	Porcentagem
CENTRO-OESTE	R\$ 128 162 642	8,61%	R\$ 632 889 598	10,10%
NORDESTE	R\$ 194 847 657	13,09%	R\$ 898 082 964	14,33%
NORTE	R\$ 69 902 367	4,70%	R\$ 337 213 009	5,38%
SUDESTE	R\$ 854 309 793	57,38%	R\$ 3 332 051 462	53,17%
SUL	R\$ 241 564 819	16,23%	R\$ 1 066 967 969	17,02%
Total Brasil	R\$ 1 488 787 278	100,00%	R\$ 6 267 207 018	100,00%

Fonte: IBGE

Organização: Edson Manfre, Eliseu Sposito

Como observamos na tabela 1, o PIB da região norte representava 4,70% no ano de 2002 e 5,38% para o ano de 2016 (aumento na participação de 0,68% no período). O Nordeste detinha 13,09% em 2002 e 14,33% em 2016, mostrando aumento na participação de 1,24% no período analisado. A região centro-oeste, com 8,61% no ano de 2002 e 10,10% em 2016, teve aumento na participação de 1,49%. A região sul detinha 16,23% em 2002 e 17,02% para o ano de 2016, mostrando um aumento de 0,79% de participação. A única região que teve decréscimo em termos de participação, no período analisado, foi o Sudeste: representava 57,38% do PIB do Brasil em 2002 e 53,17% em 2016, com redução na participação de -4,21%. Em outras palavras, a região sudeste possui mais da metade da participação do PIB do Brasil comparado com as demais regiões (53,17% em 2016) enquanto que as outras quatro regiões juntas possuem 46,83%, mesmo com a queda de 4,21% no comparativo, o que mostra a força econômica dela.

Continuando com o encaminhamento dedutivo, vamos ver como o PIB se comportou em cada uma das regiões. Para isso, continuamos a recorrer à tabela 1, onde se observam os valores e percentuais referentes aos dados comparativos no mesmo período já considerado (2002 a 2016).

A evolução crescente, no período considerado, corresponde a um aumento de 382,41%, apesar de, na comparação com sua evolução em relação ao Brasil ter sido de apenas 0,68%, com aceleração maior entre 2010 e 2014. Em 2016, a região norte possuía cinco municípios entre os 100 com maiores PIB do Brasil.

Sobre a região nordeste, há uma evolução regular ao longo de todo o período, com crescimento de 360,92% percentuais, quando comparado 2016 em relação a 2002, apesar da evolução, em termos percentuais e no mesmo período, ter sido de apenas 1,24% em relação ao PIB do Brasil. Em 2016, o Nordeste possuía quatorze municípios entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

O crescimento da região centro-oeste, no período, correspondeu a 393,82% quando comparado 2016 a 2002. Mesmo com a curva aparentemente constante, houve uma pequena aceleração a partir de 2007. O centro-oeste possuía oito municípios entre os 100 municípios com maiores PIB no Brasil.

Mesmo perdendo participação, quando se considera a comparação com as quatro outras regiões brasileiras, o sudeste cresceu, internamente, 470,25% no período considerado (2002 a 2016), mesmo que tenha tido crescimento negativo (- 4,21%), que corresponde, grosso modo, ao arrefecimento do crescimento decorrente da crise política que se instaurou no país a partir de 2014. A região sudeste possuía cinquenta e seis entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

Finalmente, no que concerne à região sul, ocorrem as mesmas tendências das outras regiões, com aceleração visível entre 2007 e 2013. Se, no período considerado, a região teve participação aumentada em 0,79% no total brasileiro (em relação às outras regiões), ela cresceu 341,69%. Em 2016, a região sul possuía dezessete municípios entre os 100 municípios com maiores PIB do Brasil.

Outros dados permitem comparar o Brasil externa e internamente. Quando se trata do índice de Gini, por exemplo, que mede a desigualdade social, o Brasil tinha índice igual a 0,515, em 2015, mesmo número registrado pela Suazilândia e maior que vizinhos da América Latina, como Chile (0,505) e México (0,482).

Em termos de esperança de vida, o Brasil melhorou nos últimos anos seu desempenho: em 2011, o índice era de 74,2 anos por pessoa ao nascer e subiu para 75,4 em 2015.

O desenvolvimento no país, pensado a partir de dados estatísticos, não aparece como algo estático. É preciso pensar nas mudanças tanto no território quanto em relação a outros países. Observamos, até agora, vários dados comparando as grandes regiões. Em seguida, verificamos alguns dados (índice de Gini e esperança de vida) para situar o Brasil em relação a outros países. A articulação de escalas precisa ser levada em conta para se entender o desenvolvimento e a análise realizada até aqui demonstra essa afirmação. Continuando com nosso caminho estabelecido, vamos aos três estudos de caso.

Os três estudos de caso

Neste ponto do texto, vamos observar os dados do PIB em três cidades da região de Presidente Prudente. Presidente Prudente é uma cidade considerada média no Brasil e Alfredo Marcondes e Regente Feijó são consideradas cidades pequenas.

Sobre a cidade pequena, SILVA afirmou que ela

possui, portanto, uma *materialidade* no seu plano espacial, enquanto *forma* no processo de urbanização e uma *imaterialidade* que pode estar relacionada aos seus *fluxos* (de diferentes dimensões e natureza) que traduzem sentidos econômicos, políticos, culturais etc. Essa realidade urbana não está dissociada de um ponto de compreensão maior, ou seja, a cidade, embora a adjetivação *pequena* retrate uma relação de *mensuração e qualificação* quanto ao seu tamanho, expresso no universo dialético da divisão territorial do trabalho em escala global. Nessa compreensão, a cidade pequena apresenta uma dimensão geral que é comum aos demais centros urbanos, na expressão da cidade e que abrange uma totalidade. De outro modo, revela particularidades, ou seja, predicados que são parte do todo em conjunto e pode conter singularidades, isto é, características únicas que se combinam na produção desigual do espaço na divisão territorial do trabalho (p. 48).

Trabalhando com o plural,

[...] as cidades pequenas oferecem o qualificativo inicial para a caracterização do urbano e da cidade porque, núcleos dessa magnitude, não apresentam dimensões populacionais muito complexas, o que permite avaliar com melhor clareza como se expressam as principais demandas da população. (SILVA, SPOSITO, 2009, p. 205).

Por isso, levamos em consideração, para chegar a pensar a cidade pequena que, para responder às necessidades vitais mínimas da população, a cidade se configura como o que pode vir a ser identificado como urbano, o que significa que deve ser considerado o patamar básico.

Com essas premissas, justificamos a escolha de duas cidades pequenas para comparar, em termos regionais, com uma cidade média.

No caso das cidades enfocadas, as transformações que nelas ocorrem, considerando as três últimas décadas, acontecem em ritmo lento, cada uma delas dentro das suas especificidades, principalmente quando a referência é a indústria. Olhando para a metrópole, Carlos (1994, p. 49) afirma que

na realidade, a grande cidade, a metrópole é o resultado de um longo processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A cidade tem sido o centro por excelência da indústria, *locus* da produção, do comércio, ponto de confluência das vias de comunicação, lugar da gestão, onde se concentra a população e se acumula o capital. Ao se desenvolver a indústria desenvolve-se a urbanização enquanto resultado da especialização do processo de divisão espacial, social e técnica do trabalho.

Na nossa opinião, a metrópole é fundamental para a dinâmica econômica do país (no caso brasileiro, a mais importante é São Paulo); no entanto, a cidade pequena existe e ela precisa ser estudada como fenômeno geográfico onde a vida acontece.

Por isso, vamos aos casos selecionados. Alfredo Marcondes é uma cidade pequena localizada no interior do estado de São Paulo, pertencente à região de Presidente Prudente e, segundo o IBGE, possuía, em 2002, uma população de 2 768 habitantes (se consideramos o município, a população totaliza 3 751 pessoas); em 2018, a população urbana subiu para 3 923 habitantes (mais 461 pessoas na área rural), mostrando o basculamento comum no Brasil: aumento da população urbana e diminuição da população rural. De um total de 645 municípios em São Paulo, em termos populacionais, ela é a 546.^a cidade, o que mostra seu tamanho proporcional em relação aos outros municípios.

TABELA 2 – PIB no Estado de São Paulo. Participação dos municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó – 2002 a 2016 (em mil reais)

	2002	2005	2010	2015	2016
Estado de São Paulo	518 878 815	743 042 944	1 294 695 988	1 939 901 907	2 038 004 931
Alfredo Marcondes	14 924	20 772	36 694	71 689	74 432
% relação a S. Paulo	0,00288%	0,00280%	0,00283%	0,00370%	0,00365%
Presidente Prudente	1 945 483	2 752 976	4 563 335	6 955 500	7 406 410
% relação a S. Paulo	0,3749%	0,3705%	0,3525%	0,3585%	0,3634%
Regente Feijó	140 677	200 857	386 949	573 525	611 871
% relação a S. Paulo	0,0271%	0,0270%	0,0299%	0,0296%	0,0300%

Fonte: IBGE

Elaboração: Edson Manfre, Eliseu Sposito

Embora com pouco significado em termos absolutos, a comparação entre o município de Alfredo Marcondes e o estado de São Paulo (no período entre 2002 e 2016), mostra o mesmo comportamento (aumento do índice), mas com aumento relativo de 400,75% no período.

Regente Feijó, também classificada como cidade pequena e pertencente à região administrativa de Presidente Prudente, segundo o IBGE, possuía uma população urbana de 15 550 habitantes e, se considerarmos o município, havia mais 1 756 de população rural; esses dados, para 2016, modificam-se

para 17 826 habitantes na área urbana e 1 283 na área rural, sendo mais um exemplo de crescimento demográfico na área urbana e decréscimo populacional na área rural. No estado de São Paulo, era o 261.º em números de habitantes.

Mesmo com pequena representatividade, o PIB de Regente Feijó cresceu 334,95%, de 2002 para 2016.

O caso de Presidente Prudente é diferente: principal cidade de sua região, é considerada cidade média por sua posição na rede urbana estadual, por causa de seus papéis de intermediação demonstrados pelos fluxos aéreos e terrestres (de veículos e pessoas), pela força de seu comércio na escala regional, pela concentração de riquezas que pode ser verificado pelo preço do solo urbano etc.

Em 2002, segundo o IBGE, possuía de 188 426 habitantes (no município havia mais 4 809 pessoas) e, em 2016, a população urbana aumentou para 211 637 habitantes e a população rural diminuiu para 4 807 pessoas, mostrando o mesmo movimento das duas cidades pequenas descritas. Entre os 645 municípios do estado, ela está na posição 40, em número de habitantes.

Mesmo com participação pequena em relação ao PIB de São Paulo, Presidente Prudente teve aumento de 280,70% no período de 2002 a 2016.

O IDHM, segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), “é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município”, (2013, p. 27). Assim, as faixas de desenvolvimento humano municipal são fixas, sendo: muito baixo desenvolvimento humano (0 a 0,499), baixo desenvolvimento humano (0,500 a 0,599), médio desenvolvimento humano (0,600 a 0,699), alto desenvolvimento humano (0,700 a 0,799) e muito alto desenvolvimento humano (0,800 a 1). O resumo desses níveis de interpretação está na tabela 3, onde há, também, a distribuição dos municípios segundo as faixas dos seus índices de desenvolvimento humano municipal.

Pela tabela 3, é possível observar que, em 2000, 71,5% dos municípios brasileiros se encontravam nas faixas de baixo e muito baixo desenvolvimento humano e, em 2010, apenas 25,2% dos municípios encontravam-se nessas faixas, o que significa deduzir que mais de 74% figuravam nas faixas de médio e alto desenvolvimento humano, o que mostra o avanço no início do século XXI em

termos do desenvolvimento humano no país, resultado decorrente das políticas sociais de distribuição da riqueza proporcionadas pelos governos nesse período.

TABELA 3 – Distribuição dos municípios brasileiros por faixas do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) – 2000 e 2010

Desenvolvimento humano	2000		2010	
	No. de municípios	%	No. de municípios	%
Muito alto	1	0,0	44	0,8
Alto	133	2,4	1 889	33,9
Médio	1 451	26,1	2 233	40,1
Baixo	1 652	29,7	1 367	24,6
Muito baixo	2 328	41,8	32	0,6
Total municípios	5 565	100	5 565	100

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

TABELA 4 – IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2000/2010 e 2010/2015

(Dados comparativos entre o Brasil, o Estado de São Paulo e os municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó)

Períodos	Brasil	São Paulo	Alfredo Marcondes	Presidente Prudente	Regente Feijó
2000	0,612	0,702	0,646	0,746	0,691
2010	0,727	0,783	0,741	0,806	0,768
2015	0,761	0,819			

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), conforme a tabela 4, são apresentados os índices apresentados nos anos de 2000 e 2010

para os municípios e de 2000, 2010 e de 2011 a 2015 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios estudados neste texto apresentam o seguinte desempenho: Alfredo Marcondes teve índice 0,646 em 2000 e 0,741 em 2010; Regente Feijó, 0,691 em 2000 e 0,768 em 2010 e, Presidente Prudente, 0,746 em 2000 e 0,806 em 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IDHM, em 2000 Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentavam médio desenvolvimento humano, figurando entre os 1 451 municípios com melhor desempenho, e Presidente Prudente era considerado como tendo desenvolvimento humano alto, figurando entre os 133 municípios com maiores índices no Brasil. Uma década depois, em 2010, Alfredo Marcondes e Regente Feijó apresentam alto desenvolvimento humano, figurando entre os 1 889 municípios melhor posicionados e Presidente Prudente é considerado como tendo um desenvolvimento humano muito alto, figurando entre os 44 municípios melhor posicionados. Segundo o IPEA (2013),

o IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,727. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. Nas últimas décadas, o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2010, e 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos de percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período (p. 40).

Conforme pudemos observar, os índices de IDH e IDHM tiveram evolução no período de 2000 e 2010, demonstrando a melhora da qualidade de vida dos brasileiros.

Outro índice que consideramos para cotejar as cidades estudadas é o IVS (Índice de Vulnerabilidade Social) que, segundo o IPEA (2015) “é um índice que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior é a vulnerabilidade social de um município” (p. 18). Assim, para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, os municípios são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

TABELA 5 – Distribuição dos municípios, no Brasil, por faixas de vulnerabilidade social – 2000 e 2010

Vulnerabilidade social	2000		2010	
	No. de municípios	%	No. ee municípios	%
Muito baixa	38	0,7	627	11,3
Baixa	600	10,8	1.699	30,5
Média	1.317	23,7	1.258	22,6
Alta	1.065	19,1	1.178	21,2
Muito alta	2.545	45,7	803	14,4
Total municípios	5.565	100	5.565	100

Fonte: IPEA

Elaboração: Edson Manfre

A tabela 5 apresenta a distribuição dos municípios brasileiros por faixas do IVS, apontando a evolução ocorrida entre 2000 e 2010. A proporção de municípios nas faixas mais baixas da vulnerabilidade social aumentou de 11,5% para 41,8%, enquanto nas faixas de maior vulnerabilidade social essa proporção sofreu redução, passando de 64,8% para 35,6%.

TABELA 6 – IVS – Índice de Vulnerabilidade Social
2000/2010 e 2010/2015

(Dados comparativos entre o Brasil, o Estado de São Paulo e os municípios de Alfredo Marcondes, Presidente Prudente e Regente Feijó)

Períodos	Brasil	São Paulo	Alfredo Marcondes	Presidente Prudente	Regente Feijó
2000	0,446	0,388	0,377	0,266	0,283
2010	0,326	0,297	0,235	0,178	0,161
2015	0,248	0,238			

Fonte: IPEA/Elaboração: Edson Manfre

No que se refere ao Índice de Vulnerabilidade Social, conforme se observa na tabela 6, os índices foram apresentados nos anos de 2000 e 2010 para os municípios e de 2000 e 2010, e de 2011 a 2015 para o Brasil e o estado de São Paulo. Os municípios estudados neste texto apresentam o seguinte resultado: Alfredo Marcondes 0,377 para 2000 e 0,235 para 2010; e Regente Feijó 0,283 para 2000 e 0,161 para 2010 e Presidente Prudente, 0,266 para 2000 e 0,178 para 2010. Considerando os parâmetros estabelecidos para o IVS, no ano de 2000 Alfredo Marcondes apresentava média vulnerabilidade social, figurando entre os 1 317 municípios com melhor situação, Presidente Prudente e Regente Feijó eram considerados de baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 600 municípios melhor posicionados (tabela 2). No ano de 2010, Alfredo Marcondes apresentava baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 1 699 municípios de melhor condição, e Presidente Prudente e Regente Feijó eram considerados como tendo muito baixa vulnerabilidade social, figurando entre os 627 municípios melhor posicionados. Segundo o IPEA (2015),

assim como as noções de “necessidades básicas insatisfeitas”, “pobreza multidimensional” e “desenvolvimento humano”, exclusão e vulnerabilidade social são noções, antes de tudo, políticas (ainda que nem sempre sejam percebidas como tal), que introduzem novos recursos

interpretativos sobre os processos de desenvolvimento social, para além de sua dimensão monetária. Nesse sentido, a leitura desses processos, resultante desta “nova” conceituação, pode dialogar e produzir efeitos sobre as propostas e os desenhos das políticas públicas, alargando seu escopo e colocando em evidência as responsabilidades do Estado, em todos os seus níveis administrativos, na promoção do bem-estar dos cidadãos (p. 12).

Conforme pudemos observar, os índices de IVS tiveram melhoria de 2000 para 2010, diminuindo a vulnerabilidade social dos brasileiros, em decorrência das políticas públicas (voltadas para a distribuição de renda) impetradas por governos com orientação distributivista.

Podemos concluir que houve melhoria de todos os índices apresentados. Se tomamos os índices como representativos do desenvolvimento regional, ele ocorreu objetivamente na região de Presidente Prudente e nas cidades estudadas.

Considerações finais

Analisar o desenvolvimento por meio de dados estatísticos tem suas limitações. No entanto, os dados fornecem um cenário que, considerando a articulação de escalas (desde o enfoque local, passando pelo regional até o nacional), mostra a realidade econômica e social dos diferentes territórios, desde o município até o país. Foi esse esforço que motivou o estudo de três cidades no estado de São Paulo (uma cidade média e duas cidades pequenas) para mostrar que:

- 1) O crescimento econômico e o crescimento dos índices comparativos mostra as mudanças, ao longo do tempo, que qualificam os diferentes espaços;
- 2) Os municípios de uma mesma região têm comportamentos diferentes (demonstrados pelos dados estatísticos) em termos de potencial social e econômico;

- 3) As atividades que sustentam as especificidades dos municípios são diferenciadas mas, no contexto regional, demonstram complementaridade;
- 4) A ideia de região complementar articulada pode ser inferida pelo papel que as cidades representam não apenas na região, mas dela para escalas maiores.

Indo mais além, agora deduzindo o que ocorre na escala estadual, as mudanças observadas nas características de âmbito mais amplo levam a crer que há combinações entre os cenários definidos pela informação geográfica, mas isso não elimina a necessidade de sua qualificação, que pode ser verificada pelas ações políticas (que não foram objeto de análise neste texto).

No caso brasileiro, os dados comparativos entre as regiões do país mostram grandes desníveis em termos de Produto Interno Bruto (maior concentração no Sudeste, com 53,1% do total do país), Índice de Vulnerabilidade Social e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

No caso do PIB, os municípios estudados tiveram melhora em seus dados no período de 2002 a 2016, com aumentos consideráveis (Alfredo Marcondes com 400,7%, Regente Feijó com 334,9% e Presidente Prudente com 280,7%, o que permite afirmar que as cidades pequenas mostraram melhor desempenho – em termos comparativos – que a cidade principal da região de Presidente Prudente).

Para concluir este texto: mesmo que, se podemos admitir que são necessários novos estudos com mais detalhes, principalmente qualitativos, podemos afirmar que foram evidenciados os aspectos de concentração econômico-social nas três escalas focadas: nacional, regional e municipal.

Referências bibliográficas

- Barquero, Antonio V. *Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- Branco, Anselmo L.; Mendonça, Cláudio; Lucci, Elian A. *Geografia para o Ensino Médio*. Geografia para todos. Mapas Temáticos. Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=mapastematicos>> Acesso: 01 dez. 2018

- Cano, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil 1970/2005*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.
- Carlos, Ana Fani A. *Espaço e indústria*. São Paulo: Contexto, 1994.
- Dematteis, Giuseppe; Governa, Francesca (org.). *Territorialità, sviluppo locale, sostenibilità: il modello SLoT*. Milano: FrancoAngeli, 2005.
- Diniz, Clélio C.; Gonçalves, Eduardo. “Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil”. In: Diniz, Clélio C.; Lemos, Mauro B. (org.). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p. 131-170.
- Francisco, Wagner de C. Regiões Brasileiras. *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/brasil/regioes-brasileiras.htm>>. Acesso: 16 jan. 2019.
- Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, (2010) em parceria com Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA – Tabela – 5938 – *Produto Interno Bruto dos Municípios*. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/5938#notas-tabela>>. Acesso: 18 dez. 2018.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, *IBGE apresenta nova área territorial brasileira: 8.515.767,049 km²*. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14318-asi-ibge-apresenta-nova-area-territorial-brasileira-8515767049-km>>. Acesso: 18 dez. 2018.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros*. 2015. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf> Acesso: 01 dez. 2018
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf> Acesso: 01 dez. 2018
- Silva, Paulo F. Jurado da; Sposito, Eliseu S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. *Geografia* (Rio Claro. Impresso), v. 34, p. 203-217, 2009.
- Petry, Almiro. *Desenvolvimento: conceituação e modelos*. Canoas: Unisinos, 2008.
- Santos, Leandro B. Desenvolvimento. In: Sposito, Eliseu S. (org.). *Glossário de Geografia Humana e Econômica*. São Paulo: Editora UNESP, 2017, p. 119-130.
- São Paulo. *IMP – Informações dos Municípios Paulistas*. SEADE – Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>>. Acesso: 1/ dez/2018.
- Schumpeter, Joseph A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- Silva, Paulo F. Jurado da. *Cidades pequenas e indústria: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP*? Presidente Prudente: UNESP, 2011 (Dissertação de Mestrado).
- Silva, Paulo F. Jurado da; Sposito, Eliseu S. Discussão geográfica sobre cidades pequenas. *Geografia* (Impresso), v. 34, p. 203-217, 2009.
- Silva, Paulo F. Jurado da. *O mapa da indústria e a dinâmica do emprego nas pequenas cidades da região de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FCT/PPGG, 2010 (relatório de pesquisa).
- Sposito, Eliseu S. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 2004.

- Sposito, Eliseu S. Desenvolvimento regional: para além da região. In: Messias Modesto dos Passos, Lúcio Cunha, Rui Jacinto. (Org.). *As novas geografias dos países de língua portuguesa. Paisagens, territórios e políticas no Brasil e em Portugal*. São Paulo: Outras Expressões, 2012, v. II, p. 469-492.
- Sposito, Eliseu S. (org.). *Glossário de geografia humana e econômica*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- Ultramari, Clovis. Duarte, Fábio. *Desenvolvimento local e regional*. Curitiba: Ibpex. 2011.
- Vale, Mario. *Conhecimento, Inovação e Território*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

(Página deixada propositadamente em branco)

“WELCOME [TO] THE VISITOR”.
AS DIMENSÕES DA MULTICULTURALIDADE
E DA DIVERSIDADE CULTURAL NA GEOGRAFIA
DAS MIGRAÇÕES

“WELCOME [TO] THE VISITOR”.
MULTICULTURAL AND CULTURAL DIVERSITY
DIMENSIONS IN THE GEOGRAPHY OF MIGRATIONS

Fátima Velez de Castro

Universidade de Coimbra, Departamento de Geografia
e Turismo, RISCOS, CEGOT

velezcastro@fl.uc.pt

<http://orcid.org/0000-0003-3927-0748>

Resumo: Partindo-se das ideias expressas por Fernanda Cravidão, em colaboração com Tiago Cravidão, num dos seus trabalhos mais recentes de entrecruzamento da Literatura e da Geografia, procurar-se-á explorar a dimensão multicultural/intercultural da atual geografia dos migrantes no Cinema, assim como os territórios de espera inerentes.

Para isso, irão ser estudados dois filmes: “Welcome” (2008), de Philippe Lioret, e “O Visitante” (2007), de Tom McCarthy. Do ponto de vista metodológico, basear-se-á o trabalho na análise fílmica de conteúdos por núcleos temáticos, sendo que os resultados apresentados referir-se-ão a: localização e características do cenário de ação; situação de partida e motivação migratória; contacto e interação entre autóctones e alóctones; relação entre alóctones e autoridades; benefício do contacto multi/intercultural; desfecho.

As conclusões constituir-se-ão como uma síntese dos três pontos-chave deste capítulo, sendo o primeiro dedicado à reflexão sobre os territórios das imagens em movimento; o segundo à interligação entre o cinema e as migrações; o terceiro sobre a perspectiva analítica dos filmes em estudo.

Palavras-chave: Geografia; Cinema; Migrações; Multiculturalidade; Territórios de Espera.

Abstract: From the ideas expressed by Fernanda Cravidão, in collaboration with Tiago Cravidão, in one of the more recent intersections of Literature and Geography, it will be sought to explore the multicultural/intercultural dimension of the current geography of migrants, as well the waiting territories.

In this regard, two films will be studied “Welcome” (2008), by Philippe Lioret; “The Visitor” (2007), by Tom McCarthy. From a methodology point of view, the work will be based on the filmic analysis of contents by subject cores, with the presented results referring to location and characteristics of the action scenario; departure situations and migration motivation; contact and interaction between autochthons and aliens; relation between aliens and authorities; benefits of the multi/intercultural contact; result.

The conclusions will be summary of the three key issues of this chapter, with the first dedicated to the reflection on the territories of the moving images; the second to the interconnection between film and migrations; the third on the analytical perspective of the studied films.

Keywords: Geography; Cinema; Migrations; Multiculturality; Waiting Territories.

1. O Cinema, o filme e a imagem em movimento: um olhar geográfico

Sobre a ideia de base deste capítulo, parte-se de um dos trabalhos mais recentes de Fernanda Cravidão, em colaboração com Tiago Cravidão – o capítulo “A Geografia, a Literatura e o Cinema – olhares cruzados. A Selva – Ferreira de Castro (1929) e Fitzcarraldo – Werner Herzog (1982)”¹ publicado em 2016. Os autores dão-nos uma perspectiva de entrecruzamento entre a Literatura e a

¹ In: Velez de Castro, F.; Fernandes, J. L. (2016), *Territórios do Cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade*. Málaga: Eumed, Universidade de Málaga.

Geografia, em que defendem que a ciência geográfica é uma das pontes que ligam os territórios onde a ficção e o real se intercetam, em íntima relação com a dimensão literária e cinematográfica (Cravidão & Cravidão, 2016, p. 102).

Nesta lógica de relação entre o cinema/imagem em movimento e os territórios, Valença (2017, p. 153) refere-se à relação entre a realidade e a imagem, sendo que Velez de Castro e Almeida (2016: 65) acrescentam que a geografia tem na imagem em movimento o seu elemento material mais evidente, seja porque a interpreta, seja porque a constrói. Também Costa (2005, p. 84) vem corroborar esta ideia, ao aferir o espaço observado que passa pelo crivo perceptivo do espaço vivido, pelo que tendemos a reproduzir não a realidade, mas um espaço simbólico-interpretado que deriva das nossas próprias experiências. Daqui pode aferir-se a importância da percepção sobre o espaço, da dimensão sensorial de cada indivíduo sobre os territórios vividos, para a construção de imagens territoriais que, mais cedo ou mais tarde, se projetam para o exterior dos grupos e das comunidades. Esta conceção está na linha de ideias de Fioravante (2018, p.283), que refere que *“o espaço filmico não pode ser concebido então, enquanto uma locação estática e fixa. Ele é dinâmico e trata de unir, de acordo com a percepção do espectador, a ação ao lugar.”* Então é por isso que, segundo Conley (2007, p. 1), a imagem cinematográfica possui, tal como os mapas, uma linguagem iconográfica e figurativa própria, considerando o filme uma projeção espacial derivante da percepção dos próprios espectadores.

A construção-representação espacial inerente ao cinema é explorada por Rosendahl (2010, p. 107), que ao referir-se à dimensão da geografia cultural, defende que é importante analisar a produção e a reprodução dos lugares, assim como as estruturas sociais que lhe dão significado. Nessa lógica, segundo Sturken & Cartwright, 2002, p. 365), o cinema constitui-se como um sistema de representação cujo objetivo é o de representar e simbolizar aspetos da realidade, havendo distinção da simulação, que trata de criar uma nova realidade. Os autores referem que *“(...) the invention of cinema corresponded with an increased desire to visualized movement. (...) The development of cinematic conventions of framing, camera movement, and editing has tended to facilitate the construction of narratives.”* (Sturken & Cartwright, 2002, p. 136)

Desta invenção, há autores que destacam o papel do cinema como construtor de territórios, estimulando as relações de poder entre visualizador-visualizado. É o caso de Fernandes (2016, p. 217) que defende que a linguagem cinematográfica não é por si só um retrato das geografias sugeridas nos filmes, mas antes um reflexo da percepção e dos mapas mentais dos realizadores, do modo de ver e de sentir. Constitui-se como uma forma de *soft-power* que influencia os espectadores e não só, numa sociedade contemporânea altamente centrada no poder do que é visual. Também Velez de Castro e Almeida (2016, p. 168) se referem às anatópias cinematográficas, sendo encaradas como uma construção paisagística resultante da sobreposição de camadas topológicas de carácter cronotópico, as quais podem ou não existir da forma retratada, mas que servem para criar novas espacialidades. É por isso que o *“Cinema is an especially powerful visual medium because a film can create a total world (...) manipulate the visual, the spatial and temporal [dimension] (...) is a powerful means of structuring looking (...)”* (Rose, 2012, p. 151).

Tendo em conta esta ideia, Robinson (1998, p. 470) vem falar da necessidade da desconstrução do discurso textual em geografia e literatura, o que é aplicável à linguagem cinematográfica, chamando a atenção para o facto da dimensão discursiva ser aparentemente estável. Isto significa que a(o) geógrafa(o) deve ter em conta que a análise poderá (e deverá) gerar uma multiplicidade de interpretações, o que não é por si só limitativo, mas antes gera a possibilidade de reconstrução discursiva, baseada em olhares externos pluridisciplinares. Azevedo (2006, p. 62) reforça esta ideia ao referir que *“Apesar de ainda ser um campo relativamente negligenciado dentro da Geografia Humana, a investigação geográfica em cinema desenvolvida nas últimas décadas vem desafiar o modo como percebemos os lugares através deste médium, propondo uma perspetiva crítica e reflexiva por parte do observador relativamente ao conteúdo geográfico do filme e potenciando o questionar das descrições ou retratos frequentemente estereotipados do mundo e dos lugares representados”*. Concordando e reiterando o papel do cinema nos estudos de geografia, Velez de Castro e Santos (2018, p. 92) assumem a validade do uso do filme em contexto académico onde são abordados conteúdos relacionados com o tema das migrações, por ser um instrumento que promove quer a reflexão em torno de

múltiplas possibilidades analíticas, mas também por humanizar e dar rosto aos protagonistas dos movimentos migratórios contemporâneos, que de outra forma seriam reduzidos a uma dimensão estatística e teórica (figura 1).

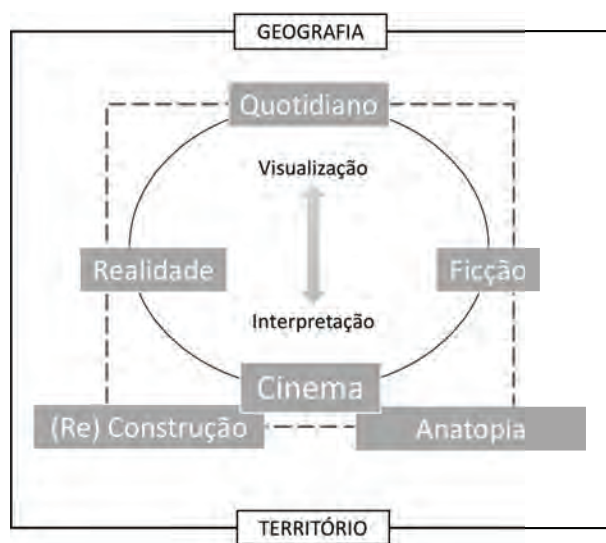


Figura 1 – Relação entre a Geografia e o Cinema.

Elaboração própria (2019)

Em suma, é necessário e urgente aliar novas formas de olhar a geografia do ponto de vista epistemológico, assim como desenvolver uma metodologia que privilegie dimensões analíticas qualitativas e imagéticas. Esta perspectiva é muito importante em temas geográficos atuais, por exemplo, quando se procuram entender os processos territoriais de carácter multicultural e intercultural da atual geografia dos migrantes. Para isso, propõe-se o estudo de dois filmes: “Welcome” (2008), de Philippe Lioret, e “O Visitante” (2007), de Tom McCarthy² sendo que, do ponto de vista metodológico, a análise filmica se

² Doravante designar-se-á no texto o filme “Welcome” por (W.) e “O Visitante” por (V.).

baseará na vertente interpretativa de conteúdos por núcleos temáticos, e os resultados apresentados se referirão a: localização e características do cenário de ação; situação de partida e motivação migratória; contacto e interação entre autóctones e alóctones; relação entre alóctones e autoridades; benefício do contacto intercultural; desfecho.

2. Análise casuística: O Vistante (2007, Tom MacCarthy) e “Welcome” (2008, Phillipe Lioret)

Cravidão & Cravidão (2016, p. 100) defendem que “*todos os territórios migratórios são, também territórios imaginados, ficcionados*”. O cinema é por isso uma área fértil na produção de conteúdos associados às migrações e aos migrantes, dando pistas e equacionando hipóteses de trabalho no que diz respeito a temas tão diversos que vão das políticas públicas à dimensão humanitária, passando sobretudo pela apresentação de casos particulares de personagens associadas a tipificações mais ou menos estereotipadas de origens geográficas alóctones.

O cinema francês tem apostado muito nesta área temática. Recordem-se exemplos de obras relativamente recentes como “Samba” (2015) ou “Que mal fiz eu a Deus” (2014). O primeiro, um filme de Eric Toledano e Olivier Nakache, trata da história de um jovem senegalês, indocumentado, que vive há uma década em França, e que tenta (sobre)viver trabalhando na restauração, num alerta constante para o perigo de deportação. Ao conhecer Alice, uma jovem francesa em situação de *burnout* que, numa lógica de recuperação da saúde física e mental, começa a trabalhar com imigrantes, muda a sua perspectiva de vida. Mas isso também se deve a um acaso, que lhe permitiu reformular a sua identidade, perdendo-se ou achando-se numa oportunidade de recomeço. Esse é, pois, o dilema patente, enfatizado no final da ação. Já o segundo filme, uma comédia de Phillipe de Chauveron, trata de um casal francês que vê as suas quatro filhas casadas com genros originários de *backgrounds* culturais muito diferenciados daquilo que eles consideram ser a cultura francesa: um judeu, um árabe,

um asiático e um africano. É uma história de equívocos, de estereótipos e da forma como o desconhecimento do(s) outro(s) gera medos infundados.

As invocações de ambos os filmes remete-nos à análise casuística, uma vez que se trata de obras em que se parte de uma base multicultural, para outra intercultural, e que o cerne dos enredos se altera após o estabelecimento de contactos e aprofundamento de laços entre autóctones e alóctones, num contexto histórico-geográfico recente

No que diz respeito ao cenário de ação dos filmes, **V** decorre nos Estados Unidos, na cidade Nova Iorque, estando as personagens integradas nas quotidianidades da cidade, num cenário multicultural. Walter, um professor universitário desmotivado e solitário (viúvo), conhece Tarek (sírio) e a sua namorada Zainab (senegalesa) numa situação inusitada, ligada à ocupação ilícita de um apartamento. Após os receios e as desconfianças de ambas as partes, o casal torna-se amigo do ancião, que lhe é recíproco na afeição, sobretudo numa fase avançada do filme, em que este luta pela não deportação do amigo.

Já **W** decorre em França, mais concretamente em Calais, uma cidade litoral tangente ao Canal da Mancha, que dista cerca de 34 km da cidade britânica mais próxima – Dover. Trata-se de um território de espera, com notória divisão espacial entre residentes-autóctones e migrantes-alóctones. Para o jovem menor Bilal, um migrante indocumentado oriundo do Iraque, esse território é a última fronteira que o separa da namorada Mina, que emigrou com os pais para o Reino Unido. Uma vez que não consegue fazer a travessia do canal de outra forma, propõe-se melhorar o seu desempenho como nadador, tendo para isso aulas com o professor Simon, um homem a atravessar um período depressivo por conta do seu divórcio. Também após reticência inicial, os dois tornam-se bons amigos, com base numa relação filial, em que ambos tentam perscrutar o objetivo de chegar ao local de destino migratório. Todavia, e quase a atingir o propósito, Bilal morre no mar, perto da linha de costa britânica.

A situação de partida dos protagonistas e motivação para a migração (local de saída/local de destino) tem contornos aproximados. No caso de **V**, ocorre no contexto de morte do pai, numa fuga a uma situação de conflito social e político no país de origem (Síria). Procura segurança, melhores

condições de vida, sendo que depois conhece Zeinab (oriunda do Senegal), e a presença no país também assume contornos afetivos. Além disso, a mãe (Mouna) vive nos Estados Unidos e luta, através do esquecimento, para permanecer no país.

Também **W** se desenrola num contexto de fuga a uma situação de conflito no país de origem (Iraque), estando relacionado com motivações afetivas, nomeadamente para seguir o percurso migratório da namorada, que migrou com os pais e o irmão para Londres. Além disso, o protagonista quer trabalhar para enviar dinheiro para a família, jogando futebol, desporto que praticava e pelo qual era conhecido pela sua velocidade em campo.

Constata-se então que a motivação migratória ocorre por dois motivos principais; pela fuga à insegurança, conflito e instabilidade política e social vivida nos países de origem; por motivos afetivos e em busca de um nível de vida satisfatório para si e para os seus. Em ambos os casos, os protagonistas procuram “refúgio” longe do país de origem, numa lógica atípica à norma, sendo que muitos dos deslocados das suas nacionalidades fazem a mobilidade para territórios contíguos aos seus países. Urge por isso analisar a dimensão da multiculturalidade e da diversidade cultural, patente na geografia das migrações de ambos os protagonistas, e as relações estabelecidas com estes locais de destino, que (também) se constituem como territórios de espera.

3. A dimensão da multiculturalidade e da diversidade cultural na geografia das migrações: relações com os territórios de espera

Uma observação dos valores referentes ao panorama geral das migrações no mundo permite-nos aferir uma crescente tendência da mobilidade populacional. McAuliffe e Ruhs (2017, p. 31 e 36) estimaram que, em 2015, o número de migrantes internacionais à escala mundial ascendesse a 244 milhões de indivíduos, representando cerca de 3,3% da população mundial. Comparando com os valores dos anos 70 do séc. XX, verifica-se que houve um grande aumento dos valores absolutos, como podemos observar no quadro 1.

QUADRO 1. Evolução dos migrantes internacionais

Year	Number of migrants	Migrants as a % of world's population
1970	84,460,125	2.3%
1975	90,368,010	2.2%
1980	101,983,149	2.3%
1985	113,206,691	2.3%
1990	152,563,212	2.9%
1995	160,801,752	2.8%
2000	172,703,309	2.8%
2005	191,269,100	2.9%
2010	221,714,243	3.2%
2015	243,700,236	3.3%

Fonte: OIM (2018: p.15)

O UNHCR (2017, p. 2), no que diz respeito às migrações forçadas, estima que em 2017 existissem 68,5 milhões de deslocadas(os) no mundo, sendo que 40 milhões faziam a deslocação dentro do próprio país. Deste valor global, apenas 25,4 milhões tinham o estatuto de refugiada(o).

Ambos os protagonistas dos filmes em análise se podem enquadrar nestas estatísticas, fazendo parte do contingente que realizou uma migração internacional, em certa medida forçada, a qual implicou a mobilidade para países de matriz social e cultural diferente dos respetivos locais de partida.

Tendo em conta este contexto, parece pertinente introduzir a discussão sobre a dimensão presente no contacto entre migrantes e autóctones e que diz respeito ao conceito de “multiculturalidade”. André (2012, p. 26) defende que *“Multiculturalismo não designa apenas uma realidade fixa e homogénea, clara e univocamente configurável por alguns traços essenciais suscetíveis de serem universalizados a todos os posicionamentos que o enfrentam e que o tematizam.”* Por outro lado, Mendes (2010, p. 32) desenvolve esta ideia, referindo que uma situação de multiculturalidade não implica que haja um contacto direto entre as culturas presentes, mas antes uma coexistência que, na sua dinâmica espacial e temporal, pode extrapolar para situações de colaboração ou conflito. Nesse caso, e havendo contacto-interação, evolui-se para uma situação de interculturalidade, ou seja, estabelecem-se relações entre diversas comunidades e culturas, as quais passam a interagir

no mesmo território de vivência. Cuche (2004, p. 167) acrescenta que “*O multiculturalismo pode consistir, portanto, em ter em conta as diferenças étnicas, religiosas e culturais para organizar a sua coexistência através da troca e do respeito de referências e de regras comuns a todos, que transcendem as pertenças particulares*”. Nesta linha de raciocínio, Mitchell (2007, p. 64) referiu que o multiculturalismo impulsionou o desenvolvimento da teoria cultural e dos estudos culturais. Considerou essencial o papel das(os) geógrafas(os), que redesenharam os princípios dos estudos culturais numa lógica espacial, sendo o principal objetivo a análise e a celebração da diversidade do mundo.

No contexto deste capítulo, advoga-se que o estudo da imagem em movimento, com base em documentos fílmicos, se assegura como uma forma de captar essa multiplicidade de territórios. Desta forma, e fazendo uma analogia entre a dimensão teórica e os filmes em análise, verificamos que a interação entre os migrantes e os autóctones se realiza num plano progressivo e multidimensional. Em **V** observa-se os dois contingentes a interagir de forma superficial, sendo o contacto efémero e limitado em termos temporais. Por exemplo, nas cenas em que Zeinab vende o seu artesanato no mercado ou em que Tarek se apresenta como percussionista, os clientes-usuários passam no espaço, observam, apreciam e continuam os seus percursos, sem aprofundar o relacionamento, sendo esse contacto efetuado em espaço público. Esta coexistência pacífica e distante apenas é desenvolvida pelos protagonistas, neste caso através de Walter, no espaço privado do apartamento “pseudo-arrendado”, em que a coexistência residencial permite partilhar as rotinas, os estados de espírito, as reflexões, as inquietações, a quotidianidade em geral. No caso de **W**, podemos observar algo semelhante. Neste caso, há uma evidente relação de tensão entre os autóctones e os migrantes, sendo esse facto manifesto em cenas como a proibição de entrada na piscina, no supermercado e a queixa efetuada por vizinhos de Simon, que não concordam com a entrada de alóctones no prédio. Neste caso, o espaço público/comum é vedado, sendo estes indivíduos confinados geograficamente a territórios de espera. O aprofundamento do contacto é realizado entre Bilal e Simon, tanto no espaço público da piscina, mas sobretudo no espaço privado do apartamento, onde chega a jantar e dormir com outro amigo.

Trata-se de situações de convivência recíproca, pelo que Jackson (1999, p. 65) advoga a necessidade de os indivíduos possuírem competências culturais, se quiserem entender ou até mesmo participar em qualquer que seja a subcultura. Neste contexto, entendem-se as competências culturais na lógica do capital de mobilidade, ou seja, trata-se de um conjunto de capacidades adquiridas/construídas pelo indivíduo, as quais resultam de um conjunto de experiências vividas, nomeadamente o contacto com a(o) “outra(o)” e a predisposição/abertura para o conhecer. Mitchell (2007, p. 280) vai mais longe, ao assumir a possibilidade de, no fundo, todas(os) sermos a(o) outra(o), uma vez que a nossa vida se rege, em cronotopos diferenciados, por mobilidades mais ou menos permanentes, mais ou menos distantes. Noutras palavras, a diversas escalas de análise, desde a local-quotidiana, até à global-ciclo de vida, há espaço para realização de mobilidades de naturezas diferenciadas.

A geografia cultural, nas suas múltiplas vertentes, trabalha com questões ligadas à diversidade cultural, aos territórios e à sociedade. Claval e Entrikin (2004, p. 43) defendem que a génese desta disciplina, além de estar baseada em perspetivas feministas de estudos de género, também deriva de uma necessidade de se pensar em novas formas de culturas, as quais são o resultado de uma vivência multiterritorial de alguns grupos sociais, nomeadamente migrantes (laborais, académicos, etc.) e até mesmo de outros viajantes. Knafou (1997, p. 249) e Vallega (2003, p. 252-256) referem que, atualmente, a natureza da geografia cultural utiliza um discurso científico multidisciplinar, tendo em conta a dimensão territorial das regiões, o que inclui, necessariamente, o estudo e a compreensão de espaços multiétnicos e da diversidade cultural. Slater (1997, p. 325) afirma que a própria noção de pós-modernidade envolve pluralidade, diferença, heterogeneidade e hibridismo, o que resulta na diversidade cultural.

Embora a perspetiva de diversidade cultural esteja relacionada com uma visão de partes que constituem um todo diversificado, Claval (2002, p. 75) chama a atenção para o facto de ser necessário repensar sempre o conceito à escala individual. Segundo o autor, embora cada pessoa esteja inserida num determinado grupo de matriz cultural semelhante, a verdade é que, ao receber as influências do grupo, tende a reinterpretar as normas cultu-

rais de acordo com a sua percepção. Isto significa que, a uma micro-escala – a do indivíduo – a diversidade cultural se pode pulverizar em múltiplas variantes, sem que se perca por si só o denominador comum da cultura do grupo em que se insere.

Aliás, muito pelo contrário. A ideia gerada pelos filmes é que tanto Walter como Simon tentam ajudar os amigos migrantes nas suas pretensões, sem lhes limitar os desígnios de identidade, sendo que acabam eles mesmos por ser beneficiados pelo contacto intercultural. É certo que em **V**, Tarek recebe ajuda em momento específico (residência no apartamento de Walter), apoio emocional e jurídico (detenção no centro); em **W** Bilal melhora significativamente as competências de natação e recebe apoio emocional de Simon, que se torna numa espécie de “alter-ego paterno” (aulas de natação e preocupação pela perigosidade da travessia). Todavia, tanto Walter como Simon, alteram a sua forma de estar e de olhar o mundo. Graças aos amigos migrantes, desenvolvem sentimentos e competências como a empatia, ao colocarem-se no lugar dos outros, assim como a compaixão, quando se envolvem e atuam para resolver os problemas dos seus amigos. Também se começam a relacionar melhor consigo próprios, redescobrimo nas suas dimensões emocionais a capacidade de amar a(o) próxima(o), encarando a vida com outro sentido, vivendo de forma mais positiva os territórios a que pertencem.

No que diz respeito à dimensão territorial, é de considerar o fato desta ser vivenciada de forma diferenciada pelos protagonistas. Se para Walter e Simon, os países representados no filme se constituem como espaços de pertença formal, pela validade das suas presenças enquanto indivíduos com personalidade jurídica “adequada”, para Tarek e Bilal constituem-se como territórios de espera. Embora sejam para eles espaços de vivência/espaços vividos, a posição face à lei é a de “indocumentados”, pelo que quer os Estados Unidos da América – Nova Iorque, quer França-Calais, se asseguram como lugares transitórios, de notória passagem.

Sobre a questão concetual, Musset e Vidal e Vidal, (2011, p.3) definem “território de espera” como sendo “(...) *um espaço fechado, separado, distinto, possuindo uma forte visibilidade. (...) É pensado para pôr em espera temporaria-*

mente grupos em deslocamento (...) mas também para separar os grupos em espera do resto da sociedade circundante. (...)”.

Vidal e Musset (2016, p. 5) defendem que os territórios de espera se constituem como espaços socialmente densos, uma vez que retratam várias dimensões dos indivíduos, a saber:

- 1) Psicológicas e fisiológicas (por exemplo, no caso dos indocumentados, podem optar por tomar atitudes mais discretas, na forma de estar e de vestir, para não chamar a atenção);
- 2) Sociais (a criação de novos e inesperados laços);
- 3) Económicas (a realização de atividades precárias);
- 4) Culturais (aculturação);
- 5) Políticas (a relação de poder entre autóctone-alóctone).

A relação transitória com estes espaços é diferente, tendo em conta a escala de análise. No caso de **V** atente-se à relação tensa com as autoridades, nomeadamente no episódio da prisão no metro. Tarek é levado para um centro de detenção para migrantes, um espaço sufocante de confinamento geográfico, um edifício retangular e sem janelas, discretamente erigido num subúrbio da cidade, onde não é permitido o contacto físico com os visitantes, eliminando-se a possibilidade de toque, do abraço. Além disso, não há privacidade, uma vez que o espaço é partilhado com outros detidos, com a particularidade de as luzes estarem sempre acesas e de não haver possibilidade de sair para um espaço ao ar livre. Além disso a instabilidade é iminente, uma vez que os detidos podem ser transferidos para outros centros, sem que eles próprios e as famílias sejam informados atempadamente.

Já em **W** Bilal não está preso, mas vive em Calais, onde há espaços proibidos, embora isso implique um atropelo às regras de utilização, que não podem discriminar indivíduos pela sua origem geográfica, como é o caso da piscina ou do supermercado. Mas, na realidade, há uma privação destes espaços por abuso nas relações de poder, o que leva a situações de privação de higiene e de comida, situações estas mitigadas pelos voluntários autóctones,

que penetram no espaço de confinamento-permanência dos migrantes, e lhes fornecem comida e roupa.

Pode-se então observar que em ambos os filmes, estes espaços camuflados são praticamente invisíveis “aos de fora”, o que os tornam eminentes territórios de espera. Sobre este aspeto Bauman (2003, p. 167) refere que se tornam “(...) «*permanentemente temporári[os]*», os *[os próprios]* refugiados «*estão nel[es]*, mas não são del[es]»”. Nestes casos, a dimensão multicultural é substituída por uma segregação socioespacial, que se foca na expulsão da(o) outra(o). Sobre esta tendência, e tendo como base o contexto da Europa, Moura (2013, p. 83) assegura que a unidade europeia só pode existir e prevalecer se esta for realizada no quadro da diversidade cultural, sendo que Matias (2014, p. 96) acrescenta a dimensão da cidadania como instrumento de inclusão social dos migrantes.

4. Notas Finais

Musset (2015, p. 317) referiu que os territórios de espera podem originar situações de tensão, geradas pela pressão da efemeridade e pela incerteza do desfecho. É o que acontece em ambos os filmes. No caso de **V**, Tarek “desaparece” no cerne do centro de detenção, sendo que dele apenas se tem a informação de que vai ser deportado. Com a iminente expulsão, Mouna (a mãe) volta à Síria, para o receber no regresso ao país-natal, sendo que a namorada permanece nos Estados Unidos numa situação irregular e Walter mergulha de novo nas suas quotidianidades. Em **W**, Bilal atravessa a nado o estreito de Dover, sendo intercetado pelas autoridades britânicas. Morre por afogamento, a menos de 1 km da costa britânica, sendo o seu corpo tresladado para França e enterrado em Calais. Ambas as personagens “desaparecem” de cena de forma repentina, sem que haja um *terminus* ou um aviso evidente. Fará sentido?

Obviamente que ambos os realizadores são livres de tomar as suas opções de guião, tanto estéticas como técnicas. Contudo, a questão colocada não diz respeito em si aos desfechos das histórias, mas antes convida a refletir sobre

a natureza do território, da qual fazem parte os indivíduos inerentes, e que são diferenciados nas suas características mais intrínsecas. Wallach (2005, p. 14-17) discute esta questão, entendida do ponto de vista de várias escalas de análise, deixando antever um padrão diferenciado, no que se refere à diversidade cultural na relação com os espaços. Segundo o autor, há uma complexidade de elementos que caracterizam as diversas paisagens culturais existentes, que vão desde a arte à tecnologia. No entanto, a diversidade cultural também está baseada nos valores que normatizam e orientam a conduta comportamental dos indivíduos, que difere de lugar para lugar, de sociedade para sociedade, tornando os territórios únicos, mas não impenetráveis, no que diz respeito a influências exteriores.

Em suma, estamos perante dois filmes nos quais, numa análise em que se relaciona o cinema com a geografia, se problematizam questões associadas à dimensão da multiculturalidade e da diversidade cultural, com um propósito a nunca perder de vista: a de humanizar os fenómenos migratórios através do estímulo à empatia, à compaixão, ao cuidado e à hospitalidade (André, 2018, s/p).

Referências bibliográficas

- André, J. M. (2012). *Multiculturalidade, identidades e mestiçagem: o diálogo intercultural nas ideias, na política, nas artes e na religião*. Coimbra: Palimage.
- André, J. M. (2018). *De uma antropologia da vulnerabilidade a uma ética do cuidado*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yrRDTT5QUXQ> (acedido em 05/06/2019)
- Azevedo, A. F. (2006). "Geografia e Cinema". In Sarmiento, J; Azevedo, A .F.; Pimenta, J.R. (Coord.), *Ensaio de Geografia Cultural*. Porto: Editora Figueirinhas, p. 59-80.
- Bauman, Z. (2003). *Amor líquido. Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Claval, Paul (2002). *La Geografia culturale*. Milão, DeAgostini, 318 pp.
- Claval, Paul; Entrikin, J. Nicholas (2004). "Cultural geography: place and landscape between continuity and change". In: Benko, Georges; Strohmayer, Ufl, *Human Geography. A history for the 21st century*, Arnold Publishers, Londres, p.25-46.
- Conley, T. (2007). *Cartographic Cinema*. EUA: Minnesota Press.
- Cravidaõ, F; Cravidaõ, T. (2016). "A Geografia, a Literatura e o Cinema – olhares cruzados. A Selva – Ferreira de Castro (1929) e Fitzcarralo – Werner Herzog (1982)". In Velez de Castro,

- F.; Fernandes, J. L. (Coord.), *Territórios do Cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade*. Espanha: Eumed-Universidade de Málaga, p. 93-102.
- Costa, M. H. C. (2005). "As paisagens urbanas e o imaginário filmico". In: Valença, M. M.; Costa, H. H. C. (Orgs.), *Espaço, cultura e representações*, Natal: Editora da UFRN., p. 81-96.
- Cuche, D. (2004). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições.
- Fernandes, J. L. (2016). "O Cinema e o ecrã omnipresente nas paisagens e nas territorialidades contemporâneas". In Velez de Castro, F.; Fernandes, J.L. (Coord.), *Territórios do Cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade*. Espanha: Eumed-Universidade de Málaga, p. 215-232.
- Fioravante, K. E. (2018). "Geografia e cinema: a releitura dos conceitos de espaço, paisagem e lugar a partir das imagens em movimento". *Ateliê Geográfico*, 12-1, p. 272-297.
- Jackson, Peter (1999). *Maps of meaning. An introduction to cultural geography*. Routledge, p. 213.
- Knafou, Rémy (1997). *L'état de la géographie. Atoscopie d'une science*. Belin Editeur, Paris, p. 438.
- Matias, G. S. (2014). *Migrações e cidadania*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- McAuliffe, M.; Ruhs, M. (2017). *World report migration 2018*. Suíça: IOM.
- Mendes, J. M. (2010). *Cultura e multiculturalidade*. Lisboa: Biblioteca Escola Superior de Teatro e Cinema,
- Mitchel, D. (2007). *Cultural geography. A critical introduction*. EUA: Blackwell Publishing.
- Moura, V. G. (2013). *A identidade cultural europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Musset, A. (2015). "De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social? *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, vol.61/2, p. 305-324.
- OIM (2018). *World Migration Report 2018*. Suíça: Organização Internacional para as Migrações.
- Robinson, G. M. (1998). *Methods & Techniques in Human Geography*. Reino Unido: Wiley.
- Rose, G. (2012). *Visual methodologies. An introduction to researching with visual materials*. Londres: Sage Publications, 3ª edição.
- Rosendahl, Z. (2010). "Espaço e educação na Geografia cultural". *Espaço e Cultura*, 28, p. 106-113.
- Slater, David (1997). "Geopolitics and the postmodern: issues of knowledge, difference and north-south relations". In: Benko, Georges; Strohmayr, Ulf (Eds.), *Space & Social Theory. Interpreting modernity and post modernity*, Blackwell Publishers, Reino Unido, p. 324-335
- Sturken, M.; Cartwright, L. (2002). *Practises of looking. An introduction to visual culture*. Oxford: Oxford University Press.
- UNHCR – UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2017). *Global trends for displacement in 2017*. Disponível em: <https://www.unhcr.org/5b27be547.pdf> (acedido em 05/06/2019)
- Vallega, Adalberto (2003). *Geografia culturale. Luoghi, spazi, simboli*. Torino: Utet Libreria, p. 381
- Valença, M. (2017). "Cidade, cultura e transformação: um ensaio sobre arte, criatividade e cultura urbana". In: Cruz, F. M. R. (Org.), *Cultura e cidade: abordagem multidisciplinar da cultura urbana*. Natal: EDUFRN, p.141-170.

- Velez de Castro, F.; Almeida, A. C. (2016). "Anatopias cinematográficas em contexto geográfico. Contributo para a (des)construção de paisagens imaginadas. In Velez de Castro, F.; Fernandes, J. L. (Coord.), *Territórios do Cinema. Representações e paisagens da pós-modernidade*. Espanha: Eumed-Universidade de Málaga, p.163-180.
- Velez de Castro, F.; Santos, J. C. (2018). "Riscos sociais e migrações: o cinema como promotor da educação para a multi/interculturalidade". In: Lourenço, L.; Amaro, A., *Educação para a redução dos riscos*, Coimbra: Estudos Cindínicos, Riscos, p.69-94.
- Vidal, L.; Musset, A.; Vidal, D. (2011). "Sociedades, mobilidades, deslocamentos: os territórios da espera. O caso dos mundos americanos (de ontem a hoje)", *Confins – Revista franco-brasileira de geografia*, 13, 26 p., disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/7274> (acedido em 2/5/2019), com DOI : 10.4000/confins.7274
- Vidal, L.; Musset, A. (2016). *Waiting territories in the americas. Life in the intervals of migration and urban transit*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Wallach, Bret (2005). *Understanding cultural landscape*. Nova Iorque: The Guilford Press, p. 405

Filmografia

Welcome (2008), de Philippe Lioret, França.

O Visitante (2007), de Tom McCarthy, EUA.

Que mal fiz eu a Deus? (2014), de Phillipe de Chauveron, França.

Samba (2014), de Olivier Nakache e Éric Toledano, França.

Figura 2 e 3. Filmes em estudo: "Welcome" (2008) e "O Visitante" (2007). Fonte: <https://mag.sapo.pt/cinema/filmes/o-visitante> e <https://mag.sapo.pt/cinema/filmes/welcome-bem-vindo> (2019)

(Página deixada propositadamente em branco)

**MUNICÍPIO DA PAMPILHOSA DA SERRA,
UM AUTÊNTICO TRATADO DE PATRIMÓNIO
GEOMORFOLÓGICO**

Luciano Lourenço

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
Departamento de Geografia e Turismo, NICIE, CEGOT e RISCOS
ORCID 0000-0002-2017-0854
luciano@uc.pt

Resumo: O património natural e, em particular, o património geomorfológico assumem um papel de destaque no município da Pampilhosa da Serra. Com efeito, os materiais rochosos, predominantemente xistosos, que lhe servem de substrato, dão origem a formas arredondadas, mas que por vezes a tectónica torna bem mais vigorosas formando, por exemplo, vales retilíneos, de orientação meridiana, muitos dos quais ainda conservam as vertentes regularizadas. Aos xistos sobrepõem-se formações de quartzito que, pela sua dureza, desenvolvem cristas que se salientam na paisagem, através de formas majestáticas, também elas muito condicionadas pela tectónica. No pormenor, é possível observar outras formas, sobretudo as que estão associadas à evolução da drenagem e que se traduzem tanto em belos meandros, ativos e abandonados, quer natural quer artificialmente, como em estreitas passagens na travessia das cristas, vulgarmente conhecidas por “cabril”. Este pequeno texto pretende contribuir para a divulgação de algumas destas magníficas formas e, também, das deslumbrantes paisagens em que o município da Pampilhosa da Serra é fértil.

Palavras-chave: Paisagem; Cristas Quartzíticas; Tectónica; Meandros.

Abstract: The natural heritage and, in particular, the geomorphological patrimony assumes a prominent role in the municipality of Pampilhosa da Serra. Indeed, the predominantly shale rock materials that serve as its substrate give rise to rounded shapes, but sometimes tectonics makes them much more vigorous, for example giving rise to meridian-oriented rectilinear valleys, many of which are still retain the regular strands. Shales overlap quartzite formations that, due to their hardness, develop ridges that stand out in the landscape, through majestic forms, also very conditioned by tectonics. In detail, it is possible to see other forms, especially those associated with the evolution of drainage, which translate into both beautiful, active and abandoned meanders, either naturally or artificially, as well as narrow passages in the crest crossing, commonly known as “cabril”. This short text aims to contribute to the dissemination of some of these magnificent forms and also the stunning landscapes in which the municipality of Pampilhosa da Serra is fertile.

Key words: Landscape; Quartzite ridges; Tectonics; Meanders.

Nota Prévia

Quando, em tempos, fui convidado para participar numa obra sobre o concelho da Pampilhosa da Serra e, deste modo, me foi dada a oportunidade de poder divulgar para um público mais vasto muitos dos aspetos que, em sucessivas viagens, ao longo de mais de trinta anos, tenho procurado transmitir às várias centenas de visitantes que me têm acompanhado pelas sinuosas estradas do concelho, descobrindo e “lendo” as paisagens das serras de xisto, não me restava outra alternativa senão a de aceitar o desafio, que muito me honrou e, simultaneamente, mais me responsabilizou.

Com efeito, tentar sistematizar, num texto simples, aquilo que a observação direta permite visualizar de forma clarividente, não sendo tarefa fácil, é pelo menos aliciante, pelo que aceitei com gosto essa responsabilidade que, rapidamente, se transformou em preocupação, decorrente sobretudo da falta do engenho necessário para levar a bom porto a missão que assumira desempenhar. Apesar de várias limitações, lançámos mãos à obra, na expectativa de que ela pudesse vir a ser útil.

Por razões diversas, o texto ficou esquecido na gaveta, a aguardar pela resolução das questões burocráticas que impediam a sua publicação na forma inicialmente prevista e, por não terem sido solucionadas, o livro acabou por não ser dado à estampa.

Anos mais tarde, achei que o IV Congresso de Geomorfologia seria o local ideal para divulgar esse trabalho, não só para os especialistas e participantes presentes, o que aconteceu, mas também através da sua posterior publicação, para o grande público, que voltou a não se concretizar.

Agora, quando decidi participar no Livro de Homenagem à Professora Fernanda Cravidão, pensei que teria hipótese de retomar um dos dois trabalhos que fiz enquanto estudante, para a disciplina de Hidrologia, então por si lecionada, designadamente aquele que tratava das *Marés no Porto de Macau*, referente à Hidrologia Marinha, já que o outro, respeitante à Hidrologia Continental, foi desenvolvido e publicado sob o título: *O Rio Alva* (Lourenço, 1989).

No entanto, por circunstâncias várias, tal também não foi possível e, quando pensava em alternativas a essa publicação, ocorreu-me a afinidade da Professora Fernanda Cravidão ao município da Pampilhosa da Serra, onde, aliás, chegámos a realizar trabalho de campo conjunto, por exemplo com vista à preparação e orientação da *Viagem de estudo às Serras da Lousã e de Cebola*, realizada no âmbito da *International Conference on Forest Fire Research*, Coimbra, 1990, e que deu azo à publicação do respetivo Livro-guia, uma brochura com 58 páginas (Lourenço, Cravidão e Bento-Gonçalves, 1990).

Fruto da empatia que liga a Professora Fernanda à Pampilhosa da Serra, a publicação de um texto sobre esse município pareceu-me natural, porque além de permitir realizar alguma da divulgação antes prevista para o livro sobre o município, também possibilita a revisitação de alguns lugares que percorremos juntos, associando-os agora a uma perspetiva diferente, turismo e património, áreas a que a colega Fernanda se dedicou particularmente nos últimos anos de Faculdade, salientando alguns aspetos do muito património geomorfológico em que o município da Pampilhosa da Serra é rico, como já tivemos ensejo de referir a propósito do “fosso do médio Zêzere” (Lourenço, 2017) e que agora completamos noutros aspetos.

É, pois, com este modesto contributo que aqui rendemos a nossa homenagem à Professora e à Colega Fernanda Cravidão.

Introdução

A situação de interioridade do concelho da Pampilhosa da Serra determina que, entre muitos outros condicionalismos, os acessos se façam habitualmente pela estrada nacional EN-112, quer entrando pela Portela do Vento, sendo proveniente de Coimbra, quer acedendo pela Selada Cova, vindo de Castelo Branco. Como alternativa, poderá ser usada a estrada de ligação n.º 344, ou, ainda, para os conhecedores ou os mais aventureiros, a vasta rede de estradas municipais que, apesar de estreitas, possuem um bom piso e percorrem o município.

Seguindo qualquer uma das vias mencionadas, podemos desfrutar de paisagens que, numa aparente monotonia de formas, apresentam, em observação mais atenta e minuciosa, situações suficientemente contrastadas, com pormenores capazes de prenderem a nossa atenção durante largos instantes, sobretudo se as pretendermos interpretar, ou seja, entender e, depois, explicar as muitas e diferentes formas de relevo com que nos deparamos.

Deste modo, o objetivo do exercício que nos propomos efetuar passa por convidar o(a) leitor(a) a viajar connosco nas deslumbrantes paisagens que a tectónica e os agentes erosivos foram moldando nos xistos e nos quartzitos, paulatinamente, ao longo dos milénios, transformando o território do concelho da Pampilhosa da Serra, bem como a sua área envolvente, num autêntico tratado de geomorfologia, constituindo um verdadeiro livro aberto, um compêndio de estudo obrigatório para qualquer visitante que queira entender a paisagem com que se depara.

Com efeito, a imponência e majestosidade de alguns troços das cristas quartzíticas conseguem impressionar mesmo o mais distraído e insensível dos visitantes, pelo que a descoberta da paisagem que propomos não se dedica apenas aos estudiosos ou aos especialistas, mas sim a todo e qualquer viandante

que, com o mínimo de sensibilidade, demande aquelas paragens e queira ficar a conhecê-las um pouco melhor.

Por esse motivo, a metodologia não passa por fazer uma análise geomorfológica exaustiva do concelho da Pampilhosa da Serra, mas tão somente procurará enquadrar os seus elementos mais significativos e destacar, em traços gerais, os mais atrativos do ponto de vista paisagístico e que mais contribuem para diversificar a paisagem, sobretudo aqueles que se localizam junto dos itinerários mais usados e acessíveis.

Atendendo às diversas opções de percursos, quer em função da estrada de entrada no território municipal, quer do tempo de permanência nele, a apresentação seguirá uma sequência temática, com exemplos concretos dos locais onde se podem observar ao longo de determinado percurso, de modo a que seja o leitor a organizar o seu próprio itinerário, em função dos aspetos que mais lhe interessam.

No entanto, para quem disponha de pouco tempo e queira ficar a conhecer minimamente o concelho da Pampilhosa da Serra, se, por exemplo, entrar e quiser regressar pela EN-2, recomendamos o itinerário seguinte: Portela do Vento, Catraia do Farropo, Fajão, Malhada do Rei, Unhais-o-Velho, Meãs, S. Jorge da Beira (cruz.^{to}), Minas da Panasqueira (cruz.^{to}), Portela de Unhais, Casal da Lapa, Selada Cova, Pampilhosa da Serra, Portela do Fojo, Alvares (cruz.^{to}) e Portela do Vento.

Com efeito, o concelho da Pampilhosa da Serra desenvolve-se por pouco mais de 395 km², numa paisagem essencialmente xistosa, cuja aparente monotonia só é interrompida pelo vigor com que as majestosas formas quartzíticas se destacam na paisagem, imprimindo-lhe uma fisionomia característica, que, no entanto, apesar da dureza destas rochas, não é suficiente para lhe dar a imponência que possuem noutras paragens.

De facto, como Fernando Rebelo observou nas serras de Valongo (1975, p. 7-8), também no concelho da Pampilhosa da Serra, os quartzitos são, no conjunto, as rochas duras responsáveis pela existência de cristas alongadas que, normalmente, se erguem acima dos relevos circundantes, constituídos por xisto, embora nem sempre estas cristas sejam constituídas exclusivamente por

quartzitos duros. Por vezes, no afloramento mais importante (Fajão a Sarnadas de São Simão) associam-se-lhes outros materiais petrográficos, nomeadamente grauvaques, conglomerados, quartzitos xistoides, leitos de xisto grosseiro, xistos argilosos, xistos argilo-areníticos e arenitos.

Todavia, apesar da sua dureza, nem sempre os quartzitos se elevam acima dos xistos. Nestes casos, é a tectónica a impor as regras que originaram as maiores altitudes, onde todas elas se desenvolvem em rochas predominantemente xistosas, diminuindo gradual e progressivamente de Nordeste para Sudoeste (Figura 1): Picoto de Cebola – 1418 m¹, Silva – 1129 m, Arouca – 114 m, Rocha – 1190 m, Decabelos – 1051 m e Caveiras – 1029 m. Na extremidade oriental, a sul do Picoto de Cebola, destaca-se ainda o Alto do Chiqueiro – 1086 m.

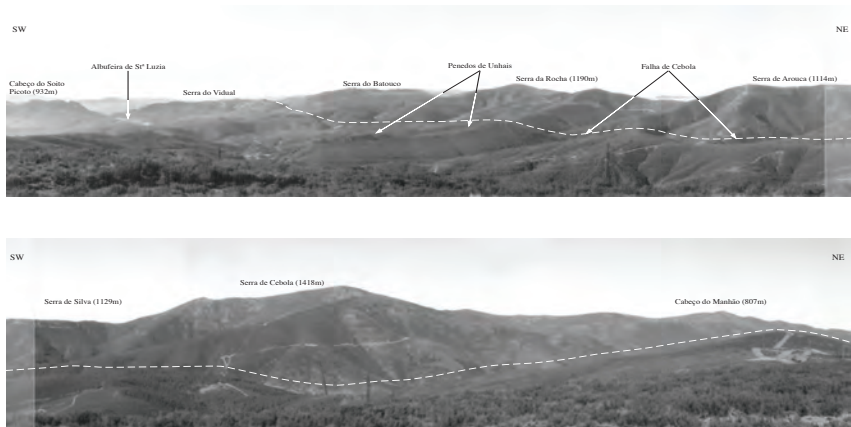


Figura 1 – Aspecto geral da falha de Cebola, responsável pelo soerguimento dos relevos situados a Norte dela, tomado do interflúvio situado entre os rios Unhais e Zêzere e observável do miradouro da Portela de Unhais.

Em contrapartida, as maiores altitudes dos quartzitos, que se desenvolvem de Noroeste para Sueste, são bem menos elevadas do que as dos xistos, pois

¹ As altitudes referidas ao longo do texto dizem respeito às constantes na Carta Militar de Portugal, na escala de 1/25000, cujos trabalhos de campo decorreram em 1946 e que, em alguns casos, apresentam valores diferentes na edição de 1992.

apenas uma delas, na serra do Batouco, ultrapassa mil metros. Assim, na crista principal, a Mata (Penedos de Fajão) eleva-se a 901 m, Batouco – 1105 m, Picoto – 932 m, Raposa – 610 m e, a Sul do rio Zêzere, o Mosqueiro – 670 m. Na crista secundária que se desenvolve a nascente, as altitudes são ainda menores: Penedos de Unhais – 885 m, Porta do Souto – 735 m e, a Sul do Zêzere, no Cabeço do Vale do Pereiro – 699 m.

Como todas as principais formas de relevo se desenvolvem nestes dois tipos de materiais rochosos, ou a expensas deles, e apesar de quase sempre estarem muito condicionadas pela tectónica, vejamos algumas das características destes dois tipos de rochas, para melhor compreender o desenvolvimento dessas formas.

1. O contributo da geologia para as formas de relevo

1.1. Os materiais rochosos

Esta breve referência aos materiais constituintes das rochas visa ajudar a perceber as diferentes formas de relevo que estão associadas aos dois principais tipos de rocha.

1.1.1. Rochas predominantemente xistosas

Esta designação genérica engloba todos os afloramentos de xistos cristalinos pertencentes ao Complexo xisto-grauváquico ante-Ordovícico, formados a expensas de metamorfismo regional, bem como as séries derivadas por metamorfismo de contacto, que sempre têm sido cartografadas em associação, constituindo o conjunto petrográfico mais extenso no concelho da Pampilhosa da Serra.

Do ponto de vista litológico, atendendo às dimensões da mancha estudada, seria expectável encontrar uma maior variedade de rochas, o que na realidade não sucede, já que, em regra, as camadas aparecem muito inclinadas e pare-

cem repetir-se, quer devido a dobramentos (Figura 2), quer devido a falhas. Genericamente, parecem predominar os xistos argilosos, variando desde os argilosos finos, por vezes micáceos, até aos argilo-gresosos. É frequente encontrar gauvaques, em bancadas espessas, alternantes com xistos argilosos e, por vezes, com quartzitos. Outras vezes, intercaladas nas rochas do Complexo referido, aparecem bancadas de conglomerados, constituídos por elementos quartzosos, bem rolados (JEN, 1968, p. 35).



Figura 2 – Aspeto dos xistos dobrados em sinclinal, observáveis na barreira da estrada nacional n.º 112, à saída da Pampilhosa da Serra em direção ao Orvalho, km 26.

1.1.2. Rochas essencialmente quartzíticas

Os quartzitos ocorrem no setor oriental do concelho, prolongando-se para Sul. Afloram em duas manchas alongadas e estreitas, sensivelmente paralelas e orientadas NW-SE, constituindo o afloramento que se estende dos “Penedos de Fajão” à serra do Muradal, o mais imponente, e um outro, secundário, que se estende dos “Penedos de Unhais” até ao Cabeço do Vale do Pereiro, já a Sul do rio Zêzere.

Em regra, onde é possível observar bons cortes, os quartzitos ou assentam discordantemente sobre os xistos ou contactam anormalmente com eles, através de falhas.

No afloramento de Fajão, a série inicia-se pelo conglomerado de base, seguindo-se quartzitos em bancadas espessas, a que se sucedem quartzitos e grés em bancadas delgadas, com intercalações de quartzito xistoide muito micáceo ou de xistos negros. A série continua com xistos negros ou cinzento-escuros, argilosos, xistos acinzentados e gresosos, por vezes micáceos, claros, grés e quartzitos claros, em bancadas, grés fino, negro, com disjunção esferoidal, rocha brechoide e brecha ferruginosa (Perdigão, 1971, p. 527-529).

Por sua vez, segundo o mesmo autor, no afloramento de Unhais-o-Velho apenas estão presentes os quartzitos em bancadas espessas e os quartzitos e grés, em bancadas delgadas, por vezes xistoide e muito micáceo, com intercalações de xisto negro (Perdigão, 1971, p. 530-531).

Estes xistos e grés foram considerados juntamente com os quartzitos, porquanto lhes estão intimamente associados, quer do ponto de vista geológico, quer principalmente numa perspetiva morfológica, pois apenas dão pequenos retoques às majestosas formas que os quartzitos proporcionam.

1.1.3. Rochas filonianas e afins

São inúmeros os filões de reduzidas dimensões que intersectam os metassedimentos do Complexo xisto-grauváquico. Os mais frequentes são de quartzo de exsudação, de rochas básicas e de microgranito (pórfiros) que, normalmente, se orientam segundo quatro direções principais: NW-SE e NNW-SSE ou de NE-SW e NNE-SSW.

Os filões de quartzo, geralmente branco ou leitoso, mostram-se, por vezes, acinzentados. Pelas suas características de dureza, embora sejam pouco extensos, provocam pequenas formas de relevo saliente. Quando muito numerosos, endurecem localmente os xistos, podendo imprimir um certo vigor à paisagem.

Pelo contrário, os filões de rocha básica apresentam-se, quase sempre, muito alterados e, por isso, passam facilmente despercebidos, confundindo-se com os xistos que os rodeiam.

Além de filões, por vezes aparecem pórfiros graníticos, anexos a plutonitos ainda não aflorantes. Com efeito, o granito está relativamente próximo da superfície, embora não aflore, mas os efeitos do metamorfismo de contacto, provocados quando da sua implantação, podem ser observados por exemplo numa barreira da estrada que liga o Vale Grande ao Casal da Lapa (cruz.^{to}). Em tempos, o alargamento dessa estrada, apesar de ter provocado alguma instabilidade no depósito que cobre a vertente, de elevado declive, ao qual se sobrepõe uma imponente escombreira de gravidade (Figura 3), em parte de origem antrópica, teve a grande vantagem de pôr a descoberto, na base da vertente, parte do substrato rochoso que, numa rápida análise macroscópica, parece apresentar rochas do tipo das corneanas, ou seja, características do metamorfismo de contacto.



Figura 3 – Aspecto de pormenor da crista quartzítica no Cabeço do Soito e da imponente escombreira de gravidade que originou a jusante da barragem de Santa Luzia.

1.2. A importância da tectónica

Como referimos, a importância da tectónica está bem patente através da movimentação de blocos que hoje constituem serras individualizadas e desniveladas entre si, situando-se a altitudes diferentes (Figura 1).

Apesar da constatação dos movimentos tectónicos, em muitos dos acidentes torna-se difícil marcar com precisão a importância, quer do deslocamento vertical, quer da componente horizontal, razão pela qual nos iremos socorrer das cristas quartzíticas para demonstrar alguns aspetos dessa movimentação.

No entanto, a importância da falha de Cebola está bem assinalada, mesmo no limite do concelho, na cabeceira da ribeira de Cebola, cujo traçado segue rigidamente. Aliás, ao lado da caixa de falha conserva-se, ainda, o que resta dum depósito de vertente, de características periglaciares, que terá sido bem mais desenvolvido. Trata-se de um local que, pela sua importância, tanto geológica como geomorfológica, deveria merecer um carinho especial e um tratamento bem diferente daquele que, certamente por desconhecimento deste valioso património natural, lhe foi dado nos últimos tempos.

Uma caixa de falha com estas características, sendo única em Portugal e pela facilidade de acesso de que dispõe, outra situação também pouco frequente, faz dela um fabuloso monumento natural, que mereceria sem dúvida uma maior divulgação, mormente após ser cuidada a sua preservação, tarefa que se apresenta urgente.

Infelizmente, obras de pavimentação levadas a efeito nas imediações do cruzeiro da Portela canalizaram as águas pluviais para o início da linha de água que explora a caixa de falha, o que certamente intensificou o processo de desmantelamento a que tem estado sujeita e que, quanto a nós, deveria ser travado com urgência, bastando para tal canalizar essas águas em sentido oposto, para a ribeira das Meãs.

As serras, embora sejam consideradas por muitos como áreas repulsivas, possuem belezas naturais que podem cativar e atrair visitantes, sobretudo quando não nos apressamos a destruí-las, em vez de as conservar e divulgar. Se não soubermos aproveitar as potencialidades que, ainda, atraem uma determinada

população (felizmente, cada vez mais, em maior número), ávida de belezas naturais e capaz de criar laços fortes com as serras e de com elas estabelecer relações de especial empatia, estamos a contribuir para que as áreas montanhosas sejam cada vez mais repulsivas e, por conseguinte, menos povoadas (não desertificadas, como é dito frequentemente, embora isso seja uma coisa bem diferente!).

Ao percorrer esse tramo da caixa de falha de Cebola, muitos alunos perceberam finalmente o que é uma caixa de falha, de que tanto ouviram falar em aulas teóricas mas que só no campo, através da observação direta conseguiram captar (Figura 4). Mas, mais do que isso, muitos deles ficaram de tal maneira embevecidos com as magníficas paisagens de que o concelho da Pampilhosa da Serra, bem como a área envolvente, está dotado que, mais tarde, voltaram com a família para, também ela, poder disfrutar de muitas destas belezas ignoradas.



Figura 4 – Pormenor da caixa de falha correspondente ao início da ribeira de Cebola, obtido durante uma das visitas com estudantes da Universidade de Coimbra. Em primeiro plano à esquerda é visível a conduta colocada no topo da caixa de falha, já em mau estado de conservação, que transporta as águas provenientes da área pavimentada.

É pena que, inconscientemente, o ser humano tenha condenado este impressionante monumento natural à rápida destruição, como, aliás, tem feito com muitos dos depósitos periglaciares que permaneceram nas barreiras das estradas. Ainda está a tempo de inverter este processo, se para tal houver vontade suficiente.

2. As principais formas de relevo

As formas de relevo dominantes estão associadas à dureza dos quartzitos, a qual lhes confere uma grande resistência à erosão, dando origem a formas majestosas, correspondentes às cristas quartzíticas antes mencionadas.

Por sua vez, a influência da tectónica também está bem patente, não só no deslocamento das cristas quartzíticas, mas também na orientação de diversos tramos fluviais, desde vales retilíneos a caprichosas meandrições, formas de relevo variadas, umas mais imponentes e outras de mais pormenor, algumas das quais trataremos a seguir.

2.1. As majestáticas formas salientes das cristas quartzíticas, chave interpretativa da movimentação tectónica

Os efeitos da atuação tectónica, bem como do rejogo de blocos que ela comporta, conservam-se durante muito mais tempo nos quartzitos, devido à sua dureza, do que nos xistos, pelo que a interpretação das formas de pormenor daqueles pode ajudar a precisar as características gerais da movimentação dos principais blocos constituintes das serras de xisto, pelas quais se desenvolve a quase totalidade do concelho da Pampilhosa da Serra, dado que nestes materiais se torna mais difícil seguir as falhas.

Com efeito, só as cristas quartzíticas permitem identificar com alguma segurança as características das movimentações sofridas. Efetivamente, os perfis longitudinais das cristas testemunham *”as deformações da superfície culminante*

da montanha, ela mesma derivada do arrasamento eocénico” (Daveau et al., 1985/6, p. 257).

Embora as grandes linhas desta movimentação tenham sido apresentadas por O. Ribeiro (1949a e 1949b) pensamos que o complexo jogo de blocos, sentido particularmente ao longo do alinhamento que dos Penedos de Fajão se estende até à serra do Muradal, encerra a chave para a sua explicação e, por esse motivo, merece ser analisado com algum pormenor.

A análise dos perfis longitudinais das duas cristas quartzíticas permite ilustrar esta situação e, sobretudo, a complexidade da rede de falhas que soergue os blocos e que se comporta de modo ligeiramente diferente ao longo das duas cristas.

Pela sua extensão, é sobretudo ao longo da crista quartzítica mais imponente, que, quase ininterruptamente, se estende dos Penedos de Fajão à serra do Muradal, onde as marcas deixadas pela atuação das diversas fases orogénicas se encontram mais bem conservadas (Lourenço, 2018).

A serra do Muradal, a Sul do concelho, é formada, essencialmente, por um *horst* complexo, passível de ser subdividido em quatro mais pequenos, naturalmente separados por *grabens*, de reduzidas dimensões. Todo o conjunto se apresenta ligeiramente basculado para SE, como se confirma pelas cotas dos vértices geodésicos.

O deslocamento de pequenos blocos é particularmente visível na área onde a crista é atravessada pelo rio Zêzere, a qual corresponde a um *graben*, dentro do qual se elevam dois *horsts*. Destes, o mais pequeno localiza-se a SE e origina os cabeços do Mosqueiro e do Vale do Pereiro, este já situado na crista secundária que se desenvolve a nascente. O outro, bastante mais complexo, proporciona as formas mais salientes e espetaculares, materializadas quer na serra do Vidual (946 m), a Norte do rio Unhais, quer nos cabeços do Soito (934 m) e do Picoto (932 m), localizados a Sul do rio, o qual franqueia a crista através de um impressionante vale em garganta, que, por isso mesmo, foi aproveitado para a construção da barragem de Santa Luzia (Figura 5).



Figura 5 – Aspeto do vale em garganta do rio Unhais, situado a jusante da barragem de Santa Luzia que, em parte, também é visível.

A crista secundária correspondente a este setor, embora ligeiramente soerguida em relação à serra do Machialinho (Porta do Souto, 735 m), apenas localmente, nos Penedos de Unhais (885 m), ganha alguma importância, pois as maiores altitudes encontram-se na serra do Chiqueiro (1086 m) que, por serem já moldadas em xisto, atestam a importância da movimentação tectónica para o soerguimento das Serras de Xisto. Esta crista permite ainda ressaltar a importância da rejeição da falha de Cebola que a limita a Norte, interrompendo a continuidade do afloramento quartzítico.

Este afloramento, apesar de constituir uma crista secundária, é de grande importância, pois materializa um notável “modelo de bolso”, de indiscutível interesse pedagógico.

Tanto os abatimentos que acompanharam a formação deste complexo *graben*, como o basculamento geral dos blocos para SE, proporcionaram a instalação de uma rede de drenagem que, no conjunto, constitui o principal sistema coletor do concelho, muito adaptada, quer à rede de fraturas quer ao basculamento dos blocos, que, por ser concordante com ele, acaba por originar uma bacia de drenagem muito assimétrica.

Prosseguindo a análise, chegamos ao setor mais setentrional da crista principal (Figura 6), onde esta alcança a sua maior altitude (1107 e 1106 m, nos pontos culminantes da serra do Batouco). Mais para NW, os quartzitos desaparecem, exceto no pequeno afloramento dos Penedos de Fajão, onde também num pequeno *graben* se conserva uma dobra sinclinal deitada, que sofreu uma ligeira rotação relativamente à direção geral do afloramento, e em cuja falha setentrional se instalou o rio Ceira, cavando um vale muito profundo, em forma de V.

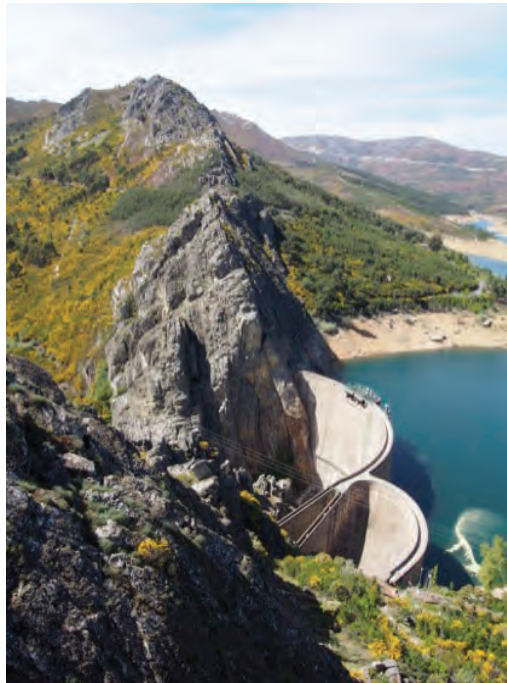


Figura 6 – Aspeto da crista quartzítica, na travessia do rio Unhais, onde foi implantada a barragem de Santa Luzia.

Deste modo, os afloramentos quartzíticos permitem testemunhar a movimentação relativa dos blocos que os constituem, mas importam também como elemento de comparação com as maiores altitudes encontradas nos xistos e que só nos parece possível interpretar como resultantes da atuação tectónica.

2.2. Superfícies aplanadas

Apesar do vigor da atuação tectónica, algumas superfícies encontram-se em situações de abrigo, pelo que, durante muito tempo, permaneceram imunes aos efeitos da erosão regressiva e, por isso, mantêm-se ainda relativamente bem conservadas, como é o caso da situada a jusante da crista do Vidual, compreende os interflúvios Ribeira de Praçais-Rio Unhais (Figura 7) e Rio Unhais-Rio Zêzere, e que durante muito tempo esteve protegida pela barreira quartzítica.

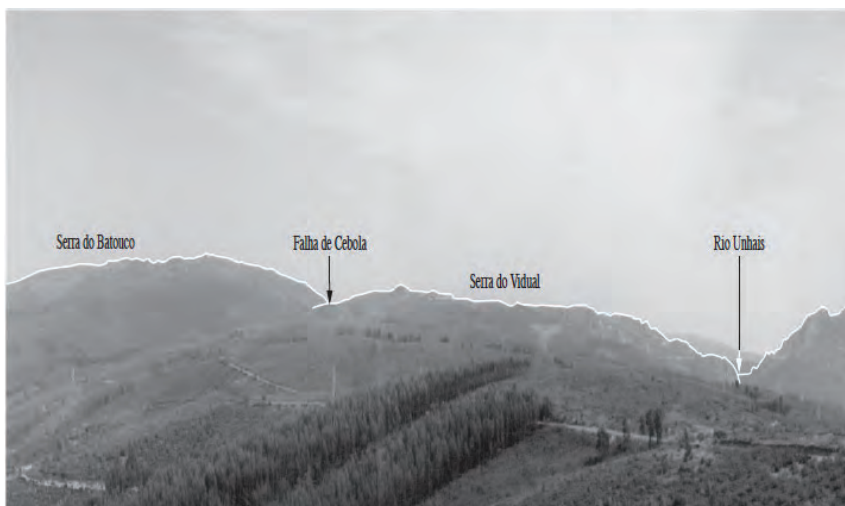


Figura 7 – Vista geral do aplanamento do interflúvio ribeira de Praçais (à esquerda) – Rio Unhais (à direita), barrado ao fundo pela crista quartzítica do Vidual. Nesta, à esquerda vê-se a portela correspondente à falha de Cebola, onde não corre nenhuma ribeira, e, à direita, o vale do rio Unhais, no local da barragem de St^a. Luzia.

Admitindo que a drenagem do rio Unhais, a montante da crista do Vidual, se tivesse feito diretamente para o rio Zêzere, situado a SE, evitando a passagem através da crista, os aplanamentos culminantes do setor intermédio do rio Unhais ter-se-ão conservado porque, durante esse longo período de tempo, terão correspondido à área de cabeceiras do rio Unhais, anterior à transposição da crista do Vidual e, por isso, a ausência de caudais significativos permitiu que a sua evolução tivesse sido muito lenta.

Durante esse período de tempo, a nascente da crista, a drenagem far-se-ia para SE, como parecem indicar, tanto a direção geral da rede hidrográfica naquele setor (excepto rio Unhais), como, imediatamente a Sul daquele rio, a selada situada junto à torre da tomada de água, atualmente com cota mínima de 660,16 metros, valor próximo do medido no coroamento da barragem (658,15 m), inferior, portanto, à do nível onde se dá o alargamento da garganta (680 m) e que constituiria uma portela antes de ser transposta pelas águas.

Com efeito, não nos parece provável a existência de uma antecedência no rio Unhais, pois a área de cabeceira, a montante da crista, não permitiria recolher caudais suficientes para justificar esta suposição. Do mesmo modo, uma captura da bacia superior, a montante da crista, por simples remontar de cabeceiras, também não parece muito provável, face à dureza e possança dos quartzitos.

Resta a hipótese de uma desorganização da drenagem. Posteriormente, quando da reorganização da rede fluvial, no início do Quaternário (?), ter-se-á verificado uma epigenia no local da barragem de Santa Luzia, onde, provavelmente, o rio Unhais desenvolveu uma importante cascata, durante longo período de tempo, como a forma do vale, primeiro, relativamente largo e, depois, em garganta muito apertada – cabril –, deixa antever.

A favor da hipótese de cascata estão também, quer o pendor dos quartzitos, subvertical, com inclinação para montante, quer o pego talhado no quartzito do próprio leito que, atualmente, ainda conserva cerca de dois metros de profundidade, por 20 m de comprimento e 7,5 m de largura máxima, segundo um levantamento topográfico pormenorizado, elaborado pela EDP na escala de 1/500, com 0,5 metros de equidistância entre as curvas de nível (2,5 m entre as curvas mestras). Apenas uma imponente queda de água, cujo desnível

máximo deverá ter rondado aproximadamente cem metros de altura, com abundante carga sólida, poderia ter moldado no quartzito um poço com mais de dois metros de profundidade e com cerca de 20 metros de comprimento.

2.3. Formas de pormenor de erosão fluvial, condicionadas estruturalmente

Em termos de análise de formas de pormenor, algumas situações de detalhe, relacionadas com os efeitos erosivos podem ser devidas à alternância de delgadas camadas, ligeiramente mais duras, com leitos mais espessos ou, porventura, ainda mais finos, observáveis no leito dos rios, podendo apresentar uma ondulação de pormenor, devida ao facto das camadas mais resistentes ficarem salientes, formando assim pequenos alinhamentos paralelos. Sobre os xistos repousam alguns calhaus, mais ou menos arredondados, de granito, quartzito e quartzo de exsudação, os quais foram abandonados por falta de competência ou ficaram “entalados” entre as camadas mais resistentes.

Outras vezes, os rios cavam pequenas marmitas que se desenvolvem nas camadas mais brandas, alinhando-se no sentido da corrente. Muitas delas acabam também por ser preenchidas com carga sólida que ficou aprisionada, durante o processo de abertura da marmita, ou foi abandonada, por falta de competência para o seu transporte.

2.3.1. Vales e valeiros de fratura, de orientação meridiana

Um dos aspetos mais salientes da adaptação da drenagem às deformações tectónicas recentes, resulta do carácter rectilíneo imposto aos pequenos vales que seguem fraturas de direção meridiana e que, além disso, apresentam vertentes perfeitamente simétricas.

Pela sua beleza, impressa na rigidez das formas retilíneas, tanto do talvez como das vertentes, destacamos a ribeira do Moninho (Figura 8), que se desenvolve a Norte da Pampilhosa da Serra, e as ribeiras do Silva e do Braçal, que lhe ficam a ocidente, a Norte do Pessegueiro.



Figura 8 – Vale de fratura da ribeira do Moninho, visto da Selada de Belide. A rigidez das formas rectilíneas, tanto do talvegue como das vertentes, é impressionante.

Estes vales e valeiros de orientação meridiana apresentam, em regra, ainda outras duas particularidades comuns. Uma delas, tem a ver com o escoamento, o qual se processa, normalmente, de Norte para Sul. A outra diz respeito ao modo como estes vales terminam, quase sempre, de encontro a um grande acidente tectónico, com direcção NE-SW ou WNW-ESE, ou confluem num vale com a mesma orientação (Daveau, 1985, p. 234), o que, associado ao escoamento dirigido para Sul, terá a ver com um recente rejogo tectónico, traduzido pelo ligeiro basculamento dos blocos para o quadrante Sul.

O escoamento para Sul é, por vezes, acompanhado por erosão regressiva muito violenta, imprimindo declives muito acentuados às vertentes e declives muito suaves aos talvegues. A recidiva de erosão ao longo dos vales de orientação meridiana chega a ser tão importante que consegue mesmo impor-se à efetuada ao longo dos acidentes mais importantes, onde normalmente aqueles terminam, como sucede com o ribeiro do Semessugo, a ocidente de Unhais-o-Velho.

Esta circunstância dever-se-á a uma provável captura da ribeira de Vilares pelo ribeiro do Samessugo, a qual, antes de ter sido capturada, deveria escoar-se para a ribeira das Sanguessugas, situada a ocidente, através do atual ribeiro do Brejo, o qual também explora, a par com a ribeira de Vilares, a falha de Cebola, como se pode observar na área do *graben* de Unhais. O facto do ribeiro de Samessugo atravessar aquele importante acidente sem sofrer qualquer perturbação atesta a sua juventude e, ao mesmo tempo, assinala o vigor da erosão regressiva ao longo dos alinhamentos de direção sensivelmente meridiana (Lourenço, 2018).

Relativamente ao sentido do escoamento destes vales de direção meridiana que, em regra, se faz para Sul, também se observam algumas exceções. Com efeito, alguns deles apresentam o seu escoamento dirigido para Norte. Normalmente, são muito mais curtos e muito menos importantes do que aqueles em que o escoamento se processa para Sul e, muitos deles, apresentam a particularidade curiosa de se iniciarem por dois, ou até mais, curtos tramos paralelos que morrem de encontro a falhas perpendiculares à sua direção. Em regra, surgem na continuidade para Norte dos vales com escoamento para Sul. Salientamos dois deles, ambos no prolongamento dos afluentes do rio Unhais antes referidos, um dos quais está no alinhamento da ribeira do Moninho, depois da Selada de Belide, e o outro, a Norte da Selada do Rolão, no enfiamento da ribeira do Silva (barroca do Coção), situada a poente.

2.3.2. Meandros encaixados: ativos e abandonados

Como, geralmente, a rede hidrográfica se encontra muito adaptada à apertada malha de fraturas, não admira que os rios se organizem, preferencialmente, através de curtos tramos retilíneos, explorando fraturas, que, depois, bruscamente, infletem de direção, obrigando os rios a meandrizar. Embora com uma evolução de certo modo confinada à rede de fraturas, muitos deles encaixaram-se profundamente, através de um entalhe progressivo, sendo possível apontar diversos exemplos desse encaixe. Os mais belos poderemos encontrá-los no rio Zêzere (Lourenço, 2017).

Contudo, a nossa análise não se prenderá apenas à geometria pormenorizada dos meandros, pois outros aspetos poderão despertar a nossa curiosidade.

Um dos que nos merece particular atenção, talvez por também corresponder a um dos menos conhecidos da evolução recente da rede de drenagem, é o dos lóbulos abandonados, sobretudo quando o processo foi antrópico, sendo, por esse motivo, artificial.

Desde logo detetámos a existência de dois processos diferentes para, manualmente, o homem concretizar o corte dos pedúnculos de meandro. O mais frequente, em trincheira, foi cavado a céu aberto, enquanto que o menos habitual consistiu no escavamento de uma galeria subterrânea, em túnel, os conhecidos “Furados”. Este segundo processo apenas foi usado nos casos em que a espessura do pedúnculo era mais considerável e em que, a utilizar-se a técnica da trincheira, exigiria a remoção de volumes de terra muito mais significativos, cuja extração e transporte oneraria substancialmente estas impressionantes obras de hidráulica e de engenharia agrícola.

No rio Ceira é possível observar dois “Furados”, sendo um deles no concelho da Pampilhosa da Serra, sob Vale Pardieiro, e, o outro, a jusante, já no concelho de Góis, nas proximidades de Capelo. O túnel do Vale Pardieiro (Figura 9) terá cerca de um século de existência, segundo relatos de residentes locais, cujos avós teriam trabalhado na obra de abertura da galeria.

Quanto a nós, embora a finalidade imediata das muitas trincheiras e dos túneis cavados na rocha fosse a de desviar o caudal dos rios e ribeiras, o principal objetivo em vista seria, fundamentalmente, o de conquistar um local onde se pudesse criar uma porção de terra plana, facilmente transformável em solo agrícola e irrigável com água em abundância. Estes aspetos, de somenos importância em áreas planas, revelam-se fundamentais onde as superfícies aplanadas escasseiam e onde a água para rega raramente é abundante, desideratos que se alcançavam em simultâneo, através da execução das referidas aberturas. Naturalmente que o desnível provocado pelo corte artificial foi, muitas vezes, aproveitado para instalar moinhos de água, de roda horizontal.



Figura 9 – Túnel do Vale Pardieiro, no rio Ceira, visto de jusante. Notar, à esquerda, encoberta pela árvore, a parede da construção onde funcionava um moinho, que aproveitava o desnível produzido pela queda de água. A “luz ao fundo do túnel” corresponde à abertura situada a montante.

A importância relativa destas parcelas agrícolas, conquistadas aos rios, comparativamente com a das outras, construídas em socalcos, é significativa, sobretudo em termos de área plana contínua.

2.3.3. Passagens nas cristas quartzíticas. Epigenias e Antecedências

O modo como os rios e as ribeiras franqueiam as cristas quartzíticas denota, quase sempre, uma adaptação generalizada às fraturas que atravessam aquelas formações. Por exemplo, o rio Ceira adapta-se aos Penedos de Fajão, contornando o afloramento pelo seu lado Norte, explorando a falha que abateu os quartzitos.

Por vezes, mesmo os rios mais importantes e mais evoluídos acabam por também se adaptar à dureza dos quartzitos, não os atravessando quando se lhe deparam pela frente, mas apenas após algumas centenas de metros de percurso

paralelo à direção do afloramento: rio Ceira — Penedos de Fajão; ribeira das Meãs — Penedos de Unhais; rio Zêzere — Serras do Carregal e da Raposa.

No entanto, à medida que os quartzitos são menos possantes ou as fraturas transversais são mais importantes, os rios franqueiam a crista por intermédio de vales relativamente largos e adaptados à estrutura.

Um caso particular deste tipo de adaptação observa-se nas imediações dos Penedos de Unhais. Com efeito, este afloramento encontra-se abatido entre a falha de Cebola, a Norte, e a falha de Unhais, paralela à anterior, a Sul. Além destas, fraturas perpendiculares delimitam-no a nascente e poente, sendo todas elas intensamente exploradas pela rede hidrográfica.

A ribeira de Castela dirige-se de NW para SE, explorando o prolongamento da fratura poente. Ao encontrar a falha de Cebola adapta-se-lhe e inflete para NE, contornando os Penedos pelo lado Norte (ribeira da Pequena), após o que retoma a direção inicial, adaptando-se à fratura nascente, antes de confluir com a ribeira das Meãs, a qual passa a seguir o mesmo rumo.

A poente dos Penedos, no prolongamento da ribeira de Castela e explorando a mesma fratura, desenvolve-se o ribeiro do Vale. A Sul dos Penedos e para jusante, a falha de Unhais é explorada pelo rio com o mesmo nome, enquanto que a montante da crista é percorrida pela ribeira das Eradas.

A ocorrência destes diferentes tipos de passagens nos quartzitos que, mais frequentemente, foram de adaptações escalonadas no tempo, levaram-nos a concluir a existência de uma complexa evolução da rede de drenagem, em que redes desadaptadas foram sofrendo, pouco a pouco, pequenas adaptações, de tipologia diferenciada, fundamentais para a construção do atual traçado da rede de drenagem.

À guisa de conclusão

Apenas foi possível mencionar alguns aspetos do rico património geomorfológico em que a Pampilhosa da Serra é fértil. No entanto, muitos outros detalhes

mereciam ser tidos em conta, nomeadamente os de interesse paisagístico ou gastronómico, pois qualquer deles atrai visitantes.

Com efeito, como a paisagem muda ao longo do ano, não só para ilustrar muito daquilo que poderia ser dito, mas também para que o leitor tenha consciência de que pode deslocar-se várias vezes ao mesmo local e disfrutar de aspetos diferentes duma mesma paisagem, que vão desde a policromia outonal, resultante das diferentes tonalidades das folhas das caducifólias, à primaveril, proporcionada pela diversidade do colorido das flores, passando pela alvura da neve invernal, terminamos com duas das notas típicas deste período.

Atualmente, se a aparição da neve é rara, mais escassa é a sua permanência no tempo. Por vezes, geralmente no Inverno, os picos e as cumeadas mais elevadas permanecem cobertos durante algumas horas, deixando os cabeços “ruços”, dada a pouca espessura de neve, por entre a qual aflora o mato, dando-lhe o aspeto pardacento. Mau é quando ficam “brancos”, pois à parte da beleza natural, essa alvura significa agravamento temporário das já de si difíceis condições de vida do povo serrano.

Contudo, apesar das esporádicas visitas com que a neve ainda nos vai brindando, não há dúvida de que tanto o número dessas visitas como a extensão e espessura do manto de neve perderam importância, em especial nas duas últimas décadas de anos.

Por sua vez, o nevoeiro aparece sobretudo durante as noites claras e frias, de tipo anticiclónico, desde o Outono até à Primavera, ficando limitado a uma película coincidente com as baixas onde se acumula o ar frio. É especialmente frequente e espesso nos fundos húmidos, correspondentes às planícies aluviais dos vales e às bacias de NW da Cordilheira Central (Daveau *et al.*, 1985/86, p. 38-9), drenadas pelos rios Alva e Ceira, e, ainda no fosso do médio Zêzere.

Podemos concluir que há razões de sobra para várias visitas ao concelho da Pampilhosa da Serra. Ao destacar algumas das suas belezas naturais, estou certo de que aqueles que as demandarem encontrarão na riqueza humana das gentes que continuam a resistir à adversidade serrana, razões de sobra para justificar essas visitas, suplantando em muito tudo aquilo que aqui foi dito.

O modo de receber, traduzido na singeleza da sua tradicional hospitalidade, imprime uma particular marca de qualidade, a que já não estamos habituados, pelo que é bom, de vez em quando, deixar o bulício citadino e procurar descobrir, na calma e tranquilidade serranas, paisagens diferentes que podem ser refúgio para muitos dos nossos males.

Referências bibliográficas

- Daveau, S. (1985). Critères géomorphologiques de déformations tectoniques récents dans les montagnes de schistes de la Cordilheira Central (Portugal). *Bulletin de l'Association Française pour l'étude du Quaternaire*, 4, p. 229-238.
- Daveau, S., Birot, P e Ribeiro, O. (1985/6). *Les bassins de Lousã et d'Arganil. Recherches géomorphologiques et sédimentologiques sur le massif ancien et sa couverture à l'Est de Coimbra*. Memórias, Centro de Estudos Geográficos, Lisboa, nº. 8, 2 vol., 450 p.
- Gonçalves, A. C. R. (2015) *Alterações ambientais e riscos associados à exploração mineira no médio curso do rio Zêzere. O caso das minas da Panasqueira* (Tese de doutoramento). Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/26993>
- Jaques Ribeiro, L. M. e Gonçalves, A. C. R. (2013). Contributo para o conhecimento geológico e geomorfológico da área envolvente do Couto Mineiro da Panasqueira. *GOT – Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n.º 3 (Junho). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. p. 93-116.
- JEN – JUNTA DE ENERGIA NUCLEAR (1968). *A província uranífera do Centro de Portugal. Suas características estruturais, tectónicas e metalogénicas*. Lisboa.
- Lourenço, L. (1989). *O Rio Alva. Hidrogeologia, Geomorfologia, Climatologia e Hidrologia*. Coimbra, Instituto de Estudos Geográficos.
http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/Livros_e_Guias/1989_RIO_ALVA
- Lourenço, L. (2017). Fosso do médio Zêzere: um livro aberto de geomorfologia. *Espaços e tempos em Geografia: homenagem a António Gama*. Col. Geografias. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra. ISBN: 978-989-26-1348-2. https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/fosso_do_médio_zêzere_um_livro_aberto_de_geomorfologia
- Lourenço, L. (2018). *Serras de Xisto da Cordilheira Central*. Col. Geografias. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra. ISBN: 978-989-26-1321-5.
https://digitalis.uc.pt/pt-pt/livro/serras_de_xisto_da_cordilheira_central
- Lourenço, L., Cravidão, F. e Bento-Gonçalves, A. (1990). *Viagem de estudo às Serras da Lousã e de Cebola (Livro-guia)*. International Conference on Forest Fire Research, Coimbra. http://www.uc.pt/fluc/nicif/Publicacoes/Estudos_de_Colaboradores/PDF/Livros_e_Guias/Forest_Fire_1990
- Meireles, C., Sequeira, A. J. D., Castro, P. e Ferreira, N. (2013). New data on the lithostratigraphy of Beiras Group (Schist Greywacke Complex) in the region of Góis-Arganil-Pampilhosa da Serra (Central Portugal). *Cadernos Lab. Xeolóxico de Laxe*, Coruña. Vol. 37, p. 105 – 124.

- Metodiev, D., Romão, J., Dias, R. e Ribeiro, A. (2010). Sinclinal Varisco de Serra do Moradal-Fajão (Zona Centro-Ibérica, Portugal Central): padrões estratigráficos e estruturais. *e- Terra. Revista Electrónica de Ciências da Terra – Geosciences On-line Journal*, Volume X – n.º Y.
- Perdigão, J. Correia (1971). O Ordovício de Fajão, de Unhais-o-Velho, de Salgueiro do Campo e de Penha Garcia (Beira Baixa). *I Congresso Hispano-Luso-Americano de Geologia Económica*, Secção 1, Madrid-Lisboa, p. 525-540.
- Rebello, F. (1975). *Serras de Valongo. Estudo de Geomorfologia*. Suplementos de *Biblos*, Coimbra, 9.
- Ribeiro, O. (1949a) – *Le Portugal central (Livret-guide de l'excursion C)*. Congrès International de Géographie de Lisbonne, Union Géographique Internationale, Lisbonne, 180 p. + 22 estampas + 10 mapas (Reimpressão em 1982).
- Ribeiro, O. (1949b). O Fosso médio do Zêzere. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, t. XXX, p. 79-85.
- Thadeu, D. (1949). A Cordilheira Central entre as serras da Guardunha e de São-Pedro-do-Açor. *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, Porto, vol. VIII, fasc. I-II, p. 7-20.

(Página deixada propositadamente em branco)

**RELIGIÃO, COMUNIDADES E TERRITORIALIDADES.
ESTUDO DE CASO DE DIFERENTES COMUNIDADES
CATÓLICAS NA DIOCESE DE COIMBRA**

Margarida Franca

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento
do Território/Universidade de Coimbra

CITER – Centro de Estudos de Teologia e Estudos
da Religião/ Universidade Católica Portuguesa

margfranca@gmail.com

ORCID: [http:// orcid.org/0000-0002-3892-6170](http://orcid.org/0000-0002-3892-6170)

Resumo: Assumindo que a religião tem uma forte componente geográfica, o presente texto procura acrescentar ao debate contemporâneo da geografia, o interesse pelo estudo das comunidades religiosas e dos lugares sagrados, elementos importantes para o conhecimento a perceção do território, nas suas múltiplas dimensões e escalas. O estudo desenvolvido procurou responder a dois objetivos fundamentais. Primeiro, descrever de forma sucinta a evolução das identidades religiosas no contexto português e do concelho de Coimbra (percentagem de população integrada nos diferentes grupos religiosos), incluindo a abordagem de alguns fatores que são motores de mudança. Segundo, analisar diferentes tipologias de comunidade católicas, definidas a partir das características sociodemográficas da população, mas também dos respetivos percursos de vida e dos percursos religiosos. Estas distintas comunidades dão origem a diferentes territorialidades, diferentes redes de lugares sagrados de pertença ao nível local, nacional e internacional.

Palavras-chave: Geografia da religião; Lugares sagrados; Territorialidade; Igreja católica.

Abstract: Assuming that religion has a strong geographical component, the present article seeks to add to the contemporary debate of geography the interest in the study of religious communities and sacred places, important elements for the knowledge and perception of the territory in its multiple dimensions and scales. The study aimed to meet two fundamental objectives. First, briefly describe the evolution of religious identities in the Portuguese context and in the municipality of Coimbra (percentage of population integrated in the different religious groups), including the approach to some factors that are drivers of change. Second, to analyze different types of Catholic community, defined based on the sociodemographic characteristics of the population, but also on the respective life paths and religious paths. These different communities give rise to different territorialities, different networks of belonging sacred places, at local, national and international level.

Keywords: Geography of religion; Sacred places; Territoriality; Catholic church.

Nota introdutória:

O texto que aqui se apresenta reflete o trabalho que desenvolvi, ao longo de alguns anos, enquanto orientanda de Mestrado e de Doutoramento da Professora Fernanda Delgado Cravidão.

Dos conteúdos e testemunhos que recorro das suas aulas e seminários são aqueles que, revestidos de alguma utopia e de muita liberdade, me permitiram criar um espírito crítico sobre o que me rodeia, à escala local, nacional e internacional. Talvez tenha sido essa liberdade, mas também a força das suas palavras e a amizade, sempre expressa, que me ajudaram à construção de dois trabalhos científicos, ambos centrados na cidade de Coimbra. O primeiro, o de mestrado, partiu da “Utopia” de Tomas More e permitiu desenvolver um estudo sobre o planeamento urbano utópico e a construção da cidade ideal de Coimbra. O segundo, o de doutoramento, centrou-se na religião, também enquanto tema geográfico, permitindo estudar a população, os lugares, os territórios, as redes e as comunidades, através da incorporação nestes temas centrais de geografia humana, das identidades religiosas, das crenças e da fé dos indivíduos.

O estudo de caso que aqui se apresenta resulta deste último trabalho que partilhei com a Professora Fernanda Cravidão mas também com o Professor João Luís Fernandes, que acrescentou ao tema da religião a análise das múltiplas identidades, territorialidades, do poder dos lugares e dos laços de pertença.

Considero que este trabalho reflete a orientação de ambos os professores, a quem muito devo a minha formação académica e o início, o interesse e o gosto pela investigação científica. Sempre grata pelo que recebi.

1. O fator urbano na definição das identidades e territorialidades religiosas – enquadramento do concelho de Coimbra

Com o objetivo de serem analisadas algumas das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa e as consequentes implicações nos estudos dos lugares e da territorialidade religiosa das populações ou comunidades locais, apresentamos um estudo de caso da expressão territorial da população católica praticante na diocese de Coimbra.

O concelho de Coimbra acompanha a tendência nacional de evolução da população católica em termos absolutos e percentuais, reflexo de alguma perda de influência do catolicismo na sociedade portuguesa (Quadro I), em particular na determinação dos comportamentos individuais, familiares e sociais (e.g. diminuição da população católica praticante, do número de casamentos católicos e do número de filhos por casal). No entanto, não obstante as oscilações numéricas ocorridas entre 1981 e 2011¹, Portugal não perdeu a sua matriz cultural judaico-cristã, mantendo a percentagem de população católica acima de 80% e reforçando a presença de outros grupos cristãos em todo o território nacional (Quadro I).

Até 2001, a diocese de Coimbra, com 106 595 católicos praticantes (CEP²), era a terceira do país que agregava o maior número de população católica

¹ Em 2011 foi realizado o último Censo à população residente em Portugal.

² Nos anos de 1977, 1981 e 2001 a Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) fez um inquérito exaustivo do número de população católica praticante em todas as dioceses portuguesas. Em 2011 fez apenas um estudo por amostragem, não sendo possível analisar estes dados por diocese.

praticante, antecedida pelas dioceses de Braga e do Porto, consideradas como forças territoriais do catolicismo em Portugal. Em 2011, provavelmente este cenário é alterado, até porque o concelho de Coimbra perdeu 6,8% de católicos, tornando-se num dos concelhos com menor população católica em toda a região Centro de Portugal (Quadro I).

QUADRO I: Percentagem e variação de população católica, de outros grupos religiosos de população sem religião de Portugal, na Região Centro, no Baixo Mondego em Coimbra, entre 1981 e 2011

Área Geográfica	População Católica				Variação da População Católica		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	81,1	77,9	84,5	81,0	2,8	12,7	-1,0
Coimbra	81,4	78,5	82,2	78,1	-2,2	17,3	-6,8
Área Geográfica	Outros Grupos Religiosos				Variação de Outros Grupos Religiosos		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	1,5	1,8	2,5	3,9	21,2	50,5	60,9
Coimbra	1,9	2,1	2,5	3,4	13,4	33,5	29,4
Área Geográfica	População Sem Religião				Variação População Sem Religião		
	1981	1991	2001	2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%						
Portugal	3,2	2,7	3,9	6,8	-11,1	52,0	79,4
Coimbra	3,2	3,0	5,0	8,1	-4,4	83,5	60,6

Fonte: INE

Este decréscimo é coincidente com a diminuição, entre 2001 e 2011, de 3,4% da população residente no concelho, mantendo-se como uma tendência persistente já desde a década de 80 (INE).

Também no período entre 2001 e 2011, ocorreu no concelho de Coimbra a alteração de outros indicadores sociodemográficos: a população com idade igual ou superior a 65 anos aumenta em 17%, o índice de envelhecimento, aumentou de 118,3 para 162,1, os casamentos civis (58,2%) superaram os casamentos católicos (41,8%), a taxa de natalidade diminuiu e passou de 9,3%

para 8,5% e aumentou a percentagem de população que terminou o ensino superior, passando de 16,3% para 26,9% (INE).

Para além disso, o concelho de Coimbra, à semelhança do que aconteceu no restante território nacional, registou um aumento da população residente de outras nacionalidades. No ano de 2011, 2,4% da população residente no concelho era estrangeira, onde confluíam diversas nacionalidades, identidades e culturas. Porventura desenha-se uma cidade, pelo menos em algumas freguesias predominantemente urbanas (APU), cada vez mais aberta, dinâmica e inovadora na partilha de contextos sociais.

Este cenário de abertura é comprovado com o aumento da diversidade das identidades religiosas no concelho. Entre 1991 e 2001 os grupos religiosos minoritários cresceram 33,5% e na década a seguir aumentaram 29,4% (Quadro I). Esta evolução acompanha a tendência nacional, sendo que em 2011, em Portugal, cerca de 3,9% da população portuguesa tinha outra filiação religiosa que não a católica (Quadro I). Este valor representa a alteração de uma imagem que Portugal detinha até aos anos 80 e que se caracterizava por uma sociedade tendencialmente homogénea, pouco diversificada e onde a religião era centralizada e de Estado, dominando a cultura e determinando o comportamento dos indivíduos (Barreto, 1995:842-843).

No âmbito das minorias religiosas constatamos que, tal como acontece no panorama nacional, são as comunidades integradas no cristianismo que prevalecem no concelho de Coimbra, representando 88,3% do total da população dos outros grupos religiosos (Quadro II). Para além da população ortodoxa (16,3%) e protestante (21,7%) destaca-se a população integrada noutros grupos cristãos (47%), onde se incluem movimentos como a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Maná, Testemunhas de Jeová e Adventistas do Sétimo Dia.

A matriz cristã continua em evidente crescimento, uma vez que em termos evolutivos, e considerando apenas o período entre 2001 e 2011, Coimbra registou um aumento de 224,2% da população ortodoxa, de 56,5% da população protestante e ainda de 33,1% da população integrada noutros grupos cristãos (Quadro II).

QUADRO II: Percentagem (2011) e variação (2001-2011) da população dos outros grupos religiosos que não o católico, em Portugal e no concelho de Coimbra

Área Geográfica	População de Outros Grupos Religiosos						
	Total	Ortodoxos	Protestantes	Outros Grupos Cristãos	Judeus	Muçulmanos	Outros Grupos não
	%						
Portugal	100,0	16,3	21,7	47,0	0,9	5,9	8,2
Coimbra	100,0	10,8	31,1	46,4	0,9	3,9	7,0
Área Geográfica	Variação da População de Outros Grupos Religiosos						
	Total	Ortodoxos	Protestantes	Outros Grupos Cristãos	Judeus	Muçulmanos	Outros Grupos não
	%						
Portugal	60,9	224,2	56,5	33,1	72,6	71,8	106,0
Coimbra	29,4	165,5	12,5	17,1	28,6	123,0	97,3

Fonte: INE

Coimbra distancia-se do contexto nacional e regional no que diz respeito à população sem religião. Isto porque o concelho registou percentagens de população sem religião iguais ou muito superiores. No ano de 2011, 6,8% da população portuguesa era atea, agnóstica ou indiferente; no concelho de Coimbra esta percentagem eleva-se para 8,1% (Quadro II). A tendência em Portugal e em Coimbra é de crescimento, sendo evidentes os sinais de secularização da sociedade.

Numa outra escala de análise verificamos que existem algumas divergências quando analisamos as 31 freguesias do concelho³, agrupadas por tipologia de freguesias urbanas⁴.

³ Em 2014, ano em que foi realizado o inquérito, a Reforma Administrativa Oficial de Portugal (2013) definiu apenas 10 freguesias para o concelho de Coimbra: União das freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila, União das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas; Santo António dos Olivais; Torres do Mondego; União das freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades; União das freguesias de Coimbra (Sé Nova, Santa Cruz, Almedina e São Bartolomeu); União das freguesias de Assafarge e Antanhol, Ceira; União das freguesias de Eiras e São Paulo de Frades e União das freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela. Em 2011, data do último recenseamento e período de referência dos dados que analisamos neste estudo, as freguesias eram 31.

⁴ As tipologias identificadas no INE são: freguesias rurais (APR), freguesias moderadamente urbanas (AMU) e freguesias predominantemente urbanas (APU).

Desde 1981 até aos censos de 2011 é visível a discrepância entre as freguesias predominantemente urbanas (APU), moderadamente urbanas (AMU) e predominantemente rurais (APR). Nas APU a percentagem de população católica (76,5%) é inferior à das restantes tipologias, ficando distante do valor de referência concelhio (78,1%), regional (85,4%) e, até, nacional (81,1%) (Quadro III). Entre 2001 e 2011 a população católica diminuiu 7,2%, e aumentou, significativamente, a população integrada noutros grupos religiosos (30,4%) e também a população sem religião (56,5%) (Quadro IV).

QUADRO III: Percentagem de população católica, de população com outras religiões e de população sem religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

Tipologia de freguesias urbanas	População Católica				Outros Grupos Religiosos				População Sem Religião			
	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011	1981	1991	2001	2011
	%											
APU	80,4	75,7	80,7	76,5	2,0	2,2	2,7	3,5	3,7	3,4	5,6	9,0
AMU	86,3	84,0	89,6	85,3	1,3	1,5	2,0	2,5	0,9	0,9	1,8	3,9
APR	84,4	87,0	89,6	88,8	1,1	1,8	2,0	2,5	0,4	0,8	1,1	3,5
Total	81,4	77,3	82,2	78,1	1,9	2,1	2,5	3,4	3,2	2,9	5,0	8,1

Fonte: INE

QUADRO IV: Variação da população católica, de população com outras religiões e de população sem religião, por tipologia de freguesias do concelho de Coimbra, 1981-2011

Tipologia de freguesias urbanas	Variação População Católica			Variação Outros Grupos Religiosos			Variação População Sem Religião		
	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011	1981-1991	1991-2001	2001-2011
	%								
APU	0,9	14,0	-7,2	17,1	27,1	30,4	-2,8	78,1	56,5
AMU	2,6	8,3	-5,2	22,5	33,7	23,8	4,9	108,7	119,3
APR	12,1	9,8	-3,6	76,3	19,4	20,0	93,3	55,2	197,8
Total	1,6	13,0	-6,8	18,7	27,6	29,4	-2,1	79,2	60,6

Fonte: INE

Ou seja, da análise dos quadros 3 e 4 aferimos que à medida que nos aproximamos do centro urbano acontece o aumento da diversidade religiosa da população residente, permitindo associar às freguesias predominantemente

urbanas (APU) uma maior abertura e diversidade de identidades, de culturas e comportamentos.

Nas freguesias rurais a situação é inversa, sendo evidente a consolidação da igreja católica nas franjas menos urbanizadas e, conseqüentemente, a pouca permeabilidade a outras identidades religiosas.

Esta observação tem correspondência com as conclusões da Conferência Episcopal Portuguesa (CEP) apresentadas em 2012, no relatório relativo às identidades religiosas em Portugal (Teixeira, 2012). Neste documento, é exposto que a “dimensão da localidade”, incluindo a caracterização demográfica mais genérica de urbana, semiurbana e rural, tem interferência na geografia das identidades religiosas. No documento é descrito que a identidade católica é a única que tem preponderância na tipologia rural e que, pelo contrário, a população pertencente a outras denominações religiosas é sobretudo semiurbana e urbana. O mesmo acontece com os não crentes ou com os crentes sem religião que são em maior número nos lugares urbanos (Teixeira, 2012:5).

2. A expressão territorial da identidade religiosa – a leitura do território a partir de diferentes comunidades – Estudo de caso de 7 Igrejas na Diocese de Coimbra

2.1. Metodologia

Na impossibilidade de auscultar toda a população residente na cidade de Coimbra, foi realizado um inquérito presencial à população católica praticante que frequenta, na sua vida religiosa quotidiana, as seguintes 7 igrejas da diocese de Coimbra: Igreja de S. José; Igreja da Rainha Santa Isabel; Igreja da Sé Nova; Igreja de S. João Batista; Igreja de Nossa Senhora de Lurdes; Igreja de São Martinho e Igreja de Eiras (Figura 1).



Figura 1 – Localização das Igrejas em estudo.

Fonte: Elaborada pela autora.

Tendo em conta a análise estatística de um conjunto de indicadores socioeconómicos, por um lado, e o conhecimento empírico das dinâmicas existentes na cidade de Coimbra, por outro, foram selecionados os lugares sagrados (igrejas) que permitissem uma leitura diferenciada e ampla da identidade religiosa da população católica praticante da cidade de Coimbra. Os lugares selecionados, apesar de serem todos urbanos, correspondem a áreas que apresentam um dinamismo demográfico diferenciado, como representam, de forma aparente, lugares cujas práticas religiosas individuais e coletivas são distintas.

A partir desta leitura diferenciada das freguesias do concelho de Coimbra, pretende-se averiguar, no contexto urbano e nas freguesias APU, se existem disparidades relativamente ao perfil da população católica praticante, bem como os respetivos comportamentos, vivências e experiências religiosas. Procura-se aferir, ainda, a existência ou não de diferentes expressões territoriais ou territorialidades locais, nacionais e internacionais, consoante o perfil da população.

O inquérito foi realizado⁵ nas missas dominicais ocorridas nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de março de 2014. Não foi utilizado o quadro de números aleatórios para escolher os dias da realização do inquérito, uma vez que, para obter uma amostra significativa, foi necessário escolher o dia de maior afluência à missa que consideramos ser o domingo. Os inquéritos foram realizados fora de atos sociais como batizados, casamentos ou funerais.

Presencialmente foram questionados, de forma aleatória, homens e mulheres, jovens a partir de 15 anos e adultos. A idade mínima da população inquirida foi ponderada tendo em conta o critério apresentado, desde 1980, pelo INE, à questão da religião, que selecionou apenas a população acima de 15 anos de idade. Foi considerado também que, a partir desta idade, a população começa a ter um envolvimento mais consciente e uma prática religiosa mais desprendida das opções familiares, sendo que muitos dos fiéis já possuem o crisma e estão envolvidos em atividades e grupos religiosos como, entre outros, os escuteiros, a catequese para jovens/adultos ou as viagens e os campos de férias com cariz religioso.

A CEP referiu no recenseamento à prática dominical na diocese de Coimbra, realizado a 9 de março de 2001, que a população católica praticante era de 106 595 indivíduos. Tendo em conta a Tabela de Krejcie e Morgan (1970:608),

⁵ Com o objetivo de testar e demonstrar a viabilidade prática do inquérito, averiguando a compreensão das perguntas e a clareza das opções de resposta, realizámos 30 inquéritos de teste nas igrejas de Nossa Senhora de Lurdes, Sé Nova e S. João Batista. Estes inquéritos foram feitos presencialmente nas missas dominicais dos dias 21 e 28 de julho de 2013. Após este teste, procedemos à correção de algumas questões, resultando numa versão final do inquérito.

seria necessário realizar 384 inquéritos para que a amostra fosse representativa da população católica praticante da diocese de Coimbra, atingindo um grau de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%. Por forma a uniformizar o número de inquéritos por igreja, foram realizados 55 inquéritos em cada igreja em estudo, totalizando 385 inquéritos.

Este inquérito procurou responder aos seguintes grupos de questões: 1) dados do inquirido; 2) descrição da prática religiosa do inquirido; 3) identificação dos lugares sagrados à escala local, nacional e internacional (Figura 2).



Figura 2 – Grupos de perguntas incluídas no inquérito realizado.

2.2. Principais Resultados

A análise detalhada dos 3 grupos de perguntas do inquérito realizado, permitiu agrupar a população-alvo em duas tipologias ou dois perfis de população.

A tipologia 1 corresponde à população que frequenta as igrejas identificadas na figura 1 com os números 1) Igreja Matriz de S. Martinho do Bispo; 2) Igreja da Rainha Santa Isabel e 3) Igreja de Eiras. Segundo a análise detalhada dos resultados obtidos, de acordo com o perfil do inquirido e a territorialização, permitiu apresentar a seguinte figura:

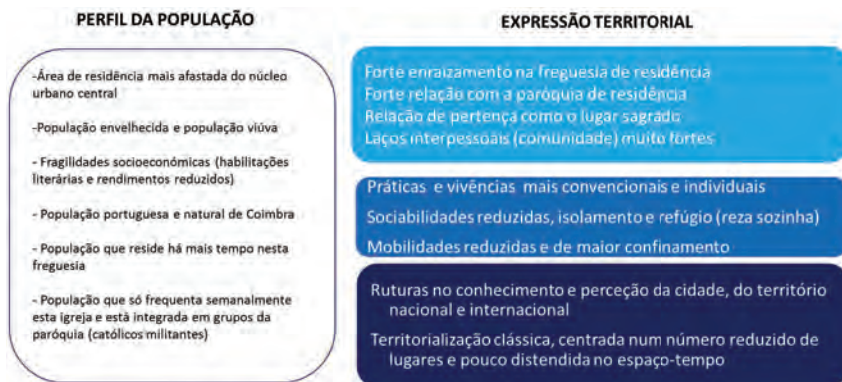


Figura 3 – Tipologia 1 – territorialidade centrada na escala interna e local.

As igrejas em causa localizam-se em freguesias de mais recente expansão urbana⁶ mas, apresentando uma paisagem menos verticalizada e com traços de ruralidade. São geograficamente mais distantes do centro urbano e das zonas urbanas da cidade mais consolidadas e dinâmicas, social, cultural e economicamente. Estas freguesias registaram, no período entre 1991 e 2001, um crescimento populacional acentuado e no período seguinte, entre 2001 e 2011, apresentam uma ligeira diminuição ou estagnação populacional.

Na freguesia de S. Martinho a população católica atinge uma percentagem de 79,3%, na freguesia de Santa Clara era de 76,7% e na freguesia de Eiras era de 74,8%. Se no período compreendido entre 1991 e 2001 o crescimento da população católica foi muito significativo nestas freguesias da cidade, no período seguinte registou-se um ligeiro decréscimo na ordem do 2,6%.

⁶ A igreja de S. Martinho do Bispo localiza-se na freguesia de S. Martinho do Bispo, a Igreja da Rainha Santa Isabel localiza-se na freguesia de Santa Clara e a Igreja de Eiras na freguesia de Eiras. Estas freguesias são todas classificadas como freguesias predominantemente urbanas.

A tipologia 1 representa um grupo envelhecido⁷ e empobrecido, que apresenta fragilidades, tanto ao nível das habilitações literárias,⁸ como dos seus rendimentos⁹, sendo de destacar a elevada percentagem de população desempregada e que não tem rendimentos.

Na sua grande maioria é uma população feminina, natural de Coimbra e residente na freguesia onde se localizam as igrejas em causa. Os agregados familiares são simples e maioritariamente compostos por marido, mulher e filho, sendo que existe uma percentagem elevada de população viúva e que vive sozinha.

Este grupo apresenta uma relação forte com os seus lugares de culto ou com a comunidade local onde está inserido. Isto porque frequenta, de forma preferencial e há muitos anos, as igrejas localizadas na sua freguesia de residência, tornando os lugares e a própria comunidade um ponto de referência na sua vida quotidiana. Face a esta premissa conclui-se que nesta comunidade existem laços interpessoais muito fortes, reflexo de uma relação íntima e intensa entre os inquiridos e a sua comunidade, mas também entre os inquiridos e os lugares sagrados de pertença (Granovetter,1973).

São comunidades estáveis e enraizadas no espaço. Residem há muitos anos no mesmo local¹⁰ e frequentam, desde a juventude, os respetivos lugares sagrados. A população realizou muitos dos sacramentos mais importantes para o seu percurso religioso, como o batismo ou o casamento, e mantêm, até à atualidade, uma presença assídua na missa dominical, para além de fazer parte

⁷ Na igreja de S. Martinho do Bispo 21,8% da população inquirida tem 70 ou mais anos e na igreja de Eiras essa percentagem é de 18,2%.

⁸ Na igreja de S. Martinho do Bispo 63,6% da população apenas possui até ao 3º ciclo de escolaridade e na igreja de Eiras esta percentagem é de 41,8%. Vejamos que, em ambas as igrejas, apenas 7,3% da população inquirida possui uma pós-graduação, mestrado ou doutoramento.

⁹ Tanto na igreja de S. Martinho do Bispo como na igreja de Eiras cerca de 52,7% da população inquirida ou não tem rendimentos ou tem rendimentos inferiores ao ordenado mínimo português que, em 2014, era de 485 euros.

¹⁰ A população inquirida na igreja de S. Martinho reside em média há 31 anos na atual residência e 90,9% dos inquiridos residem na freguesia onde se localiza a igreja. A população inquirida na igreja de Eiras reside em média há 28 anos na sua atual residência e 75,9% reside na freguesia onde se localiza a igreja que frequenta.

de diferentes grupos da igreja/paróquia¹¹. Há uma história de vida que se cruza com o trajeto religioso que esta comunidade tem realizado. Os lugares sagrados são parte integrante deste cruzamento vivencial e, nesta medida, possuem uma intensidade emocional e representam uma intimidade e o compromisso dos crentes inquiridos com os lugares.

Acrescentamos que as suas práticas e as suas vivências religiosas são mais convencionais, conservadoras e individualistas, reflexo da diminuição das sociabilidades e das relações físicas, no sentido de isolamento ou refúgio. Trata-se de uma população onde ocorreram algumas ruturas no que diz respeito à presença e à percepção do espaço vivido. Esta realidade estará, em parte, associada ao envelhecimento, à viuvez¹², à estagnação ou à pouca abertura a outras comunidades e a outras experiências ou lugares de culto. A população, em particular os inquiridos em S. Martinho do Bispo, escolhe rezar e assistir à missa em lugares sagrados convencionais ou comuns, como as igrejas ou capelas, não referindo outra tipologia de espaços, como os jardins, por exemplo. A população prefere rezar sozinha e, por isso, demonstra algum isolamento no encontro com Deus. Para alguns inquiridos, é a sua própria casa ou o seu quarto o lugar sagrado de referência, dois espaços assumidos como um fenómeno psicológico estrutural, um verdadeiro cosmos, um “primeiro universo” ou um “canto do mundo”, segundo as palavras de Bachelard (1994:4).

Esta análise permite aplicar as ideias de Stump (2008) sobre a territorialidade religiosa e concluir que a população da tipologia 1 tem uma territorialidade mais centrada na escala interna ou local do que na escala externa. Isto significa que esta comunidade frequenta a igreja também por motivos geográficos pois as igrejas em causa localizam-se na sua área de residência. A população tem uma territorialidade religiosa menos complexa e densa do que a população que

¹¹ Na igreja de S. Martinho do Bispo 38,2% da população inquirida é “católica observante” (vai à missa todos os domingos e dias santos ou mais do que uma vez por semana e 34,5% é “católica militante” ou seja, à prática observante acrescenta a pertença a um movimento da igreja ou desenvolvem alguma atividade na paróquia. Na igreja de Eiras 54,5% da população inquirida é católica militante.

¹² Na igreja de S. Martinho do Bispo 20% da população inquirida é viúva.

consome diferentes lugares situados em várias freguesias de Coimbra. Há um menor consumo de lugares sagrados, uma menor mobilidade e um menor número de fluxos, condicionando o conhecimento do território. Atente-se novamente no caso da população de S. Martinho do Bispo, que frequenta apenas 7 igrejas integradas no perímetro urbano da cidade, em particular nas freguesias que integram o centro histórico. Os fluxos registados têm uma direção linear, direta e muito específica, havendo um vazio na maioria das freguesias do concelho e da cidade de Coimbra. A população movimenta-se apenas numa parte da cidade e, por esta razão tem uma leitura diferenciada do espaço sagrado, mas também do espaço secular (Figura 4).

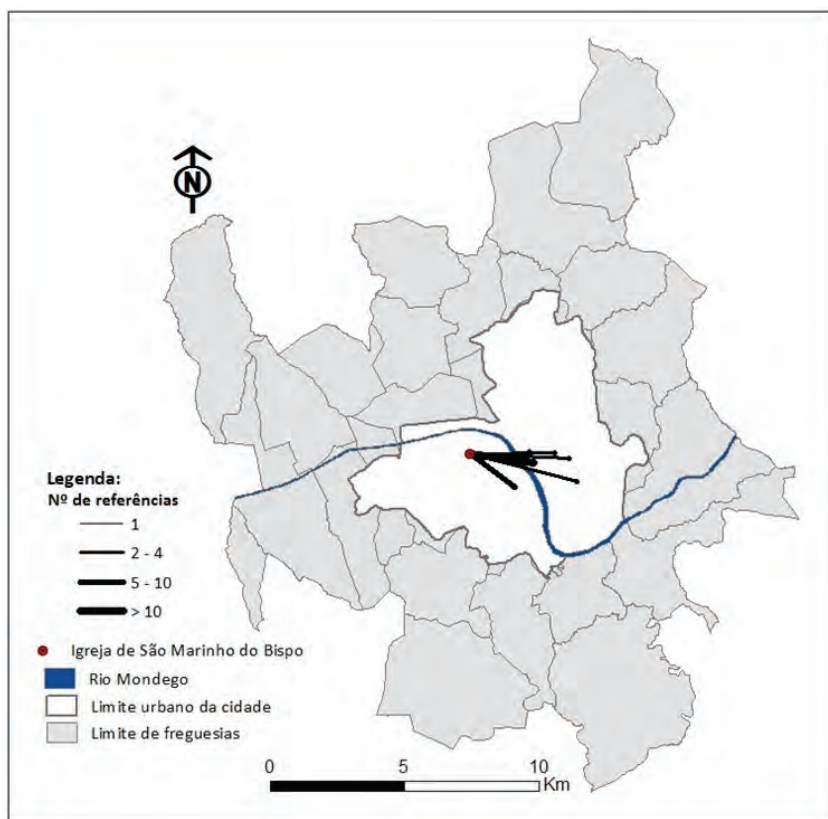


Figura 4 – Outras Igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. Martinho do Bispo (7).

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

Conclui-se que, a conjugação do perfil socioeconómico e a territorialidade que define a tipologia 1 dificulta a representação e a perceção que os inquiridos têm da própria cidade. Foi a população que identificou o menor número de lugares religiosos relevantes em Coimbra e o menor número de atividades ou episódios religiosos que estão associados a esta cidade. Para este grupo de inquiridos, a paisagem imaterial está circunscrita à Rainha Santa Isabel (Santa Padroeira da Cidade de Coimbra), onde se inclui a sua vida, o milagre das rosas, as festas e a procissão que se realiza em sua honra. Ou seja, revela um desconhecimento em relação a outros acontecimentos religiosos e de figuras históricas ou personalidades religiosas que estão associados à história da Igreja Católica na cidade, como Santo António ou a Irmã Lúcia (vidente do Milagre de Fátima, que residiu em Coimbra, no Carmelo de Santa Teresa), por exemplo. A população refere uma realidade que lhe está próxima, tanto afetiva como espacialmente, reflexo de um maior confinamento e menor cosmopolitismo.

A realidade aqui descrita contrasta com a análise efetuada à população inquirida nas igrejas identificadas na figura 1 como: 4) Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, 5) Igreja de S. José, 6) Igreja de S. João Batista e 7) Igreja da Sé Nova e com a designação de tipologia 2 (Figura 5).

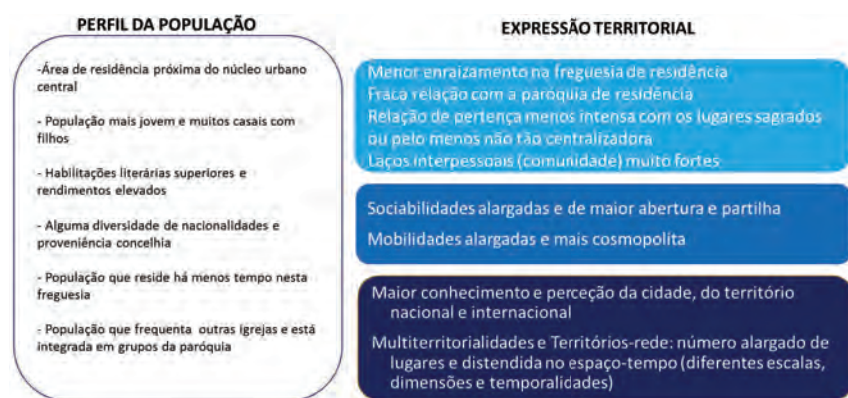


Figura 5 – Tipologia 2 – territorialidade centrada na escala externa.

As igrejas integradas na tipologia 2 localizam-se nas freguesias de Santo António dos Olivais (igrejas 4, 5 e 6) e da Sé Nova (igreja 7), freguesias da vanguarda do crescimento populacional e que, com uma percentagem de população católica entre 70% e 72,1%, apresentam a maior diversidade de identidades religiosas.

O perfil da população destas igrejas é idêntico e, não obstante existirem algumas discrepâncias, resume-se na elevada percentagem de população adulta, feminina, nalguns casos com nacionalidade estrangeira ou natural de outros concelhos portugueses. No que diz respeito ao estado civil, sobressai a população casada, embora se registre uma percentagem elevada de população solteira. São as famílias simples, constituídas por mulher, marido e filhos, que prevalecem; no entanto, alguns inquiridos fazem parte de agregados monoparentais. Profissionalmente, grande parte dos inquiridos exerce cargos de dirigentes, de gestores ou de especialistas de atividades intelectuais ou científicas, sendo também evidente que uma elevada percentagem de população inquirida possui pós-graduação, mestrado ou doutoramento. Os rendimentos mensais são superiores aos da tipologia 1, sendo elevada a percentagem de população que auferem até 3 000 euros mensais.

Acresce que, para além de um perfil e de um estilo de vida distintos, a população reside há menos anos na sua atual residência e frequenta outras igrejas que se localizam para além da sua área de residência. A grande maioria dos inquiridos não reside na freguesia onde se situa a igreja que frequenta, implicando um movimento distinto no seu espaço de vida quotidiano. Daqui se conclui existir um menor enraizamento na paróquia ou na igreja da sua área de residência.

Verifica-se também que a maior parte da população se desloca a outros lugares de culto da cidade para assistir à eucaristia. Em particular a população inquirida na igreja de S. João Batista frequenta outras igrejas ou capelas situadas dentro ou fora do concelho de Coimbra, localizadas tanto na margem esquerda como na margem direita do rio Mondego (A explicação pode ser, provavelmente, por esta ser, de entre todas, a paróquia mais recente, mantendo-se por isso alguma ligação às anteriores igrejas. Neste contexto, a mobilidade e os fluxos têm

uma direção mais dispersa no território urbano e concelhio, diferente do que apurámos na tipologia 1 (Figura 6).

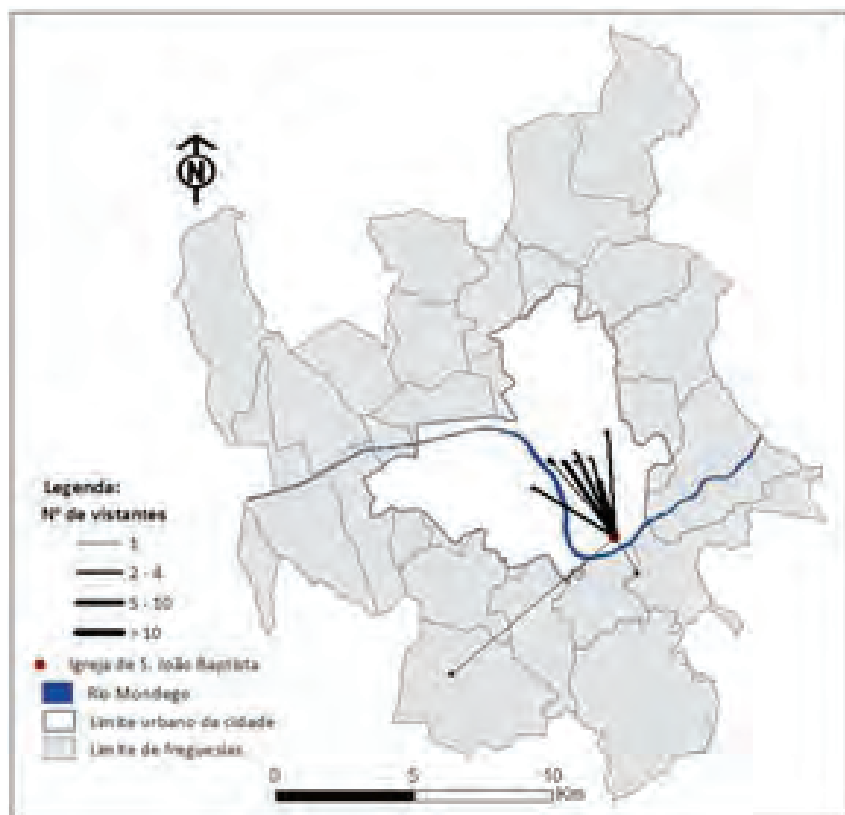


Figura 6 – Outras igrejas frequentadas pela população da Igreja de S. João Baptista (12)

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

No conjunto, estes fatores facilitam uma maior mobilidade, um maior conhecimento do território e um maior interesse ou uma maior motivação em participar em missas celebradas em diferentes lugares. Não havendo lugar a uma só fidelização, a população estabelece diferentes laços de pertença, construindo uma territorialidade topoligâmica, a partir da qual constrói dife-

rentes olhares sobre a cidade, sobre os espaços seculares ou sagrados. Existe uma outra forma de estar em comunidade, uma integração em múltiplos lugares, procurando em cada um deles uma maneira distinta de aproximação aos elementos sagrados. Porventura existe uma relação multiescalar e com múltiplas determinações.

A população da tipologia 2 identificou o maior número de lugares religiosos relevantes e de atividades e episódios religiosos associados a Coimbra. Existe uma leitura mais completa e contextualizada da cidade, uma vez que para este grupo, a cidade é representada e percebida através de lugares sagrados que não foram referidos na tipologia 1, como o Paço Episcopal, a Cáritas Diocesana ou o Centro de Acolhimento João Paulo II, por exemplo, ou ainda por atividades ou episódios religiosos, como as festas em honra de Nossa Senhora da Conceição, a Procissão do Domingo de Ramos, as festas de S. João Batista, as peregrinações a Fátima, a visita do Papa João Paulo II a Coimbra ou a chegada das Relíquias dos Mártires de Marrocos ao Mosteiro de Santa Cruz. Estas referências demonstram um enraizamento, um envolvimento e um conhecimento dos espaços, da história, das tradições, dos rituais ou dos episódios religiosos que ocorreram no passado ou que continuam a marcar, na atualidade, as vivências religiosas na cidade.

Também a partir desta análise se conclui que a escolha dos lugares sagrados está hoje mais centrada em fatores subjetivos e íntimos do que em fatores associados à localização ou à acessibilidade. Isto porque, no caso da população que frequenta a Igreja de Nossa Senhora de Lurdes, por exemplo, a justificação para a escolha dos lugares de culto não é o facto de serem lugares localizados na sua área de residência ou de terem aí realizado alguns dos acontecimentos mais marcantes do seu percurso religioso, mas sim a afinidade com o pároco que celebra a eucaristia, incluindo o movimento religioso ao qual pertencem como a Companhia de Jesus, mas também o sentido de família, de comunidade e de identidade com um determinado grupo paroquial, como os escuteiros. Criam-se laços fortes de união e de partilha comuns a partir desses grupos de referência. A paz interior, a tranquilidade, o silêncio, o conforto e o bem-estar são fatores que determinam a escolha dos lugares sagrados e justificam a

mobilidade dos inquiridos, mais até, do que respetiva localização. Neste ponto foi possível confrontar as características dos lugares sagrados descritas por de Otto (2005), Durkheim (2002), Eliade (1992) ou mesmo Tuan (1979, 1980).

Em síntese, existem diferenças significativas no que diz respeito à expressão territorial da população inquirida, uma vez que na tipologia 1 os inquiridos têm uma vivência espacial e uma territorialidade diferente da tipologia, ou seja, não obstante a população católica praticante ser um grupo aparentemente homogéneo, há divergência na maneira como a população inquirida usa e percebe o espaço, os lugares, o território e as paisagens de Coimbra.

Parte destas discrepâncias são explicadas pela condicionante geográfica, mas também por outros fatores relativos ao perfil socioeconómico traçado e que justificam a forma de estar em comunidade e de viver as experiências religiosas. Embora os lugares sejam importantes para a integração dos inquiridos na sua comunidade, há um consumo e apropriação diferenciada dos lugares sagrados. Há um grupo heterogéneo no que diz respeito à territorialidade religiosa.

A expressão territorial da identidade das tipologias 1 e 2 é ainda visível através da análise nacional e internacional dos lugares sagrados de referência e onde a população já esteve (Figuras 7 e 8).

À semelhança do que se verifica a nível concelhio, foi a população inquirida nas igrejas mais distantes do centro urbano e com um perfil socioeconómico mais empobrecido (tipologia 1) a que identificou o menor número de lugares. Nesta tipologia os inquiridos estiveram num número reduzido de lugares sagrados, na sua grande maioria localizados nas regiões Norte e Centro de Portugal. Para este grupo de inquiridos o Santuário de Fátima, em Ourém, e o Santuário do Bom Jesus, em Braga, foram os lugares sagrados mais referenciados. Porventura existe uma leitura incompleta do território nacional, uma vez que foi referido um número muito restrito de lugares situados nas outras regiões portuguesas (Figura 7).

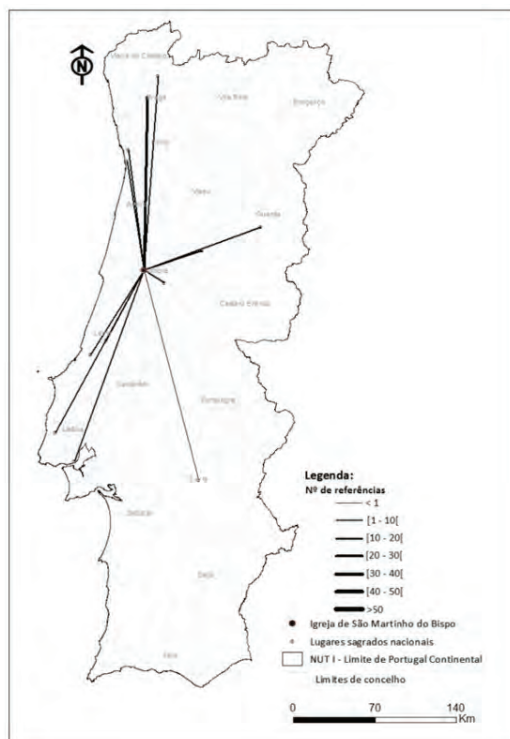


Figura 7 – Igreja de S. Martinho do Bispo (16 lugares)

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

Ao invés, conclui-se que a população que frequenta as igrejas situadas no centro urbano (tipologia 2), com um perfil socioeconómico distinto, esteve num número superior de lugares sagrados, mostrando uma maior mobilidade, uma maior motivação e um maior interesse em conhecer lugares sagrados ou santos. A população inquirida na igreja da Sé Nova, por exemplo, referiu lugares localizados em muitos concelhos portugueses, dispersos em todas as regiões portuguesas, com exceção da Região Autónoma dos Açores onde não foi identificado nenhum lugar sagrado. Muito embora o Santuário de Fátima e os Santuários de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus de Braga sejam também os lugares mais referidos, notamos que a população é inovadora na sua

relação com os lugares sagrados no território nacional. A população referiu que já esteve no Santuário Mariano do Pranto de Dornes, em Ferreira do Zêzere, na Igreja de Santa Maria, na Guarda, no Santuário de Nossa Senhora dos Remédios, em Peniche, no Santuário da Nossa Senhora Aparecida, em Lousada, no Jesus de Cidai, na Trofa, na Basílica dos Mártires, em Lisboa, na Igreja de Nossa Senhora das Neves, em Beja, e na Igreja Matriz de Silves (Figura 9).

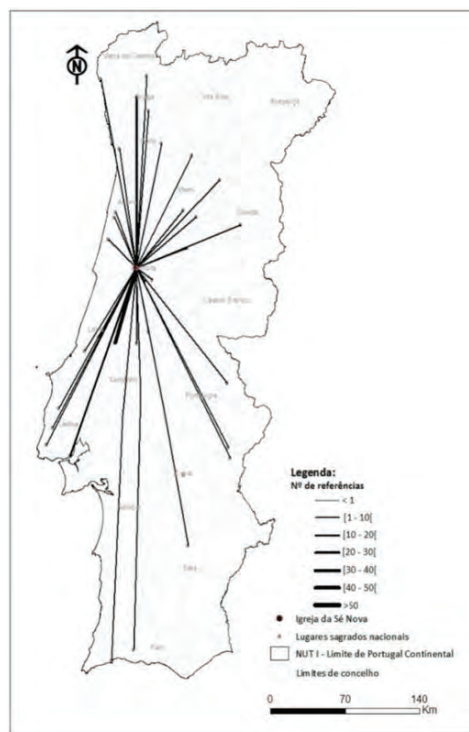


Figura 8 – Igreja da Sé Nova (47 lugares)

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

Significa que os inquiridos na tipologia 2 estiveram num conjunto mais diverso de lugares sagrados de âmbito nacional, revelando um maior conhecimento do território, uma maior mobilidade e uma difusão dos fluxos espaciais. Acresce que este grupo referiu lugares sagrados de diferentes tipologias como

santuários, igrejas, capelas, mosteiros, conventos, montes e ermidas, fortes ou percursos religiosos, muitos dos quais enquadrados na tipologia de lugares sagrados definida por Stoddard (1979/1980).



Figura 9 – Lugares sagrados internacionais onde os inquiridos da igreja de S. Martinho do Bispo já estiveram (14)

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

Neste contexto, para além de uma territorialidade religiosa extensiva a todo o território nacional, a população possui uma territorialidade complexa e diversificada, mostrando conhecer uma geografia que está para além do que é convencional ou do que é oficialmente considerado como lugares sagrados referidos por Lilly Kong (2010).

Misturam-se diferentes escalas, tempos e determinações, permitindo, até certo ponto, definir e enquadrar os lugares sagrados do quotidiano. Para Cravidão (2011:39), “o ser humano que conhece outros lugares, quando regressa faz uma diferente leitura do seu próprio lugar. Os seus olhos estão “modificados”. Modifica-se o seu “ser” e por via disso o “estar”. Altera-se o “olhar” e vê de outro modo o seu lugar”. Significa isto que a multiterritorialidade e a multiescalari-

dade permitem à população ter um conhecimento mais alargado do território, misturando diferentes realidades e ponderando sempre outros lugares que, por sua vez, vão densificando e definindo a sua identidade territorial como híbrida, dinâmica e inacabada. Estas observações são, aliás, concordantes com o que Hall (2005) ou Bauman (2007) apresentaram sobre a identidade cultural na pós-modernidade ou na modernidade líquida.

Para além da expressão nacional, foram analisados os lugares sagrados internacionais onde os inquiridos nas duas tipologias já estiveram e, portanto, estão para além das relações quotidianas e do território nacional. A leitura destes resultados comprova, em parte, o que se concluiu anteriormente. Reconhece-se leituras diferenciadas do território e distintas mobilidades consoante o grupo da população inquirida.

Em comparação, os inquiridos na tipologia 1 estiveram num número mais reduzido de lugares sagrados no estrangeiro. Na Igreja de S. Martinho do Bispo, por exemplo, a maioria da população inquirida não respondeu a esta questão no inquérito e, no caso de ter respondido, os lugares indicados estão, sobretudo, localizados em países europeus como Espanha, França e Itália (Figura 10).

Situação inversa regista-se na tipologia 2, sendo que os inquiridos na Igreja de Nossa Senhora de Lurdes referiram lugares sagrados internacionais, localizados em vários países europeus com alguma proximidade geográfica, como Espanha, França e Itália, mas também em países mais distantes como o Brasil, o México, a Rússia, a Índia, a Tailândia, o Camboja e a Turquia. A população referiu ainda lugares bíblicos, localizados no território da Terra Santa, com particular destaque para a Cidade Santa de Jerusalém, para Nazaré ou para Belém. A população incluída nesta tipologia mostrou conhecer a territorialidade da Igreja Católica, mas também de outros grupos religiosos (Figura 11).

Verifica-se ainda que, enquanto a população da tipologia 1 já esteve em lugares mais comuns e convencionais associados à Igreja Católica, como Santiago de Compostela, Lourdes ou Roma, a população da tipologia 2 identificou outros países, bem como diferentes tipologias de lugares sagrados, com diferentes ambientes e distintas características físicas, mas também lugares que estão associados a várias ordens católicas ou mesmo a outras religiões. Esta dis-

crepância entre estas tipologias não será alheia ao facto de a visita aos lugares sagrados no estrangeiro implicar, muitas vezes, uma motivação e uma abertura ao desconhecido, pelo que é novo ou pelo “outro”. Num espírito de aventura, ou de missão e de compromisso, a população procura não só os lugares com os quais se identifica, mas também os lugares que lhe permitem contextualizar-se no mundo. Para além destes fatores, a deslocação ao estrangeiro implica também o conhecimento de línguas e uma capacidade económica que, conforme constatámos, nem todos os grupos de inquiridos possuem.

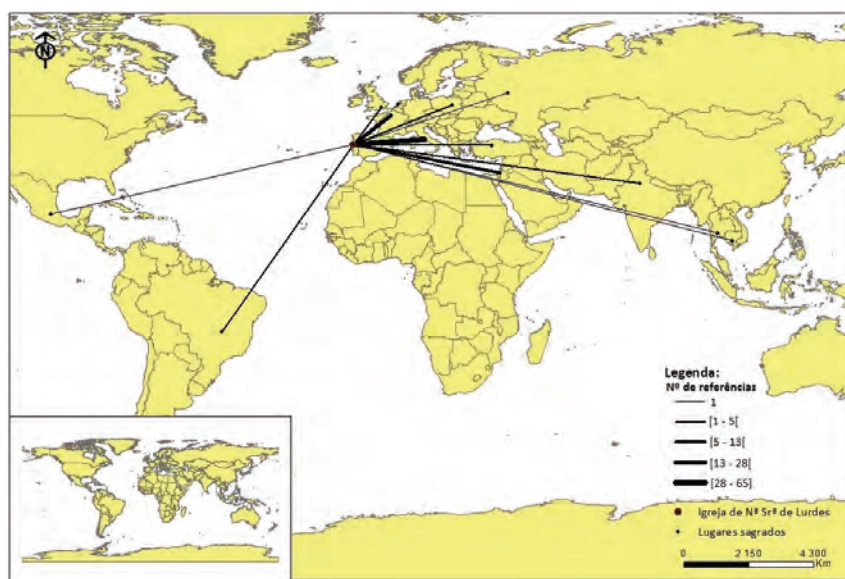


Figura 10 – Lugares sagrados internacionais onde os inquiridos da igreja de Nossa Senhora de Lurdes já estiveram(57)

Fonte dos dados: Inquéritos, 2014.

Neste ponto, conclui-se que existem desigualdades no acesso aos lugares sagrados, uma vez que o acesso ao território não é igual para todos os grupos e está em vantagem quem possui os meios técnico-informacionais necessários para controlar e apropriar o território nas suas diferentes dimensões (Massey,

1994). Esta diferenciação está, neste sentido, patente nos diferentes grupos de inquiridos que foram analisados, sendo visível que há grupos mais privilegiados que consomem e se apropriam de um número mais significativo de lugares, mas também de lugares sagrados com diferentes dimensões e escalas.

3. Conclusões

Os diferentes perfis socioeconómicos e estilos de vida da população inquirida permitem caracterizar e distinguir a população que frequenta as igrejas em estudo. Apesar de todas se situarem na malha urbana, em freguesias predominantemente urbanas, encontram-se diferentes perfis que, condicionam o modo como a população que as frequenta conhece, usa, constrói e se apropria do território nas suas diferentes dimensões e escalas (local, nacional e internacional), ou seja, na cidade vivem e movimentam-se pessoas com diferentes identidades religiosas. A cidade é fragmentada e híbrida e não uma realidade homogénea.

A partir da leitura de autores como Frémont (1980), Tuan (1979, 1980) ou Di Méo (1998), conclui-se que há um conjunto de características identitárias como a idade, o género, a situação profissional, os rendimentos, entre outras, que condicionam a apropriação e a perceção do território. A este perfil identitário juntam-se o percurso religioso de cada indivíduo que, de forma sistemática, condiciona a relação e a perceção com os lugares sagrados e a vida em comunidade. Em algumas circunstâncias os fatores geográficos, ou melhor, a localização e a acessibilidade, interferem nas escolhas dos inquiridos. Noutros contextos, e porque se está no domínio do sagrado, são os elementos subjetivos e íntimos que determinam a relação entre os inquiridos e os lugares de pertença (Figura 12).

A partir deste estudo sobre a expressão territorial da população católica praticante da diocese de Coimbra é possível constatar que efetivamente há diferentes perfis de população católica e, de forma consequente, diferentes expressões territoriais de cada comunidade.



Figura 12 – Resumo dos elementos que condicionam a expressão territorial.

No contexto atual da sociedade contemporânea, pós-moderna e globalizada, em que se procura mostrar, de forma mais expressiva, a progressiva diversidade das identidades religiosas em Portugal, pode-se também analisar a heterogeneidade que existe no âmbito da população católica. É um grupo igualmente diverso, do qual fazem parte pessoas que, apesar de continuarem a manter coesas as suas devoções, valores, práticas e experiências católicas, mostram uma abertura e uma partilha com outras identidades, uma relação com outros grupos religiosos e uma relação com múltiplos lugares de pertença.

A partir das comunidades locais, ou no âmbito do presente estudo de caso, a partir da população católica praticante da diocese de Coimbra, é evidente a abertura, o diálogo entre os diferentes grupos, o conhecimento de diferentes lugares católicos bem como de outros lugares que representam outras identidades e outras memórias e tradições. São geografias que se completam e que se fundam numa religiosidade esclarecida a uma maior predisposição para o diálogo interreligioso e para o conhecimento do “outro”, defendendo a riqueza na diversidade.

Num contexto global, estas comunidades locais, mais abertas e com identidades mais flexíveis, híbridas, plurais e inacabadas, permitem esbater alguns fundamentalismos ou nacionalismos da atualidade e estreitar o diálogo religioso que consideramos fundamental no contexto político como o que hoje vivemos.

Por outro lado, a partir deste estudo também se verifica a existência de grupos mais conservadores, mais fechados, mais confinados a um espaço,

a uma relação, a uma pertença. São grupos que procuram manter-se fiéis a um percurso religioso, a um lugar ou a uma comunidade. Nestes casos, há o risco de, mesmo no contexto atual, se definirem identidades fechadas ou inertes (Sen, 2007; Maalouf, 1999) que, em muitas circunstâncias, têm reações adversas à entrada de novos elementos na comunidade ou, tão somente, se isolam nas suas práticas e nas suas experiências religiosas. Este “encerramento” tem consequências na forma como os grupos se relacionam entre si mas também com mundo.

Referências bibliográficas

- Bachelard, G. (1994). *The Poetic of Space* (trad. Maria Jolas Bacon). Boston: Press Books.
- Barreto, A. (1995). Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960-1995. In: *Análise Social*, vol. XXX (134), (5.º): 841-855.
- Bauman, Z. (2007). *A Vida Fragmentada. Ensaios sobre a moral pós-moderna*. (trad. Miguel Serras Pereira). Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Cravidão, F. (2011). Turismo, Território e Cultura – uma triologia (sempre em construção). In: *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n.º 29, Jan/Jun: 35-42.
- Di Méo, G. (1998). *Géographie sociale et territoires*. Paris: Editions Nathan.
- Durkheim, É. (2002). *As Formas Elementares da vida religiosa. O sistema totêmico na Austrália* (trad. Miguel Serras Pereira). Oeiras: Celta Editora.
- Eliade, M. (1992). *O Sagrado e o Profano – a essência das religiões* (trad. Rogério Fernandes). São Paulo: Editora Martins Fontes.
- Franca, M. (2016). *A expressão territorial da identidade religiosa da população católica portuguesa. Estudo de caso da diocese de Coimbra*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Frémont, A. (1980). *A Região, Espaço Vivido* (trad. António Gonçalves). Coimbra: Livraria Almedina.
- Granovetter, M. S. (1973). The Strength of Weak Ties. In *American Journal Of Sociology*, vol. 78, n.º 6: 1360-1380.
- Hall, S. (2005). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (trad. Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro). Rio de Janeiro: DP&A Editora.
- Kong, Lilly (2010). Global shifts, theoretical shifts: Changing geographies of religion. In: *Progress in Human Geography*, vol. 34(6): 755–776.
- Krejcie, R. V. e Morgan D. W. *Educational and psychological measurement*, 30, 1970 – journals.sagepub.com
- Maalouf, A. (1999). *As Identidades Assassinas* (trad. Susana Serras Pereira). Lisboa: Difel Editora.

- Massey, D. (1994). A Global Sense of Place from Space, Place, and Gender. In: Oakes, Timothy S. & Price, Patricia L. (2008). *The Cultural Geography Reader*, Routledge, Oxon, Ed. Taylor & Francis e-Library, pp. 257-263.
- Otto, R. (2005). *O Sagrado* (trad. Artur Morão). Lisboa: Edições 70.
- Sen, A. (2007). *Identidade e Violência. A ilusão do destino* (trad. Maria José de la Fuente), Lisboa: Tinta da China.
- Stump, R. W. (2008). *The Geography of Religion. Faith, Place, and Space*, Ed. Rowman & Littlefield Publishers, Inc., United States of America.
- Teixeira, A. (2012). *Identidades Religiosas em Portugal: Representações, Valores e Práticas* – 2011. Lisboa: UCP, Centro de Estudos e Sondagens de Opinião e Centro de Estudos de Religiões e Cultural.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do meio ambiente* (trad. Livia Oliveira). São Paulo: Difel Editora.
- Tuan, Y. (1979). Sacred Space: Exploration of a Idea. In: Butzer K. (org.), *Dimensions of Human Geography*, Chicago Research Paper, 186, Chicago, pp. 84-99.

Fontes Estatísticas:

- Instituto Nacional de Estatística (1981). *XII Recenseamento Geral da População; II Recenseamento Geral da Habitação* 1981, Lisboa,
- Instituto Nacional de Estatística (1991). *Censos 1991: XIII Recenseamento Geral da População; III Recenseamento Geral da Habitação 1991, resultados definitivos*, Lisboa,
- Instituto Nacional de Estatística (2001). *Censos 2001: XIV Recenseamento Geral da População; IV Recenseamento Geral da Habitação 2001, resultados definitivos – Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores*, Lisboa,
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Censos 2011: XV Recenseamento Geral da População; V Recenseamento Geral da Habitação 2011, resultados definitivos – Portugal, Região Norte, Região Centro, Região de Lisboa, Região do Alentejo, Região do Algarve, Região Autónoma da Madeira, Região Autónoma dos Açores*, Lisboa,
- Instituto Nacional de Estatística (2011). *Retrato Territorial de Portugal 2011*. Lisboa, 224 pp.
- Conferência Episcopal Portuguesa. *População Católica Praticante por diocese – 1970, 1991, 2001, Portugal*, dados não publicados, CEP.

(Página deixada propositadamente em branco)

ÁGUA, AMBIENTE E CIDADANIA

Maria de Lurdes Roxo Mateus

Departamento de Geografia e Turismo da FLUC

Membro Colaborador do CEGOT

mlroxo@hotmail.com

Resumo: A água tem importância fundamental na sociedade e no território. Por ela se definem espaços, delimitam fronteiras, traçam itinerários e o seu uso imprime marcas indeléveis na paisagem. Neste artigo optámos por fazer a abordagem da questão da água na perspectiva da sustentabilidade ambiental, o que tornou absolutamente essencial tratar da *gestão* dos recursos hídricos. Foi no ano 2000 que surgiu o primeiro documento normativo à escala da União Europeia, a Diretiva Quadro da Água, enquanto em 2005, foi publicada, em Portugal, a Lei da Água; documentos sobre os quais trabalhamos, nos princípios em que assentam. Para além da gestão dos recursos hídricos, abordamos também a perspectiva ética da questão da água, relacionando *água e cultura*. Por fim, fazemos referência à simbologia da água e ao seu valor cultural, colocando em confronto *usos* da água e *cidadania*.

Palavras-chave: Diretiva Quadro da Água; Lei da Água; Cultura da Água.

Abstract: Water has fundamental importance in society and territory. It defines spaces, delimits borders, traces itineraries and their use imprints indelible marks on the landscape. In this article we have choose to make a study of water with a view to environmental sustainability. After, it is essential to address our attention to water management. It was in 2000 that the first European Union-wide normative document, the Water Framework Directive, appeared,

while in 2005 the Water Law was published in Portugal; we work on this documents, and on the principles which they are based. In addition, we also address the ethical perspective of the water issue, relating *water* and *culture*. Finally, we refer the symbology of water and its cultural value, confronting *water uses* and *citizenship*.

Keywords: Water Framework Directive; Water Law; Water Culture.

Nota introdutória

A água é, na sua essência, potencial de vida e fonte de riqueza ambiental, ecológica e patrimonial. É um bem cuja classificação primordial é a de *bem livre* pelo enorme valor de uso direto que tem. Contudo, pelo elevado significado que assume em variados setores fulcrais da economia e da sociedade, satisfazendo necessidades cada vez mais díspares e significativas, é também um precioso *bem económico*.

Os recursos hídricos sempre condicionaram a organização da sociedade e a estrutura territorial. Atualmente, a procura crescente e diversificada, aliada à deterioração ambiental e inerente escassez, quantitativa e qualitativa, do património aquífero, fazem com que adquira ainda maior relevância tudo o que concerne à sua gestão, regulamentação de uso e prioridades de utilização.

A água, bem vital e precioso é, indubitavelmente, património da humanidade. Tal significa que aos direitos inalienáveis dos cidadãos, relativamente ao acesso à água, acrescem os deveres os quais assumem importância maior em contexto de instabilidade climática e possível ameaça ecológica.

Perante a dimensão das questões ambientais, voltamos a debruçar-nos sobre a temática da água. Com efeito, já no início do século realizámos, em colaboração com Fernanda Cravidão, um trabalho sobre a água. Destinou-se o mesmo a uma comunicação que apresentámos num congresso subordinado ao mesmo tema, realizado em Nova Deli, sob a égide da UGI. Também por esta razão a minha escolha. Porque é preciso celebrar.

Gestão da Água e sustentabilidade

Os primeiros instrumentos normativos

Foi há mais de cinquenta anos, em 1968, que o Conselho da Europa aprovou a Carta Europeia da Água, aí definindo a água “como um recurso finito indispensável a todas as atividades humanas”. À medida que as preocupações ambientais se foram corporizando, a questão da água foi ganhando relevância. Foi assim, depois da Cimeira de Paris, em 1972, da qual resultou o Primeiro Programa de Ação em Matéria de Ambiente, que foram publicadas várias Diretivas, entre elas **três** sobre a água. Com efeito, em 1975, surgiu a primeira (Diretiva 75/440) incidente sobre a qualidade das águas superficiais; logo de seguida, em 1976, foi publicada uma outra sobre as águas balneares (Diretiva 76/160) e, em 1980, legislou-se sobre a qualidade da água para consumo humano (Schmidt *et al.*, 2013). Esses instrumentos normativos iniciais assumiram um formato algo segmentado, desenquadrado de uma política ambiental concertada. Só depois da Cimeira de Frankfurt (1988) foram publicadas diversas Diretivas vocacionadas para a preservação ambiental, nomeadamente para obviar aos efeitos da degradação da água nos Estados Membros: a Diretiva 91/271 sobre tratamento de águas residuais e a Diretiva 91/676 sobre Nitratos, ambas procurando dar resposta à crescente deterioração da qualidade da água, consequência do processo de crescimento industrial e da prática agrícola intensiva, esta inserida no designado período “produtivista” (M. L. Roxo Mateus, 2002).

À medida que o final do século se aproximava, foi-se dando mais atenção às questões ambientais pela sua crescente complexidade, decorrente da multiplicidade de intervenientes. Estamos num processo de crescimento económico cada vez mais abrangente, marcado pela acelerada urbanização (M. L. Roxo Mateus, 2009) e, sobretudo, pelo aumento exponencial da motorização. Este contexto veio conferir atualidade e carácter de urgência à (re)formulação da legislação sobre o ambiente e, claro, também sobre a água. Foi assim que surgiu, à escala da União Europeia, o primeiro quadro normativo no domínio da política da água – a **Diretiva Quadro da Água**.

A Diretiva Quadro da Água – princípios basilares

No ano 2000, foi aprovada pelo Conselho e pelo Parlamento Europeus a Diretiva Quadro da Água (DQA). Considerada um dos principais instrumentos de política ambiental da UE, foi pensada e estruturada, tendo como objetivo a coordenação das atuações de cada Estado Membro, “de modo a promover o uso sustentável da água, prevenir a degradação dos recursos, em quantidade e qualidade, e contribuir para atenuar os efeitos das cheias e das secas” (DQA). Assente numa perspetiva integrada dos recursos hídricos, visa a descentralização de políticas e modos de atuação, mas mantém critérios uniformizadores no que se refere aos objetivos. É, sem dúvida, o principal instrumento de política europeia de gestão da água. Esta Diretiva, por alguns considerada a “Diretiva-Mãe” das questões ambientais na UE, assenta em princípios que visam assegurar a utilização racional dos recursos naturais, com a adoção de medidas de preservação ambiental e proteção da saúde humana, fomentando uma utilização prudente, em termos quantitativos e de qualidade, dos recursos hídricos disponíveis.

São finalidades básicas deste documento:

- a proteção dos recursos hídricos e a utilização sustentável da água;
- proteger os ecossistemas aquáticos e melhorar o estado dos ecossistemas já afetados, terrestres ou oceânicos;
- assegurar as provisões de água em quantidade e qualidade, de modo a satisfazer as necessidades do consumo humano e a crescente procura por atividades económicas diversas;
- a aplicação de medidas tendentes a reduzir substâncias que configurem situações de risco nos ambientes aquáticos, rios, albufeiras ou outros;
- aplicação de medidas para a redução progressiva da poluição das águas subterrâneas;
- redução gradual da poluição das águas marinhas, tendo como objetivo atingir concentrações próximas do zero para substâncias sintéticas e próximas dos valores normais para elementos naturais;

- contribuir para a mitigação dos efeitos das cheias e das secas;
- atingir todos os objetivos de forma equilibrada e equitativa.

Em resumo, as finalidades principais são a “monitorização, proteção e recuperação” das águas europeias, estabelecendo como unidade de atuação as **bacias hidrográficas**, “com autonomia de gestão e instrumentos operativos próprios” (Hering *et al.*, 2010, cit. por Schmidt *et al.* 2013).

Para aplicação das normas de gestão e respetivos procedimentos, houve forte aposta na componente cívica, estando prevista a obrigatoriedade de consulta pública. De facto, a participação dos diversos intervenientes no processo, que se pretende transparente, permite otimizar a leitura dos problemas e a procura de solução para os mesmos. Viabilizará também um melhor planeamento das próximas etapas de trabalho (“ciclos”) da aplicação da DQA. Acresce que a participação pública facilitará a avaliação consecutiva dos resultados, o que não será despendioso. Por outro lado, a divisão dos territórios da água em bacias hidrográficas não só agiliza o levantamento das questões, como proporciona a antecipação dos problemas e confere maior eficácia à precaução dos riscos.

Dos objetivos a atingir com a aplicação da DQA, destacam-se, em primeiro lugar, as pendências relacionadas com a preservação da qualidade da água, sendo a problemática da quantidade algo minorizada. De facto, mesmo quando são referidos os efeitos das *cheias* e das *secas*, é dado maior destaque à questão da qualidade ambiental, em detrimento da quantidade, isto é, de certa forma, desvalorizam-se os volumes e os caudais. A causa desta demarcação parece estar relacionada com a base jurídica em que assenta a Diretiva Quadro da Água, ou sejam, os artigos 175 e 176 do Tratado de Amsterdão (de 1997, mas que só entrou em vigor em 1999), que dão relevância à intervenção comunitária, no sentido de fomentar o respeito pelo ambiente, para além de outras preocupações, tais como, “luta contra o desemprego e proteção dos consumidores”. Assim, a Diretiva Quadro da Água, privilegia a aplicação dos princípios ambientais, valorizando a ação preventiva, bem como a correção dos danos ocorridos, aplicando, quando possível, o *princípio do poluidor pagador* (F. Cravidão e M. L. Roxo Mateus, 2001).

A DQA, para além de ser um instrumento integrador e bem articulado, estabelece um quadro normativo geral para a gestão da água na UE. Compete aos órgãos comunitários centrais e às administrações nacionais e regionais dos estados membros, aplicar também o *princípio da subsidiariedade*, isto é, considerar as especificidades inerentes a cada região (naturais: climáticas, geomorfológicas, hidrológicas...) e humanas (demográficas, económicas, sociais, etc.) e, especialmente, ter em conta tudo o que se relacione com a **cultura da água**. Assim, aos Estados Membros é conferida a possibilidade de adaptar as normas gerais à realidade económica do seu país, tendo em conta “as condições ambientais de cada região hidrográfica, sem que tal signifique redução dos padrões de exigência ou menor responsabilização dos Estados Membros” (DQA).

Para além do modo de funcionamento das **regiões hidrográficas** em geral, merecem destaque os aspetos institucionais relativos às **regiões hidrográficas internacionais**, quando o curso de água atravessa mais do que um país. Para estes casos, a DQA determina dever ser preservada a unidade física e, assim, delimitar apenas uma única região hidrográfica internacional, sendo elaborado um plano de gestão integrado, resultante do trabalho conjunto dos Estados envolvidos. Mantêm-se os propósitos ambientais definidos na DQA e atende-se às especificidades de cada Estado Membro. Quando a concertação não for possível, cada Estado deverá elaborar um plano parcelar, o qual será submetido a apreciação conjunta, para articulação das medidas a implementar.

Dificuldades operativas da DQA – o caso da consulta pública

A aplicação das medidas preconizadas na Diretiva Quadro da Água nem sempre é feita de modo a atingir, em pleno, os objetivos propostos. Assim foi no que respeita à componente da participação cívica e respetiva auscultação da opinião das populações. Com efeito, na DQA, não se especifica a forma como a consulta pública deve ser operacionalizada, nem o modo como os resultados da mesma deverão ser avaliados, considerados e integrados nas decisões finais.

Através do designado Conselho de Região Hidrográfica (CRH) – órgão de consulta e apoio da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) “em matéria de recursos hídricos, para as bacias hidrográficas e respetivas áreas de jurisdição” (APA, 2019), deveria ser possível ter algum *feedback* relativamente ao modo de funcionamento e aos resultados obtidos, em matéria de gestão dos recursos hídricos portugueses, contudo, isso parece não ter acontecido. Aliás, se virmos a composição do CRH, tal não surpreende. Com efeito, nele estão representados ministérios, municípios, organismos da administração pública, desde que diretamente interessados no respetivo CRH e, ainda, “entidades representativas dos principais utilizadores da água”, bem como “organizações científicas e técnicas representativas dos usos da água”. Pela sua constituição, este órgão consultivo estará vocacionado para apoiar, e ser apoiado, em termos técnicos, científicos e operacionais. Contudo, quando na DQA se refere a “participação cívica” não seria isto o que estava na mente dos legisladores. Antes se deveria pretender auscultar, através de consulta pública, a opinião de: “especialistas”? – certamente, mas, sobretudo, a dos “utentes” dos serviços em causa, enfim dos “utilizadores da água”, quer eles sejam consumidores diretos, empresas agrícolas, indústrias ou empreendimentos turísticos, enfim *stakeholders*, já que possuem algum tipo de interesse nos resultados das medidas implementadas. Com efeito, a opinião dos utilizadores da água é muito importante, na medida em que permite completar a avaliação dos resultados das medidas empreendidas, com vista a uma melhor planificação das fases posteriores do Plano de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) e otimizar a sua eficácia. Daí resultam benefícios para as populações, empresas e, enfim, para o próprio Estado, já que se poderão melhorar os benefícios decorrentes do investimento efetuado (B. Moss, 2008). Deste modo, a consulta pública permite valorizar e melhorar a componente social e retributiva, para além de, obviamente, dar importância maior à vertente financeira.

Aquando da publicação da DQA, a parte da “componente cívica” foi muito valorizada, já que conferia democraticidade e responsabilidade social às medidas de gestão operadas nas regiões hidrográficas; contudo, logo na primeira fase de avaliação verificou-se que tais objetivos não terão sido atingidos. Em pri-

meio lugar, consideremos os *veículos de comunicação* utilizados: aqui o apelo à participação pública foi feito por via eletrónica, através do canal da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Ora, tais meios ainda não chegaram à generalidade da população interessada, nomeadamente os utilizadores diretos, ou seja, os residentes nos territórios em causa – as Regiões Hidrográficas. Então, o que se pensava ser um contributo cívico essencial, acabou por se transformar num processo meramente formal, mobilizador de escasso número de participantes, com fraco poder de influência nas subsequentes etapas dos trabalhos. Também no que toca aos *agentes de divulgação* houve lacunas, pois não foram consideradas as especificidades comunicacionais das pequenas comunidades rurais, onde é muito mais eficaz o contacto direto e personalizado do que quaisquer meios eletrónicos, distantes e impessoais.

Nas respostas obtidas, aquando da participação pública (APA, 2019), encetada em finais de 2018, destaca-se a referência crítica a algumas das questões antes elencadas. Assim, na questão referente às regiões hidrográficas ibéricas, considerou-se haver necessidade de “assegurar a atempada preparação das sessões Luso-Espanholas de consulta pública, com vista à *participação de todas as partes interessadas* e não apenas a das *instituições públicas* implicadas”.

Com efeito, se as consequências das lacunas apontadas se manifestam nefastas, relativamente às questões da água num contexto nacional, tal é maximizado quando estão em causa regiões hidrográficas internacionais, onde se defrontam interesses de, pelo menos, dois Estados Membros. Estes têm, em regra, objetivos que se sobrepõem, embora adotem, por vezes, estratégias antagónicas. Assim, não surpreende a complexidade operativa, acrescida da sequente dificuldade de auscultação da opinião pública. Formam-se assim hiatos de comunicação e informativos, que vêm à tona sobretudo quando os problemas se agudizam, face a conjunturas menos favoráveis. Tal foi o que aconteceu, relativamente à Região Hidrográfica Internacional do Tejo, tão referida pelos órgãos de comunicação social, no ano de 2019. De facto, a gestão da água em contexto de escassez, é difícil. Quando são atingidas pela seca populações carenciadas, em risco de perdas económicas acrescidas, é mais difícil ainda, sobretudo em territórios da água internacionais, onde os conflitos de interesse são inevitáveis, como acontece

nas bacias internacionais de rios Ibéricos. Como referência breve, analisamos, de seguida, o caso do Tejo.

- A perspetiva territorial – desde a serra de Albarracin, onde nasce, até chegar à última barragem em terras de Espanha, a de Cedillo, o Tejo percorre 795 quilómetros e passa por 19 grandes hidroelétricas (dados de 2017). Depois de entrar em território português e até chegar ao Atlântico, estende-se por cerca de 212 quilómetros, alimentando barragens, como as de Fratel e Belver.
- Economia e ambiente – outrora, em Portugal, o Tejo foi conhecido pela intensa atividade piscatória que, intercalada com a agrícola, sustentava grande parte da população dos aglomerados ribeirinhos. Depois vieram as fábricas e, com elas, a poluição, como refere quem lá vive: “às vezes o rio fica negro e juntam-se enormes quantidades de espuma” (Público, 6 de dezembro de 2017); mais recentemente apareceram os desportos náuticos, e o concomitante aumento da procura turística.
- Sociedade e regulação – Os novos intervenientes, a maior parte exógenos, embora contribuam para diversificar e dinamizar a região hidrográfica do maior rio ibérico, são também elementos desestabilizadores da socioeconomia local. De facto, o crescimento da pressão económica, por múltiplos agentes, tem repercussões negativas no equilíbrio ecológico do rio e das zonas ripícolas que o cercam, bem como na respetiva exploração. A tudo acresce o facto de estarmos perante uma Região Hidrográfica Internacional, com todas as dificuldades de regulação inerentes.

Pelo exposto, e como está previsto, há que atuar conjuntamente, Portugal e Espanha, de modo a conciliar os direitos e deveres de todos os agentes que operam nos tramos do rio, a montante e a jusante da fronteira. Contudo, perante questões complexas e interesses diversificados, não são fáceis as negociações nem, tão pouco, a perspetivação de soluções.

Em resumo, para obviar maiores ónus ambientais nos rios internacionais, é desígnio político-económico urgente, minimizar a dessincronização de descargas,

os gastos em vão, as poluições acrescidas e os caudais descontrolados. Neste caso, como em muitos outros, o papel da consulta pública é fundamental, por múltiplas razões, algumas já suprarreferidas.

A adequação da DQA a Portugal, a Lei da Água

A DQA foi transcrita para o quadro jurídico/legal de cada Estado Membro. Em Portugal deu lugar à Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29/12) cuja última versão, a sétima, a Lei n.º 44/2017, de 19/06, introduziu um novo princípio, o da **exploração e da gestão públicas da água**, “aplicando-se imperativamente aos sistemas multimunicipais de abastecimento público de água e de saneamento”. Tendo como referencial normativo a DQA e a Lei da Água, à luz dos princípios que defendem, parece-nos de destacar uma questão premente e atual da gestão da água: deverá esta ser pública ou privada? Deverá a água ser gerida como um bem essencial de natureza pública ou como um simples bem, livre ou económico, também passível de gestão privada? Sendo certo que a água é um bem escasso, tem valor económico e, na grande maioria dos casos, o seu uso está sujeito à atribuição de um preço. Curiosamente, só recentemente a questão da privatização da gestão da água se colocou, a partir da constituição de empresas municipais, inicialmente públicas, passando-se depois para a criação de empresas privadas vocacionadas para a gestão da distribuição de água ao domicílio. Contudo, as medidas de privatização efetuadas nem sempre revelaram os resultados esperados, seja porque a gestão não melhorou, ou porque os preços não baixaram, ou ainda porque o fornecimento não se tenha aperfeiçoado, o que coloca a gestão pública *versus* gestão privada. A questão tem sido abordada, em Portugal, como em outros países europeus, como uma questão de natureza essencialmente política, conforme estão os partidos mais à direita ou mais à esquerda. Contudo, a Lei da Água, na sua última versão, não deixa margem para dúvidas com os princípios, do **valor social da água** que “consagra o acesso universal à água para necessidades humanas básicas, a custo socialmente aceitável, e sem constituir fator de discriminação ou exclusão” e, sobretudo, “da aplicação imperativa aos

sistemas multimunicipais de abastecimento público de água e de saneamento” do princípio da exploração e da gestão públicas da água.

Cultura da água e cidadania

A cultura da água é parte integrante da cultura de um povo, que partilha valores, convicções e formas de agir entre si e modos de atuar no meio que o envolve, onde a água ocupa lugar central. A cultura da água condiciona a forma como aquela é utilizada e a gestão de que é objeto. Sendo que a gestão é “o modo de procedimento, do conjunto da sociedade, relativamente à água” (Radclyffe-Brown, cit. por Vargas, 2006) isto é, a forma como se deve atuar e o modo de executar, inserindo-se no domínio da organização social. A cultura da água “é o sistema ético que cria princípios e estabelece regras, para uma gestão equilibrada, justa, eficaz e sustentável da água” (idem, 2006). Quanto aos planos da questão da água – o *normativo* e *ético* bem como o *operativo* e *pragmático* – há que sobrepô-los, para um bom uso da água, sem onerar o ambiente nem penalizar a sociedade. É preciso, então, atuar com cidadania. Só deste modo teremos justiça e equidade na distribuição, na responsabilização dos utilizadores, valorizando o cuidado ambiental enquanto preservador do património natural, riqueza para as gerações vindouras. Por outro lado, é preciso usar a água com parcimónia, a várias escalas, desde os países aos consumidores diretos, importando, também, a justiça relativa, em termos de preços praticados pelas diversas instituições e autarquias. É um todo que se pretende perfeito, o que nem sempre é atingido. Por vezes combinam-se estratégias para atingir determinados fins, os quais nem sempre são compatíveis com os princípios que enformam a cultura da água.

Se a água é vida, é ambiente, é cultura e sociedade, não há nenhuma possibilidade defensável de privatizar os cursos e as massas de água, sob pena de desarmonia e conflito. Com efeito, o espaço da água é um espaço público por excelência. Não pode ser um espaço privado e fragmentado, a menos que se privem os povos de parte da sua riqueza, do seu património e da sua história.

Conclusão

A água é um bem livre, essencial à vida na Terra, à sobrevivência da humanidade e de todos os seres vivos. Os usos da água têm-se diversificado e os volumes solicitados cresceram de forma quase exponencial. Tudo isto contribuiu para que, ao longo dos tempos, o valor da água se afirmasse em termos económicos, deixando de ter “apenas” um valor intrínseco e natural para assumir um valor de troca, traduzível em termos financeiros. Enquanto bem económico exige uma boa gestão, assente em normas jurídicas que regulamentem o seu uso e preservem eventuais abusos suscetíveis de ocasionar danos ambientais. Neste âmbito, colocámos a questão da privatização dos negócios da água, referimos dever ser a gestão da água eminentemente pública, pelo que não deverá ser privatizada, sob pena de estarmos a deturpar a sua natureza intrínseca.

Abordámos também a vertente ética da questão da água – a cultura da água – que nos remete para o plano dos valores e dos princípios. Concluímos que, pelo seu valor enquanto património da humanidade, deve ser usada com elevados critérios de cidadania, tendo como objetivo a proteção ambiental e a salvaguarda das próximas gerações.

Referências bibliográficas

- Cravidão, F. e Mateus, M. L. Roxo (2001). Water and sustainable development – a challenge for the 21st Century: the case of Portugal, *International Conference Sustainable Development of Water Resource. Socio-economic, Institutional and Environment Aspects*, Institute for Resource Management and Economic Development, New Deli.
- Mateus, M. L. Roxo (2002). Desenvolvimento Rural, Produtivismo e Ambiente: Uma abordagem a várias escalas, in *Território, Globalização e Trajectórias de Desenvolvimento*, Caetano, L. (Coord.), Ed. Centro de Estudos Geográficos, Faculdade Letras da Universidade de Coimbra, no âmbito do Projecto “Portugal e as contradições da modernidade”, Universidade de Coimbra, p. 245 a 274:
- Mateus, M. L. Roxo (2009). *Campos de Coimbra – do Rural ao Urbano*, Dissertação de Doutoramento em Geografia, Universidade de Coimbra, Estudo Geral. (<http://hdl.handle.net/10316/10427>)
- Moss, B. (2008). The Water Directive: total environment or political compromise? *Science of the Total Environment*. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S004896970800449X>
- Schmidt, L. e Ferreira, J. (2013). A Governança da Água no contexto da aplicação da Diretiva Quadro da Água. VIII Congresso Ibérico de Gestão e planeamento da Água. Lisboa, Fundação

Calouste Gulbenkian. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10256/1/ICS_LSchimdt_Governanca_A.pdf

Vargas, Ramon (2006). *Cultura e Democracia del Agua*, Polis (en línea), 14/2006, publicado em 2012, URL: <http://journal.openedition.org/polis/5140>

Outros documentos consultados:

Jornal “Público”, Artigo “O Tejo corre para a morte”, por L. Alvarez.

Reportagem: Tejo – uma tragédia à vista de todos

<https://www.publico.pt/2017/12/06/sociedade/reportagem/tejo-uma-tragedia-a-vista-de-todos-1794813>

Tratado de Amsterdão

<https://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/the-parliament-and-the-treaties/treaty-of-amsterdam>

Agência Portuguesa do Ambiente

<https://apambiente.pt/>

A.P.A. – Planos de Gestão de Região Hidrográfica

<https://apambiente.pt/index.php?ref=16&subref=7&sub2ref=9&sub3ref=848>

(Página deixada propositadamente em branco)

**PADRÕES DE DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA E
MIGRAÇÕES INTERNAS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA
RESIDENTE EM PORTUGAL (2005-2011)¹**

Maria Lucinda Fonseca

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, UL
Fonseca-maria@igot.ulisboa.pt
ORCID: 0000-0002-8867-8910

Alina Esteves

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, UL
alinaesteves@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0001-8187-8664

Sandra Silva

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, UL
sandra.silva@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0003-2598-0298

Diogo Abreu

IGOT – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, UL
diogo.abreu@campus.ul.pt
ORCID: 0000-0001-8460-5928

¹ Trabalho efetuado no âmbito do projeto P-RIDE – Portugal: Integração Regional da Demografia e da Economia , PTDC/ATP-DEM/0441/2014, cofinanciado pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P. (PIDDAC) e o Programa Operacional para a Internacionalização (COMPETE 2020).

Resumo: Neste capítulo analisam-se os padrões de distribuição geográfica e as migrações internas da população estrangeira, em perspectiva comparada com a população portuguesa. Com base em dados do Recenseamento da População de 2011, sobre mobilidade geográfica intermunicipal no período 2005-2011, caracterizam-se os padrões de mobilidade dos principais grupos de imigrantes, procurando identificar semelhanças e diferenças entre nacionais de distintas origens, bem como os fatores explicativos dos padrões encontrados. A metodologia utilizada consiste numa série de modelos de regressão múltipla em que se procuram explicar os padrões de mobilidade geográfica interna da população residente, nativa e estrangeira, dando especial atenção às condições da economia local, com destaque para o mercado de trabalho e ao mercado de habitação. A análise efetuada permitiu verificar que os imigrantes apresentam muito maior mobilidade geográfica do que a população nativa, nomeadamente para os grupos das vagas migratórias mais recentes. Os fatores económicos, especialmente o emprego, constituem o principal motor da mobilidade geográfica interna da população de nacionalidade estrangeira. Contudo, nas áreas metropolitanas, onde os imigrantes têm maior expressão, a mobilidade intermunicipal está mais relacionada com as características do mercado de habitação e a tendência para a suburbanização da população imigrante.

Palavras-chave: Imigração; Mobilidade geográfica interna; Portugal.

Abstract: This chapter analyses the patterns of geographical distribution and internal migration of the foreign population comparatively to the Portuguese population. Based on the 2011 Population Census data on inter-municipal geographic mobility in the 2005-2011 period, the mobility patterns of the main migrant groups are characterized, seeking to identify similarities and differences between citizens of different origins, as well as explanatory factors of the patterns identified. The methodology consists of a series of multiple regression models that seek to explain the patterns of internal geographical mobility of the resident, native and foreign population paying special attention to the conditions of the local economy, especially the labour market, and to the housing market. From the analysis it is possible to see that migrants have much greater geographical mobility than the native population, namely for the most recently arrived migrant groups. Economic factors, especially employment, are the main drivers of the internal geographical mobility of the foreign population. However, in metropolitan areas, where migrants

are more present, inter-municipal mobility is more closely related to the characteristics of the housing market and the tendency for suburbanization of the migrant population.

Keywords: Migration; Internal geographical mobility; Portugal.

Introdução

As migrações internacionais (emigração e imigração) têm constituído, ao longo das últimas décadas, um dos principais fatores de transformação demográfica, económica, social e cultural do país e das regiões portuguesas (Fonseca, Ormond, Malheiros, Patrício & Martins, 2005). Como referem King, Skeldon e Vullnetari (2008), as migrações internas e internacionais estão frequentemente interrelacionadas, sendo que as últimas são, muitas vezes, antecedidas por migrações rural-urbanas, ou de uma pequena cidade de província para a capital ou uma grande cidade. De resto, as chamadas “Leis das Migrações”, sistematizadas por Ravenstein em dois trabalhos pioneiros em que procurava teorizar sobre as migrações em Inglaterra e no País de Gales, nos finais do séc. XIX (Ravenstein, 1885, 1889), referem que as migrações se realizavam por etapas sucessivas, dentro do país e, finalmente, para lugares longínquos, em outros continentes. Por outro lado, a migração internacional não implica a instalação definitiva no lugar de chegada, podendo este ser apenas o ponto inicial de uma trajetória de mobilidade interna no país de destino, acompanhando ou não o padrão de mobilidade geográfica inter-regional da população nativa (Skeldon, 2017; Sirkeci, Cohen & Can, 2012).

O interesse pelo estudo da imigração e dos principais grupos de imigrantes em Portugal, acompanhou o crescimento dos fluxos migratórios ao longo dos anos noventa do século passado, existindo uma vasta literatura sobre diferentes temáticas e perspetivas disciplinares relacionadas com a dinâmica das migrações internacionais para Portugal, inventariados em várias bibliografias (Baganha, Góis & Marques, 2006; Machado, Azevedo & Matias, 2009; Machado & Azevedo, 2009; Malheiros, 2012; Mapril, Kelemen & Rocha, 2017). Contudo, são bas-

tante escassos os estudos sobre a mobilidade interna da população estrangeira residente em Portugal. As migrações internas dos imigrantes têm sido, quase sempre, enquadradas em estudos de âmbito geral sobre a mobilidade geográfica ou redistribuição regional da população, sem a preocupação de procurar estabelecer qualquer relação entre a imigração e as migrações internas dos habitantes originários de um país estrangeiro (Fonseca, 1990; Gomes, Moreira & Pinto, 2017; Peixoto, 1998; Oliveira & Peixoto, 2001; Roca & Pimentel, 2003).

Recaño e Miguel (2011), num estudo sobre a mobilidade geográfica interna da população nascida no estrangeiro em três países do Sul da Europa (Itália, Espanha e Portugal), com base em dados do Recenseamento da População de 2001, relativos à mudança de residência cerca de um ano antes da realização do censo, concluíram que, nos três países, os imigrantes apresentaram taxas de mobilidade residencial superiores às da população nativa. Além disso, verificaram ainda diferenças na intensidade das migrações internas entre imigrantes de diferentes origens geográficas. Estes resultados são concordantes com estudos semelhantes efetuados anteriormente no Reino Unido, Alemanha, Bélgica Estados Unidos da América, Canadá e Austrália (Bartel, 1989; Bartel & Koch, 1991; Kritz, Gurak & Lee, 2011; Nogle, 1994; Raymer & Baffour, 2018; Reher & Silvestre, 2009).

Relativamente aos fatores explicativos das diferenças observadas entre imigrantes e nativos, Recaño e Miguel (2011), citando Liaw e Frey (1998), Kritz e Nogle (1994), e Nogle (1994), referem que, além da estrutura etária, género, estado no ciclo de vida, classe social, grau de instrução, situação perante o trabalho, no momento da migração, e tempo de residência no país de destino, os imigrantes têm menor elasticidade para se adaptar a mudanças no mercado de trabalho local (desemprego, diferenças de salários ou crescimento do emprego) do que os nativos, pelo que têm maior propensão para a mobilidade inter-regional e internacional. O trabalho surge, em alguns estudos, como um importante influenciador da mobilidade interna dos cidadãos com origem estrangeira, nomeadamente entre os mais recentes. Para os imigrantes instalados há mais tempo, a proximidade aos amigos e família assume particular relevância (Malheiros, 2012; Sirkeci, Cohen & Can, 2012). As redes sociais são

também um fator importante nos processos de mobilidade geográfica, dado que imigrantes do mesmo grupo já instalados noutra local constituem uma fonte privilegiada de informação e apoio à integração num novo local, dando ajuda na procura de emprego, habitação e acesso a outros bens e serviços essenciais (Frey, 1995; Gurak & Kritz, 2000). Contudo, outros autores referem que a migração interna, pode corresponder a um processo de assimilação espacial, ou seja de dispersão dos membros da mesma origem geográfica ou étnica e de aproximação ao padrão de distribuição espacial do grupo maioritário (Alba & Nee, 1997; Massey, 1985).

Este texto pretende contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre mobilidade geográfica interna da população estrangeira em Portugal, na primeira década do século XXI, explorando as repercussões da crise económica e financeira que se começou a sentir a partir de 2007/2008, na redistribuição regional dos imigrantes residentes no país, em perspetiva comparada com a população nativa. Com base numa análise exploratória dos dados disponíveis dos Censos de 2011, relativos à mudança de residência entre 31 de dezembro de 2005 e o momento censitário (21 de março de 2011), procuraremos responder às seguintes perguntas de investigação: qual é percentagem de população que, na data dos censos, residia num concelho diferente daquele em que vivia em 2005? Há diferenças entre nativos e imigrantes e entre distintos grupos de imigrantes? Estarão os diversos grupos de imigrantes a redistribuírem-se no território nacional de forma semelhante à população nativa? Quais são os principais *drivers* da mobilidade geográfica intermunicipal?

Os métodos de análise utilizados incluem:

- a) A cartografia, por concelhos, do número de estrangeiros com autorização de residência em Portugal, em 2011 e 2017, por mil habitantes, bem como da percentagem da população residente (total e estrangeira) que no momento censitário de 2011 residia em um município diferente comparativamente a 2005;
- b) Uma série de modelos de regressão múltipla, para explicar os padrões de mobilidade geográfica interna da população residente, portuguesa e

estrangeira, dando especial atenção à economia local, nomeadamente ao mercado de trabalho, e às condições de habitação. Os dados utilizados reportam-se a 2011.

O capítulo está estruturado em quatro secções. Na primeira, faz-se uma breve apresentação dos padrões regionais de distribuição da população residente estrangeira em Portugal e as principais mudanças observadas na última década. Na segunda, analisam-se as taxas de mobilidade para diferentes distâncias, para a população total, de nacionalidade portuguesa e estrangeira, bem como para os principais grupos de imigrantes. Em seguida, examina-se a intensidade e os padrões de mobilidade geográfica intermunicipal da população, por NUT III, procurando identificar semelhanças e diferenças entre os grupos em estudo, bem como as variáveis explicativas dos padrões encontrados. O capítulo termina com algumas notas conclusivas e a indicação de novos caminhos para aprofundar esta investigação.

Padrões regionais da Imigração em Portugal: da metropolização à dispersão pelo território nacional

O padrão de distribuição da população pelo território nacional é caracterizado pela litoralização, concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e despovoamento de vastas áreas do interior do país. A tendência para a bipolarização da rede urbana e o declínio demográfico de vastas áreas do Norte e Centro Interior e do Alentejo, resultam de um duplo processo migratório que se desenvolveu a partir de meados do século passado: i) o êxodo rural, sobretudo para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, mas também para as cidades de média dimensão, nomeadamente para as capitais de distrito; e a emigração, em particular para países da Europa Ocidental (Fonseca, 1990; Fonseca, 1996; Gaspar, Abreu, Ferrão & Jensen-Butler, 1989; Malheiros, 2005). Ou seja, o êxodo rural e a emigração (principalmente da população mais jovem) despovoaram e envelheceram o interior do país, condu-

zindo ao progressivo esvaziamento demográfico e ao agravamento do já fraco dinamismo económico de vastas áreas do território de Portugal continental. Por outro lado, a deslocação da população para o litoral originou um rápido crescimento das principais cidades aí localizadas e o aparecimento de novos núcleos urbanos sobretudo à volta de Lisboa e Porto.

O crescimento da imigração, a partir de meados dos anos oitenta e sobretudo na segunda metade da década de 1990 e início do novo milénio, reforçou a concentração da população nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e no Algarve. Fonseca (2009) refere que em 2006, os distritos de Lisboa, Setúbal, Faro e Porto concentravam 75% do stock de imigrantes documentados registados em Portugal e que no interior do país, a presença de estrangeiros era ainda pouco expressiva, apesar de os imigrantes das vagas migratórias mais recentes, provenientes da Europa de Leste e do Brasil, apresentarem maior dispersão pelo território nacional do que os originários dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ou de países asiáticos. Ainda segundo o mesmo estudo, o impacte regional da imigração medido através da relação entre a percentagem de imigrantes de um território relativamente ao total nacional e o peso demográfico do mesmo espaço na população do país, permitiu verificar a relevância da imigração no Algarve, com um índice maior que o triplo do valor de referência nacional, e os distritos de Lisboa e Setúbal com valores de 2,2 e 1,3, respetivamente, sendo que os restantes distritos do país apresentam índices inferiores à unidade, indicando que a relevância demográfica da imigração é inferior à média nacional. No entanto, importa realçar que nos territórios de baixa densidade demográfica, mesmo números reduzidos de imigrantes podem dar um contributo relevante para atenuar os efeitos do envelhecimento e do declínio demográfico, dado que, em 2017, 41,7% dos estrangeiros com autorização de residência em Portugal, tinham entre 20 e 39 anos de idade. Além disso, o padrão de distribuição geográfica da população estrangeira tem sofrido alterações ao longo do tempo e não é uniforme para todos os grupos de imigrantes.

Segundo dados do SEF, em 2011, os estrangeiros com estatuto legal de residente em Portugal representavam 4,2% do total da população, tendo

crescido cerca de 24,6% face a 2001. Considerando as NUT II, a população estrangeira correspondia, nesse ano a 1,3% da população residente na Região Norte, 2,7% na Região Centro, 7,7% na Região de Lisboa, 3,6% no Alentejo, 15,5% no Algarve, 1,4% nos Açores e 2,4% na Madeira. Ainda de acordo com a mesma fonte, cerca de metade (50,1%) da população de nacionalidade estrangeira residente no país concentrava-se na Área Metropolitana de Lisboa. Em 2017, mantem-se a tendência das últimas décadas, com uma forte concentração na Região de Lisboa e no Algarve, respetivamente com 49,4% e 16,5 % do total nacional. No entanto, deve assinalar-se que, em valor absoluto a população estrangeira com estatuto legal de residente diminuiu em todas as regiões do país, com exceção da Região Norte e da Região Autónoma dos Açores. Importa ainda salientar que, embora a crise económica e financeira que se começou a sentir a partir de 2007/2008, se tenha refletido na diminuição da imigração para Portugal e no aumento dos fluxos de retorno ou de remigração para outro país, uma parte substancial da redução do número de estrangeiros residentes no país se deveu ao facto de muitos terem adquirido a nacionalidade portuguesa, não significando por isso uma redução efetiva da população de origem imigrante.

A cartografia, por concelhos, do número de imigrantes com estatuto legal de residente, por mil habitantes, em 2011 e 2017 (Figs. 1 e 2), evidencia, com maior clareza, as diferenças do impacte regional da imigração, permitindo também identificar algumas mudanças relevantes entre as duas datas. Na Região Norte, tanto em 2011 como em 2017, o peso da população estrangeira no total de residentes é, em todos os concelhos inferior à média nacional. Apesar disso, já em 2011 se destacam alguns municípios da fronteira do Alto Minho com a Galiza (Valença, Monção e Vila Nova de Cerveira), da Área Metropolitana do Porto (com destaque para a cidade do Porto), Braga e alguns municípios de Trás-os-Montes e do Douro, por terem uma percentagem de população estrangeira superior à média da região. Em 2017, salienta-se o elevado crescimento da população imigrante nas cidades do Porto e Bragança, bem como nos concelhos de Alfândega da Fé e Vila Nova de Foz Côa, sendo a cidade do Porto o único concelho da Região Norte em que a proporção de população

estrangeira com autorização de residência é superior à média nacional. Nos municípios da Região do Cávado, com exceção de Braga, do Vale do Ave e do Alto Tâmega a população estrangeira continua a ser muito escassa, com valores abaixo dos 12 %.

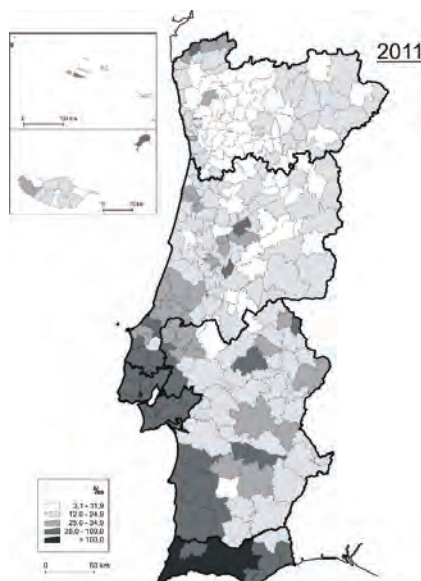


Figura 1 – População Estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, por 1000 habitantes, segundo os municípios, em 2011

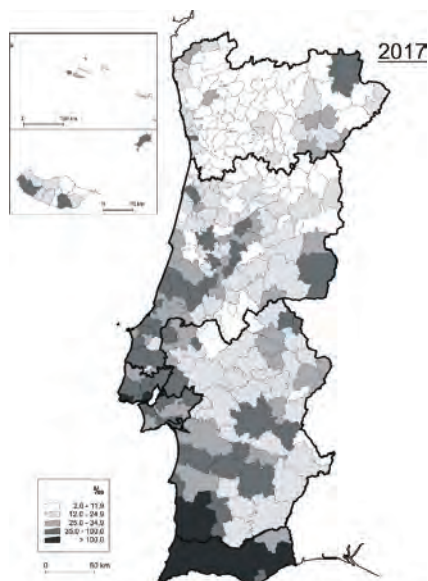


Figura 2 – População Estrangeira com estatuto legal de residente em Portugal, por 1000 habitantes, segundo os municípios, em 2017

Fonte: SEF. Elaboração própria

Tanto em 2011, como em 2017, o Algarve destaca-se como sendo a região onde o peso dos imigrantes no total da população residente é mais expressivo, dado que em 2017, todos os concelhos desta região, com exceção de Alcoutim têm valores muito acima da média nacional (Figura 2). Os valores mais elevados correspondem a Albufeira (265,2‰), Vila do Bispo (255,6‰), Lagos (236,91‰) e Aljezur (204,8‰).

A Área Metropolitana de Lisboa é, a seguir ao Algarve, a que apresenta, em 2017, maior proporção de população residente estrangeira (73,3%), destacando-se, relativamente a 2011, o reforço da proporção de imigrantes na cidade de Lisboa (126,4%) e no concelho de Cascais (101,6%).

Na Região Centro a população estrangeira tem maior expressão no Oeste, com destaque para o concelho de Óbidos (53,7%) e na Região de Leiria, nomeadamente no concelho de Pedrogão Grande (85,1%). Aveiro, Coimbra, Góis, Penela, Marinha Grande e Alenquer também têm valores acima da média nacional. Por oposição nas regiões de Viseu-Dão-Lafões, Beiras e Serra da Estrela, Beira Baixa e Médio Tejo a população estrangeira com autorização de residência representa menos de 25,0% do total de habitantes em praticamente todos os concelhos dessa área (Figura 2).

No Alentejo salienta-se o crescimento da população imigrante no Alentejo Litoral, especialmente em Odemira, dado que em 2017, os residentes estrangeiros representavam 17% dos habitantes do concelho. Em Ferreira do Alentejo, Ourique, Sines, Benavente e Reguengos de Monsaraz, a proporção de estrangeiros também é superior à média do país.

Nas Regiões Autónomas, destacam-se as Lajes das Flores, nos Açores (62,0%), e Porto Santo e Calheta, na Madeira, com 50,2% e 45,0% respetivamente.

Em síntese, pode concluir-se que o padrão de distribuição regional da população estrangeira pelo território nacional, em 2017, não apresenta grandes diferenças relativamente a 2011, sendo apenas de destacar uma maior dispersão pelo território nacional e sobretudo o crescimento da presença de imigrantes no Norte e Centro Interior do país, especialmente em Trás-os-Montes, Beira Baixa e Beiras e Serra da Estrela, no Norte Litoral (nos territórios do Cávado, Ave e Área Metropolitana do Porto), e no Alentejo Litoral.

Migrações internas da população nativa e estrangeira (2005-2011)

Em Portugal não existe informação disponível que permita caracterizar com rigor os movimentos internos da população residente. Por conseguinte, como

já referimos anteriormente, são escassos os estudos sobre migrações internas inter-regionais e mobilidade residencial nas cidades.

Neste texto recorreremos aos dados recolhidos nos censos de 2011, relativamente ao local de residência cinco e dois anos antes do momento censitário (31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2009, respetivamente). Deve salientar-se que esta informação não permite saber se terá havido qualquer outra mudança de residência, no país ou mesmo para o estrangeiro, entre os momentos de referência considerados, constituindo apenas um indicador genérico dos padrões de mobilidade geográfica interna e da atração de população residente no estrangeiro, uma vez que permite quantificar, para cada concelho, o número de residentes em 2011 que em 2005 e 2009 habitavam fora do território nacional.

Como pode ver-se no Quadro 1, a mobilidade residencial da população é relativamente reduzida, sendo que no momento censitário de 2011, 7621633 habitantes (72,2%) residiam na mesma residência de 2005 e 9205435 (87,2%) na mesma residência de 2009. Entre 2005 e 2011 mudaram de residência para outro lugar da mesma freguesia 928507 pessoas (8,8%), para outra freguesia do mesmo concelho 614036 (5,8%), para outro concelho 678389 (6,4%), 215130 (2%) em 2005 residiam no estrangeiro e 504483 indivíduos (4,8%) ainda não tinham nascido.

A população de nacionalidade estrangeira apresenta maior mobilidade geográfica interna do que a população portuguesa, tanto para outro lugar da mesma freguesia, ou para outra freguesia do mesmo concelho (13,1% e 8,0%, respetivamente), como para outro concelho (9% e 6,2% respetivamente). Numa análise mais desagregada por nacionalidades (Quadro 1), verifica-se ainda que os grupos de imigrantes mais recentes (Brasil, Ucrânia e China) têm maior mobilidade residencial do que os nacionais dos PALOP ou cidadãos da UE 15 (sem Portugal), evidenciando que, com o tempo, os imigrantes tendem a convergir com a população nativa.

QUADRO 1: População residente em 2011, segundo os locais de residência em 31/12/2005 e 31/12/2009

País de Nacionalidade	Ainda não tinha nascido		Residia no mesmo local		Na mesma freguesia		Noutra freguesia do mesmo concelho		Noutro concelho		No estrangeiro	
	2005	2009	2005	2009	2005	2009	2005	2009	2005	2009	2005	2009
Total	4,8	1,1	72,2	87,2	8,8	5,7	5,8	2,6	6,4	2,6	2,0	0,8
Portugal	4,5	1,1	74,3	88,1	8,5	5,4	5,7	2,5	6,2	2,5	0,7	0,4
País estrangeiro	4,1	0,8	43,8	67,1	13,1	13,0	8,0	5,6	9,0	5,7	22,0	7,9
Brasil	3,2	0,8	23,1	58,0	16,2	17,6	9,5	7,9	11,2	7,8	36,8	7,9
Ucrânia	4,2	0,9	36,8	72,3	22,5	13,5	11,4	5,3	10,3	4,2	14,9	3,8
PALOP	2,1	0,5	42,9	68,3	13,8	12,8	8,5	5,5	9,9	6,2	22,9	6,6
China	6,3	1,7	35,3	70,8	10,2	8,2	6,5	3,9	15,6	8,2	25,9	7,3
UE15 (sem PT)	1,4	0,4	60,4	78,5	10,4	5,9	7,1	3,0	5,0	2,7	15,7	9,5

Fonte: INE. Censos 2011, com tratamento próprio.

Um aspeto interessante que sobressai da análise comparada da mobilidade geográfica interna da população masculina e feminina, é a semelhança de padrões entre ambos, não existindo diferenças significativas entre homens e mulheres, tanto para os cidadãos nacionais como para os estrangeiros (Quadro 2).

QUADRO 2: População residente em Portugal, à data dos censos de 2011, por sexos, e nacionalidade, segundo os locais de residência em 31/12/2005 (%)

País de Nacionalidade	Sexo	Ainda não tinha nascido	Residia no mesmo local	Na mesma freguesia	Noutra freguesia do mesmo concelho	Noutro concelho	No estrangeiro
Total	H	5,1	71,7	8,8	5,8	6,5	2,1
	M	4,5	72,6	8,8	5,8	6,4	2,0
Portugal	H	5,1	73,4	8,5	5,7	6,3	1,0
	M	4,5	74,3	8,5	5,7	6,2	0,7
País estrangeiro	H	4,4	44,0	13,3	8,1	9,2	21,0
	M	4,1	43,8	13,1	8,0	9,0	22,0

Fonte: INE. Censos 2011, com tratamento próprio.

Além de os imigrantes evidenciarem maior mobilidade geográfica intermunicipal, no período entre 2005 e 2011, do que o total da população residente em Portugal, apresentam também um padrão regional das migrações internas com algumas diferenças relativamente à população nativa (Figura 3).

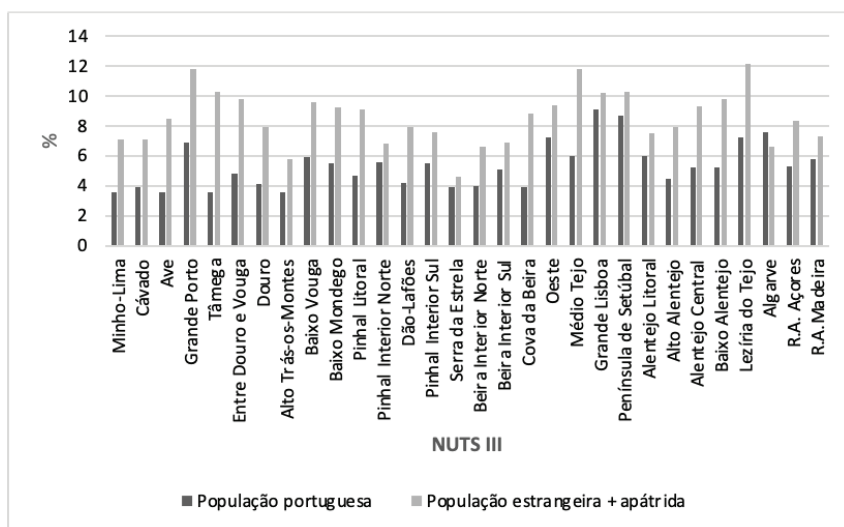


Figura 3 – Proporção da população residente segundo a NUT III de residência no momento censitário (2011) que residia noutra município em 31/12/2005

Fonte: INE. Censos 2011, com tratamento próprio.

Os principais contrastes ao nível da mobilidade intermunicipal são identificáveis, no Norte Litoral, (nas NUT III do Tâmega, Ave, Área Metropolitana do Porto e Entre Douro e Vouga), na Cova da Beira, Lezíria do Tejo, Médio Tejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo (Figura 3). O Algarve é a única região do país em que a população portuguesa apresenta maior mobilidade geográfica interna do que a população estrangeira.

Numa análise mais desagregada, por concelhos, destaca-se uma forte mobilidade residencial da população nativa e imigrante e uma forte suburbanização da população estrangeira, visível nos municípios da 2ª coroa suburbana da AML

(como Sintra, Vila Franca de Xira, Loures, Almada, Seixal, Barreiro e Moita) e da 1ª coroa suburbana da AMP (Vila Nova de Gaia, Gondomar, Valongo, Matosinhos), assim como da 2ª (Espinho, São João da Madeira, Espinho, Vila do Conde e Póvoa do Varzim). Como refere Malheiros (2012), a mobilidade residencial interconcelhia está relacionada com o mercado de habitação e a suburbanização dos imigrantes, devido aos preços da habitação serem mais em conta nos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa da margem sul do Tejo e nos da segunda coroa suburbana da Margem Norte. A proporção de estrangeiros que estabeleceu residência num novo município, comparativamente a 2005, foi também mais elevada do que a população portuguesa, nos concelhos economicamente mais dinâmicos das regiões Oeste, de Leiria, Coimbra e Aveiro, mas também em áreas marcadamente rurais do Alentejo como Grândola, Alcácer do Sal, Moura, Ferreira do Alentejo, Portel, Reguengos de Monsaraz ou Alandroal. Novas oportunidades de trabalho, quer na agricultura, quer no turismo, atividades carentes em mão de obra, mas com condições de trabalho pouco atraentes, ajudam a compreender esta procura por parte da população não-portuguesa.

Explicação dos padrões de mobilidade interna dos imigrantes e dos nativos: os resultados de uma análise de regressão múltipla

Para procurar identificar e compreender o impacto de fatores associados ao padrão de povoamento, estrutura demográfica, mercado de trabalho e de habitação e nível de rendimento da população residente, na mobilidade residencial interconcelhia dos residentes nativos e estrangeiros, efetuaram-se uma série de modelos de regressão linear múltipla², sendo as variáveis dependentes a percentagem de população portuguesa (ou estrangeira e apátrida) de cada NUT III que, em 31 de dezembro de 2005 residia num concelho diferente do de residência habitual na data de realização do recenseamento da população

² Utilizou-se a regressão múltipla passo a passo “stepwise” e o método dos mínimos quadrados. Só foram incluídas na análise as variáveis estatisticamente significativas.

de 2011. As variáveis independentes incluídas nos modelos de regressão estão indicadas no Quadro 3.

QUADRO 3: Variáveis independentes incluídas nos modelos de regressão

Dimensões analíticas incluídas nos modelos de regressão	Variáveis independentes incluídas nos modelos de regressão
Padrão territorial de distribuição da população	<ul style="list-style-type: none"> – Densidade da População 2013 – Proporção da população residente empregada ou estudante com duração média dos movimentos pendulares inferior a 31 minutos (%), 2011
Estrutura etária da população	<ul style="list-style-type: none"> – Índice de envelhecimento 2011 – Percentagem de população residente com idade igual ou inferior a 14 anos, 2011 * – Percentagem de população residente com idade igual ou superior a 65 anos, 2011 * – Percentagem de população estrangeira com idade igual ou superior a 65 anos. em 2011 ** – Percentagem de população estrangeira com idade igual ou inferior a 15 anos. em 2011 **
Mercado de habitação	<ul style="list-style-type: none"> – Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) à data dos Censos 2011 – Encargos médios mensais por aquisição de habitação própria (€) data dos Censos 2011
Emprego e mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> – Desempregados inscritos em 2009, nos centros de emprego e de formação profissional, no total da população residente com 15 a 64 anos (%) – Taxa de desemprego em 2011 (Censos) – Taxa de desemprego feminina em 2011 (Censos) – Taxa de atividade 2011 – Taxa de atividade feminina 2011 – Percentagem de população ativa no setor primário – Percentagem de população ativa no setor terciário
Nível de rendimento	<ul style="list-style-type: none"> – Índice de poder de compra per capita 2011
Pop. Imigrante	<ul style="list-style-type: none"> – Percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira 2011 **

* Variável incluída apenas no modelo de regressão relativo à mobilidade residencial interconcelhia da população de nacionalidade portuguesa.

** Variável incluída apenas no modelo de regressão relativo à mobilidade residencial interconcelhia da população estrangeira e apátrida.

Utilizou-se a regressão linear múltipla, passo a passo “*stepwise*” e o método dos mínimos quadrados. Este método de regressão seleciona apenas as variáveis estatisticamente significativas.

Como já foi referido, efetuaram-se duas análises de regressão linear múltipla, uma para identificar os principais fatores explicativos da mobilidade interconcelhia da população portuguesa e outra para a mobilidade residencial interconcelhia da população estrangeira, no período de 2005-2011.

Como pode ver-se no Quadro 4, no que se refere à mobilidade geográfica da população portuguesa, das 15 variáveis iniciais incluídas na análise, no modelo de regressão linear ajustado foram selecionadas três que explicam 72,3% da variabilidade total da mobilidade residencial da população portuguesa para outro concelho: i) percentagem da população residente empregada ou estudante com duração média dos movimentos pendulares inferior a 31 minutos 2011; ii) valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) à data dos Censos 2011; iii) percentagem de população ativa no setor terciário, 2011. O modelo final ajustado é altamente significativo e é definido pela seguinte equação:

$$\text{MRPT} = 10,976 + (-0,507\text{MovPend}) + (0,269\text{PopServ}) + (0,347\text{RMA}).$$

Os valores dos coeficientes de regressão padronizados permitem ainda concluir que a percentagem da população residente empregada ou estudante com duração média dos movimentos pendulares inferior a 31 minutos é a que apresenta maior contribuição relativa para explicar a percentagem de população residente nativa, por NUT III, que em 2005 residia num concelho diferente do da residência à data do recenseamento da população de 2011. As restantes variáveis apesar de terem coeficientes de regressão mais baixos são também estatisticamente significativas.

Estes resultados indicam que a mobilidade residencial interconcelhia da população de nacionalidade portuguesa tende a ser mais elevada nas regiões mais urbanizadas, ou seja em áreas em que os custos médios da habitação são mais elevados, a percentagem de residentes que estudam ou trabalham em lugares relativamente próximos da residência é menor (tempo de deslocação

igual ou inferior a meia hora) e em que a percentagem de ativos nos serviços é mais elevada.

QUADRO 4: Resultados do modelo de regressão linear múltipla

Variável dependente: Percentagem de população portuguesa de cada NUT III que, em 31 de dezembro de 2005 residia num concelho diferente do de residência habitual na data de realização do recenseamento da população de 2011 (MRPT)

	Coeficientes não padronizados		Coef. Padronizados	T	Sig.
	B	Erro-padrão da estimativa	B		
Constante	10,976	3,402		3,226	0,003
Proporção da população residente empregada ou estudante com duração média dos movimentos pendulares inferior a 31 minutos (%), 2011 (MovPend).	-0,137	0,029	-0,507	-4,709	0,000
Percentagem de população ativa no sector terciário, 2011(PopServ).	0,046	0,019	0,269	2,401	0,024
Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) à data dos Censos 2011 (RMA).	0,016	0,005	0,347	3,180	0,004

R	R – Quadrado	R – Quadrado ajustado	Erro-padrão da estimativa
0,870	0,757	0,729	0,78510

É interessante notar que, tal como já tinham verificado Roca e Pimentel (2003) num estudo das migrações internas em Portugal no período de 1995 a 2001, o desemprego não emergiu como um fator influente na mobilidade residencial interconcelhia da população portuguesa. Este resultado, aparentemente paradoxal, pode explicar-se, por um lado, pelo crescimento das migrações circulares para outros países da União Europeia, com manutenção da residência principal em Portugal e, por outro, porque, frequentemente, a mudança de

emprego não é acompanhada pela mudança de residência, refletindo-se apenas no aumento dos tempos de deslocação entre a habitação e o local de trabalho.

No que se refere às migrações intermunicipais da população estrangeira e apátrida, no modelo de regressão linear ajustado foram selecionadas também três variáveis independentes, mas que são distintas das do modelo de regressão relativo à mobilidade intermunicipal da população portuguesa: i) percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira em 2011 (PopEstr); ii) taxa de atividade da população total, 2011 (TA) e iii) percentagem de população residente estrangeira com 65 e mais anos de idade, 2011 (Env). O modelo final ajustado explica 62% da variabilidade total da variável dependente, é altamente significativo e é definido pela seguinte equação (Quadro 5):

$$\text{MRPT} = 2,670 + (0,491 \text{ PopEstr}) + (0,336 \text{ TA}) + (-0,313 \text{ Env}).$$

QUADRO 5: Resultados do modelo de regressão linear múltipla

Variável dependente: Percentagem de população estrangeira de cada NUT III que, em 31 de dezembro de 2015, residia num concelho diferente do de residência habitual na data de realização do recenseamento da população de 2011 (MRPE)

	Coeficientes não padronizados		Coef. Padronizados	t	Sig.
	B	Erro-padrão da estimativa	B		
Constante	2,670	2,444		1,093	0,285
Percentagem de população residente de nacionalidade estrangeira, 2011 (PopEstr).	0,381	0,093	0,491	4,083	0,000
Taxa de atividade, 2011 (%) (TA)	0,114	0,043	0,336	2,643	0,014
Percentagem de população residente estrangeira com 65 e mais anos de idade, 2011 (Env.)	-0,207	0,084	-0,313	-2,475	0,020

R	R – Quadrado	R – Quadrado ajustado	Erro-padrão da estimativa
0,813	0,661	0,620	1,12308

Estes resultados refletem a relevância das redes sociais nos processos de migração interna dos imigrantes, nomeadamente dos migrantes económicos, dado que a percentagem de população estrangeira na população total de cada NUT III é a variável que apresenta o coeficiente de regressão padronizado mais elevado. Outro aspeto interessante que sobressai dos resultados do modelo de regressão prende-se com a influência do dinamismo económico e demográfico das regiões com maior capacidade de atração de imigrantes de outros concelhos, dado que os coeficientes de regressão da taxa de atividade da população e da percentagem de imigrantes com idade igual ou superior a 65 anos apresentam sinais contrários.

Discussão dos resultados e notas conclusivas

Este trabalho contribui para o conhecimento dos padrões de mobilidade geográfica interna dos imigrantes residentes em Portugal, em perspetiva comparada com a população de nacionalidade portuguesa. Apesar das limitações da informação estatística disponível, com base em dados do recenseamento da população de 2011, foi possível verificar que os imigrantes apresentam muito maior mobilidade geográfica do que a população nativa, nomeadamente para os grupos das vagas migratórias mais recentes. Conclui-se também que existem diferenças significativas entre os diferentes grupos de imigrantes, sendo os chineses e os brasileiros os que apresentam maior mobilidade, tanto no período de 2005-2011 como de 2009-2011. Estes resultados são concordantes com estudos semelhantes relativos às migrações internas dos imigrantes em outros países europeus, nos Estados Unidos da América, Canadá e Austrália, indicando que a mobilidade geográfica pós-migração internacional é diferenciada consoante os países e regiões de origem e constitui um aspeto fundamental do processo de integração no país de destino (Raymer & Baffour, 2018).

No que se refere ao padrão geográfico das migrações internas da população imigrante e nativa, além de o Algarve ser a única região em que a percentagem de portugueses que mudaram de concelho de residência entre 2005 e 2011 é

superior à da população estrangeira, salienta-se a forte capacidade de atração de residentes estrangeiros provenientes de outros municípios, não só nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos territórios mais dinâmicos do litoral, mas também em áreas rurais, de baixa densidade, no Alentejo, Cova da Beira e Douro, para responder à procura de trabalhadores na agricultura e no turismo. Os resultados dos modelos de regressão múltipla permitiram ainda concluir que o padrão de mobilidade intermunicipal da população portuguesa, por ser mais intenso nas áreas mais urbanizadas, com destaque para as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, está associada a um aumento da distância e dos tempos de deslocação entre o local de residência e o local de trabalho/estudo e se explica fundamentalmente por fatores relacionados com o mercado de habitação. No caso dos imigrantes, têm maior relevância fatores económicos ligados às oportunidades de emprego, bem como redes de solidariedade e apoio associadas à presença de outros imigrantes.

Para compreender os mecanismos que estão na origem das diferenças observadas nos padrões de mobilidade geográfica interna de imigrantes e nativos e de diferentes grupos de imigrantes, são necessários estudos mais aprofundados que tenham em conta as motivações da migração para Portugal, o tempo de residência em Portugal, as trajetórias de mobilidade após a chegada e o perfil demográfico e socioeconómico de cada grupo.

Referências bibliográficas

- Baganha, M. I., Góis, P. & Marques, J. C. (2006). Bibliografia sobre a imigração em Portugal. *Oficina do CES*, 259. Disponível em <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/259.pdf>.
- Baganha, M. I. & Góis, P. (1999). Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53, 229-280. <http://hdl.handle.net/10316/10903>.
- Bayona-i-Carrasco, J., Thiers Quintana, J. & Avila-Tàpies, R. (2017). Economic recession and the reverse of internal migration flows of Latin American immigrants in Spain. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 43(15), 2499-2518. <https://doi.org/10.1080/1369183X.2017.1296354>.
- Bartel, A. P. (1989). Where do the new U.S. immigrants live? *Journal of Labour Economics*, 7 (4), 371-91. <http://dx.doi.org/10.1086/298213>.

- Bartel, A. P. & Koch, M. J. (1991). Internal Migration of US Immigrants. In J. M. Abowd & R. B. Freeman (Eds.), *Immigration, Trade, and the Labour Market* (pp. 121-134). Chicago: The University of Chicago Press.
- Fonseca, M. L. Ormond, M., Malheiros, J., Patrício, M., Martins, F. (2005). *Reunificação Familiar e Imigração em Portugal*. Lisboa: ACIME, Observatório da Imigração N° 15.
- Fonseca, M. L. (2009). Imigração, diversidade e novas paisagens étnicas e culturais. In M. Lages & A. T. Matos (Eds.), *Portugal – percursos de interculturalidade*, Vol. II – Contextos e Dinâmicas (pp. 49-96). Lisboa: ACIDI.
- Fonseca, M. L. (1996). Transformações demográficas e recomposição social da população. Da desertificação do interior à litoralização e urbanização de Portugal. In C. Oliveira, (Coord.) *História dos municípios e do Poder Local (dos finais da Idade Média à União Europeia)* (pp. 462-493). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Fonseca, M. L. (1990). *População e Território – do País à Área Metropolitana*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Gaspar, J., Abreu, D., Ferrão, J. & Jensen-Butler, C. (1989). *Portugal, os Próximos 20 Anos*. VI volume. *Ocupação e Organização do Espaço. Uma Perspectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gomes, M. C., Moreira, M. J. & Pinto, M. L. (2017). Movimentos migratórios internos em Portugal (1995-2011): Caracterização exploratória considerando grupos de idades, níveis de habilitações e atividade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 83, 55-74. <http://dx.doi.org/10.7458/SPP2017833546>.
- King, R.; Skeldon, R. & Vullnetari, J. (2008). *Internal and international migration: bridging the theoretical divide* (Sussex Centre for Migration Research Working Papers, 52). Brighton: GB. University of Sussex.
- Kritz, M. M., Gurak, D. T. & Lee, M.-A. (2011). Will They Stay? Foreign-Born Out-Migration from New U.S. Destinations. *Population Research and Policy Review*, Volume 30(4), 537-567. <https://doi.org/10.1007/s11113-010-9200-3>.
- Machado, F. L. & Azevedo, J. (2009). A investigação sobre imigração e etnicidade em Portugal: tendências, vazios e propostas. *Revista Migrações*, 4, 5-31.
- Machado, F. L.; Azevedo, J. & Matias, A. R. (2009). *Bibliografia e filmografia sobre imigração e minorias étnicas em Portugal (2000/2008)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Malheiros, J. M. (2005). Migrações. In: C. A. Medeiros, *Geografia de Portugal 2 – Sociedade, Paisagens e Cidades* (pp.87-125). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Mapril, J.; Kelemen, P; Rocha & I. C. (2017). Imigrações e minorias étnicas em Portugal: uma bibliografia (julho de 2008 – maio de 2016). Lisboa: CRIA.
- Nogle, J. M. (1994). Internal migration for recent immigrants to Canada. *International Migration Review*, 28(1), 31-48.
- Oliveira, C. & Peixoto, J. (2001). Migrações inter-regionais em Portugal Continental, 1992-1999. *Revista de Estudos Regionais – Região de Lisboa e Vale do Tejo*, 2(1.º semestre), 37-49.
- Peixoto, J. (1998). Selectividade migratória e dinâmicas regionais: as migrações inter-regionais em Portugal nos anos 80. *Revista de Estatística*, 9, 73-112.
- Roca, M. N. & Pimentel, D. (2003). Causas Prováveis das Migrações Internas em Portugal na Década de Noventa. *GeoINNOVA*, 8, 91-116.
- Ravenstein, E. (1885) The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, 48(2), 167-227.

- Ravenstein, E. (1889) The laws of migration. *Journal of the Statistical Society*, 52(2), 214-301.
- Raymer, J., Baffour, B. (2018), Subsequent Migration for Immigrants Within Australia, 1981-2016. *Population Research and Policy Review*, 37: 1053-1077. <https://doi.org/10.1007/s11113-018-9482-4>.
- Skeldon, R. (2017). "International Migration, Internal Migration, Mobility and Urbanization: Towards More Integrated Approaches", United Nations Expert Group Meeting on Sustainable Cities, Human Mobility and International Migration, UN/POP/EGM/2017/7. New York: UN Population Division, Department of Economic and Social Affairs.
- Sirkeci, I., Cohen, J. & Can, N. (2012). Internal Mobility of foreign-born in Turkey. In N. Finney & G. Catney, G. (Eds.) *Minority Internal Migration in Europe* (pp.175-193). Farnham: Ashgate.

**ZEE-BR163: A VALIDADE DO ZONEAMENTO
ECOLÓGICO E ECONÔMICO NA CALHA
DO RIO AMAZONAS**

Prof. Dr. Messias Modesto dos Passos

Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP,
campus de Presidente Prudente/SP.
mmpassos86@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0360-7612

Resumo: O Governo Federal procura, desde os anos de 1970, ordenar a ocupação da região amazônica por meio de diferentes medidas de Ordenamento Territorial e Fundiário. O território objeto do zoneamento da BR-163 é composto por 5 sub-regiões, sendo de interesse específico do presente estudo a sub-região denominada de Calha do rio Amazonas e que abrange os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos. Com o objetivo de promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, foram realizadas concessões coletivas do uso da terra para famílias de pequenos agricultores, através dos Projetos de Assentamento (PA) voltados para a agricultura familiar e exploração dos recursos naturais provenientes do extrativismo, além de áreas voltadas para a expansão das atividades produtivas como a pecuária, a agricultura mecanizada e a agricultura familiar. Na base da estrutura fundiária da região, a agricultura mecanizada tem concorrido para a concentração da propriedade e do acesso à terra devido à substituição de pequenas por grandes explorações. O uso da terra na Calha do Amazonas não se pauta nas indicações do ZEE BR-163, ou seja, o zoneamento não apresenta influência significativa, seja para Agricultura Empresarial ou para Produção Familiar. A abordagem teórico-metodológica

está sustentada no paradigma GTP (Geossistema–Território–Paisagem), uma construção de tipo sistêmico destinada a demonstrar a complexidade do meio ambiente geográfico respeitando, tanto quanto possível, a sua diversidade e sua interatividade.

Palavras-chave: Calha do rio Amazonas; ZEE BR-163; Ordenamento Territorial; Agricultura Familiar; Agronegócio.

Abstract: Since the 1970s, the Federal Government has been ordering the occupation of the Amazon region through different measures of Territorial and Land Planning. The territory subject to the zoning of the BR-163 is composed of 5 subregions. The subregion is called the Calha do Amazonas subregion, which covers the municipalities of Santarém, Belterra and Mojuí dos Campos. With the objective of promoting the exploitation of natural resources in a sustainable manner, collective land use concessions were granted to families of small farmers through the Settlement Projects (AP) aimed at family agriculture and exploitation of natural resources from extractivism, in addition to areas focused on the expansion of productive activities such as livestock, mechanized agriculture and family farming. On the basis of the land structure of the region, mechanized agriculture has contributed to the concentration of ownership and access to land due to the replacement of small by large farms. Land use in the Amazon River Trough is not based on the indications of the BR-163 EEZ, that is, the zoning does not present significant influence, either for Business Agriculture or for Family Production. The theoretical-methodological approach is based on the GTP (Geosystem-Territory-Landscape) paradigm, a system-based construction designed to demonstrate the complexity of the geographic environment, respecting as much as possible its diversity and interactivity.

Keywords: Trough of the Amazon River; ZEE BR-163, Land use planning, Family Agriculture, Agribusiness.

Introdução

O Brasil é um dos poucos países do mundo onde se continua a integrar novos espaços ao preço do desrespeito às populações amazônicas, da marginalização

de parcela significativa de sua população, e de uma transformação do espaço natural e rural. Esse fenômeno, acentuado pelos acasos da conjuntura, tendo de um lado a necessidade socioeconômica e, de outro, as consequências sobre o meio ambiente, dificulta o encontro de um modelo que seja socialmente justo e ambientalmente correto.

O território brasileiro se define por uma grande diversidade regional, e parcela significativa ainda pode ser considerada *território de conquista*, sob os impactos da *marcha do capital para o campo*.

Em meados dos anos 60 do século XX, a Amazônia tornou-se foco de iniciativas estatais do governo federal brasileiro. As autoridades militares iniciaram nova fase de programas de desenvolvimento e de exploração econômica da região Amazônica. O órgão do governo federal responsável pelo planejamento regional na Amazônia, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), foi restabelecido depois de tentativas falhadas do seu precursor, a Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), de modo a implementar os objetivos econômicos do governo militar, fixados no modelo de desenvolvimento orientado para o crescimento econômico e a integração nacional. A nova região de planejamento “Amazônia Legal”, com cerca de 5 milhões de km², consiste nas florestas tropicais da planície amazônica e da encosta norte do Brasil Central, região que representa 59% da área total do Brasil. A “Operação Amazônia”, organizada com tirocínio militar, mobilizou fundos públicos e privados. A intenção era mostrar a habilidade do novo sistema político de levar adiante o desenvolvimento no sentido de uma potência líder do “Terceiro Mundo”, através de novas estratégias para explorar o seu potencial econômico, mesmo em regiões com condições naturais adversas e sérios problemas logísticos.

Entre 1970 e 1974 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/ INCRA, priorizou o assentamento de colonos pobres nos Estados de Rondônia e Mato Grosso e Pará, conforme proposta do projeto POLONOROESTE, atendendo a três objetivos básicos: (1) *objetivo econômico*, ou seja, promover a agricultura, como meta de aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno e para a exportação; (2) *objetivo demográfico*, isto é, frear o

êxodo rural e reorientar, para a Amazônia, o fluxo que se dirige para as grandes metrópoles do Sudeste; (3) *objetivo social*, diminuir as tensões sociais provocadas pelo latifúndio no Nordeste e pelo minifúndio no sul do País.

O segundo projeto concerne aos cerrados, cujos solos eram avaliados como pobres e impróprios para a agricultura, até 1970. A partir de fortes investimentos, graças aos progressos da agricultura e ao desenvolvimento das comunicações, os cerrados atraem os “sulistas” para os Chapadões do Planalto Central, tendo a soja como carro-chefe de uma agroindústria exportadora. Nesse caso, priorizam-se os agricultores provenientes da região Sul, mais aptos e capazes para desenvolverem uma agricultura moderna e competitiva voltada, essencialmente, para os mercados internacionais.

As estratégias para o desenvolvimento econômico regional na Amazônia nos anos 1970 podem ser subdivididas em duas categorias:

- a) *Ação estatal*: para o desenvolvimento da infraestrutura, concentrada em vias de transporte rodoviário como parte central dos esforços para a integração da Amazônia. Projetos selecionados de colonização agrária foram implementados. A redução de taxas de juros para corporações foi um dos fatores mais importantes para atrair investidores privados para os projetos de desenvolvimento aprovados pelo Estado.
- b) *Ação privada*: que foi baseada em investimentos em todos os setores econômicos através de incentivos fiscais por redução de taxas tributárias a serem empregadas como capital de investimento, principalmente em projetos de criação de gado, para a indústria e em projetos de mineração.

A “redefinição” capitalista pós-1964 instituiu uma política sustentada no binômio Segurança e Desenvolvimento. A implementação dessa política se deu, basicamente, a partir de quatro variáveis:

- *atração do capital internacional*: no sentido de viabilizar a modernização da economia brasileira, os níveis de acumulação passaram a perseguir uma nítida e acentuada tendência para a concentração e o monopólio;

- *terra*: “a marcha do capital para o campo”, com o objetivo de estender a área do território brasileiro efetivamente ocupado priorizou-se a prática de “*proceder a toda a pressa e custe o que custar, à abertura e valorização dos espaços vazios, cuja aparente improdutividade correria o risco de ser interpretada como marca de uma inoperância oficial*”, conforme observou Sternberg, 1979. Nesse sentido, os projetos agropecuários, principalmente dirigidos à periferia da Amazônia, passaram a ser uma das modalidades mais procuradas para as terras novas a ocupar, enquanto se produzem alterações no tipo de agricultura das áreas tradicionais;
- *mão de obra*: graças às altas taxas de crescimento demográfico e ao desmonte das economias mais tradicionais, torna-se o fator de oferta mais abundante;
- *diversificação das exportações*: a grande maioria da população brasileira foi tratada como “massa amorfa”, pois não se constituiu num mercado consumidor interno ativo. Adota-se o *slogan* “exportar é o que importa” mascarado pela ideologia: crescer primeiro para dividir depois.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) estabelecia como opção nacional básica a construção de uma sociedade desenvolvida – moderna, progressista e humana –, explicitando no seu último item: “Realizar o desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastação do patrimônio de recursos naturais do País”.

Tal objetivo não foi realmente priorizado e o que restou foi a contradição do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ladeado por um quadro de degradação socioambiental.

Na verdade, o esforço brasileiro de desenvolver-se e integrar-se no bloco dos países do “primeiro mundo” capitalista nos têm levado ao paradoxo do crescimento do Produto Interno Bruto, ladeado por um quadro de pobreza absoluta da maioria de sua população, definindo uma grave dívida social interna.

No sentido de evitar a detonação de um processo recessivo, já em 1973 – a partir da “crise do petróleo” – priorizou-se, na elaboração do II PND, uma “aceleração da economia” sustentada no “crescimento com endividamento”.

No sentido de viabilizar os investimentos destinados a garantir o suprimento de produtos e matérias primas, numa autossuficiência aberta ao fluxo de exportação, entre eles:

- produtos siderúrgicos e suas matérias-primas;
- produtos petroquímicos e suas matérias-primas;
- fertilizantes e suas matérias-primas;
- metais não ferrosos e suas matérias-primas;
- defensivos agrícolas e suas matérias-primas;
- papel e Celulose;
- matérias-primas para a indústria farmacêutica;
- cimento, enxofre e outros minerais não ferrosos.

Essa disposição institucionalizada pelo II PND e respaldada pelo modelo econômico tem uma “lógica econômica” no sentido de *“sustentar a conjuntura, impedindo uma descontinuidade de consequências imprevisíveis; assegurar o espaço necessário à absorção do surto anterior de investimentos; e, claro, modificar, a longo prazo, a estrutura produtiva”*, como observou Castro (1985, p. 37).

No entanto, a variável socioambiental pagou caro pela forma como esse processo de “desenvolvimento” ocorreu.

As mudanças regionais e a acelerada urbanização regional estiveram diretamente relacionadas às transformações políticas, econômicas e sociais no âmbito da incorporação das frentes pioneiras da região Amazônica ao espaço e à economia nacional. A partir de 1970, diversos fatores influenciaram esta dinâmica na região. Vários programas especiais e medidas em âmbito federal (PIN, Proterra, Polamazonia, Polocentro etc.) favoreceram um acelerado processo de ocupação “racional” das regiões de cerrado e, sobretudo, de floresta amazônica.

É neste contexto que se dá o processo acelerado de urbanização da fronteira agrícola.

BR-163: Área de influência

A área de influência da BR-163 é um espaço cuja evolução se articula em dois tempos: o tempo longo de uma história “sem história” ou ocultada – até meados do século XX, os Kayabis resistiram à entrada do branco em seu território – e o tempo curto que aborda o processo de territorialização recente, sinônimo de uma ocupação humana agressiva.

A BR-163, longo eixo de 1764 km, entre Cuiabá/MT e Santarém/PA, foi inaugurada em 20 de outubro de 1976, com a promessa de desenvolvimento e de progresso para a Amazônia e o Brasil. Milhares de brasileiros foram atraídos para esta nova via de colonização. O Governo Federal, em consonância com os objetivos do Plano de Integração Nacional\PIN, delega ao INCRA a tarefa de coordenar o processo de colonização. Para os pequenos agricultores, o sonho não se realizou e a realidade observada atualmente ao longo da BR-163, notadamente no sudoeste do Pará, difere dos planos iniciais. O caráter produtivista e a dominação das grandes *trades* (Cargil, Bunge, ADM...) está inserido na paisagem, em detrimento das preocupações socioambientais.

A abertura de grandes eixos rodoviários: Belém-Brasília/BR-14, Cuiabá-Santarém/BR-163, Brasília-Acre/BR-29 etc., motivam o surgimento de inúmeras cidades, a dinamização de muitas outras que estavam estagnadas, ativa a circulação da produção e das pessoas, ou seja, a viscosidade criada a partir desses eixos rodoviários (em alguns casos conectados com hidrovias e ferrovias) é determinante para a fluidez e, portanto, para a articulação/estruturação do território.

É no contexto do desenvolvimento das grandes vias de comunicação da Amazônia brasileira que um amplo campo territorial foi aberto aos colonizadores. A BR-163, aberta ao longo da floresta e dos cerrados, liga Cuiabá/MT a Santarém/PA (Figura 1). Esta via serviu de “porta de entrada” para a ocupação do Norte do Mato Grosso e para o Sudoeste do Pará.

As infraestruturas das rodovias têm uma relação direta com a multiplicação dos projetos de colonização, da chegada dos colonos, dos investimentos realizados no domínio da agricultura e da criação de municípios. Este processo é

representativo do caminhar da sociedade brasileira e as consequências se manifestam no nível da organização espacial do país.

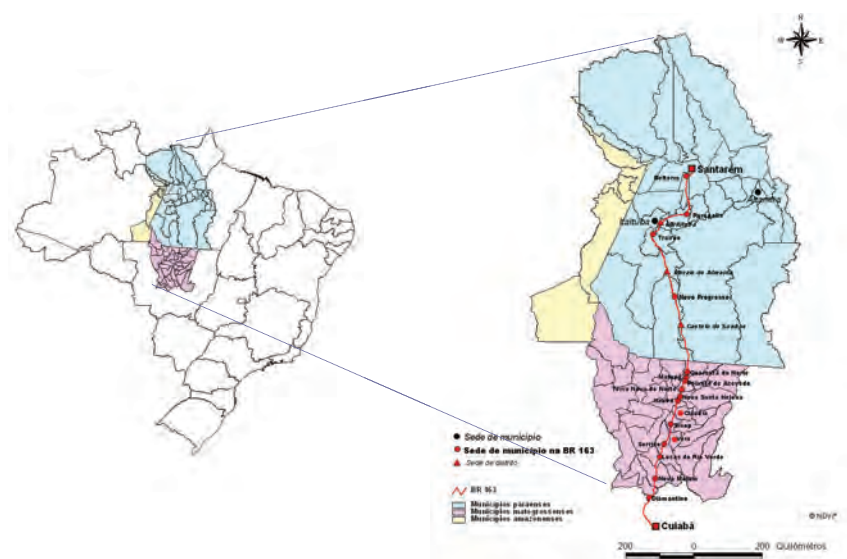


Figura 1 – Área de influência da BR-163 (Cuiabá/MT a Santarém/PA)
– (Plano BR-163 sustentável)

Coube ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) o planejamento e a execução do programa de assentamento de colonos ao longo da Transamazônica e da BR-163. Essa transferência “*dos homens sem terra*” para “*a terra sem homens*” foi efetuada em consonância com o discurso e os objetivos do Plano de Integração Nacional (PIN) e, se viabilizou, notadamente, pela abertura de estradas e pela implantação de agrovilas.

A primeira fase da ocupação pelos colonos foi um fracasso: desconhecimento do meio ecológico, colonos despreparados, falta de políticas públicas eficientes e duradouras.

No início, a colonização esteve longe de atender às expectativas do ambicioso projeto do governo militar. Em 1974, os custos de construção da rodovia já

havam excedido em três vezes o orçamento inicial, e as estradas vicinais não eram abertas; as sementes de arroz fornecidas aos colonos em 1972-1973 não eram adaptadas ao clima local, o que provocava a perda de colheitas inteiras e uma queda da produtividade, agravada pelo declínio dos preços. A região, dadas as suas características ecológicas e às técnicas agrícolas então disponíveis, jamais se tornaria o “celeiro do mundo” a curto prazo, como se esperava. Desde 1974, o governo volta então a privilegiar exclusivamente a empresa privada para a ocupação da região, agora também sob uma nova forma – a da “empresa rural familiar”.

No início, o INCRA fornecia transporte gratuito ao futuro colono e à sua família, desde o lugar de origem até a agrovila. O colono adquiria o lote rural, cujo pagamento deveria acontecer ao longo de 23 anos, a juros baixos, ou sem juro. Segundo o Plano, seria construída, para cada colono, uma casa simples dotada de utensílios, sendo desmatados dois hectares do terreno pelo governo, que se comprometia a financiar novos desmatamentos mais tarde. O Ministério da Agricultura, por meio do INCRA, se comprometia a “instalar água encanada e eletricidade em todas as moradias, e a pagar um salário mínimo, ao colono, nos primeiros seis meses”: uma sedução irresistível para qualquer pessoa! O discurso do INCRA foi esquecido e o que se constatou foi um quadro de pobreza e de frustração daqueles que foram atraídos para a beira das grandes rodovias transamazônicas que, de forma mais pertinente e coerente, deveriam ser chamadas de “transmiseriana”.

A área de influência da BR-163 (Cuiabá a Santarém) conhece profundas mudanças nos usos do espaço e do tempo, em todos os domínios da sociedade e qualquer que seja a escala territorial em que os analisemos (local, municipal, regional, bacias hidrográficas). A exploração desenfreada de recursos naturais a partir das Políticas Públicas e Privadas (assentamento de colonos, instalação de madeiras, impactos do desmatamento, conflitos pela posse da terra, conflitos com os povos da floresta...) e, notadamente da mudança de prioridades, ou seja, da passagem dos objetivos de “uma colonização de caráter social” para “uma colonização acentuadamente empresarial\produtivista”. A permanência da elevada concentração fundiária associada ao problema da indefinição quanto à

titularidade de parte das terras, entre outras, são variáveis fundamentais daquelas mudanças, cujos processos estão a alterar as paisagens físicas e humanas, isto é, a face das cidades e dos espaços rurais.

Os conflitos fundiários

“País de dimensões continentais, o Brasil teve na economia de fronteira e na geopolítica dois núcleos centrais de sua formação”.

BERTHA K. BECKER (1997)

O Governo Federal procura, desde os anos de 1970, ordenar a ocupação da região amazônica por meio de diferentes medidas de Ordenamento Territorial e Fundiário, incluindo a criação de Unidades de Conservação Indígenas e diferentes modalidades de Assentamentos da Reforma Agrária. Cada uma destas categorias possui regras específicas em relação ao uso da terra, dos recursos naturais e também em relação às diferentes categorias populacionais como os ribeirinhos, os indígenas, os quilombolas, além dos chamados “clientes” da reforma agrária que teriam direito em ocupá-las. Nos municípios de Santarém e Belterra, por exemplo, nos anos de 2005 e 2006, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em áreas gerenciadas pela Superintendência Regional de Santarém (SR-30), criou vários projetos de assentamentos com a argumentação de tentar barrar o processo de desmatamento e a concentração fundiária.

Nos dias atuais os conflitos pela posse da terra estão mais explícitos na porção paraense do eixo de influência da BR-163, notadamente pela fragilidade da legislação e pela incapacidade do Estado brasileiro em ser o ator principal na definição da estrutura fundiária e do ordenamento territorial.

Essa inoperância da União decorre, em grande parte da legislação confusa, ambígua e objeto de definições, redefinições... que, são, em verdade, superposições de leis e de normas que se prestam muito mais para, de um lado, justificar posses ilegítimas e de outro, motivar o desmatamento como forma de garantir a posse da terra.

Os terrenos destinados à colonização foram divididos em lotes de 100 ha e ligados à rodovia principal por estradas vicinais (travessões) quando não se encontravam às margens da Transamazônica..

Nos anos subsequentes, assiste-se a um decréscimo de afluxo de migrantes, ao abandono de lotes e à grande rotatividade das populações. Alguns, embora figurando como desistentes, em realidade venderam o direito de ocupação de um terreno bem localizado (contratando a transferência do título definitivo ao comprador, quando de seu recebimento posterior), para obter um pequeno capital que lhes permitisse recomeçar em melhores condições financeiras ocupando áreas mais distantes da rodovia.

Os agricultores familiares não mecanizados da região são, em geral, naturais do próprio estado do Pará ou de origem nordestina. Vieram para a região décadas atrás ou são de gerações de residentes locais. Em suas propriedades, que têm, em média, cerca de 30 hectares, produzem culturas permanentes, principalmente frutas, ou temporárias de subsistência e mandioca para a venda local.

Não é raro a presença de animais para o consumo familiar ou como reserva de valor, uma poupança para a reprodução familiar. Segundo estimativas da Embrapa, esse tipo de produção gera um posto de trabalho a cada oito hectares, enquanto a agricultura mecanizada gera um a cada 200 hectares.

O que estava em jogo no favorecimento da empresa privada no desenvolvimento da Amazônia por diversas instâncias governamentais, era uma progressiva, porém definitiva, mudança nas formas de acesso à terra. Essa mudança afetou tanto a pequena agricultura itinerante praticada por vagas de migrantes nordestinos, quanto o povoamento oriundo do período da borracha, concentrado principalmente em áreas ribeirinhas tanto dos grandes rios como o Xingu e o Tapajós, mas também de afluentes menores explorados na época da borracha, como o Iriri.

O fato é que os debates jurídicos sobre a legitimidade da posse e de cadeias patrimoniais baseadas em documentos paroquiais, ofícios cartoriais etc. surgem em decorrência direta de um acirramento da apropriação de vastas áreas devolutas (mas não necessariamente desocupadas), o que resultou em expropriação de populações. Ou seja, a terra pública, habitada secularmente por colonos,

ribeirinhos, índios, caboclos em geral, foi sendo colocada à venda em lotes de grandes dimensões para os novos investidores, que as adquiriam diretamente dos órgãos fundiários do governo ou de particulares (que, em grande parte, revendiam a terra pública como se ela fosse própria). Em ambos os casos, era frequente que as terras fossem demarcadas pelos novos proprietários numa extensão muito maior do que a dos lotes que originalmente haviam adquirido.

A criação de unidades de conservação (UC), estreitamente vinculada a projetos oficiais de prospecção madeireira e mineral (durante a execução do PIN), fazia-se em detrimento, via de regra, daqueles que aí vivessem.

Os pequenos produtores atingidos por políticas ambientais injustas reagem ao processo de “fechamento por natureza” e evitam a “expropriação por conservação”. Através de movimentos de resistência, calcados na governança verde de baixo para cima, os produtores buscam novas atividades agrícolas e não agrícolas e formas de organização produtiva e comunitária que permitem construir modos de vida multifuncionais no campo.

A calha do rio Amazonas

Se há um contraste de paisagem, há, também, um contraste político-administrativo. Para conhecer a Geografia Física é preciso conhecer os problemas sociais, econômicos, administrativos...

O debate sobre o planejamento territorial na região amazônica passou a incorporar as questões de ordem ambiental a partir da década de 1980. Essa tendência seguida pelo planejamento territorial acompanha a cronologia do processo de gênese e consolidação da temática ambiental, a qual passa a ganhar maior musculatura e importância a partir dos anos 1980.

No Brasil Acsegrad (2000) destaca que o ZEE tem sido utilizado pelo Poder Público em diversas escalas no território nacional, em especial na região amazônica. Segundo definido pelo Ministério de Meio Ambiente (MMA) o ZEE tem como principal objetivo, a partir da elaboração de diagnósticos e

proposição de cenários futuros, viabilizar o desenvolvimento sustentável pela compatibilização do tripé econômico, social e ambiental.

O Governo Federal através do estabelecimento e conceituação do ZEE passou a indicar o seu uso, seja para atores públicos ou privados, com o objetivo de racionalizar o uso e a gestão dos recursos de determinado território. De acordo com Acselrad (2000) esse “ordenamento ecológico” pretendido pelo Poder Público, sobretudo no território amazônico, enfrenta dificuldades de estabelecimento na prática. Tal fato se deve, segundo Acselrad (2000), à própria fragilidade estrutural que existe na esfera pública para avançar em termos de planejamento territorial. O desenvolvimento sustentável tem sido um dos desafios do Poder Público, sobretudo o federal, no processo de ocupação e colonização da região amazônica iniciado a partir da década de 1960.

No contexto do planejamento territorial amazônico, no qual o ZEE se insere, Becker (2010) critica a estratégia de centralismo adotada pelo governo federal ao longo das décadas, a qual ficou restrita aos gabinetes da capital federal e incapaz de trazer resultados positivos em termos de planejamento e ordenamento de uma região responsável por mais da metade do território nacional. Para Becker (2010) é crucial que as políticas públicas comecem a enxergar a realidade e o momento histórico que a região vive e, passem a atentar para os processos que interferem na transformação e ordenamento do território amazônico. Isso só é possível a partir da participação local no tocante à decisão de planos e estratégias para a região.

A partir da Conferência Internacional Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, o Meio Ambiente passa a ser considerado como uma questão de sociedade. E, então, surgem novas estratégias/concepções mundiais para o enfrentamento da problemática.

A compreensão geográfica do meio ambiente deve se manifestar essencialmente nessa perspectiva. Territorializar o meio ambiente é, ao mesmo tempo, enraizá-lo na natureza e na sociedade fornecendo os meios conceituais e metodológicos de fazer avançar o conhecimento ambiental nesse campo.

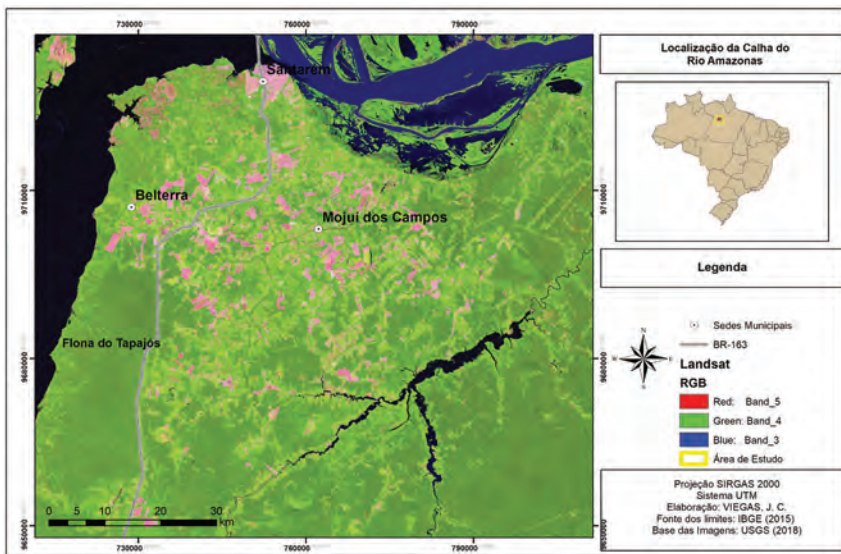


Figura 2 – Localização da Calha do rio Amazonas/área de estudo, com destaque para os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Entre as diferentes abordagens pertinentes à descrição e análise das dinâmicas e organizações espaciais, existem duas grandes orientações que, acreditamos, devem ser vistas como complementares. Uma, *a análise espacial*, consiste em explicitar as grandes regras que estruturam e organizam o espaço. A outra, *a geografia social*, aborda os processos de construção territorial pela análise dos comportamentos sociais. A abordagem paisagística se propõe a costurar as relações entre estas duas orientações, para mostrar como as diferentes combinações de comportamentos individuais induzem cada uma das construções paisagísticas específicas e, pois, os modelos recorrentes de organização do território.

A figura 3 se presta para situar a área de estudo e, também, os Tipos de Gestão do ZEE BR-163/Calha do rio Amazonas, ou seja, as Áreas de Gestão Produtivas, as Zonas de Gestão de Consolidação e Expansão, cuja orientação do ZEE BR-163 possui os seguintes Tipos de Gestão: Agricultura Mecanizada/ Agricultura empresarial (AM), Agricultura Familiar (AF) e Agropecuária Familiar (AP).

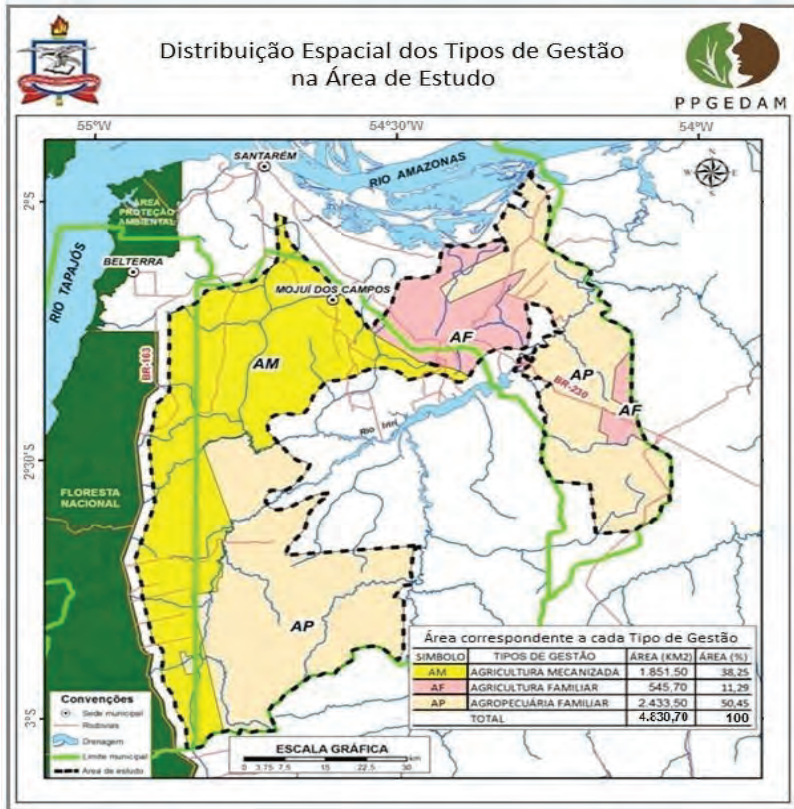


Figura 3 – A Calha do Amazonas, recorte geográfico selecionado para este estudo e que abrange os municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos.

Com o objetivo de promover a exploração dos recursos naturais de forma sustentável, foram realizadas concessões coletivas do uso da terra para famílias de pequenos agricultores, através dos Projetos de Assentamento (PA) voltados para a agricultura familiar e exploração dos recursos naturais provenientes do extrativismo, além de áreas voltadas para a expansão das atividades produtivas como a pecuária, a agricultura mecanizada e a agricultura familiar.

Os municípios da Calha do Amazonas estão conectados por estradas, na maioria, abertas por madeireiros. Essa dinâmica é determinante para a compreensão do recorte da área de estudo.



Foto 1 – BR-163-km 1655/Sítio Silva: o olhar desiludido do Sr. Satílio Silva e das netas que, mesmo sem escola, sonham em se formar em medicina. Vivem da cultura da pimenta do reino e dos sonhos! (PASSOS: 26/08/04)

A Calha do rio Amazonas vive intenso processo de dinâmica de uso da terra ocorrido, a partir da década de 1990, com a chegada de agricultores capitalizados voltado para o cultivo de grãos, em especial, a soja e o arroz. Até então, a paisagem nessa região era dominada por comunidades que tinham por base a agricultura familiar e outras às margens dos rios, denominadas de comunidades ribeirinhas.

A figura 4 se presta para a visualização da concentração das Comunidades rurais, constituídas a partir de assentamentos do INCRA, no início da década de 1970, ou seja, de propostas do Plano de Integração Nacional/PIN.

De acordo com dados da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará – FAPESPA¹, atualmente os municípios de Santarém, Belterra

¹ “Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Baixo Amazonas”, disponível em http://seplan.pa.gov.br/ppasite/perfisregionais/Perfil_Regiao_Baixo_Amazonas.pdf, acesso: 20 de junho de 2016.

e Mojuí dos Campos contribuem de maneira expressiva no total da produção de grãos do Estado do Pará, sobretudo soja e milho. A presença do terminal fluvial graneleiro² construído no município de Santarém, cujo início de operação data de 2003, acaba por facilitar o escoamento da produção local de grãos. Foto 2.

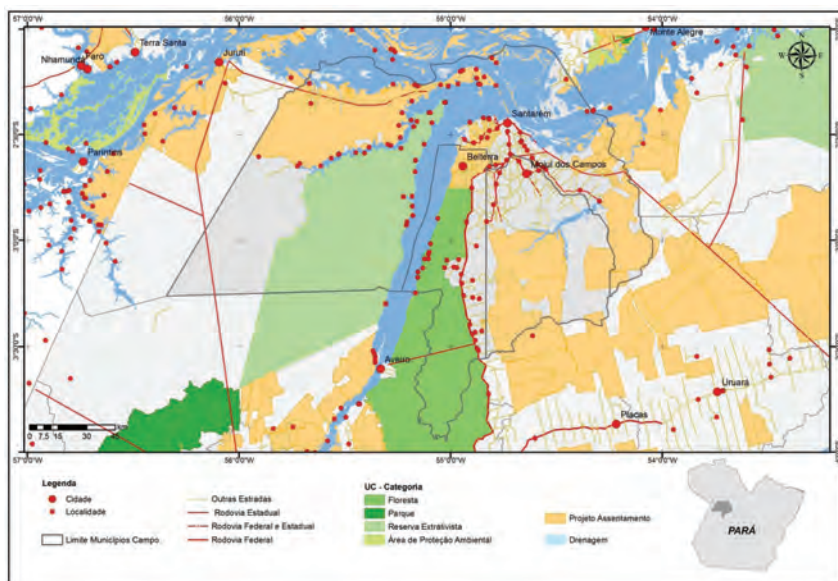


Figura 4 – Mapa da localização das comunidades rurais assentadas na Calha do rio Amazonas. Observar a densidade das mesmas: na margem direita do rio Tapajós, ou seja, dentro da FLONA do Tapajós e, ainda, às margens da BR-163/limite leste da FLONA.

A Calha do Amazonas, na última década, apresentou um aumento da área de agricultura de grãos, em especial, arroz, milho e soja. Nas bases da estrutura fundiária da região, essa dinâmica tem concorrido para a concentração fun-

² A empresa Cargill venceu Licitação Pública em 1999 para construção e operação de terminal graneleiro na orla de Santarém. A construção do Terminal da Cargill teve início no ano do vencimento da Licitação Pública e sua operação começou em 2003. O terminal fluvial foi construído para escoar parte da produção de grãos do centro-oeste, sobretudo de Mato Grosso, e também para escoamento da produção local.

diária devido à substituição da pequena propriedade pela grande propriedade capitalizada. Foto 3.



Foto 2 – Terminal de carregamento da Cargill, em Santarém: com e sem a logomarca da empresa..., revelador dos embates com os ambientalistas que se posicionam contra a expansão do plantio de soja para a calha do rio Amazonas. PASSOS, 16/08/2015.

O mercado é o principal agente na promoção do desenvolvimento, repetindo-se a lógica de influência das demandas globais nas atividades locais, processo arraigado e recorrente na realidade amazônica. Os recursos naturais, notadamente o solo, tem seu uso voltado, fundamentalmente, para gerar produtos que atendam à determinações exógenas.

A elevada demanda por *commodities* em lavouras temporárias de milho e soja com expressiva liquidez e rentabilidade no cenário internacional atrai médios e grandes produtores rurais da região.

As figuras 5 e 6 se prestam para demonstrar como o uso da terra na Calha do Amazonas não se pauta nas indicações do ZEE BR-163, ou seja, o zoneamento não apresenta influência significativa, seja para Agricultura Empresarial ou para Produção Familiar.



Foto 3 – Sede de propriedade rural produtora de grãos, estabelecida às margens da PA-370, município de Santarém. Esta parcela territorial estava, segundo o Plano de Zoneamento Ecológico e Econômico da Calha do rio Amazonas, reservada para agricultura familiar. PASSOS: 03/09/2018.

A chegada dos grandes sojicultores, a partir de 1990, motiva o processo de compra de áreas de produtores familiares, que culmina com a simples expulsão dos agricultores remanescentes das áreas de maior especulação. Segundo estimativas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), o preço da terra passou de R\$300,00/ha para até R\$ 4.000,00/ha nas áreas mais próximas das localidades de Mojuí dos Campos, Belterra e Santarém.

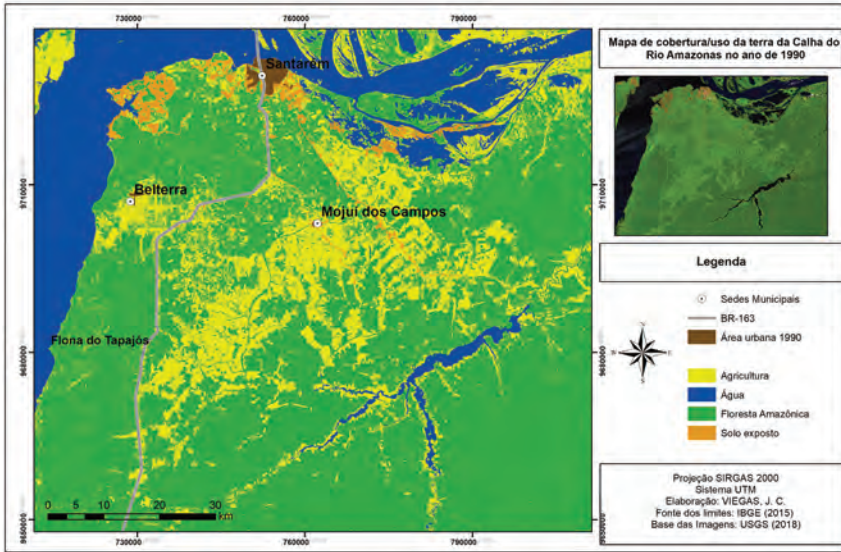


Figura 5 – Uso da terra na Calha do rio Amazonas, registrada para o ano de 1990.

Consequências imediatas desse processo de especulação fundiária são o êxodo rural, com a migração de muitas famílias para a área urbana de Santarém, e a fuga para áreas de terras devolutas ou para regiões mais afastadas do próprio planalto, como o PA Corta Corda. Esse segundo movimento gera, na disputa por terras devolutas, um novo foco de tensão entre os sojicultores e os camponeses.

A partir de 1990, com a chegada dos sojicultores o uso da terra é dinamizado em proveito da agricultura mecanizada. Figura 6.

A agricultura familiar não mecanizada tem testemunhado a chegada da produção mecanizada de forma traumática. Não são poucas as histórias de grilagem e de venda de terras, com migração para núcleos urbanos ou reativação da fronteira, com apropriação de terras em áreas cada vez mais distantes dos centros de comercialização.

O aumento do preço da terra, gera desorganização da sociedade civil e uma inevitável concentração fundiária.

Do ponto de vista dos atores que atuam no setor primário o ZEE BR-163 não apresenta eficácia, pois não cumpre com os objetivos propostos e não alcança os

resultados pretendidos. Ademais, o zoneamento tampouco apresenta eficiência já que não há excelência em sua fase de implementação, pelo contrário, a falta de acompanhamento e divulgação durante esta fase trazem a sensação que o processo ficou perdido em algum momento do passado recente.

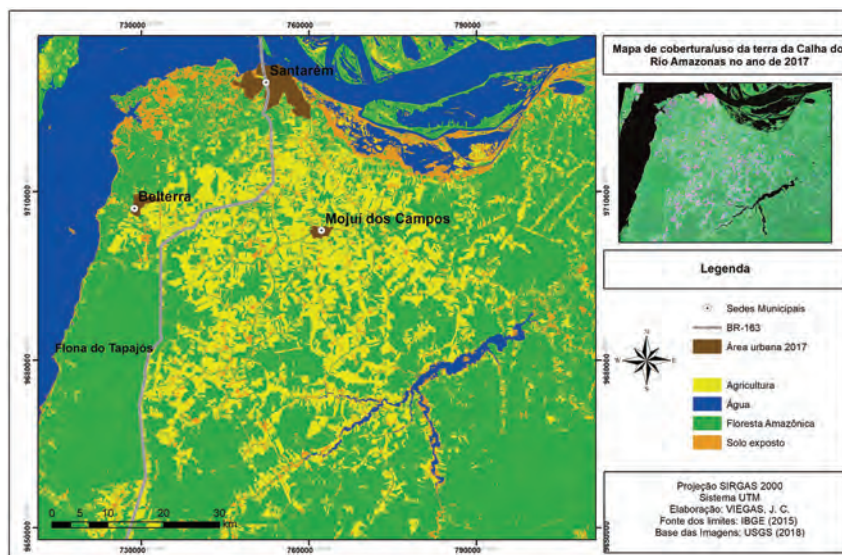


Figura 6 – Uso da terra na Calha do rio Amazonas, registrada para o ano de 2017.

A introdução da agricultura empresarial, representada pelo cultivo de grãos e que se dá em áreas de médio a grande porte, concorreu para a concentração fundiária.

A agricultura empresarial tem se expandido em áreas de projetos de assentamento, o que denota o desrespeito às regras de uso do território, estabelecidas pelo ZEE da BR-163; parte dos pequenos agricultores que vendem suas propriedades para os empresários de grãos busca novas áreas de floresta para se reproduzir. Figura 6.

Considerações finais

As políticas de desenvolvimento territorial levadas a cabo no eixo da BR-163, embora absolutamente urgentes e necessárias, não foram suficientes para promover a coesão econômica e social, reduzir assimetrias territoriais e mitigar os impactos negativos sobre o ambiente.

No debate acadêmico e político, a preservação das florestas na Amazônia tem alta relevância para a proteção do clima e da biodiversidade. Em níveis nacional e local a expectativa está no desenvolvimento econômico. O interesse sobre esses recursos coloca, certamente, em relação agentes globais e locais, mas o que se observa na Amazônia de hoje é o aumento da tensão e da concorrência capitalista por mercados e, conseqüentemente, pela apropriação e uso dos recursos naturais, influenciando o acirramento do desmatamento e de conflitos socioambientais.

O movimento de expansão de fronteira, fortalecido nos anos 1970 com os programas governamentais que consolidaram a colonização nas margens dos grandes eixos rodoviários, abriu espaços à reprodução da pequena produção familiar e de sua constituição como ator social que irá definir em larga escala a dinâmica política na atualidade de certas áreas como a BR-163. A sucessão na terra por novos atores capitalizados, grandes empreendimentos de infraestrutura portuária, minerais, de energia, de madeira e agronegócios, se contrapõem pela racionalidade instrumental e práticas de gestão com as lógicas e modelos de funcionamento ainda dominantes em certos espaços dos municípios que estão sob influência do asfaltamento da BR-163.

O asfaltamento de trechos da BR-163 tem mobilizado novos atores e atividades em direção do Mato Grosso para Novo Progresso, Castelo de Sonhos, Moraes de Almeida e à Calha do rio Amazonas no estado do Pará, pontos de encontro de antigas e novas atividades econômicas. Espaço também de aumento de tensões e conflitos, locais e globais, em torno de projetos econômicos e políticos, mas com domínio de mercado.

A redução de custos de transporte para escoamento de grãos produzidos no Mato Grosso pelo Porto da Cargill, localizado na cidade de Santarém, articulado

com o Porto de Itacoatiara, com economia de transporte na ordem de 1.000 km a menos que pelo Porto de Paranaguá (PR) e dessa cidade para diversos locais do mundo, via fluvial, com menor distância em relação aos mercados europeus e americano, constitui um dos principais interesses da viabilização do asfaltamento da BR-163 à grande circulação.

A ocupação territorial desordenada e a exploração predatória dos recursos estão igualmente vinculadas a uma economia urbana marcada pela alta concentração da renda, pela precariedade do emprego e pela ausência de acesso da maioria da população aos serviços básico.

As recentes medidas tomadas pelo Governo Federal para coibir a exploração predatória e ilícita de recursos naturais nas áreas sob a influência da BR-163, como condição para a realização de um ordenamento territorial eficaz, acarretaram impactos perceptíveis em vários setores de atividade que têm grande importância na geração de empregos na área, caso da exploração madeireira.

Por outro lado, muitas das propostas que hoje em dia orientam o esforço de ordenamento territorial na área de influência da BR-163 – como o mosaico de Unidade de Conservação – foram formuladas graças ao relativo sucesso obtido pelo paradigma socioambiental e pelas ideias de desenvolvimento sustentável na esfera estatal e pressão internacional.

Dada a estrutura atual do mercado de trabalho, a persistência de conflitos fundiários generalizados e as imensas desigualdades que prevalecem no acesso aos bens, aos serviços e às garantias de cidadania, estamos longe de alcançar uma situação ideal, em que as políticas públicas concebidas para a região, mesmo as mais bem intencionadas, levem automaticamente a uma distribuição mais equitativa da renda.

A combinação de fatores endógenos e exógenos à região, tais como o elevado preço internacional da soja, a excelente aptidão agrícola com baixo preço das terras e incentivos governamentais contribuíram/contribuem para uma onda de imigração de produtores oriunda do norte do Mato Grosso, que detêm experiência e capital para iniciar um processo de utilização da terra de forma intensiva e tecnificada.

Referências bibliográficas

- Acsehrad, H. (2000). Zoneamento ecológico-econômico: entre ordem visual e mercado-mundo. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais 12*, Caxambu: ABEP, 2000.
- Castro, A. Barros (1985). *A Economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- Becker, B. K. (2010). Novas Territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi, Ciências Humanas*, v. 5, n. 1, pg. 17-23, Belém, 2010.
- BRASIL, Ministério do Interior (1967). *II Plano quinquenal de desenvolvimento: 1967-1971*. Belém-PA: SUDAM, 1967, 167p.
- BRASIL, Ministério do Interior (1979). *III plano de desenvolvimento da Amazônia: 1980-1984*. Belém: SUDAM, 1979. 174p. 46
- Embrapa Amazônia Oriental (2010). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Zoneamento Ecológico-Econômico da zona oeste do Estado do Pará*. Gestão Territorial – diretrizes de uso e ocupação, v. 2, Belém, 2010.
- Embrapa Amazônia Orienta (2007). *Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Influência da Rodovia BR-163*. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil. v.3, Belém, 2007.
- Empresa Brasileira de Agricultura e Pecuária (2008). *Relatório Socioeconomia – ZEE BR-163*. Belém: Embrapa, 2008.
- Empresa Brasileira De Agricultura E Pecuária (2004a). *O Plano BR-163 Sustentável no quadro das políticas governamentais para Amazônia*. Brasília: Relatório da XXI Reunião, 2004a, 18 p.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015). *Estimativas da população residente no Brasil e Unidades da Federação com data de referência em 1º de julho de 2015*. Rio de Janeiro-RJ, 2015.
- Sternberg, H. O'Reilly (1979). *Frontières contemporaines en Amazonie brésilienne: quelques conséquences sur l'Environnement. Les phénomènes de frontière dans les Pays tropicaux: objectifs et mécanismes des mouvements pionniers* Table organisée par l'Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine, avec le patronage du CNRS). Paris, dezembro de 1979.

Agradecimentos

À FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, pelo apoio ao Projeto: 2015/15052-1, sob a minha coordenação.

Ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológicos, pelo apoio aos projetos de pesquisa sobre temáticas amazônicas.

RECOMPOSIÇÕES TERRITORIAIS DO ENVELHECIMENTO EM PORTUGAL

Miguel Padeiro

CEGOT / Universidade de Coimbra

jmpn@uc.pt

ORCID: 0000-0002-4996-4308

Resumo: O envelhecimento da população é uma tendência marcante do século XXI. Em Portugal, 21,1% dos residentes têm idade igual ou superior a 65 anos, encontrando-se o nosso país entre os 5 mais envelhecidos do mundo. Este texto aborda a evolução recente do envelhecimento em Portugal, realçando a sua componente espacial e o seu carácter cada vez mais urbano. Efetua-se um balanço do envelhecimento em Portugal nas últimas décadas, analisa a sua distribuição geográfica e as modificações que essa distribuição sofreu nos últimos anos e apresenta uma reflexão sobre as implicações científicas e políticas dessas alterações.

Palavras-chave: Envelhecimento; População; Demografia; Idosos.

Abstract: Population ageing is a key trend of the 21st century. In Portugal, 21.1% of residents are aged 65 or over, with the country being among the 5 most aged in the world. This text addresses the recent evolution of ageing in Portugal, highlighting its spatial component and its increasingly urban character. Here I carry out an assessment of ageing in Portugal in recent decades, and I analyse its geographical distribution and the changes that this distribution has undergone in recent years. I finally present some thoughts on the scientific and political implications of these changes.

Keywords: Ageing, Population, Demography, Age-friendly environment.

Introdução

O envelhecimento demográfico não constitui uma novidade, mas antes o acentuar de um processo que já se encontrava em andamento na década de 1990 (Cravidão & Matos, 1990; Nazareth, 1988; Rosa, 1993). As tendências recentes não deixam contudo de ser significativas: à escala mundial, o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos¹ duplicou entre 1990 e 2017, tendo passado de 325,5 milhões de pessoas (6,2 % da população mundial) para 654,6 milhões (8,7 %) (World Bank, 2019). Representam perto de 20% da população europeia, o que corresponde a um acréscimo de 22,2 milhões de pessoas idosas desde 2001 (+29%) (Eurostat, 2017).

Este processo é particularmente marcado em Portugal: com um total de 21,1% de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, o nosso país encontra-se entre os 5 países mais envelhecidos do mundo (UN, 2017). À escala nacional, o envelhecimento demográfico representa o resultado de uma alteração do equilíbrio entre os níveis de fecundidade e a longevidade. Reflecte no essencial os progressos realizados ao longo do último século em termos de desenvolvimento económico e de aumento dos rendimentos, de condições de vida e de saúde, de equipamentos públicos e de comportamentos e modos de vida. À escala regional, tem sido tradicionalmente associado ao despovoamento das áreas rurais, consequência do êxodo rural e da emigração dos jovens activos nas décadas de 1960 a 1980. A forte litoralização do povoamento, a metropolização em curso já nas décadas de 1990 e 2000, os desequilíbrios espaciais existentes, potenciavam contudo uma alteração gradual da geografia do envelhecimento, isso é, da sua distribuição espacial. Tais tendências levariam necessariamente a uma rediscussão do envelhecimento num contexto sensivelmente diferente e com consequências, em matéria de políticas públicas, também diferentes.

¹ O limite de 65 anos é discutível e responde à necessidade de usar um indicador homogéneo ao longo do texto. Constitui a base mais comum para fins estatísticos e para a definição de políticas públicas. É no entanto inegável que este limite deriva mais da estrutura do mercado de trabalho do que de considerações biológicas (Phillipson, 2013). A gerontologia já mostrou há largas décadas que o conceito de terceira idade, assim como os limites que a definem, são uma construção social, mais fluida e imprecisa do que qualquer categorização cronológica.

O presente texto constitui uma abordagem muito geral e resumida do envelhecimento em Portugal. Centra-se na sua evolução recente, procurando realçar a sua componente espacial e, sobretudo, o seu carácter cada vez mais urbano. Numa primeira parte, efectua-se um balanço, em linhas gerais, do envelhecimento em Portugal. Na segunda são analisadas as recomposições territoriais do envelhecimento, que dão conta de uma alteração da sua geografia, cada vez mais urbana e marcada por uma relativa heterogeneidade, a qual relembra que o envelhecimento demográfico não pode ser dissociado dos contextos locais e regionais em que se insere. Sublinham-se, por fim, alguns dos novos e futuros desafios que o envelhecimento traz e revela, tanto para o conhecimento científico como para as políticas públicas.

Um país envelhecido no contexto europeu

As alterações económicas, sociais e culturais ocorridas nos últimos 50 anos marcaram o nosso país de tal forma que Portugal se tornou um dos países mais envelhecidos do mundo. Ocupava em 1990 a 13^a posição europeia (UE-28), com 13,2% de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos. Em 2010, já se encontrava no 4^o lugar, posição que ocupa actualmente atrás da Itália, da Grécia e da Alemanha (Figura 1), com 21,1%. Fora da Europa, só o Japão supera estes países. As projecções actuais colocam Portugal no segundo lugar da UE-28 em 2050 e no primeiro em 2080, com mais de 36% da população acima de 64 anos (Eurostat, 2017).

O envelhecimento resulta de um conjunto complexo de factores, já muito documentados à escala nacional (Ferreira Rodrigues, 2008; Leston Bandeira *et al.*, 2014; Nazareth, 1988; Rosa, 1993) e internacional (Livi-Bacci, 2017; Notestein, 1945). A passagem de um regime demográfico marcado por uma elevada fertilidade e elevada mortalidade para um regime caracterizado por baixos níveis de fertilidade e reduzida mortalidade, designada transição demográfica (Notestein, 1945), foi inicialmente observada e descrita na Europa ocidental ao longo dos séculos XIX e XX, tendo começado já no século XX

(Ferreira Rodrigues), em Portugal. O aumento da longevidade está associado ao desenvolvimento económico e com a progressiva melhoria das condições materiais e sociais das populações. Mas a diminuição significativa dos níveis de fertilidade, reforçada pela queda, geralmente abrupta, das taxas de mortalidade infantil, constitui o principal motor do envelhecimento das últimas décadas (Kinsella & Phillips, 2005). A chamada Segunda Transição Demográfica (Van de Kaa, 1987), caracterizada por persistentes níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição e por alterações e diversificação das estruturas familiares, vem no período mais recente acentuar o envelhecimento de uma população em diminuição gradual no longo prazo (Lesthaeghe, 2014).

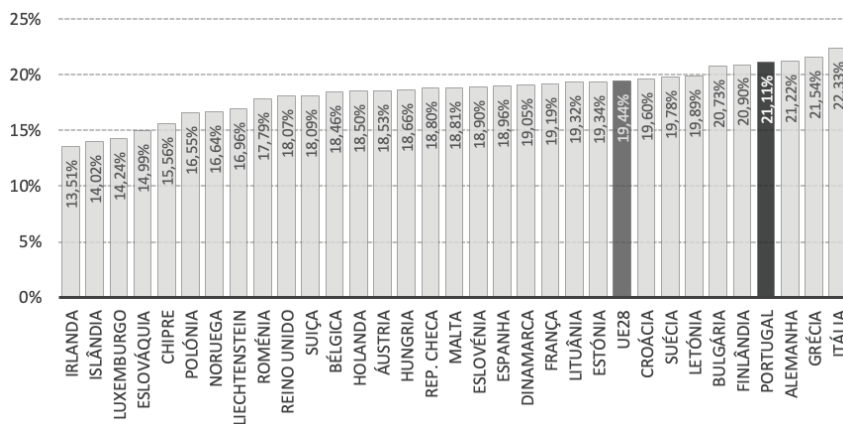


Figura 1 – População 65+ (%) em 2017 nos países da UE-28 + Noruega, Suíça, Islândia e Liechtenstein. Fonte: Eurostat.

Em Portugal, as últimas décadas foram de grande desenvolvimento económico. O PIB *per capita*, a preços constantes de 2011, é multiplicado por 4,9 entre 1960 e 2016 (dados INE). O número de diplomados do ensino superior mais do que duplicou entre 1994 e 2017 (de 32 mil a 77 mil, dados INE). A proporção de alojamentos familiares com água canalizada passou de 47% em 1970 para 99% em 2011, o acesso a esgoto passou de 60 para 99% no mesmo

período, e a existência de uma instalação de duche ou banho aumentou de 32 para 98%. Este forte desenvolvimento das redes de abastecimento e saneamento de água, principalmente a partir da transição democrática com forte investimento estatal e municipal (Pato, 2011), gerou ganhos substanciais em matéria de saúde da população, ganhos que o gradual aumento da capacidade de resposta em matéria de assistência médica e social acompanharam, com o aumento do acesso aos centros de saúde e a nítida progressão dos recursos humanos e materiais (Santana, 2010). É notável e exemplificativa dessas melhorias a redução da taxa de mortalidade infantil, a qual passou de 55,5‰ em 1970 para 24,3‰ em 1980, tendo-se ainda reduzido para 3,2‰ em 2016 (Quadro 1). Consequência da redução da mortalidade, não só infantil como ao longo da vida, a esperança de vida passou de 67,1 anos em 1970 para 76,4 anos em 2000, tendo atingido os 80,6 anos em 2016, embora se mantenha ainda a diferença entre homens (77,7 anos) e mulheres (83,4 anos). Em paralelo, a esperança de vida saudável aos 60 anos passou assim de 16,9 anos em 2000 para 19,4 anos em 2016 (WHO, 2017), o que vem alterar os padrões de vida e as aspirações das pessoas idosas.

Do lado da natalidade, Portugal já apresentava, no século XIX, padrões de fecundidade mais baixos que os restantes países da Europa (Ferreira Rodrigues, 2008; Leston Bandeira *et al.*, 2014). Particularmente pronunciado no Norte e Centro, o controlo dos nascimentos pela instituição do casamento já era a principal causa de um elevado celibato na sociedade portuguesa, com consequências nos baixos níveis de natalidade. Ainda assim, e mesmo que Portugal mantenha hoje um modelo familiar diferenciado em relação aos restantes países europeus, com maior preponderância da família enquanto instituição de solidariedade social e produção de bem-estar (Portugal, 2011), é notável a mudança das estruturas familiares: secularização e informalização da família, maiores taxas de divórcio, diversificação dos tipos de agregados familiares. A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho passou de cerca de 24 anos na década de 1970 para mais de 30 anos em 2016. O índice sintético de fecundidade, que mede o número de filhos por mulher em idade fértil, passou assim abaixo do limiar da substituição de gerações na década de 1980, estabilizando-se na década de

2010 entre 1,3 e 1,4 filhos por mulher. Deste ponto de vista, Portugal aparece na 3ª posição em 2016 e na 6ª em 2017, ultrapassado apenas por outros países do sul europeu: Malta, Espanha, Itália, Chipre e Grécia.

QUADRO 1. Evolução de alguns indicadores de natalidade e de mortalidade em Portugal (1970-2017).

Anos	Esperança de vida à nascença	Esperança de vida aos 65 anos	Idade média da mãe ao nascimento do 1º filho	Índice sintético de fecundidade	Taxa bruta de natalidade (‰)	Taxa bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil (‰)
1970	67,1	13,5	24,4	3	20,8	10,7	55,5
1980	71,1	14,7	23,6	2,25	16,2	9,7	24,3
1990	74,1	15,7	24,7	1,57	11,7	10,3	10,9
2000	76,4	17	26,5	1,55	11,7	10,2	5,5
2010	79,6	18,8	28,9	1,39	9,6	10	2,5
2016	80,8	19,5	30,3	1,36	8,4	10,7	3,2

Fonte: INE.

Com o aumento da longevidade, o crescimento da população idosa não resulta apenas da maior percentagem dos 50-64 anos que chegam ao grupo etário seguinte (65+), mas também da sobrevivência cada vez mais frequente de uma faixa etária idosa para outra. Em Portugal, a esperança de vida aos 65 anos passou assim de menos de 15 anos em 1980 para quase 20 anos em 2016 (dados INE). Em Portugal vivem mais 525 mil pessoas idosas em 2017 do que em 2000, e mais 1,38 milhão do que havia em 1970. Em 1960, cerca de 2/3 da população idosa tinha entre 65 e 74 anos, enquanto 15% tinha 80 anos ou mais. Em 2017, a proporção dos 65-74 anos diminuiu para cerca de metade da população idosa. Os chamados grandes idosos, pessoas com idade igual ou superior a 80 anos, representam agora perto de 1/3 da população idosa. Estes dados significam que, desde 1970, a população com idade igual ou superior a 80 anos quadruplicou, correspondendo a um acréscimo de mais de 500 mil pessoas e tratando-se do maior aumento nas faixas etárias em causa (Quadro 2).

QUADRO 2. Proporções relativas das faixas etárias face ao total da população com idade igual ou superior a 65 anos em Portugal (1970-2017).

	População total nas faixas etárias (% no total das pessoas com 65 anos ou mais)				
	65-69 anos	70-74 anos	75-79 anos	80-84 anos	85 anos ou mais
1970	328 257 (39,2%)	235 170 (28,1%)	147 525 (17,6%)	83 002 (9,9%)	43 981 (5,2%)
1990	474974 (35,0%)	348356 (25,7%)	273934 (20,2%)	167287 (12,3%)	92158 (6,8%)
2017	619 886 (28%)	521 503 (23,6%)	424 997 (19,2%)	349 350 (15,8%)	297 538 (13,4%)

Fonte: INE.

O aumento da longevidade significa por um lado que o chamado processo incapacitante (Lawrence & Jette, 1996; Verbrugge & Jette, 1994) tende a ser adiado, mantendo-se até mais tarde as capacidades cognitivas, sociais, físicas dos idosos. O aparecimento de uma terceira idade, positivamente associada a uma maior liberdade e disponibilidade de tempo, valorizada através da persistência (ou até aumento) de laços e actividades sociais, e marcada por uma importante heterogeneidade de modos de vida (Phillipson, 2013), em oposição com uma quarta idade caracterizada pelo declínio das capacidades, das actividades e da autonomia, complexifica a ideia geralmente assente de uma transição para a reforma associada à dependência. Por outro lado, o aumento da população nas faixas etárias mais avançadas, acima de 80, 85 e 95 anos, irá no futuro traduzir-se por uma maior prevalência de doenças degenerativas e de fragilidades físicas, gerando maiores necessidades de suporte social e de cuidados médicos, maiores desafios para os territórios em termos de serviços de apoio e de proximidade. Em primeira instância, importa ter noção da geografia dinâmica do envelhecimento.

Recomposições territoriais do envelhecimento

A envelhecida dicotomia litoral/interior

Até um período recente era comum associar o envelhecimento demográfico à dicotomia entre um litoral dinâmico e urbanizado, e um interior marcado

pelo despovoamento e pela ausência de perspectivas económicas. Sendo as áreas urbanas – particularmente as metropolitanas – normalmente mais atrativas para o emprego e para os jovens activos, eram geralmente consideradas como jovens. É certo que ainda existe hoje uma diferença entre os concelhos mais próximos do litoral e aqueles situados em áreas fronteiriças. Dos 10 concelhos com maior proporção de pessoas idosas (65+), 8 situam-se na fronteira com a Espanha: Alcoutim, Vinhais, Idanha-a-Nova, Penamacor, Vila Velha de Ródão, Sabugal, Melgaço e Almeida ultrapassam os 36% (Figura 2, mapa 1). Os restantes dois (Pampilhosa da Serra e Oleiros) também se enquadram no chamado Interior. Se nos debruçarmos sobre as pessoas com 80 anos ou mais, a constatação é semelhante, embora os concelhos variem ligeiramente (Figura 2, mapa 2).

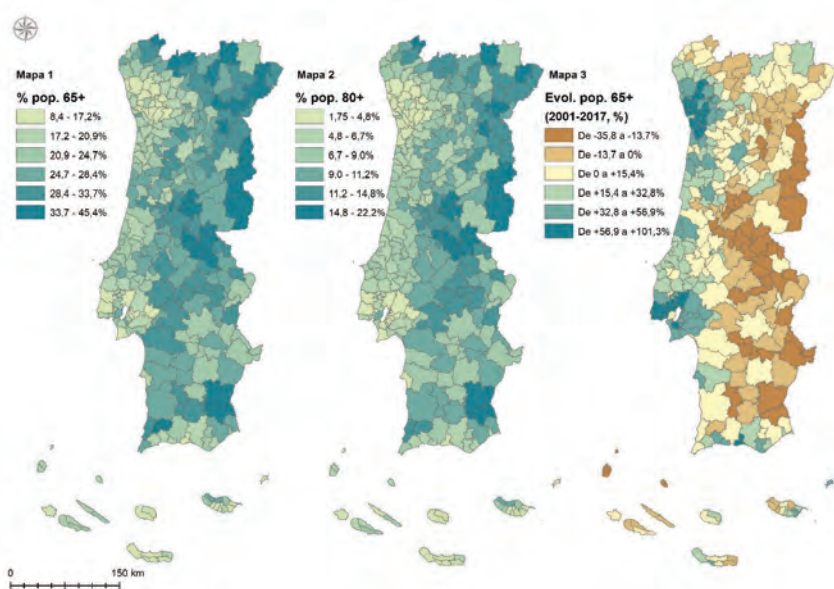


Figura 2 – Proporção da população idosa na população total nos municípios portugueses (2017 e evolução 2001-2017).

Todavia, um olhar atento aos mapas mostra que o envelhecimento não opõe de forma absolutamente linear os concelhos do litoral e os do interior. Em 2017, Mirandela (27,6%), Oliveira do Hospital (26,0%), Guarda (22,6%), Bragança (24,5%), Nelas (26,3%), Covilhã (27,0%) ou ainda Beja (22,4%) apresentam uma proporção de idosos inferior à proporção que se verifica em Lisboa (28,4%) e no Porto (28,1%). O mesmo se pode dizer de São João da Pesqueira (23,2%), Viseu (20,7%), Guarda (22,6%), Tarouca (20,8%), Barrancos (21,9%), Castro Verde (22,9%) ou Vidigueira (23,2%), todos com uma proporção de população idosa mais baixa que Lisboa, Porto, Coimbra (25,0%) ou ainda Espinho (25,1%). A oposição entre um litoral jovem e um interior velho deve ser rediscutida. O envelhecimento distribui-se em função do grau de urbanização da população, mas de uma forma não linear.

Assim, os grandes centros urbanos de Lisboa (28,4%) e do Porto (28,1%) apresentam uma maior proporção de pessoas idosas do que as suas áreas suburbanas respectivas. Deixando de lado os concelhos localizados nos Açores e na Madeira, que são os que apresentam as menores proporções de pessoas idosas do país, os municípios da Lousada (13,2%), Paços de Ferreira (13,7%), Vizela (14,3%), Paredes (14,3%), Felgueiras (15,0%), Penafiel (15,4%), Marco de Canaveses (15,6), Mafra (16,0%), Braga (16,1%) e Alcochete (16,4%) são os 10 concelhos de Portugal Continental com proporções mais baixas de pessoas idosas. É notável, à volta das duas áreas metropolitanas – e de forma mais evidente no Porto do que em Lisboa, a distribuição concêntrica dos valores. À volta de Coimbra nota-se um efeito semelhante: Coimbra (25,0%) está rodeada por concelhos um pouco mais jovens: Mealhada (23,1%), Montemor-o-Velho (23,9%), Condeixa-a-Nova (19,5%), Miranda do Corvo (22,2%), Lousã (19,3%) e Vila Nova de Poiares (19,0%). Apenas Penacova (27,9%) e Cantanhede (26,4%) apresentam valores mais elevados. A proximidade em relação aos centros urbanos é o primeiro factor de diferenciação, que as dinâmicas imobiliárias e a expansão urbana permitem explicar. O resto do país divide-se entre os concelhos urbanos com alguma importância e os territórios de baixa densidade. Os primeiros (Bragança, Guarda, Viseu, Aveiro, Castelo Branco, Portalegre, Évora, Beja) destacam-se dos concelhos vizinhos com uma

proporção de idosos ligeiramente menor. Entre eles, os territórios de baixa densidade são os mais envelhecidos.

O processo de envelhecimento atual afeta as áreas urbanas

Em dinâmica, a tendência recente revela novos arranjos e distingue três grupos de territórios (Figura 2, mapa 3).

As áreas de baixa densidade, com reduzida dinâmica demográfica, esgotaram ou estão em vias de esgotar o processo de envelhecimento. A população idosa vai diminuindo por efeito de mortalidade sem substituição, resultado de saldos migratórios muito baixos (negativos ou pouco acima de 0) e de um decréscimo contínuo das taxas de natalidade. A título de exemplo, Penedono perdeu quase metade da sua população entre 1981 e 2017, com a taxa bruta de natalidade a passar de 15,8 para 4,1‰; Aguiar da Beira perdeu 1/3 da sua população no mesmo período e a taxa de natalidade passou de 16,7 para 4,1‰.

As periferias metropolitanas, sensivelmente mais jovens como atrás se referiu, estão em rápido envelhecimento. Os concelhos com envelhecimento mais pronunciado do país situam-se todos nas áreas ou nas margens metropolitanas de Lisboa e do Porto: Seixal (+101% entre 2001 e 2017), Odivelas (+95%), Valongo (+90%), Maia (+81%), Loures (+78%), Vila Franca de Xira (+74%), Trofa (+72%), Gondomar, Vizela e Sintra (todos +71%). Estes 10 concelhos, que totalizam 14,7 % da população portuguesa em 2017, representam em conjunto 12,6% da população idosa portuguesa mas 25% do crescimento total do número de idosos.

O terceiro grupo abrange as áreas centrais. As áreas centrais de Lisboa (+7%) e do Porto (+18%) continuam a envelhecer, embora de forma menos intensa. As restantes áreas centrais também envelhecem a um ritmo muito variável, em larga medida consoante com a dimensão geográfica dos concelhos e o peso da população municipal que vive em áreas predominantemente urbanas ou rurais: Aveiro e Viseu (+40%), Leiria (+46%), Faro (+37%), Coimbra (35%), Viana do Castelo (+31%), Vila Real (+29%), Torres Vedras (+28%), Caldas da Rainha

(+25%), Bragança e Figueira da Foz (ambos +19%), Évora (+13%), Santarém (+9%), Guarda (+8%), Castelo Branco e Portalegre (7%), Beja (+3%).

QUADRO 3. Evolução da população com idade superior a 65 anos em função do tipo de espaço (2011-2017).

Tipologia de espaços	Proporção da população 65+ na pop. total		População 65+ (efectivos totais)		Evolução da população 65 + (2011-2017)	
	2011	2017	2011	2017	Evol. abs.	Evol %
Áreas predominantemente urbanas	17,3	20,1	1 316 762	1 508 503	+191 741	+14,6%
Áreas mediantemente urbanas	19,6	21,6	301 716	319 938	+18 222	+6,0%
Áreas predominantemente rurais	27,9	29,4	389 168	384 833	-4 335	-1,1%

Fonte: INE.

Feitas as contas, assiste-se a uma urbanização crescente da população idosa. A proporção de idosos é maior nas áreas rurais, onde perto de 30% da população tem mais de 65 anos, contra 20% da população urbana (Quadro 3). Há todavia 3 vezes mais idosos a viverem em áreas urbanas do que em áreas rurais: os primeiros têm vindo a aumentar em números absolutos enquanto os segundos vêem o seu número diminuir.

Um outro olhar sobre os territórios do envelhecimento

A análise do envelhecimento não pode, todavia, ser reduzida a uma mera evolução de percentagens. Com efeito, o envelhecimento demográfico relaciona-se com vários processos que afetam todas as faixas etárias. Um território pode sofrer um processo de envelhecimento (aumento da proporção de pessoas idosas na população total) mesmo sem aumento do número absoluto de pessoas idosas, devido à emigração de faixas etárias mais jovens. Outro pode não envelhecer

apesar do número absoluto de idosos aumentar, se receber importantes contingentes de jovens activos. Esta distinção é importante uma vez que a gestão dos territórios e dos orçamentos depende mais dos efetivos populacionais do que das proporções respectivas.

A tipologia aqui proposta assenta na distinção entre a evolução da percentagem de pessoas idosas no total da população residente, expressa em pontos percentuais, e a evolução do número de residentes com idade igual ou superior a 65 anos, expressa em percentagem. Inspira-se em trabalhos relativos à situação dos territórios franceses face ao envelhecimento (de Lapasse, 2017; Dumont, 2016). Os quatro perfis territoriais obtidos (Figura 3) estão representados em quase todas as regiões, o que revela uma série de contrastes locais a ter em conta ao analisar a geografia do envelhecimento, ao invés daquilo que as análises habituais, efetuadas à escala dos distritos, das regiões NUTS-3 ou NUTS-2, parecem indicar. O Algarve constitui um exemplo da existência, numa área relativamente pequena, de variadas dinâmicas locais, umas relacionadas com o turismo e a mobilidade residencial de reformados estrangeiros (Albufeira), outras com o declínio demográfico (Alcoutim).

Os perfis aqui apresentados constituem apenas uma categorização simplificada, que não procura resumir toda a dinâmica demográfica dos municípios portugueses. Uma tipologia completa de dinâmicas demográficas locais necessitaria uma metodologia mais pesada (análise de clusters, por exemplo) e um conjunto mais completo de dados demográficos relacionados com todos os fatores das dinâmicas demográficas: natalidade, mortalidade, migrações. Embora exequível, esta tarefa iria além do objetivo aqui proposto, o de caracterizar o envelhecimento nos municípios portugueses. Deste modo, é natural que os concelhos inseridos num determinado perfil de envelhecimento não exibam, numa perspetiva mais geral, as mesmas dinâmicas sociais, económicas e demográficas. Nas linhas que se seguem, resumimos o essencial dos quatro perfis obtidos.

O perfil 1 corresponde às situações em que a evolução em pontos percentuais é superior à média nacional (superior a + 3,6 pontos percentuais), enquanto a evolução do número de idosos é inferior à média nacional (inferior a + 13,3%). Dito de outro forma, são territórios que envelhecem sem que se note um grande

aumento da população idosa – em vários casos a população idosa residente até diminuiu, principalmente por causa de dinâmicas migratórias negativas e/ou de baixos níveis de natalidade. Encontram-se neste perfil concelhos tão diversos como Lisboa, Alcoutim, Pombal, Vouzela e Vila Flor, os quais partilham uma característica fundamental do envelhecimento: uma evolução das faixas etárias mais jovens menos dinâmica que a evolução dos idosos. No caso de Lisboa, o ligeiro (+7,3%) aumento da população idosa, menor do que a média nacional, traduziu-se num aumento em pontos percentuais (+4,6) maior do que a média nacional, o que se explica pela redução dos efectivos mais jovens. Alcoutim, caso extremo deste perfil, perdeu 30% da sua população idosa mas aumentou em 4,4 pontos percentuais: as diminuições noutros grupos etários revelaram-se ainda mais baixas. Este perfil está praticamente ausente da área litoral noroeste, da Figueira da Foz até Viana do Castelo, e representa concelhos com reduzida atratividade (ou capacidade de absorção, como é o caso de Lisboa) para grupos etários jovens e adultos.

O perfil 2 abrange os concelhos em que a proporção de pessoas idosas mais aumentou (evolução em pontos percentuais superior à média nacional), e em que o número total de pessoas idosas também mais aumentou (evolução dos efectivos superior à média nacional). São os concelhos onde o processo de envelhecimento é o mais palpável e o mais intenso. Alguns situam-se relativamente perto da média nacional num ou noutro indicador: são no essencial aqueles, urbanos ou rurais, que não se encontram perto ou dentro das áreas metropolitanas, como Figueira da Foz, Sever do Vouga, Bragança, Cantanhede ou Viseu. A título de exemplo, o concelho de Coimbra registou entre 2001 e 2017 um incremento de 8,2 pontos percentuais, tendo a população com 65 anos ou mais passado de 16,8 da população total do concelho em 2001 para 25,0% em 2017. Ao mesmo tempo, a população idosa do concelho aumentou 34,9%, com o número absoluto de residentes idosos a aumentar de 24 883 para 33 556 habitantes. Esses concelhos sofrem de uma relativamente baixa atratividade para os jovens activos. São: (i) áreas com características de baixa densidade cujo envelhecimento já se encontra em fase de abrandamento (casos de concelhos como Sever do Vouga, Cantanhede, Vila Pouca de Aguiar); (ii)

áreas urbanas de pequena ou média dimensão, (Figueira da Foz, Aveiro, Viseu, Entroncamento, Bragança); (iii) concelhos metropolitanos como Seixal, Odivelas, Valongo, Loures, Oeiras, Amadora, Gondomar, Maia, Trofa, Vila Franca de Xira, Vizela, Paços de Ferreira, Paredes, Vila do Conde.

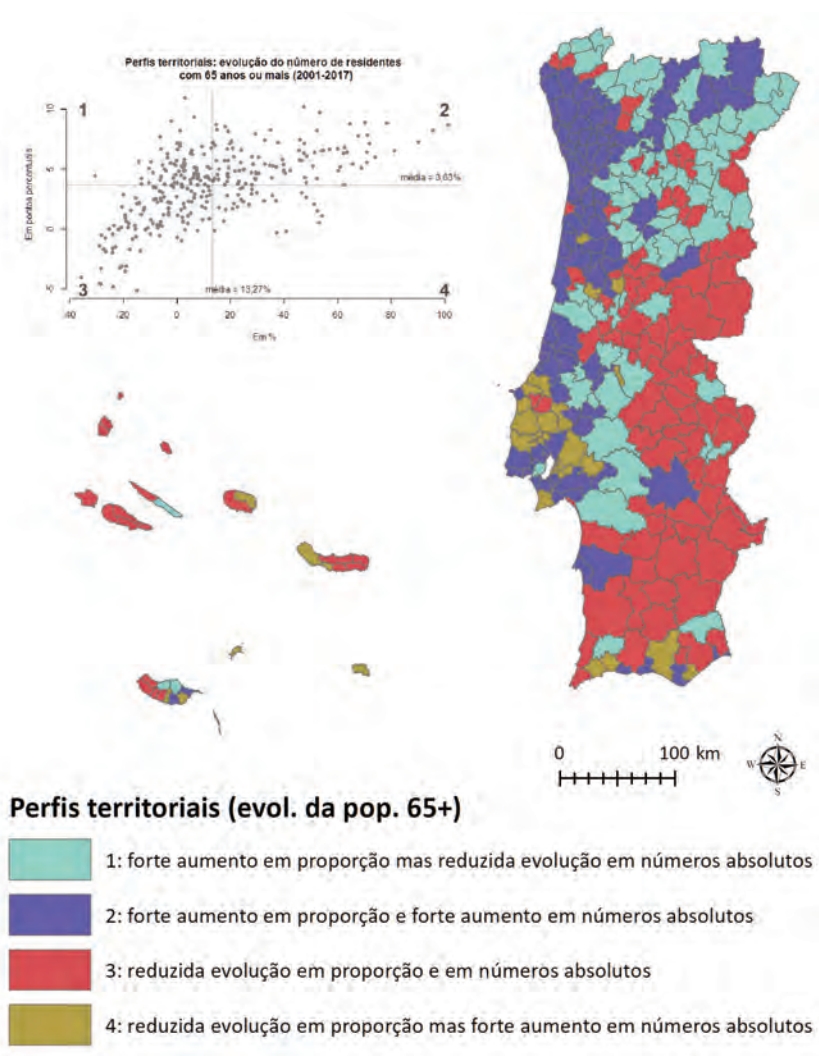


Figura 3 – Perfis territoriais do envelhecimento entre 2001 e 2017.

O terceiro perfil abrange os concelhos onde a população idosa aumentou menos do que a média nacional e onde a sua evolução em pontos percentuais também mais diminuta. Encontram-se principalmente no Sul do país (grande parte do Alentejo) e na Beira Baixa, com alguns casos mais isolados no Centro e Norte (área de Pedrógão Grande, Tábua).

O último perfil corresponde aos concelhos em que a percentagem de pessoas idosas aumentou menos que a média nacional (em poucos casos, diminuiu; na maior parte dos casos, aumentou ligeiramente) e em que o número absoluto de pessoas idosas aumentou mais do que a média nacional. São portanto territórios em que o forte aumento do número de residentes idosos é ocultado pelo aumento ainda mais intenso de residentes pertencentes a grupos etários mais jovens. Dois tipos de territórios estão aqui abrangidos. Por um lado, são os territórios com grandes dinâmicas turísticas: Loulé, Lagos, Portimão, Olhão, e vários concelhos das Regiões Autónomas, como a Praia da Vitória e Porto Santo. Por outro lado, são as áreas com algum dinamismo demográfico devido à sua proximidade com centros urbanos: áreas peri-urbanas de Lisboa a Norte (Mafra, embora se estenda até às Caldas da Rainha; Benavente e Alenquer) e a Sul (Alcochete, Sesimbra, Montijo), Oliveira do Bairro, imediatamente a Sul de Aveiro, Condeixa-a-Nova e Lousã, na periferia de Coimbra.

Envelhecimento e territórios: conhecimento e acção

Se o envelhecimento não é uma novidade à escala nacional, a sua distribuição geográfica revela contudo, em dinâmica, uma tendência nova – embora previsível – de (sub)urbanização crescente. É plausível que uma parte da população que chega à reforma decida voltar para as regiões de origem, frequentemente territórios de baixa densidade. Contudo, o mais comum será o envelhecimento vir a intensificar-se nas áreas urbanisticamente fragmentadas, dependentes do automóvel e com frequentes défices de urbanidade. Esta evolução levanta desafios científicos e políticos de grandes relevância.

Desenvolver o conhecimento geográfico

À escala internacional, a apropriação do tema do envelhecimento pela geografia tem vindo a crescer, embora não tenha chegado a concretizar todo o seu potencial (Andrews, Evans & Wiles, 2013; Cutchin, 2009; Skinner, Andrews & Cutchin, 2017). A geografia do envelhecimento, também designada gerontologia geográfica (Skinner *et al.*, 2017) emerge nos últimos anos num campo em parte ocupado que pode vir a complementar e enriquecer. Por um lado, a gerontologia social emergiu como um subramo das ciências sociais, principalmente a sociologia, e conheceu nos últimos anos aquilo que foi designado por “spatial turn” – a incorporação gradual da dimensão espacial na análise (Andrews *et al.*, 2013). Por outro, o estudo da relação entre o espaço de vida e as acções das pessoas idosas desenvolveu-se sobretudo no campo de uma gerontologia ambiental fortemente ancorada na psicologia social. Embora o modelo sócio-ecológico, ou Person-Environment Fit (Lawton & Nahemow, 1973), apresente grandes semelhanças com os modelos que a geografia produz, por exemplo através da análise da adaptação das pessoas ao seu ambiente de vida, tende no caso do envelhecimento a restringir-se aos espaços mais reduzidos dos alojamentos e à componente de design, estimulação e interacção com os objectos. Só nos últimos anos é que a geografia introduziu nessa área conceitos como o território, o espaço e o lugar.

Em Portugal, os poucos trabalhos que a geografia tem vindo a produzir no tema do envelhecimento concentram-se em questões demográficas e de distribuição espacial da população (Cravidão & Matos, 1990; Marques, Ribeiro, Maia & Santos, 2016; Nossa, 2014), em temas ligados à distribuição dos serviços (Padeiro, 2018; Sousa & Nogueira, 2014) e ao planeamento dos espaços públicos (Martins, 2018; Mazuroski, 2018; Santinha & Marques, 2013), neste último caso frequentemente com uma forte dimensão micro-local.

Por isso, e pelo forte envelhecimento em curso, como se mostrou mais acima, a consolidação do conhecimento e o desenvolvimento da reflexão em torno da relação entre a população idosa e os seus espaços de vida, nas suas variadas escalas, do lugar ao território metropolitano e até às suas conexões multi-escalar

constitui um caminho fundamental que a geografia portuguesa deve percorrer. O uso de metodologias quantitativas mais finas e a mobilização de metodologias qualitativas deverão ser capazes de fazer emergir as perspectivas, as vivências e as práticas quotidianas das pessoas idosas e dos que as acompanham (familiares, cuidadores informais no caso de idosos dependentes, prestadores de serviços).

Uma agenda *age-friendly* para os territórios

Em matéria de planeamento e políticas territoriais, vão crescendo as preocupações com a população idosa. A recente elaboração da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável e a adesão de 13 municípios portugueses à Rede Global das Cidades Amigas dos Idosos ilustram, se não os avanços concretos, pelo menos a inserção progressiva do tema na agenda. As experiências (transporte a pedido, hortas comunitárias, hospedagem de estudantes, serviços itinerantes, melhorias da acessibilidade em espaços e edifícios públicos) respondem a necessidades finas, localmente identificadas, mas relativamente segmentadas. As tentativas de estabelecer planos coerentes e intersectoriais têm sido limitadas e os poucos Planos Gerontológicos do início da década de 2010 não se afirmaram no panorama das políticas locais, ficando o envelhecimento um assunto fragmentado entre várias áreas de actuação, principalmente na área da acção social e, de forma menos evidente, na área da habitação, da segurança e da mobilidade. Face à provável degradação da sustentabilidade da segurança social (Rosa, 1993), ao desvanecer progressivo dos tradicionais modelos de suporte familiar, ainda assim com maior presença no nosso país do que no resto da Europa, e às dificuldades de um Estado-Providência que nunca chegou a atingir a maturidade de outros países, os municípios portugueses poderão no futuro ter de repensar os modelos vigentes da sua actuação. O quadro da descentralização, que deixa em aberto várias questões ligadas ao financiamento dos programas locais, e a ausência de estruturas intermédias, de âmbito regional, poderá no entanto vir a criar dificuldades nesse processo.

Os territórios portugueses, com as suas cidades médias e pequenas que contam com uma diversidade de serviços de proximidade importante tendo em conta o seu tamanho, com a persistência – apesar do mencionado *supra* – de uma solidariedade familiar e de vizinhança maior do que noutros países europeus, poderão oferecer condições favoráveis. Evidenciam, ainda assim, algumas características e tendências que os tornam vulneráveis em matéria de envelhecimento. Em particular, a herança e predominância do urbanismo funcionalista e o lugar do automóvel na sociedade e no espaço, produziram formas urbanas fragmentadas, por vezes de difícil leitura e frequentemente com défices de serviços de proximidade e suporte social (Portas, Domingues & Cabral, 2011). A ausência de intervenção pública sobre a habitação sendo a habitação social praticamente incipiente no nosso país (Guerra, 2011) e não constituindo, por isso, uma área de actuação possível nem provável para a agenda *age-friendly*.

Face a um planeamento já de si deficitário e a seguir a uma crise financeira que veio pôr em causa a acumulação de conhecimentos e os progressos realizados, a afirmação das lógicas privadas na produção urbana e de um urbanismo empreendedor (Harvey, 1989), virado para a atractividade de capitais internacionais e jovens activos – ou reformados estrangeiros nalguns casos – poderá dificultar as políticas locais. As evoluções do mercado imobiliário, as tendências para a gentrificação das áreas centrais e a consequente periferização de jovens activos – onde a população idosa aumenta no entanto, não colocam apenas em risco a permanência física, residencial, dos moradores em idade avançada, mas também a permanência da identidade e familiaridade dos seus bairros, a continuidade de um sentido do lugar e de comunidades coesas – aquilo que a literatura designa expulsão simbólica (*symbolic displacement* – (Atkinson, 2015). Essa adversidade percebida pelos idosos já foi identificada em vários contextos locais (Buffel & Phillipson, 2016), resultando em sentimentos de invisibilidade, perda de poder no planeamento local e desconexão social.

O rumo futuro dos territórios, à escala local, é (e será cada vez mais) indissociável da evolução da sua população idosa. Muito embora a diversidade de situações, apenas sobrevoada na tipologia apresentada mais acima, convide à mobilização de soluções engenhosas e locais, existem pelo menos três campos em

que os municípios poderão encarar uma articulação mais eficiente. No domínio do urbanismo e do espaço público, é importante que as entidades territoriais não percam de vista o objectivo da familiaridade e da continuidade, mesmo quando o espaço e o contexto se altera, nem a singularidade das vivências dos idosos face a outras pessoas com mobilidade reduzida. A frequente assimilação de todos num único item “acessibilidade universal” pode reduzir a experiência quotidiana dos idosos à sua relação com a (in)existência de obstáculos concretos na sua mobilidade local. Na área da mobilidade, intervenções favoráveis ao caminhar e ao transporte público não podem ocultar o facto de a existência de uma rede não ser suficiente, se as pessoas não conseguem aceder às paragens. Ao mesmo tempo, o automóvel, frequentemente diabolizado, desempenha um papel importante na continuidade das interações sociais dos idosos, de modo que a pedonalização total pode ser um impedimento à acessibilidade. Por fim, o envolvimento das pessoas idosas em matérias tão importantes e com potencial tão impactante como o urbanismo comercial, a reabilitação urbana, a gestão dos espaços públicos e, mais geralmente, o planeamento urbano, constitui um requisito fundamental. A população idosa não pode ser vista apenas sob o prisma da sua dependência e das suas necessidades de suporte médico e social. Experiências recentes em diversos contextos sociais mostram que as suas aptidões, experiências, memórias e conhecimentos podem contribuir para uma melhor valorização e maior aceitação de intervenções públicas por vezes muito abrangentes e não apenas dedicadas ao envelhecimento (Buffel, 2015; Fitzgerald & Caro, 2017). A inclusão da população idosa nos processos de planeamento não é apenas uma obrigação, será certamente, no futuro, uma inevitabilidade.

Conclusão

Esta breve análise procurou no essencial traçar um panorama muito geral do envelhecimento em Portugal e mostrar a tendência recente para a sua (sub)urbanização. É notável a modificação progressiva a geografia da população idosa no território nacional, possivelmente com grandes consequências de médio e

longo prazo para as políticas públicas. Além da necessidade de aumentar o conhecimento, com bases científicas sólidas, das vivências das pessoas idosas em ambientes urbanos como os nossos, frequentemente caracterizados por elevadas deficiências de serviços e de acessibilidade, bem como por uma elevada dependência em relação ao automóvel, é importante que as autoridades públicas se dotem de meios à altura dos desafios, sem os quais as condições de vida da população idosa, atual e futura, podem vir a deteriorar-se de maneira significativa.

Enquadramento

Este texto enquadra-se nas primeiras duas fases de um projecto de investigação em curso coordenado pelo autor (Grampcity – Moving Smartly Toward Accessible and Inclusive Urban Environments for our Elders, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – PTDC/GES-TRA/32121/2017).

Referências bibliográficas

- Andrews, G. J., Evans, J., & Wiles, J. L. (2013). Re-spacing and re-placing gerontology: relationality and affect. *Ageing and Society*, 33(8), 1339-1373. Retrieved from <https://www.cambridge.org/core/article/respacing-and-replacing-gerontology-relationality-and-affect/6C562366FE853FA7E8D3EBAF5EDC7FE2>. doi:10.1017/S0144686X12000621
- Atkinson, R. (2015). Losing one's place: Narratives of neighbourhood change, market injustice and symbolic displacement. *Housing, Theory and Society*, 32(4), 373-388.
- Buffel, T. (2015). *Researching Age-Friendly Communities: Stories from older people as co-investigators*: University of Manchester Library.
- Buffel, T., & Phillipson, C. (2016). Can global cities be 'age-friendly cities'? Urban development and ageing populations. *Cities*, 55, 94-100. Retrieved from <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264275116300579>. doi:<https://doi.org/10.1016/j.cities.2016.03.016>
- Cravidaó, F. D., & Matos, M. A. d. (1990). A população portuguesa dos anos 60 ao final do século XX: o envelhecimento acelerado. *Cadernos de Geografia*, 1990(9), 35-48.
- Cutchin, M. P. (2009). Geographical Gerontology: New Contributions and Spaces For Development. *The Gerontologist*, 49(3), 440-444. Retrieved from <https://doi.org/10.1093/geront/gnp095>. doi:10.1093/geront/gnp095

- de Lapasse, B. (2017). *Le vieillissement de la population et ses enjeux: Fiche d'analyse de l'Observatoire des Territoires 2017*. Retrieved from Paris:
- Dumont, G.-F. (2016). Vieillesse de la population: quatre types de dynamique territoriale (Aging of the Population: Four Types of Territorial Dynamics). *Revue politique et parlementaire*(1081).
- Eurostat. (2017). People in the EU – Population projections. Retrieved from https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/People_in_the_EU_-_population_projections#An_ageing_society
- Ferreira Rodrigues, T. (2008). *História da população portuguesa*.
- Fitzgerald, K. G., & Caro, F. G. (2017). *International perspectives on age-friendly cities*: Routledge.
- Guerra, I. (2011). As políticas de habitação em Portugal: à procura de novos caminhos. *Cidades, Comunidades e Territórios*(22).
- Harvey, D. (1989). From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism. *Geografiska Annaler: Series B, Human Geography*, 71(1), 3-17.
- Kinsella, K. G., & Phillips, D. R. (2005). *Global aging: The challenge of success* (Vol. 60): Population Reference Bureau Washington, DC.
- Lawrence, R. H., & Jette, A. M. (1996). Disentangling the disablement process. *The journals of gerontology. Series B, Psychological sciences and social sciences*, 51B(4), S173-S182. doi:10.1093/geronb/51B.4.S173
- Lawton, M. P., & Nahemow, L. (1973). Ecology and the aging process.
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(51), 18112. Retrieved from <http://www.pnas.org/content/111/51/18112.abstract>. doi:10.1073/pnas.1420441111
- Leston Bandeira, M., Azevedo, A., Gomes, C., Tomé, L. P., Mendes, M. F., Batista, I., & Guardado Moreira, M. J. (2014). Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa, 1950-2011 Evolução e Perspectivas. In: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Livi-Bacci, M. (2017). *A concise history of world population*: John Wiley & Sons.
- Marques, T., Ribeiro, D., Maia, C., & Santos, H. (2016). Nascer é envelhecer: uma perspetiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. *GOT, Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 207-231. Retrieved from http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-12672016000200011&nrm=iso.
- Martins, S. I. L. d. S. (2018). *Mobilidade pedonal direccionada aos idosos-Caso de estudo de Ponte de Sor*.
- Mazuroski, A. C. (2018). *Mobilidade Pedonal Urbana-Contribuições para o planeamento e auditoria do espaço público na mobilidade de idosos*.
- Nazareth, J. M. (1988). O envelhecimento demográfico. *Psicologia*, 6(2), 135-147.
- Nossa, P. N. (2014). Envelhecimento Demográfico: receios e oportunidades no Sec. XXI. In: Espaços de Fronteira, Territórios de esperança: das vulnerabilidades às
- Notestein, F. W. (1945). Population: the long view.
- Padeiro, M. (2018). Geographical accessibility to community pharmacies by the elderly in metropolitan Lisbon. *Research in Social and Administrative Pharmacy, forthcoming*.
- Pato, J. H. (2011). *História das políticas públicas de abastecimento e saneamento de águas em Portugal*: ERSAR/ICS.

- Phillipson, C. (2013). *Ageing*. John Wiley & Sons.
- Portas, N., Domingues, Á., & Cabral, J. (2011). *Políticas urbanas II: transformações, regulação e projectos*. Lisboa: FCG.
- Portugal, S. (2011). Dádiva, família e redes sociais. *Cidadania, políticas públicas e redes sociais*, 39-54.
- Rosa, M. J. V. (1993). O desafio social do envelhecimento demográfico. *Análise Social*, 28(122), 679-689. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/41011148>.
- Santana, P. (2010). Os Ganhos em Saúde e no Acesso aos Serviços de Saúde. Avaliação das últimas três décadas. *Trinta anos do Serviço Nacional de Saúde. Um percurso comentado*, 57-69.
- Santinha, G., & Marques, S. (2013). Repensando o fenómeno do envelhecimento na agenda política das cidades: a importância da promoção da mobilidade de pedestres. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 16(2), 393-400.
- Skinner, M. W., Andrews, G. J., & Cutchin, M. P. (2017). *Geographical gerontology: Perspectives, concepts, approaches*. Routledge.
- Sousa, B. M., & Nogueira, H. (2014). *A utilização de Espaços Verdes Urbanos pelos idosos em Coimbra*. Paper presented at the XIV Colóquio Ibérico de Geografia.
- UN. (2017). *World Population Ageing: Highlights*. Retrieved from New York
- Van de Kaa, D. J. (1987). Europe's second demographic transition. *Population bulletin*, 42(1), 1-59.
- Verbrugge, L. M., & Jette, A. M. (1994). The disablement process. *Social Science & Medicine*, 38(1), 1-14. doi:10.1016/0277-9536(94)90294-1.
- WHO. (2017). *World Health Statistics 2017: Monitoring health for the SDGs*. Retrieved from Geneva: <http://apps.who.int/gho/data/view.main.HALEXv?lang=en>.
- World Bank. (2019, 19/01/2019). Health Nutrition and Population Statistics. Retrieved from <https://datacatalog.worldbank.org/dataset/health-nutrition-and-population-statistics>.

A ESPERANÇA DE VIDA EM PORTUGAL

Paula Santana

DGT-FLUC

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território,

Universidade de Coimbra

paulasantana@uc.pt

ORCID: 0000-0002-7658-8475

Helena Nogueira

DGT-FLUC

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território,

Universidade de Coimbra

helenamarquesnogueira@gmail.com

ORCID: 0000-0001-5724-3538

Ricardo Almendra

DGT-FLUC

Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território,

Universidade de Coimbra

ricardoalmendra85@gmail.com

ORCID: 0000-0002-2712-9643

Resumo: Portugal apresenta em 2015 uma esperança de vida que se situa nas mulheres próxima dos oitenta e cinco anos, não chegando nos homens aos oitenta anos, tendo sido, dos países da UE considerados neste estudo, aquele que registou a maior evolução positiva neste indicador entre 1975 e 2015, tanto para homens (20,9%), como para mulheres (16,9%). Os ganhos conside-

ráveis na esperança de vida à nascença nas últimas quatro décadas colocam Portugal acima da média da UE28, ocupando em 2015 a 17^a e 6^a posição no ranking da esperança de vida, respetivamente para homens e mulheres. Todavia, os indivíduos do sexo feminino esperam viver 29,3 anos (o pior indicador da UE28) com alguma limitação de saúde enquanto os homens têm uma expectativa de vida com incapacidade de 19,9 anos (segundo valor mais elevado). Ou seja, apesar das mulheres terem maior esperança de vida à nascença, são os indivíduos do sexo masculino que esperam viver mais anos sem limitações (esperança de vida sem incapacidade).

Entre 1975 e 2015 assistiu-se a uma diminuição do distanciamento na esperança de vida entre homens e mulheres. Em Portugal, os homens que nasceram em 1975 esperavam viver 64,6 anos e as mulheres 72,1 anos. Em 2015 esses valores são, respetivamente, de 78,1 e 84,3 anos.

A redução da mortalidade prematura é, sem dúvida, uma meta a atingir, sendo para isso necessário desenvolver políticas, fundamentalmente ao nível da prevenção primária, tendo em conta o padrão de causas de morte que mais anos retiram à população portuguesa.

Palavras-chave: Esperança de vida; Esperança de vida sem incapacidade; Anos de vida perdidos; Mortalidade prematura; União Europeia 28.

Abstract: In 2015, life expectancy in Portugal was of near eighty-five years for Women and did not reach eighty years for Men; between 1975 and 2015, Portugal was the European Union country with the highest life expectancy increase, for both Men (20.9%) and Women (16.9%). The important life expectancy gains achieved during the last four decades leave Portugal above the EU28 average: in 2015 was in the 17th and 6th position in the life expectancy EU28 ranking, for Men and Women, respectively. However, Women expect to live 29.3 years (worst result in the EU28) with some disability, while Men have a healthy life expectancy of 19.9 years (second highest value). That is, despite Women having larger life expectancy at birth Men expect to live longer without disabilities.

The life expectancy differences between Men and Women decreased from 1975 to 2015. In Portugal, Men born in 1975 expected to live 64.6 years and Women 72.1. In 2015 those figures are, respectively, of 78.1 and 84.3 years. The decrease of premature mortality is, without doubt, a goal to be achieved, being necessary to develop policies, mainly at the primary prevention level,

that take into account the pattern of causes of death that are responsible for the largest number of years of life lost.

Key words: Life expectancy; Healthy life expectancy; Years of life lost; Premature mortality; European Union 28.

Introdução

A esperança de vida é frequentemente relacionada com aspetos coletivos da sociedade, como a redistribuição do rendimento, os sistemas de proteção na doença, a segurança social, a educação, ou seja, aspetos macrosociais que determinam a capacidade de gerar riqueza, a qualidade de vida da população e, conseqüentemente, o aumento de anos de vida (Paula Santana & Nogueira, 2001). Estes aspetos têm implicações ao nível de fatores individuais (rendimento, escolaridade, utilização dos serviços de saúde, etc.), proporcionando variações nas atitudes e comportamentos perante a saúde e a doença, bem como no próprio estado de saúde da população (Burton, 2015). Assim, pode afirmar-se que a esperança de vida varia na razão direta da capacidade que os países ou regiões têm de ultrapassar problemas estruturais (pobreza, rendimento, escolaridade, etc.) e conjunturais (desemprego, guerra, epidemias, etc.), que poderão estar na origem de alterações do decurso normal da história da esperança de vida no sentido do seu aumento.

Na maioria dos países europeus, as últimas décadas foram marcadas pelo decréscimo da mortalidade e aumento da esperança de vida, com conseqüente aumento da população idosa. Portugal não é exceção. Grandes conquistas ocorreram na saúde e longevidade dos Portugueses ao longo do último século. A evolução positiva da saúde tem vindo a ser associada a um conjunto de fatores que se interrelacionam e que são sujeitos a medidas/ações de política multinível (Paula Santana & Almendra, 2018). A nível macroambiental têm sido destacados os fatores políticos, nomeadamente a mudança de regime político, da ditadura militar para a democracia, que ocorreu em Portugal nos anos 70

do século passado, à semelhança de Espanha e Grécia (Mackenbach, Hu, & Looman, 2013; P Santana, 2005; Paula Santana, 2014a).

Na Europa, as desigualdades regionais em saúde são tão marcadas que Mackenbach (2017), a propósito das iniquidades na mortalidade, faz referência ao “paradoxo nórdico”, “milagre do sul” e “desastre do leste”. Refere que o paradoxo nórdico é devido às iniquidades na mortalidade serem nestes países muito maiores do que as esperadas, tendo em conta as desigualdades do rendimento e a baixa prevalência de pobreza; milagre do sul (onde se engloba Portugal) devido ao perfil particularmente vantajoso que emergiu nestes países nas últimas 3 ou 4 décadas, apesar das suas políticas sociais e de saúde não serem particularmente igualitárias; desastre do leste, devido às enormes iniquidades na mortalidade que estes países apresentam, e cuja emergência se associa às mudanças económicas e políticas decorrentes do colapso da União Soviética.

À semelhança de outros indicadores em saúde, a esperança de vida apresenta um gradiente social, sendo expectável que indivíduos com menor nível educacional, ocupações menos qualificadas e menor rendimento, indicativos de menor estatuto social, revelem tendência para morrer mais cedo e apresentem maior incidência de vários problemas de saúde (Mackenbach & Looman, 2013). Em 2010, a diferença na esperança de vida aos 30 anos entre homens com educação básica e homens com educação de nível superior variava de 3 a 17 anos nos países da UE onde estes dados estão disponíveis; para mulheres, a diferença é de 1 a 9 anos (Corsini, 2010). Desigualdades na saúde entre territórios e grupos sociais são influenciadas pelas condições económicas, sociais e ambientais, incluindo diversos fatores como iniquidade de rendimento, disponibilidade/estabilidade de emprego, condições de habitação, transportes, segurança, etc. (National Research Council, 2015; Regidor, Calle, Navarro, & Domínguez, 2003).

Para além da diferenciação social, é também conhecida a diferença na EV entre homens e mulheres, estando a maior longevidade feminina associada a circunstâncias sociais e económicas, comportamentos relacionados com a saúde e estilos de vida, ambiente e biologia (Kolip & Lange, 2018; Regidor et al., 2003).

O impacto social e económico do aumento progressivo da esperança de vida e aumento do envelhecimento demográfico dependem, em grande parte, da evolução ocorrida numa outra variável – a morbilidade. A evolução do binómio mortalidade/morbilidade tem sido enquadrada por dois modelos alternativos: um, que considera o aumento da esperança de vida uma consequência da redução da fatalidade das doenças crónicas, sendo então expectável que este aumento da longevidade seja acompanhado pelo aumento de anos vividos com pouca saúde (Gruenberg, 1977); em oposição, a teoria da “compressão da morbilidade” (Fries, 1989) refere que o aumento da esperança de vida se fará acompanhar por mais anos vividos em boa saúde.

O objetivo deste trabalho é analisar a evolução da esperança de vida em Portugal, enquadrando-a no contexto Europeu, entre 1975 e 2015.

A esperança de vida em Portugal. Tendência evolutiva no quadro da união europeia

Em quarenta anos (1975-2015) a esperança de vida à nascença da população portuguesa aumentou cerca de 13 anos. Apesar de se verificar uma variação maior na população masculina, este indicador, em 2015, ainda não atingia os 80 anos (ficava pelos 78,1 anos). Ou seja, um homem que tenha nascido em 2015 pode esperar viver mais 13,5 anos, comparativamente aos que nasceram em 1975. Para as mulheres, considerando o mesmo período de tempo, o aumento na esperança de vida à nascença foi de 12,2 anos, ultrapassando claramente os 80 anos (84,3 anos). Como pode observar-se na Figura 1, a diferença entre sexos tem vindo a diminuir ao longo do período em estudo: em 1975 era de 7,5 anos, passando para 6,2 anos em 2015.

Quando observamos a evolução da esperança de vida em Portugal, comparativamente aos países da União Europeia, verificamos que os ganhos têm sido assinaláveis, apresentando em 2015 valores superiores à média da União Europeia (Portugal: 81,3; UE28: 80,6) (Figura 2).

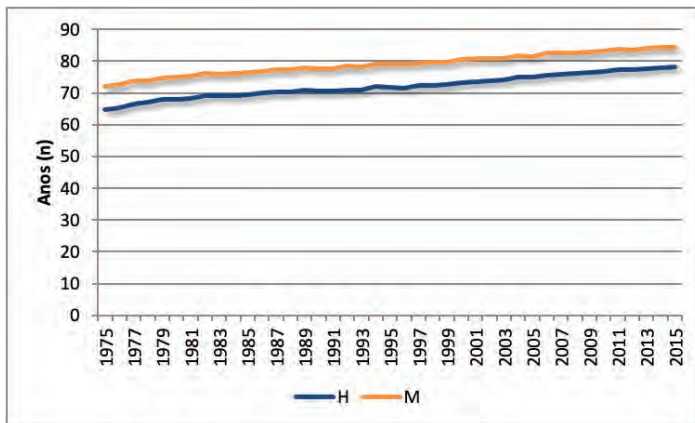


Figura 1 – Esperança de vida à nascença em Portugal. Evolução entre 1975 e 2015 nos homens e nas mulheres

Fonte: Eurostat, 2019

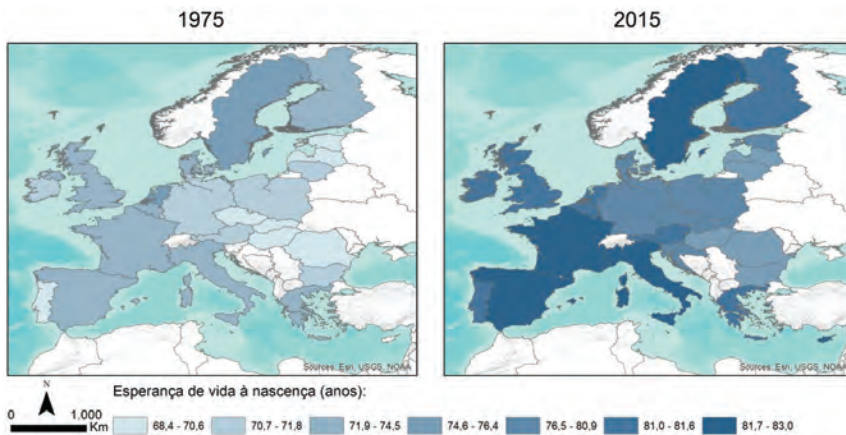


Figura 2 – Esperança de vida à nascença (1975 e 2015) em países da Europa

Fonte: Eurostat, 2019; valores da Irlanda, França, Itália, Letónia, Malta, Holanda, Polónia, Finlândia, Reino Unido em 1975 provenientes da WHO-HFA, 2019.

QUADRO 1. Esperança de vida à nascença (1975, 1995, 2015)
segundo o sexo, em países da Europa

	1975		1995		2015		Variação (%)	
	EV nascença		EV nascença		EV nascença		1975-2015	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Alemanha	68,2	74,5	73,3	79,9	78,3	83,1	14,8	11,5
Áustria	67,7	74,7	73,4	80,1	78,8	83,7	16,4	12,0
Bélgica	68,8	75,3	73,5	80,4	78,7	83,4	14,4	10,8
Bulgária	68,6	73,5	67,4	74,9	71,2	78,2	3,8	6,4
Chipre	–	–	75,1	79,6	79,9	83,7	–	–
Croácia	–	–	69,3 ^a	77,2 ^a	74,4	80,5	–	–
Dinamarca	71,3	77,1	72,7	77,9	78,8	82,7	10,5	7,3
Eslováquia	66,9	74	68,4	76,5	73,1	80,2	9,3	8,4
Eslovénia	–	–	70,8	78,5	77,8	83,9	–	–
Espanha	70,5	76,3	74,4	81,8	80,1	85,7	13,6	12,3
Estónia	65,0	74,8	61,4	74,3	73,2	82,2	12,6	9,9
Finlândia	67,5 ^a	76,3 ^a	72,8	80,4	78,7	84,4	16,6	10,6
França	69,5 ^a	77,5 ^a	73,9	82,2	79,2	85,6	14,0	10,5
Grécia	72,2	76,7	75,2	80,4	78,5	83,7	8,7	9,1
Holanda	71,5 ^a	77,9 ^a	74,6	80,5	79,9	83,2	11,7	6,8
Hungria	66,3	72,5	65,4	74,8	72,3	79,0	9,0	9,0
Irlanda	69 ^a	74,3 ^a	72,8	78,3	79,6	83,4	15,4	12,2
Itália	69,8 ^a	76,1 ^a	75,0	81,5	80,3	84,9	15,0	11,6
Letónia	63,9 ^a	74,1 ^a	60,2 ^a	73,0 ^a	69,7	79,5	9,1	7,3
Lituânia	66,4	75,5	63,3	75,1	69,2	79,7	4,2	5,6
Luxemburgo	67,3	74,3	73,0	80,6	80,0	84,7	18,9	14,0
Malta	68,3 ^a	72,4 ^a	74,9	79,8	79,8	84,1	16,8	16,2
Polónia	67,3 ^a	74,8 ^a	67,7	76,4	73,5	81,6	9,2	9,1
Portugal	64,6	72,1	71,7	79,0	78,1	84,3	20,9	16,9
Reino Unido	69,5 ^a	75,7 ^a	74	79,3	79,2	82,8	14,0	9,4
Rep. Checa	67,0	74,1	69,7	76,8	75,7	81,6	13,0	10,1
Roménia	67,4	72,1	65,5	73,5	71,4	78,6	5,9	9,0
Suécia	72,2	78,1	76,2	81,7	80,4	84,1	11,4	7,7
UE 28	–	–	–	–	77,9	83,3	–	–

*Valores relativos a 1978

Fonte: Eurostat, 2019; ^aWHO_HFA, 2019

Atendendo às diferenças por sexo verifica-se que, em 1975, a esperança de vida das mulheres portuguesas situava-se 6,0 anos abaixo do país com o valor mais elevado na UE (dos países com dados disponíveis a Suécia apresentava

os valores mais elevados: 78,1 anos); em 2015 passa para 1,4 anos (Espanha apresenta a maior esperança de vida: 85,7 anos). Este diferencial evolui também nos homens: de 7,6 anos abaixo do valor registado na Suécia (valor mais elevado nos três períodos em análise), em 1975, para 1,4 anos em 2015. Ou seja, entre 1975 e 2015 assistiu-se, não só à diminuição do distanciamento na esperança de vida entre homens e mulheres como também relativamente ao país com valor de esperança de vida mais elevado.

O Quadro II revela-nos ainda que noutros países, pelo contrário, as variações entre 1975 e 2015 não atingem 10%, o que poderá explicar-se por várias razões: o valor do ano de partida ser razoavelmente elevado (caso da Suécia ou da Dinamarca), ou pelo facto da esperança de vida estar a evoluir a um ritmo mais lento (caso da Bulgária ou Eslováquia). Lituânia, Letónia, Bulgária, Roménia e Hungria são os cinco países que revelam os valores mais baixos, em ambos os sexos, em 2015.

A Dinamarca, a Grécia e a Holanda têm vindo a perder posições no quadro dos países da UE. Em 1975 encontravam-se numa posição claramente favorável – top 5 países, tanto para os homens como para as mulheres; em 2015 nenhum destes países se encontra no top 5 dos países com maior esperança de vida à nascença.

Um indicador crucial, pelas possibilidades explicativas que suscita, é a esperança de vida aos 40 e aos 65 anos. À semelhança do que havia sido observado anteriormente, Portugal era, em 1975, um dos países com menor esperança de vida aos quarenta e aos sessenta e cinco anos. Os indivíduos portugueses do sexo feminino que em 1975 atingiram os quarenta anos de idade tinham uma expectativa de vida muito inferior à maioria dos restantes países da UE (décimo sétimo país, em vinte e dois, com esperança de vida mais elevada). Contudo, em 2015, a situação relativa era claramente diferente para as mulheres portuguesas (sétimo país).

O padrão de evolução registado na análise da esperança de vida aos 65 anos é similar: Portugal apresentava em 1975 um dos piores valores da UE, tanto nos homens (vigésimo segundo país, em vinte e quatro países com dados) como nas mulheres (vigésimo, em vinte e quatro), registando, em 2015, uma posição

relativa muito superior, principalmente nas mulheres, onde é o sexto país com melhores resultados (décimo quinto nos homens). Esta variação é progressiva, embora mais acentuada nos últimos 20 anos.

QUADRO 2. Esperança de vida aos 40 anos (1975, 1995, 2015)
segundo o sexo, em países da Europa

	1975		1995		2015		Variação (%)	
	EV 40 anos		EV 40 anos		EV 40 anos		1975-2015	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Alemanha	31,9	37,1	35,3	41,1	39,4	43,9	23,5	18,3
Áustria	31,8	37,4	35,5	41,2	40,0	44,4	25,8	18,7
Bélgica	32,1	37,5	35,7	41,7	40,0	44,2	24,6	17,9
Bulgária	32,7	36,3	30,8	37,1	33,2	39,5	1,5	8,8
Chipre	–	–	37,3	41,1	40,9	44,3	–	–
Croácia	–	–	–	–	35,8	41,4	–	–
Dinamarca	34,0	38,9	34,7	39,1	39,8	43,4	17,1	11,6
Eslováquia	31,3	36,8	31,0	38,0	34,8	41,2	11,2	12,0
Eslovénia	–	–	33,0	39,7	38,9	44,5	–	–
Espanha	33,9	38,7	37,0	43,2	41,0	46,3	20,9	19,6
Estónia	30,2	37,3	26,9	36,8	35,2	43,2	16,6	15,8
Finlândia	30,6 ^b	37,7 ^b	34,9	41,4	39,9	45,1	30,4	19,6
França	32,4 ^b	39,1 ^b	36,4	43,5	40,6	46,4	25,3	18,7
Grécia	35,9	39,4	37,5	41,7	39,8	44,5	10,9	12,9
Holanda	33,4 ^b	38,9 ^b	36,2	41,6	40,8	43,9	22,2	12,9
Hungria	31,1	35,9	28,5	36,6	33,7	39,8	8,4	10,9
Irlanda	31,0 ^{b*}	36,8 ^{b*}	34,8	39,5	40,8	44,1	31,6	19,8
Itália	32,9	38,3	37,2	42,7	41,3	45,5	25,5	18,8
Letónia	–	–	–	–	32,3	40,7	–	–
Lituânia	32,1	38,3	28	37,4	32,0	41,1	–0,3	7,3
Luxemburgo	30,9	36,6	35,1	42	41,2	45,0	33,3	23,0
Malta	–	–	37,4	40,7	41,2	45,0	–	–
Polónia	31,6 ^b	37,2 ^b	30,8	38,3	35,3	42,4	11,7	14,0
Portugal	31,1	36,6	35,2	40,6	39,3	44,9	26,4	22,7
Reino Unido	–	–	35,9	40,5	40,5	43,6	–	–
Rep. Checa	30,6	36,4	32	38,1	37,0	42,3	20,9	16,2
Roménia	32,9	36,4	30,0	36,4	33,5	40,0	1,8	9,9
Suécia	34,7	39,7	37,7	42,6	41,5	44,8	19,6	12,8
UE 28	–	–	–	–	39,2	44,0	–	–

* Valores relativos a 1978

Fonte: Eurostat, 2019; ^aWHO-HFA, 2019; ^bOECD, 2019

QUADRO 3 – Esperança de vida aos 65 anos (1975, 1995, 2015)
segundo o sexo, em países da Europa

	1975		1995		2015		Variação (%)	
	EV 65 anos		EV 65 anos		EV 65 anos		1975-2015	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Alemanha	12,1	15,3	14,8	18,7	17,9	21,0	47,9	37,3
Áustria	12,2	15,6	15,0	18,8	18,1	21,3	48,4	36,5
Bélgica	12,2	15,8	14,8	19,3	18,2	21,5	49,2	36,1
Bulgária	12,6	14,4	12,7	15,3	14,0	17,6	11,1	22,2
Chipre	–	–	15,8	18,4	18,4	20,8	–	–
Croácia	–	–	13,2 ^a	16,6 ^a	15,2	18,7	–	–
Dinamarca	13,9	17,5	14,1	17,6	18,0	20,7	29,5	18,3
Eslováquia	12,4	15,2	12,7	16,2	15,0	18,8	21,0	23,7
Eslovénia	–	–	13,6	17,6	17,6	21,4	–	–
Espanha	13,6	16,5	16,1	20,1	19,0	23,0	39,7	39,4
Estónia	12,1	15,7	11,9	16,1	15,5	20,7	28,1	31,8
Finlândia	12,2 ^a	16,1 ^a	14,6	18,7	18,3	21,9	50,0	36,0
França	13,6 ^a	17,8 ^a	16,2	20,9	19,4	23,5	42,6	32,0
Grécia	15,0	17,0	16,2	18,6	18,5	21,3	23,3	25,3
Holanda	13,6 ^a	17,4 ^a	14,7	19,2	18,4	21,1	35,3	21,3
Hungria	12,0	14,7	12,2	16	14,5	18,2	20,8	23,8
Irlanda	12,5 ^a	15,2 ^a	13,5	17,2	18,4	21,0	47,2	38,2
Itália	13,3 ^a	16,5 ^a	15,8	19,9	18,9	22,2	42,1	34,5
Letónia	–	–	11,5 ^a	16 ^a	14,2	18,9	–	–
Lituânia	13,9	16,9	12,9	16,9	14,1	19,2	1,4	13,6
Luxemburgo	12,2	15,0	14,7	19,7	18,9	21,8	54,9	45,3
Malta	11,2 ^a	13,3 ^a	15,6	17,7	18,8	21,6	67,9	62,4
Polónia	12,8 ^a	16,1 ^a	12,9	16,5	15,7	20,1	22,7	24,8
Portugal	12,0	14,9	14,7	18,1	18,0	21,7	50,0	45,6
Reino Unido	12,4 ^a	16,4 ^a	14,6	18,2	18,6	20,8	50,0	26,8
Rep. Checa	11,4	14,7	12,7	16,2	15,9	19,4	39,5	32,0
Roménia	13,0	14,9	12,8	15,3	14,5	18,0	11,5	20,8
Suécia	14,1	17,5	16,0	19,9	18,9	21,5	34,0	22,9
UE 28	–	–	–	–	17,9	21,2	–	–

Fonte: Eurostat, 2019; ^aWHO-HFA, 2019; ^bOECD, 2019

Uma forma de analisar as tendências na mortalidade e na morbidade é considerar a evolução da esperança de vida saudável, uma medida compósita da duração e qualidade de vida e um importante indicador de saúde em populações envelhecidas. A esperança de vida saudável traduz o número de anos que

os indivíduos, em determinada idade, podem esperar viver sem limitações de saúde. Esta medida, em conjugação com a esperança de vida, permite avaliar se os anos de vida ganhos, através do aumento da longevidade, podem ser vividos em boas ou más condições de saúde.

A análise da Figura 3 revela que em Portugal os indivíduos do sexo feminino esperam viver 29,3 anos (o segundo pior indicador da UE28) com alguma limitação de saúde enquanto os homens têm uma expectativa de vida com incapacidade de 19,9 anos (segundo valor mais elevado). No outro extremo encontram-se países como Malta e Suécia, em que as diferenças são inferiores a 10 anos, tanto para os homens como para as mulheres, indicando que estamos perante populações que vivem mais anos com menos limitações de saúde.

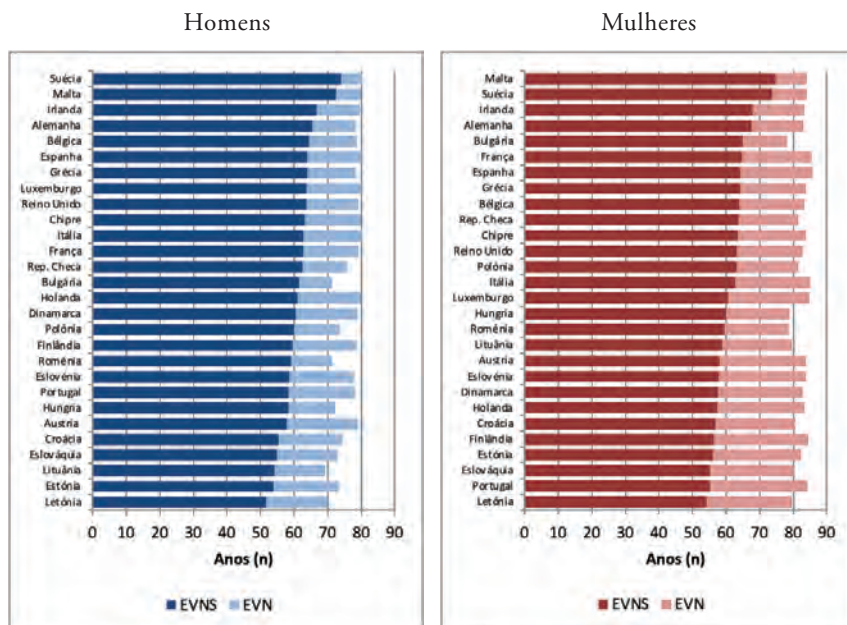


Figura 3 – Esperança de vida à nascença e Esperança de vida saudável à nascença segundo o sexo (2015), em países da Europa

Fonte: Eurostat, 2019

Em Portugal, apesar das mulheres terem maior esperança de vida à nascença, são os indivíduos do sexo masculino que esperam viver mais anos sem limita-

ções. Este padrão observa-se também em mais oito países, verificando-se ser a Holanda o que apresenta uma diferença mais elevada entre sexos (3,2 anos em Portugal e 3,9 anos na Holanda). Em sentido contrário, em países como a Bulgária ou a Lituânia, a esperança de vida saudável à nascença é consideravelmente superior nas mulheres, comparativamente à dos homens (4,7 anos na Lituânia e 3,5 anos na Bulgária).

Análise das causas de morte prematura

Quais as causas de morte que contribuem para a posição relativa de Portugal no quadro da UE28, principalmente nos homens? A análise dos anos de vida perdidos antes dos setenta anos permite verificar que, em algumas causas de morte, não só se morre mais em Portugal (taxa bruta de mortalidade) mas que se morre mais cedo, em alguns casos mesmo muito cedo, quando se compara com outros países da UE28.

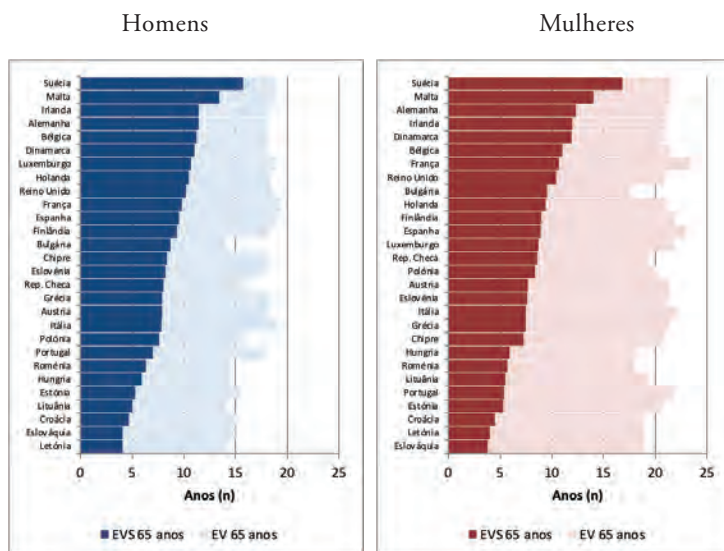


Figura 4 – Esperança de vida aos 65 anos e Esperança de vida saudável aos 65 anos segundo o sexo (2015), em países da Europa

Fonte: Eurostat, 2019

QUADRO 4. Anos de vida potencialmente perdidos, por 100.000 habitantes, segundo o sexo (1975, 1995, 2015), em países da Europa

	1975		1995		2015		Variação (%) 1975-2015	
	H	M	H	H	H	M	H	M
Alemanha			6314,7	3161,3	3758,3	2129,7	-	-
Áustria	11024,3	5758,1	6505,4	3066	3580,7	1928,8	-67,5	-66,5
Bélgica	9364,5	5272,9	6286,4	3259,4	3732,1	2266,8	-60,1	-57,0
Bulgária	-	-	-	-	8868 ^a	4177 ^a	-	-
Chipre	-	-	-	-	3386 ^a	1929 ^a	-	-
Croácia	-	-	-	-	6342 ^a	2913 ^a	-	-
Dinamarca	7664,9	4737,1	6245,7	3915,8	3319	2140,8	-56,7	-54,8
Eslováquia	-	-	10207,7	4329,4	6397,4*	2855,4*	-	-
Eslovénia	-	-	8155,9	3619,3	3993,7	1826,8	-	-
Espanha	8851,5	5087,2	6479,2	2771,7	3111,9	1619,8	-64,8	-68,2
Estónia	-	-	19948,8	6572	6932,5	2686,9	-	-
Finlândia	11152,5	4482,5	6722	2825,8	3788,6	1785,8	-66,0	-60,2
França	9711,3	4811,5	6682,7	2963,6	3788,6	1785,8	-61,0	-62,9
Grécia	8022,5	5103,8	5695,5	2727,5	4257,9	2061,1	-46,9	-59,6
Holanda	7229,1	4062,2	4892,2	3034,1	2866	2054,8	-60,4	-49,4
Hungria	12612,2	7479,8	14027,5	5822,8	6858,2	3372,6	-45,6	-54,9
Irlanda	9295,9	5742,1	5898,8	3441,6	3404,2*	1975,8*	-63,4	-65,6
Itália	9130,1	5138,7	5662,6	2797,7	2965,3	1689,5	-67,5	-67,1
Letónia	-	-	43420	15503,5	9570,8	3471,3	-	-
Lituânia	-	-	17945,6	6372,5	10549,3	3673,9	-	-
Luxemburgo	10964,9	5279,9	6242,2	2894	2880,8	1255,4	-73,7	-76,2
Malta	-	-	-	-	3810a	2184a	-	-
Polónia	11978	6136,2	11444,5	4729,6	6749,1	2685	-43,7	-56,2
Portugal	14327,6	7752,6	8441,3	3660,6	4295,9*	1889,7*	-70,0	-75,6
Reino Unido	8617,7	5293,6	5417,8	3288,2	3676,7	2323,6	-57,3	-56,1
Rep. Checa	-	-	8571,6	3980,6	4616,7	2183,5	-	-
Roménia	-	-			9122 ^a	4091 ^a	-	-
Suécia	7050,7	3938,8	4325,5	2523,4	2947,3	1762,3	-58,2	-55,3

* dados referentes a 2014

Fonte: OECD, 2019; ^a Eurostat, 2019

Em 2014, em cada 100.000 habitantes com menos de setenta anos, foram perdidos 3.048,8 anos, considerando todas as causas de morte prematura, em ambos os sexos. Verifica-se que a variação relativamente ao ano de 1975 é reveladora dos esforços realizados no sentido de uma clara diminuição do número de mortes antes dos setenta anos, sendo esse facto mais visível no sexo masculino. De facto, apesar de Portugal continuar a apresentar elevados valores para este indicador, por comparação com os restantes países da UE, a evolução ocorrida entre 1975 e 2015 é claramente favorável (-70% e -75,6% de anos de vida perdidos antes dos setenta anos, respetivamente para os sexos masculino e feminino), apresentando, para ambos os sexos, a segunda evolução positiva mais elevada de todos os países (com dados disponíveis).

Em 1975, e para os dois sexos, Portugal ocupava o pior lugar em anos de vida potencialmente perdidos antes dos setenta anos. Em sentido oposto, a Suécia apresentava os melhores valores deste indicador. A diferença entre estes dois países diminuiu consideravelmente: em 1975 essa diferença era de 7.276,9 e 3.813,8 anos, respetivamente para os sexos masculino e feminino, enquanto em 2015 era de 1.349 anos (sexo masculino) e de, apenas, 127 anos (sexo feminino), sendo os ganhos maiores para as mulheres do que para os homens. Esta variação é progressiva, embora mais acentuada entre 1995 e 2014.

Em 1975, as causas de morte que mais contribuíam para o elevado valor de potenciais anos de vida perdidos antes dos setenta anos eram as doenças do aparelho circulatório (2.183,5 anos de vida perdidos em cada 100.000 habitantes do sexo masculino e 1.222,2 do sexo feminino) (Quadro 4).

Observando o Quadro 5, verificam-se diminuições assinaláveis em causas de morte que eram, em 1975, responsáveis por grande quantidade de anos de vida potencialmente perdidos: doenças respiratórias, infecciosas e parasitárias, acidentes de transporte, doença crónica do fígado e cirrose. Outras causas de morte, como os tumores malignos da traqueia, brônquios e pulmões são responsáveis por um maior número de anos de vida perdidos em 2015, por comparação com 1975. O HIV/SIDA constitui-se, em 2014, como uma das causas de morte que aflige não só pelo número de óbitos, mas principalmente pelo impacto social, retirando anos de vida ao conjunto da população portu-

guesa (80,9 anos de vida perdidos em cada 100.000 habitantes, sendo 124,4 nos homens e 40,4 nas mulheres). Destaque ainda para os acidentes de transporte que contribuem negativamente para a esperança média de vida nos homens, tanto aos 40 como aos 65 anos (274,7 anos de vida perdidos em cada 100.000 habitantes do sexo masculino).

QUADRO 5 – Anos de vida potencialmente perdidos, por 100.000 habitantes, nas principais causas de morte e segundo o sexo (1975, 2014), em Portugal

Causas de morte	1975		2014	
	H	M	H	M
Todas as causas	14.327,6	7.752,6	4.295,9	1.889,7
Doenças infecciosas e parasitárias	812,0	537,9	212,1	64,4
HIV-SIDA	-	-	124,4	40,4
Tumores Malignos	1.421,5	1.135,1	1.295,1	756,4
Tumor Maligno da traqueia, brônquios e pulmões	171,8	42,2	270	73,9
Tumor Maligno da mama	-	226,7	-	169,4
Doenças do aparelho circulatório	2.183,5	1.222,2	678,3	243,8
Doença Isquémica cardíaca	675,9	237,5	322,7	57,9
Doenças cerebrovasculares	842,7	542,8	150,9	81,4
Doenças do aparelho respiratório	1.664,4	1.101,4	166,2	65,8
Doenças do sistema digestivo	1.445,5	746,4	278	63,4
Doença crónica do fígado e cirrose	726,0	255,0	173,8	31,3
Acidentes de transporte	1.846,8	328,9	274,7	55,9

Fonte: OECD, 2019

O que se passou nos últimos quarenta anos? Na década de 70 as cinco principais causas de morte relacionavam-se com as doenças do aparelho circulatório, os sintomas e sinais mal definidos, os tumores malignos, as doenças do aparelho respiratório e digestivo (Quadro 6). Passados cerca de 40 anos, verificam-se importantes alterações na hierarquia das causas de morte: aumento dos tumores malignos que são, para as mulheres, a principal causa de morte; os óbitos por doenças do aparelho respiratório sobem uma posição e são a terceira

causa de morte; os sintomas e sinais mal definidos perdem importância e são a quarta causa de morte; a quinta causa de morte para os homens está, em 2014, relacionada com as doenças endócrinas e metabólicas.

QUADRO 6 – Hierarquia das principais causas de morte (1975 e 2014)
segundo os sexos, em Portugal

Hierarquia *	1975		2014	
	H	M	H	M
1º	Doenças do aparelho circulatório (642,3‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho circulatório (878,2‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho circulatório (194,8‰ ⁰⁰⁰)	Tumores Malignos (279,1‰ ⁰⁰⁰)
2º	Sintomas e causas mal definidas (376,9‰ ⁰⁰⁰)	Sintomas e causas mal definidas (476‰ ⁰⁰⁰)	Tumores Malignos (133,9‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho circulatório (272,5‰ ⁰⁰⁰)
3º	Tumores Malignos (146,0‰ ⁰⁰⁰)	Tumores Malignos (235,8‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho respiratório (63,5‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho respiratório (121,2‰ ⁰⁰⁰)
4º	Doenças do aparelho respiratório (106,3‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do aparelho respiratório (209,7‰ ⁰⁰⁰)	Sintomas e causas mal definidas (39,9‰ ⁰⁰⁰)	Sintomas e causas mal definidas (54‰ ⁰⁰⁰)
5º	Doenças do sistema digestivo (47,9‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do sistema digestivo (112,5‰ ⁰⁰⁰)	Doenças endócrinas e metabólicas (35,4‰ ⁰⁰⁰)	Doenças do sistema digestivo (47,7‰ ⁰⁰⁰)

* A hierarquia tem por base a taxa de mortalidade padronizada por 100.00 habitantes

Fonte: OECD, 2019

Apesar das alterações ocorridas, em 2014 a taxa de mortalidade por sintomas e sinais mal definidos permanece nas primeiras cinco causas de morte (a taxa de mortalidade por causas mal definidas era de 410,1 por 100.000 habitantes,

em 1975, e de 46,3, em 2014). O facto de existirem valores com esta expressão, e que se afastam claramente dos valores de outros países da UE28, leva-nos a ter muitas precauções com as observações e conclusões de qualquer estudo que tenha como base de informação os óbitos. Algumas dúvidas poderão surgir sobre qual seria o padrão de mortalidade se esses óbitos tivessem sido diagnosticados e classificados nas respetivas causas de morte.

Discussão: o que nos diz a literatura sobre a Esperança de Vida na Europa

A evolução da esperança de vida à nascença verificada em Portugal tem sido mais rápida do que a apresentada pelo conjunto de outros países da Europa: os homens que nasceram em 1975 esperavam viver 64,6 anos e as mulheres, 72,1 anos. Em 2015 esses valores são, respetivamente, de 78,1 e 84,3 anos. Considerando a variação ocorrida entre 1975 e 2015, verifica-se que Portugal foi um dos países onde se registaram os maiores crescimentos na esperança de vida à nascença. Este facto sugere, por exemplo, diminuições importantes da mortalidade infantil, o que de facto aconteceu – era de 39,9/1.000 nados-vivos em 1970 e passou para 3,2/1.000 em 2015.

A democratização teve consequências positivas assinaláveis em diversos fatores a nível nacional, regional, local e até individual, como a melhoria dos cuidados de saúde primários, com resultados na prevenção e no controlo das principais doenças infecciosas infantis e em fatores que influenciam a saúde (ou a diminuição da doença), destacando alterações na dieta alimentar (e.g. diminuição do sal e do açúcar), melhoria nas condições de habitação e de higiene, do acesso a infraestruturas e equipamentos, alteração de fatores psicossociais lesivos que, em interação com outros fatores, como inovações tecnológicas na medicina e mudança comportamental, contribuíram para explicar o aumento da esperança de vida entre 1975 e 2015, tanto para homens (20,9%), como para mulheres (16,9%) (Paula Santana, 2014a, 2014b; Paula Santana & Almendra, 2018). Em 2015, os ganhos consideráveis na esperança de vida à nascença nas quatro décadas colocam Portugal acima da média da UE28.

Sendo o padrão de aumento da esperança de vida e diminuição da mortalidade comum aos países europeus, difere o ritmo a que esse aumento se tem vindo a processar. Os autores Karanikolos, Adany & McKee (2017) destacam a diferença entre países da Europa Ocidental e do Sul e países da Europa Central e de Leste. Referem que entre 1990 e 2005 a diferença da EV entre homens da Europa Ocidental e homens da Europa de Leste quase duplicou, passando de 8,7 anos para 16 anos. Informação disponibilizada pelo EUROSTAT (2019) permite afirmar que, apesar de esse valor ter diminuído, apresentava ainda um valor de 13,6 anos, em 2015. Para as mulheres o padrão é semelhante, embora menos marcado. De acordo com os autores (Karanikolos *et al.*, 2017), a Europa Central apresenta valores consideravelmente inferiores à Ocidental, sendo a diferença na esperança de vida à nascença, em 1990, de 6,1 anos para homens e 4,7 anos para as mulheres. Informação mais atualizada (EUROSTAT, 2019) indica que, em 2015, a diferença na esperança de vida à nascença mantém-se nos 6 anos para os homens, tendo decrescido para os 3,7 anos para as mulheres. Em síntese, não obstante as diferenças observadas, assiste-se a uma tendência positiva de duplo sentido: de aumento da esperança de vida à nascença e de diminuição das diferenças na esperança de vida entre os vários países da Europa. Portugal destaca-se pelos progressos mais assinaláveis neste indicador.

No período 2000 a 2010, o coeficiente de Gini para as diferenças na esperança de vida à nascença diminuiu cerca de 3,5% para homens e 10,4% para mulheres, o que pode dever-se à grande diminuição das iniquidades na mortalidade infantil entre os estados-membro; cerca de 32% entre 2001 e 2011 (European Commission, 2013). Ou seja, a diminuição das diferenças na esperança de vida dos países desenvolvidos reflete, em parte, a diminuição das diferenças observadas na mortalidade infantil e juvenil (Doblhammer & Kytir, 2001). Portugal é um dos países da UE28 onde se registou a maior diminuição na mortalidade infantil ao longo das últimas décadas (Paula Santana, 2014a, 2014b; Paula Santana & Almendra, 2018).

Sob as condições de baixa e muito baixa mortalidade infantil que se verificam nos países desenvolvidos, em que a maioria dos nados-vivos sobrevive até aos 50 anos, como é o caso de Portugal, variações na esperança de vida à nascença são

sobretudo o resultado de desigualdades na mortalidade dos idosos, razão pela qual se devem analisar esperanças de vida parcelares, particularmente relativas a grupos etários mais idosos. É, então, provável que as diferenças sobressaiam quando se consideram esperanças de vida para grupos de idade acima dos 55 anos (National Research Council, 2015). Usualmente, utiliza-se a esperança de vida aos 65 anos, indicador mais influenciado pela mortalidade deste grupo etário e que evidencia o impacto de alguns fatores de risco: obesidade, hábitos tabágicos, comportamentos alimentares e de atividade física, acessibilidade aos cuidados de saúde. A análise da esperança de vida aos 65 anos destaca o aumento deste indicador em Portugal e nos países da UE28, revelando a compressão que tem ocorrido na taxa de mortalidade dos mais idosos e, embora alguns autores se refiram a um limite biológico para a vida (Fries, 1989), não há evidência que sustente a hipótese do fim ou reversão futura desta tendência (Doblhammer & Kytir, 2001).

Em 2015, nos 28 estados-membro, a EV era de 83,3 anos para mulheres e 77,9 para os homens. A diferença de género neste indicador tem vindo a diminuir (passou de 6,4 anos, em 2002, para 5,4 anos em 2015) em termos médios, mas a intensidade desta diferença ainda varia substancialmente na Europa e em Portugal. A Europa Ocidental tem sido marcada por uma maior aproximação dos valores (de 6,7 anos em 1990 para 5 anos em 2015), enquanto na Europa Central a aproximação tem sido mais lenta (de 8,1 anos em para 7,3 anos em 2015). Paradoxalmente, verifica-se uma tendência inversa em alguns países da Europa do Leste, onde se assistiu a um aumento dessa diferença entre 1990 e 2015, de 9,7 anos para 10,4 anos, respetivamente (Karanikolos *et al.*, 2017).

Uma vez que as diferenças biológicas, existindo, parecem ter um papel menor, têm sido enfatizadas as diferenças nas relações sociais e nos comportamentos (Kolip & Lange, 2018). Fumar parece ser um comportamento responsável por boa parte das diferenças observadas entre a esperança de vida de homens e mulheres, e ainda na EV das mulheres. Segundo o relatório da Comissão Europeia de 2013, existe um intervalo de 2 a 3 décadas, ou mais, entre o comportamento tabágico e o seu efeito na mortalidade. Por isso, diferenças observadas nos comportamentos tabágicos de há 40 ou 50 anos atrás terão

agora consequências na EV. Refere o mesmo estudo que há 50 anos o hábito de fumar se difundiu muito mais nos EUA do que na Europa ou no Japão. As consequências na saúde deste comportamento ainda se fazem sentir nas taxas de mortalidade. Acrescenta ainda o relatório que no período 1950-2003, o ganho na EV aos 50 anos foi 2,1 anos inferior para mulheres americanas, comparativamente com a média de outros 9 países de elevado rendimento (5,7 vs 7,8 anos, respetivamente). Estima-se que os malefícios do tabaco contribuam para 78% da diferença observada na EV das mulheres e 41% dos homens entre os EUA e outros países de elevado rendimento, em 2003. O mesmo estudo identifica ser o tabaco responsável por reduções importantes na EV na Holanda e Dinamarca, dois países que apresentam ganhos modestos neste indicador.

Para além do consumo de tabaco, outros fatores como a obesidade, excesso de calorias, sedentarismo, iniquidade socioeconómica, iniquidade de género e até modo de financiamento dos sistemas de saúde (público vs privado) podem ter um papel importante nas diferenças de saúde observadas (Crimmins, 2015; Mackenbach & Looman, 2013).

Uma forma de analisar as tendências na mortalidade e na morbilidade é considerar a evolução da esperança de vida saudável (e o rácio esperança de vida saudável/esperança de vida), uma medida compósita da duração e qualidade de vida e um importante indicador de saúde em populações envelhecidas. Pode ser avaliada a esperança de vida saudável à nascença e aos 65 anos. Quanto mais elevado é o valor do indicador, melhor é a saúde dessa população, revelando mais anos de vida sem incapacidade. A Suécia é o país com os melhores valores para ambos os sexos. Portugal ocupa a segunda e a oitava piores posições no quadro da UE28, respetivamente para homens e mulheres.

Na Áustria, Doblhammer & Kytir (2001), analisando o período 1978-1998, e tendo em conta os progressos no aumento concomitante da esperança de vida, esperança de vida saudável e rácio entre anos saudáveis e esperança de vida, concluíram que doença e incapacidade foram progressivamente comprimidas para idades mais avançadas. Segundo estes autores, em 1978, uma mulher de 60 anos poderia esperar viver mais 14,5 anos de vida saudável e um homem da mesma idade, 12,6 anos; em 1998, a esperança de vida saudável aumentava para

19,2 anos e 16,6 anos, respetivamente para mulheres e homens. Adicionalmente, também o rácio de saúde aumentou. Em 1978, uma mulher de 60 anos poderia esperar viver 75% do restante tempo de vida (até aos 90 anos) em boa saúde, valor que era já de 87% em 1998. Para os homens, este rácio aumentou de 80% em 1978 para 89% em 1998. Isto significa que durante o período em análise a população idosa não apenas passou a viver mais, como diminuiu de forma absoluta o número de anos vividos com má saúde.

À semelhança da esperança de vida, também a EVS apresenta um gradiente social, mas as desigualdades são muito maiores para este último indicador: europeus de maior estatuto socioeconómico podem esperar não só viver mais, como viver com mais saúde. Segundo alguns autores (Head et al., 2019), em Inglaterra, homens e mulheres das classes mais altas, avaliadas pelo estatuto ocupacional, podem esperar viver 82-83% das suas vidas entre os 50 e 75 anos em boa saúde, um valor que diminui para 68% para as classes sociais mais baixas. Estes valores são de 75% vs 47-50% na Finlândia, 85-87% vs 77-79% em França e 80-83% vs 72-75% na Suécia. Isto sugere que reduzir as desigualdades socioeconómicas poderá contribuir para a compressão da morbilidade em idades mais avançadas, parecendo assim ser possível ter uma vida mais longa e mais saudável.

Conclusão

A esperança de vida é um indicador que permite avaliar não só o estado de saúde de um país ou região, como também o seu desenvolvimento. O desenvolvimento económico e social verificado em Portugal nos últimos quarenta anos foi decisivo para fazer diminuir algumas diferenças face a outros países da Europa; todavia, a esperança de vida à nascença na população masculina é, em 2015, ainda inferior aos 80 anos. Em sentido diferente, a esperança de vida à nascença nas mulheres ultrapassa largamente os 84 anos, permitindo afirmar que, atualmente, Portugal se encontra entre os países europeus mais bem posicionados. A melhoria assinalável na esperança de vida foi progressiva nos 40 anos em análise, embora mais acentuada nos últimos 20 anos.

As razões que justificam os ganhos são, fundamentalmente, a melhoria da saúde das crianças e das mães. Esse facto é verificável pela diminuição da mortalidade infantil e materna, reflexo não só de uma melhor e mais generalizada assistência médica e de saúde, como também de uma melhoria das condições sociais e económicas da população em geral.

Não obstante o incremento nos ganhos verificados na esperança de vida à nascença, os anos de vida que cada português espera viver com incapacidade são ainda muito elevados, quando comparados com os valores observados noutros países da UE. Por outro lado Portugal apresentava, em 2014, valores elevados de anos de vida potencialmente perdidos antes dos 70 anos, aspeto mais relevante nos homens.

As causas de morte que mais anos de vida retiraram ao sexo masculino, em 2014, foram os tumores malignos, a doença isquémica cardíaca e os acidentes de transporte, por ordem decrescente de importância. Para o sexo feminino destacam-se os tumores malignos, as doenças cerebrovasculares e a doença isquémica do coração. Este conjunto de causas de morte, que afeta a população de forma prematura, associa-se não só às condições de vida e de trabalho da população, mas também aos comportamentos individuais e atitudes perante a saúde e, ainda, à desadequada utilização dos cuidados de saúde (preventivos e curativos). Note-se também que os impactes na saúde dos portugueses decorrentes das políticas públicas implementadas nos últimos anos, ao nível da promoção da saúde e da prevenção da doença, irão demorar alguns anos a tornar-se visíveis. Por exemplo, esperamos aumentos na esperança de vida sem incapacidade nos próximos anos em consequência dos efeitos positivos das mudanças nos comportamentos e estilos de vida, associados à preparação e consumo de alimentos mais saudáveis, à diminuição do consumo de tabaco e de álcool, ao aumento da atividade física. Simultaneamente, nos últimos vinte anos foram intensificadas as intervenções ao nível da prevenção primária, efetivadas através do aumento de programas de rastreio de algumas patologias oncológicas, verificaram-se progressos na articulação entre os cuidados de saúde primários e os cuidados hospitalares e no acesso aos cuidados de emergência (e.g. via verde coronária).

Referências bibliográficas

- Burton, E. (2015). Briefing: Mental well-being and the influence of place. In H. Barton, S. Thompson, S. Burgess, & M. Grant (Eds.), *Proceedings of the ICE – Urban Design and Planning* (Routledge, Vol. 168, pp. 161–163). Oxon: Taylor & Francis. <https://doi.org/10.1680/udap.15.00024>.
- Corsini, V. (2010). Population and social conditions. Eurostat – Statistics in Focus Statistics in Focus, 24, 1–4. Retrieved from http://ec.europa.eu/health/social_determinants/policy/commission_communication/index_en.htm.
- Crimmins, E. M. (2015). Lifespan and Healthspan: Past, Present, and Promise. *The Gerontologist*, 55(6), 901–911. <https://doi.org/10.1093/geront/gnv130>.
- Doblhammer, G., & Kytir, J. (2001). Compression or expansion of morbidity? Trends in healthy-life expectancy in the elderly Austrian population between 1978 and 1998. *Social Science & Medicine* (1982), 52(3), 385–391. Retrieved from <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/11330773>.
- European Commission. (2013). Report on health inequalities in the European Union. Brussels. Retrieved from https://ec.europa.eu/health/sites/health/files/social_determinants/docs/report_healthinequalities_swd_2013_328_en.pdf.
- Fries, J. F. (1989). The Compression of Morbidity: Near or Far? *The Milbank Quarterly*, 67(2), 208. <https://doi.org/10.2307/3350138>.
- Gruenberg, E. (1977). The failures of success. *Health and Society*, 55, 3–24.
- Head, J., Chungkham, H. S., Hyde, M., Zaninotto, P., Alexanderson, K., Stenholm, S., ... Westerlund, H. (2019). Socioeconomic differences in healthy and disease-free life expectancy between ages 50 and 75: a multi-cohort study. *European Journal of Public Health*, 29(2), 267–272. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cky215>.
- Karanikolos, M., Adany, R., & McKee, M. (2017). The epidemiological transition in Eastern and Western Europe: a historic natural experiment. *European Journal of Public Health*, 27(suppl_4), 4–8. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckx158>.
- Kolip, P., & Lange, C. (2018). Gender inequality and the gender gap in life expectancy in the European Union. *European Journal of Public Health*, 28(5), 869–872. <https://doi.org/10.1093/eurpub/cky076>.
- Mackenbach, J. P. (2017). Nordic paradox, Southern miracle, Eastern disaster: persistence of inequalities in mortality in Europe. *European Journal of Public Health*, 27(suppl_4), 14–17. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckx160>.
- Mackenbach, J. P., Hu, Y., & Looman, C. W. N. (2013). Democratization and life expectancy in Europe, 1960–2008. *Social Science and Medicine*, 93, 166–175. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2013.05.010>.
- Mackenbach, J. P., & Looman, C. W. N. (2013). Life expectancy and national income in Europe, 1900–2008: An update of Preston’s analysis. *International Journal of Epidemiology*, 42(4), 1100–1110. <https://doi.org/10.1093/ije/dyt122>.
- National Research Council. (2015). Explaining Divergent Levels of Longevity in High-Income Countries. (E.M. Crimmins, S. H. Preston, & B. Cohen, Eds.), *Explaining Divergent Levels of Longevity in High-Income Countries*. Washington, DC: The National Academies Press. <https://doi.org/10.17226/13089>.

- Regidor, E., Calle, M. E., Navarro, P., & Domínguez, V. (2003). Trends in the association between average income, poverty and income inequality and life expectancy in Spain. *Social Science and Medicine*. [https://doi.org/10.1016/S0277-9536\(02\)00107-7](https://doi.org/10.1016/S0277-9536(02)00107-7).
- Santana, P. (2005). *Geografias da Saúde e do Desenvolvimento. Evolução e Tendências em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Santana, Paula. (2014a). A saúde dos portugueses. In J. Simões (Ed.), *40 Anos de Abril na Saúde* (Almedina, pp. 69–92). Coimbra: Almedina.
- Santana, Paula. (2014b). Introdução à geografia da saúde território, saúde e bem-estar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-0727-6>.
- Santana, Paula, & Almendra, R. (2018). The health of the Portuguese over the last four decades. *Méditerranée*, (130). <https://doi.org/10.4000/mediterranee.10348>.
- Santana, Paula, & Nogueira, H. (2001). A esperança de vida em Portugal. *Cadernos de Geografia*, 20(20), 3–13.

TERRITÓRIO(S): O SEU SIGNIFICADO NA LEITURA E INTERPRETAÇÃO DAS DINÂMICAS POPULACIONAIS

Paulo Nuno Nossa

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

CEGOT

paulonossa@gmail.com

Resumo: As questões demográficas, a par das questões ambientais, estão hoje na agenda política internacional convocando diferentes tipos de leituras e de interpretações. O atual processo de envelhecimento que afeta as sociedades ocidentais é parcialmente explicado pela clássica Teoria da Transição Demográfica, ao mesmo tempo que a persistência de níveis historicamente baixos de fecundidade/natalidade podem ser justificados por alguns dos argumentos presentes na denominada Segunda Transição Demográfica proposta por Lesthaege & van de Kaa no final dos anos 80. Uma análise mais atenta demonstra que os fatores clássicos que justificavam a prevalência de fecundidades elevadas em determinadas regiões do globo estão a mudar de modo acelerado, necessitando de uma leitura descomprometida para compreender essas dinâmicas, tal como é proposta por Rosling *et al.* (2019). As conjugações destas leituras, a par da análise de um de alguns processos de transição paradigmáticos, demonstram que alguns dos velhos problemas em Geografia da População carecem de “novas (re)leituras”, demonstrando que continua a ser a pobreza o maior obstáculo ao equilíbrio populacional.

Palavras-Chave: (Segunda) Transição Demográfica; Educação; Fecundidade; Empoderamento; Pobreza.

Abstract: Demographic issues, together with environmental issues, are in our days on the top of the international political agenda calling for different types of readings and interpretations. The current aging process that affects western societies is partly explained by the classic Demographic Transition Theory while the persistence of historically low levels of fertility/birth can be justified by some of the arguments presented in the so-called Second Demographic Transition proposed by Lesthaeghe & van de Kaa in the late 1980s. A closer look shows that the classic factors that justify the prevalence of high fertility in certain regions of the globe are changing rapidly, requiring an uncompromising reading to understand these dynamics, as they are proposed by Rosling *et al.* (2019). Crossing all these readings, together with the analysis of some paradigmatic transition processes, shows that some of the old problems in Population Geography lack for “new (re) readings”, demonstrating that poverty remains the greatest obstacle to populational balance.

Keywords: (Second) Demographic Transition; Education; Fecundity; Empowerment; Poverty.

Nota introdutória

No meu primeiro ano de contacto com a Geografia na Universidade de Coimbra, 1986, ano de integração de Portugal na CEE, a Professora Fernanda Cravidão lecionava a unidade curricular que, à data, estava no seu domínio de doutoramento e que acompanhou todo o seu longo e produtivo percurso investigativo: *Geografia da População*.

Nesta primeira e significativa aula, como são quase todas as coisas que iniciamos, registámos a mensagem de que a ciência geográfica observava, interpretava e contribuía para explicar o(s) territórios(s) e que a especialização dos dados e características dos objetos investigados eram fundamentais para sua apreensão. Para compreendermos o(s) território(s) teríamos também, entre outras coisas, que compreender a(s) dinâmica(s) da sua população e realizar as perguntas clássicas:

Quantos somos? Porque ocupamos um determinado espaço em detrimento de outro? Como e porque nos movimentamos? Que política(as) impactam a(s) dinâmica(s) populacionais? Como são influenciadas as nossas escolhas?

Depois de concretizar uma apelativa apresentação, esclarecendo a importância e o significado de se compreenderem as dinâmicas da fecundidade e da mortalidade a diferentes escalas, produziu uma interrogação reflexiva, que transgredia o senso comum dos alunos do 1º ano e que marcou, até aos dias de hoje, grande parte do meu percurso de docente e investigador:

Que papel têm o(s) território(s) na leitura e interpretação das dinâmicas populacionais?

É, pois, à volta das questões populacionais e dos territórios, da(s) dinâmica(s) da fecundidade que construi este curto texto, em jeito de tributo e de agradecimento pelo apoio e, sobretudo, pela liberdade que sempre me permitiu enquanto orientadora de investigação.

Bem-haja!

Introdução

As questões demográficas, a par das questões ambientais, estão no centro do debate político e na agenda das instituições europeias, seja por via do envelhecimento demográfico, seja pelo motivo da crise migratória e de refugiados que no último quinquénio tem confrontado e ameaçado a Europa, acrescentando às tradicionais causas geopolíticas causas climáticas que, salvo melhor opinião, devem ser antes designadas por causas ambientais, uma vez que o clima não é o único fator que impulsiona os deslocamentos contemporâneos de população. Jacobson (1988) antevia, na década de 80, que aos tradicionais movimentos migratórios, por causas políticas e económicas, os investigadores haveriam de somar outras categorias:

- Refugiados por ocorrência de desastres naturais;
- Refugiados por causas ambientais com forte impacto na saúde das populações;
- Migrantes permanentes cuja deslocação estaria relacionada com a ocorrência de mudanças insustentáveis no local de residência.

Como habitualmente, as Cassandras não são ouvidas, quer pelos decisores políticos, quer pelos poderes de comunicação que, frequentes vezes, tratam estas reflexões cientificamente informadas como epifenómenos sem significado, úteis para preencher *headlines* informativos, mas de atenção efémera.

Igual tratamento foi dado às constantes reflexões produzidas por demógrafos e por geógrafos sobre a problemática do envelhecimento populacional e as suas consequências para o território, para a política(s) e para a geografia(s), trate esta os processos eleitorais, os processos de despovoamento, os riscos ou a saúde.

Na literatura (Rosa, 2012; Lundberg, 2011; Nossa, 2014), a consolidação do processo de envelhecimento demográfico tem congregado crescentes e diversas discussões no sentido de tornar inteligível a contração prolongada e persistente do índice de substituição de gerações para valores < 2.1 , ao mesmo tempo que se conquista esperança de vida que, no presente, é para Portugal de 80,8 anos (77.8 H, 83.4 M; 2019, Pordata).

A *Teoria da Transição Demográfica* (TTD; Notestein, 1945, cit. Bandeira, 1996), inicialmente ancorada no padrão de transição europeu¹, constitui um modelo explicativo que interpreta e justifica a evolução e contração temporal da natalidade e mortalidade, impulsionados pela modificação substantiva das condições sociais, desde a industrialização até ao pós II Guerra Mundial, culminando num estadió pós-transicional caracterizado por baixos valores de natalidade e mortalidade.

Posteriormente, a *Segunda Transição Demográfica* (STD), leitura proposta na década de 80 por Lesthaege & van de Kaa (1986), ainda que nem sempre bem recebida na academia e não isenta de falhas e de algumas incongruências, procura interpretar e explicar a alteração da estrutura demográfica contemporânea, que converge para um envelhecimento global, ainda que, evidenciando diferenças regionais importantes. Podemos dizer que a abordagem conceptual proposta por Lesthaege & van de Kaa (1986) para a STD, têm na sua génese a observação de alterações valorativas que regulam as

¹ Sobre a TTD – Um modelo universal? Ver: Bandeira, M.L. (1996). *Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. INCM. Cap. I, p. 33-34.

práticas conjugais ocidentais, autorizando-as mais instáveis e mais informais, associadas à consolidação do divórcio onde, progressivamente, se elimina a culpa como fundamento para a rutura, a par de uma crescente laicização da sociedade de matriz ocidental. A Europa vive, de forma consistente, o aumento da maternidade extraconjugal, passando também por processos de adiamento da maternidade, com a idade média do nascimento do primeiro filho a aproximar-se do intervalo 30-34 anos. Simultaneamente, a par de uma contração da fecundidade, observamos um domínio da morbidade e mortalidade por doenças crónico-degenerativas, adiando a mortalidade para classes etárias mais avançadas (Nossa, 2019).

Na década de 70 e 80, autores como Shorter (1975) e Roussel (1980) discutiram as consequências demográficas associadas à modificação valorativa do casamento e democratização do divórcio, marcadas por um novo protagonismo da mulher e dos jovens. Estes, afirmavam agora a primazia do seu projeto individual e de emancipação, escapando à normalização dos costumes propostos pela Igreja e pelo Estado no domínio da conjugalidade e da procriação, apontando a consagração de múltiplos arranjos conjugais alternativos ao modelo convencional. Lesthaeghe (2011), na defesa da STD, retoma esta fundamentação e observa que o período de prosperidade económica vivido nas sociedades ocidentais é acompanhado por um declínio sustentado da natalidade, enquanto se validam socialmente uma infinidade de arranjos conjugais que não passam pelo casamento formal e que emergem como fatores desequilibradores, consolidando-se a separação entre casamento e procriação:

«Os primeiros sinais do SDT surgem já nos anos 50: as taxas de divórcio estão em ascensão, especialmente nos EUA e na Escandinávia, onde uma longa vida de compromisso foi substituída pela lógica de que um “bom divórcio é melhor que um mau casamento”. Mais tarde, a partir da segunda metade da década de 1960, também a fertilidade começa a abandonar os valores elevados que haviam marcado o “*baby boom*”. Além disso, a tendência em relação às idades no primeiro casamento foi novamente revertida e começou a subir. Tornou-se evidente que a

coabitação pré-matrimonial estava em ascensão e que o divórcio e a viuvez foram seguidos mais pela coabitação pós-marital e menos por um novo casamento [formal].» (Lesthaeghe, 2011:180; Trad. Livre).

Como sublinha Nossa (2019), os proponentes da STD adicionam à leitura o conceito motivacional Maslowiano (1954) onde, sumariamente, se admite que satisfeitas as necessidades básicas alcançadas pela industrialização (subsistência, abrigo, segurança física e económica), os grupos humanos dariam prioridade à concretização de necessidades não-materiais como liberdade individual, autonomia, emancipação: «Com esta mudança de [prioridade] de necessidades ocorria também uma mudança de valores e de escolhas individuais com impacte no grupo social » (Lesthaeghe, 2011:182). O que agora motiva os adultos já não é o privilégio superlativo do investimento emocional e sentimental na criança, emergindo um novo estilo de vida parental, onde autorrealização dos adultos, a contraceção e a qualificação orientam um novo registo de primado individual. No mesmo sentido, Boulding, citado por Véron (1996:26) sublinhou a sua discordância para com o modelo malthusiano: «Se a subida do rendimento *per capita* induz uma redução da fecundidade, o progresso torna-se possível. O excedente não é inteiramente absorvido pelo crescimento populacional, uma parte é afeta à subida do nível de vida».

Olhar o território para compreender as diferenças

A contração da fecundidade não é uma atribuição exclusiva da modernidade ocidental e, ainda que acomodando diferenças intrarregionais que merecem a nossa atenção, tem alastrado a regiões do globo como a Ásia Central, acompanhando o processo de desenvolvimento que permite escapar à pobreza extrema e, sobretudo, associando a instrução e o empoderamento da mulher, reconhecendo-lhe direito à educação e acesso mais livre e efetivo à saúde sexual e reprodutiva. Hans Rosling *et al.* (2019) convoca a nossa atenção para este

facto através de um importante legado deixado a título póstumo, publicado pela sua filha Ola Rosling, com o sugestivo tema – *Factfulness*.

Sabemos que a população mundial aumentou de 2,6 mil milhões (1950) para 7,6 mil milhões (2017). Todavia, apesar deste crescimento nos parecer impressionante, cerca de metade dos países do mundo com estatísticas fiáveis registaram taxas de fecundidade <2,05 em 2017. Se olharmos atentamente para a evolução das taxas de crescimento da população mundial, expressa pela clássica, mas imprecisa classificação por grupo de desenvolvimento, verificamos que o contributo para o incremento demográfico está em declínio nos diferentes grupos de nações, atingindo valores negativos no conjunto dos países mais desenvolvidos (Europa, América do Norte, Austrália/Nova Zelândia e Japão)².

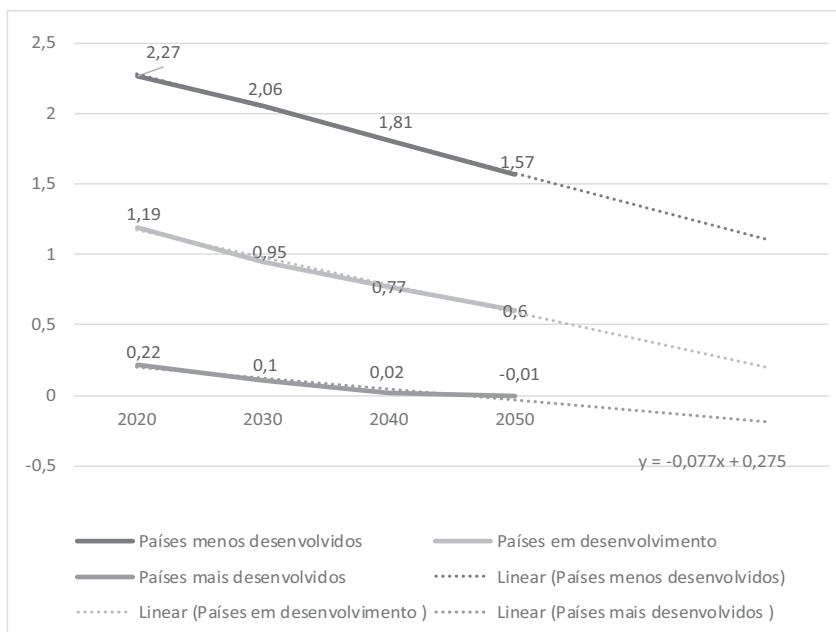


Figura 1 – Evolução das taxas de crescimento populacional por nível de desenvolvimento.

Fonte: dados UN (2017) / ourWorldinData.org

² Rosling, H. *et al.* (2019:42, 43) propõe uma categorização diversa, assente em níveis de rendimento US\$/pessoa; ppc: Nível 1 (...<2); Nível 2 (2- <8); Nível 3 (8 - < 32); Nível 4 (≥ 32...).

Embora estes factos pareçam contraintuitivos para a *vox populi*, muito fixada em estereótipos culturais e religiosos nem sempre coincidentes com a realidade, a verdade é que em 2018, já era numeroso o grupo de países que a UN (2018) identificava como tendo o Índice Sintético de Fecundidade $< 2,1$ (ISF).



Figura 2 – Distribuição geográfica de países com ISF $< 2,1$

Fonte: UNFPA/Situação da População Mundial 2018: 94

De acordo com o relatório – *Situação da População Mundial* (UNFPA/2018), no globo, apenas a República Democrática do Congo, por razões geopolíticas relacionadas com um quadro persistente de guerra/guerra de baixa intensidade, não evidencia declínio de fecundidade quando comparado com a década de 60.

«No mundo todo, a fecundidade está cerca de 50% mais baixa agora do que na metade dos anos 1960. A expectativa é que as taxas de fecundidade caiam em todo o mundo, ao ponto de nenhum país ter uma taxa de mais de cinco filhos por mulher até 2050 (...).

A transição da fecundidade na Ásia começou na década de 1950. Diferente da transição na Europa nos anos 1800, que ocorreu contra a vontade dos governos e das instituições, a transição na Ásia foi facilitada pelo estímulo do governo a limitar o tamanho da família. (...) Sem um grande número de filhos para sustentar, as nações poderiam canalizar mais recursos para investimento de capital, e esse investimento estimularia o emprego produtivo para a população ativa. Mais emprego produtivo ajudaria a aliviar as cargas econômicas dos lares, permitindo-lhes gastar mais com a educação de cada filho. Essa conexão de transição de fecundidade para crescimento econômico ficou conhecida mais tarde como “dividendo demográfico”.» (UNFPA, 2018:19-22)

A transição global da fecundidade, agora validada pelos relatórios internacionais, já havia sido antecipada por diversos académicos quando da transição do milénio. Devemos ter presente que, na abordagem conceptual da clássica TTD, desde sempre fomos avisados de que, a sua concretização evidenciava dessincronias sociais, temporais e espaciais significativas, que tenderiam a esbater-se à medida que diferentes países ou regiões convergissem para patamares superiores de crescimento e desenvolvimento, aumentando a repartição do rendimento *per capita* e, fundamentalmente, valorizando o papel da mulher na sociedade, consentindo em estratégias de empoderamento, que deixavam antever uma natural repartição por grupos de países denominados por *pioniers* (pioneiros) e por grupos de países denominados como *latecomers* (atrasados) (Lee, 2003; Reher, 2004). Desta abordagem, excluir-se-iam países que, de um modo compulsivo, impunham políticas anti-natalistas agressivas e que hoje enfrentam graves cenários de envelhecimento demográfico, como é o caso da China.

De um modo genérico podemos concordar que, mesmo na Europa, o percurso transicional foi marcado por dessincronias significativas entre grupos de países. Países do sul da Europa, entre os quais Portugal, concluíram o seu percurso transicional tardiamente, evidenciando níveis de fecundidade e de

mortalidade infantil tradicionalmente elevados, ao passo que, de um modo mais célere, controlaram os fatores impulsionadores da mortalidade geral. Não podemos esquecer que, até 1976, a legislação portuguesa considerava os métodos contraceptivos abortivos, pelo que restringia, à semelhança de outros países europeus do Sul, a sua difusão (Almeida, 2004: 31). Apesar da pílula contraceptiva ter chegado às farmácias portuguesas em 1962, o acesso era particularmente desigual, por questões de literacia, acesso aos cuidados de saúde e convicção religiosa, tendo Albino Aroso iniciado um notável trabalho no que toca ao planeamento familiar, começando as primeiras consultas com este objetivo na década de 70, num período anterior ao 25 de abril de 1974, sendo que o planeamento familiar só alcança um acesso sistemático e generalizado em meados da década de 80 (Almeida, 2004). Apesar dos evidentes progressos nos domínios do saneamento, higiene e da saúde pública que o Portugal democrático alcança, não podemos esquecer que a taxa de mortalidade infantil era em 1980 de 24.3 ‰, só atingindo valores de um dígito em 1992 com 9,2 ‰ (Pordata). Tendo como base este contexto, Ferrão (2005: 52-71) classifica de tardia a concretização da modernização demográfica portuguesa, que se inicia no princípio dos anos 60 e apenas conclui a sua fase 3 já na década de 90, exibindo valores baixos e estáveis de mortalidade e de fecundidade/natalidade com a consequente generalização dos saldos naturais baixos.

De um modo geral, em diferentes regiões do globo, à medida que a mulher aumenta os seus níveis de autodeterminação, conjugando literacia com autonomia económica, os níveis de fecundidade não desejada declinam de modo significativo, mesmo em regiões onde tradicionalmente o senso comum continua a atribuir à religião uma elevada carga de responsabilidade na fecundidade/natalidade. Dados conjugados do DHS/USAID (2018) demonstram que, tão ou mais importante do que os valores religiosos, a ausência de escolarização tem um peso elevadíssimo na ocorrência de fecundidade não desejada.

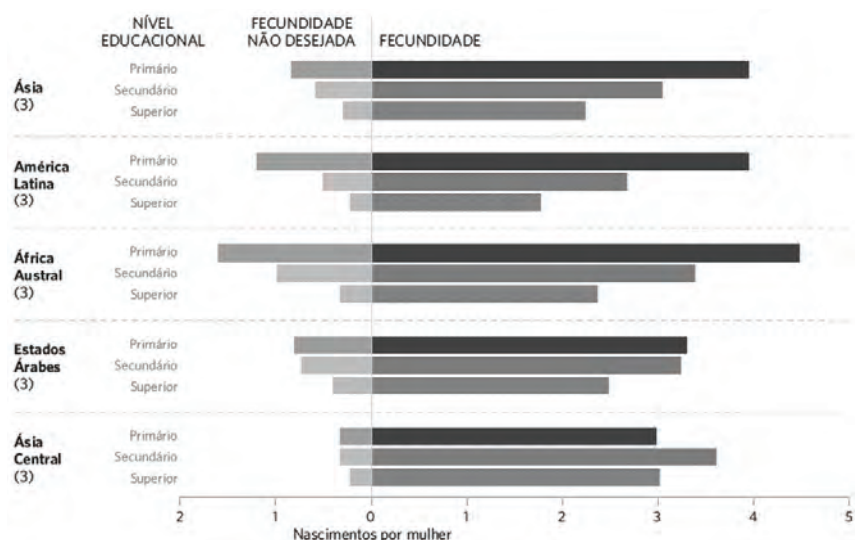


Figura 3 – Fecundidade e fecundidade não desejada por nível de escolaridade em 5 regiões do globo.

Fonte: DHS/USAID, 2018 in UNFPA-Situação da População Mundial (2018:56)

Neste contexto, Rosling *et al.* (2019:181-184) convoca a nossa atenção para aquilo que qualifica como a mais rápida queda de fecundidade ocorrida na história recente, num país de credo oficial islâmico e que passou de forma desapercibida nos media ocidentais. No presente (2017) o Irão, país muçulmano de maioria xiita, exhibe uma taxa de fertilidade total (2,1), não muito distanciada dos EUA (1,8):

«O Irão, sede na década de 90 da maior fábrica de preservativos do mundo, e que se orgulha de um curso de educação sexual obrigatório antes do casamento, tanto para noivas como para noivos – tem uma população altamente instruída com um excelente acesso a um avançado sistema de cuidados de saúde pública. Os casais usam contraceptivos para terem famílias pequenas e contam com o acesso a clínicas de infertilidade quando têm dificuldade em conceber.» (Rosling *et al.*; 2019:182).

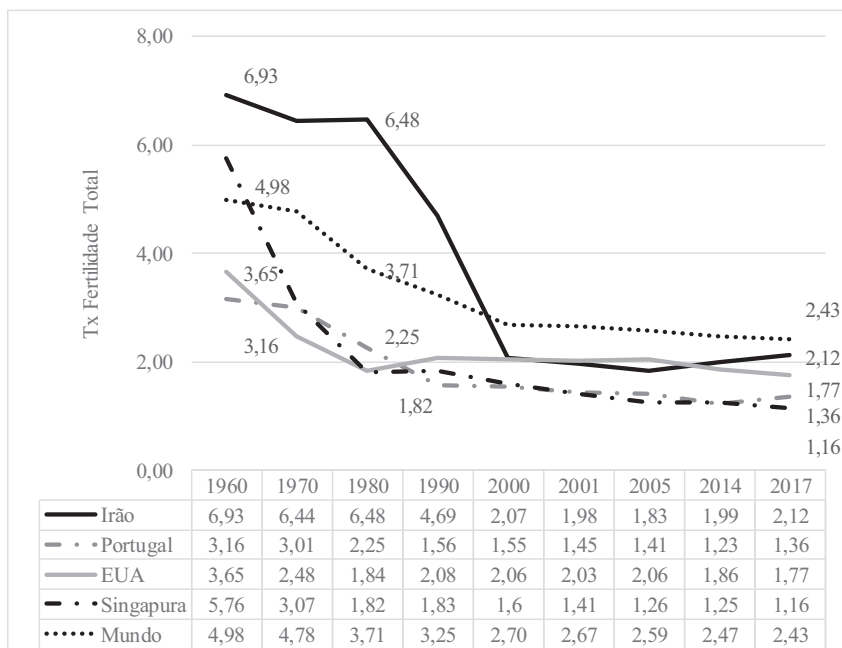


Figura 4 – Evolução da Taxa de Fecundidade Total por países seleccionados (1960-2017).

Fonte: Banco Mundial, 2018

Uma análise atenta permite concluir que, foi curiosamente no período imediato à revolução islâmica que (re)fundou uma república teocrática no Irão (1979), que se iniciou a queda abrupta da fertilidade sinalizada por Rosling *et al.* (2019) e que, no espaço de 20 anos, atinge valores iguais ou inferiores aos exibidos pelos EUA, facto que se mantém entre 2000 e 2005. É de igual modo pertinente observar que um conjunto de países onde domina o hinduísmo (33%) seguido do islamismo (18%), como é o caso de Singapura, onde os valores da fecundidade/natalidade declinam num intervalo temporal idêntico, atingem no presente um mínimo de 1,16 filhos por mulher em idade fértil, ao mesmo tempo que exhibe um dos rendimentos *per capita* que está entre os 10 mais elevados do mundo (60,306 US\$; 2017).

Ainda que estando desajeitadamente atentos a uma realidade social complexa, reconhecendo que cada padrão de fecundidade pode ter um conjunto de determinantes próprio, verifica-se que a conjugação do bem-estar económico com a autonomia feminina, resulta, maioritariamente, numa contração da fecundidade, fato que pode ocorrer de forma mais ou menos distendida no tempo.

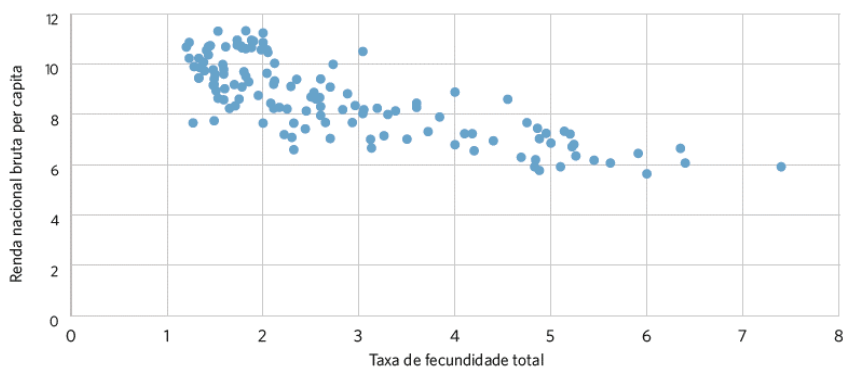


Figura 5 – Correlação entre renda nacional bruta per capita e taxa de fecundidade total (2017).

Fonte: UNFPA-Situação da População Mundial (2018:22)

Uma possível ferramenta interpretativa destas realidades complexas pode estar parcialmente ancorada nos argumentos fundadores da STD. Lesthaeghe (2014), socorre-se também da análise produzida por Inglehart (1989) sobre mudanças culturais observadas nas sociedades industriais avançadas, reforçando a sua proposta com as ideias do autor que, entre outras, destaca a alteração intergeracional verificada na(s) sociedade(s) à medida que as gerações mais jovens substituem as mais idosas e alteram as suas crenças religiosas, a sua atitude em relação à criança e à família, bem como com valores conexos tais como: maior tolerância para com o divórcio, aborto, contraceção e intimidade. Relativamente à intimidade, Lesthaeghe (2011) qualifica a alteração de valores e comportamentos em torno da sexualidade como uma *revolução sexual* seguida, posteriormente, por uma *revolução de género*, com impacte desigual,

mas que paulatinamente se tem vindo a consolidar em algumas regiões do globo, sobretudo onde a influência religiosa e valorativa da sociedade está significativamente atenuada como determinante inibitória. Esta segunda *revolução sexual*, na linha já defendida por Shorter (1975), resulta da valorização da sexualidade e do erotismo entre os parceiros, apartando-o definitivamente de contextos procriativos, religiosa e socialmente prescritos, contribuindo para uma progressiva desinstitucionalização do casamento:

«Enquanto que na primeira revolução as mulheres aceitavam ter relações sexuais fora do casamento, mas apenas com o futuro marido, a partir dos anos 60, na medida em que cada relação amorosa passa sobretudo por uma relação física, as mulheres têm relações sexuais independentemente de essa relação conduzir ao casamento. É «a passagem de uma atitude [de] ‘um único parceiro sexual para sempre’ à “monogamia em série”» (Shorter, 1975; citado por Bandeira, 1996:31).

A par da erotização da intimidade, ocorre uma *revolução de género* pois as mulheres recusam uma sexualidade subserviente às imposições/desejos masculinos, seja marido, companheiro ou qualquer outro sujeito de filiação, mas controlam e regulam agora de forma autónoma e eficaz a sua fertilidade – «o desejo premente de “autonomia biológica” foi articulado por subseqüentes buscas pela liberalização do aborto» Lesthaeghe (2011:186).

Lundberg (2011) também sublinha que um dos principais meios de apoio que muito contribuíram para operacionalizar este contexto de mudança e de autonomia feminina, conceptualizado pela STD, é também de matriz económica e cruza a evolução do mercado de trabalho, a crescente qualificação da mulher, com aquilo que designa por uma nova relação custo/benefício para a maternidade e para o casamento. Para a autora, nos países ocidentais, tem-se observado uma paulatina, mas consolidada convergência de rendimentos entre homens e mulheres, induzindo a neutralização ou até mesmo diminuição dos ganhos associados ao casamento, a par do aumento do custo da educação dos descendentes. O nível de escolarização feminina aumentou indiscutivelmente

em diversas geografias, conseguindo, frequentes vezes, ultrapassar a qualificação académica masculina. Consequentemente, aumentou a retribuição do trabalho feminino no mercado, esbatendo, ainda que desigualmente, as disparidades existentes entre géneros ao nível dos salários e das horas de trabalho, alcançando a mulher, em muitos casos, retribuições crescentes, porque associadas a qualificações mais diferenciadas (Nossa, 2014).

No contexto da designada *economia do conhecimento*, com consequentes alterações na estrutura produtiva, tendem a ser premiadas qualificações mais diferenciadas cognitivamente em detrimento de aptidões baseadas em habilidades motoras ou físicas admitindo que, em algumas franjas da sociedade, elementos masculinos menos qualificados têm hoje menos a oferecer a uma potencial parceria conjugal do que há umas décadas. O que Lundberg (2011) advoga, ainda que com níveis de concretização e aprofundamento diversos nas sociedades ocidentais, concorre para consolidar a alteração dos valores sociais, orientando-os para um posicionamento menos conservador, fazendo o balanço entre a observação das vantagens económicas associadas à criação de uma casa comum³ – que Lundberg designa por “*excedente marital*”, onde os ganhos potenciais ocorrem em duas esferas: a produção e o consumo.

«Os benefícios de produção para o casamento vêm de economias de escala que se alcançam no fornecimento a famílias multi-pessoa, e dos retornos à especialização e troca dentro do lar. Quando um dos cônjuges é especializado em recursos valorizados pelo mercado de trabalho e o outro em trabalho doméstico, cada um torna-se mais produtivo na sua esfera de atuação, separadamente, alcançando ganhos de troca semelhantes aos alcançados entre as nações. (...) As famílias de dupla carreira tornaram-se padrão e muita da produção doméstica passou a ser externa (*outsourced*), o casamento (e a coabitação) baseia-se cada vez mais no consumo do que no género – (produção especializada), e os benefícios globais do casamento são suscetíveis de serem atenuados.» (Lundberg, 2011; Trad. Livre).

³ Esta expressão não deve ser observada na sua vertente mais clássica, como sinónimo de casamento, mas antes de arranjo conjugal diverso e alternativo.

Conclusão

Apesar de algumas críticas, frequentes vezes endereçadas aos contributos de Lesthaege & van de Kaa (1986) na conceptualização da STD, não podemos esquecer que em algumas regiões, inicialmente lideradas por democracias ocidentais, economicamente avançadas e secularizadas, e posteriormente seguidas por outros arranjos políticos, em alguns casos denominados por democracias imperfeitas, os valores que regem a conjugalidade têm alcançado elevados níveis de mudança e de diversidade, consolidando tendências, particularmente em sociedades onde as questões de género e os níveis de educação para os dois sexos estão a afastar-se rapidamente do assimétrico padrão tradicional.

Tal como adverte Rosling *et al.* (2019), o aumento de população, que se espera de 9 mil milhões em 2045 e de 10 mil milhões em 2060, irá acontecer não por existirem mais crianças e também não será por os idosos viverem mais tempo, naquilo que constitui uma conquista civilizacional:

«O grande aumento da população acontecerá sobretudo porque as crianças que já existem irão crescer e “preencher” o diagrama com mais 3 mil milhões de adultos. Este “efeito de preenchimento” leva três gerações e depois termina.» (Rosling *et al.*, 2019:97).

Apesar da previsão descrita por Rosling *et al.* (2019) ser contraintuitiva para alguns *opinion makers* de matriz malthusiana, pois as famílias residentes em países mais pobres continuam a ter um elevado número de filhos (média 5 filhos), também é verdade que nestas geografias a taxa de mortalidade infantil ainda permanece obscenamente elevada, implicando o cruel “desconto da morte” nos cálculos procriativos. Se observarmos Moçambique, um dos países mais pobres e dependente de ajuda internacional, verificamos que a taxa de fecundidade total é de 5,08 (2017) mas, a taxa de mortalidade infantil, apesar de evidenciar significativos recuos foi de 64%0 em 2018 (Indexmundi.com).

Em nenhuma parte do mundo a transição demográfica ocorreu sem que previamente se tenha baixado a mortalidade infantil por tal, **“cada geração mantida na pobreza extrema produzirá uma geração seguinte ainda maior.”** (Rosling *et al.*, 209:101).

Referências bibliográficas

- Almeida, A. N. (2004; Org.). *Fecundidade e contraceção*. ICS. Imprensa de Ciências Sociais.
- Bandeira, M.L. (1996). Teorias da população e modernidade: o caso português. *Análise Social*, Vol. xxxi (135), 1996 (1.º), 7-43.
- Bandeira, M. L. (1996). Demografia e Modernidade: família e transição demográfica em Portugal. INCM.
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. In: C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 2, (pp. 50-71). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Goldscheider, F., Bernhardt, E., Lappegård, T. (2015). The Gender Revolution: A Framework for Understanding Changing Family and Demographic Behaviour. *Population and Development Review*. 41(2):207–239.
- Inglehart, R. (1989). *Modernization and Postmodernization – Cultural, Economic and Political Change in 43 Societies*. Princeton: Princeton University Press.
- Jacobson, J. (1988). Environmental Refugees: a Yardstick of Habitability. *World Watch Paper*, no. 86, Washington, DC: World Watch Institute.
- Lee, R. (2003). The Demographic Transition: Three Centuries of Fundamental Changes. *Journal of Economic Perspectives*, v. 17, n. 4, p. 167-190.
- Lesthaeghe, R, van de Kaa, D. (1986). *Twee demografische transitie? [Two demographic transitions?]*. Bevolking – Groei en Krimp, Mens en Maatschappij, eds Lesthaeghe R, van de Kaa D (Van Loghum Slaterus, Deventer, The Netherlands), pp 9 – 24. Dutch.
- Lesthaeghe, R. (2011). The “Second Demographic Transition”: a conceptual map for the understanding of late modern demographic developments in fertility and family formation. *Historical Social Research*, Vol. 36 – 2011 – No. 2, 179-218.
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 111(51), 18112–18115. <https://doi.org/10.1073/pnas.1420441111,22/01/2018>.
- Lundberg, Shelly (2011). Family economics and the Second Demographic Transition. *Insights*; Vol. 9; Faculty of Business and Economics; Melbourne.
- Nossa, P.; Custódio, L. (2019). A Segunda Transição Demográfica (STD): contributos para a compreensão de tendências populacionais relevantes no ensino da Geografia (3º ciclo). In Castro, F. V.; Nunes, A.; Nossa, P. (Org.; 2018) *Ensinar geografia: formação inicial de professores e propostas de aplicações didático-pedagógicas*. Eumed – Universidade de Málaga. ISBN Digital 978-84-16399-9837 (p. 227-248).

- Nossa, P. (2014). Envelhecimento Demográfico: receios e oportunidades no Sec. XXI. In Jacinto, R. (Org.) *Espaços de Fronteira, Territórios de esperança: das vulnerabilidades às dinâmicas de desenvolvimento*. Guarda; CEL; pp. 299-314.
- Rehder, D. S. (2004). The Demographic Transition Revisited as a Global Process. *Population, Space and Place*, Madrid, v. 10, p. 19-41.
- Rosa, M. J. V. (2012). *O envelhecimento da sociedade portuguesa*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rosa, M. J. V., & Chitas P. (2013). *Portugal e a Europa: os números*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rosling, H., Rosling, A. & Rosling, R. (2019). *Factfulness. Factualidade: dez razões pelas quais estamos errados acerca do mundo – e porque as coisas estão melhor do que pensamos*. Ed. Temas e Debates. Circulo de Leitores.
- Shorter, E. (1975). *The Making of the Modern Family* (First printing edition). New York: Basic Books.
- Shorter, E. (1995). *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar.
- Van de Kaa, Lesthaege (1987). Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, 42(1), 1–59.
- Véron, Jacques (1994). *População e Desenvolvimento*. Lisboa: Pub. Europa-América.
- Zaide, B; Morgan, S. P. (2017). The Second Demographic Transition Theory: a review and appraisal. *Annu Rev Sociol.* 2017 July; 43: 473–492. doi:10.1146/annurev-soc-060116-053442.
- UNFPA (2018). O poder da escolha: direitos reprodutivos e a transição demográfica. Situação da População Mundial. <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/situacao-da-populacao-mundial-2018>.
- USAID (2018) Acting on the call. A focus on the journey to self-reliance for preventing child and maternal deaths. https://www.usaid.gov/sites/default/files/2018ActingontheCall_508.pdf.

Fontes estatísticas:

<https://databank.worldbank.org/home.aspx>

DHS and USAID (2018). STATcompiler. www.statcompiler.com.

www.gapminder.org

INE – *Destaque* (2011-2018)

<https://ourworldindata.org/grapher/population-growth-rate-by-level-of-development?time=1986..2099>

PORDATA <https://www.pordata.pt>

www.indexmundi.com/g/g.aspx?v=29&c=mz&l=pt

www.usaid.gov/what-we-do/global-health/family-planning

DENSIDADES POPULACIONAIS E TERRITÓRIOS EM MUTAÇÃO

Teresa Sá Marques

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
teresasamarques@gmail.com
ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8943-6879>

Fátima Matos

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
fmatos@letras.up.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0156-863X>

Catarina Maia

FLUP/Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
catarina.maia2@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4085-3748>

Diogo Ribeiro

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
mrcotgeo@gmail.com

Resumo: Fernanda Cravidão enalteceu a geografia da população publicando e demonstrando a importância desta temática nos processos de desenvolvimento e ordenamento do território. No atual momento, as densidades populacionais estão no centro de algumas políticas públicas e estão fortemente relacionadas com alguns desastres sociais e ambientais que aconteceram recentemente. Nesse sentido, consideramos que as densidades populacionais deviam ser a temática escolhida para esta publicação. Ao retratar as densidades territoriais

e as suas dinâmicas entre 1864 e 2011 estamos a contribuir para contrariar um discurso social e político centrado na alta e na baixa densidade. Vai-se procurar demonstrar que este é um discurso dualista e simplista, face às transformações estruturais que ocorreram e aos processos sociais, económicos e políticos que devem ser implementados aos diferentes níveis e escalas territoriais. Desta forma, homenageamos a Prof. Doutora Fernanda Cravidão e tentamos demonstrar a pertinência de avançar, em Portugal, para políticas públicas de base territorial.

Palavras-chave: Densidades populacionais; Transição Demográfica; Norte-Sul; Litoral-Interior; Políticas de base territorial.

Abstract: Fernanda Cravidão highlighted the population geography by publishing and demonstrating the relevance of this topic in territorial development and planning processes. Population densities are, today, at the heart of some public policies and are strongly related to some recent social and environmental disasters. In this regard, we feel that population densities should be the focus of this publication. By portraying territorial densities and dynamics thereof between 1864 and 2011, we are helping to counteract a social and political discourse focused on high and low density. We will seek to demonstrate that this is a dualist and simplistic rhetoric, given the structural changes that have occurred and the social, economic and political processes that should be implemented at various territorial levels and scales. Thus, we pay tribute to Professor Fernanda Cravidão and seek to demonstrate why it is important for Portugal to adopt territorial-based public policies.

Keywords: Population Densities; Demographic Transition; North-South; Coast-inland; Territorial-based Policies.

1. Introdução¹

O conhecimento da população portuguesa antes de 1864 (data do primeiro recenseamento da população nacional), fundamenta-se numa série de documen-

¹ Esta publicação enquadra-se num projeto de investigação em curso, “Territorialidades em Portugal: identificação de mudanças estruturais e de sistemas de produção territoriais”, coordenado por Teresa Sá Marques, CEGOT-FLUP. Esta publicação apresenta uma pequena parte de uma abordagem mais abrangente.

tos não sistemáticos, orientados sobretudo por preocupações políticas, fiscais e económicas, e sem cumprirem procedimentos rigorosos de análise quantitativa ou estatística (Sousa, 1995). A necessidade de caracterizar com rigor a população portuguesa levou as autoridades governamentais a iniciar o seu recenseamento periódico, na sequência do 1º Congresso Internacional de Estatística de 1853 e de um vasto conjunto legislativo aprovado desde 1863. Assim, são criadas as condições administrativas indispensáveis à concretização do recenseamento de 1864, seguindo a prática de outros países europeus (Rodrigues, 2008).

Com o recenseamento de 2011, contabilizam-se quinze recenseamentos e um século e meio de registos. Nos últimos anos, as problemáticas associadas à densidade e às dinâmicas populacionais mobilizaram a sociedade portuguesa e ganharam visibilidade e força política, primeiro em torno da “baixa densidade” e recentemente com o programa da “valorização do interior”. A denominada por alguns de “crise demográfica” tem sido objeto de várias publicações científicas e debates nos media, refletindo de certa forma os impactos de um processo emigratório ocorrido em Portugal sobretudo nos anos 50, 60 e 70 do século passado e com fortes reflexos em alguns territórios do país. Na verdade, Portugal desde os anos 50 do século XX tem registado uma dinâmica sociodemográfica geradora de profundas mudanças, que “levaram o país a passar de um território considerado como uma das reservas demográficas europeias”, para uma realidade sociodemográfica com problemáticas muito semelhantes às dos países desenvolvidos (Cravidão, 1995). Assim, as diminuições da fecundidade e natalidade, a emigração, o despovoamento, o envelhecimento da população e a não renovação das gerações são questões que têm vindo a aprofundar-se ao longo das últimas décadas.

Para este livro de homenagem à Prof. Doutora Fernanda Cravidão, que tem várias publicações sobre a população portuguesa, vai-se analisar como evoluiu, ao longo do tempo, a população portuguesa, a partir da análise da informação dos recenseamentos da população entre 1864 e 2011. Analisa-se as densidades populacionais e as variações da população residente, à escala da freguesia, procurando explicitar as dinâmicas e os desequilíbrios na distribuição espacial da população. O objetivo é contribuir para uma melhor perceção das dinâmicas

territoriais, dimensionando a concentração populacional e o despovoamento, identificando os períodos temporais e as unidades espaciais associados e descrevendo os fatores que podem justificar as trajetórias percorridas.

As dinâmicas demográficas exprimem processos de natureza muito distinta. Com efeito, as transformações económicas e sociais, as condições sanitárias e de saúde, as acessibilidades ou outras questões de natureza política, induzem transformações no modo como as populações evoluem demograficamente. Da mesma forma, o ritmo de crescimento e distribuição geográfica da população e das estruturas demográficas influenciam, significativamente, a evolução das dimensões associadas a estes processos.

2. A transição demográfica em Portugal

O período em análise (1864 a 2011) é marcado por mudanças significativas ao nível do comportamento das variáveis demográficas, associadas à transição demográfica e a outros fatores exógenos. As abordagens teóricas que procuram explicar de uma forma dinâmica o processo evolutivo da demografia europeia, nos últimos dois séculos, remontam à primeira metade do século XX. Notestein (1945) estruturou a designada *Teoria da Transição Demográfica*, demonstrando a existência de alterações claras e progressivamente consolidadas nos ritmos de natalidade e mortalidade europeias, impulsionados pelas modificações das condições económicas e sociais consequentes ao processo de modernização. A *Transição Demográfica* representa a passagem para uma demografia de baixa mortalidade e posteriormente de baixa natalidade (Notestein, 1945; Kirk, 1996).

Atualmente, com taxas de mortalidade à nascença muito baixas e com natalidades também baixas, surgem crescimentos demográficos naturais muito fracos ou mesmo negativos. Seguindo Lutz & Skirbekk (2008), o crescimento da população à escala global tem tendência a diminuir, sendo provável que a população nos países mais desenvolvidos estacione, diminuindo na Europa. Lesthaeghe e Van de Kaa (1986) afirmam que as tendências emergentes sugerem uma *segunda transição demográfica*, que se caracteriza por fecundidades abaixo

do nível de reposição e consequentemente populações envelhecidas e em perda efetiva de população (Van de Kaa, 1987, 1994, 2002; Lesthaeghe, 2010, 2014), caso não existam saldos migratórios positivos.

A dinâmica populacional portuguesa apresenta uma evolução idêntica à da maioria dos estados europeus, embora com ligeiras especificidades. Na verdade, ao compararmos as mudanças de comportamento das populações no seu processo de transição para a modernidade, verifica-se que Portugal apresenta um ligeiro atraso cronológico relativamente aos países europeus (Rodrigues, 2010). Até finais do século XVIII vigorou em Portugal o modelo típico de sociedades anteriores à primeira fase de transição demográfica, caracterizado por elevados níveis de mortalidade e fecundidade e por movimentos migratórios que pouco influenciaram o ritmo de crescimento global, que era tendencialmente lento e com fases em que o saldo era negativo. A transição demográfica em Portugal inicia-se no final do século XIX (Ferrão, 2005) e foi ao longo dos últimos trinta anos do século XX que Portugal deu por terminada a sua transição demográfica, efetuada num tempo muito curto, quando comparado com a duração quase secular com que este processo decorreu noutras partes da Europa.

João Ferrão (2005) delimita três fases no processo de transição demográfica em Portugal ao longo do século XX, traduzindo a passagem de uma sociedade rural, pré-moderna, para uma sociedade mais aberta, influenciada por valores, atitudes e comportamentos europeus e cada vez mais urbanizada:

- De finais do século XIX a finais dos anos 50, a 1ª fase (pré-moderna), onde prevalecem taxas de natalidade e mortalidade muito elevadas, verificando-se, em termos geográficos, uma oposição norte-sul que caracteriza um país tradicional e rural, com o crescimento da população a depender da queda da mortalidade e do impacto da emigração.
- De inícios dos anos 60 a princípios dos anos 90, a 2ª fase (denominada moderna), relativa ao período de modernização do país em termos económicos e sociais, registando-se uma taxa de fecundidade ainda elevada, embora em queda, e contrastes espaciais a evidenciar uma oposição litoral-interior.

- De meados dos anos 90 ao início do século XXI, a 3ª fase (pós-moderna), com taxas de crescimento estáveis e muito baixas, em que o crescimento passa a depender dos fluxos migratórios, havendo um distanciamento nítido entre as regiões urbanas e os espaços não integrados nas dinâmicas urbanas, em perda de população e densidade. Uma população a envelhecer, com menos crianças e jovens, mas com mais idosos, num ciclo de vida progressivamente alongado. Tal como noutros países europeus, a fecundidade baixou de tal forma que o índice sintético de fecundidade atingiu um valor muito abaixo do necessário para a renovação das gerações.

Seguindo Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), a 3ª fase identificada por Ferrão (2005) poderá ser já uma *segunda transição demográfica*, pois as fecundidades estão abaixo do nível de reposição, refletindo-se no envelhecimento da população e em perdas efetivas de população residente.

3. A evolução da população portuguesa, as diferentes fases da transição

A *primeira transição demográfica* vai decorrer de finais do século XIX até finais do século XX. Neste período vai registar-se uma intensa diminuição das taxas de mortalidade e de natalidade. A *segunda transição demográfica* inicia-se em finais do século XX e está a decorrer. Estas dinâmicas induziram diferentes alterações às estruturas espaciais, pois genericamente os contrastes territoriais intensificaram-se, algumas espacialidades perpetuaram-se e outras acabaram por revelar-se.

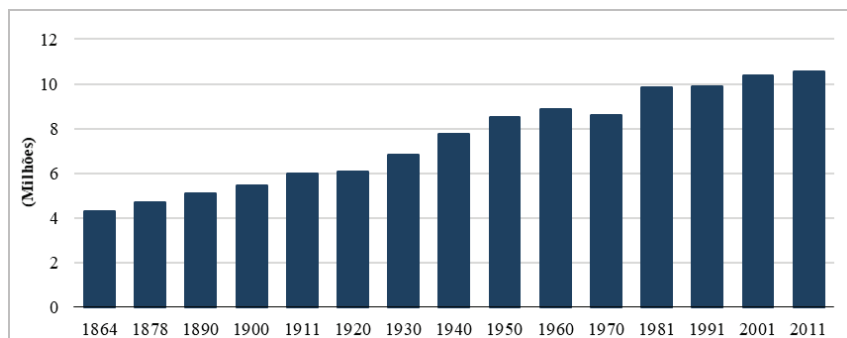
Em 1864, os portugueses eram cerca de 4 milhões e, em 2011, passaram para mais de 10 milhões, exibindo um ritmo de crescimento que não foi uniforme ao longo do tempo e do espaço (Figuras 1, 2 e 3).

3.1. A primeira transição demográfica, de finais do século XIX até meados dos anos 90

Entre 1864 e 1950, a população portuguesa cresceu, mas de forma moderada (Figura 1), embora geograficamente desigual, iniciando-se a *primeira transição*

demográfica. Este crescimento deve-se ao crescimento natural, aos modelos de fecundidade e mortalidade, bem como aos movimentos migratórios e, mais tarde, a outros fatores associados à modernização do país, dinamizados pela industrialização, a infraestruturização e o crescimento urbano.

Figura 1 – População residente, em Portugal, entre 1864 e 2011.



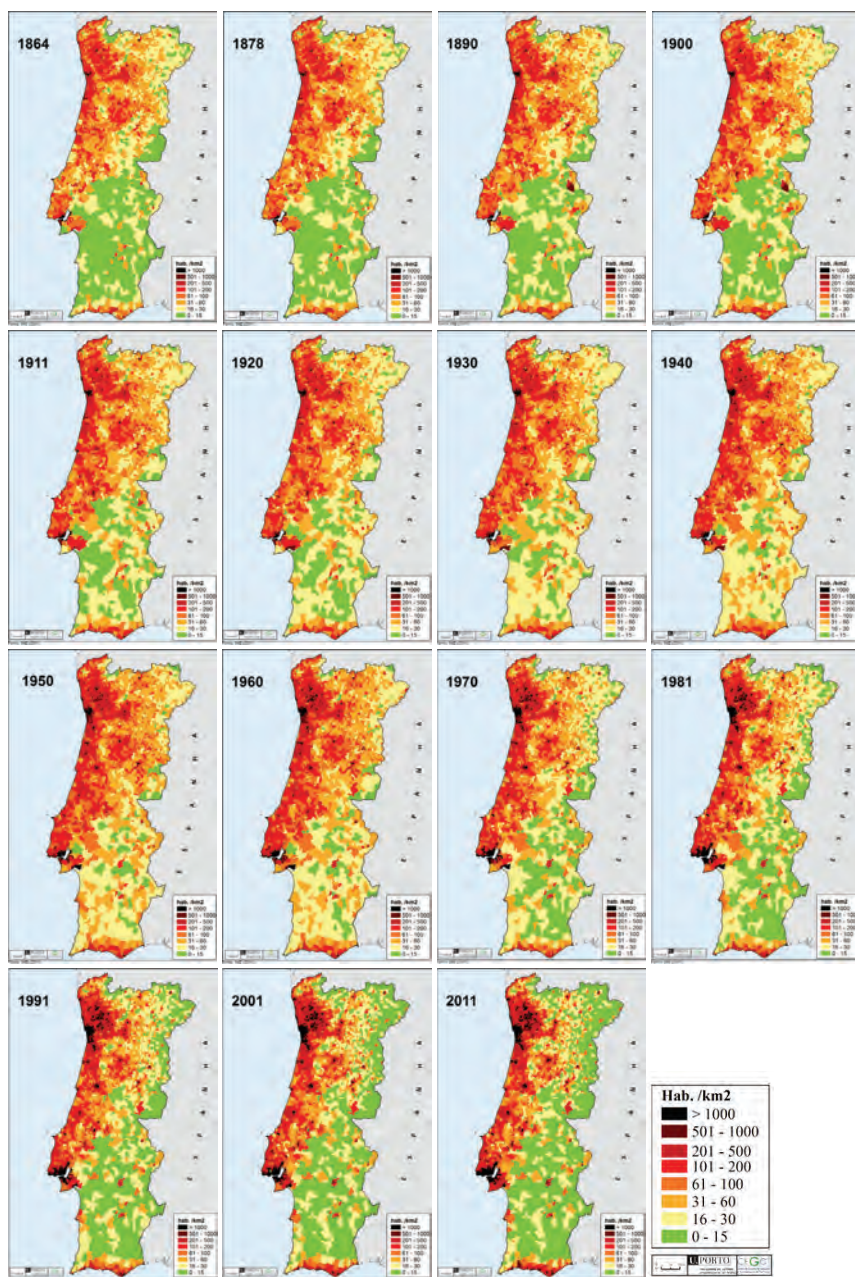
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

A dinâmica populacional foi moderada, pois os excedentes dos crescimentos naturais foram absorvidos prioritariamente pela emigração (Bandeira, 1996). A estagnação económica e a ausência de uma revolução industrial tiveram grandes repercussões sociais, fazendo com que uma percentagem muito elevada de população procurasse oportunidades de emprego e de vida fora do país.

3.1.1. Fase 1 – de finais do século XIX até meados do século XX

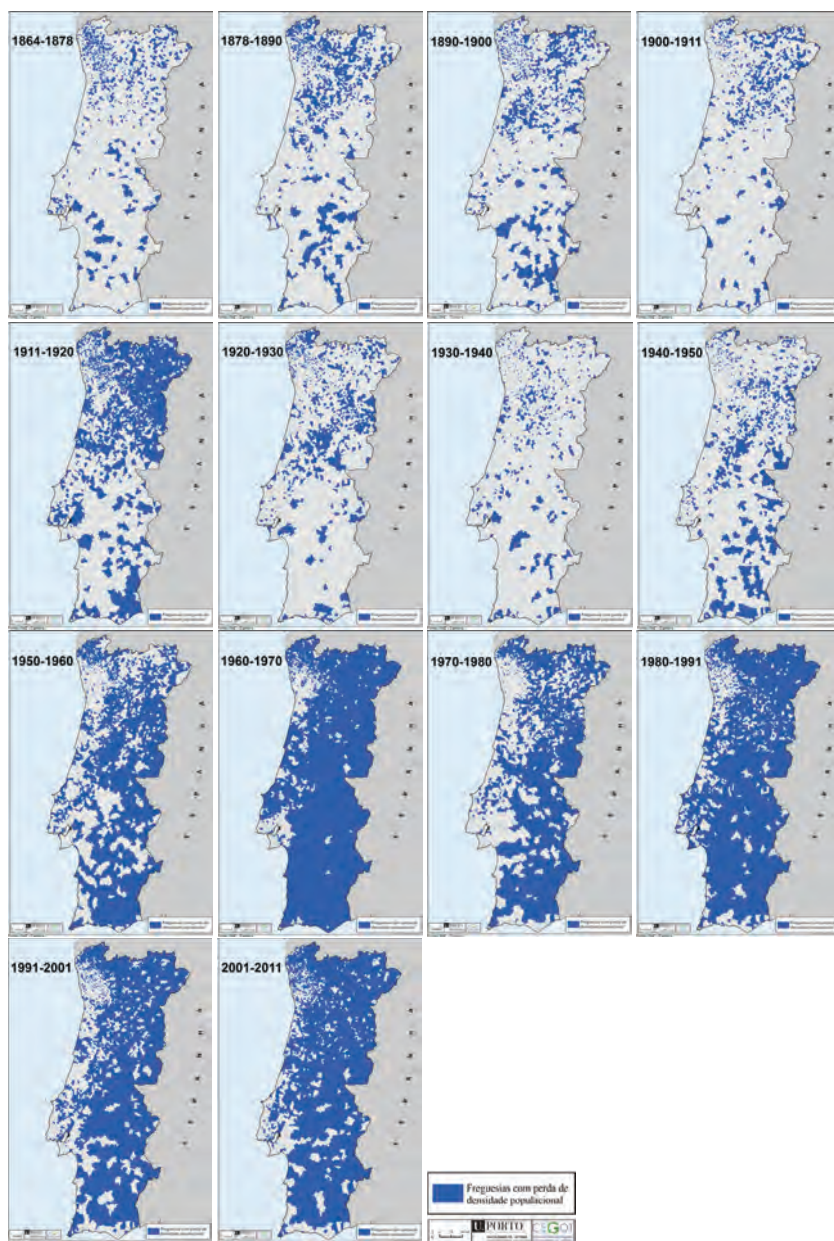
Durante o século XIX e os inícios do século XX, o crescimento natural ganha expressão, pois as taxas de natalidade mantiveram-se altas e as taxas de mortalidade diminuíram significativamente. Em 1862, a taxa de natalidade era 34% e a mortalidade 24%, mas em 1950 a natalidade está nos 24% e a mortalidade nos 12%. Estamos perante um país predominantemente rural, cujo crescimento populacional depende da quebra da mortalidade (Figura 4.1).

Figura 2 – Densidade populacional, por freguesia, entre 1864 e 2011.



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Figura 3 – Freguesias que registaram perda de densidade populacional, entre 1864 e 2011.



Fonte: "Territorialidades em Portugal", Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Neste período os saldos naturais positivos compensam os saldos migratórios negativos associados aos ciclos emigratórios (Figuras 4.3 e 5). O ritmo de crescimento populacional (Figura 1) é apenas interrompido ou perturbado pelos impactos da 1ª Guerra Mundial e da gripe pneumónica (saldos negativos, 1918-20), pelas restrições impostas à emigração pelos Estados Unidos (nos anos 20) e Brasil (nos anos 30), pela crise económica de 1929-1931 e pela 2ª Guerra Mundial (Ferrão, 2005; Rodrigues, 2010; Pires, 2010).

Em termos de distribuição de população e densidades populacionais (Figura 2), entre 1864 e 1911 existe uma divisão territorial (correspondente ao curso do rio Tejo) que separa um Portugal a norte mais densamente povoado de um Portugal a sul menos povoado – o denominado “Portugal Atlântico” e o “Portugal Mediterrâneo” (Ribeiro, 1986; Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989).

Mas esta clivagem incorpora heterogeneidades internas. A norte do Tejo, surge um arco formado pelas serras que circundam a Meseta Ibérica, separando: os territórios a ocidente, mais densamente povoados das áreas planas e húmidas onde proliferavam as atividades agrícolas; os territórios a oriente, menos povoados das áreas montanhosas e dos planaltos, com solos mais pobres (Arroteia, 1985; Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989). A sul do Tejo, na região do Algarve, as freguesias junto ao mar apresentam também densidades mais elevadas. Além disso, destacam-se os centros urbanos, de Lisboa, Porto, Aveiro, Braga, Guimarães, Viana do Castelo e Vila Real, com densidades mais elevadas.

Entre 1911 e 1950 (Figura 2), as densidades estendem-se e a clivagem Norte-Sul em matéria de densidades populacionais ainda que perdure, dilui-se um pouco.

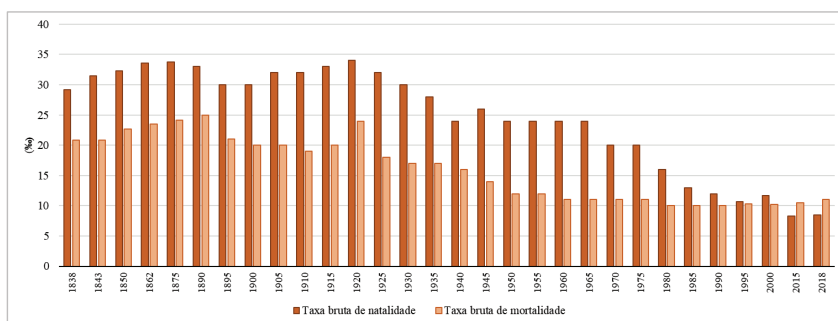
No Norte, as áreas mais povoadas alargam-se, atingindo altitudes mais elevadas e progredindo ao longo dos vales. As freguesias com maiores densidades populacionais sobressaem à volta da mancha urbana do Porto e em torno das áreas suburbanas envolventes, emergindo em Viana do Castelo, Braga, Guimarães e Póvoa de Varzim (Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989), e ainda Vila Real e Lamego, Chaves, entre outras.

Na região Centro, também assistimos ao alargamento das densidades mais elevadas, mais para o interior, resultante da chegada de novos habitantes,

atraídos para o cultivo das terras não ocupadas (caso das Gafanhas e dos foros da Estremadura) e do desenvolvimento das vias férreas e rodoviárias. Neste período, destacam-se as densidades mais elevadas junto à ria de Aveiro, no vale do Mondego e pelo planalto da Beira Alta e Baixa (Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989).

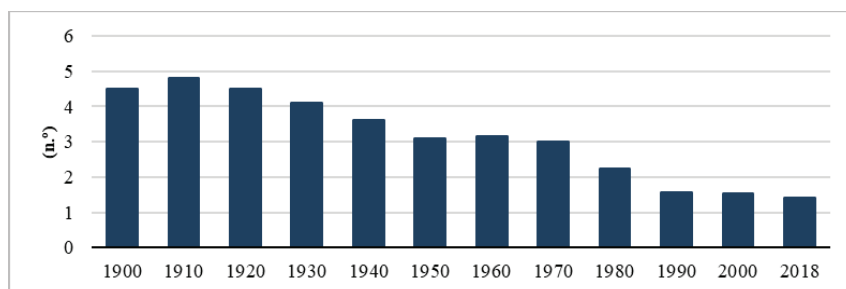
FIGURA 4 – Evolução do crescimento natural e migratório.

Figura 4.1 – Taxa bruta de natalidade e taxa bruta de mortalidade, em Portugal, entre 1838 e 2018.



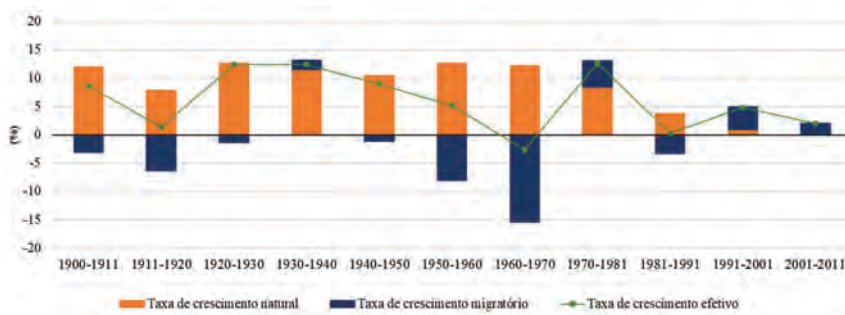
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Valério (coord.) (2001) – Estatísticas Históricas Portuguesas (vol. I); INE, Estatísticas de Nados-Vivos; INE, Estatísticas de Óbitos; PORDATA.

Figura 4.2 – Índice sintético de fecundidade, em Portugal, entre 1900 e 2018.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fonte dos dados: Rodrigues, et al (2009) – História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade; INE, Indicadores Demográficos; PORDATA.

Figura 4.3 – Taxa de crescimento natural, migratório e efetivo, em Portugal, entre 1900 e 2011.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques et al.; fontes dos dados: INE, Censos da População; INE (2006) – Revista de Estudos Demográficos, nº 38; Bandeira (coord.) (2014) – Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas; Moreira & Rodrigues (2008) – As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo.

Sobretudo no Alentejo, verifica-se um aumento das densidades devido à conquista de novas terras para a agricultura associada às campanhas do trigo (1929-1938), o que possibilitou um aumento da população, proveniente de outros pontos do território, do norte, das Beiras, da Serra Algarvia, mas sobretudo, como refere Mariano Feio (1949) de outras freguesias do Alentejo – “de áreas arroteadas primeiro” (Feio, 1949, citado em Ribeiro, Lautensach, Daveau, 1989, p.760).

No vale do Tejo e a norte de Lisboa encontramos densidades elevadas, fruto da influência de Lisboa, que penetra ao longo das vias de comunicação, expandindo-se para um número crescente de freguesias que se tornam subúrbios da capital, concentrando população proveniente de outras regiões, quer do norte quer do sul do país. A atratividade também é sentida a sul do Tejo, na península de Setúbal. Na década de 40 as taxas de crescimento migratório são superiores nos distritos de Lisboa e de Setúbal, e do Porto.

Já nesta altura havia alguma diferença de densidades entre o interior e o litoral do Norte e Centro. No Norte, as freguesias com menores densidades situam-se no interior montanhoso, próximo da fronteira, na área de confluência do Tua

com o Douro e em diversas freguesias do centro e norte de Trás-os-Montes, áreas pobres, com condições adversas em termos de clima e pobreza dos solos, o que implicou a emigração quer para as cidades, quer para o exterior. Na região Centro é nas terras altas e nos vales profundos do interior que se encontram as menores densidades (30-100 hab./km²).

3.1.2. Fase 2 – de meados do século XX até meados dos anos 90

Durante as décadas de 50 e 60, inicia-se uma nova fase do processo de mudança demográfica, com a natalidade a declinar, primeiro lentamente, mas após 1974, a um ritmo significativo até 1990, para depois também estabilizar.

Aos saldos naturais negativos vão associar-se a saldos migratórios também negativos, com uma forte emigração com destino maioritariamente europeu, provocando o decréscimo da população residente na década de sessenta (Figuras 1 e 4.3).

Nos anos 70, o país cresce demograficamente, com a revolução de abril. As entradas no país refletem o retorno dos residentes nas ex-colónias, com grandes impactos por quase todo o país. Vive-se um período de crescimento populacional, evidenciado no censo de 1981 (taxa de crescimento migratório de cerca de 5%). A partir desta data, o saldo natural continua a decrescer, fruto do declínio da fecundidade, iniciando-se uma fase de crescimento muito lento suportado pela imigração. O maior afluxo de imigrantes na década de noventa reflete-se no aumento da população residente. Este fluxo conflui com um maior dinamismo da economia portuguesa, coincidente com investimentos garantidos pelos fundos estruturais da União Europeia. O processo de industrialização e urbanização do país implicou grandes necessidades de mão de obra (Malheiros, 2005; Pires, 2010).

Na Europa, o ciclo de difusão de norte para sul do crescimento urbano está associado aos diferentes ritmos de transição de uma economia assente no setor agrícola para uma economia industrial e posteriormente terciária. Nos países do sul da Europa, o êxodo rural foi mais tardio e, conseqüentemente, o

crescimento urbano atrasou-se relativamente aos países do centro e do norte da Europa (Marques, 2004).

Portugal foi um país rural até muito tarde (em 1950, setor primário 49,1%; secundário 27,8%; terciário 23,1%), teve um processo de industrialização tardio (anos 50-80) e terciarizou-se também tardiamente (pós anos 80). A construção europeia, que ocorreu a partir de meados dos anos 80, pôs em ação outros processos. O reforço da competição internacional e a integração crescente dos mercados financeiros e dos serviços aumentaram a procura por localizações metropolitanas, tanto por parte de grandes empresas nacionais como multinacionais, e desta forma implicaram novas formas de organização socioeconómica e territoriais. Estes processos dinamizaram os processos de urbanização e implicaram alterações profundas nas atividades, nos níveis de instrução das populações, na forma de organização das famílias e nos estilos e modos de vida.

Em termos económicos e sociais, o país modernizou-se, mas também segmentou-se espacialmente. Enquanto o litoral se industrializou e urbanizou, o interior estagnou, mantendo um perfil de desenvolvimento muito tradicional, ligado sobretudo às atividades agrícolas e florestais. Então, os contrastes territoriais aprofundaram-se e os desequilíbrios evidenciaram-se (Figuras 2 e 3). Este processo de povoamento não é um fenómeno “espacialmente contínuo, correspondendo em termos gerais a dois segmentos, um ocidental, que se estende de Caminha a Setúbal, outro meridional, que vai de Lagos a Vila Real de S. António” (Gaspar, 1987, p. 111). Se é verdade esta tendência geral, também se constata que os processos de industrialização construíram um modelo territorial que incorporou uma variedade de dinâmicas e ativos locais.

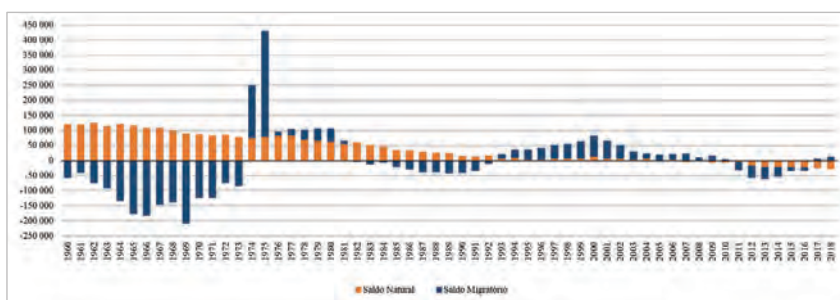
Quase no final do século XX (Figura 2), uma pequena parte do território nacional estava em franca expansão urbana, destacando-se os dois arcos metropolitanos, embora os núcleos mais centrais de Lisboa e Porto estivessem em clara diminuição. Sobressai também um vasto território entre Viana do Castelo e Aveiro e Coimbra, bem como a região de Leiria e a faixa litoral do Algarve com claro crescimento populacional. Evidenciavam-se ainda as cidades médias (nomeadamente Vila Real, Chaves, Bragança, Viseu, Guarda, Covilhã, Évora,

entre outras) e alguns aglomerados urbanos de menor dimensão. O sistema urbano, num contexto com grandes transformações territoriais, constitui um recurso que resiste e tem ganhado força estratégica em matéria de desenvolvimento territorial.

3.2. A segunda transição demográfica, de meados dos anos 90 até à atualidade

A estrutura demográfica portuguesa evoluiu muito rapidamente nos últimos trinta anos. A esperança de vida à nascença aumentou, a taxa de crescimento natural diminuiu, a população envelheceu e os indicadores demográficos aproximaram-se rapidamente dos níveis europeus. Registou-se um recuo dos padrões tradicionais de nupcialidade, fecundidade e organização familiar, com importantes reflexos na estrutura social da população residente. Em termos de migrações, de país emissor nos anos sessenta, Portugal passou a ser sobretudo recetor. Estes fluxos tiveram e estão a ter fortes reflexos na estrutura social portuguesa, ao nível da estrutura etária, dos níveis de instrução e dos modos de vida.

Figura 5 – Saldo natural e saldo migratório, em Portugal, entre 1960 e 2018.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Estimativas Anuais da População Residente; Estatísticas de Nados-Vivos e Estatísticas de Óbitos (1960-2018); PORDATA

A estabilização demográfica ocorrida nas últimas décadas explica-se pela rapidez com que o país se aproximou dos comportamentos europeus face à

mortalidade e à fecundidade (Rodrigues, 2008, 2010). O crescimento da população portuguesa tem tendência a diminuir. Se seguirmos Lesthaeghe e Van de Kaa (1986), Portugal estará agora perante uma *segunda transição demográfica*, que se caracteriza por fecundidades abaixo do nível de reposição, populações envelhecidas e em perda efetiva de população.

Nos finais do século XX e início do XXI, verificou-se um abrandamento do crescimento demográfico (5% de aumento na década de 90 e 2% entre 2001 e 2011). Este abrandamento explica-se pelo envelhecimento da população, tornando-se mais evidente nas áreas despovoadas, com fraca fecundidade e perdas populacionais devido à emigração e/ou às migrações internas. A fecundidade (Figura 4.2) atinge níveis abaixo da renovação das gerações e a população portuguesa envelheceu, porque nascem cada vez menos e morre-se cada vez mais tarde. Assim, Portugal passa a ter uma população que quase não cresce e cujo crescimento está dependente das migrações (Figura 6).

A regressão populacional dos últimos anos (Figura 6.1), mostra um país que gradualmente se retrai, por força do saldo natural e do saldo migratório. Na primeira década do século XXI, alargaram-se os territórios em perda populacional por quase todo o país. Apenas a região de Lisboa e o Algarve, alguns concelhos do Noroeste e da Madeira e os concelhos de Vila Real, Viseu e Leiria, mostram maior dinamismo entre os momentos censitários de 2001 e 2011. O Noroeste continua a alimentar-se principalmente do crescimento natural (Figura 6.2), enquanto a região de Lisboa e o Algarve mostram-se particularmente atrativos, concentrando grande parte do crescimento migratório do país (Figura 6.3). Ultimamente, a Área Metropolitana do Porto tem mostrado também alguma força atrativa (Marques et al., 2016c).

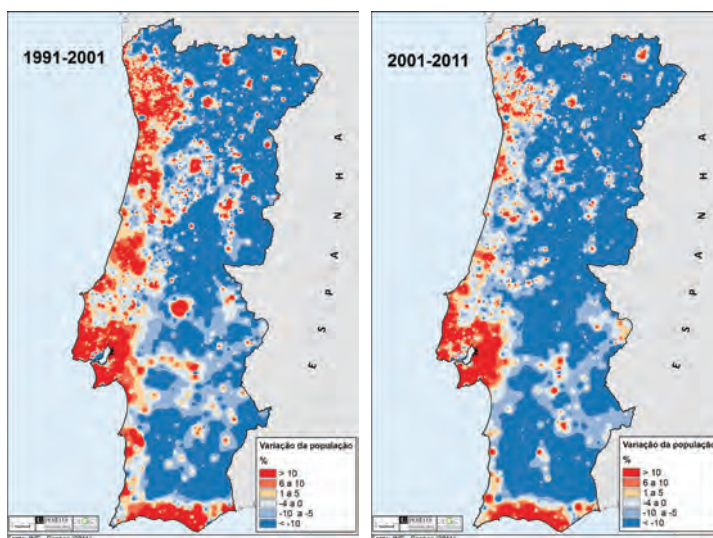
Nesta evolução, os crescimentos naturais negativos refletem, por um lado, a forte quebra da natalidade e da fecundidade, e por outro, o aumento da esperança de vida, concorrendo para um rápido envelhecimento da população. O índice sintético de fecundidade (Figura 4.2) desce abaixo dos níveis necessários para a reposição das gerações, isto é, 2,1 filhos por mulher. Em 1960, a média nacional estava nos 3,2 filhos por mulher, enquanto em 2018 passa para 1,4 (situando-se a média da União Europeia em 1,6 filhos por mulher, em 2017).

Portugal tem uma das taxas de fecundidade mais baixas da União Europeia e não atinge ainda os níveis mínimos de renovação da população.

As mulheres em idade fértil (15-49 anos) foram-se concentrando nas duas regiões metropolitanas, ficando uma grande extensão do país, incluindo a grande maioria das cidades médias, em 2011, com valores acentuadamente reduzidos, comprometendo o ciclo reprodutivo e colocando os territórios de menor densidade populacional numa situação de acentuada vulnerabilidade demográfica.

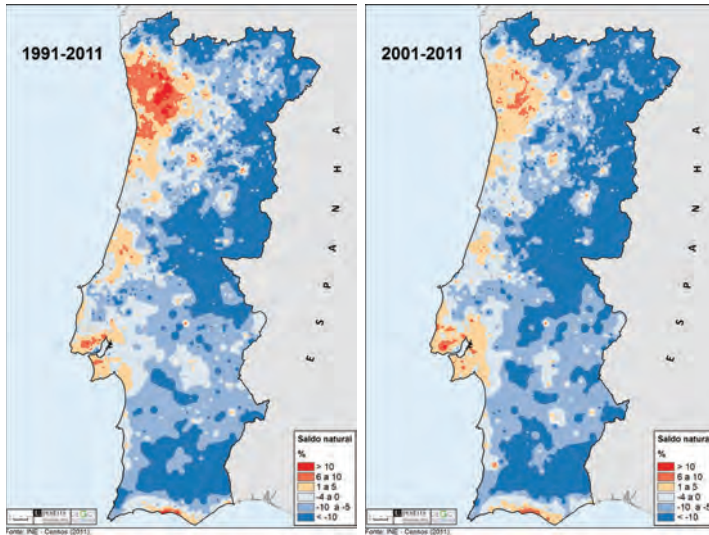
FIGURA 6 – Dinâmicas da população, por freguesia, entre 1991-2001 e 2001-2011.

Figura 6.1 – Variação da população residente



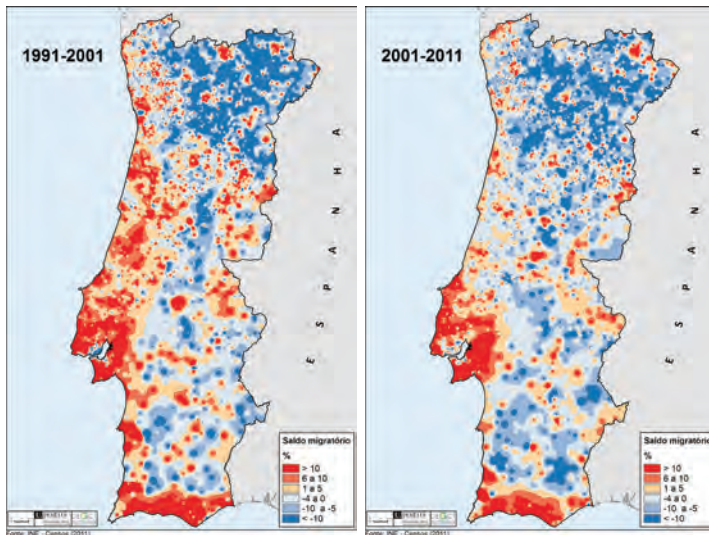
Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População.

Figura 6.2 – Crescimento natural



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População e Estatísticas de Nados-Vivos e de Óbitos.

Figura 6.3 – Saldo migratório



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fontes dos dados: INE, Censos da População e Estimativas Anuais da População Residente.

As dinâmicas negativas registadas não serão facilmente invertidas, particularmente porque foram perdas continuadas ao longo de várias décadas sucessivas, em áreas sem grande capacidade de atração e manutenção residencial, que insistentemente perderam população sobretudo nos grupos em idade ativa e fértil. Simultaneamente, os que ficam vão envelhecendo, o que coloca novas questões de ordem social, familiar e de saúde, mas também novos desafios às políticas públicas. Estas alterações refletem-se nas estruturas familiares, marcadas por famílias cada vez mais pequenas e pelo aumento de famílias fora do padrão tradicional (constituídas por núcleos conjugais, núcleos monoparentais, núcleos recompostos ou de composição informal). Novos padrões de comportamento e de modos de vida explicam em parte a evolução e sucedem a par da mobilidade interna dos indivíduos do interior para o litoral e para os centros urbanos (Nazareth, 1998; Gaspar, 1987; Ferrão, 2005).

A evolução do sistema de povoamento é concomitante com as dinâmicas demográficas e apresenta, como pano de fundo, duas tendências recorrentes e simultâneas: urbanização extensiva de uns territórios e despovoamento de outras vastas áreas. Em 2011, mais de 72% da população residente concentrava-se em freguesias com características predominantemente urbanas. Assim, as dinâmicas populacionais das últimas décadas originaram, por um lado, um modelo de povoamento urbano denso que se estende entre Setúbal e Viana do Castelo e por todo o litoral Algarvio, e por outro, um extenso território de baixa densidade onde vão emergindo pequenos centros urbanos (Figura 2).

Ao analisar com precisão os crescimentos naturais e os migratórios, verifica-se que existem territórios que resistem, que mostram uma dinâmica local que contraria as grandes tendências e as transformações impostas pelos processos de urbanização e de terciarização contemporâneos. Nos territórios de baixa densidade, as cidades e alguns pequenos centros urbanos (Figura 6.3) apresentam capacidade de resistência e atração (saldos migratórios positivos).

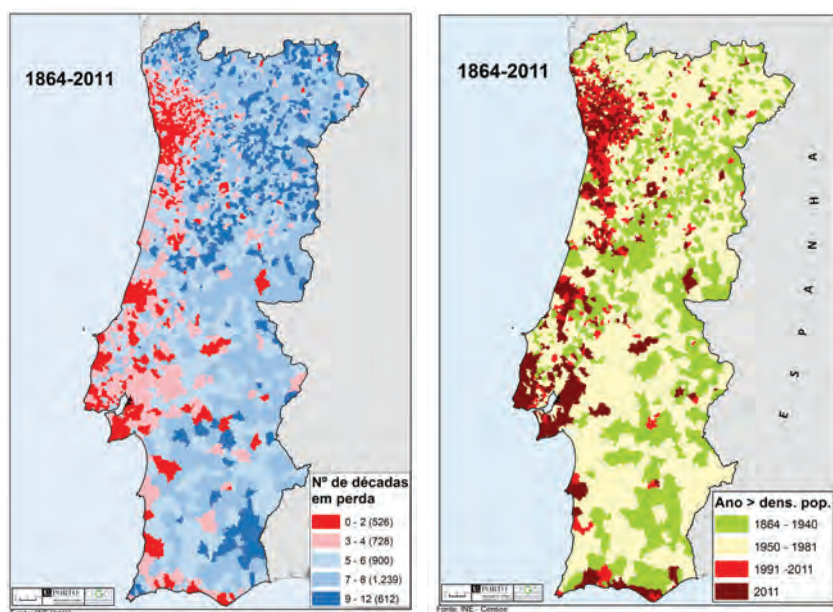
Reflexões finais

A grande instabilidade demográfica das últimas décadas induziu alterações expressivas na dimensão e organização da população residente em Portugal. Assim, enquanto algumas regiões revelaram uma sistemática e forte capacidade de atração e de crescimento populacional, outras sofreram uma acentuada e continuada diminuição da população, o que se traduziu numa alteração muito sensível da estrutura de distribuição da população no território nacional. Aos sucessivos máximos censitários de densidade populacional nos dois arcos metropolitanos foi-se opondo as décadas em perda de densidade populacional numa cada vez maior extensão do território nacional (Figura 7).

As mutações foram constantes na organização territorial e vão deixando marcas nas perceções coletivas da evolução dos processos. Mas isto também significa que as comunidades e os poderes políticos e económicos vão traçando e fazendo opções com grandes impactos nos territórios. No final, os territórios são “*layers*” sobrepostos e interrelacionados de diferentes realidades, algumas vão-se apagando e outras vão dominando, através de processos continuados de articulações e integrações ou fragmentações e exclusões. Portanto, algumas mutações vão-se impondo, outras vão ficando para trás, deixando mais ou menos heranças ou permanências, outras vão emergindo.

A fraca densidade (Figura 2) não significa necessariamente abandono e despovoamento, pois a fraca densidade foi sempre uma característica da ocupação de determinadas áreas geográficas, nomeadamente das zonas de montanha. Mesmo assim, em Portugal vastos territórios testemunharam processos intensivos e insistentes de despovoamento ao longo de décadas (Figuras 3 e 7). As dinâmicas negativas registadas nas últimas décadas na maioria do território nacional não serão facilmente invertidas, particularmente porque se trata de quebras continuadas, em décadas sucessivas, em áreas fragilizadas (Figura 7). São perdas insistentes, com reflexos nos grupos de idade ativa e fértil, e num aprofundamento do envelhecimento. Tudo isto coloca questões específicas de ordem social, familiar, de saúde e apoio da segurança social.

Figura 7 – Número de décadas em perda de população residente, por freguesia e ano em que cada freguesia registou o valor mais elevado de densidade populacional, entre 1864 e 2011.



Fonte: “Territorialidades em Portugal”, Teresa Sá Marques *et al.*; fonte dos dados: INE, Censos da População.

Sendo estrutural, o retrato demográfico do país mostra uma realidade inquietante. Será que coletivamente e conscientemente Portugal optou por construir um modelo territorial unipolar ou em alguns domínios bipolar? Se observarmos as dinâmicas demográficas até 1950, as evoluções da mortalidade e da natalidade não mudaram significativamente o modelo territorial, como demonstra a evolução das densidades populacionais (Figura 2). É a partir de 1950 que as transformações territoriais se agudizam. Os processos de industrialização e de urbanização e aglomeração têm vindo a concentrar-se e as opções infraestruturais privilegiaram prioritariamente alguns territórios. O fraco desenvolvimento económico de parte do território do país repercutiu-se nos fortes movimentos migratórios internos (êxodo rural) e para o exterior.

Se não for este o modelo de organização territorial pretendido é urgente tomar decisões que o contrariem. Torna-se essencial a criação de condições para atrair emprego e qualificar os serviços de educação, saúde e apoio social nos municípios em regressão, aprofundando as políticas de incentivo à natalidade, estimulando-se o retorno de jovens emigrantes e promovendo a imigração. Isto porque, as questões relacionadas com as dinâmicas sociodemográficas constituem uma questão essencial para as políticas de desenvolvimento e ordenamento do território do país.

Nos diferentes contextos de maior ou menor densidade existe uma diversidade de recursos e modos de vida, mas também de perceções e aspirações relativamente aos territórios onde se vive (permanentemente ou temporariamente), se nasceu ou se visitou.

Entre 1950 e meados dos anos 90, criou-se um distanciamento entre os sistemas urbanos e os espaços não integrados nas dinâmicas urbanas e económicas (dominantemente rurais). Esta dualização litoral-interior, nas últimas décadas acentuou-se e progrediu para um modelo uni ou bipolar. Isto significa que não se apoiaram e incentivaram trajetórias proativas e de resiliência territorial integradoras e criadoras de múltiplas dinâmicas de desenvolvimento. Não contrariar esta trajetória é comprometer o crescimento e a coesão territorial, pois desperdiça-se recursos e não se constroem trajetórias inclusivas.

Isto significa, também, que um discurso social e político centrado só na alta e baixa densidade é dualista e simplista, face às transformações estruturais construídas no passado e as necessidades de ativar diferentes domínios e escalas territoriais. Em matéria de desenvolvimento, o crescimento e a convergência são objetivos que têm de se articular e complementar.

Referências bibliográficas

- Baganha, J. (1994). As correntes emigratórias portuguesas no século xx e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, XXIX (128), pp. 959-980.
- Bandeira, M. (1996). Teorias da população e modernidade: o caso português, *Análise Social*, vol. XXXI (135), (1.º), pp. 7-43.

- Bandeira, M. (coord.) (2014). *Dinâmicas demográficas e envelhecimento da população portuguesa (1950-2011): evolução e perspectivas*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cravidaó, F. (1995). A população portuguesa no final do séc. XX – Que políticas demo-espaciais para o território Nacional. In *Actas do VI Colóquio Ibérico de Geografia “A Península Ibérica – um espaço em mutação”*, vol. I. Publicações da Universidade do Porto, (pp. 580-588).
- DGT. (2018a). *PNPOT | Alteração. Diagnóstico. Proposta técnica de alteração do PNPOT. 20/07/2018*. Lisboa: Direção Geral do Território.
- Evangelista, J. (1971). *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Centro de Estudos Demográficos.
- Ferrão, J. (2005). Dinâmicas Demográficas: Uma Visão Panorâmica. In: C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 2, (pp. 50-71). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Gaspar, J. (1987). *Portugal nos próximos 20 anos: A Ocupação e a Organização do Território – análise retrospectiva e tendências evolutivas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kirk, D. (1996). Demographic Transition Theory. *Population Studies*, 50 (3), pp.361-387.
- Lesthaeghe, R. & Van de Kaa, D. J. (1986). Twee Demografische Transitie? In R. Lesthaeghe & D. J., Van de Kaa (eds.). *Bevolking: groei en krimp* (pp. 9-24). Deventer: Van Loghum Slaterus.
- Lesthaeghe, R. (2010). The Unfolding Story of the Second Demographic Transition. *Population and Development Review*, Vol. 36 (2), pp. 211-251, doi (10.1111/j.1728-4457.2010.00328).
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *PNAS*, 111 (51), pp. 18112-18115. doi (<https://doi.org/10.1073/pnas.1420441111>)
- Lutz, W. & Skirbekk, V. (2008). Low fertility in Europe in a global demographic context. In J., Tremmel (ed.). *Demographic Change and Intergenerational Justice, The Implementation of Long-Term Thinking in the Political Decision Making Process* (pp. 3-19). London: Springer.
- Malheiros, J (2005). Migrações. In: C. A. Medeiros (dir.), *Geografia de Portugal*, Vol. 2, (pp. 87-125). Lisboa: Círculo de Leitores.
- Marques, T. S. & Queiroz, J. P. (coord.) (2019). *A evolução demográfica e implicações no mercado de trabalho transfronteiriço*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Marques, T. S. (2005). *Portugal na Transição do Século*. Porto: Afrontamento.
- Marques, T. S.; Maia, C. & Ribeiro, D. (2016a). População, atividades e emprego. In J. Ribeiro; F. Moura; J. Chorincas (coord.) *Portugal no Centro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marques, T. S.; Maia, C.; Ribeiro, D. & Santos, H. (2016b). A demografia na construção de uma visão temporal e territorial de Portugal. In: M, Mendes *et al.* (orgs.) *Livro de atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa.
- Marques, T. S.; Ribeiro, D.; Maia, C. & Santos, H. (2016c). Nascer é envelhecer: uma perspetiva demográfica evolutiva e territorial na construção do futuro de Portugal. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, 10 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, pp. 207-231, doi ([dx.doi.org/10.17127/got/2016.10.010](https://doi.org/10.17127/got/2016.10.010)).
- Mitchell, B. R. (1998). *International Historical Statistics: Europe 1750-1993* (4th Ed.). London: Macmillan Reference Ltd.
- Moreira, M. & Rodrigues, T. (2008). As Regionalidades Demográficas do Portugal Contemporâneo. *População e Prospetiva. Working paper*.
- Nazareth, J. M. (1977). Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa (1930-70). *Análise Social*, XXIII (52), pp. 901-982.

- Nazareth, J. M. (1985). A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação. *Análise Social*, XXI (87-88-89), pp. 963-980.
- Nazareth, J. M. (1998). *Portugal. Os próximos 20 anos III – Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Notestein, F.W. (1945). Population: the long view. In: TW, Schultz (ed). *Food for the world*. (pp.36-57). Chicago: University of Chicago Press.
- Peixoto, J. et al. (orgs.) (2016). *Retorno ao futuro: a nova emigração e a sociedade portuguesa*. Lisboa: Gradiva.
- Pires, R.P. (coord.) (2010). Portugal: Atlas das Migrações Internacionais. Lisboa: Tinta da China.
- Reis, José (2019). “O território ainda existe? Sistemas de provisão de habitação e o desenvolvimento do país”, in Ana Cordeiro Santos (org.), *A nova questão da habitação em Portugal: uma abordagem de economia política*. Lisboa: Actual.
- Ribeiro, O. (1986) *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, (4ª edição).
- Ribeiro, O.; Lautensach, H. & Daveau, S. (1989). *Geografia de Portugal. III. O Povo Português*. Lisboa: Edições João Sá da Costa.
- Rodrigues, M. (coord.) (2009). *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: CEPESE/ Afrontamento.
- Rodrigues, T. (2010). A população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade. *População e Sociedade*, vol. 18, pp. 21-41.
- Rodrigues, T. (coord.) (2008). *História da População Portuguesa*. Porto: /CEPESE Afrontamento.
- Sousa, F. (1995). *História da Estatística em Portugal*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Valério, N. (coord.) (2001). *Estatísticas Históricas Portuguesas* (vol. I). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.
- Van de Kaa, D. J. (1987). Europe’s Second Demographic Transition. *Population Bulletin*, 42 (1), The Population Reference Bureau, pp. 1-59.
- Van de Kaa, D. J. (1994). The Second Demographic Transition Revisited: Theories and Expectations, NIDI/CBGS PUBLICATION, 30, pp. 81-126.
- Van de Kaa, D. J. (2002). The Idea of a Second Demographic Transition in Industrialized Countries. *Paper presented at the Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security*, Tokyo. Disponível em: http://websv.ipss.go.jp/webj-ad/WebJournal.files/population/2003_4/Kaa.pdf.

GEOGRAFIA LITERÁRIA

(Página deixada propositadamente em branco)

A TENTAÇÃO MARÍTIMA EM MIGUEL TORGA

Cristina Robalo Cordeiro

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

crobalo@uc.pt

Resumo: Contrariamente ao que sugeria uma leitura superficial da obra de Miguel Torga, o mar ocupa um lugar privilegiado na sua geografia íntima. O problema aqui reside no claro-escuro dessa influência oceânica nos três planos sobre os quais Miguel Torga fez incidir o seu olhar: o plano da **história**, pessoal e coletiva; o plano da **experiência física** do contacto e do encontro; o plano da **criação poética e do mito**. Vou então mostrar o escritor em três situações e em três lugares distintos: primeiro, quando encara o mar de um ponto de vista relativamente simbólico, a partir da sua memória e da sua cultura; em seguida quando o examina muito concretamente na praia entre os pescadores ou os banhistas, e finalmente quando, do alto de um promontório, interroga metafisicamente o seu mistério na página do poema.

Palavras-chave: Mar; Eros; Absurdo; Portugal; Poesia.

Abstract: Far from what could suggest a superficial view of Miguel Torga's works, the Ocean occupies a central place in his intimate geography. The difficulty here is to grasp and define the ambiguity of his "maritime temptation" on the three levels of his approach of the theme. First, the level of history, personal and collective. Second, the level of his physical contact with the Sea; third, the level of poetry and myth. So, I will show the writer in three circumstances. When he contemplates the Sea from a symbolic viewpoint, drawing from his memory and general knowledge; when he enjoys swimming or walking on the

beach while observing the fishermen or the youth having fun around him;
when, standing on a cliff he meditates poetically on the mystery of the Sea.

Keywords: Sea; Eros; Absurd; Portugal; Poetry.

Todos sabemos que Miguel Torga, nascido em São Martinho de Anta, em pleno Trás-os-Montes, é um homem do interior, voltado para o Continente e para o espaço ibérico. O que escreveu sobre o Oceano deveria pois poder resumir-se, por contraste, a algumas notações fugazes e distantes: então o mar, que vê aliás pela primeira vez já adolescente, não seria para ele – espírito profundamente terrestre, mesmo rupestre – um elemento substancialmente estranho, senão hostil, um pouco como esses gigantescos universos urbanos onde nunca se sentiu em casa? Imaginamo-lo, em suma, à imagem da sua personagem Senhor Ventura, o jovem Alentejano, impaciente por partir, impaciente por chegar, embarcando em Lisboa com a única intenção de ver novos países, como se o mar não fosse senão um parêntesis, pois que, à medida que o barco avançava, o jovem Adolfo Rocha não pensava senão nas terras que “vinham ao encontro da sua imaginação”. E, é verdade que, menos ainda do que um parêntesis, o mar é, para o Senhor Ventura, uma eclipse! (ele virá a ser marinheiro, mas marinheiro *malgré lui...*)

Todavia, o mar é uma temática bem presente, recorrente na obra de Miguel Torga, nela exercendo um poder de atração que a orienta e a estrutura. Longe de ser apenas um fundo de cenário passageiro, como no poema dramático *Mar*, tão marcado pelo neorealismo ambiente, ou uma longínqua linha de horizonte, o mar seduz, provoca, interpela o escritor. Dois poemas, pelo menos, que evocam o mar têm como título “Tentação”. É certo que qualquer tentação implica uma ambiguidade, uma atração e uma repulsão, como a sereia que serviu de figura de proa em tantos navios: ao mesmo tempo mulher e peixe, a sereia encanta e inquieta os navegadores – e os poetas.

O problema aqui reside no claro-escuro dessa influência oceânica nos três planos sobre os quais Miguel Torga fez incidir o seu olhar: o plano da **história**, pessoal e coletiva; o plano da **experiência física** do contacto e do encontro;

o plano da **criação poética e do mito**. Vou então mostrar o escritor em três situações e em três lugares distintos: primeiro, quando encara o mar de um ponto de vista relativamente simbólico, a partir da sua memória e da sua cultura; em seguida quando o examina muito concretamente na praia entre os pescadores ou os banhistas, e finalmente quando, do alto de um promontório, interroga metafisicamente o seu mistério na página do poema. Veremos como cada um destes três tipos de olhar nos coloca perante uma tensão, uma oposição. Se existe de facto uma tentação do mar, é porque existe uma dialética do mar no pensamento de Miguel Torga. Não querendo afogar-me na profusão das citações, mais não farei do que pôr em relevo a articulação deste pensamento do mar, tal como julgo tê-lo vislumbrado através da multiplicidade das ideias e das imagens.

Começo então pela História. Que representa a costa marítima para o autor de *Portugal*, essa geografia sentimental que ensinou muitos portugueses a compreender o seu país? Ouçamos a abertura do curto e saboroso capítulo intitulado “Litoral”:

O litoral português devia formar uma província à parte, esguia, fresca e alegre, só de areia e espuma. Eu, pelo menos, assim o vi sempre, comprida e lavada franja de renda da variegada colcha lusitana. (Portugal. 1993, 91)

A imagem precisa de ser comentada: não apenas Torga resiste à sedução de um lugar comum corrente e quase oficial, não fazendo de Portugal inteiro uma varanda sobre o mar, mas apresenta o litoral como prolongamento último e ornamental do Continente. Não esqueçamos que, para ele, Portugal se estende no interior das terras e que a sua diversidade, que tanto o cativou, é continental e não marítima.

Ao invés, é a unidade que permitiria considerar todo o litoral como uma única província. O escritor, pensando como um poeta moralista mais do que como um geoestratega, vê no mar um fator de unificação e de igualização enquanto a terra leva à divisão e ao conflito entre os homens. Mas Torga não desconhece

a rutura histórica que a transposição do estreito limite entre a terra e o mar trouxe ao nosso povo. Ele próprio, na sua história pessoal, experimentou esta separação da terra natal como um verdadeiro corte, como uma ferida íntima: com apenas 15 anos de idade, em 1923, exila-se, ou melhor, vê-se exilado, no Brasil, por via marítima necessariamente. Mas ao fazer, tão jovem, a experiência da angústia da partida, ao percorrer os escassos metros que separam o cais do navio, foi, por assim dizer, e sem o saber na altura, iniciado no grande mito português da viagem “trágico-marítima”. Di-lo-á mais tarde, em 1986:

Creio que nasci para acrescentar mais um episódio à nossa História Trágico-Marítima [...] (Diário. 14, 201).

É necessário precisar que quando Torga pensa no mar, é imediatamente o Atlântico que lhe vem ao espírito, como se o outro grande mar europeu, o *Mare Nostrum* dos Romanos, fosse menos legitimamente marítimo do que o Atlântico, mar trágico e viril. Por isso escreve estas linhas reveladoras, quando o reencontra:

O velho Atlântico, de novo, desesperado, a bater ao ritmo do meu coração. O Mediterrâneo, por mais que eu faça, não me calha cá dentro. Não consigo encontrar na sua brandura as coordenadas que me justificam no mundo como homem. O que fizemos de bom e de mau foi salgado na força de marés vivas. Do Tormentoso é que nos veio a saudade da morte... (Diário. 5, 155)

Para o escritor meditando sobre o destino de Portugal, o Oceano recapitula, com efeito, a nossa história e a nossa alma coletiva ao mesmo tempo que as absorve sem deixar rasto. O Atlântico é o grande cronista da nossa história nacional, mas cronista amnésico, infelizmente. Ouçamos esta passagem espantosa:

A história liquefeita é ainda mais trágica do que a história petrificada. Com marcos milenários, estátuas, lápides e templos, mesmo

mutilados e em ruínas, pode-se conseguir uma sugestão de vida pretérita. O tempo morreu, mas deixou as ossadas. Nesta massa fluida, movediça, caótica, que foi o nosso campo de acção, é que não fica vértebra de onde Lineu possa partir para refazer o passado. O tempo afoga-se, e o cadáver nunca mais vem à tona. (Diário. 7, 112)

Torga mostra aqui todo o seu poder de pensador visionário. Se o mar não se lembra de nada, o homem possui uma capacidade de reminiscência que lhe permite reviver as grandes aventuras vividas sobre as ondas. Assim, ao olhar o mar, ao pôr do sol, a sua reflexão vai das vagas aos livros e aos heróis míticos que suscitam:

Estendo os olhos pela planície azul, e deixo navegar a imaginação, ora embalada nos versos de Homero e de Camões, ora sacudida na prosa de Melville e de Conrad. Ulisses, Vasco da Gama, Achab, Lingard – na pele de todos estes heróis cruzo e descruzo as ondas sem dono. (Diário. 9, 135)

“Sem dono”, sublinho a expressão, pois que Miguel Torga não quer de todo saber nem das fronteiras marítimas nem das águas territoriais. Aos seus olhos, o mar ensina a igualdade e a unidade políticas, como uma verdadeira sociedade das nações:

E quando a luz moribunda da tarde me obriga a regressar, olho a terra num misto de resignação e desespero. Por que razão teria ela ignorado o grande exemplo da oceânica insubmissão e unidade, e se deixaria possuir dividida em pátrias e courelas? (Idem, ibidem)

É a terra, ciumenta e mesquinha, que faz nascer os conflitos e as guerras. O mar, não se deixando possuir, é um princípio de conciliação. Não procuremos opor a Torga nenhum facto contrário à sua concepção. É bom ter por regra crítica dar sempre razão ao poeta – a qualquer grande poeta – mesmo quando fala de geoestratégia...

Mas mesmo se o poeta insiste com frequência nesta dimensão internacional ou, mais exatamente, transnacional do oceano, é em português que a perspectiva com mais intensidade: é no mar, e na relação com ele, que procura a nossa identidade e a nossa origem. Eis o que escreve no seu Diário, a 8 de agosto de 1982:

Grande passeio de barco ao longo da costa [...]. De vez em quando gosto de ver Portugal assim, a bordejá-lo salpicado de mar. Talvez porque, depois de tanto lhe esquadrihar em terra a identidade, seja a maneira mais directa de o surpreender na sua fragrância elementar. Como que a flutuar ainda no líquido amniótico. (Diário. 14, 19)

Como se tudo fosse ainda possível, como se a nossa história pudesse ser refeita, a partir dessa matriz imensa. Mas não, o nosso passado de grandeza épica ficou já para trás e dá inelutavelmente à embriaguez da aventura o gosto amargo da nostalgia. Daí essa ambivalência do olhar que o português poisa sobre o mar, dividido entre a expansão e o recolhimento, entre a audácia e a timidez, entre a exaltação da descoberta e o triste princípio de realidade:

Sagres, seis de Agosto de 1976. Sagres sem o Infante. O esforço titânico do mar a esculpir no flanco de um continente um monumental plinto vazio. Agora que não temos História, o recurso é olhar esta grandeza assim ao natural. Mas que falta lhe faz o herói! Que falta fazem os mitos, afinal! (Diário. 12, 157)

Quando a ideia de Portugal se interpõe entre o mar e o olho do escritor, vemos surgir na sua escrita uma cruel antítese. O mar, que nos fez tão grandes, reduz-se hoje para nós a 15 dias de férias! A sua riqueza continua intacta, em face de nós, pronta para todas as metamorfoses, mas já nada de sublime dela sabemos extrair, senão o turismo estival:

O mar. A matéria-prima inesgotável de que somos milionários, que tantos nos invejam, que se nos oferece disponível e prestável à necessidade

e à imaginação, que com tanta naturalidade e génio soubemos utilizar, que foi a nossa obsessão e fez a nossa glória, e de que agora apenas nos lembramos raquiticamente de ano a ano. (Diário. 14, 169)

Podia multiplicar as citações que acusam esta antítese da grandeza passada e da pequenez presente. O próprio Torga acaba por se insurgir contra o nosso “complexo de inferioridade”. Mas temos de reconhecer que, enquanto leitor e admirador do Chateaubriand de *Mémoires d’Outre-Tombe*, encontra um certo prazer em dramatizar o contraste entre o passado fabuloso e a melancolia do presente. Por ocasião de uma viagem a Goa, confessa-se não sem magnificência ao Oceano Índico:

O velho Índico quebra a meus pés e respinga-me, a bramir não sei com que raiva antiga. Num misto de orgulho e de desânimo, enfrento a solidão. E confesso-me às ondas. Sim, sou o descendente infeliz de uma raça heróica e absurda, que senhorizou o mundo, e anda agora por ele a cabo a matar saudades. (Diário. 15, 44)

Em termos psicanalíticos, poderíamos dizer, sem risco de erro, que o superego que domina tão tiranicamente o imaginário de Miguel Torga tem os rostos de Vasco da Gama ou do Infante D. Henrique. Por isso se identifica tão intimamente, tão dramaticamente com Portugal, no seu dualismo essencial.

Mas é tempo de passar ao segundo ponto, que é um contraponto. Deixemos as vastas perspectivas da História para nos instalarmos na praia, com Torga, num dia de verão. Muitas surpresas nos esperam. Mais ainda do que com o mar visto do cimo do espírito e do destino nacional, é ao mar onde o corpo mergulha que Miguel Torga se sente ligado por uma paixão tão forte quanto inexplicável. Passamos assim dos tons trágicos a uma espécie de erotismo marítimo que não esperávamos encontrar no homem ascético que geralmente a ele associamos. Eis o desmentido do poeta à sua reputação de “telurismo” provinda dos *Contos da Montanha*:

O mar. Mal cheguei, mergulhei nele. Vinha abrasado de calor e de saudades. Os que falam do meu telurismo, nem de longe imaginam o fascínio que sinto pelas ondas. Nasci, de facto, em terra firme. Mas sou anfíbio, carnal e espiritualmente. (Diário. 14, 52)

E não esqueçamos que é um octogenário que escreve estas linhas onde se exprime sem pudor uma espécie de volúpia da natação, e que encontramos a palavra “fascínio” do princípio ao fim do *Diário* (de 1939 a 1993) para designar essa atração mágica exercida pelo mar-Medusa sobre os sentidos do nadador. De facto, “fascínio”, “pasmado” ou taquicardia histérica são os estados para onde o transportam o elemento marinho quando o aborda depois de uma ausência. Por isso não poderia viver muito tempo sem correr perigo à beira mar:

Não, eu não posso viver à beira mar. Porque, de duas uma: ou me fico pasmado, parvo, de boca aberta diante deste Doiro de água, ou enlouqueço a sentir bater em mim a pulsação angustiosa desta massa imensa. No primeiro caso, sinto-me morrer de imbecilidade; no segundo estou sempre de mão no pulso a ver quando o coração se cansa. (Diário. 1, 104)

Não sem humor, Torga mostra-se desdobrado, o médico auscultando ansiosamente o amante-artista. Mesmo abstraindo da hipérbole, devemos notar essa sensibilidade exaltada perante a “massa imensa” do oceano, “massa” que o perturba como um corpo feminino poderia perturbar um santo eremita. E é toda uma sexualização do mar a que assistimos nas páginas do *Diário* onde Miguel Torga tenta dar conta do choque experimentado pela aproximação da água, como se se tratasse da proximidade de uma mulher muito amada:

Não há olhos que se acostumem àquilo, que deixem de estremecer de pasmo diante daquilo [...], que racionalizem aquilo. (Diário. 1, 108)

De facto, é de paixão amorosa que se trata, e logo desde o primeiro encontro. Escutemos uma notação autobiográfica datada de:

Figueira da Foz, 8 de Novembro de 1986 – foi um amor à primeira vista, que ainda dura. O mar que agora contemplo deslumbrado é o mesmo que outrora me deslumbrou. Quando pela primeira vez na meninice o vi em Leça, se não preteri o Marão nativo, ancorei-o em água salgada. E fiquei com duas referências cósmicas na vida. (Diário. 14, 201)

Paixão amorosa para não dizer delírio genésico! Albert Camus não celebrara com mais sensualidade exaltada o êxtase material nascido dos jogos do corpo com o mar. Só uma afinidade psicológica pode explicar esta jubilação do encontro:

Não há dúvida de que os cinco litros de sangue que me correm nas veias são água [do mar], lotada com mosto do Doiro. E o mais curioso é que já em pequeno, muito antes de o ver, o sentia assim, fundamental e vivo na circulação. (Diário. 11, 169)

Um pan-erotismo invade a praia vivida e descrita por Torga. E mais particularmente, a praia algarvia onde o escritor reencontra todo um hedonismo recalcado para se abandonar às solicitações elementares de um presente simplificado ao extremo:

*Mar feliz do Algarve!
Calmo,
Azul,
Transparente,
Deitado no areal ao sol ardente
Como qualquer rapaz,
Despido
E adormecido
Sob o toldo do céu... (Diário. 11, 168)*

De um outro poema, datado de Albufeira, 27 de julho de 1982, retiro 4 versos que bem caberiam na vitrina de uma agência de viagens:

Algarve. Liberdade

Dos sentidos

Férias ao sul

Da imaginação. (Diário. 14, 17)

Mas o Algarve, por mais favorecido que seja pela natureza, não tem o privilégio exclusivo da fruição pagã. É em Miramar que o poeta mitólogo entra em concorrência com o médico higienista para nos dar a partilhar o fantasma de uma “cena” que parece surgir da Ilha dos Amores.

Mas à hora do banho, quando a fauna jovem da praia se atira alegremente à água, o espectáculo sabe-me doutra maneira se, em vez de pensar nos benefícios terapêuticos, da ablução salgada, imaginar que os rapazes procuram em cada braçada o corpo fugidio de Vénus, e as raparigas denunciam em cada grito uma carícia de Neptuno. (Diário. 9, 191)

Em Albufeira ou Miramar, Oura ou Mira, São Pedro de Moel ou Figueira da Foz, Nazaré ou Palheirão, Arrábida ou Buarcos (praias todas elas frequentadas pelo poeta em diferentes momentos da sua vida), o mar permanece o mar, embora talvez com cambiantes e funções diferentes. Encontramos, datada da Praia do Pedrógão, 17 de agosto de 1981, uma pequena tipologia do mar torquiano:

O mar. O mar preguiçoso de férias, igual ao de outras praias e de outros verões. O mar tónico dos banhos lúdicos, nivelador de todos os desníveis sociais. O mar omnipresente e concreto que me faz esquecer o marulho que durante o ano sinto a bater obsessivamente nas veias e na memória de animal fisiológica e nacionalmente anfíbio, privado de metade do seu meio natural. (Diário. 13, 186)

Notemos que, mesmo na volúpia do banho, o poeta permanece um homem de esquerda, desejoso de igualdade social! Para que se produza o milagre da fraternidade universal, basta aliás menos um batismo republicano do que uma onda um pouco mais alta do que as outras:

Chegou a hora do banho. Entrei no seio do formigueiro de gente que fervilhava dentro de água, humanidade até há pouco hostil e individual, e agora milagrosamente fraterna e solidária. – Há pé? – Não, cuidado! – Venha! – Pode avançar sem medo! – Tome ar fundo! Mergulhe!

Como se uma bênção os tivesse irmanado, eram todos um corpo só diante da mesma onda. (Diário. 1, 157)

Mas na imersão unanimista há mais do que essa súbita abolição dos preconceitos de classe. Há uma purificação do olhar, um regresso a uma inocência edénica:

Além do mais, o mar proporciona ao homem o regresso à sua primitiva decência. Talvez por estar ainda dentro de nós, salgado, a pulsar nas artérias, com vagas e marés. Junto dele, o corpo desnuda-se, mostra-se, exhibe-se naturalmente. (Diário. 12, 156)

Poderia prolongar esta série de citações que dão testemunho do vigor afrodisíaco do mar torguiano. Contentar-me-ei com algumas linhas que são como um adeus do velho poeta ao amor da sua vida: no dia de Natal de 1987, Miguel Torga foi à Figueira da Foz para ver o mar:

O natal é telúrico. Mas vim ver o mar. Na terra nascem messias, profetas, tiranos, energúmenos. Nele, nasce Vênus, a deusa do amor. Em cada onda vem à praia o seu corpo branco de sereia e de mulher. Eu, pelo menos, vejo-a desde a juventude, e cada vez mais bela e sedutora. Dantes, acenava-me convidativamente. Agora sorri-me apenas como uma lembrança. (Diário. 15, 83)

Antes de chegar à última vertente deste tríptico marítimo, preciso de completar esta segunda parte da minha exposição com uma nova antítese. Se o mar é, para os veraneantes e os banhistas, a exultação do corpo, a preguiça e a comunhão, ele é também, para os pescadores, o trabalho, o sofrimento

e, por vezes mesmo, a fatalidade. *Eros* vê-se então contrariado por *Ananké*, a necessidade, e por *Thanatos*, a morte, as três divindades do panteão freudiano.

Aqueles a quem Victor Hugo chama, num célebre romance, “Les Travailleurs de la Mer” formam uma comunidade distinta, com costumes singulares, sem relação com as colónias ociosas de vilegiatura que animam as praias durante os meses de verão. Torga pertence a este segundo grupo, o que o leva, perante “os verdadeiros homens do mar” (*Diário*. 5, 91), a uma certa má consciência que vai ao ponto de estragar a sua alegria. Sempre lúcido, censura a si próprio o gozo que tira de uma contemplação estética, enquanto outros, os pescadores, é com o seu labor e a sua vida que pagam o preço. Vejamos uma pequena passagem muito significativa do *Diário* (14 de julho de 1978) onde esta ambivalência é cruelmente acusada. Mas antes, um magnífico quadro do ballet dos barcos ao pôr do sol:

Vejo cair a tarde no mar sereno. Como nos demais dias, dezenas de barcos, em fila indiana, passam rentes à costa e deixam um sulco de prata nas águas azuis. Todos iguais, parecem feitos pelo mesmo carpinteiro e pintados pelo mesmo pintor. Pouco a pouco, vão-se afastando, até que anoitece, e lá longe, ao fundo do horizonte, de luzes acesas, formam uma linha luminosa e mágica. E enche-me de paz esta constância das formas, este ritual das fainas, este fluir das horas. (Diário. 13, 45)

Mas esta serenidade é de imediato perturbada pela ideia de que a beleza não é aqui um dom gratuito dos deuses. A beleza tem como reverso a realidade. E o parágrafo termina então do seguinte modo:

No egoísmo do conforto que sinto até me esqueço de que o espetáculo que contemplo deslumbrado tem como realidade última a vida a lutar com a vida para sobreviver. A fugir mais uma vez de mim, ausento-me das durezas do mundo e cedo às tentações do devaneio. Custa muito ser homem a tempo inteiro. (Idem)

Entre o “suave mari magno” do poeta latino Lucrécio, saboreando, do alto da falésia, o conforto de um filósofo epicurista assistindo a um naufrágio, e esta impiedosa autoanálise do poeta português, poder-se-á dizer que há 2000 anos de cristianismo e de educação da consciência moral. Creio, pelo meu lado, que há sobretudo uma diferença de temperamentos: Torga, em qualquer circunstância, é um solitário solidário (para retomar a expressão de Camus), o que, naturalmente, não lhe tornou a existência mais fácil. O poeta não encontra a tranquilidade de alma senão quando pode misturar-se com os “homens da companhia” e com eles partilhar o risco do mar:

*À proa, a vê-los remar compassadamente ou a perscrutar os horizontes,
sinto-me feliz, solidário com eles na mesma aventura, embalado no mesmo
berço traiçoeiro do mar. (Diário. 4, 120)*

Os textos que acabei de citar chegam para ilustrar esta dualidade afetiva que dilacera o seu espírito, tão dolorosamente partilhado entre o encantamento estético e o tormento ético. Na poesia do mar, encantamento e tormento formam uma rima inevitável, pelo menos na pena de Miguel Torga.

Anunciei, de início, um terceiro ponto, um terceiro olhar sobre o mar. Depois do mar épico e nostálgico, depois do mar sensual e proletário, restar-me-ia uma última antítese, mais delicada de definir e talvez mais consubstancial ao drama da criação poética. Quem não se sente um pouco poeta em frente do mar? Cada um de nós pode simpatizar com a questão que solicita agora o escritor e o pensador: que quer dizer o mar? Que *nos* quer dizer o mar? Qual é o sentido do fenómeno sublime que compõe o mar? Decerto que um escritor não é apenas alguém que conta histórias engraçadas ou interessantes. Mais profundamente, pelo menos desde o romantismo e sobretudo o simbolismo, é um homem que procura trazer à luz a significação escondida das coisas. Por isso pronunciei na minha introdução a palavra hermenêutica: a arte de interpretar os textos. Ora, para Miguel Torga, o mar é um texto e, mais precisamente, um poema. Mas um poema obscuro, ou, por outras palavras, um enigma, uma esfinge.

Escolho quase ao acaso – de tal forma são numerosas no *Diário* as fórmulas que exprimem este mistério:

Cá estou eu novamente a contemplar o enigma, sem atinar como o hei-de resolver. (Diário. 2, 180)

Ah, eu queria realmente vencer a esfinge. Queria tirar-lhe a capa negra, contar-lhe as saias, e perscrutar-lhe a alma encardida de salmoura. Mas ainda estou longe da sabedoria. Por enquanto, os seus verdes olhos enigmáticos sabem mais do que eu. (Diário. 2, 185)

A Esfinge de Tebas devorava os que não conseguiam decifrar o seu enigma. Torga-Édipo julga encontrar a resposta interrogando um pescador que, melhor do que ninguém, deveria poder ajudá-lo a descobrir a verdade do mar. Mas o humor do poeta-inquiridor não consegue esconder a sua decepção:

Hoje, de manhã, interroguei um pescador. O mar, o que será isto? Respondeu-me textualmente: – Muitas águas que se juntaram... Ainda tentei descobrir por detrás deste positivismo qualquer reminiscência de lenda ou mito. O homem que me levava de barco ao largo, remava, remava, e via em todo aquele fervilhar, em toda aquela inquietação – água apenas. (Diário. 1, 158)

É que o pescador que vive o mar não é capaz de o exprimir verbalmente, só um poeta podendo compreender um outro poeta. Mas quem jamais desvendará o segredo da ode oceânica?

*Oceano
Harpejo sem sossego e sem remate,
Harpejo horizontal do coração do mundo,
Há quantos anos já que te recito
Obsessivamente,
A medir cada verso*

Em cada onda!

E nunca te entendi!

É um mistério cósmico e sagrado. (Diário. 14, 170)

Áfinal em que consiste a antítese ou a ambivalência final que aqui pretendo pôr em relevo? Reside na postulação e na negação simultâneas de um sentido: se o mar é um poema, o maior e o mais belo dos poemas, ele é então, como todo o poema, uma proposição, uma proposta, uma tentação de sentido. Mas responde ao mesmo tempo com uma recusa à questão do intérprete. O mar é um poema sublime e... absurdo, infinitamente repetido:

O mar é grande por não ter sentido.

Por ser um verso azul feito de espuma

E de fúria e de bruma.

E nunca se cansar dentro do ouvido. (Diário. 4, 121)

É esta a situação metafísica do homem perante o mar como perante o seu próprio destino: penetrado pela beleza transcendente do mundo, tem finalmente que consentir na evidência do nada.

À questão colocada em vão ao pescador: “O mar, que será isto?”, foi o próprio Miguel Torga que respondeu, associando a ciência e a poesia – e será também a minha conclusão:

*Que o mar é em última análise o coração do mundo. Que pulsa,
que geme, só por ser como o nosso: fonte e consciência biológica de tudo.
(Diário. 1, 159).*

Obras de Miguel Torga

Diário:

I, 6.^a Edição, 1978

II, 4.^a Edição, Coimbra, 1977

IV, 3.^a Edição, Coimbra, 1973
V, 3.^a Edição revista, Coimbra, 1974
VII, 3.^a Edição revista, Coimbra, 1983
IX, 2.^a Edição, Coimbra, 1977
XI, Coimbra, 1973
XII, 2.^a Edição, Coimbra, 1977
XIII, Coimbra, 1983
XIV, Coimbra, 1987
XV, Coimbra, 1990

Portugal, 6.^a Edição, Coimbra, 1993

JOSÉ JORGE LETRIA:
GEOGRAFIA POÉTICA DE *OS LUGARES CATIVOS*

Maria do Céu Fialho

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

mcfialhofluc@gmail.com

ORCID : 0000-0002-8107-9165

Resumo: Três são, então, os “Lugares cativos” que marcam a memória poética de José Jorge Letria neste conjunto articulado de palavra-criação: a Grécia, Fez, o Oriente nipónico. E porquê “cativos”? Porque essa mesma memória os apreende e fixa, num verso, num poema, vinculados a uma vivência poética, a um rasgo de imaginário? Ou não cobrirá antes essa forma passiva a inversa, a activa, com a qual se articula? O poeta envolve-nos nesse seu jogo, que é também o da nossa relação com os lugares de memória: a eles fica ele referenciado porque a memória neles se abre, numa complexa e estimulante riqueza, tecida de matrizes, de história dos povos, de rasgos de identidade questionada, sofrida, descoberta, do indivíduo e da cadeia do tempo que nele se enlaça, tecida com fibras várias, que são as marcas do seu trajecto e dos encontros e desencontros da cultura a que pertence. Este itinerário poético de J. J. Letria torna-se mais compreensível quando a sua própria actividade como baladista da resistência é avaliada, bem como a sua prosa jornalística e de ficção ou a presença da Antiguidade na sua poesia anterior a *Os Lugares Cativos*.

Palavras-chave: Letria; Grécia; Fez; Atami; Lugares de memória; Identidade questionada.

Abstract: Three are then the “Captive Places” that mark the poetic memory of Jose Jorge Letria in this articulated set of word-creation: Greece, Fez, the East of

Japan. And why “captives”? Why does this same memory apprehend and fix them, in a verse, in a poem, linked to a poetic experience, to an imaginary trait? Or will it not first cover this passive form, the inverse, the active, with which it articulates itself? The poet engages us in his play, which is also that of our relationship with the places of memory: to them he is referenced because the memory in them opens up, in a complex and stimulating wealth, woven of matrices, of the history of the peoples, of traces of identity questioned, suffered, discovered, of the individual and the chain of time that is linked therein, woven with various fibers, which are the marks of his journey and the encounters and disagreements of the culture to which he belongs. This poetic itinerary of J. J. Letria becomes more understandable when his own activity as a ballads singer of resistance is evaluated, as well as his journalistic and fictional prose or the presence of Antiquity in his poetry before *The Captive Places*.

Keywords: Letria; Greece; Fez; Atami; Memory places; Questioned identity.

José Jorge Letria nasceu em Cascais, em 1951. Estudou Direito e História na Universidade de Lisboa, fez a Pós-graduação em Jornalismo Internacional e concluiu o Mestrado em “Estudos da Paz e da Guerra nas Novas Relações Internacionais” pela Universidade Autónoma de Lisboa. Veio a doutorar-se, mais tarde, em Ciências da Comunicação no ISCTE.

Manifestou-se, desde cedo, um espírito de múltiplos talentos, do jornalismo à poesia, teatro, ficção. A sua vasta obra como ficcionista espraia-se, inclusivamente, por um universo que lhe é peculiarmente caro, o universo infantil, e o juvenil – aliás, das quase duas centenas de títulos publicados em cerca de cinquenta editoras diferentes, perto de metade situa-se na área da literatura infanto-juvenil.

No mundo do jornalismo, foi, entre 1970 e 2003, redator e editor de jornais como “Diário de Lisboa”, “República”, “Musicalíssimo”, “Diário de Notícias” e “Jornal de Letras”. Associada à atividade jornalística, desenvolveu atividade docente como professor de Jornalismo, tendo publicado, nesse âmbito, três livros. Foi também correspondente de jornais estrangeiros em Portugal. Como

autor de programas de rádio e de televisão, destaca-se, em particular, a sua participação, durante vários anos, na equipa de criadores do tão conhecido e apreciado programa infantil “Rua Sésamo”, em Portugal¹.

Na sequência da tradição baladística de resistência, desenvolvida por Luís Goes² e José Afonso a partir do fado de Coimbra, também José Jorge Letria, nos anos 70, foi um ativo cantor de intervenção, associado a nomes como José Afonso, Manuel Freire, Adriano Correia de Oliveira e Francisco Fanhais, entre outros. Nesse âmbito, gravou discos, a partir de 1968, ainda em tempo de ditadura, e realizou centenas de espetáculos entre 1972 e 1973 (em particular na Galiza e em Madrid)³.

A sua participação ativa na resistência ao regime levou a que fosse um dos poucos civis ao corrente da movimentação militar que preparou a revolução de 25 de Abril de 1974. Assim, passou a colaborar com os militares na Direção da Emissora Nacional desde o início da revolução e assumiu a responsabilidade pela programação musical da EN até meados de 1975. Essa sua experiência da madrugada do 25 de Abril inspirou o livro *Uma Noite Fez-se Abril*, publicado em 1999.

O essencial da sua obra poética, até 2003 (ano em que completou três décadas de intensa atividade literária), encontra-se publicado numa antologia organizada em dois volumes *O Fantasma da Obra*, Lisboa, Lumiar, publicados respetivamente em 1994 e em 2003.

Desde então, José Jorge Letria continua a dar voz à sua inspiração poética e a levar ao prelo poesia e ficção – que encontram eco entusiástico na leitura de um público, cuja voz se traduz nos inúmeros prémios, nacionais e estrangeiros com que o ficcionista e poeta tem sido contemplado.

¹ Aliás, a sua atividade, mas enquanto escritor de literatura infantil, valeu-lhe o Prémio Ferreira de Castro de Literatura Infantil (três vezes), o Prémio “O Ambiente na Literatura Infantil”(igualmente três vezes). Por seu turno, o seu livro para crianças *O Homem que Tinha uma Árvore na Cabeça* foi incluído, em 2002, na lista “Books and Reading for Intercultural Education”, da União Europeia.

² https://www.rtp.pt/noticias/cultura/morreu-o-cantor-e-autor-luiz-goes_n588084

³ Para uma sinopse da discografia de J. J. Letria: <https://www.discogs.com/artist/1475996-Jos%C3%A9-Jorge-Letria>

Já com vasta obra poética editada, José Jorge Letria publica, em 2009 (Coimbra, APEC/CECHUC), um pequeno volume de poesia intitulado *Os Lugares Cativos*. A sua peculiar relação primordial com o mito grego e o imaginário da Grécia Antiga (Jesus 2009, 17-26; 127-138) é poeticamente retomada, neste conjunto de poemas. Todavia, essa relação amplifica-se e estende-se a outros espaços-tempos, em função da procura de uma vivência poético-geográfica que recupere uma unidade primordial perdida (Gomes 1991, 18), em lugares privilegiados, universalizando-se, assim, a partir da Hélade (Fialho 2015, 193-203).

Três são, então, os “Lugares cativos” que marcam a memória poética de José Jorge Letria neste conjunto articulado de palavra-criação: a Grécia, Fez, o Oriente nipónico. E porquê “cativos”? Porque essa mesma memória os apreende e fixa, num verso, num poema, vinculados a uma vivência poética, a um rasgo de imaginário? Ou não cobrirá antes essa forma passiva a inversa, a ativa, com a qual se articula? O poeta envolve-nos nesse seu jogo, que é também o da nossa relação com os lugares de memória: a eles fica ele referenciado porque a memória neles se abre, numa complexa e estimulante riqueza, tecida de matrizes, de história dos povos, de rasgos de identidade questionada, sofrida, descoberta, do indivíduo e da cadeia do tempo que nele se enlaça, tecida com fibras várias, que são as marcas do seu trajeto e dos encontros e desencontros da cultura a que pertence – lugares em que a Natureza fala aos sentidos, rude, intensa, poderosa nas sugestões que desperta, ou serena e apaziguadora. A pertença é, então, mútua, do lugar ao poeta e do poeta ao lugar. A mediação entre os três vértices deste triângulo de espaços-tempos acontece pelo poeta, espectador, de lugar cativo, e ator.

Tantos quantos os lugares, assim se organiza o livro em três secções. “À Luz do Mistério Grego” reúne um conjunto de poemas em que a referência ‘Grécia’ é denominador comum. Mas essa Grécia oferece-se como espaço de leitura de tensões que são as do próprio ‘eu’ poético: as trevas por dentro da luz, de coloração nietzscheana na compreensão da cultura grega, tematizam, simultaneamente, a conflitualidade do poeta, por detrás da fachada das “feras amansadas” das paixões, perdido nos seus medos, a que a imagem do labirinto

empresta expressão recorrente (Carvalho 2009, 43-72)⁴ – um labirinto que, por seu turno, define o próprio poeta, é seu constitutivo complexo, na medida em que ele é, no seu imaginário poético, labirinto e Dédalo, labirinto e Ícaro (“A Poesia é um Ícaro duplicado”: de *Poesia Escolhida*, p. 157). Assim os seus versos o elevam, entre o mar e o sol do conhecimento, e o queimam, pelo excesso que é a vertigem e a altitude atingida (Fialho 2015, 196).

Os medos são os cantos escuros do que de si esqueceu o poeta, ou não desvenda. O processo de ‘esquecimento’ platónico é angustiadamente formulado, numa versão invertida, contida num verso-máxima: “... o que sei é o que esqueço”, na procura de si mesmo, qual “galope circular” que é o despojamento de si mesmo (do poema “A flor incandescente de um verso”).

O verso representa, assim, o momento privilegiado em que o poeta consegue fixar o que procura, ou o drama da procura mesma, uma vez transposta a palavra banal, quando aquela vem de dentro, como um fogo – um fogo transbordante em que o poeta, transbordante de si, na memória-iluminação que o toma, se reconhece como “o Continente incontido” (de “Ilhas no Tumulto da Lembrança), espraído até às ilhas. Ele é a geografia grega, qual teatro aberto em que as máscaras se jogam.

Despojamento e excesso, procura, encontro e desencontro, marcam a sua relação com esta Grécia que acende os sentidos e a memória que os habita pelo excesso de sol, das cores, das formas, dos perfumes, da terra áspera e das referências culturais dos tempos passados nos tempos que são. José Jorge Letria não cai numa evocação romântica da Grécia Antiga que, em última análise, explicaria a utopia banalizante de um passado malbaratado pelo turismo de massas. Ele recusa ser, na Grécia, “turista em romaria” (do poema “Peixe, Gaivota ou Lua”).

O passado está por dentro do presente, anima-os a ambos o mito, e ambos se cruzam, nesse labirinto de perplexidades nem sempre desvendadas. O eterno reside nesse universo em que o tempo consagra o incessante peregrinar do Homem

⁴ É particularmente expressiva e relevante a peculiaridade do tratamento do mito do labirinto em Letria, no contexto de uma apropriação muito *sui generis* do mito na poesia portuguesa (Ferreira 1996, 309-333).

por essa Natureza, rude, agreste, e a que este pertence e pela qual é despertado, num processo de pertença estésica. Aí se encontram os “poetas torturados” da tragédia de antanho e os de agora. A busca continua a ser a mesma. O momento, esse, condensa-o o verso, tenso, transbordante de sentidos. E a esse condensar no verso, no indizível, que é o que o verso contém e que simultaneamente o transcende, chama-lhe o poeta “tradução”, com toda a angústia e exercício de entrega e despojamento que a tradução exige. Por ela se transfigura o poeta.

O segundo ciclo poético deste volumezinho evoca, já na epígrafe, a multiplicidade no uno, a brancura serena que invade a noite: “Luas de Fez”, com o perfume das noites cálidas de luar. Este outro vértice do triângulo identitário que, a partir da memória do poeta, recupera traços esquecidos de uma face trágica e silenciada da nossa presença passada no outro lado do Mediterrâneo. Fez é a partida e a descoberta, num outro espaço, do que conosco parte, do que de nós se projeta como alteridade e se reencontra, como um dos traços de um complexo mundo de encontros que vem do fundo do tempo. Fez é andaluza, descobre o poeta – outro modo de dizer que também a Andaluzia é árabe. Lorca as une, a Fez e a Granada, reconhece o poeta no seu belíssimo poema “Imitando a Granada de Lorca”; une-as a antiga e nobre sabedoria de um passado árabe (“Perseguindo Avicena”), cuja epifania está iminente em cada espaço – passado que construiu também o que ocidentalmente somos.

Fez é o espaço de convergência e de passagem de povos antiquíssimos (“Há Cidades Assim”). Nos seus silêncios e nos seus bulícios, na luz branca do dia, no luar que a invade, fala dos nossos cativos. A descoberta estonteante de um mundo novo e, simultaneamente, pressentido, porque nos corre no sangue, opera-se também nessa estesia de cores, de sabores exóticos, no “dédalo dos cheiros” – de novo o labirinto –, caminho em que o poeta se perde e se encontra. Ouçamo-lo, então, em “Com a Escrita de Amin Malouf”:

...

O que encontro eu em Fez
que não encontre nas cidades imaginárias
que há no mapa dos meus versos

assombrados pela sede do longe
embriagados pelo mistério da fala?
Encontro a parte que me falta
na história do que sou e do que fui,
cruzado trazido ao engano
nas naus de perdição do deserto,
soldado da miragem da sede
conquistando baluartes inúteis.

É visível que a voz lírica que fala é a de um povo com a sua história, por um processo de sinédoque; mas esse povo e essa história são, simultaneamente, metáfora da mesma e eterna busca individual que anima o ciclo anterior de poemas, “À Luz do Mistério Grego”: a escrita-percurso segue as pistas estésicas, a “sensibilidade tátil” (“Revelação da Eternidade”), as memórias, conduzida, agora não por Ariadne, mas “talvez” por “um poeta antigo/das terras onde fui criança”.

O mistério persiste. A tentação de o cristalizar na impressão de instantes mais vividos representa a ilusão falaz de uma turística fotografia de duplicação mentirosa (de novo a desconstrução do ‘turismo de superfície’).

Fez desconstrói e denuncia preconceitos lançados sobre uma alteridade que poderia ter sido lição da nossa generosidade – e que esquecemos: a partilha aberta da elegante hospitalidade, tecedora de “um pacto de afecto” (“Entro nas Casas, Sou das Casas”):

A minha casa é a tua casa,
a minha mesa a tua mesa.
E passámos nós séculos
a chamar infiéis a quem
apenas cometeu o pecado
de se manter fiel à paixão da dádiva.

Aí onde, numa realidade que não foi, que não é utópica, judeu e árabe coabitam, varridos para sul por guerras e preconceitos, e amam e vivem, envoltos

no mesmo perfume dos laranjais que desconhecemos. A fórmula de um justo equilíbrio com a vida encontra-a o poeta na natural dinâmica do mercado das ruas da cidade: “Aceita metade do preço pedido/e talvez consigas um preço justo (“A Água da Miragem dos Olhos”). É preciso jogar, saber encontrar o momento, o instante em que a vida se abre e se deixa captar na riqueza que oferece, nos mistérios que desvenda, nos aromas e sabores que dos seus frutos se desprendem. O Jogo de Xadrez contraria o do alheamento dos jogadores de Pessoa: é um jogo de procura e de aproximação, de suprema concentração sobre o tabuleiro do tempo e da vida, em que cada peça movida abre, progressivamente, para uma sabedoria maior, transpostos os umbrais de um tempo limitado. Fez revela-se, então, como um espaço-tempo de unidade, em que o que se recorda desperta para uma antiga sabedoria do que fomos ou não chegámos a ser, do que o poeta foi ou não chegou a ser, ou se sonhou, num rasgo de “plenitude e assombro”. Daí a promessa de voltar a essa Fez.

O terceiro lugar, no oriente longínquo, apresenta sumariadas as vivências poéticas na epígrafe do ciclo: “O Rosto Branco de Atami”. A brancura anunciada é diversa da brancura crua das fachadas gregas ou da brancura persistente de Fez, exposta ao luar. É a neve que cai sobre os templos budistas, envolvendo-os no silêncio sagrado que eleva e apazigua, ou a neve das alturas do Monte Fuji – diversamente da atmosfera de Fez: “aqui nada se regateia ou se recusa” (Taça de Saké, Revérbero de Lua”).

A pureza da água, a frescura do degelo, que anuncia o renascer da vida, envolvem o poeta num ciclo de serena perpetuidade: não são já as cores vivas e a natureza quase cáustica, na sua sensualidade, como na Grécia e, também, em Fez. A doçura da cor das cerejeiras em flor, o “fumo do entardecer”, “numa serpentina de luz”, a minuciosa representação do rouxinol e da paisagem do biombo, quase reais, imperam e dão o tom de uma sabedoria que se eleva, encontrado, finalmente e desde há milénios, o segredo de um eterno equilíbrio: o da sabedoria Zen. A arte oriental contém os princípios e a filosofia desse saber. Por isso, as equivalências são possíveis e a tradução constitui um princípio natural de quem olha o universo e as entende (“O Tradutor e a Cerejeira”). A cânfora representa aí o princípio da incorruptibilidade.

Ainda assim, não há dédalos a percorrer neste último lugar; o rasto de antigas memórias nossas é palpável, no coro dos meninos, no crepúsculo de Atami, na magia de uma palavra reconhecida, de antigas memórias portuguesas. Mas tal como na luz da Grécia se deixa adivinhar a sombra oculta, também na serenidade e silêncio, na sabedoria oriental, que roça o mistério da eternidade, a eterna tensão se desvenda – aquela tensão que faz o homem, que o acompanha, da Grécia a Fez, de Fez a Atami, do fundo dos séculos à escrita do poeta.

No final do terceiro dos ciclos, no termo de *Lugares Cativos*, o teatro Não denuncia o conflito e procura de respostas do homem polifacetado ou dilacerado, em busca de si, em busca de uma unidade e de uma resposta em que se capte, em plenitude, para além dos seus medos. Por isso um *Leitmotiv* ressurgue, da Gécia e de Fez: o da máscara, da dualidade, e do espaço exterior-interior onde as máscaras atuam: “sou o teatro dilacerante” (“Sempre o Fascínio da Máscara”).

Ulisses tem ainda muito que contar; Fez abre-se, na memória, a um novo regresso prometido, em busca de afetos e sabores que despertam e acalentam o poeta. Atami, finalmente, com o seu rosto branco de neve e de máscara, esperará pelo poeta, numa nova primavera, num novo ressurgimento sereno e suave, como a paisagem de cerejeiras em flor onde, finalmente, será arredada a máscara, no que significa de duplicação, para um outro palco: o da entrega e despojamento.

A mediação acontece pelo poeta e os *Lugares Cativos*, ou lugares a que o poeta ficou cativo, são janelas diversas, abertas pela riqueza de um imaginário tornado escrita versátil, consoante cada um desses lugares-tempos, em consonância com a procura, com o encontro e desencontro de quem escreve. E ao lugar da escrita, ao poema, fica também o leitor cativo, pelo eterno teatro de que se reconhece ator, pela cor, pelos aromas, pelos sabores, pela frescura, pelo silêncio, pelo reencontro prometido.

Referências bibliográficas

- Carvalho, T. 2009, “Cartografando o labirinto” in: Carvalho, T., Jesus, C., *Fragmentos de um fascínio. Sete ensaios sobre a poesia de José Jorge Letria*, Coimbra. CECH, pp. 43-72.
- Ferreira, J. R. 1996, “O tema do labirinto na poesia portuguesa contemporânea” *Humanitas* 49, pp. 309-333.
- Jesus, C. 2009, “Placenta de vozes antigas ou a Antiguidade” in: Carvalho, T., Jesus, C., *Fragmentos de um fascínio. Sete ensaios sobre a poesia de José Jorge Letria*, Coimbra. CECH, pp. 17-26.
- 2009, “Peregrino de outras águas. A presença tutelar de dois poemas gregos em José Jorge Letria” in: Carvalho, T., Jesus, C., *Fragmentos de um fascínio. Sete ensaios sobre a poesia de José Jorge Letria*, Coimbra. CECH, pp. 127-138.

FERNANDO NAMORA: LITERATURA, GEOGRAFIA E A LEITURA DO PAÍS

Rui Jacinto

Centro de Estudos de Geografia e de Ordenamento do Território
(CEGOT)

rjacintomm@gmail.com

Resumo: “*A geografia é uma escala cromática de azuis*” é um esboço de definição poética que baliza a relação de Fernando Namora com a Geografia, patente na sua vasta produção literária. A partir da leitura do conjunto da obra do escritor, que foi o mais lido, traduzido e difundido internacionalmente, é ensaiada uma digressão que visa interpretar a Geografia de Portugal a partir do olhar Namoriano. Três coordenadas estruturam a apresentação: Geografia e Literatura: venturas e desventuras dum longo e frutuoso romance; Fernando Namora: da geografia vivida à geograficidade da sua obra; Fernando Namora e a leitura do país: mapas (literários), legendas, dicotomias. Conclui-se que Fernando Namora, como a generalidade dos geógrafos, também estava consciente que “*o mundo é mudança e não há geografias fixas*”.

Palavras-chave: Geografia de Fernando Namora; Geografia e literatura; Leitura do território; Geografia literária de Portugal.

Abstract: “*Geography is a chromatic scale of blues*” is a sketch of the poetic definition that informs Fernando Namora’s relationship with Geography, which is evident in his vast literary production. Based on a reading of the entire work of the author who was the most widely read, translated and disseminated internationally, we propose an interpretation of the Geography of Portugal

from a Namora perspective. Three co-ordinates structure the talk: Geography and Literature: fortunes and misfortunes of a long and fruitful romance; Fernando Namora: from inhabited geography to the geography of his work; Fernando Namora and the reading of the country: (literary) maps, legends, dichotomies. We conclude that Fernando Namora, like most geographers, was also aware that “*the world is changing and there are no fixed geographies*”.

Keywords: Geography of Fernando Namora; Geography and literature; Reading the territory; Literary geography of Portugal.

“a luz do dia é azul. Um azul que difere consoante estamos à beira-mar ou na montanha e consoante as latitudes e longitudes. *A geografia é uma escala cromática de azuis*” (Os clandestinos, 1972: 148).

1. Geografia e Literatura: venturas e desventuras dum longo e frutuoso romance

A cumplicidade entre Geografia e Literatura, que nunca foi pacífica nem isenta de acaloradas discussões, foi sinalizada entre nós por Amorim Girão (1895-1960) ao introduzir este debate, em 1952, no seio da Geografia portuguesa. No dealbar do século XIX, antes mesmo das Sociedades de Geografia começarem a popularizar esta ciência¹, já os geógrafos davam atenção àquela relação se levarmos em consideração o sugestivo título, *Geografia Literária*, que Adrien Balbi atribuiu a um capítulo duma obra que pretende ser uma Geografia sobre Portugal que em 1822 publicou em Paris².

¹ A primeira Sociedade de Geografia, fundada em Londres em 1830, iniciou a difusão deste tipo de instituições pelas principais cidades do mundo, tendo a de Lisboa sido criada em 1875.

² Adrien Balbi (1822) – Essai statistique sur le Royaume de Portugal et de l’Algarve, comparé aux autres états de l’Europe, d’ un coup d’œil sur l’ état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères. Paris, ChezReyetGravier, Libraires (2004; Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

Adrien Balbi, que havia passado alguns meses em Lisboa, entre 1819 e 1820, era um veneziano nascido em 1782, geógrafo conhecedor das ciências físicas e da matemática, homem de luzes que incluiu no referido capítulo matérias que seriam abordadas, hoje, no âmbito da geografia cultural. Joaquim Romero de Magalhães, na apresentação da reedição daquela obra, em 2004, refere que Balbi “lera e estudara bons autores – como Leopoldo de Buch e Alexandre von Humboldt – com quem se corresponde”. Ao contrário de trabalhos anteriores, a visão geográfica de Adrien Balbi procura ser totalizante, quando trata Portugal, descreve a terra e pretende dar-nos um “resumo de todos os recursos deste reino”. Muitos aspetos que aborda, atualmente, só seriam considerados tangencialmente na esfera geográfica, embora esse espírito de geógrafo acabe por unificar todo o seu trabalho.

A dado passo refere Romero de Magalhães: “Não deixa de ser interessante o que designa por geografia literária. Esta começa por uma vaga apreciação sobre o carácter físico e moral do País, para passar à língua portuguesa. Atento se mostra aos estabelecimentos de instrução pública, das escolas de primeiras letras à Universidade de Coimbra” (pag. 16). Refere ainda outros estabelecimentos estritamente literários, como uma Academia de Geografia que existiria em Lisboa. Algumas passagens do capítulo que dedica à geografia literária, lidas ao pé da letra e com os olhos de hoje, fazem-nos sorrir: “Em geral as mulheres são lindas; elas têm belos olhos negros, físicos agradáveis, o corpo bem proporcionado, o pé pequeno e um tronco elegante. Os mais belos homens e os mais fortes encontram-se na Serra da Estrela, no Minho e Trás-os-Montes”; “Os homens desta nação tem uma forte atitude para as ciências e as artes; a poesia faz as suas delícias; e encontramos em Portugal como na Itália excelentes improvisadores” (Tomo 2, pag. 21).

No ano da criação da Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), um dos sócios fundadores da agremiação, Gerardo Augusto Pery, cartógrafo militar, naquela linha, publica uma *Geographia e statistica geral de Portugal e colonias; com um atlas*, onde abordou temas similares numa rubrica que intitulou *Instrução e beneficência* (capítulo VII). Os remotos trabalhos de Adrien Balbi e de Gerardo Pery mostram como a literatura, como outros temas de índole cultural, sempre

foram tidos em consideração pelos geógrafos. Os geógrafos, que viam a literatura como um alfobre de informação, comungavam com os escritores um outro elemento crucial: a viagem. A ligação intemporal entre Geografia e Literatura está bem expressa em algumas obras universais que têm a viagem em comum, publicadas desde a antiguidade clássica; recordemos a Odisseia de Homero ou a Geografia de Ptolomeu, a Carta de Pero Vaz de Caminha, os Lusíadas (Luís de Camões) ou a Peregrinação (Fernão Mendes Pinto), entre as de raiz lusófona.

Geografia literária é uma expressão que acabou por ser consagrada, entre nós, por José Osório de Oliveira (1931), quando deu aquele título a um livro onde compilou vários ensaios sobre a literatura de Portugal e Colónias. Os contornos relativamente fluidos da *geografia literária* remetem, umas vezes para o relato de experiências e vivências proporcionadas pela viagem, noutras, para obras literárias com conteúdos geográficos implícitos, onde se pode obter informações pertinentes para se apreender o espírito dos lugares e a alma das pessoas que os habitam. A ambiguidade das fronteiras entre as duas disciplinas continua a subsistir como bem expressou Amorim Girão: “Acusam-se muitas vezes os geógrafos de literatos, querendo significar que eles desprezam todo o contacto com a realidade, vivendo no domínio da pura fantasia. Fala-se de “literatura geográfica” quase sempre com intuitos de maldizer; e, deturpando muito embora a expressão, também se terá falado de “geografia literária” mais ou menos no mesmo sentido”. Refere que “já havia intuído empiricamente tal entendimento quando, umas décadas antes, ao interrogar-se sobre o rumo que a geografia estava a trilhar”. As suas considerações acabam por o levar a concluir “que a pura investigação geográfica se revela em muitos casos incapaz de fazer a cabal interpretação da fisionomia terrestre, e como a ciência e a arte precisam de aliar-se com o objetivo de nos darem o quadro completo das nossas paisagens” (Girão, 1952: 105-106)³.

³ Mais adiante, no texto “Quo Vadis”, Amorim Girão refere não “precisarmos de ir buscar exemplos às literaturas estrangeiras, alguma confirmação do que acabamos de dizer poderá encontrar-se mesmo em autores portugueses. A Musa Alentejana, do Conde de Monsaraz, com seu livro de versos, nem por isso deixa de constituir um fiel documentário da paisagem e da vida nas dilatadas planícies transtaganas; e de Maria Mim, de Nuno de Montemor, outro tanto pode dizer-se pelo que respeita às terras fronteiriças de Riba-Côa. Conhecemos bem as paisagens severas e majestosas

Décadas mais tarde, entre as várias ruturas ocorridas no seio da Geografia, particularmente na década de setenta, emerge entre as várias correntes, uma de pendor humanista que enfatiza o ser humano, valoriza a sua experiência, a importância dos comportamentos e o significado da criatividade humana (Bailly, 1980; Tuan, 1978; Pocock, 1984; Holzer, 2008). Estes autores, que pugnam por uma geografia humanista, preconizam a “ênfase no homem e particularmente nos valores e nos significados da experiência humana (da criatividade aos comportamentos)”. É referido, a este propósito, que “a reflexão, a observação e a experiência constituem os métodos de base da geografia humanista; observação livre ou estudo nos quais o geógrafo faz parte integrante do meio estudado, enquanto membro duma comunidade, visitante, amigo ou residente” (Pocock, 1998: 140).

A compreensão holística dos lugares, das paisagens e do mundo vivido, à luz destes princípios, enfatiza o interesse num diálogo mais estreito da geografia com a literatura (Pocock, 1981, 1998; Lévy, 1989, 2006). Para estes autores “a literatura e as artes, são igualmente muito úteis ao geógrafo humanista como fontes de informação e por melhor agarrar o desenvolvimento ou a aparição da nossa sensibilidade a respeito do meio; por outro lado, ajudam-nos a colocar ou a confirmar as nossas hipóteses de pesquisa” (Pocock, 1984: 140). Embora seja possível encontrar reminiscências desta tendência na escola Vidaliana da Geografia Humana ou da Sociologia Urbana de Park, os seus verdadeiros fundamentos surgem como reação ao positivismo lógico, que apostava na quantificação a todo o custo e nas explicações mecanicistas, deterministas, portanto, reducionistas, isto é, uma Geografia onde o homem está ausente, como refere um destes mentores, o editor de *Humanistic Geography and Literature* (Pocok, 1981: 139).

O autor de *A região, espaço vivido*, um precursor que também advogava tais orientações, já havia reconhecido que “num mundo à procura de si mesmo, a Geografia escapa aos geógrafos”, rematando ser “preciso reaprender o espaço e reaprender a aprendê-lo” (Fremont, 1976: 257). Atribui grande importância à arte

da Beira Transmontana, mas foram algumas páginas deste último escritor, cheias de colorido e emoção, que melhor nos fizeram compreender essas paisagens, e penetrar ao mesmo tempo na especial maneira de ser das gentes que lhes dão vida.”

para qualificar e interpretar o espaço, considerando necessário que “o despertar para uma arte do espaço só é concebível na familiaridade dos poetas, romancistas, pintores ou cineastas, que têm evocado, melhor do que as nossas descrições, a região dos homens” (Fremont, 1976: 261). A explanação das suas ideias levou-o a deduzir, naturalmente, que “é uma nova Geografia que há que inventar, rompendo ainda divisórias entre disciplinas, com geógrafos abertos à Literatura e às Artes e homens das letras a par da Geografia” (Fremont, 1976: 262).

Os trabalhos que preconizam a ligação entre literatura e geografia, como se vê, têm vindo a ser pensados, apesar de tudo, há relativamente pouco tempo, ao mesmo tempo que ocorreu a abertura das ciências humanas à dimensão espacial e se verificou uma viragem na linguística, contemporânea do surgimento da geopoética. Estamos perante um conhecimento multidisciplinar, que procura incluir em suas áreas de observação representações culturais e a conceção do espaço como uma construção social, prestando-se a geografia particularmente bem a essas conexões. Começaram por ser lidas as representações do espaço implicadas nas literaturas da viagem, nas explorações das que implícita ou explicitamente investem nos lugares (Baron, 2011). A geografia literária evoca e sugere que a geografia, porque ouve o mundo exterior e o que é concreto, informa a escrita e a imaginação do escritor. Contudo, apesar de algumas tentativas distantes ao nível da geografia regional ou passagens perdidas aqui e ali em obras literárias de certos geógrafos, verdadeiramente e, como tal, não existe a geografia da literatura. A geografia literária, pelo contrário, enquanto descrição, análise ou interpretação da representação literária de lugares e paisagens, existe em paralelo com a sociologia literária ou sociocrítica” (Brousseau; Cambron, 2003).

Tais perspetivas beneficiam, hoje, de trabalhos que começam em tempos mais longínquos, a começar nos que defendiam uma geografia informal, alicerçada em experiências e vivências onde se fundamentaria uma verdadeira Geosofia (geografia do conhecimento), cara a John K. Wright (1945). Esta geografia seria feita além dos muros da Universidade e de qualquer cátedra de geógrafo; estaríamos perante uma geografia experiencial, vigente no mundo independente de qualquer geógrafo profissional (Marandola, 2010: 26). Esta fonte de inspiração para muitos geógrafos foi complementada com a tentativa de relacionar

ciência e arte, para a segunda “iluminar” a primeira, que já estava claramente presente na obra de um dos pais da Geografia: Alexander von Humboldt. “Em sua obra magna – O Cosmos – o sábio naturalista preocupou-se tanto em examinar os méritos da descrição literária quanto aqueles da pintura das paisagens como poderosos auxiliares da percepção da natureza, nos diferentes lugares. No primeiro caso ele brindou-nos com uma brilhante apreciação dos Lusíadas de Camões a quem imputa a virtude de ser “no sentido próprio do termo, um grande pintor marítimo” (Monteiro, 2008: 196).

Uma das virtudes do diálogo entre Geografia e Literatura é, pois, o de buscar os traços essenciais da experiência geográfica do mundo. Mas, “ao invés de carregar para dentro da literatura conceitos geográficos, trazer da experiência do mundo narradas na pena do escritor, sentidos para a Geografia” (Marandola, 2010: 26). À luz deste tipo de interpretações, a narrativa literária adquire o sentido da existência, parte do mundo e acaba por adquirir traços de geograficidade ou simplesmente geografias. Ou, como outros preferem, gerar a partir duma poética da geografia uma estética materialista e dinâmica, uma filosofia das forças e dos fluxos, formas e movimentos. Isto, porque “a literatura, ao fazer a grande relação entre homem e a terra, reflete as fortes tendências da territorialidade, bem como os desenvolvimentos significativos na história das sociedades, tanto em termos de realidade como a sua representação” (Levy, 2006: 46). E, portanto, interessa à geografia.

“Peregrinação / Venho de um ermo que não existe / nas tuas
rigorosas *geografias* / venho não sei de onde / e nem lá regressar
poderei / porque nunca afinal lhe fixei a exacta / fórmula das suas
nutrientes matrizes” (Nome para uma casa: 1984: 85).

2. Fernando Namora: da geografia vivida à geograficidade da sua obra

O conhecimento geográfico tem sido fertilizado pela incursão de alguns geógrafos na literatura e na investigação de temas literários, já que a Geografia

e a Literatura, embora prossigam trajetórias, métodos e caminhos próprios, cada qual à sua maneira, entre complementaridades e dissonâncias, tentam explicar “a experiência humana sobre a Terra”, de que Eric Dardel era forte defensor. Contributo importante para uma verdadeira essência geográfica do mundo, enfim, a geograficidade. A geografia acaba por refletir a condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade, isto é, a mundanidade do homem que se expressa através de formas, materiais e imateriais, verbais e não-verbais, que conferem significação e ajudam a decodificar paisagens, lugares e territórios. Os que defendem que toda a obra literária é essencialmente geográfica tendem a reconhecer “a geograficidade como fundante do mundo e, portanto, de tudo que é vigente. A geografia não é apenas uma forma de ver o mundo (o que também o é), mas é parte da essência do mundo” (Marandola, 2010: 25).

Tais matérias nunca ocuparam uma posição relevante pois sempre foram remetidas para as margens da geografia. A sua relativa retomaacontece, como vimos, quando se valoriza a relação entre a geografia e a literatura no âmbito do contraponto à corrente positivista. Esta valorização equivale ao privilégio que a geografia deu, em determinados momentos à viagem, à imagem, à cartografia e, mais tarde, à fotografia, o que mostra como a geografia sempre esteve aberta e se relacionou com diferentes artes, como veio a acontecer com a literatura. Um bom exemplo desta aproximação foi a análise de Yves Lacoste ao romance *Le RivagedesSyrtes*, do escritor geógrafo Julien Gracq, onde reconhece que “a escolha que faz da localização geográfica dos dramas que ele nos conta não deve, sem dúvida, nada ao acaso, sendo preciso interrogar sobre as razões desta escolha” (Lacoste, 1980: 174). A partir daqui foi possível construir o mapa mental que o autor acabaria por deixar implicitamente plasmado naquela obra.

Este tipo de abordagens, que exploram as interfaces entre a geografia e a literatura também tiveram um olhar lusófono. Sem nos alongarmos na recensão bibliográfica sobre uma matéria que, apesar de tudo, já é relativamente ampla, não deixaremos de mencionar alguns ensaios que pautaram esta evolução. Depois dos trabalhos pioneiros de José Osório de Oliveira (*Geografia literária*, 1931) e de Aristides de Amorim Girão (*Geografia e Literatura*, 1952), publicaram-se posteriormente estudos como *Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura*

geográfica e social da obra de Alves Redol – Avieiros (Fernanda Cravidão, 1992) e *As outras geografias: a literatura e as leituras do território* (Rui Jacinto, 1995)⁴.

A geografia brasileira também desperta para o tema, neste período, aparecendo trabalhos como *Território, poesia, identidade* (Haesbaert, 1996 (2009): 143-158) e *O mapa e a trama. Ensaio sobre o Conteúdo Geográfico em criações romanescas* (Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, 2002), a que se seguiram *Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação* (Marandola; Gratão, 2010), *Geografia, literatura e arte: reflexões* (Maria Auxiliadora da Silva; Harlan Rodrigo Ferreira da Silva, 2010) e, mais recentemente, *Geografia literária em Rachel de Queiroz* (Tiago Vieira Cavalcante, 2019).

Entre o vasto número de estudos sobre Namora, o que foi elaborado com base nestes pressupostos, *Fernando Namora e a geografia da sua obra* (Rui Jacinto, 1998), traça o percurso pessoal e profissional do autor correlacionando a influência que esta geografia vivida projeta na sua obra e na interpretação que o autor vai tecendo sobre o mundo que o rodeia. O percurso pessoal acabou por se plasmar na ficção, tendo por azimutes Condeixa e Vale Florido (Ansião, na Serra de Sicó), Coimbra, Tinalhas (Castelo Branco), Monsanto (Idanha-a-Nova) e Pavia (Mora), antes de olhar o Tejo a partir duma das colinas de Lisboa. O Roteiro Namoriano (Figura 1), além de identificar os lugares onde ganhou raízes, por se sedentarizar durante algum tempo, pontua outros que a toponímia assinala, por existir uma rua ou uma escola (Condeixa e Brandoa) a que foi atribuído o nome de Fernando Namora. Os lugares

⁴ Nesta linha surgiu um trabalho académico extenso e detalhado *O lugar do meio. Uma leitura geográfica da obra de Miguel Torga* (F. Choupina, 2005); surgiram ainda: *Literatura e Geografia – outras viagens, outros territórios. Emigrantes de Ferreira de Castro* (Fernanda Cravidão, colaboração com Sérgio Marcos, 2000); *Gândara – encontro entre as paisagens literárias e o espaço vivido* (Fernanda Cravidão, 2007) e *Literatura, paisagem e geografia histórica. Revisitar Miguel Torga a pretexto dos ambientes de montanha* (PauloCarvalho, 2008).

Rui Jacinto tem trabalhado o tema sob várias vertentes em ensaios como: *Não mais que mar e céu: ensaio para uma geografia das ausências* (2001); *Transversalidades. Interioridades, insularidades. Apontamentos de viagem ao interior da Beira e ao Arquipélago de Cabo Verde* (2011); *Mia Couto. O geógrafo heterodoxo e sua imaginária geografia* (2011); *"As-água" na Geografia e Literatura de Cabo Verde: Manuel Lopes e a geograficidade da sua obra* (2015); *(D)Escrever a terra: geografia, literatura, viagem. A Geografia de Portugal segundo José Saramago* (2015); *Fernando Namora: o viajante, a viagem e a (re)leitura da sua obra*(2019); *Fernando Namora: Itinerário duma Vida, Geografia duma Obra* (2019).

que esboçam o itinerário Namoriano identificam tanto as suas origens (Vale Florido, Condeixa e Coimbra) como a peregrinação do escritor (Tinalhas, Monsanto, Pavia e Lisboa).

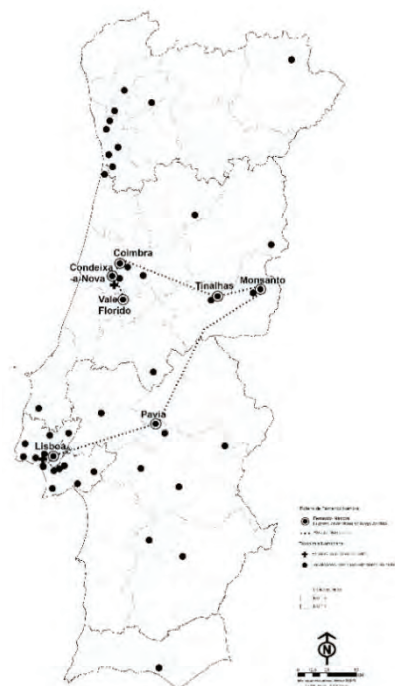


Figura 1 – Roteiro e Toponímia Namoriana.

(Lugares onde Fernando Namora viveu ao longo da vida ou localidades com ruas ou escolas a que foram dadas o nome do escritor)

As origens, definidas pelo lugar de nascimento e onde passou a infância e a juventude, são as pequenas pátrias, lugares que nunca se esquecem nem se abandonam afetivamente e que imprimem os traços mais fortes de nossa identidade territorial. A partir das entranhas da Serra de Sicó e da pacata vila de Condeixa observou os trejeitos do pequeno burguês da vila, do camponês, do maltês e do ratinho que partia em demanda de trabalho nos campos do Ribatejo, do Alentejo ou das vinhas de Torres. “Coimbra é um molde” como

refere o próprio escritor, portanto, são contos doutro rosário. Foi lá que Namora se formou não só em medicina, mas, também, do ponto de vista cívico, estético e político, no seio dum grupo onde desenvolveu laços de fraterna camaradagem e uma cumplicidade que havia de ficar para a vida. Foi na cidade do Mondego que começou a publicar, primeiro poesia, depois os dois primeiros romances, indissociáveis do ambiente coimbrão que ainda perdura em alguns imaginários: *As sete partidas do mundo* (1938) e *Fogo na noite escura* (1943).

A indecisão entre a escrita e a pintura levou-o, entre outras razões, a fazer caricaturas, de que existe um largo acervo. Destaca-se a que fez, em 1938, a Alfredo Fernandes Martins (Figura 2), dedicada “ao Fred com um abraço de admiração e amizade”, não apenas pela carga semiótica que encerra, que não será aqui explorada por importar ressaltar a cumplicidade que tem latente. O *Fred*, que optou por seguir Geografia, nascido na Rua da Matemática e futricamente assumido, seria parceiro de Namora, que vivia, então, na vizinha Couraça dos Apóstolos, também cúmplice dos que frequentavam o nº 9 da Rua do Loureiro, paralela à da Matemática, possível frequentador ocasional da tertúlia que se reunia em casa de João José Cochofel, berço do neorrealismo, hoje Casa da Escrita.

A peregrinação que Fernando Namora acabou por fazer levou-o durante sete longos anos a Tinalhas, Monsanto e Pavia. Os primeiros, lugares carismáticos da Beira Baixa, colocaram o médico em contacto com ganhões, contrabandistas, curandeiros, e volframistas, no período áureo da corrida ao minério. É disto que nos dá conta em *Minas de San Francisco* (1946), *A noite e a madrugada* (1950), *Retalhos da vida de um médico* (1ª série, 1949). *Casa da malta* (1945), escrito quando aportou a Tinalhas, ainda tem ecos do Litoral donde acabara de chegar e *A nave de pedra* (1975) é fruto dum momento mais tardio, quando os olhos já são outros e o mundo rural já se tinha alterado profundamente. Pavia corresponde a um outro universo, onde o latifúndio atinge todo o seu esplendor, como nos dá conta em *O trigo e o joio* (1954). Lisboa é o último cais deste périplo, cidade onde o escritor se vai explanar por outras existências como atestam as personagens das obras deste período, mais diversificadas e mais ricas em complexidade. Na cidade, que serviu de cais de abrigo e que virou num

porto sem retorno às provincianas origens, confronta-se com uma panóplia de estratos sociais vertidas em como *O Homem Disfarçado* (1957), *Cidade Solitária* (1959), *Domingo à Tarde* (1961), *Os Clandestinos* (1972), *Resposta a Matilde* (1980) ou *O Rio Triste* (1982).



Figura 2 – Caricatura de Alfredo Fernandes Martins (Fred) feita por Fernando Namora (1938), geógrafo que foi companheiro e cúmplice da geração coimbrã implicada no movimento neorrealista

Fernando Namora acabou por colher nos lugares onde viveu a matéria prima para a ficção, acabando o itinerário pessoal por atravessar indelevelmente a sua obra: cada um dos lugares do seu roteiro acabou por proporcionar um ou mais livros onde cristalizou a sua topografia física e humana e captou as personagens que melhor retratam o sentir e o modo de viver das respetivas comunidades. A observação, refletida na construção do olhar e na obra do escritor, tem importância equivalente à viagem ou ao trabalho de campo para o geógrafo. Não é de espantar, por isso, que a observação do conjunto da vasta obra de Fernando

Namora acabe por traduzir e estabelecer, com propriedade, um vínculo forte entre literatura e interpretação do território do País.

Ao incorporar a matriz telúrica dos territórios por onde deambulou a obra de Namora acaba por incorporar uma *geografia literária* que espelha aqueles lugares e os espaços regionais mais significativos do país. A extensa obra que Fernando Namora deu à estampa reparte-se entre a poesia (6 livros), o romance (12) e a crónica e narrativa (13), esboçando “um universo rico e complexo donde emanam referências fundamentais para que possamos ler as suas contradições sem a resignação ou os limitados horizontes que os cânones vigentes tentam impor, que nos mostra as diversidades do país e as disparidades do mundo em que vivemos”. As palavras com que Fernando Namora batizou os livros que publicou fornecem-nos algumas coordenadas fictícias que nos ajudam a definir a sua geografia imaginária. Os títulos dos livros acabam por delimitar um território de pertença que interessa analisar pois inscrevem referências matríciais, reais e simbólicas, que nos remetem para:

- *O apelo pela geografia*, que se manifesta por referências a elementos de *geografia física*, evidente nos títulos dos livros iniciais de poesia (*Relevos*, 1938; *Terra*, 1940; *Mar de Sargaços*, 1940) ou nos Cadernos de um Escritor (*Um Sino na Montanha*, 1968; *A Nave de Pedra*, 1975; *Sentados na Relva*, 1986; *As Sete Partidas do Mundo*, 1938); mas, também, a tópicos de *geografia humana*, presentes em *Casa da Malta* (1945), *Nome para uma casa* (1984), *Cidade Solitária* (1959) ou *Minas de San Francisco* (1946).
- *Uma dimensão telúrica*, por apontar referências aos quatro elementos, qual rosa-dos-ventos, necessariamente irregular e assimétrica, que tem em cada coordenada: (i) Terra: *Terra* (1940); (ii) Água: *Mar de Sargaços* (1940), *O Rio Triste* (1982); (iii) Fogo: *Fogo na Noite Escura* (1943); *Os Adoradores do Sol* (1971), (iv) Ar: *Estamos no Vento* (1974).
- *Uma visão dicotómica*, como se o mundo funcionasse de modo (bi)polari- zado, a oscilar entre o dia e a noite (*A noite e a madrugada*, 1950), o frio e o quente (*As friasmadrugadas*, 1959; *Fogo na noite escura* (1943) ou o bem e o mal (*O trigo e o joio*, 1954; *Deuses e demónios (da Medicina)*, 1952);

A obra de Fernando Namora está impregnada de verdadeiros mapas literários, desenhados ao longo duma geografia vivida, que apontam para uma subtil geografia literária de Portugal que importa trazer à superfície. Esta será a possível razão que levou Eduardo Lourenço a confessar que *Diálogo em Setembro* (1966) “é uma autêntica aventura terapêutica, uma psicanálise de Portugal e do comportamento português que confere a *Diálogo em Setembro* um inegável e raro interesse. Não é de estranhar o sucesso que parece ter suscitado, nem será de mais a atenção séria que se lhe dedicar”. Acaba por rematar: “Fernando Namora oferece-nos um espelho incomum para nos vermos. Debrucemo-nos nele”⁵.

“O mundo é mudança e não há *geografias* fixas” (Mar de Sargaços, 1938).

3. Fernando Namora e a leitura do país: mapas (literários), legendas, dicotomias

O itinerário feito por Fernando Namora uniu, como vimos, o litoral ao interior da Beira, o norte de Portugal que termina junto ao Mondego à planície que se estende a sul do Tejo, o rural mais remoto e profundo à cidade maior. O percurso do homem acabou por se confundir, em certa medida, com uma obra que espelha tanto a diversidade de contextos socio territoriais vivenciados pelo escritor como o seu compromisso cívico, estético e político. O contacto do autor com contextos físicos e humanas tão díspares acabou por proporcionar uma difusa geografia literária onde se espelham aquelas diferenças e se podem descortinar as clivagens mais gritantes entre o rural e o urbano, o norte e o sul, o litoral e o interior.

⁵ Eduardo Lourenço escolheu o ensaio que fez a este livro de Namora, publicado em 1968, no Comércio do Porto, com o título *Psicanálise de Portugal. À margem de Diálogo em Setembro*, para encerrar uma das suas obras capitais: *O Labirinto da Saudade. Psicanálise Mítica do Destino Português* (1978).

Namora havia escrito, porventura por todas estas razões, que “não é por acaso que se limitam, no papel, as fronteiras geográficas: pessoas, coisas, paisagem, e a luta que o homem escolhe ou a que é forçado, compõem um todo específico” (*Um sino na montanha, 1968: 13*). O seu universo ficcional está povoado de pessoas e de lugares, encontra-se preenchido por tramas densas que espelham as condições de vida e as relações sociais dum período da nossa história que se começa a esvanecer na segunda metade do século XX e que o 25 de Abril de 1974 vai alterar drasticamente. A Geografia de Portugal que Fernando Namora nos legou e que está implícita na sua obra, contém observações subtis e sensíveis que só um escritor profundamente humanista podia acrescentar às versões da autoria dos geógrafos. A cartografia que a suporta é feita de mapas literários cujas legendas nos fornecem coordenadas importantes para aprofundar a interpretação do país segundo a leitura do escritor.

- *Mapas (literários; reais e imaginados)*. Os lugares e os territórios que salpicam os mapas esboçados literariamente por Fernando Namora emanam, naturalmente, dos espaços onde o autor assentou arraiais, pelo que ocorrerão, predominantemente, na Beira Baixa, no Alentejo e em Lisboa. Os mapas que esboça das cidades de Coimbra e de Lisboa correspondem, necessariamente, a desenhos estéticos diferentes, pelo momento em que foram feitos, inerentes à evolução do olhar do artista literário que os elaborou. A descrição das paisagens físicas e humanas daquelas regiões vincam a sua topografia e as distintas formas de ocupação e de uso do solo. O povoamento reflete a estrutura social, varia consoante se trata das aldeias da beira ou dos montes alentejanos, se estamos perante a charneca, o campo, a campina ou a arraia da Beira Baixa ou as imensas aldeias mais concentradas, perdidas na campina alentejana, mais propícia ao isolamento.
- *Legendas: temas, dicotomias e segregações sociais*. Os sinais que percorrem a obra de Namora ajudam-nos a desvendar as relações entre homem e o meio, as circunstâncias que impelem as pessoas para a base duma pirâmide social profundamente desigual e assimétrica. Numa fase da sua produção literária, quando predominaram as abordagens de maior pendor

ruralista, fez uma minuciosa caracterização da agricultura precária e de subsistência, fonte das assimetrias sociais nos campos e da origem dum êxodo rural massivo que se revelaria imparável. As condições de vida e o isolamento nas aldeias, a par das migrações e das desigualdades são temas fortes, transversais e persistentes que os seus livros afloram de onde em onde. Quando a ficção incide sobre problemáticas urbanas destacam-se as contradições e as rotinas urbanas, o crescimento desenfreado e a segregação social que é remetida para as periferias. Perante uma obra elaborada por alguém socialmente comprometido e politicamente empenhado é de esperar que, além das referências espaciais, já referidas, deparemos com várias geografias temáticas, onde se vislumbram assuntos de índole social, económica ou cultural, sem esquecer a geografia da saúde, tema caro a Namora, dada a sua condição de médico, que nunca abdicou de comentar, mesmo quando deixou de exercer clínica.

A Beira Baixa e o Alentejo são as regiões que ocupam mais espaço na obra de Namora enquanto a Beira Litoral, que integra a origem do autor (Vale Florido, Sicó e Condeixa), têm apenas referências fugazes e muito esparsas. Contudo, não deixa de estar sempre presente no seu imaginário, deixando antever que existe, da parte do escritor, uma certa relutância em abordar o que, de certa maneira, correspondia à sua geografia sentimental. A Beira Baixa e Monsanto são, pois, o fulcro, que reúnem, com o Alentejo, matéria suficiente para o Esboço duma Carta Regional de Portugal.

Cruzando os mapas (literários) com as respetivas legendas deparamos com uma geografia modelar que aponta, entre realidade e ficção, para nítidas clivagens socioterritoriais que prevalecem e são, normalmente, usadas para descrever o país. As interpretações que faz do território e da sociedade têm como pano de fundo uma visão dicotómica do país, marcada por assimetrias espaciais que fazem ressaltar o crónico (sub)desenvolvimento (territorial) de Portugal, subentendido por Fernando Namora, segundo as separações tradicionais que passamos a apresentar: litoral-interior, rural-urbano e norte-sul. A apresentação é necessariamente sucinta, embora elucidativa dos assuntos a ilustrar, feita a

partir de breves citações pontuais sem qualquer carácter exaustivo ou representativas do conjunto da obra.

(i) O Litoral e o Interior

O verdadeiro significado destas palavras não é definido nem determinado, exclusivamente, pela geografia, apesar da sua importância ser incontornável. Viraram conceitos que exprimem dimensões naturais, económicas e sociais pelos traços vincados que imprimem nas pessoas e nas paisagens. Para Fernando Namora o interior apresenta-se como um mundo de exílio, de isolamento e solidão, mais notório para quem tem a retina impregnada do verde e do fresco que a brisa do mar acentua. O verdadeiro interior descobre-se depois de passarmos montes e as fundas ribeiras cuja presença atormenta a paisagem, terras de charneque antecedem as campanhas, de horizontes sem fim, campos de maior sacrifício para a labuta do homem.

“Quem vem de longe, das terras frescas do litoral, onde o verde salpica os olhos e se debruça nas estradas, e após a transição das ravinas do Zêzere, encontra uma paisagem que passo a passo se atormenta: a Beira Baixa. Aí, transposta que é a charneca com a sua cabeleira rala, nos cômoros a ferida aberta das ribeiras que descem ao Tejo por entre sobressaltos de xisto, ou ainda o dourado da campanha da Idanha, a querer-se alentejana sem o ser – aí, senhores, já a tristeza começa a espessar-se, a montanha crepita tendo por detrás relances de horizontes fundos, e as coisas se tornam graves. Ei-lo, um mundo de soledade, sobre que pesam crimes, mesmo se as frondes e as ramadas lhe escondem as dores do exílio”(A Nave de Pedra, 1975: 6).

(ii) O Norte e o Sul

As diferenças mais evidentes entre o norte e o sul são, segundo Fernando Namora, ditadas pela paisagem. No Norte ressalta o verde, a frescura e o colorido que resulta da diversidade inerente à agricultura promíscua, onde é mais notória a presença do pinheiro e outras espécies arbustivas; à parte estes

recortes da agricultura e da biogeografia, é esta paisagem variada que, na sua opinião, confere o otimismo típico do homem do Norte.

“Ninguém pode prever, na minha terra, o valor da paisagem e o que seja a saudade do verde. A frescura dos vales, o maravilhoso colorido das culturas, a serenidade melancólica dos pinheiros, a água rompendo tufos de arbustos tenros, acompanham o emigrante para todo o lado. A fome que os olhos têm numa paisagem húmida é desesperadora nos primeiros tempos. Quando sai de Condeixa, voltei lá muitas vezes por horas, sobretudo pela necessidade de apaziguar a saudade de cores viçosas. Na base do optimismo exuberante do nortenho está a paisagem. Nós, lá em cima, não damos por isso, e teríamos mesmo desprezado essas ligações com o lirismo da nossa terra demasiado suave. Só de longe podemos avaliar que também a terra tem e transmite euforia”(Elogio da minha Terra. In Revista das Beiras, 1949, Ano II (Jan.-Jun.), pp. 9).

A paisagem do sul tem características que sufoca, é árida e cria um ambiente de solidão propício à contemplação em espaços amplos e vazios de horizontes fundos.

“A paisagem do sul, sufoca. A aridez tem, também, a sua beleza, é certo, e não devemos desprezar o ambiente que nos ajuda à meditação e ao enriquecimento da personalidade. Mas deprime, imobiliza. E se o homem do sul se prende com conflitos pequeninos, é porque é necessário dar relevo a tudo o que acontece nos espaços amplos e vazios”(Elogio da minha Terra. In Revista das Beiras, 1949, Ano II (Jan.-Jun.), pp. 10).

Certas apreciações evidenciam um determinismo implícito que está alinhado com o discurso vigente na época e que não foi descodificado por uma observação rápida, porventura superficial. Anos mais tarde o escritor passa a olhar a charneca com outra perspetiva, fruto de vivências mais amplas ou motivado pela nostalgia de tempos irrepetíveis; então, começa a pôr em causa que a charneca seja, efetivamente, tão árida e se anda no ar assim tanta tristeza.

“Quem disse que a charneca é árida e a azinheira triste? Quem associa a planura de trigos e montados à melancolia dos olhos que pedem viço, euforia, garridice, e não os encontram? A esses, escapa-lhes o fascínio alentejano, a solitude que se fez carácter, o torpor que é solenidade, o orgulho que não admite a posse sem uma dádiva mútua”(Sentados na Relva, 1986: 83).

O minifúndio do norte e as desoladas charnecas do Sul estão na origem das penosas migrações internas, dos milhares de ratinhos, esses camponeses que eram “empurrado pela perseverança”, gente que vinha “de lugares onde um homem, de pernas alargadas, assenta um pé em cada courela”. As migrações, ontem como hoje, tanto à escala local, nacional como internacional, são sempre um foco de competição, controvérsia e de conflito.

“O homem do Norte é, para o Alentejano, o galego. O galego que veio de longe, com a sua iniciativa e a sua miséria, desbravar as desoladas charnecas do Sul. As vilas e as herdades cresceram com a ajuda desses imigrantes, e o Alentejano, lento, inviolável, não esquece mais o melindre de ter sido empurrado pela perseverança de uma gente que veio de lugares onde um homem, de pernas alargadas, assenta um pé em cada courela. São galegos. Galegos que vieram comer o pão e colher alguns frutos da planície imensa, das distâncias sem limites, onde os olhos se dilatam de horizonte e a melancolia cresce como os lagos de trigo”(Retalhos da vida de um médico, 1949: 113).

(iii) O rural e o urbano

A cidade e a aldeia apresentam diferenças notórias assim apontadas pelo autor: na aldeia o tempo tem outra cadência, há outra organização do trabalho e a relação entre as pessoas e com o mundo envolvente observa regras próprias. Na cidade há uma tendência para cada um viver na sua ilha e de o isolamento ser maior; aqui, mesmo no meio de tanta gente, o peso da solidão é mais pesado. Temos que levar em consideração que não só os tempos mudaram como estes pressupostos também.

“A cidade é um arquipélago de ilhas sem ponte. Um formigueiro em pânico. É traumatizante, desconfiada, acerba, sem que as pessoas o desejem e mereçam. (...) A aldeia é obviamente feita de pessoas iguais às da cidade, o seu viver também é restrito, sem chama e às vezes absurdo; simplesmente, o tempo tem lá outra cadência, outra é a osmose entre os homens e as coisas, outra a organização das tarefas. E há ainda uma consciência mais visceral dos próprios valores, expressa no agir, que é sempre fraternizador, e não no sucedâneo especulativo, donde surgem frequentemente as desigualdades, quando não mesmo as tiranias. (...) Este não pretende ser de maneira nenhuma uma imagem bucólica ou uma visão falsamente lírica e, do mesmo modo, não pretende escamotear o que, na aldeia, persiste de existência brutalizada pelas carências ou pelas circunstâncias” (Encontros, 1979: 213).

A cidade e a aldeia são dois mundos distintos. Hoje, há uma preocupação de inverter tais discursos tentando mostrar que tais barreiras não são tão nítidas; os ambientes citadinos e aldeões, contudo, intuitivamente e às cegas, ainda continuam perceptíveis.

“A cidade é um mundo, apesar das suas dissonâncias, e outro mundo é a aldeia – cada um deles a diferenciar-se, ainda, dos que se lhe parecem em pequenez ou grandeza. Mesmo de olhos vendados, sabemos, pela atmosfera, pelos humores, pelo hálito da terra, se estamos na planície ou na montanha, se o cenário que respiramos nos pertence, se nos repele ou atrai. E embora o enjoo citadino nos leve frequentemente a confundir primarismo com autenticidade, rudeza com força, silêncio com paz, a verdade é que, ao afastarmo-nos mais e mais das urbes, até onde já não se lhes aperceba o contágio, nos abeiramos de qualquer coisa que sugere pureza, unidade, na qual as nossas emoções desagregadas descobrem, finalmente, uma coesão, tanto como um sentido que as revitalize, tal se reagrupássemos fragmentos de uma peça há muito estilhaçada para lhe devolver a forma original” (Um sino na montanha, 1968: 15).

A maneira como se construíram as cidades e o tipo de urbanismo vigente em Portugal, no final dos anos 60, no esplendor da emigração maciça para França e da Guerra Colonial, está implícito num romance que Namora publica no início dos anos 70. O desordenamento territorial levou tudo a eito, a urbanização invadiu quintas e provocava guetos nas periferias com a mesma euforia que provocava um crescimento em altura e aumentava dissonâncias, envolvendo bairros populares e produzido vazios urbanos a par da cidade compacta nas áreas relativamente centrais que a especulação havia de colmatar com o tempo.

“Nada de atravessarem, porém, o desfiladeiro da avenida ou de irem longe na aventura de sondar os céus. Desconfiavam da cidade e temiam as alturas. O seu espaço era uma espécie de recreio murado. Porque a cidade, no seu afã de crescer depressa, ao assalto das quintas, deixara atrás de si ilhotas de resistentes, que ela ia poluindo e debilitando metodicamente: pombas, casebres, árvores que tinham nascido antes de as avenidas as domesticarem, e alguns homens que ela rejeitava da sua comunidade de gente hipotecada, correndo, aflita, sem cuidar do que a fazia correr. Assim acontecia nas traseiras do prédio fronteiro ao de Bárbara, onde, num terreno baldio, persistia uma dessas ilhotas. Enquanto os empreiteiros, artífices da colmeia urbana, não chegassem ali armados com as suas escavadoras, triturando, removendo, abocanhando, até que as tenazes poderosas esmagassem os estigmas do passado – hortejos, pardieiros, árvores indóceis –, certos homens, chamassem-lhes então marginais, os mesmos que, vestidos com os frangalhos de palhaços de circo, tinham um dia impressionado Jacinta, que neles reconhecera os famélicos numa seara interdita, certos homens iriam construindo e reconstruindo novas gaiolas que o próximo Inverno ou as trepidantes escavadoras acabariam, mais tarde ou mais cedo, por tragar” (Os Clandestinos, 1972: 250).

A preocupação com o ordenamento urbano, com a necessidade de termos uma rede urbana povoada de cidades médias que devia combater a macrocefalia da então, principal área metropolitana. Fernando Namora parecia premonitório

ao sugerir uma abordagem que se viria a tornar uma política pública décadas mais tarde.

“a Holanda, palmo e meio de terra e nem por tal menos próspera, compõe-se de um rosário de pequenas e médias cidades, cujo idêntico desenvolvimento e poder atractivo estabiliza ou distribui harmoniosamente as populações; Portugal compõe-se de aldeias, lugares de exílio, a elas acrescentando aberrantemente, num estuário propício, uma urbe fagocitória – Lisboa. Na qual desaguam os sonhos e os desesperos, as ucharias e as misérias, de todo um mapa desolado. Um País inteiro sôfrego de acorrer à metrópole, lá onde o mundo se abre, um País inteiro a anemiar-se até à erosão para irrigar uma parcela” (A nave de pedra, 1975: 258).

Referências bibliográficas

- Bailly, Antoine (1980). *De l'image au symbole, la perception de la ville dans la littérature. In La perception de l'espace urbain*. Thèse, Université de Lille III, t. 1, p. 127-214.
- Bailly, Antoine (2001). L'humanisme en géographie. In: Bailly, A. et al. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Armand Colin, p. 213-222.
- Balbi, Adrien (1822). *Essai statistique sur le Royaume de Portugal et de l'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe, d'un coup d'oeil sur l'état actuel des sciences, des lettres et des beaux-arts parmi les portugais des deux hémisphères*. Paris: Chez Reyet Gravier, Libraires (2004; Imprensa Nacional – Casa da Moeda).
- Baron, Christine (2011). *Littérature et géographie: lieux, espaces, paysages et écritures*. <http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=221>.
- Brousseau, M. & Cambron, M. (2003). Entre géographie et littérature: frontières et perspectives dialogiques. *Recherches sociographiques*, 44 (3), p. 525-547. doi:10.7202/008205ar.
- Brousseau, Marc (1996). Geografia e literatura. In Zeny Rosendahl; Roberto Lobato Corrêa (2013; org.) – *Geografia cultural. Uma antologia* (vol.II). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, p. 265-292.
- Brousseau, Marc (2008). L'espace littéraire en l'absence de description: un défi pour l'interprétation géographique de la littérature. *Cahiers de géographie du Québec*, vol. 52, n° 147, 2008, p. 419-437. URI: <http://id.erudit.org/iderudit/029869ar>.
- Carvalho, Paulo (2008). Literatura, paisagem e geografia histórica. Revisitar Miguel Torga a pretexto dos ambientes de montanha. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, IEG, n° 26/27.
- Choupina, F. (2005). *O lugar do meio. Uma leitura geográfica da obra de Miguel Torga*. Dissertação de mestrado em Geografia Humana apresentada à Faculdade de Letras. Coimbra.
- Collot, Michel (2011). *Pour une géographie littéraire. Le partage des disciplines*, LHT, Dossier, publié le 16 mai 2011: <http://www.fabula.org/lht/8/index.php?id=242>.

- Cravidão, Fernanda (1992). *Ficção, espaço e sociedade: notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol* – Avieiros. Cadernos de Geografia, Coimbra, IEG.
- Cravidão, Fernanda (2000; colaboração com Sergio Marcos). Literatura e Geografia – outras viagens, outros territórios. Emigrantes de Ferreira de Castro. *Cadernos de Geografia*, nº 19, IEG, Coimbra, p. 23-27.
- Cravidão, Fernanda (2007). Gândara – encontro entre as paisagens literárias e o espaço vivido. In *Geophilia, o sentir e o sentido da Geografia* (Livro de Homenagem a Jorge Gaspar). Lisboa: CEG, pp. 129-135.
- Frémont, Armand (1976; 1980). *Região, espaço vivido*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Girão, A. de Amorim (1952), Geografia e Literatura. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, 4/5, Coimbra: Faculdade de Letras, p. 105-107.
- Haesbaert, Rogério (1996; 2009). Território, poesia, identidade. In: *Territórios alternativos*. São Paulo: Editora Contexto, p. 143-158.
- Holzer, Werther (2008), A geografia humanista: uma revisão. In *Espaço e cultura*, UERJ, pp. 137-147.
- Holzer, Werther (2016). *A geografia humanista: sua trajetória 1950-1990*. UEL.
- Jacinto, Rui (1995). As outras geografias: a literatura e as leituras do território. *Cadernos de Geografia*, Coimbra: IEG.
- Jacinto, Rui (1998). Fernando Namora e a geografia da sua obra. In: Jacinto, Rui; et al. *Fernando Namora: nome para uma vida*. Castelo Branco: Câmara Municipal de Castelo Branco.
- Jacinto, Rui (2019). Fernando Namora: o viajante, a viagem e a (re)leitura da sua obra. In Rui Jacinto (Coordenação; 2019) – *Fernando Namora: Itinerário duma Vida, Geografia duma Obra*. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.
- Jacinto, Rui (Coordenação; 2019). *Fernando Namora: Itinerário duma Vida, Geografia duma Obra*. Condeixa: Câmara Municipal de Condeixa.
- Lacoste, Yves (1990), *Paysages politiques: Braudel, Gracq Reclus*. Paris: Librairie Générale Française.
- Lévy, B. (1989). *Géographie humaniste et littérature: l'espace existencial dans l'oeuvre de Hermann Hesse (1877-1952)*. Genève: Le Concept Moderne Éditions.
- Lévy, B. (2006). Géographie et littérature: une synthèse historique. In: Le Globe. *Revue genevoise de géographie*, tome 146, 2006. Géographie et littérature. p. 25-52. doi: 10.3406/globe.2006.1513
- Marandola Jr., Eduardo (2010). Geograficidades vigentes pela literatura. In: SILVA, Maria A. da; SILVA, Harlan R. Ferreira da (orgs.) – *Geografia, literatura e arte: reflexões*. EDUFBA, Salvador, Bahia, p. 21-32.
- Marandola Jr., Eduardo; Gratão, Lúcia Helena Batista (2010). *Geografia e Literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação*. Londrina: EDUEL.
- Monteiro, Carlos A. de F. (2002). *O mapa e a trama. Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- Monteiro, Carlos A. de F. (2008). O pacto das veredas mortas. In: Monteiro, Carlos A. de F. *Geografia sempre. O homem e seus mundos*. Campinas: Edições Territorial, p. 151-172.
- Oliveira, José Osório de (1931). *Geografia literária*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Pery, Gerardo Augusto (1875). *Geographia e estatística geral de Portugal e colonias; com um atlas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Pocok, D. C. (1981; ed.). *Humanistic geography and literature*. Beckenham: CroomHelm.

- Pocok, D. C. (1984). La géographie humaniste. In : Bailly, A. et al. *Les concepts de la géographie humaine*. Paris: Masson, p. 133-138.
- Pocok, D. C. (1998). *Geography and literature*. *Progress in Human Geography*, 1988, 12 (1), p. 87-102.
- Silva, Maria Auxiliadora; Harlan, Rodrigo Ferreira da Silva (2010; org.). *Geografia, literatura e arte: reflexões*. Salvador, Bahia: EDUFBA.
- Tuan, Yi-Fu (1978). Literature and Geography: Implications for Geographical Research. In D. Ley, M.S. Samuels (eds), *Humanistic Geography. Prospects and problems*. Routledge Library Editions, p. 194-206.

**GEOGRAFIA E LITERATURA,
PAISAGEM E RELIGIÃO: EM *MEMÓRIAS
DE UM SARGENTO DE MILÍCIAS (1854)***

Zeny Rosendahl¹

PPGEO/UERJ.

zeny.rosendahl@gmail.com

Resumo: A união literatura e geografia tem favorecido análises ricas nos últimos vinte anos no Brasil. Ao aproximar literatura e espaço religioso, a visibilidade do sagrado torna-se prioridade nos dias de hoje. Desta maneira o presente texto servirá de auxílio para interpretação do espaço-tempo religioso, da cidade do Rio de Janeiro, no período do romantismo no séc. XIX.

Palavras-chave: Geografia; Cultura; Paisagem; Literatura; Geografia e Religião.

Abstract: The literature and geography union has favored rich analyzes in the last twenty years in Brazil. As we approach literature and religious space, the visibility of the sacred becomes a priority today. In this way the present text will serve as an aid to the interpretation of the religious space-time, of the city of Rio de Janeiro, during the period of romanticism in the 19th century.

Keywords: Geography; Culture; Landscape; Literature; Geography and Religion.

¹ Professor Pesquisador Visitante do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGEO/ UERJ. Versão revisada e atualizada de parte apresentada originalmente no II Colóquio Internacional Interdisciplinar sobre literatura, viagens e turismo no Brasil, na França e em Portugal, Rio de Janeiro, 2013.

Introdução

Este artigo tem como primeiro propósito homenagear a Professora Dr^a Fernanda Delgado Cravidão em comemoração de 40 anos de atividades acadêmicas na Universidade de Coimbra. Nos últimos 15 anos o NEPEC/UERJ acompanhou suas investigações na Geografia Cultural e no Turismo na Cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, vou priorizar suas reflexões na relação geografia e literatura. Para Cravidão e Marques (2000, p. 27), “Portugal ao chegar ao Brasil projetou outros espaços culturais (...) construiu um território onde não há uma cultura, mas uma língua que une culturas diferentes”.

O segundo objetivo será retratar a cultura carioca, em análise geográfica, no romance de Manuel Antunes de Almeida (1831 – 1861) intitulado *Memórias de um Sargento de Milícias*. Trata-se de um clássico literário no período do romantismo, na Cidade do Rio de Janeiro no século XIX. É a narrativa dos costumes da população em sua vivência quotidiana. A dimensão religiosa na prática cultural do povo e a visibilidade do sagrado na paisagem, completa nossa análise neste texto. As memórias são relatos das práticas culturais resultantes da chegada de D. João VI ao Rio de Janeiro, em 1888, e sua corte na sociedade carioca.

Ao pensar literatura e paisagem e a sua relação entre a geografia e a religião, temática que gosto e venho me dedicando já algum tempo, resolvi seguir nesta reflexão. Escolher uma narrativa em que a paisagem religiosa estivesse presente foi o primeiro passo metodológico. O desafio estava bem visível no ver e sentir o religioso em *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de Almeida (1996 [1854]), bem descrito em seu capítulo XVII, intitulado D. Maria. Será uma reflexão geográfica da visibilidade do sagrado, em suas diferentes formas espaciais, que são marcas da religiosidade do grupo social que as constrói no espaço e tempo sagrado.

Na análise geográfica “a espacialidade é uma condição fundamental ao fenômeno da visibilidade.” (GOMES, 2013, p. 36). As ideias do geógrafo sobre as condições gerais da visibilidade espacial podem ser reunidas em três principais elementos de análise: primeiro “dependerão das leituras do sentido

que emergem da associação entre o lugar e o evento”; em segundo “dependerão também da possibilidade da morfologia do espaço físico” onde se mostra e “que deve ser capaz de garantir uma convergência dos olhares e a desejada captura da atenção”; e o terceiro elemento de análise é “que este lugar deve garantir a presença de observadores sensíveis aos novos sentidos nascidos da associação entre o lugar e o evento que se apresenta.” (*ibid.*, p. 37-38).

Com base nos elementos de análise da visibilidade acima citados, e com a escolha do evento religioso a *procissão*, daremos neste artigo, importância à dimensão devocional impressa na paisagem religiosa. Na narrativa literária em sua dinâmica espacial e religiosa existem autores que descrevem o cortejo da procissão nas cidades, especialmente nas cidades mineiras, destacando o desfile religioso e seus participantes. A dinâmica do estudo geográfico está em analisar: a) o local escolhido, como também; b) o lugar em que ocorre o desfile; c) quem participa da procissão e; d) quem aprecia o caminhar da procissão.

A visibilidade do sagrado na narrativa literária

O romance, exemplo empírico de nossa análise, representa o cotidiano da cidade carioca. Não a elite carioca e também não os escravos. A narrativa contempla a classe dos homens livres e pobres. Uma classe intermediária presente no século XIX no Rio de Janeiro. A paisagem religiosa criada no cortejo da procissão fala:

Um dia de procissão foi sempre nesta cidade um dia de grande festa, de lufa-lufa, de movimento e de agitação; e se ainda é hoje o que os nossos leitores bem sabem, na época que viveram as personagens desta história a coisa subia do ponto (ALMEIDA, 1996 [1854], p. 39).

A procissão é um ato de culto religioso externo em que se manifestam com exuberância o sentimento religioso e a devoção popular; ela se destaca como o momento mais importante de uma festa religiosa na cidade ou durante uma

romaria ao santuário visitado. As solenes procissões são práticas devocionais católicas impostas, ao longo do período colonial, como estratégia de conversão pelo clero, cujos membros eram considerados agentes oficiais da religião e auxiliares da Coroa Portuguesa na preservação da fé entre o povo. A procissão representa a passagem da Eucaristia pelas ruas da cidade. Essa solene celebração litúrgica do *Corpus Christi* destinava-se a exteriorizar os sentimentos religiosos de louvor, de súplica, de penitência ou de agradecimento de modo a realçar a pompa das solenidades em torno do sagrado.

A promoção da festa sagrada vem sendo ao longo dos séculos vinculada à Igreja Matriz. A paróquia fornece a função religiosa e valoriza a cidade ou o lugar do evento. A procissão foi e é um exercício da devoção que une sacerdotes e população num ritual que melhor concretiza o simbolismo de comunhão religiosa, cultural e social no espaço. O autor no texto destacado, ao falar de *lufa-lufa* e de agitação no dia da procissão refere-se ao cenário que acompanha a devoção. O comércio, a dança, e a feira livre coexistem, até hoje, no espaço profano diretamente vinculado ao sagrado (ROSENDAHL, 1996, 2012). Manuel Antônio de Almeida (1996 [1854], p. 39) continua sua narrativa:

Enchiam-se as ruas de povo, especialmente mulheres de mantilhas, armavam-se as casas, penduravam-se às janelas magníficas colchas de seda, de damasco de todas as cores, armavam-se coretos em quase todos os cantos. E quase tudo o que ainda hoje se pratica, porém em muito maior escala e grandeza, porque era feito por fé, como dizem as velhas desse bom tempo, porém nós diremos, porque era feito por moda, era tanto do tom enfeitar as janelas e portas em dias de procissão ou concorrer de qualquer outro modo para o brilhantismo das festividades religiosas, como ter um vestido de mangas de presunto, ou trazer à cabeça um formidável trepa-moleque de dois palmos de altura.

Na paisagem religiosa da procissão não era somente o desfile, a rua por onde passava as calçadas, as casas com suas janelas abertas com toalhas brancas dependuradas, como véus limpos e engomados, mostrando a beleza, o gosto

refinado de seus moradores. A dimensão econômica e social do habitar, do morar da elite, na maioria das vezes uma maneira de compor e harmonizar o cenário do ritual da procissão fornecendo uma unidade visual à paisagem. A escolha do itinerário é e era fundamental ao sucesso da procissão. As ruas escolhidas tinham algum tipo de poder social e/ou político e retratavam este poder na paisagem.

A paisagem religiosa que a procissão impõe pode ser compreendida em primeiro lugar por sua relação com a sociedade ou com o grupo social que a produziu, em segundo na ação dos que observam a procissão, em alguns casos não são os que têm a vestimenta a “roupa da missa” como foi descrito, e nem foram selecionados para o desfile. Aqui temos aqueles que só querem conferir o evento. Enfim, ambos têm sua posição e sua função na paisagem. O conceito de paisagem, neste texto, privilegiará a análise na perspectiva cultural, com ênfase nas características materiais e imateriais da cultura. Os geógrafos focalizam a maneira como os grupos sociais criam paisagens, e por sua vez, têm sua identidade cultural reforçada por essa paisagem. A simbologia da paisagem é analisada por meio de obras literárias, pintura, música e cinema, considerada a sua representação a partir do olhar do pesquisador em variados grupos sociais.

Como ocorre nas festas religiosas, a procissão imprime marcas da cultura local: os costumes alimentares, o baile, as vestimentas, os cantos, a hierarquia das alas no cortejo e as músicas identitárias do lugar são práticas religiosas que compõem o evento. Neste sentido, esclarece-se que o fantástico da manifestação cultural herdada pela colonização portuguesa foi de ter transmitido as crenças e costumes religiosos pela propaganda da fé e o grupo religioso ter permitido que se preservasse o singular do lugar. Manuel Antônio de Almeida (1996 [1854], p. 39) em continuação relata:

Alguns haviam tão devotos, que não se contentavam vendo-a uma só vez, andavam de casa deste para a casa daquele, desta rua para aquela, até conseguir vê-la desfilar de princípio a fim duas, quatro e seis vezes, sem o que não se davam por satisfeitos. A causa principal de tudo isto

era, supomos nós, além talvez de outras, o levar esta procissão era uma coisa que não tinha nenhuma das outras: o leitor há de achá-la sem dúvida extravagante e ridícula, outro tanto nos acontece, mas temos obrigação de referi-la. Queremos falar de um grande rancho chamado das – Baianas – que caminha adiante da procissão, atraindo mais ou menos como os santos, os andores, os emblemas sagrados, os olhares dos devotos; era formado esse rancho por um grande número de negras vestidas à moda da província da Bahia, donde lhe vinha o nome, e que dançavam nos intervalos dos Deo-Gracias uma dança lá a seu capricho.

A paisagem, de fato, é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma cena indicando uma relação entre os seres humanos e seu ambiente (COSGROVE, 2012). A compreensão das expressões impressas por uma cultura em sua paisagem é necessária ao decodificar a linguagem simbólica e os seus significados. Comungamos com as ideias da geografia cultural pós-80 ao afirmar que as paisagens são simbólicas, por menos aparentes que possam ser.

Ao priorizar a paisagem religiosa, consideramos a narrativa do texto fundamental para fazermos uma leitura a partir de várias dimensões de análise, oferecendo ao leitor a possibilidade de leituras diferentes e igualmente variadas do simbolismo impregnado na paisagem da procissão. Vamos destacar os estudos do geógrafo Augustin Berque (1998 [1984]). Para este autor é de fundamental importância nas ciências humanas e sociais o estudo da paisagem do ponto de vista cultural. A paisagem é *marca*, pois é reflexo do comportamento de um determinado grupo social, mas é também uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, ou seja, é meio e condição de reprodução da cultura na paisagem.

Insistimos no ver e sentir a procissão como *marca e matriz* das procissões portuguesas. O posicionamento dos integrantes da comunidade; dos visitantes no evento; dos fiéis e dos devotos na procissão é, ainda hoje, repetido no mundo católico, notadamente no catolicismo popular brasileiro (ROSENDAHL, 2012).

Ao analisar as procissões portuguesas, Barroso (2004) elaborou um esquema hierárquico dos membros que delas participam e reforçam a ideia da fé aglutinada em diferentes funções e em alas. O esquema a seguir reflete essas alas.

ESQUEMA 1 – Alas de Procissão.

Fanfarras dos Escudeiros	Estandartes das Confrarias e Irmandades	Cruz Processional	Figurantes	Andores	Confrarias e Irmandades	Clero com o Santíssimo sob o pálio	Fjéis	Banda filarmônica
--------------------------	---	-------------------	------------	---------	-------------------------	------------------------------------	-------	-------------------

Fonte: ROSENDAHL, 2012 baseada em BARROSO, 2004.

Reconhece-se a *dimensão política do sagrado* na hierarquia dos participantes e organizadores desses eventos populares; a *dimensão econômica do sagrado*, nos recursos econômicos que sustentam a realização do evento e no capital de retorno adquirido durante a festa; e, por fim, a *dimensão do lugar*, que deve ser analisada a partir das características sugeridas na tipologia dos centros religiosos, segundo a localização, a frequência e a escala de atuação (ROSENDAHL, 1994a; 1994b). A dimensão do lugar pode se traduzir no ponto de convergência de moradores da localidade, como também de outros lugares, que se deslocam para reviver e renovar a prática religiosa, saber notícias e participar da sociabilidade dos participantes, estabelecer relações comerciais, extravasar de maneira lúdica as tensões acumuladas durante o trabalho cotidiano.

Na narrativa de Manuel Antônio de Almeida (1996 [1854]), ao se referir ala das baianas, localizadas na procissão, em posição ordenada, oferece certa preocupação com a descrição do grupo social. As marcas da cultura no desfile dessas representantes da Província da Bahia estão no ritual de dança e de vestimenta dos componentes dessa ala na procissão. Manuel Antônio de Almeida (*ibid*), nos diz:

As chamadas Baianas não usavam vestido: traziam somente umas poucas de saias presas à cintura, e que chegavam pouco abaixo do meio da

perna, todas elas ornadas de magníficas rendas; da cintura para cima apenas traziam uma finíssima camisa, cuja gola e mangas eram também ornadas de renda; ao pescoço punham um cordão de ouro ou um colar de corais, os mais pobres eram de miçangas; ornavam a cabeça com uma espécie de turbante a que davam o nome de trunfas, formado por um grande lenço branco muito teso e engomado; calçavam umas chinelinhas de salto alto, e tão pequenas, que apenas continham os dedos dos pés, ficando de fora todo o calcanhar; e além de tudo isto envolviam-se graciosamente em uma capa de pano preto, deixando de fora os braços ornados de argolas de metal simulando pulseiras.(...) (p.39). Para falarmos a verdade, a coisa era curiosa.

Sem dúvida, a característica mais marcante destacada pelo autor foi a narrativa deslumbrante da extravagância das componentes da ala das baianas, pois para o viver religioso daquela época era essa pompa e o esplendor que possuía enorme valor. O vestuário, não se pode negar, também pertencia à moda, ao status social, à arte e na paisagem. Faz parte da própria finalidade das roupas que a pompa e o esplendor prevaleçam sobre a beleza. A vaidade pessoal puxa a arte da moda para a esfera da sensualidade, do desejo do participante ser visto e apreciado.

As festividades promovidas pela Igreja, na época do Brasil colônia tinham esse estilo ligado à própria liturgia. A dignidade sagrada e a nobre solidez da cerimônia não são destruídas pelo transbordamento dos detalhes festivos do grupo social. A Igreja Católica Apostólica Romana teve a função social, política, além da religiosa no Brasil. As solenidades religiosas valorizavam o arraial e o povoado. Paralelamente, acentuava-se o catolicismo mais pessoal trazido pelos colonos portugueses: o da devoção e da fé. A Igreja Matriz era o território para a ação de conversão e a festa completava a função. O padre à frente com o turíbulo prepara o caminho, qualifica o lugar do cotidiano, das práticas do profano em um lugar sacralizado pela procissão ao passar. A folia é parte integrante da procissão. A devoção é prática de intimidade com

o extraordinário. Estudos demonstram que, além dos preparativos na paróquia, existe a seletividade espacial na construção do itinerário simbólico do cortejo.

A paisagem retrata a procissão como um cortejo religioso público, com elementos do clero e do povo disposto de forma ordenada em alas que desfilam por um trajeto predeterminado: ruas, praças, avenidas, retornando para a igreja de que partiu ou encaminhando-se para outra que está à espera da chegada da procissão. Os visitantes e os observadores têm seu lugar fora das alas que compõem a procissão. Eles estão nas partes laterais ocupando uma possível moldura da paisagem religiosa, atentos à passagem do cortejo. Os preparativos para a solenidade da passagem da Eucaristia iniciam-se bem antes da saída da procissão pelas ruas da cidade. Estudos demonstram que, além dos preparativos na paróquia, existe a seletividade espacial na construção do itinerário simbólico do cortejo.

Conclusão

No Brasil, destacam-se as procissões nas cidades mineiras. Os fiéis adornam o itinerário confeccionando tapetes feitos com pétalas de flores, com areia ou pó de serragem colorido, utilizado para “bordar” no asfalto a passarela do sagrado. Desde a madrugada se aguarda a saída da procissão da Igreja Matriz, no tempo sagrado – tempo de festa do padroeiro. A procissão com a presença da Eucaristia sacraliza o espaço no momento de sua passagem. É comum observar, ainda hoje, janelas com toalhas brancas colocadas nos peitoris e sacadas abertas no momento da procissão, em veneração ao sagrado que entrará nas residências no momento do desfile.

Podemos afirmar que ao longo do período colonial, no início do século XIX, a narrativa do romance retrata o período da chegada de D. João VI. Período joanino que impõe a identidade religiosa do homem brasileiro, mais tarde irá fortalecer o nacionalismo religioso com D. Pedro II. A estratégia eclesial para a implantação da fé e dos costumes lusitanos, esteve vinculada ao catoli-

cismo e ocorria em território brasileiro selecionado para maior sucesso de seus objetivos missionários (ROSENDAHL, 2012).

Ao construir neste artigo, a paisagem religiosa tendo como base o conto XVII de Memórias de um Sargento de Milícias, de Manuel Antônio de Almeida (1996 [1854], p. 45) podemos concluir em harmonia com o romance realista, repetir a cantiga tocada pelos músicos e cantada pelo povo pobre e livre da obra:

“O Divino Espírito Santo
É um grande folião,
Amigo de muita carne,
Muito vinho e muito pão.”

Referências bibliográficas

- Almeida, M. A. de. (1996). *Memórias de um Sargento de Milícias*. 25. ed. São Paulo: Ática.
- Barroso, P. (2004). *Romarias de Guimarães*: patrimônio simbólico, religioso e popular. Guimarães, Portugal: Universidade do Minho.
- Berque, A. (1998). “Paisagem Marca – Paisagem Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural”. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.) *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 84-92.
- Cosgrove, D. (2012). A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: Corrêa, R. L.; Rosendahl, Z. (Orgs.). In: *Geografia cultural: uma antologia*. Volume 1. Rio de Janeiro: Eduerj, p.219-237.
- Cravido, Fernanda Delgado; Marques, Marco (2000). *Literatura e Geografia: outras viagens, outros territórios: Emigrantes de Ferreira de Castro*. Impactum Coimbra University Press. Acessado em: 3. março/ 2019.
- Gomes, P. C. C. (2013). *O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Gil, G. *A procissão*. Disponível em: <<https://cifrantiga3.blogspot.com.br/2006/04/procisso.html>>. Acesso em: 18 fev. 2018.
- Rosendahl, Z. (1994a). *Porto das Caixas: o espaço sagrado da Baixada Fluminense*. 1994. Tese (Doutorado em Geografia) – São Paulo: Departamento de Geografia, USP.
- _____. (1994b). Le pouvoir du sacré sur l’espace. Essai d’analyse à partir de deux petits centres brésiliens de pèlerinage: Muquém et Santa Cruz dos Milagres. In: *Miteinander, Nebeneinander, Gegeneinander, Manfred Büttner (Hrsg) – Band 10*. Bochum, Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer.
- _____. (1996). *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

- _____. (2012). História, teoria e método em geografia da religião. In: *Espaço e Cultura*, n. 31, pp. 24-39, jan/jun.
- _____. (2013). O ritual da procissão sacralizando o espaço: a paisagem religiosa. In: *Colóquio Literatura e Paisagem, II; Colóquio Internacional Interdisciplinar Literatura, Viagens e Turismo no Brasil, na França e em Portugal, II*, Rio de Janeiro.
- Rouvillois, M. (1999). Diffusion d'un ordre religieux nouveau. In: Bertrand, J.; Muller, C. (Orgs.). *Religions et territoires*. Paris: L'Harmattan.
- Torres Luna, M.; Duran Villa, F. (1999). Transformations des territoires: le diocèse de Mondoñedo-El Ferrol (Galice). In: Bertrand, J.; Muller, C. (Orgs.). *Religions et territoires*. Paris: L'Harmattan, p. 207-217.

(Página deixada propositadamente em branco)

ESTUDOS DE TURISMO

(Página deixada propositadamente em branco)

**TURISMO, PROMOÇÃO DA PAZ E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E DE ANGOLA: O EXEMPLO DA ÁREA
TRANSFRONTEIRIÇA DE CONSERVAÇÃO
DO OKAVANGO-ZAMBEZE – KAZA**

Amélia Cazalma

SEAKA – Casa de Caminho André Luiz;
Universidade Metodista de Angola
ameliaccazalma@gmail.com

Lúcio Cunha

Departamento de Geografia e Turismo
CEGOT – Universidade de Coimbra
luciogeo@ci.uc.pt

Resumo: De entre as atividades económicas, o Turismo, com uma distribuição praticamente universal ainda que diferenciada no espaço, desempenha um papel absolutamente fundamental na economia dos países e das instituições, mas também no desenvolvimento social e cultural das populações que viajam e que recebem, sendo por isso, hoje, um importante instrumento para o desenvolvimento regional e, mesmo, em algumas situações, um facilitador da articulação entre os povos e, conseqüentemente, um promotor da paz. Neste texto estuda-se a importância do Turismo na Área Transfronteiriça de Conservação do Okavango-Zambeze que, além de Angola, envolve o Botswana, a Namíbia, a Zâmbia e o Zimbábue. Através de uma análise breve aos inquéritos efetuados aos “Pontos Focais” desta Área Transfronteiriça de Conservação, verificou-se que a sua perceção era a de que a circulação nas

fronteiras não promove a insegurança e que o Turismo de Natureza já verificado e a desenvolver pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento económico e na promoção da paz.

Palavras-chave: Turismo; Promoção da paz; Desenvolvimento regional; Angola.

Abstract: Among the economic activities, tourism, with a practically universal distribution, although differentiated in space, plays an absolutely fundamental role in the economies of countries and institutions, but also in the social and cultural development of the populations that travel and receive. Today, this is an important instrument for regional development and, even, in some situations, a facilitator of the articulation between peoples and, consequently, a promoter of peace. This text studies the importance of tourism in the Okavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area which, in addition to Angola, involves Botswana, Namibia, Zambia and Zimbabwe. Through a brief analysis of the surveys carried out at the “Focal Points” of this Transfrontier Conservation Area, it was found that his perception was that circulation at the borders does not promote insecurity and that Nature Tourism already verified and developing can play an important role in economic development and in the promotion of peace.

Keywords: Tourism; Promotion of peace; Regional development; Angola.

Introdução – o turismo como promotor da paz

As áreas de fronteira têm assumido, recentemente, uma notável evolução ao nível do seu significado territorial e, mesmo, ao nível do seu estatuto jurídico-legal, dependente das áreas geográficas a que dizem respeito e dos atores que nelas intervêm. Para uns, geralmente mais locais, continuam a ser consideradas como áreas de limite, barreiras ou mesmo linhas de separação, mas, para outros, em regra mais gerais e coesivos, como as muitas organizações internacionais, as fronteiras funcionam como pretextos ou cenários de cooperação em torno de objetivos comuns que apontam para o enfraquecimento e mesmo diluição do papel separador da fronteira (Jacinto, 1995). Para uns e para outros as

fronteiras continuam a marcar histórias, geografias e relações entre povos, sociedades e pessoas.

No caso angolano, dados os impactos territoriais de uma História muito recente, as fronteiras assumem um significado particular e têm ajudado e podem ajudar, num futuro próximo, a criar condições de cooperação, socialização, pacificação e, sobretudo, desenvolvimento de áreas relativamente marginalizadas, despovoadas e abandonadas, como é habitual nestes territórios de confronto, autênticas “cicatrizes da História” (Raffestin, 1993, citado por Jacinto, 1995). Neste caso pretendemos analisar a importância da cooperação transfronteiriça em torno do turismo, da valorização e da proteção da Natureza, do seu papel na inclusão e no desenvolvimento conjunto dos povos transfronteiriços, estabelecendo processos de união e harmonização que podem proporcionar a melhoria das condições económicas e sociais das populações, contribuindo para a promoção da paz entre as nações.

Para os visitantes, nacionais e estrangeiros, ficam acessíveis espaços muito particulares, originais e singulares, considerados longínquos e, de algum modo, exóticos, onde podem ter a vertente de antídoto ao stress causado pela vida nas cidades, pois constituem-se como lugares de regeneração física, psicológica, emocional e espiritual. O contacto com a Natureza e com o património cultural, o convívio pacífico com os animais de grande porte como elefantes, girafas, hipopótamos e rinocerontes, bem como com as aves, a aventura, o relacionamento interpessoal, o passeio pelos vales, montanhas e áreas pantanosas exuberantes e o contacto com culturas autóctones são atividades que permitem relaxar, sentir a magia do lugar, encontrar-se enquanto habitante deste Planeta, nem que seja por pouco tempo, levando a refletir na transcendência, na dimensão holística do ser humano e no exercício da cidadania planetária.

Segundo Cravidão (2006) “o lugar faz parte da essência do ser humano. O *estar* é necessário para a construção/realização do *ser*. O ser humano que conhece outros lugares, quando regressa faz uma diferente leitura do seu próprio lugar. Os seus olhos estão modificados. Modifica-se o seu *ser* e, por via disso, o seu *estar*. Altera-se o *olhar* e vê-se de outro modo o seu lugar”. Santos (2008) diz que “cada lugar é ao mesmo tempo objeto de uma razão

global e de uma razão local, que convivem dialeticamente”. Para Almeida (2013) “o turismo é um importante fenómeno a nível mundial e as múltiplas viagens efetuadas promovem o desenvolvimento intelectual, ao nível do conhecimento, capaz de projetar o saber para patamares inigualáveis. Consciente desta realidade e do alcance mundial que o turismo implica, este é um fenómeno social, económico e político de muitas localidades e regiões de muitos países”. Este novo olhar, esta nova forma de sentir e ser, opera mudanças pela positiva nas pessoas que têm a oportunidade de vivenciar o bem-estar que as viagens proporcionam, fazendo com que nasça no ser humano um sentimento de pertença e proteção aos locais visitados. Proporciona, também, a criação de um sentimento de paz interior e exterior, de elevada autoestima que mitiga a indiferença, promove a inclusão social, o respeito pelo outro, pela sociedade e a sua cultura, pelo ambiente, em geral, e pela natureza, em particular.

A palavra paz significa muito mais do que ausência de guerra. Entre guerra e paz, como extremos opostos, existem muitos estágios intermediários. Johan Galtung (1985) tenta definir melhor a palavra paz ao apontar os conceitos de uma paz negativa e de uma paz positiva. Para Galtung, a paz negativa é a mera ausência da guerra, o que não elimina a predisposição para ela ou para a violência estrutural da sociedade. A paz positiva, por outro lado, implica ajuda mútua, educação, respeito e interdependência dos povos. A paz positiva vem a ser, não somente uma forma de prevenção contra a guerra, mas a construção de uma sociedade melhor, na qual mais pessoas comungam do espaço social. Concordando com Galtung, evolui-se da polarização guerra e paz para, no mínimo, três estágios distintos: a guerra, a paz negativa e a paz positiva. Em termos conceptuais, esta última descreve um estado em que a vontade coletiva se orienta para a promoção da paz e a remoção dos obstáculos que a condicionam. Comporta um compromisso com a justiça social, indo, assim, para além da ideia de paz como ausência de medo, violência e guerra. Implica um empenho na resolução pacífica dos conflitos e procura incrementar esta capacidade nos indivíduos e grupos, a fim de que os problemas sociais sejam ultrapassados de forma construtiva (Cazalma, 2014).

Para analisar a nível global os esforços pela paz foi estruturado pela primeira vez em 2007, pela revista “*The Economist*”, em parceria com a Universidade de Sydney, a Universidade de Londres, a Universidade de Uppsala e o Instituto Internacional de Pesquisas pela Paz de Estocolmo, o Índice Global da Paz (Global Peace Index), cujo objetivo é classificar as nações do mundo de acordo com o seu nível de tranquilidade e segurança. Este tipo de rankings ajudam a avaliar e monitorizar o processo de paz a nível mundial, contribuindo muito para o processo de educação para a paz. Em 2019, avaliando o ranking geral de 162 países e o ranking regional referente aos 44 países da África Subsaariana, as posições que ocupavam os 5 países intervenientes na ATFC KAZA são, respetivamente: Angola 77^a a nível global, e 16^a a nível regional; Botswana 30^a e 2^a; Namíbia 60^a e 11^a; Zâmbia 48^a e 5^a; e Zimbabwe 132^a e 34^a. Confrontando estes valores com os de 2016, verifica-se uma ligeira diminuição de posição para estes países nos rankings global e regional (África subsaariana), com a exceção, particularmente interessante, para o caso de Angola, o país que mais subiu, uma vez que nestes 3 anos subiu 21 lugares à escala global e 5 lugares à escala regional.

TABELA 1 – Posição dos países da ATFC KAZA nos rankings da *Global Peace Index* para os anos de 2013, 2016 e 2019.

	Ranking – 2019		Ranking – 2016	
	Mundo	África	Mundo	África
<i>Nº países</i>	<i>162</i>	<i>44</i>	<i>162</i>	<i>44</i>
Angola	77	16	98	21
Botswana	30	2	28	2
Namíbia	60	11	55	8
Zâmbia	48	5	40	4
Zimbabwé	132	34	127	32

Segundo Xesús Jares (2007), uma cultura de paz tem de recuperar para muitos cidadãos, desenvolver para outros e cultivar para todos os valores do compromisso e da solidariedade. Educar para a Paz é uma forma particular de

educação em termos de valores. Toda a educação leva consigo, consciente ou inconscientemente, a transmissão de um determinado código de valores. Educar para a Paz pressupõe, assim, a educação a partir de e para determinados valores, como a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo que questiona os valores contrários a uma cultura de Paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença, o conformismo e a ausência de solidariedade.

Os conteúdos prioritários e imprescindíveis para o projeto de Educação para a Paz são diferentes componentes de um mesmo processo: educação para a compreensão internacional, os direitos humanos, a multiculturalidade, o desarmamento, o conflito e a desobediência. Com estes conteúdos procuram atingir-se determinados objetivos como: favorecer a tolerância; reconhecer, respeitar e valorizar a diversidade cultural; analisar de forma crítica os estereótipos e os preconceitos; compreender a história da luta pelos direitos humanos e as liberdades fundamentais, fomentando a sua prática e os seus valores, assim como relacionando-os com as noções de justiça, igualdade, liberdade, paz, dignidade e democracia; estimular a prática da solidariedade; reconhecer e praticar técnicas e estratégias de resolução não-violenta dos conflitos.

Ao aproximar os povos, ao estimular o contacto de diferentes culturas, ao promover o conhecimento de territórios diversos, o Turismo é fundamental neste processo cultural de educação para a paz. De acordo com o Código Mundial de Ética do Turismo, de uma forma geral, e, particularmente, nos seus artigos 3º e 7º, o turismo constitui um direito aberto a todos os habitantes e é fundamental para conciliar de forma sustentável a proteção ambiental, a luta contra a pobreza, a compreensão entre os povos de todo o Mundo, a salvaguarda de um sã crescimento económico, contínuo e sustentável, capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras e a possibilidade de aceder, direta e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta. A UNESCO considera também o turismo, em todo mundo, como um dos elementos primordiais para a consolidação da paz entre os povos, uma vez que o fluxo de turistas faz crescer sentimentos de amizade, respeito e cooperação entre os países e entre as populações de uma mesma nação. Segundo

esse entendimento programático, a UNESCO desenvolveu conhecimentos, técnicas e instrumentos gerenciais e operacionais para atuar de acordo com a diversidade sociológica, ambiental, cultural e política dos cinco continentes, aprimorando e ampliando as suas experiências na conceção e implementação de planos, programas e projetos associados ao turismo. Isto representa, seguramente, entender a atividade turística como um poderoso agente promotor da educação, da cultura e da consciência ecológica dos povos em todo o Mundo (UNESCO, 2010).

Segundo Zamora (2011), Santo Agostinho, há alguns séculos já, ressaltou a grande importância da viagem e do conhecimento de outros povos e de outras terras, ou seja, de certo modo daquilo que hoje consideramos ser o turismo. Quando pronunciou que “a paz e a justiça são inseparáveis” e quando falava da justiça, pensava nesta última no seu sentido mais amplo, onde estava integrada a justiça económica e a justiça social. Inspirada por esta mesma ideia, a Carta das Nações Unidas de 1945 exorta os seus membros a promoverem o progresso social e a terem melhores normas de vida com uma maior liberdade. Já se passaram, desde então, cerca de 75 anos, e ainda existe no mundo muita miséria e muita injustiça económica e social.

No entanto, é reconhecida a importância do turismo e a sua tendência na contribuição do desenvolvimento económico, na compreensão internacional, na paz, na prosperidade, no respeito universal e pelos direitos humanos, assim como pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, género, língua ou religião.

O turismo assume-se como um movimento transcendental que coloca em contacto direto pessoas de línguas diversas, que podem professar religiões distintas e que podem mesmo ter ideologias políticas diferentes, mas que, através da comunicação direta, sem interferências nem mediadores, que o turismo promove, encontram um denominador comum de amizade fraternal, uma realização do seu desejo fervoroso de convivência pacífica. O conhecimento mútuo dos indivíduos e dos povos, graças aos encontros e intercâmbios culturais, ajudará seguramente na construção de uma sociedade mais solidária e fraternal (Papa João Paulo II, 27 de Setembro de 2001).

A atividade turística, por muitos considerada como a Indústria da Paz, traz à tona a realidade de um Planeta Terra cada vez mais global, mais interdependente, de maior proximidade, mais resiliente e mais solidário também, apesar das grandes dificuldades que o Planeta em geral possa viver. “O desenvolvimento do turismo e, em particular, do turismo cultural, constitui, sem deixar dúvidas, um benefício para aqueles que o praticam e para a comunidade que acolhe esses visitantes e turistas” (João Paulo II). Viajar tornou-se, assim, uma das grandes forças para a paz e para a compreensão nos dias de hoje. À medida que as pessoas se movem pelo mundo e aprendem a conhecer-se umas às outras, aprendem também os costumes uns dos outros e a apreciar as qualidades dos indivíduos de cada nação. Constrói-se um nível de compreensão/entendimento internacional que pode melhorar nitidamente o ambiente para a paz mundial (Tarlow, 2011).

Embora o turismo tenha crescido muito rapidamente, a questão que se coloca é a de perceber até que ponto ele pode contribuir para a construção de bases para a paz: justiça social, equidade económica, desenvolvimento sustentável e democracia de base ampla (Honey, 2008). O papel do turismo e da paz pode ser visto de duas perspetivas, nomeadamente, a sociocultural e a política (Kunwar, 2010). Uma perspetiva sociocultural típica é denotada em comentários como “o turismo tem vindo a ser reconhecido como um instrumento de compreensão social e cultural, por trazer a oportunidade do contacto entre diferentes pessoas e por tornar mais fácil a recolha e troca de informação acerca da forma de viver culturas, línguas e outros aspetos económicos e sociais, bem como a mudança para criar amizades e atingir a boa vontade, a benevolência e a indulgência”. Por outro lado, a perspetiva política da relação entre o turismo e a paz mundial foca-se no turismo como um promotor de integração nacional e da compreensão internacional, boa vontade, benevolência e paz. Esta perspetiva reconhece a importância do turismo como um meio de estabelecer e melhorar as relações políticas entre os países. Além disso, tem sido apontado que “a estabilidade política, a melhoria das relações entre as nações e a paz internacional estimulam o desenvolvimento do turismo”. Viajar pelo mundo é, neste contexto, uma expressão da cooperação internacional (Kaul, 1985; in Kunwar, 2010).

Honey (2008) conclui “que o turismo pode contribuir para a paz, mas para isso ser possível, os turistas devem envolver-se e partilhar os costumes da comunidade local”. O ecoturismo, juntamente com as comunidades de conservação, associações da vida selvagem e voluntários do turismo, ajudam a proteger a biodiversidade, promovem habilitações e postos de trabalho para as comunidades locais, engrandecem a cultura local e contribuem para uma boa governação. Na sua essência, estes são os pilares para a construção da paz e da estabilidade.

O turismo é, portanto, um instrumento da paz que se realiza com as deslocações de milhões e milhões de pessoas por todo o planeta, permitindo sentir outras realidades, conhecer novas culturas, novas pessoas e novos territórios, que promove a redução das tensões e fomenta a compreensão e a cooperação internacionais, o respeito pelos direitos humanos e novos sentimentos. Transforma-se, assim, o turismo numa ferramenta das relações pacíficas entre todos os seres humanos e entre todos os povos, criando um clima de paz e segurança.

Cooperação transfronteiriça – áreas transfronteiriças de conservação

De acordo com o Programa da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) aplicado às Áreas Transfronteiriças de Conservação (2013), o conceito da gestão conjunta de recursos naturais partilhados para além das fronteiras internacionais, ganhou impulso considerável na sequência da Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992.

A maior área transfronteiriça do mundo é a Ellesmere/Greenland Transboundary Complex, entre o Canadá e a Gronelândia, com a dimensão de 1 008 470,17 km². A segunda maior situa-se no continente Africano e é denominada Área Transfronteiriça de Conservação Okavango -Zambeze, estabelecida entre cinco países: Angola, Botswana, Zâmbia, Zimbabwe e Namíbia, com 519 512 km², sendo o estudo de caso aqui tratado.



Figura 38 – Mapa de delimitação geográfica da ATFC KAZA.

Fonte: adaptado de PDI (2011).

O total de áreas de cooperação transfronteiriça de natureza ambiental passou de 59 para 229 no período de 1988 a 2016, o que traduz a importância da criação das áreas transfronteiriças para a conservação das áreas protegidas, das comunidades nelas inseridas e, ainda, para a harmonização e promoção da paz entre os países envolvidos em cada uma delas. Os continentes que evoluíram mais significativamente foram a Ásia e a Europa (Quadro 1).

Existem vários exemplos de protecção e desenvolvimento das comunidades, protecção da biodiversidade e da geodiversidade, desenvolvimento de pesquisas científicas conjuntas, através das áreas transfronteiriças, como entre Portugal e Espanha (projetos de cooperação transfronteiriços INTERREG V – POCTEP – Espanha e Portugal) em que entre os objetivos principais está a promoção da adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos, bem como preservar e proteger o ambiente e promover a utilização eficiente dos recursos.

QUADRO 1. Número e dimensão de Áreas Transfronteiriças por Região/Continente em 2016.

Região/Continente	Número	Área (Km2)
América do Norte	22	1,651,775,21
América Sul / Norte	1	12 ,700,74
América do Sul	24	1,271,848,79
Europa	82	188,153,30
África / Ásia	1	10,351,46
África	48	1,243,886,87
Ásia / Europa	14	230,452,29
Ásia	37	340,053,57
	229	4,949,222,23

A importância do turismo na Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze – ATFC KAZA

A importância do turismo e do seu desenvolvimento na ATFC KAZA aponta para que esta área transfronteiriça tenha como valores fundamentais a aceitação, entendimento, igualdade, transparência, inclusão, respeito mútuo e respeito pela soberania entre os estados. Foi criada com o objetivo de promover a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento socioeconómico, as relações de paz e a cooperação regional. Assim, definiu-se que a sua atuação se deveria pautar por alguns pressupostos dos quais destacamos:

1. Desenvolver o espírito de cooperação organizacional, com fomento de um espírito colaborativo entre os países parceiros através da cooperação em atividades várias no alcance de benefícios mútuos;
2. Incentivo à distribuição geográfica equitativa de atividades económicas, que irão limitar a migração económica e contribuir para promover a paz e a estabilidade na região;

3. Monitorização partilhada dos recursos naturais e da vida selvagem na ATFC KAZA, quer nacional, quer regionalmente (ATFC KAZA, 2011).

A ATFC KAZA é detentora de uma série de atrativos turísticos conhecidos mundialmente: as cataratas de Vitória Falls, em Vitória Falls (Zimbabwe) e Livingston (Zâmbia), consideradas Património Mundial e uma das sete maravilhas naturais; o Delta do Okavango com 15.000 km² de dimensão (Botswana), o Parque Nacional do Luenge – Luiana (Angola), o Parque Nacional de Bwabwata, na Faixa de Caprivi (Namíbia) e o Parque Nacional do Chobe (Botswana).

Resultados

Neste estudo fez-se uma análise sucinta sobre o contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas Áreas Transfronteiriças de Conservação para a inclusão das comunidades e para a promoção da Paz, sendo que, para tal, a investigação foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, observação, entrevistas, bem como da aplicação de questionários.

Através da revisão bibliográfica, conseguiu-se sistematizar e compreender as orientações gerais das políticas e das estratégias de desenvolvimento das áreas transfronteiriças, quer para o conjunto da SADC, quer mesmo para o caso particular da ATFC KAZA. Foi igualmente efetuada uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento sustentável do turismo, o seu contributo para a redução da pobreza através do aumento da empregabilidade e, ainda, o seu grande papel na contribuição para a promoção da Paz entre as pessoas de diferentes países, através das deslocações, fazendo com que haja maior contacto entre as culturas dos visitantes e as das comunidades locais.

Dos resultados obtidos a partir dos questionários aplicados aos “Pontos Focais” das Áreas Transfronteiriças de Conservação da SADC (ATFC da SADC e do KAZA), verificou-se que a sua perceção era a de que a circulação nas fronteiras não promove a insegurança e que a ATFC KAZA pode ser considerada como um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações, pelo que foi

claramente considerado que o turismo promove a paz. Pretendeu-se comprovar que as políticas de Conservação da Natureza e o Desenvolvimento do Turismo Sustentável podem constituir-se como impulsionadores da inclusão social, da cooperação transfronteiriça e da paz entre os povos, como fica demonstrado pela percepção dos inquiridos, de acordo com os gráficos n.ºs 1, 2 e 3.

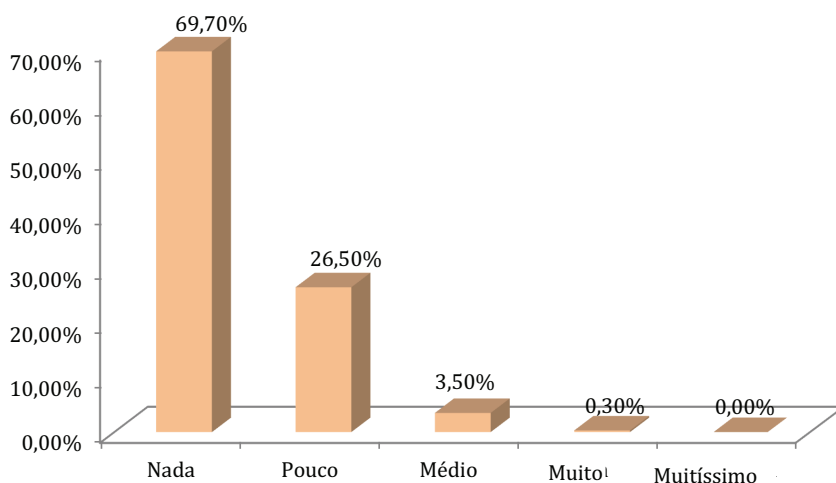


Gráfico 1 – Insegurança promovida pela circulação de pessoas nas fronteiras

A circulação nas fronteiras não promove a insegurança. Essa foi a opinião de 96,2% do total de inquiridos. Somente 3,8% dos inquiridos manifestou opinião contrária.

No gráfico 2 podemos observar que 98,2% dos 340 respondentes afirmaram que o funcionamento da ATFC KAZA pode ser considerado um processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.

O gráfico 3 mostra que 99,7% dos respondentes (médio/bem/muito bem) são de opinião que o Turismo promove a Paz.

Consideramos, assim, que para além de um dos pilares do desenvolvimento do turismo ser a paz, pois sem ela não há movimentação de pessoas e bens,

pelo mundo, também o inverso é verdadeiro, ou seja que o turismo enquanto atividade económica, social e cultural é também responsável pela promoção da paz. Foi essa a percepção dos respondentes ao inquérito efetuado.

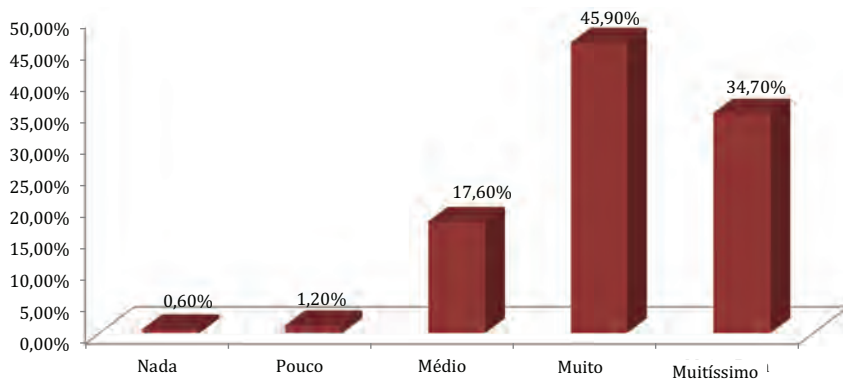


Gráfico 2 – Importância do KAZA como processo de ensino da convivência pacífica entre as Nações.

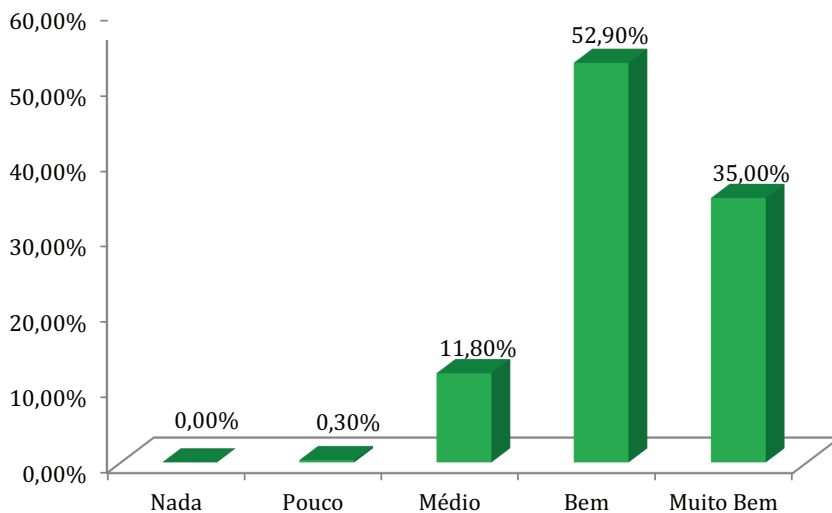


Gráfico 3 – Promoção da Paz pelo Turismo

Conclusões

A ATFC KAZA tem como objetivo transformar-se no maior destino ecoturístico da África e do Mundo. O território goza também de abundância e diversidade de fauna e flora de grande valor económico e ecológico, daí que o desenvolvimento sustentável do turismo e a conservação do património natural sejam consideradas as alavancas do desenvolvimento socioeconómico, da inclusão social e da paz.

Aprender a viver coletivamente é uma exigência de sociedades cada vez mais multiétnicas e multiculturais, onde a liberdade individual implica o respeito pelo pluralismo de natureza económica, política, cultural ou religiosa (Unesco, 1996). O reconhecimento do património cultural e da identidade social e territorial, que formam o sentido de pertença a uma comunidade, deve ser equilibrado pela abertura intercultural gerada por vivências plurais e diversificadas.

Das principais conclusões e recomendações, salienta-se a referência à necessidade de condições de estabilidade ecológica e económica que se possam manter até um futuro relativamente distante. Decorrente de uma crescente consciencialização, hoje, o desenvolvimento sustentável, para além dos três pilares básicos da sustentabilidade (ambiental, económica e social), incorpora ainda outras componentes, em especial a geográfica (territorial), a cultural e mesmo a institucional, num sentido lato. À luz do conceito atual de desenvolvimento sustentável, a vida das comunidades fica salvaguardada e permite uma alavancagem para a melhoria das suas condições de vida. Se o turismo for organizado e gerido de forma ética e sustentável, constitui-se como uma alavanca para o desenvolvimento das comunidades locais, criação de sociedades mais estáveis, promoção e proteção da biodiversidade, da geodiversidade e dos recursos culturais, assim como da promoção da paz.

Por último podemos concluir que o turismo é o maior movimento de interação humana e o maior movimento de promoção da Paz entre os povos e as nações da Terra. Como foi sublinhado, o turismo promove o respeito pelas diferentes culturas e pelo património mundial, bem como o sentimento de pertença planetário, consequentemente de proteção da biodiversidade e

geodiversidade. O facto de um indivíduo visitar um destino, marca no seu psiquismo a alegria, o prazer de ter convivido com o espaço, com pessoas de culturas diferentes, donde advém a necessidade de proteção do mesmo, perfazendo assim as condições para a sustentabilidade, proteção e promoção da paz interior e da paz positiva.

Referências bibliográficas

- Almeida, P. (2013). A imagem como variável preponderante na afirmação dos destinos como turísticos. *Atas do 1º Encontro Regional de Técnicos do Turismo*. Coimbra: Nocamil.
- Cazalma, A. (2014). A Educação para a Cidadania Democrática em Angola: O Papel da Educação para a Cidadania no Bem-Estar Social e Escolar. Tese de doutoramento, Faculdade de Ciências da Educação, Universidade de Granada, Granada, Espanha.
- Cazalma, A. (2014). O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação para a inclusão das comunidades e promoção da paz. O caso da área transfronteiriça de conservação Okavango Zambeze (componente angolana). Tese de doutoramento em turismo, lazer e cultura, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Cravidão, F. (2006). Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. In M. L. Fonseca. *Desenvolvimento e território – Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.
- Galtung, J. (1985). *About Peace* (Sobre la paz; tradução espanhola). Barcelona: Fontoroma.
- Honey, M. (2008). *Tourism: Preventing Conflict, Promoting Peace*. Recuperado em 30 Junho 2011 de <http://www.responsibletravel.org>.
- Jacinto, R. (1995). As regiões portuguesas de fronteira: perspectivas de desenvolvimento e de cooperação transfronteiriça. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 14, pp. 37-54.
- João Paulo II (2001). Mensagem de Sua Santidade João Paulo II por ocasião do XXII Dia Mundial do Turismo. Recuperado em 25 de Setembro de 2016 de http://www.vatican.va/holy_father/john_paul_ii/messages/tourism/documents/hf_jp-ii_mes_20010619_giornata-mondiale-turismo_po.html.
- Kunwar, R. R. (2010). *Tourists & Tourism: Science and Industry Interface*. Kathmandu: Ganga Sen Kunwar.
- Santos, M. (2008). A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, S. Paulo. In M. Marujo & F. Cravidão (2012). Turismo e lugares uma visão geográfica. *Pasos – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 10 (3), 281-288.
- Tarlow, P. (2011). Tourism disaster management in age of terrorism. *J. of Tourism Anthropology*, vol. 1, t. 1.
- Xesús, R. J. (2007). *Educar para a paz em tempos difíceis*. São Paulo: Palas Athena.
- Zamora, J. (2011). Carta pastoral sobre el sacramento de la penitencia. Recuperado em 25 de Setembro de 2016, de https://es.zenit.org/articulos/carta-pastoral-sobre-el-sacramento-de-la-penitencia-i/#_ftn4.

Zanirato, S. (2011). Patrimônio natural e turístico – Desafios para a adoção da sustentabilidade em áreas protegidas no Brasil. *Revista Memória em Rede*, Pelotas, 2 (4).

Webgrafia

https://es.zenit.org/articles/carta-pastoral-sobre-el-sacramento-de-la-penitencia-i/#_ftn4. Acessado aos 11 de Maio de 2019.

<https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2018/06/06/global-peace-index-o-mundo-esta-menos-pacifico-hoje-do-que-em-qualquer-outro-periodo-da-ultima-decada.htm?cmpid=copiaecola>, acessado aos 14 de Maio de 2019.

<https://pt.countryeconomy.com/demografia/indice-global-paz>, acessado aos 15.05.19

Institut for economics and peace (2016). Global Peace Index – Ten years measuring peace. https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/GPI%202016%20Report_2.pdf

Institut for economics and peace (2019). Global Peace Index – Measuring peace in a complex world. <http://visionofhumanity.org/app/uploads/2019/06/GPI-2019-web003.pdf>

<http://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/uniao-europeia/POCTEP-segunda-convocatoria-jan-2018.pdf>. Acessado aos 13 de Fevereiro de 2020.

DOCUMENTOS LEGAIS UTILIZADOS

ATFC KAZA (2011). Tratado Constitutivo da Área Transfronteiriça de Conservação Okavango Zambeze.

UNESCO (1996). Educação: um tesouro a descobrir; Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. Porto: Asa.

(Página deixada propositadamente em branco)

**LA TRADICIÓN VIAJERA POR ESPAÑA Y PORTUGAL:
LOS FUNDAMENTOS DEL TURISMO CULTURAL**

**THE TRAVEL TRADITION FOR SPAIN AND PORTUGAL:
THE FUNDAMENTALS OF CULTURAL TOURISM**

Antonio-José Campesino Fernández

Universidad de Extremadura (España)

acampesi@unex.es

Resumen: La esencia del turismo radica en la movilidad, traslación y deslocalización de personas de un lugar a otro, a través del viaje. A partir de fuentes historiográficas diversas, pretendemos pasar revista a la tradición viajera por España, desde el Medievo hasta la eclosión de la ‘revolución turística’ ilustrada, en la que las motivaciones culturales (*Grand Tour*) se impusieron a las restantes razones viajeras, conformando los fundamentos del turismo cultural. Éste, como segmento turístico reconocido, eclosionará a partir de la última década del siglo XX y desembocará un cuarto de siglo después en el actual contexto de masificación turística-cultural y sobrecarga patrimonial. Entendemos justa y necesaria la vuelta a los orígenes del proceso, para comprender, contextualizar y repensar el turismo cultural.

Palabras clave: Viajes; Viajeros; Revolución turística; Turismo cultural; Masificación.

Abstract: The essence of tourism lies in the mobility, translation and relocation of people from one place to another, through travel. From diverse historiographical sources, we intend to review the traveling tradition in Spain, from the Middle Ages to the emergence of the illustrated ‘tourist revolution’, in which

cultural motivations (*Grand Tour*) were imposed on the remaining traveling reasons, shaping the foundations of cultural tourism. This, as a recognized tourist segment, will emerge from the last decade of the 20th century and will end a quarter of a century later in the current context of tourist-cultural overcrowding and patrimonial overload. We understand fair and necessary the return to the origins of the process, to understand, contextualize and rethink cultural tourism.

Keywords: Travel; Travelers; Tourism revolution; Cultural tourism; Overcrowding.

Viajes y Viajeros Medievales

Las motivaciones viajeras históricas fueron muy variadas: conquista, peregrinación religiosa, intercambios comerciales, exploración, aventura, conocimiento de tierras, gentes y costumbres diferentes, ampliación de horizontes, emigración voluntaria o forzada, e iniciación a la vida social para jóvenes aristócratas.

El desplazamiento de los aristócratas romanos, desde la ciudad a las *villae rusticae* periurbanas para evadirse de los problemas urbanos, constituyó una de las primeras formas de movilidad turística (Bucho, 2010).

Pese al desconocimiento del territorio, incomodidades físicas, medios lentos de transporte, abusos, inseguridad, riesgos y multiplicidad de jurisdicciones, hombres y mujeres medievales, nómadas por excelencia, fueron viajeros natos (García de Cortázar, 1996): viajaron los reyes con sus tropas y séquitos (a campañas guerreras, a contraer matrimonio, a convocatorias de Cortes, a administrar justicia), viajaron los embajadores, mensajeros y correos, los recaudadores, los soldados, los ricos y los marginados (Labarge, 1992), los hombres cultos por el afán de saber, los penitentes, los enfermos para su curación, los aventureros, los segadores y los pastores trashumantes, los buhoneros, arrieros y carreteros, hasta los viajeros muertos (cadáveres de reyes, nobles) y reliquias fraudulentas que se vendían a los cristianos (Hernando; García; Huerta, coords. 1989).

Los Caminos a Santiago: Primer Itinerario Cultural Europeo

El *homo viator* (caminante medieval) que va por la vía o camino, bajo la convicción de que su vida es tránsito entre nacimiento y muerte por este “valle de lágrimas”, peregrina a Santiago o a los Santos Lugares (Jerusalén, Roma, La Meca, Guadalupe) para asegurar la salvación de su alma, pero bajo esa disculpa se enmascaran otras motivaciones más terrenales, económicas, artísticas y aventureras. Para los peregrinos europeos (viajeros de Dios), tras Roma, Santiago era el segundo destino en importancia. De los siglos XI al XIII, los Caminos a Santiago (Torres; Pérez; Lois, eds. 1993) se convirtieron en profusión de rutas de integración europea, superadoras de las confusas fronteras históricas y de las complejas diferencias políticas medievales, de multitud de jurisdicciones y de regímenes fiscales.

Los Caminos a Santiago constituyeron el soporte territorial de una de las políticas más antiguas de ordenación del territorio, con respeto a los condicionamientos naturales y reutilización de la herencia patrimonial romana subyacente. Confluían en Puente la Reina en el llamado Camino Francés, itinerario consagrado internacionalmente por la *Guía del Peregrino a Santiago de Compostela*, escrita por Aymeric Picaud, primera guía de viaje por etapas y relaciones de lugares (Bravo, ed. 1988), en razón de que hasta el siglo XIII los mapas eran representaciones simbólicas del territorio, carentes de utilidad para los viajeros. En los 800 km del Camino Francés por territorio español, el viajero atravesaba tierras de cinco reinos (Aragón, Navarra, Castilla, León, Galicia), en paz o en guerra, con leyes y monedas distintas, varios señoríos de obispos y quince villas, con sus fueros y ordenanzas; en suma más de cincuenta tierras con sus privilegios y salvaguardas, aventura que obligaba al viajero a dotarse de carta de vecindad y condición social. Conocimientos geográficos de las tierras a recorrer y medios de transporte empleados condicionaban la empresa y los tiempos de recorrido (Campesino, 1993).

Este Proyecto Jacobeo Medieval es el antecedente más antiguo de programación de Itinerarios Culturales supranacionales europeos que confluyen en Santiago de Compostela (*Campus Stellae*), reconocido por el Consejo de Europa

en 1987 como Primer Itinerario Cultural Europeo y por la UNESCO con la distinción de Patrimonio de la Humanidad (1993).

Viajes y Viajeros Durante la Edad Moderna

Los repertorios bibliográficos sobre libros de viajes y viajeros por España y Portugal se comenzaron a escribir en la primera mitad del siglo XIX (García-Romeral, 2003), teniendo como referencias esenciales las del hispanista (Foulché-Delbosc, 1969), de (Farinelli, 1944) y la más reciente de (García-Romeral, 2010). Los estudios resultaron muy escasos, destacando los de (Díez, 1975), sobre la sociedad española y los viajeros del siglo XVII y el de la imagen de España por los viajeros ingleses del XVII (Shaw, 1981).

Durante la época Moderna (siglos XV-XVIII), curiosidad y aventura viajeras alcanzan nuevos horizontes de descubrimiento del Nuevo Mundo, que es representado a partir de las primeras relaciones paisajísticas entroncadas con el Humanismo (Kagan, 1998). Para el conocimiento de los viajes de extranjeros por la Península ibérica contamos con la literatura viajera y las descripciones de (Riaño, 1877), del polaco (Liske, 1878), del alemán (Münzer, 1924), los relatos de viajes del historiador y maestro (Fernández Álvarez, 1956) y los de (García Mercadal, 1999). Como geógrafo-urbanista me interesa especialmente la visión de las ciudades españolas del Siglo de Oro por (Kagan, 1986) y la precisión, casi fotográfica por la minuciosidad de detalles, de las vistas urbanas, encargadas por Felipe II al dibujante y paisajista flamenco Anton van den Wyngaerde.

Para el conocimiento de la realidad territorial de Extremadura, contamos con los trabajos de (Rodríguez, 1952) y de (Teijeiro, 1999) que recopila textos de viajeros.

Los ilustrados y la ‘revolución turística’ del Grand Tour

En España, como en los demás países de la Europa del XVIII, cundió la fiebre de los viajes de españoles por otros territorios (Italia, Francia, Inglaterra...)

y, algo inédito, también por su propio país. Como literatura de referencia destacamos los trabajos generalistas de (Aguilar, 1977), los realizados por la España de Carlos III (Townsend, 1988) y de los viajeros ingleses (Baretti, 1770) y (Robertson, 1975). Sin duda, el mejor conocimiento se obtiene de la lectura de los itinerarios de Antonio Ponz (Ponz, 1988-1989), que permitieron un retrato completo de la sociedad, tesoro artístico y arquitecturas monumentales de España (Puente, 1968) y de Extremadura (Ponz, 1983), junto a los relatos de Pedro Rodríguez de Campomanes (Rodríguez, 1948). Destacamos la investigación de María Dolores Maestre, filóloga inglesa de la Universidad de Extremadura, sobre la docena de viajes por Extremadura contenidos en los libros de viajeros ingleses entre 1760 y 1843 (Maestre, 1990), temporalmente ampliada por (Marín, 2004). Dichas obras nos aproximan a las opiniones de los viajeros ingleses contenidas en las descripciones sobre el territorio, despoblación, pobreza, monumentos, caminos, posadas y alimentos que ofrece la Extremadura en el tránsito intersecular. La mayor parte de los viajeros se desplazó por el Camino Real de Madrid a Badajoz, no aventurándose fuera por razones de inseguridad y de carencia de posadas y servicio de postas, razón por la cual describieron básicamente las localidades ubicadas en él.

Hubo que esperar a la Ilustración del Siglo de las Luces (XVIII) para que se despertara el sentido por la Naturaleza, los paisajes de montaña y las amplias panorámicas oteadas desde sus cumbres, que desataron la pasión viajera de naturalistas, geólogos, geógrafos, historiadores, etnólogos, escritores y políticos (Gómez y Ortega, 1989). Se fundamentó en la labor científica positivista inherente a la euforia intelectual de la revolución industrial. La cartografía avanzó notablemente, porque al ser la Naturaleza fuente de recursos, ésta se convirtió también en objetivo estratégico de apetencia política-militar. El viaje permitió al hombre ilustrado conocer la realidad y enriquecer su personalidad mediante el ejercicio de la libertad. El viajero “crecía” con el viaje, desarrollando todas sus posibilidades de sentimiento, de pensamiento y de acción. Después, el viajero comunicaba a sus semejantes el resultado de sus observaciones, exponía sus hallazgos en museos y enriquecía culturalmente a la comunidad, lo que constituyó el antecedente del turismo natural y cultural (Lavaur, 1985-1986).

El viaje por la Península en el XVIII era casi heroico y muy duro por el estado de los caminos de herradura, las dificultades orográficas, topográficas e hidrográficas, el estado atroz de mesones y ventas, y la delincuencia e inseguridad. Tenía como compensación el gozo del descubrimiento de un país desconocido, el contacto con la Naturaleza y lo sublime de los paisajes naturales. Del viaje ilustrado se extraía la conclusión de que, pese a la persistencia de la miseria, la despoblación y el atraso cultural del país heredado de los Austrias, España se estaba transmutando de Iluminismo en la segunda mitad del XVIII por el reformismo de los monarcas borbones Felipe V, Fernando VI y Carlos III: mejora de las redes camineras (Quirós, 1971), construcción de nuevas carreteras (Madrazo, 1984), puentes, obras hidráulicas, cultivos de regadío, nuevas poblaciones (López, 1996), puertos, arsenales, nuevas Sociedades Económicas de Amigos del País, bibliotecas, museos y embellecimiento urbano (Sambricio, 1991).

Los viajeros ilustrados practicaron una Geografía del realismo, descriptivo y directo, para una observación atenta de la realidad, tratando de describir el paisaje con objetividad, aunque, como es obvio, ésta aparecía condicionada por los prejuicios y los tópicos de su tiempo. Los viajes respondieron también a motivaciones viajeras múltiples: artísticas, históricas, arqueológicas, literarias, sociológicas y políticas (Gómez, 1974).

El *Grand Tour* o viaje por Europa de los jóvenes aristócratas y clases altas inglesas durante meses o años, como complemento de su formación universitaria y esparcimiento (tipo Erasmus), remontó sus antecedentes al siglo XVI con los viajes a Italia de los humanistas europeos para imbuirse de cultura clásica y del Renacimiento. A partir de 1670, despegó para consolidarse en 1730 y desarrollarse hasta primera mitad del XIX, favorecido por la publicación de Guías de Viajes y la revolución del ferrocarril. Fue una práctica artesanal de viaje #tanto desde la demanda, como desde la oferta#, que tuvo como objetivo la educación y el conocimiento de las diferentes culturas y civilizaciones urbanas exóticas. Los ingleses preferían los destinos de Francia, Suiza e Italia y los franceses Suiza, Italia y Alemania. España quedó fuera del *Grand Tour* del XVIII por la leyenda negra que acuñaron los viajeros a partir los tópicos comunes, entre la realidad

y la desmesura (paisajes esteparios, caminos infernales, posadas inhóspitas, monumentos en ruinas, pueblo ignorante e indolente, fanatismo religioso, sensualidad...), presuntamente ajenos a la racionalidad ilustrada. Sin embargo, las tornas cambiarán en el siglo XIX cuando los ideales de la Ilustración fueron sustituidos por los del Romanticismo y España se convirtió en destino deseado de viajeros, que, a partir de los tópicos, acabarán conformando el mito y la imagen de marca turística internacional de regiones como Andalucía.

Viajes y Viajeros Románticos

La devastadora Guerra de la Independencia (1808-1814) arruinó todas las aportaciones progresistas ilustradas y devolvió a España al Antiguo Régimen. Durante ella, el viajero francés Alexandre de Laborde, (marqués, escritor y político) realizó y publicó su *Voyage pittoresque e historique de L'Espagne* (Laborde, 1812), al tiempo que espiaba y cartografiaba para Napoleón en su *Itinerario Descriptivo de las Provincias de España y de sus Islas y Posesiones en el Mediterráneo* (Laborde, 1816), doble motivación viajera que practicaron también algunos viajeros ingleses.

El interés de los viajeros extranjeros por España se acrecentó durante la primera mitad del siglo XIX, siendo considerada la década ominosa fernandina (1823-1833) como la época dorada de la literatura viajera de tema español en lengua inglesa (Alberich, 1981), alcanzando momentos culminantes a partir del cuarto decenio *The Bible in Spain* de 1843 (Borrow, 1970) y *A Handbook for Travellers in Spain* de 1845 (Ford, 1988). En las décadas de los treinta y cuarenta llegó a España la mayor parte de los grandes viajeros franceses: Prosper Mérimée -1831-1833- (Mérimée, 1988); George Sand -1842- (Sand, 1932); Víctor Hugo -1843-; Théophile Gautier -1845- (Gautier, 1985), Edgar Quinet -1846-; Alexandre Dumas -1847-, y el barón Charles Davillier en compañía del pintor y dibujante Gustave Doré -1862- (Davillier y Doré, 1998), trayectorias resumidas por (Calvo, 1981). El entusiasmo decayó a partir de 1850, tal y como registró (Foulché-Delbos, 1896): 599 viajes de los que han quedado

relatos y, de ellos, 318 se refieren a Andalucía, realizados por franceses, ingleses, alemanes y americanos.

El interés de los viajes y viajeros románticos (Lleó, 1984) para los geógrafos españoles se ha plasmado en una profusa literatura de la que reseñamos las aportaciones geográficas del profesor Nicolás Ortega (Ortega, 1990 y 1999).

Formalización de las prácticas viajeras: Guías turísticas, vistas y planos

Las primeras Guías Turísticas fueron herramientas con selección de itinerarios, sin llegar a ser un compendio de la realidad nacional o regional, como trataba de serlo el *Handbook* de Richard Ford. Abandonaron las referencias geográficas de Naturaleza para centrarse en Arte, Historia, Folclore y Gastronomía. Destacaron, entre otras: *Guide du Voyager en Espagne* -1823-; *Guide Joanne* -1859-, antecedente de la *Guide Bleu*; *Guía Baedeker de España y Portugal* -Leipzig, 1908 y 1915-; la *Guía Michelin* -1920-; *Novísima Guía España y Portugal. Manual del Viajero y del Turista*, 2 tomos -Madrid -1920-, y las *Guides Bleus* -Paris, 1927-;

De magistral complemento sirvieron los pintores paisajistas y los magníficos grabados de Roberts de pueblos y ciudades españolas, que retrataron muros, torres y campanarios, así como los grabados de las *Vistas de las Ciudades Españolas* del litógrafo Alfred Guesdon, conseguidas a partir de imágenes aéreas desde un globo cautivo a mediados del XIX, y publicadas por el catedrático de Geografía de la Universidad de Oviedo Francisco Quirós Linares en las *Ciudades Españolas en el siglo XIX* (Quirós, 1991), que incluye la totalidad de *Planos de España y sus Posesiones de Ultramar*, realizados a mediados de siglo por el geógrafo, cartógrafo e ingeniero militar Francisco Coello de Portugal y Quesada.

Tras la crisis total de la Guerra de la Independencia (1808-1814), que bloqueó los viajes del *Grand Tour*, la España del XIX emergió ante los ojos de los viajeros europeos como un país al margen de la civilización moderna, en donde perduraban modos de vida de civilizaciones pretéritas (romana y musulmana), siendo éstas las que el viajero romántico pretendía encontrar y los ambientes en contraste con la revolución industrial. Las clases altas inglesas deseaban

alejarse de la monótona y tediosa civilización europea, porque como afirmaba Prosper Mérimée en carta fechada en Madrid en 1853 #cuyo vaticinio riguroso se anticipó en más de siglo y medio a la uniformidad de la globalización# los progresos del siglo (XIX) lo igualaban todo, es decir, lo degradaban todo, de forma que en poco tiempo todos los países se parecerían tanto que ya no merecería la pena viajar (Mérimée, 1988).

Los viajeros románticos, que huían de la industrialización y de la uniformidad, buscaban en la Vieja Europa del Mediterráneo lo genuino, lo auténtico, las señas de identidad, lo que aún no había sido hollado por el “rasero civilizador”, el edén terrestre que la civilización les negaba, para mantener vivas las cualidades que el progreso despreciaba. Querían descubrir nuevos escenarios donde desarrollar la fantasía, los valores estéticos y los anhelos de encontrar paraísos soñados para desarrollar una salvaje libertad vital con la que abonar la imagen romántica de imprevisión y aventuras. España se convertirá en uno de los destinos preferidos de los viajeros europeos, tanto de los franceses como (Gautier, 1985) para el que viajar por España era una empresa peligrosa y romántica, como de los ingleses (Ford, 1988) cuando afirmaba que la rutina y las costumbres (paganas, romanas y orientales), pasadas ya de moda en otros lugares, en España se encontraban en conserva para los amantes de las antigüedades.

Viajar en el siglo XIX era una necesidad anímica e intelectual, un placer y una terapia contra la melancolía, y las motivaciones viajeras fueron múltiples:

- *estéticas*, porque los sentimientos eran los que conmovían el alma, y el alma europea buscaba en el pasado español sus emociones;
- *bélico-políticas*, porque agentes ingleses y franceses compaginaron la dedicación bélica y el ejercicio de la curiosidad viajera, como (Hawke, 1984), que dio cuenta gráfica y literaria de los recorridos realizados en otoño de 1813, al tiempo que cumplía su misión de entregar a Wellington ciertos mensajes confidenciales;
- *históricas*, por la existencia de la España caballeresca del romancero, la exótica musulmana, la picaresca del Siglo de Oro y la heroica de la Guerra de la Independencia, por la difusión y eco que tuvieron, sobre todo en

Inglaterra, las hazañas españolas contra los franceses en la Guerra de la Independencia (sitio de Zaragoza, Bailén, 2 de mayo, Cortes de Cádiz...) de imagen altiva de un país indómito y victorioso contra Napoleón. Admiración no exenta de prejuicios hacia los españoles, tachados de papistas, sanguinarios y feroces, aventureros de capa y espada, castizos, que contrastan con la esperanza del 'encuentro y secuestro' por los bandoleros de la Serranía de Ronda y Sierra Morena;

- *urbanas*, por cuanto los viajeros románticos europeos del XIX tenían sensibilidad especial por el patrimonio urbano histórico y pasión por lo exótico. Es al paisaje urbano al que los viajeros dedicaron sus descripciones. Despreciaron a Madrid para centrar su atención en las ciudades árabes monumentales: Granada, con la Alhambra y el Generalife, desde donde contemplar la Sierra Nevada; Córdoba y su Mezquita al borde del Guadalquivir; Sevilla, su Alcázar, Giralda, Catedral y Torre del Oro; a los británicos les interesaron las ciudades donde radicaban sus intereses económicos: Málaga; Cádiz, por Gibraltar; Huelva, por su puerto de salida del cobre de Río Tinto; Jerez de la Frontera, por sus bodegas y su vino Sherry); les interesaron también las agro-villas medias andaluzas: Ronda, altanera sobre su tajo (ciudad de majos, toreros y contrabandistas); Carmona, Écija, Baeza, Úbeda, Alcalá la Real..., cargadas de historia y de arquitecturas populares de pueblos blancos. A partir del Legado Andalusi, reinterpretado por los viajeros extranjeros, se reinventó Andalucía (Héran, 1979), su imagen romántica (González, 1987) y el mito (López, 1988), como precedentes del marketing turístico-cultural, que tanto contribuirían a proyectar la imagen de Andalucía fuera de las fronteras, con magníficos rendimientos del producto hasta el presente. En Castilla, Toledo era el compendio de la ciudad que conservaba su fisonomía medieval, con un alcázar construido sobre las ruinas del antiguo palacio moro, calles estrechas, irregulares y súbitas, empinadas y tortuosas, adecuadas a las condiciones térmicas, frescas y deliciosas; tejados que servían de sombrilla; murallas almenadas al estilo oriental, admirables iglesias y misteriosas sinagogas, moradas de bellas moriscas y aguerridos caballeros, el genio de la vieja

España, desde los Concilios godos a las Juntas liberales de 1812. Para el viajero romántico la ciudad era un teatro, como demuestra el norteamericano Washington Irving en sus Cuentos de la Alhambra -1832-, al recrear falsas ensoñaciones, valorar estéticamente la monumentalidad frente al conjunto muy deteriorado y describir los usos y maneras sociales (tomar el fresco, requiebros a las mujeres, paseos, pésames, tertulias, procesiones, ferias...);

- *artísticas*, por cuanto la inundación de Europa por obras de arte españolas, expoliadas en la Guerra de la Independencia, desató el interés por el arte español, hispano-musulmán y sobre todo, árabe, cuyo patrimonio monumental justificaba la peregrinación romántica a España;
- *actividades marginales y pobreza*, destacada de forma unánime y cruel por los viajeros, a modo de sector “terciario marginal” (bandoleros, contrabandistas, toreros, gitanos, posaderos y venteros...), tan pintoresco, que fue objeto preferente de las descripciones viajeras y motivo de visita obligada a los ghettos del Sacromonte, Albaicín, Macarena y Triana, con toda la carga tópica de determinismo social sobre el carácter de la gente, hasta llegar a ensalzar, como Irving, la pobreza gozosa, inhumanamente incomprendida;
- *turístico-económicas*, porque el interés romántico pronto se transformaría en mercado turístico elitista. De hecho, los libros de Richard Ford (Ford, 1988) fueron encargados por Murray, editor de guías turísticas. Viajeros como Davillier y Doré encontraron ya un Sacromonte granadino con danzas mercantilizadas, acomodadas al gusto de los extranjeros y Héctor France detectó en 1888 una explotación en regla de los turistas (inglismanglis, franchutes, gabachos...) por los gitanos con “juergas” organizadas, precios abusivos y ventas de Murillos falsos...
- *imprevisibles*, por inesperadas, que para (Ford, 1974) son las razones de su atractivo y de su singularidad; de ahí que el tópico turístico posterior de “*Spain is different*” nació de la comprensión romántica de España y de la afirmación tópica de Alejandro Dumas de que África comenzaba en los Pirineos. De ahí, la preferencia lógica por Andalucía, la región menos

europaea y más africana, paisajística y culturalmente, la más excepcional, la más imprevisible, la más pintoresca y la más exótica;

En el XIX, los medios de transporte de los viajeros variaron de forma sustantiva en ambas mitades del siglo. Hasta 1850 los disponibles eran idénticos a los utilizados en el XVIII (coche o galera para los viajeros importantes y diligencia colectiva en los caminos de rodadura; caballos y mulos en los de herradura). Desde la segunda mitad, el viaje con fines turísticos cambió significativamente con la extensión del ferrocarril. La inauguración de tramos de líneas férreas a partir de 1859 (Sevilla-Córdoba y conexión a Madrid desde 1867) convertirá a este nuevo modo de transporte en el más utilizado, al modificar de forma sustancial la épica del viaje, condicionar los itinerarios y privilegiar los destinos urbanos, ampliando la oferta de viajes turísticos y la emergencia de nuevos segmentos.

La Institución Libre de Enseñanza y los viajeros de la ‘Generación del 98’

Para el proyecto pedagógico de la Institución Libre de Enseñanza (1876-1936), viajar era un método de educación regeneradora. A través del viaje era posible conocer y sentir directamente la naturaleza y el paisaje, y en ello residió una de las claves fundamentales de la educación integral pretendida por el ideario institucionista (Ortega, 1984 y 1988) y transmitida a la ciencia geográfica española de postguerra civil, a través de la Escuela del profesor Manuel de Terán Álvarez en la Universidad Complutense de Madrid.

Nuestros escritores de la ‘Generación del 98’ (Unamuno, Baroja, Valle-Inclán, Ortega y Gasset...) destacaron, entre otras múltiples facetas, por su pasión viajera, la necesidad de salir de la ciudad y entrar en contacto con la Naturaleza (Zulueta, 1988), persiguiendo la búsqueda de la España real (de los pueblos y las tierras de España), nacida de la crisis de conciencia, como punto de partida para la afirmación de nuestras señas de identidad, frente a la España oficial (retórica, falaz, corrupta y grandilocuente) (Unamuno, 1955).

Enamorado de Portugal con sus visitas anuales ofrece descripciones magníficas de ciudades como Braga, Guarda y Espinho (Unamuno,1969).

Las descripciones contienen un tratamiento ampliamente histórico de la evolución de las ciudades, con especial hincapié en la época árabe, de sus monumentos, especialmente los árabes, calles y plazas, murallas y puertas, jardines, alamedas, paseos y salones, plazas de toros, fondas y hospedajes y la casa andaluza con su patio, rejas y balcones. Los árboles constituyen uno de los componentes primordiales del paisaje urbano. Los patios de las casas son continuamente ensalzados, sobre todo los de las casas andaluzas, cubiertos con toldos, fuentes con surtidor y rumor de agua y plantas, refugio creador de una atmósfera de sensualidad y de indolencia, apto para las siestas y las tertulias.

En cambio, los cascos históricos como conjuntos urbanos son denostados por sus calles angostas, suciedad, falta de pavimentación y presencia de mendigos. Se trata de descripciones aisladas que no permiten hacerse una idea global del urbanismo andaluz.

Ocaso y resurgimiento del turismo cultural

Tras la Guerra Civil española y postguerra, con el Plan de Estabilización de 1959 el turismo cultural y termal desaparecieron para dar paso al milagro turístico de sol y playa, del *Spain is different* y de la colonización masiva del litoral mediterráneo, sustentado en los nuevos modos de transporte del automóvil privado y el avión. Cuando en los años ochenta del siglo XX se produjo la crisis estructural del turismo, asociada a la crisis urbana-industrial y económica, emergerá de nuevo el turismo cultural, dentro de la nueva oferta de turismo de interior (Valenzuela, 1997), como resultado de las nuevas demandas turísticas, presuntamente más selectivas, civilizadas, educadas, representadas por unos turistas más finos y menos desarraigados. Treinta años después, el turismo cultural presente se ha convertido en turismo urbano de masas (Campesino, 1996), superador de todos los umbrales de carga patrimonial en los destinos urbanos emblemáticos.

Por tales razones, justificamos como necesaria esta vuelta a los orígenes de la tradición viajera para comprender, contextualizar y repensar el turismo cultural.

Referências bibliográficas

- Aguilar, Francisco (1977). "Relatos de viajes por la España del siglo XVIII. Estudios realizados hasta el presente". *Boletín del Centro de Estudios del Siglo XVIII*, 45. Oviedo: Universidad de Oviedo, p. 203-208.
- Alberich, José. (1981). "En torno a los viajeros ingleses de la época romántica", en Aa.Vv. *Imagen Romántica de España*. Madrid: Ministerio de Cultura.
- Aznar, Eduardo. (1994). *Viajes y descubrimientos en la Edad Media*. Madrid: Síntesis. 200 p.
- Baretti, Giuseppe Marco Antonio. (1770). *A journey from London to Genoa through Portugal, Spain an France*. London: Davis & Davis.
- Borrow, George. (1970). *La Biblia en España. O viajes, aventuras y prisiones de un inglés en un intento de difundir las Escrituras por la Península*. Madrid, 195 p. (Traducción de la edición original de 1843 por Manuel Azaña. 1921. Madrid: Jiménez-Fraud).
- Bravo, Millán. (ed.). (1988). *Guía del peregrino medieval*. Sahagún: Centro de Estudios del Camino de Santiago.
- Bucho, Domingos José. (2010). *Património, Animação e Turismo*. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.
- Calvo, Francisco. (1981). "Los viajeros románticos franceses y el mito de España", en Aa.Vv. *Imagen Romántica de España*, Madrid: Ministerio de Cultura, t. I, p. 23-24.
- Campesino, Antonio-José. (1993). "Los Caminos a Santiago: ciudades y recursos turísticos", en Torres, María Pilar de; Pérez, Augusto; Lois, Rubén Camilo. (eds.). (1993). *Los Caminos de Santiago y el territorio. Congreso Internacional de Geografía*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Xacobeo'93, p. 667-712.
- Campesino, Antonio-José. (1996). "Turismo Cultural en Ciudades Patrimonio de la Humanidad". *III Congreso AECIT. La Administración Turística en el Municipio en España*. Madrid: Asociación Española de Expertos Científicos en Turismo (AECIT). 2 diskettes.
- Davillier, Charles y Doré, Gustave. (1998). *Viaje por España*. Madrid, Miraguano.
- Díez, José María. (1975). *La sociedad española y los viajeros del siglo XVII*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- Farinelli, Arturo. (1944). *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media hasta el siglo XX: nuevas y antiguas divagaciones bibliográficas*. Roma: Reale Academia d'Italia. (Primera edición, Madrid, 1920).
- Fernández, Manuel. (1956). *Aportaciones a la historia del turismo en España. Relatos de viajes desde el Renacimiento hasta el Romanticismo*. Madrid: Ministerio de Información y Turismo, p. 154-155.
- Ford, Richard. (1974). *Las cosas de España*. Madrid: Ediciones Turner. (*Gatherings from Spain*. London, 1ª edición 1846).

- Ford, Richard. (1988). *Manual para viajeros por España y lectores en casa. Observaciones generales sobre el país y sus ciudades, costumbres de sus habitantes, su religión y sus leyendas, las bellas artes, la literatura, los deportes, la gastronomía, y diversas noticias sobre su historia*. Madrid: Ediciones Turner. (*A handbook for travellers in Spain and readers at home*. London, 1ª ed. 1845).
- Foulché-Delbosc, Raymond. (1969). *Bibliographie des voyages en Espagne et Portugal*. Amsterdam: Meridian Publishing Co. (1ª ed. *Revue Hispanique*, Paris, nº 3, 1896, p. 1-249).
- García de Cortázar, José Ángel. (1996). *Los viajeros medievales*. Madrid: Editorial Santillana.
- García Mercadal, José. (1999). *Viajes de extranjeros por España y Portugal desde los tiempos más remotos hasta comienzos del siglo XX*. Salamanca: Junta de Castilla y León.
- García-Romeral, Carlos. (2010). *Diccionario bibliográfico de viajeros de España y Portugal*. Madrid: Ollero y Ramos Editores.
- García-Romeral, Carlos. (2003). “Notas para un estudio historiográfico de los viajeros por España y Portugal, durante los siglos XV al XVII”, en Villar, María Begoña. y Pezzi, Pilar. (eds.), *I Coloquio Internacional 'Los extranjeros en la España Moderna*. Tomo II. Málaga: Autores, p. 281-290.
- Gautier, Théophile. (1985). *Viaje por España*. Barcelona: Editorial Taifa. (1ª ed. 1845).
- Gómez, Gaspar. (1974). *Los viajeros de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial.
- Gómez, Josefina y Ortega, Nicolás. (1989). *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza Editorial.
- González, Alberto. et al. (1987). *La imagen de Andalucía en los viajeros románticos y Homenaje a Gerald Brenan*. Málaga: Diputación Provincial de Málaga.
- Hawke, Edward. (1984). *Vistas de España*. Madrid: Ediciones El Museo Universal. (Edición original *Views of Spain* de 1824).
- Héran, François. (1979). “L’invention de l’Andalousie au XIX^e siècle dans la littérature de voyage. Origine et fonctions sociales de quelques images touristiques”, en Bernal, Antonio Miguel et al. *Tourisme et développement régional en Andalousie*. Paris.
- Hernando, José Luis; García, Miguel Ángel; Huerta, Pedro Luis (coords.). (1989). *Viajes y viajeros en la España medieval. (Actas del V Curso de Cultura Medieval, 1993)*. Aguilar de Campoo: Fundación Santa María la Real, Centro de Estudios del Románico.
- Kagan, Richard. (dir). (1986). *Ciudades del Siglo de Oro. Las Vistas Españolas de Anton van den Wyngaerde*. Madrid: Ediciones El Viso.
- Kagan, Richard. (1998). *Imágenes urbanas del Mundo Hispánico (1943-1970)*. Madrid: Ediciones El Viso.
- Labarge, Margaret (1992). *Viajeros medievales. Los ricos y los insatisfechos*. San Sebastián: Editorial Nerea.
- Laborde, Alexandre de. (1812). *Voyage pittoresque et historique de L'Espagne*. Paris: Pierre Didot.
- Laborde, Alexandre de. (1816). *Itinerario Descriptivo de las provincias de España y de sus Islas y posesiones en el Mediterráneo con una sucinta idea de su situación geográfica, población, historia civil y natural, agricultura, comercio, industria, hombres célebres, carácter y costumbres de sus habitantes y otras noticias que amenizan su lectura*. (Traducción libre del que publicó en francés, *Itineraire Descriptif de l'Espagne*, en 1809. Acompañado de un Atlas de 29 mapas. Valencia: Imprenta de Ildefonso Mompíe),
- Lavour, Luis. (1985-1986). “El turismo español en el siglo de la Ilustración (1715-1793)”. *Estudios Turísticos*, (I) n.º 88, 1985, p. 3-36; (II) n.º 89, 1986, p. 19-38; (III) n.º 91, 1986, p. 23-49, y (IV), n.º 92, 1986, p. 49-76. Madrid: Secretaría de Estado de Turismo.

- Liske, Javier. (1878). *Viajes de extranjeros por España y Portugal en los siglos XV, XVI y XVII*. Colección. Madrid: Casa Editorial de Medina.
- Lleó, Vicente (1984). "España y los viajeros románticos". *Estudios Turísticos* nº 83. Madrid: Secretaría de Estado de Turismo, p. 45-53.
- López, Antonio. (1988). "El paisaje de Andalucía a través de los viajeros románticos: creación y pervivencia del mito andaluz desde una perspectiva geográfica", en Gómez, Josefina y Ortega, Nicolás. *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza Editorial, p. 31-65.
- López, Antonio. (1996). *Sierra Morena y las Poblaciones Carolinas: su significado en la literatura viajera de los siglos XVIII y XIX*. Córdoba: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Córdoba. Estudios de Geografía, Facultad de Filosofía y Letras.
- Madrazo, Santos. (1984). *El sistema de transportes en España anterior al ferrocarril (1750-1850)*. 2 vols. Madrid: Ediciones Turner y Colegio de Ingenieros de Caminos Canales y Puertos.
- Maestre, María Dolores. (1990). *12 viajes por Extremadura en los libros de viajeros ingleses 1760-1843*. Cáceres: Patronato de Turismo y Artesanía.
- Marín, Jesús. (ed). (2004). *Viajeros ingleses por Extremadura (1760-1910)*. Vol. I. Badajoz: Diputación de Badajoz.
- Mérimée, Prosper. (1988). *Viajes a España*. Madrid: Aguilar. (*Lettres d'Espagne*, 1831-1833 (cinco cartas) más referencias a siete viajes realizados a España en los años de 1830, 1840, 1845, 1846, 1853, 1859 y 1864).
- Münzer, Jerónimo. (1924). "Viaje por España y Portugal en los años 1494-1495". *Boletín de la Real Academia de la Historia*, tomo 84, Madrid, p. 32-119.
- Ortega, Nicolás. (1984). "Conocimiento geográfico y actitud viajera en la Institución Libre de Enseñanza". *Estudios Turísticos*, 83. Madrid: Secretaría de Estado de Turismo, p. 69-84.
- Ortega, Nicolás. (1988). "La experiencia viajera en la Institución Libre de Enseñanza", en Gómez, Josefina y Ortega, Nicolás. *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza Editorial, p. 67-88.
- Ortega Nicolás. (1990). "El paisaje de España en los viajeros románticos". *ERÍA, Revista de Geografía*, nº 22. Oviedo: Servicio de Publicaciones de la Universidad, p. 121-137.
- Ortega, Nicolás. (1999). "Romanticismo, paisaje y Geografía. Los Relatos de viajes por España en la primera mitad del siglo XIX". *ERÍA, Revista de Geografía*, nº 49. Oviedo: Departamento de Geografía de la Universidad de Oviedo, pp. 121-128.
- Ponz, Antonio. (1983). *Viajar por Extremadura I y II (Viage de España, en que se da noticia de las cosas más apreciables, y dignas de saberse, que hay en ella. Madrid, 1784)*. Badajoz: Universitas Editorial.
- Ponz, Antonio. (1988-1989) *Viage de España (1772-1794)*. (Edición Original de 1787. 18 tomos). Madrid: Aguilar.
- Puente, Joaquín de la. (1968). *La visión de la realidad española en los "Viajes de don Antonio Ponz"*. Madrid: Moneda y Crédito.
- Quirós, Francisco. (1971). "Fuentes para la geografía de la circulación en España: algunos libros sobre los caminos españoles de los siglos XVIII y XIX". *Estudios Geográficos*, XXXIII, 123. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 353-373.
- Quirós, Francisco. (1991). *Las ciudades españolas en el siglo XIX. Vistas de ciudades españolas de Alfred Guesdon. Planos de Francisco de Coello*. Valladolid: Editorial Ámbito.
- Riaño, Juan Facundo (1877). "Viajes de extranjeros por España en el siglo XV". *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, Tomo III, nº 10, Madrid, p. 289-301.

- Roberts, David. (1837). *Picturesque sketches in Spain, taken during the years 1823-1833*. London.
- Robertson, Ian. (1975). *Los curiosos impertinentes. Viajeros ingleses por España, 1760-1855*. Madrid: Editora Nacional.
- Rodríguez, Antonio. (1952-1954). "Extremadura en el siglo XVI. Noticias de viajeros y geógrafos". *Revista de Estudios Extremeños*, Badajoz: Diputación Provincial, VIII, 1952, I-IV, p. 281-376 y 1954, X, I-IV, pp. 329-441.
- Rodríguez, Esteban. (1948). "Viaje de Campomanes a Extremadura". *Revista de Estudios Extremeños*, IV-2. Badajoz: Diputación Provincial, p. 201-246.
- Sambricio, Carlos. (1991). *Territorio y ciudad en la España de la Ilustración*. Madrid: Ministerio de Obras Públicas y Transportes.
- Sánchez Diana, José María (1972). "Viajes, viajeros y albergues en la España de los Austrias". *Chronica Nova*, 7. Granada: Universidad de Granada, p. 35-93.
- Sand, George. (1932). *Un invierno en Mallorca*. Palma de Mallorca: Editor José Tous.
- Shaw, Patricia. (1981). *España vista por los ingleses del siglo XVII*. Madrid: Sociedad General Española de Librería.
- Teijeiro, Miguel Ángel. (1999). *El oeste dorado: una mirada literaria a la Extremadura del Siglo de Oro*. Badajoz: Departamento de Publicaciones de la Diputación de Badajoz.
- Torres, María Pilar de; Pérez, Augusto; Lois, Rubén Camilo. (eds.). (1993). *Los Caminos de Santiago y el territorio. Congreso Internacional de Geografía*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Consellería de Relacións Institucionais e Portavoz do Goberno.
- Unamuno, Miguel de. (1955). *Andanzas y visiones españolas*. Madrid: Espasa Calpe.
- Unamuno, Miguel de. (1969). *Por tierras de Portugal y España*. Madrid: Editorial Espasa-Calpe, S. A., Colección Austral, 7ª ed. (1ª ed. 1941).
- Townsend, Joseph. (1988). *Viaje por España en la época de Carlos III (1786-1787)*. Madrid: Ediciones Turner. (1ª edición de 1972).
- Valenzuela, Manuel. (ed.). (1997). *Los turismos de interior. El retorno de la tradición viajera*. Madrid: Ediciones de la Universidad Autónoma, AGE, Universidad de Castilla-La Mancha.
- Zulueta, José Antonio de. (1988). "Vocación viajera y entendimiento del paisaje en la Generación del 98", en Gómez, Josefina y Ortega, Nicolás. *Viajeros y paisajes*. Madrid: Alianza Editorial, p. 89-106.

(Página deixada propositadamente em branco)

O DESPERTAR DO TURISMO NA CÓRSEGA

Carmina Cavaco

carminda.cavaco@oninet.pt

Resumo: A Córsega despertou para o turismo ao longo do século XIX, sobretudo na segunda metade, bem antes da vizinha Sardenha: uma alta montanha no mar, um mundo de pastores e rebanhos transumantes, uma sociedade rústica e justiceira, uma história de subordinação externa, com curtos períodos de independência, à margem das viagens do Grand Tour; terra de nascimento de Napoleão, progressivamente valorizada ao longo do século XIX, nomeadamente com o Segundo Império; afirmação de Ajácio como destino de vilegiatura invernã e de turismo de saúde. Explorou-se uma larga bibliografia de um universo variado de autores e descobridores da ilha, com diferentes formações, objetivos, percursos, sensibilidades, nacionalidades, modos de deslocação: relatórios técnicos; contos e histórias de vida; descrições de viagens e dos territórios percorridos; especificidades locais, valores sociais; funcionários administrativos e técnicos; escritores e romancistas; historiadores, pintores, mesmo caçadores. Exploraram-se, igualmente, os guias turísticos que foram sendo publicados desde meados do século.

Palavras-chave: Córsega; Viagem; Maquis; Guias turísticos; século XIX.

Abstract: Corsica has waken up to tourism throughout the 19th century, mainly in the second half, well before its neighbour Sardinia: a high mountain by the sea, a world of shepherds and flocks, a rustic and fair society, a history of external subordination, with short periods of independence, besides the Grand Tour races; place of birth of Napoleon, progressively valued throughout the

19th century, especially with the Second Empire; affirmation of Ajaccio as a winter and health tourism resort. A wide bibliography of a diverse universe of authors and discoverers of the island was explored, with different formations, objectives, routes, sensitivities, nationalities, travel modes; technical reports; tales and life stories; travel descriptions and roamed territories; local specificities, social values; administrative and technical workers; writers and novelists; historians, painters, even hunters. Tourist guides who have been published since the middle of the century were also researched.

Keywords: Corsica; Trip; Maquis; Tourist guides; XIX century.

«Pour le visiteur, la Corse n'est pas une région, mais véritablement un pays composé de littoral, de plaine, de moyenne montagne, de haute montagne, le tout dans une complémentarité et sur un périmètre très restreint» (Vanina Pieri, Agência do Turismo da Córsega).

Córsega, quarta ilha do Mediterrâneo (depois da Sicília, Sardenha e Chipre: 8681km²), ao norte da Sardenha e dela separada pelo Estreito de Bonifácio (390km de Marselha, 160kms da costa sudeste de França e 80km da costa italiana), alongada segundo os meridianos (183km por 83km, valores máximos), mais de mil kms de litoral, muitas praias, alguns portos; uma enorme «montanha no mar», com cimos com mais de 2 mil e quinhentos metros de altitude (Monte Cinto: 2706m) e vales glaciários na rocha nua; clima mediterrâneo, de verões quentes e invernos frescos, variando com a altitude (neve prolongada na montanha), ventos de diferentes direcções (Sirocco, de sudeste, com areias do Sahara; Mistral, pelo vale do Ródano; Tramontana, frio, do norte/planície do Pó; Levante, de leste; Libecciu, do Mediterrâneo ocidental) e brisas. Terra tradicional de pastores e de transumância (cabras, ovinos e bovinos) entre as áreas baixas costeiras (secura e paludismo no verão) e a montanha (frio e neve no inverno). Maquis denso e perfumado (mato arbustivo), montado (azinheiras e sobreiros), soutos (castanheiros) e florestas de pinheiros, faias ou bétulas nas alturas. Campos de sementeira, oliveiras, vinhas, laranjais e figueiras-da-índia, nos

limites das propriedades. Foi domínio da República de Pisa, depois da República de Génova, sua rival. A partir de 1730, multiplicaram-se as manifestações de revolta dos Corsos contra o domínio de Génova: em 1736, o barão Theodore de Neuhoff (natural de Colónia, nobreza de Vestefália) fizera-se proclamar rei da Córsega, por sete meses, como Theodore I; em 1755, Pasquale de Paoli proclamou a independência da ilha com uma constituição democrática (Jean-Jacques Rousseau), cunhou uma moeda, criou um exército e uma frota, e fundou uma Universidade, em Corte, então Capital; o novo Estado durou quinze anos, até 1769 e ao domínio das tropas francesas de Louis XV, que substituíram as de Génova. Seguiu-se o exílio de Paoli em Londres, para só retornar com a Revolução francesa: chegou em 1790, não se entendeu com os jovens revolucionários insulares – os Bonaparte, Arena, Saliceti, Pozzo di Borgo – rompeu em 1793 com a nova República, criou no ano seguinte um reino anglo-corso, com um vice-rei inglês; a Inglaterra dominava então o Mediterrâneo e a posição da Córsega era importante, dos pontos de vista comercial, político e militar, já que próxima das costas italiana e francesa, pouco afastada de Espanha, no caminho da África do Norte e do Oriente. Nos finais de 1795, as tropas de Napoleão Bonaparte retomaram a ilha e Pasquale de Paoli regressou como exilado a Inglaterra, onde morreu em 1807.

Em suma, um pequeno território algo marginal e um quadro geográfico complexo, difícil e misterioso, que manteve ao longo do século XIX a sua própria identidade, subdesenvolvida e pobre, não obstante o melhoramento das infraestruturas (portos, estradas, caminho de ferro), serviços e administração, a forte emigração no quadro do império colonial e para o Continente, e desde meados do mesmo, a progressiva afirmação como destino turístico, como o atestam os guias então publicados: estudiosos, escritores, mesmo caçadores; turismo de descoberta e aventura e vilegiatura climática, não apenas por motivos de saúde. Espaços difíceis, antes apenas ousados por pastores em busca de cabras perdidas ou por caçadores de muflões, também foram procurados nos finais do século por alpinistas europeus, bem depois dos Alpes e dos Pirinéus, sobretudo na vertente ocidental: ascensão do monte Cinto por Édouard Rochat, em junho de 1882; travessia do mesmo, em maio de 1883, por Francis Fox Tuckett, com

F. Devouassoud (guia) e Edouard Th. Compton (pintor); idem, por Felix von Cube em 1899, e de novo em 1902 e 1904; anos depois (1909), o norueguês Bryn e os ingleses Maxwell e George Finch abriram a via Finch, na face leste da Paglia Orba (monte Cinto, 2525m, entre os vales do Golo e da Cavicchia), e já em 1927, uma equipa do Clube Alpino Belga explorou as Aiguilles de Bavedda (Zonza, sudeste da ilha, não longe de Porto-Vecchio) (1855m).

A Córsega como prolongamento do *Grand Tour* a Itália?

Ilha pobre, montanhosa, rural e primitiva, politicamente dividida (sistema de clans), à deriva, sem sítios antigos relevantes nem cidades importantes, exótica como o Magreb, permanecera à margem das viagens turísticas no Mediterrâneo, nomeadamente pela Itália (riqueza cultural), pelo menos até à integração efetiva no estado francês e à motorização dos transportes marítimos (1830): não destino de vilegiatura elitista e aristocrática; poucos viajantes do *Grand Tour*, cultos, ociosos e abastados, apenas os mais sensíveis às experiências políticas de independência e de democracia, depois de integração francesa e de afirmação como terra de Napoleão Bonaparte, e os mais motivados pela natureza, e os modos de vida simples da população, bem mais pastoris que agrícolas ou marítimos. Entre eles, James Boswell (1765), de Edimburg, em viagem pela Alemanha, Suíça e Itália (sem tutor), atraído pela bravura e o sentido de liberdade dos corsos, a figura heróica de Pasquale Paoli, e o facto de se tratar de uma terra remota e desconhecida, nomeadamente o seu interior, aliás contra o parecer do pai e do próprio governo britânico (George III) (James Boswell, 2006); e Frederick Augustus Hervey, conde de Bristol, na companhia de Andrew Burnaby, capelão junto do consulado britânico em Livorno (28 de Julho-7 de Agosto de 1766), que sumariaram as suas observações como um diário minucioso, com a descrição dos lugares, paisagens, gentes, modos de vida, cultivos e gados, hábitos, tradições e valores, além dos encontros com Pasquale di Paoli e Rousseau (manuscrito apenas publicado em 1804). Entretanto, a intervenção insular implicou a presença dos franceses Louis-Armand Jaussin (militar)

e Robert de Vaugondy (cartógrafo), para a elaboração de um novo mapa da ilha, a que juntaram as suas observações gerais da natureza e das populações (Louis-Armand Jaussin e Robert de Vaugondy, 1758-1759); depois, em 1787, o conde Félix de Romain, oficial da Artilharia, esteve na Córsega durante três anos, e deixou escritas as suas recordações (Félix de Romain, 1824), tal como Constantin François de Chassebœuf, conde de Volney, diretor da agricultura e do comércio e empresário agrícola (domínio Confina ou «Petites-Indes», perto de Ajácio), que destacou as riquezas naturais, o clientelismo, a violência, a inoperância da justiça (C. F. Chassebœuf, 1989).

Ao longo da primeira metade do século XIX, alguns outros viajantes ousaram percorrer a Córsega, impressionados pela grandiosidade das suas paisagens de montanha, os caprichos das suas formas, as suas florestas, as extensões de mato denso e perfumado, os horizontes marítimos, a luminosidade e os luares, a escassez do povoamento, a rusticidade das aldeias, a simplicidade dos modos de vida (nomeadamente dos pastores, migrantes sazonais com seus rebanhos, entre as terras baixas e os pastos de altitude, renovados pelas queimadas regulares; isolamento e pobreza, desconforto das suas cabanas e quotidianos), as mulheres vestidas de negro, a força da família e dos clãs; também pelos valores sociais, os da honra e da solidariedade, tradicionalmente expressos na «vendetta», no refúgio na montanha, no silêncio dos seus raros povoadores, em redes de cumplicidades; surpreendidos igualmente pela hospitalidade da sua gente, a mais abastada e a mais humilde, a das cidades e a dos lugares isolados na alta montanha.

Robert Benson, incumbido (1823) da efetivação do testamento de Paoli, esteve seis semanas (Outubro e Novembro) na Córsega e dá-nos uma imagem, bem documentada, dos locais visitados e dos territórios atravessados (Robert Benson, 1825). Chegada a Ajácio: cidade de planta simples, estruturada por duas ruas perpendiculares; alojamento no Hotel de la Croix de Malta e vigilância apertada das autoridades quanto aos motivos da sua visita; clima local, onde as palmeiras se adaptam facilmente (neve rara; seis meses sem chuva; estio pouco saudável, sobretudo de Julho a finais de Setembro); a casa natal de Napoleão, a casa do cardeal Fesch, residência de verão da família Bonaparte, e mais além a Gruta de Napoleão (Casone), num quadro com pomares de citrinos, olivais,

vinhas e amendoeiras; sujidade das ruas e mediocridade das estradas, os franceses preocupando-se preferencialmente com bibliotecas, museus, coleções de moedas e vasos etruscos e bem menos com obras públicas. Viagem pelo interior, em direcção a Corte, com guias corsos, mulas, sacos de cama e provisões (inexistência de estradas, caminhos difíceis, zig-zagueantes, albergues miseráveis, insegurança), tendo no horizonte os Monte d'Oro e Monte Rotondo, e mais além o Monte Cinto, cobertos de neve: pequenas planícies férteis, com olivais; maquis, montados, soutos e superfícies de rocha nua; o mundo dos pastores e dos bandidos, protegidos pelos seus cães; aldeias e lugarejos de casas de pedra, sem reboco e sem chaminés; a floresta de Vizzanova; estruturas familiares alargadas e posição das mulheres na família e na sociedade (responsabilidade pelos trabalhos dos campos); cruces de madeira lembrando assassinatos recentes; curiosidades históricas e sociológicas, costumes e tradições; carácter selvagem, primitivo, da população; a imagem romântica do «bandido de honra»; e a hospitalidade corsa, mesmo dos camponeses mais humildes e em relação a inimigos em dificuldades (todo o pagamento seria uma injúria). Corte, a terceira cidade da Córsega, entre torrentes e montanhas, algo romântica, com elites algo nobres (duques, barões), solares e hotéis com todo o conforto. A viagem continuou com militares, pastores e outros viajantes, por matos perfumados e campos bem cultivados, em direcção a Bastia (embarque para Livorno): capital no tempo dos Pisanos e Genoveses, prolongada com o governo francês até 1811; funções superiores em termos militares e judiciais; ruas estreitas, catedral e outras igrejas; porto insignificante, pequenos barcos; oposições entre famílias, na continuidade da que separara Paoli e os ingleses de Napoleão Bonaparte e os franceses.

Depois foi a vez do duque de Buckingham e Chandos, em viagem no seu veleiro pelo Mediterrâneo: aquando do regresso via Cagliari, Alghero e Ilha Asinara, fez etapa em Ajácio (1828, 5 dias de quarentena), observando a renovação urbana (novo edifício da prefeitura, novo teatro, nova praça do mercado, nova fonte, novas habitações com chaminés, passeio público arborizado, e doações à cidade do cardeal Fesch), a modernização dos campos e das casas rurais, os cultivos intensivos dos vales. Como Robert Benson, atravessou a ilha até Bastia, passando por Corte (a estrada Corte-Bastia apenas

fora esboçada), numa carruagem sem qualquer conforto, em muitos troços com escolta, relevando: a diagonal montanhosa com paisagens algo alpinas ou pirenaicas; as queimadas para renovação dos pastos; os incêndios frequentes; as estradas tortuosas e declivosas; as aldeias pitorescas; os pastores armados e os bandidos escondidos, que em princípio não atacam os estrangeiros; as presenças militares; as pousadas simples, os estalajadeiros especulativos; na proximidade de Bastia, os campos pitorescos, bem cultivados, as vinhas, as lagunas de água salgada e as estreitas restingas (Biguglia); a cidade, ainda bastante «inglesa» (além de genovesa). E concluiu que a França até então pouco fizera pela Córsega: não abrira nem melhorara as estradas, como não melhorara a administração e não promovera a educação e a justiça. Porém, justamente nesse ano fora inaugurado um serviço público de transporte entre Bastia e Ajácio (e em 1830 seria estabelecido um serviço regular com barcos a vapor e rodas, entre o Continente e a ilha: Toulon-Ajácio, 26 horas; Toulon-Bastia, 30 horas) (Buckingham and Chandos, 1862).

Em 1840, William Cowen (pintor paisagista) alargou à Córsega o seu *Tour* pela França e Itália: ilha pitoresca, cenários sublimes, cimos nevados, vegetação abundante, floresta e matos perfumados e infestados de bandidos; ambiente de desconfiança e vigia por parte da polícia (espia inglês); costa ocidental recortada, com algumas áreas mal drenadas, insalubres e despovoadas; secas ocasionais e sirocos prolongados; pastoreio livre na montanha; um pouco de pesca (anchovas, atum) e salinas em Porto Vecchio; agricultores negligentes, produzindo para autoconsumo, e alguns outros com colheitas de vinho, azeite, castanhas e fruta para exportação; gente indolente, sem instrução, amante da liberdade e com grande sentido da hospitalidade. Em Ajácio, destacou a casa de Napoleão (e a Casona ou casa de campo), a do cardeal Fesch, seu tio, a dos condes Pozzo di Boggo, a catedral, a moderna câmara, o teatro, a biblioteca, o jardim botânico, o golfo, as Isles Sanguinaires, as montanhas envolventes, os calores e as febres de verão. A viagem prosseguiu para Corte, através das montanhas, onde eram comuns os assassínios, relevando a floresta de Vizzanova, as pequenas aldeias isoladas, marcadas pelo êxodo, as estradas difíceis, por entre ravinas e precipícios, os desertos humanos, os albergues miseráveis (William Cowen, 1848).

Anos depois, Thomas Forester publicou um relato minucioso, elegante e ricamente ilustrado, da travessia da ilha, em pleno Outono e com liberdade e independência: contratação de almocreves e mulas, e não recurso ao serviço das diligências; percursos afastados das melhores estradas (eixos Bastia-Porto-Vecchio-Bonifácio e Bastia-Corte-Ajácio e, por último, Bonifácio-Sartène-Ajácio) e dos albergues urbanos. A Córsega seria então menos conhecida em Inglaterra do que a Nova Zelândia, não obstante a publicação em inglês do recente trabalho de Ferdinand Gregorovius, num estilo «atractivo», «colorido». A aproximação da ilha ao longo da península do Cabo Corso, permitiu-lhe observar a cadeia montanhosa que a estrutura, as velhas torres de vigia, as aldeias em posição defensiva e as suas pequenas marinas; também as vinhas, os olivais e os pomares de citrinos, os soutos e os rebanhos no maquis; o cuidado das casas e dos cultivos, de uma gente que trabalha, que ousa emigrar para a América, fazer fortuna, regressar e melhorar as condições de vida (observação atenta, informação prévia). O desembarque teve lugar em Bastia, ainda a cidade mais populosa: porto pequeno, exportação de azeite, vinhos, frutas, peixe; cidade Velha junto dele, e algumas casas na cidade alta, Nova (Thomas Forester, 1858; 2009).

Edward Lear, botânico e pintor paisagista, passara o inverno de 1868 em Cannes, de onde avistava as montanhas da Córsega, que visitou na primavera (Edward Lear, 1870). Viajado e culto, sabia não ir encontrar antiguidades, belezas arquitetónicas, castelos, mosteiros, catedrais, mesquitas, mas cimos nevados, florestas escuras, matos floridos, que reproduziu nas suas aguarelas, as quais publicitaram a Córsega como destino da moda entre os mais ousados viajantes vitorianos (entre elas a floresta de Valdoniello, o pinhal de Bavella, a vila de Corte, a costa perto de Piana, Bonifácio, Cargèse, Erbalunga...). A viagem, no vapor semanal, partiu de Nice e teve como destino Ajácio: o respetivo diário (dez semanas) reflecte uma observação extremamente minuciosa e atenta das paisagens, naturais e construídas, dos lugares, das gentes, da estabilidade e sinais de desenvolvimento e modernidade, do clima, da segurança generalizada, da hospitalidade nos sítios mais isolados, sem pousadas e sem estradas, mas igualmente das imobilidades, rivalidades, vinganças violentas, assassinatos.

Dos estrangeiros que entretanto visitaram a Córsega e publicaram as suas observações destacamos Ferdinand Gregorovius (Prússia Oriental): percorreu toda a ilha no verão de 1852, atraído pelas solidões inexploradas, a grandeza dos cenários, a beleza das montanhas e vales e o carácter do povo; apoiou-se no trabalho geográfico de Francesco Marmocchi, florentino que encontrou refugiado em Bastia; ofereceu-nos um texto particularmente rico e de leitura muito agradável, em que releva as paisagens, os cultivos, os trabalhos agrícolas (caso das eiras e debulhas), a indignidade destes para um homem livre, ao contrário do pastoreio (mais de cinco mil imigrantes sazonais, sobretudo da Ligúria, de Lucca e de Piombino, a trabalhar nos campos, mesmo nas «terras das febres», e alguns outros exilados), os valores da família, solidariedade, justiça e «a vendetta», uma questão de honra, um dever, uma obrigação, que se não esquece. «Le corse est toujours prêt à tuer, mais il est aussi prêt à mourir» (1883, p. 64).

Gregorovius partiu de Livorno com destino a Bastia, ainda a principal cidade corsa, dominando a parte de cá das montanhas, de agricultura mais rica e de costumes mais brandos: pequeno porto, alguns navios, torres genovesas de defesa, cidadela, ruas estreitas e inclinadas, escuras, casas altas, de vários pisos, como palácios mas sem brilho, velhos conventos, calçadas de mármore; cais, molhe, passeio marginal, animação; mercados de peixe (de mar e da laguna de Biguglia) e de frutas e legumes; presenças militares; banhos de mar, refrescantes; na periferia, campos bem cultivados, matos nas encostas. Depois, a península, a Serra e o Cabo Corso: qualidade da estrada litoral; olivais, vinha, laranjais; casas isoladas, túmulos de família, e as ilhas ao longe; montanha calcária, matos e veredas de cabras; gente pobre mas amável e hospitaleira. Em seguida, Saint Florent: estrada moderna, por entre campos bem cultivados; anfiteatro de montanhas; golfo grandioso e belo; alguns barcos de pescadores. Pela costa de arribas, até Île-Rousse, criada por Paoli: muitas crianças, sempre prontas a acolher e seguir os estranhos; barcos de pescadores e navios à vela (exportação do azeite da Balagne). Junto da costa, Algaiola, arruinada pelos bombardeamentos ingleses dos finais do século XVIII, célebre pelo seu granito, depois Lumio e as janelas pintadas de verde, nas casas dos notáveis, e a pequena cidade de Calvi, com a cidadela mandada construir pelo Banco de Génova, as águas calmas da

baía, a insalubridade dos sapais suburbanos, as serenatas românticas. Pelo interior, montanhas, queimadas, aldeias miseráveis e sujas, de coabitação de homens e porcos, caminhos como veredas de cabras, pequenas eiras e debulha do cereal, com a ajuda dos bois; a hospitalidade aldeã, as «soirées» com as populações locais, as suas danças e cantares em torno da fogueira, as paixões e os dramas familiares; os albergues solitários, as áreas incultas, as casas abandonadas, os silêncios apenas quebrados pelas cigarras, mas também a Balagne, «o jardim da Córsega», com suas aldeias, campos e ricos olivais, e as suas velhas elites senhoriais. Corte, um novo destino, ao encontro da estrada Bastia-Ajácio: a velha capital (P. Paoli) e a sua posição (vasto anfiteatro, ribeiras e pontes de pedra); a cidadela e os seus heróis; a presença, em 1768, dos pais de Napoleão Bonaparte e de Paoli, com o seu governo e o parlamento; a velha universidade, a moderna via principal. Subida do Monte Rotondo, por veredas rochosas, entre gargantas estreitas e precipícios, lagos e neves eternas, florestas e matos em flor, horizontes largos, solidões, desolações e silêncios, muflões, raposas, bandidos e alguns pastores com seus rebanhos e cães, cabanas e simples grutas onde se abrigam e fabricam o queijo (4 meses de verão, de maio a agosto). Continuação da travessia da ilha em direção a Ajácio, passando pela floresta de Vizzanova e áreas algo amenas, com suas aldeias e cultivos.

De Ajácio, Gregorovius destaca: a beleza do golfo, com as ilhas Sanguinaires, o farol e a Punta de la Parata; a margem norte, montanhosa e despovoada, lembrando-lhe Nápoles e o Vesúvio; o porto deserto; o alinhamento de casas baixas junto da baía; a planta urbana em quadrícula, estruturada por duas ruas principais e perpendiculares, largas, com passeios e árvores; o pequeno teatro, o elegante edifício da sede do Governo, os quartéis; a praça Diamond e a praça do Mercado, com a sua animação noturna; a estátua de Napoleão I (1850); a toponímia em homenagem à família Bonaparte (curso Napoleão, plantado de laranjeiras e continuando pela estrada para Corte; rua do Cardeal Fesch, tio de Napoleão; praça Letícia/Leticia Ramolino, mãe de Napoleão); as casas da família Bonaparte (não cuidada) e dos Pozzo di Borgo (velha nobreza e com enorme fortuna), e a «vila» apalaçada dos príncipes de Bacciocchi; a fonte e o abastecimento de água para uso doméstico; a simplicidade do comércio e a

pobreza das instituições públicas; os pescadores na praia, repartindo as modestas capturas (as de atum, em Abril); as colinas, salpicadas de casas brancas, olivais e vinhas; a planície fértil de Campodoro, o Jardim Botânico (Luís XVI e Charles Bonaparte; aclimação de magnólias, cedros do Líbano, tamarindos) e os montes de Pozzo di Borgo (Alata); as mulheres do campo, as suas formas de vestir, bem como a sua gentileza, generosidade e cordialidade; os homens, sempre armados, por entre espaços mal cultivados; a perseguição corsa da colónia grega (Cargese); as capelas-túmulos dispersas pelas propriedades de família; as queimadas, com as suas nuvens de fumo e chamas nocturnas, os tiros que se ouvem tão frequentemente...

Ao contrário de outros viajantes, Gregorovius prosseguiu o seu périplo em direcção a Sartène: montes grandiosos, selvagens, incultos; terras de pastores e esconderijo de bandidos, entre raposas e muflões; transumância, entre os pastos da montanha e os das terras baixas; vales com seus cultivos e aldeias com torres e castelos em ruínas e casas de velhas famílias nobres; um litoral recortado, com seus golfos, como Valinco e Propriano. Sartène era então uma grande aldeia (ruas estreitas e escarpadas, construções banais), onde imperavam algumas famílias abastadas (lutas contra o povo do burgo; conflitos sangrentos entre elas e entre aldeias; reconciliações difíceis). Terras desertas e incultas (sobrieiros, medronheiros), no caminho para Bonifácio, com a Sardenha no horizonte: na proximidade da cidade, olivais e pomares, depois a plataforma urbana (labirinto de ruas estreitas), a muralha e as arribas cavernosas, a marina. Gente sem armas; contrabando com os sardos, que também facilitam o esconderijo de bandidos corsos. Continuação pela costa oriental, na direcção de Porto-Vecchio, praça forte no golfo do mesmo nome, rodeada de terras pantanosas e pouco povoadas (migração estival para a montanha, acompanhando os gados), depois por uma longa planície costeira sem cultivos, sem gente, sem vida, aqui e além de sapal e insalubre, «*una strada morta*», até Aleria, antiga colónia romana, lugar quase despovoado (malária) – onde o barão Theodoro de Neuhoff e a sua comitiva desembarcaram em 1736, com o apoio do cônsul inglês de Tunis – e frequentado por contrabandistas. Regresso a Bastia, sempre pela planície costeira e os seus sapais e lagoas, com destaque para a de Biguglia.

Viajantes franceses do século XIX na Córsega

O que nos dizem os viajantes franceses que entretanto também percorreram a Córsega? Adolphe-Jerome Blanqui, economista, viajou pela ilha em 1838, e na continuidade elaborou um relatório sobre o seu estado económico e moral (1840): paisagens algo tropicais; 120 mil hectares de floresta, 3/4 impenetrável (fisionomia selvagem); largas extensões de maquis (3/5 da ilha: pastagens, caça, esconderijo de bandidos), alguns cultivos ocasionais em campos abertos com arroteias e queimadas, tantas vezes mal controladas (incêndios), e leiras fechadas com muros de pedra solta, que não evitam as cabras; bens comunais não cultivados, pelo pastoreio livre como direito; propriedade da terra valorizada bem mais como elemento de cultivo do que pelo rendimento; castanheiros, por vezes plantados, «celeiro da abundância»; áreas pantanosas e insalubres, com destaque para a planície oriental, despovoada de Junho a Outubro, tal como o Campodoro, perto de Ajácio; poucos grandes domínios (Migliacciaro, 20 mil hectares na região de Ghisonaccria, conquistados aos sapais; 300-400 trabalhadores, ausentes nos três meses de verão, pelo sezonismo); cidades excêntricas (Bastia, comércio, vida, movimento, apesar das insuficiências do porto; Ajácio, administrativa, calma, elegante, melhor construída); aldeias isoladas, em sítios altos e inacessíveis; estrada real, a única acabada (Ajácio-Bastia); deficiências de comunicação, localismo; rivalidades entre as diferentes partes da ilha e entre as famílias dominantes. Sociedade de homens: as mulheres, as filhas e as irmãs não partilham a mesa com os chefes de família e os visitantes; homens a cavalo e atrás as mulheres, descalças e bastante carregadas; homens ausentes das aldeias no tempo das sementeiras e colheitas, mas presentes e desocupados no inverno e no verão; homens que não frequentam as igrejas, e com muito tempo para conflitos e «vendettas». Sociedade rural onde quase todos são proprietários: camponeses livres, autosuficientes, pobres mas ricos, pela mediocridade das exigências; gente sóbria, indolente, que quanto mais terra dispõe menos trabalha (gados em parceria; duzentos mil habitantes e 8-10 mil imigrantes sazonais de Lucca); alimentação simples; habitação elementar, quase sem móveis nem comodidades. Gente que não procura riqueza, não investe, nem mesmo

na agricultura, tanto os maiores proprietários como os pastores do maquis, e também não inveja os sucessos alheios, apenas aspira a lugares públicos. Gente hospitaleira, seja rica ou pobre, que assegura ao viajante alojamento, refeições, cuidado dos cavalos, guias, sobretudo aos «estrangeiros». Região sem estradas nem cidades importantes e sem mercados de valorização das produções e do gado. O comércio é reduzido e enfrenta limitações portuárias (como em Bastia e Île Rousse), embora sejam múltiplas as reentrâncias não aproveitadas: sal, corais, atum (concorrência da Sardenha) mas sobretudo azeite, vinho, frutos secos, citrinos, queijos, peles. Domina o espírito de dependência (assistência pública) para pequenos melhoramentos locais, mesmo simples limpeza das ruas (hostilidades internas entre aldeias e cidades; certa indiferença à insalubridade e incomodidade). O desleixo estende-se às nascentes termais e mineromedicinais (simples tanques com sombra vegetal; não acessos nem condições de estada), mesmo em Guagno e Orezza.

Em suma, vales pitorescos sem viajantes externos, nascentes termais sem doentes, baías sem barcos, cidades sem forasteiros, praias desertas, litorais majestosos mas despovoados. Terra onde não se viaja, não há feiras nem mercados periódicos, logo não há ladrões nem roubos à mão armada, apenas assassinatos por motivos tantas vezes algo fúteis: impunidade por fuga para o maquis com o apoio regular dos familiares e aldeões, mesmo fuga para a Sardenha, onde formaram uma colónia, com idas e regressos fáceis e apoiados, quando não continuação das ameaças sobre os opositores, como interdição de trabalho em seu benefício, exigência de doações, mesmo intimidações das administrações que contrariem as suas pretensões.

Antoine Fée, estudioso dos cantos populares (1850), fez uma excursão (1845) de reconhecimento do território insular, que nos relata como introdução do correspondente estudo: *voceri* mais graciosos ou mais rudes, como as regiões, as suas paisagens, os seus maquis. Em Ajácio, dualidade entre a cidade velha, de ruas estreitas e sujas, e a cidade nova, que se difunde pelo campo; de um lado, poucos edifícios grandiosos, a catedral, a cidadela, o cais, a rua principal, o boulevard Napoleão, com laranjeiras, a casa onde nasceu Napoleão, então do príncipe de Canino, sumptuosa no contexto da Córsega e de Ajácio mas vazia

(os retratos da família Bonaparte estavam reunidos na Câmara), muitos militares e funcionários enviados do Continente, largamente desocupados; de outro lado, o teatro moderno, com sua fachada elegante, o hospital em construção, vinhas e olivais pelas colinas envolventes, amoreiras ao longo da estrada para Bastia, camponeses nos seus pequenos cavalos. No dia seguinte, viagem às termas de Guagno, para lá de Vico: instalações medíocres; albergues modestos, simples abrigos vegetais («les jouissances intellectuelles, celles du luxe et de la table, y sont absolument inconnues», p.11); hospital militar (cerca de 150 utentes por ano, sobretudo militares feridos nas guerras de África); exploração florestal (grandes pinheiros, para a marinha), novas estradas e pontes, gente curiosa, mesmo indiscreta, relativamente a estranhos; homens sempre armados, com suas espingardas, cartucheiras e mesmo navalhas. Partida para Bonifácio, por mar até Propriano, depois por terra em direção a Sartène e a Campo-Moro, e de novo por mar: quadro agreste, desolado e deserto, excetuando as cabras semi-selvagens; largo golfo de Valinco, construção do molhe, frequência dos barcos de captura de corais, alguma exportação de cereais. Sartène, vila pequena, alcandorada, com praça espaçosa mas irregular, casas altas, com chaminés, gente desocupada; área antiga de ruas estreitas, inclinadas, escuras, casas insalubres e famílias numerosas; as «vendettas», as emboscadas e os vigias; a segurança do maquis, dos abrigos dos pastores e das cavernas, dos próprios troncos esburacados das velhas árvores; os apoios das populações (fome, sede, informações, segurança), a correção nos contactos com os viajantes, estranhos às suas querelas, e a ausência de riscos de delação; também as estratégias das autoridades no sentido de quebrar o encadeamento de vinganças (sentenças aceitáveis, não humilhantes, e compromissos das famílias em jogo). Bonifácio sob um calor africano: a cidadela e a cidade, as casernas e o porto interior, o hospital militar e as igrejas, as ruas estreitas e sujas, as grandes casas de pedra, a violência e a constância do vento, as arribas e as grutas; nos campos, os olivais que alimentam as exportações de azeite para a indústria de sabão de Marselha, ameaçadas pelas de óleo de sésamo do Egipto, os quotidianos simples. E a nova estrada carroçável para Porto Vecchio, Solenzara (siderurgia com minério de Elba), Migliacciario (grande empresa agrícola), Aleria e o pântano de

Diana (enguias exportadas para Itália), a foz do Tavignano, tudo sob um calor sufocante, de trovoada. Desvio para Cervione, para o mundo dos soutos, com o seu antigo convento ocupado pelo exército, Venzolasca, alcandorada numa crista, com sua larga praça, casas altas e ruas sujas pelo gado, nomeadamente porcos, Vescovato e a exploração agrícola de Padulone, nas margens do Golo, aberta no maquis (arroteias e queimadas), plantada de amoreiras e trabalhada por imigrantes de Lucca, Piombino e outros lugares próximos, gente laboriosa e honesta, mesmo fiel aos seus patrões. Destino Bastia, pela estrada principal, entre campos e laranjais: cidade algo italiana (igrejas ricas, com seus dourados), militar, com seu hospital, comercial (boas casas), portuária, mais animada que Ajácio; concentração social aos fins de tarde junto do porto, com senhoras bem vestidas. Depois Calvi, Algajola e as cidades da costa (Île Rousse, Saint-Lorent), e regresso a Ajácio, por Corte e a floresta de Vizzanova (que as comunas locais consideram sua e contestam a sua exploração oficial, entre elas Bocognano). Em termos de balanço, Antoine Fée reflecte sobre as possibilidades de desenvolvimento da ilha, tendo em conta as condições geográficas, sociais e culturais, e igualmente as políticas.

A Córsega também era procurada por caçadores, como Charles Reynaud (1853), de Paris, em finais de Novembro de 1848: ilha estranha, algo selvagem, como os seus pequenos cavalos, que crescem livremente no maquis, ou os seus porcos, muitos cruzados com javalis; caça aos melros (15 de Dezembro – 15 de Fevereiro, época do medronho), às perdizes no maquis, aos patos nas lagunas, com guia e caçadores locais (proibição de porte de armas e venda no ano de 1848 de mais de 20 mil espingardas de caça). Olmeto, vale do Valinco, Caldarelli, Sartène, Monnaccia e o golfo de Figari, em direcção a Bonifácio, cidade suspensa sobre as águas, suja e sombria, com suas ruas tristes e seu pequeno porto; em seguida Porto-Vecchio, excelente em termos de caça (perdizes; patos e galinholas, nos espaços lacustres), e pela estrada litoral, até ao domínio de Migliaciario, para a caça de galinholas e de veados (acolhimento, com organização de grandes partidas de caça, com dois grupos de caçadores locais politicamente inimigos). Continuação pela planície e desvio para os banhos de Puzichello, lugar de invernagem das populações da montanha e com boas condições de alojamento

para os viajantes, excelente também para os turistas caçadores, em particular de javalis e raposas (inimigas dos rebanhos), habitualmente com a ajuda dos pastores e apoio nas suas cabanas, e forte concorrência de caçadores estrangeiros. A prática da caça foi interrompida a favor de uma rápida excursão pelo resto da ilha, à espera da oportunidade de uma caçada ao muflão, aliás sem sucesso: novas estradas (Ajácio-Bastia, completada pelas de ligação de Corte a Calvi e Île Rousse; estrada de cintura, onde apenas faltava o troço de Ajácio a Calvi, por Cargèse); variedade de paisagens e sítios, carácter das cidades (Ajácio meio francesa meio corsa, Bastia italiana, Bonifácio genovesa, Cargèse grega), aldeias perdidas no maquis, verdadeiramente corsas, como Bocognano, com seus castanheiros, grupos de casas castanhas, javalis domésticos pelas ruas, tradições...

A ilha começava a ser procurada como destino de férias estivais. Louise Liodet dá-nos as suas impressões de uma viagem de férias na Córsega (partida de Nice, a 22 de Agosto, com destino a Ajácio; 1873), numa «conversa» com um amigo, que a considera algo imprudente, aventureira e arriscada: uma região de selvagens, de homens sempre armados, de mulheres que matam os maridos. Louise desembarcou em Ajácio e anotou desde logo o vasto cais com a estátua de Napoleão I, os arredores da cidade bastante verdejantes e convidando a passeios, as avenidas soberbas, rodeadas de villas e chalets elegantes, até a gruta de Napoleão, com inscrições de muitas nacionalidades, mas sobretudo inglesas, os bairros populosos, com a casa onde Napoleão nasceu, as muitas igrejas, a capela imperial do cardeal Fesch, o museu enriquecido com a sua colecção de arte, o hotel de France, o melhor da cidade, os muitos cafés, os passeantes de fim de tarde, as poucas mulheres do povo nas ruas, discretamente vestidas de negro, a fidelidade da população ao seu Imperador. A estada continuou com uma viagem em diligência pelo interior montanhoso, de estradas difíceis, aldeias distantes, soutos, vastas extensões de maquis, em direção ao sul: Sartène, Bonifácio, «a genovesa», com a sua fortaleza, depois Porto-Vecchio, rodeada de figueiras da Índia, e pela longa estrada da planície litoral, pouco cultivada (vacas e cabras pastando) e pouco habitada, até Bastia (clima salubre, belos bairros, casas confortáveis, comércio florescente, população «urbana»). Em seguida, travessia da montanha (Corte) até ao litoral de Calvi e Île Rousse, passando pelo «jardim

da Córsega», terra bem cultivada, e em seguida por Vico e as suas termas, onde se «encontram no verão as famílias distintas da Córsega».

Já nos finais do século, J. Beaulieu Delbet (1897) conta-nos que em abril de 1890 chegou pela primeira vez à Córsega com os filhos crianças e o marido, para o batismo de uma sobrinha deste, em Sainte-Marie-Sichè (região de Ajácio, vale do Taravo), e aí permaneceu até meados de Outubro, com visita de aldeias próximas e acessíveis (bons caminhos, pontes) e da capital. Durante a estada, encontros com a aristocracia e a burguesia locais, afáveis como o povo, e visita de outros lugares próximos. Desde logo, Grosseto-Prugna: casas brancas entre carvalhos e castanheiros, pequeno campo de corridas de cavalos (cavalos corsos, no verão deixados livres na montanha), acontecimento mobilizador de toda a população; apanha de espargos selvagens. Também Campo: casas dispersas entre blocos de granito, sem ruas definidas nem praças, onde no verão residem alguns habitantes de Ajácio; plátanos, azinheiras seculares, ovelhas e qualidade do seu leite, cremoso e aromatizado (perfumes da montanha, pela alimentação no maquis). Cardo, com algumas boas casas, em torno de uma praça com plátanos. Vico, pequeno lugarejo aristocrático, berço político da família d'Ornano, como o atesta o seu velho castelo, com sua torre defensiva, relevante pela produção de «bruccio». Cauro, lugar de vilegiatura estival da gente de Ajácio, na estrada imperial para Bonifácio. Zilone e as festas de Setembro, com convergência das populações das aldeias próximas, por estreitas veredas, sempre generosamente recebidos pelos locais. Mesmo Bastellica (com a estátua de Sampiero, que no século XVI liderou a revolta dos corsos contra os genoveses), por caminhos de montanha, simples veredas, abruptas e pedregosas, abrigos de pastores (camas de folhas), céus estrelados, atmosferas puras, histórias de bandidos, cruces de madeira lembrando a sua morte... As férias incluíram uma estada em família nas águas sulfurosas de Urbalacone, sítio grandioso e isolado, num caos de rochas emergindo do maquis em flor, um verdadeiro Éden, mas sem recursos: acesso às piscinas (uma para homens e outra para mulheres) e à fonte por uma vereda estreita entre fetos e malmequeres amarelos; banho termal duas vezes por dia; casa de aluguer com quartos pequenos sem janela nem qualquer conforto, mobiliário sumário e bastante usado; escrita à sombra do carvalho e ao som

da água que corre; ligação diária com o exterior (correio, alimentos, outras encomendas, aquestas e visitantes), através do serviço de Sartène; idas à missa na pequena aldeia de Urbalacone, a 4 km das termas, em plena montanha, por um caminho quase inacessível e sob um sol abrasador, mas com acolhimento local excepcional, comum para com os «estrangeiros», os de fora, mesmo entre os mais humildes (raridade de presenças de parisienses nas montanhas da Córsega). Em Agosto, visita de Ajácio (então com 16 mil habitantes) por uma quinzena de dias, com passagem por Saint Georges, apenas com duas grandes cabanas, habitadas pelos utentes da nascente mineral vizinha. Da estada citadina J. Beaulieu Delbet anota o calor excessivo, os banhos de manhã (8 horas) e para as crianças os segundos banhos de tarde (5 horas), as comodidades do porto, a presença de grandes navios, a zona comercial, as mulheres elegantes, os poucos visitantes estrangeiros, as tardes musicais na Praça Diamond, a falta de animação no cais, a casa de Napoleão, então bem conservada e mobilada, os vendedores de citrinos e de água das nascentes da montanha próxima, a presença nos fins de tarde de grandes rebanhos de cabras que de porta em porta asseguram o abastecimento de leite, as muitas crianças de olhos negros e pés descalços; também a ida a Caldaniccia, lugar solitário, com uma única casa grande, que recebe banhistas, bem como à aldeia de Saurelle, «coquette», na estrada para Sartène.

Do diário da estada, sobressaem certos apontamentos. Desde logo, «terra selvagem», «montanha agreste e verdejante», «ilha orgulhosa, pouco visitada e apreciada»; invernos primaveris no litoral e verões temperados na montanha; belas vistas e largos horizontes; extensões de maquis, refúgio impenetrável dos bandidos. Gente rural pobre, mesmo muito pobre, mas orgulhosa e indolente (os homens, não as mulheres e as crianças); migrações outonais para as terras baixas, de invernos mais amenos, onde frutificam as oliveiras; exteriorizações sonoras dos desgostos de morte; enterros nas propriedades familiares, menos nos novos cemitérios, ainda inexistentes em muitos lugares. Gente de hospitalidade e cordialidade lendárias mas gente ligada tradicionalmente ao banditismo de honra, à «vendetta» com violência: bandidos célebres, como Thèodoro Poli, de Guagno, reconhecido como o «rei dos bandidos» (organizava reuniões na floresta

de Aitone, vigiadas pelos seus espíões), ou os irmãos Bellacosta, de Bocognano, os «reis da montanha». A estada terminou em meados de Outubro, com promessa de regresso, que de facto ocorreu dois anos depois (31 de Julho de 1892), por Bastia, cidade então bem menos «coquette» que Ajácio: viagem para Stazzona, por estrada difícil, ao longo do Fiumalto, num mundo de velhos soutos; aldeia de duzentos habitantes, o dobro com os «estrangeiros» atraídos pelas Águas de Orezza (ingestão); passeios de mula pela montanha e suas aldeias (Pedicroce, Piedorezza, Cergetto, Campodonna); cascatas e pegos do rio; partida a 20 de Agosto, para Ajácio (vapor, com passagem por Île Rousse e Calvi).

A Córsega dos escritores franceses novecentistas

Em 1838, Honoré de Balzac (em 1830 escrevera *La Vendetta*) passou pela Córsega a caminho da Sardenha, onde visava a exploração de minas de prata (Março; 12 dias): Bastia, depois Ajácio, onde viu a casa de Napoleão («pobre barraca») e onde foi recebido por Pozzo di Borgo (residência urbana «magnífica» na rua Direita; nível de vida senhorial, com muitos serviços; cultura e acção política). Lamentou todavia a estada, sem contactos interessantes nem animação: um deserto humano e intelectual, primitivo, e uma gente quase-selvagem, uma espécie de paraíso adormecido, onde só então se começava a abrir estradas e a explorar a floresta (carta a Ewelyna Hanska, condessa polaca).

No ano seguinte (1839), Prosper Mérimée (inspector dos monumentos históricos) visitou a Córsega (Agosto a Outubro), e na continuidade publicou, *Colomba*, onde conta a história de uma vingança que nos anos Trinta opôs as famílias Carabelli e Durazzo, da aldeia de Fozzano, perto de Sartène, um Durazzo recusando casar com uma jovem Carabelli com quem se comprometera (1830, 3 mortes, sendo 2 da família Carabelli; 1833, quatro outras, dois Durazzo e dois Carabelli) (Prosper Mérimée, 1840). Em 1829 publicara «Mateo Falcone. Mœurs de la Corse»: fusilamento do próprio filho único, que se deixara corromper por um relógio, denunciando o esconderijo de um fugitivo que antes protegera.

A Córsega foi também integrada numa curta viagem de juventude de Gustave Flaubert, no início do Outono de 1840 (quinzena de dias). Ajácio, capital arejada, com palmeiras, junto de um belo golfo; Bastia, cidade não corsa mas continental, de ruas estreitas, escuras, cheias de gente. Travessia da ilha, a pé e a cavalo: vales e montanhas, florestas, matos odorantes, «sons e perfumes»; veredas sinuosas e abruptas, estradas desertas, terras vazias, quase sem gente, espaço de pastores, com suas fogueiras noturnas e suas cabanas; esconderijos de bandidos; no horizonte, o mar azul e uma costa ora abrupta ora com planuras (Aleria) (Gustave Flaubert, 2000; Christophe Luzi, 2017).

Em 1841, Alexandre Dumas, num cruzeiro pelo Mediterrâneo ocidental, atravessou a Córsega, de Bastia a Ajácio por Corte (estrada real), apreendendo a geografia física, as casas e a gente, a história e os costumes. No seu romance «Les frères Corses» (1844), os Corsos aparecem como violentos, vingativos, pouco dados ao trabalho da terra, mas com laços familiares fortes, sentido de honra e orgulho: dois irmãos gémeos, Lucien, que se manteve na ilha e no respeito pela tradição, e Louis, emigrado e «urbanizado» em Paris, onde é vítima dessa dupla pertença à Córsega (raízes) e à grande cidade (formação intelectual, liberdade, independência); fraternidade, honra, briga e vingança; bandidos e não ladrões.

Louis Énault fala-nos da Córsega, na sua viagem pelo Mediterrâneo, a caminho de Jerusalém, e considera-a bem mais interessante para o historiador, o moralista e o pensador do que para o turista (1863, p.72): algumas belas paisagens de montanha mas não ruínas importantes, nem mesmo nas antigas colónias romanas de Aléria e Mariana. Ajácio era uma cidade falhada, não obstante o seu golfo magnífico, que lhe lembra o de Nápoles: catedral com bela cúpula e teatro moderno; casa de Napoleão, modesta; novas avenidas desertas, tal como os cais; grandes edifícios administrativos inacabados. Bonifácio impõe-se pela posição, sobre uma mesa calcária, com suas grutas marinhas, dominando um porto natural, também pelas suas velhas igrejas. Bastia em anfiteatro, com um pequeno porto, incómodo e inseguro, ruas com belos empedrados, animação algo italiana, envolvente de olivais e pomares de citrinos. Relevo para as tradições dos camponeses corsos, desde logo no vestuário, no porte da espingarda, na sobriedade alimentar (vinho e castanhas), na «escravidão» das mulheres, na

exclusão das filhas como herdeiras, na persistência da «vendetta» como dever familiar, e ao mesmo tempo verdadeiro flagelo social, e na continuidade, das fugas para o maquis (500 bandidos refugiados nos matos e florestas dos cimos, em certas épocas!).

Nos começos do Outono de 1880, Guy de Maupassant chegou a Ajácio, ao encontro da mãe que, por motivos de saúde, se instalara em Bastellica (no vale superior do Prunelli, em terra de soutos), e viajou até Calvi e Corbara, por Bastelica, Evisa, Piana, o vale do Niolo (quase tão belo como o Mont-Saint-Michel), convidado pelas grandes famílias da ilha. De Ajácio, à chegada, destaca o golfo profundo, as colinas envolventes cobertas de oliveiras, a cidade branca, bonita e limpa, as casas de cobertura plana como em Itália, as ruas plantadas de belas árvores, as evocações de Napoleão (estátuas, nomes de ruas), o calor das discussões dos opositores políticos nos cafés Solferino e Roi-Jérôme, em dia de reunião oficial. Cidade onde tomou regularmente banhos de mar (água morna, temperaturas exteriores de mais de 30°), em pleno Outubro, mas onde faltava animação que a afirmasse como estância de inverno. Em seguida, atravessou uma parte da ilha ao encontro do padre Henri Didon, exilado no mosteiro dominicano de Corbara, na Balagne, perto de Calvi, passando por Vico, a floresta de Aitone e Valdoniello e o vale de Niolo, «selvagem e árido», inabordável «cidadela da liberdade» (alguns dias na aldeia de Letia, onde, pela ausência de albergues, foi acolhido pelas famílias Paoli Calabretti e Arrighi, que promoveram excursões na montanha e caçadas, com o Monte Cinto no horizonte). No regresso a Ajácio passou por Evisa, Piana, Calanches de Piana, com seu caos granítico rosa e o delírio das formas esculpidas, Cargèse e o golfo de Sagone.

Maupassant resume: uma montanha no mar, picos rochosos muitas vezes nevados e rodeados por um mar morno e transparente; exótica, de belas e grandiosas paisagens, «rochas vermelhas sobre um mar esmeralda», extensos maquis odoríferos, com uma luz particular; uma terra primitiva, caótica, e uma sociedade arcaica, inculta, violenta, sanguinária e selvagem, algo oriental e africana, se bem que francesa desde 1768; um mundo de gente rude, deselegante, irresponsável, bandida, vingativa, feroz, de falar grosseiro, misto de francês e

italiano, longe do bom selvagem, de J. J. Rousseau; e gente indolente, muito modesta nos consumos, mesmo pobre, mas generosa e hospitaleira para com os desconhecidos, e com histórias cruéis de «vendetta» e bandidos; igualmente um mundo de felicidade simples, equilíbrio, beleza, amor e solidariedade, mesmo com estranhos. A Córsega está presente no seu romance «Une Vie» (1883), como quadro de uma viagem de núpcias da jovem Jeanne Le Perthuis des Vauds e do visconde Julien de Lamare, em busca de dote e continuamente infiel, ocorrida em 1819, e em muitas das suas novelas (Jean-Dominique Poli, 2007).

Nos anos noventa, Gaston Vuillier partiu à descoberta das «ilhas esquecidas», que avistava nas suas viagens frequentes entre Marselha, Argel e Oran, entre elas a francesa Córsega, a mais bela ilha dos mares latinos, soberba, trágica e fúnebre, que distingue pelos seus cimos nevados (Gaston Vuillier, 1893). Uma natureza austera, atormentada, violenta, com cimos nus, de pórfiro, coroados de neve; florestas primitivas ainda virgens, «monumentais», sujeitas a incêndios frequentes; árvores multicentenárias, castanheiros gigantes; um mundo de matos e solidões na bruma; de pastores, «poetas dos cimos», com os seus abrigos humildes, e de rebanhos transumantes (as mulheres e as crianças permanecem nas aldeias); de caçadores e bandidos errantes; de homens graves, reservados, supersticiosos e vingativos (pactos sangrentos); de mulheres vestidas de negro. Uma ilha onde tudo é violento, os raios do sol e o perfume das ervas, o vento e as tempestades, as torrentes, as árvores, os rochedos e os homens... Ajácio, num dos mais belos golfos do mundo, era pouco atraente como cidade (sem monumentos nem construções de estilo); Bastia, de arredores bonitos, lembrava-lhe a Provença; Calvi tinha algo de pitoresco (Versini, 1969).

Já no século XX, numa estada de dois meses estivais, Jean Lorrain vivenciou «a Córsega, odorante e selvagem», montanhosa, camponesa, pastoril, tradicional, indolente e frugal, religiosa, que encontramos nos diferentes escritos ao longo do século anterior. À chegada a Ajácio, a festa da Assunção (15 de Agosto), ao mesmo tempo festa do Imperador (aniversário de Bonaparte), a respetiva procissão, com os cinco grandes Cristos, das diferentes confrarias, que lhe lembra as procissões espanholas. No dia seguinte, visita da casa de Napoleão. Depois, ida à aldeia de Ucciani, passando por Vizzanova e Bocognano e os

seus souts: queimadas da própria floresta para renovação de pastos primaveris, face à proibição das mesmas nos matos dos domínios estatais; túmulos na aproximação da aldeia, pouco estruturada; concentração humana em dia de festa e de luto, as mulheres na missa e os homens, novos e velhos, no adro, à sombra das árvores; a casa secular de família dos Tavera, seu guia, que é também a da família dos seus numerosos servidores, lugar de encontro dos membros emigrados em Ajácio e arredores.

Jean Lorrain destacou a importância do castanheiro, «a castanha, o trigo da Córsega»: «pão de hoje e pão de amanhã, pão de verão e pão de inverno»; «le pain du bois», «le pane di legno», como «le vin de pierre», «vino di pietra», ou água das fontes, como suficientes para a subsistência (povo frugal e preguiçoso); privilégio de uma produção anual, sem cultivo, apenas apanha dos frutos que caem por si, tanto mais que o trabalho da terra é indigno para o corso (e assim reservado às mulheres e a imigrantes de Lucca). Camponês que caça, percorre a montanha atrás das cabras, rega algum pequeno campo de milho e de legumes e convive, joga, conta histórias de bandidos, dormita numa cama de fetos e sonha à sombra dos castanheiros frondosos, lugar de encontro diário de novos e velhos... E desmistificou o banditismo, que no inverno atraía a clientela sentimental alemã e as velhas *misses* inglesas, nomeadamente o lendário Bellacoscia, Antoine Bonelli, 47 anos refugiado no maquis, e no final da vida reconhecido oficialmente como bandido «decorativo». Bandidos de honra ou simplesmente bandidos? Na verdade, as aldeias e a montanha não estimavam os bandidos, antes os temiam, pela «dízima» que impunham às populações dos lugares de montanha, pelos abusos como «senhores» nas casas onde se refugiavam, pelas humilhações dos próprios ou mesmo dos caçadores dos «prémios de captura»...

A imagem da Córsega nos guias turísticos do século XIX

A par dos relatos dos viajantes que percorreram a Córsega, documentando-se previamente, os Guias de viagem tornaram-se os vulgarizadores sistematizados da sua imagem como destino a partir de meados do século, quando se multi-

plicam as viagens recreativas, em busca de algo de diferente, grandioso, pitoresco, mesmo exótico, ou simplesmente de ambientes convidativos ao repouso e benéficos para saúdes débeis. Nos anos 30, Pasquin Valery viajou pela ilha durante 5 meses, a cavalo e de muar, atento às paisagens e aos homens, às suas obras (forte evocação histórica multiseular de lugares, patrimónios, eventos e personalidades) e aos seus quotidianos (Antoine-Claude Pasquin Valery, 1837). Caminhos difíceis e vales deliciosos, como no Cap-Corse. Balagne encantadora, com seus campos bem cultivados e suas aldeias, e como porto, a nova Île-Rousse. A beleza do golfe de Saint-Florent, comparável ao de La Spezia (mas sob ameaça de febres – águas estagnadas do interior), e a falta de estrada de ligação à Île Rousse. Calvi, praça-forte a apenas 8 horas de Antibes: as destruições inglesas da parte alta (1794), o sapal, as produções de mel e cera e o cemitério dos alemães, em Calenzana (auxiliares dos genoveses no ano de 1731 e seguintes). A costa de Galeria, o Monte Rotondo, a floresta, as águas termas e os banhos de Mosi, Guagno e Balogna. Excursão a Monte Rotondo, tendo por guia um velho pastor, com a sua espingarda e os seus cães: refúgio de bandidos; «habitat» de pastores e gados durante três meses de verão; vales profundos; vastos horizontes, de Nice a Civita-Vecchia. No interior Corte, a cidade de Paoli, com a sua universidade, os seus palácios, a cidadela, as prisões militares e os fortes defensivos. Na costa ocidental, Porto, Cargèse, a colónia de gregos refugiados em 1676, e depois Ajácio, a capital: o golfo, o porto, a catedral, a estátua e a fonte de Napoleão, o teatro, a biblioteca, a nova Câmara, grande e faustosa, as casas dos Pozzo di Borgo e do cardeal Fesch, a toponímia urbana, ligada à família Bonaparte, o jardim botânico, a secagem de pântanos, o Campodoro e os seus cultivos intensivos, a construção da nova estrada que ligará a Bonifácio, por Sartène, decidida em 1836. Em seguida, as pradarias e os cavalos e bovinos de altitude (Coscione), a partilha dos bens comunais, as arroteias de matos, os novos cultivos e as novas aldeias, no caminho para Bonifácio, «capital pitoresca da Córsega», pisana e genovesa, com seus 3 mil habitantes, gente calma, desarmada, à margem da «vendetta»; e mais além, as ilhas Lavezzi, privadas, as suas velhas pedreiras de granito exploradas pelos romanos e os raros povoadores actuais (pastores, bovinos). A viagem prosseguiu

em direção a Porto-Vecchio, e depois para Aléria, por vastos domínios insalubres e incultos (desertos no estio, pela migração transumante); desvio para as terras altas, com algumas fontes termais de uso muito elementar; continuação pela estrada antiga até Biguglia (sapal, paludismo, pesca de enguias) e Bastia. Existiam então apenas hotéis-pensão, modestos e barulhentos, incapazes de responder à procura de uma classe abastada, habituada ao conforto e ao luxo («il faut que la Corse soit visitée par les anglais, pour la réforme de ses détestables et rares auberges»: p. 82). Os viajantes recorriam habitualmente à excepcional hospitalidade corsa, sem lugar a qualquer pagamento monetário (certo desprezo pelo dinheiro, mesmo entre os mais pobres): «Six châtaigniers et six chèvres suffisent à la subsistance et à l'indépendance du corse qui (...) flâne armé tout le jour, au lieu de travailler et de cultiver le sol» (p. 307).

Ainda nos anos 30, Girault de Saint-Fargeau disponibiliza-nos uma boa descrição geográfica da Córsega, das suas vertentes física, demográfica, económica e social à diferenciação regional, incluindo alguma movimentação territorial da população em busca de estios mais frescos ou de cuidados termais, precedida de uma síntese da sua história até à integração no reino da França, e documentada com boas imagens dos lugares (Pierre Augustin Eusèbe Girault de Saint-Fargeau, 1838). A segunda parte do seu livro, sistematizada como um guia, é dedicada às «cidades, burgos, aldeias, castelos e monumentos, curiosidades naturais e sítios pitorescos», por «arrondissement» (Ajácio, Bastia, Calvi, Corte, Sartène) e por ordem alfabética dos lugares: paisagens, cultivos e criações, populações e modos de vida, movimentos sazonais, aldeias e lugarejos, construções e acessos. Existiam então apenas 3 estradas reais (Ajácio-Bastia, Bastia-Saint-Florent e a estrada florestal de Aitone), mal conservadas e parcialmente impraticáveis pelas diligências, e estavam em construção várias estradas departamentais. Da descrição geral relevamos: cultivos mediterrâneos, ajustados ao clima (invernos amenos junto do litoral e verões amenos em altitude); litoral ocidental recortado e de arribas altas e litoral oriental linear, baixo e arenoso, com áreas pantanosas e insalubres; nascentes termais (Guagno, Guiterra, Pietra Polos, Olmeto, Caldaniccia) e minerais frias (Orezza, Puzichello); população reduzida mas em crescimento (camponeses e pastores nas áreas rurais e de montanha;

aglomerações principais junto de golfos acolhedores e com funções portuárias). A propósito de Ajácio: cidadela, casernas, catedral (1585), edifício camarário (1827, inacabado), sala de espetáculos, biblioteca pública, cais acessível aos principais navios comerciais, ruas largas, direitas, planas, com boas casas, duas praças públicas, a principal com fonte de mármore, nova avenida, animada ao fim da tarde, passeio à beira-mar até à Capela dos Gregos; golfo admirável, barcos de pescadores e navios que passam; na periferia, jardim botânico e propriedades agrícolas inovadoras (La Villetta, citrinos; Les Melelli, olival; Campodoro, cereais); estrada de ligação a Bastia servida por diligência semanal. Dos lugares do «arrondissement» são destacados, além de Cargèse, os valorizados pela vilegiatura estival (Bocognano e Alfa, procurados pelas famílias abastadas fugindo aos calores das terras baixas), e os que dispendo de nascentes mineromédicinas e termais, também frequentadas no verão, desde logo Guagno: piscinas, compartimentos com banheiras coletivas, outros de duches; 650 banhistas por ano (incluindo militares e indigentes, que não pagam); horários e duração das práticas (banhos, duches, ingestão); alojamento, hospital militar, passeios, animação (bailes, «soirées» musicais, sala de jogos com bilhar); tratamento de animais com banhos em tanque de águas termais usadas.

Para o «arrondissement» de Bastia, igualmente destaque da cidade, a principal da ilha, a mais rica, a mais comercial, a mais industrial, também a mais sofisticada, algo italiana e francesa, com vida cultural e consulados estrangeiros; boas casas, catedral, igrejas que lembram as de Itália, velhos conventos adaptados a edifícios públicos, tribunal, hospital militar, biblioteca, prisões, casernas; duas áreas, a de Porto Cardo ou Terra Vecchia, em torno do velho porto, e a Terra Nova (castelo genovês de 1380, cidadela), e um subúrbio a sul. A sua influência estende-se para norte, pela península do cabo Corso, para oeste até Oletta e Saint-Laurent e para sul pela Biguglia, com os seus 3 mil hectares, ainda largamente pantanosos e insalubres, e o cordão arenoso de Pineto, de 1300 m. Seguem-se as fichas dos lugares: natureza, topografia, paisagens, cultivos de regadio e de sequeiro, arvoredos, gados, aldeamentos e sua população, pequenos portos e alguma pesca, igrejas, antigos conventos, velhas torres defensivas, caminhos e veredas, nascentes de águas mineralizadas, com alguma utilização em cuidados

de saúde pelos autótones, zonas de sezonismo, etc. Não obstante os propósitos de partida, de apoio ao turismo, estamos perante uma descrição dos territórios e das populações algo clássica, sem referências a condições de deslocação, meios e tempos, mesmo custos, de alojamento e de restauração, que pudessem apoiar decisões de descoberta e de estada, necessárias aos novos turistas, menos à elite dos viajantes que se deslocava com cartas de recomendação.

Decénios depois, Léonard de Saint-Germain (1869) elaborou um minucioso «Itinéraire» de descoberta da Córsega dirigido a potenciais turistas que a ousem visitar, embora reconhecesse não estar na moda nem ser ainda devidamente valorizada em termos médicos: turistas em busca de exotismo e aventura; turistas sem cartas de recomendação (arrastam a «catalogação» do visitante em termos políticos, contrária à hospitalidade tradicional corsa); excursões regionais, no inverno e no verão, com recurso às diligências (distâncias, horários) ou a pé (liberdade e prazer). A obra começa com uma introdução breve da geografia insular e da sua história até à integração no reino da França, e prossegue com informação largamente observada, vivida, sentida, e múltiplas sugestões de descoberta dos territórios. Desde logo Ajácio: a confusão do desembarque, com a presença de muitos transportadores, em atropelo mútuo; o movimento do porto (barcos a vapor e barcos à vela); as montanhas envolventes; a simplicidade dos restaurantes dos hotéis, com ofertas regionais e económicas, não internacionais; os magníficos cafés das avenidas e a animação dos fins de tarde, com a convergência e o convívio das famílias elegantes, «mulheres de grandes olhos negros que brilham como as estrelas», como as da velha Atenas, e de algum povo simples; ruas largas, limpas, arborizadas (citrinos, plátanos) e rodeadas de casas bonitas; a avenida do Mercado, a Praça Diamante, a estátua de Napoleão e o estabelecimento de banhos de mar; a catedral, com sua cúpula majestosa, a igreja da confraria de Saint-Érasme, dos pescadores (atividade importante, com exportações para Nice e Marselha), e perto desta a casa senhorial dos Pozzo di Borgo; o teatro moderno (ópera no inverno), o museu-biblioteca Fesch, com a coleção legada pelo cardeal, o colégio do mesmo nome, a capela (1855) e os túmulos da família Bonaparte; a casa onde nasceu Napoleão I (1769), perto do centro da cidade velha, o «hotel particular» dos Sebastiani (como um castelo,

construído em 1829), a Câmara (1827), o mercado do peixe e o mercado da lenha; a fonte pública (1802) e as mulheres que transportam a água (esforço, equilíbrio, discrição); a cidadela (1554), as casernas, o pequeno seminário (1850), os depósitos de carvão de lenha a exportar para França, as crianças que no verão se divertem na água; os recentes trabalhos de abastecimento de água à cidade a partir do Gravone e de construção do pontão de protecção do porto; as corridas de cavalos (Maio 1865), com a presença do príncipe Napoleão (Jockey – Club); as bonitas villas ao longo do *boulevard* Grandval, e ao fundo a Casone; o Castel-Vecchio, mandado construir por Félix Pasquale Bacciochi (1762-1841, senhor de enorme fortuna e ligado por casamento aos Bonaparte), o jardim botânico, o Campodoro e as termas de Caldaniccia, ainda incipientemente valorizadas.

Seguem-se várias excursões pela região, a começar por Bastelica, terra de Sampiero, no sopé do Montedoro, por estradas recentes e pitorescas, de montanha, passando por massas verdes de nogueiras, castanheiros, carvalhos e fetos arbóreos, rochas nuas, torrentes e ravinas, pradarias de altitude, poços e habitações equivalendo a «brandas»; animais circulando livremente pelas pequenas aldeias; casas de grandes blocos de granito, algumas mais recentes caiadas e com telhados vermelhos; pastores que migram no inverno, com os gados, para as planícies litorais; tecelagem doméstica da lã e fatos tradicionais (frio e chuva); os cantos dos mortos (*vocerati*) e as cerimónias fúnebres, mesmo a refeição após o enterro, com a participação de todos os familiares até ao 12º grau (famílias alargadas e mulheres habitualmente de luto); os casamentos, no mês de Agosto, com seus cortejos a cavalo e todo o seu cerimonial. Depois, excursão a Zicavo, por «uma das mais belas paisagens da Córsega» (p.135), pitoresca, grandiosa, odorante: sucessão de aldeias sem praças nem ruas, apenas veredas com degraus, casas de granito, modestas, poucas centenas de habitantes, campos de cereais e cenas de debulha (vacas, mulheres, homens); banhos termais de Guitera-Gioivacce, muito frequentados na primavera e no outono mas não no verão (calor, risco de «febres»); a casa da família Abbatucci, como uma fortaleza. Subida a cavalo, com uma vintena de proprietários locais, ao planalto de Coscione, passando pelo curral dos Abbatucci, um dos excursionistas, sendo recebidos pela família

de um pastor, algo poeta: casa simples, com uma só divisão; pequena courela/ quintal; cabras e ovelhas; refeição ao ar livre, com pratos e colheres de madeira e sem cadeiras, composta de leite, queijo, omeleta, borrego assado e outras iguarias locais, mesmo vinho. Sempre a partir de Ajácio, nova viagem, desta vez por mar, num simples barco de pesca, ao longo da costa, até ao golfo de Porto: costas abruptas, pequenos vales pitorescos e bem cultivados (cereais, amoreiras com vista à produção de seda, citrinos), aldeias de poucas centenas de habitantes, com destaque para Cargèse, torres defensivas, o golfo de Sagone (exportação de carvão de azinho e madeira de construção), montanhas altas de rochas nuas ou cobertas de matos, pequena praia com estabelecimento de banhos na Cala Ficajolo. Continuação para o interior, em direcção aos banhos de Guagno, as principais termas da ilha (bom albergue), rodeadas de soutos e de pastos (ovinos e queijos tradicionais). No horizonte próximo o Monte Cinto e o Monte Rotondo, cobertos de neve, onde se escondem raposas, veados, muflões, e também bandidos famosos, e onde divaga um ou outro turista ousado. Saint-Germain aconselha seguir para Corte, passando pelo vale de Niolo, entre altas montanhas e bastante povoado por pastores nómadas (Maio-Setembro) e hospitaleiros, e a subida ao Monte Rotondo (no verão e com bom tempo: dois dias, de luar e depois a pé; uma noite num abrigo de pastor), com vistas únicas pelas costas de França e Itália, os Alpes, os Apeninos, a Sardenha. Regresso à capital, pela estrada Bastia-Ajácio, então servida pelas diligências duas vezes por dia, com passagem por Bocognano (terra dos irmãos Bellacochio, bandidos famosos e ao mesmo tempo agricultores e pastores locais), e pela luxuriante floresta de Vizzavona, com os seus castanheiros, as suas aldeias, a população que todos os anos no mês de Abril desce para as planícies costeiras, sobretudo para os campos do Gravone (Campo d'Oro); e continuação por Ucciani, com a sua moderna ponte, em direcção a Ajácio.

Impressiona o detalhe das propostas de itinerários de descoberta de toda a Córsega, experienciados pelo autor, incluindo o do Cabo Corso: pela costa ocidental, aproveitando a moderna e pitoresca estrada, parcialmente ainda não ultimada, com retorno pela de leste; aldeias de poucas centenas de habitantes, outras bem maiores e algumas grandes; aldeias de acesso difícil («caminhos

pedregosos, para turistas de elite»), muitas a meia encosta, com largos horizontes e pequenos portos (pesca, cabotagem); alguns faróis e muitas velhas torres defensivas, incluindo a de Séneca, na extremidade do Cabo; antigas igrejas e conventos; localmente, casas novas, caídas, algo luxuosas (fortunas de emigrantes nas Antilhas, México, Brasil, Peru); azenhas rústicas e moinhos de vento, montanhas nuas ou improdutivas (matos) e encostas com cultivos (citrinos, cuidadosamente protegidos do vento, oliveiras, vinhas em socalcos) ou com azinheiras, castanheiros, carvalhos, medronheiros, matos. Incluindo também o longo percurso Bastia-Porto-Vecchio-Bonifácio, com incursões pelas aldeias das encostas orientais (Pietra Poli com as suas águas, recentemente valorizadas e equipadas; alojamento, restauração, convívio), e outras das zonas mais altas e de horizontes mais largos, habitadas sobretudo por pastores: restos de antigas colónias romanas como Mariana, junto da laguna de Biguglia, e mais a sul, Aléria, junto da de Diana; largas extensões inundadas no inverno e insalubres no verão e no outono; campos áridos e desérticos; pequena excursão às ilhas Lavezzi (extrações romanas do granito; naufrágio do *Sémillante*, de 1855; presenças de alguns pastores com suas cabras).

Justamente nos anos 60 surgiram vários guias de viagem, em língua inglesa, indiciando o despontar de uma nova procura. Desde logo, o de Karl Baedeker referente ao Norte de Itália, com uma extensão para a Córsega (1868, pp. 403-413): informação suficiente para tornar o viajante comum independente do serviço pessoal de guias, seja em termos de descoberta dos lugares e das populações ou de resolução de problemas práticos, com economia de tempo e custos; mapas, plantas de aglomerados, percursos, distâncias, altitudes; serviços de vapores e diligências, com horários e locais de partida; hotéis, sua localização e qualidade dos respectivos serviços; ruas, praças, patrimónios, paisagens. As propostas centram-se em Ajácio e nos circuitos Ajácio-Bonifácio-Bastia, por Porto-Vecchio, Ajácio-Corte-Bastia, Bastia-Cabo Corso-Saint Florent e Calvi, habitualmente seguidos pelos anteriores viajantes que visitaram a Córsega e que publicaram as respetivas memórias.

Igualmente o guia de John Murray (1868): resumo da história da ilha e alguma bibliografia; ligações semanais com o Continente e possibilidades de

deslocação no interior (estradas, serviços regulares de diligência entre as principais cidades, limites de cargas e necessidade de provisões), alugueres de serviços particulares de caleches e de cavalos e mulas; dificuldades de alojamento (hotéis escassos, sujos, com medíocre recepção, preços incertos e a discutir e negociar), mesmo em Ajácio (hotéis de Londres, o melhor, do Norte, de França e da Europa, frequentados por homens de negócio e pensionistas), e de alimentação (leite e manteiga escassos, salvo em Bastia; peixe de má qualidade, também em Ajácio; boas trutas e caça na montanha; pão aceitável; carne banal, tal como o vinho; ovos, omeletas e castanhas abundantes; *broccio* como produto original, que se exporta para o Continente); mediocridade dos cafés (pequenos e sujos). John Murray desvaloriza turisticamente toda a Córsega do Sul, com exceção de Ajácio e sua região, assim como a alta montanha e a costa leste. Da capital releva o aspeto de cidade colonial (francesa na arquitetura das novas ruas e nos modernos edifícios públicos; italiana na aparência e na forma de vestir da população), o clube (de pequena dimensão e fácil admissão dos estrangeiros, no seguimento da hospitalidade habitual nos destinos pouco frequentados); o teatro (atividades no inverno); os edifícios públicos, sem interesse arquitetónico; a toponímia (avenida Napoleão, rua Napoleão, rua Fesch, praça Letizia, rua do rei de Roma, praça Bonaparte ou praça Diamante); a casa de Napoleão e as suas estátuas (1842 e 1865); os imponentes horizontes montanhosos; os passeios pelos arredores; os pequenos cavalos corsos em que as populações do campo se deslocam nos fins de semana até a cidade; os trajos tradicionais, nomeadamente o dos pastores; o transporte de água e outras cargas pelas mulheres. Acresce a amenidade do clima de inverno e a sua crescente afirmação como destino residencial de saúdes débeis, muito embora no inverno de 1866-67 apenas se contassem 3 famílias inglesas a residir na cidade, a par de algumas outras visitantes: aluguer de villas, apartamentos e quartos mobilados, a preços tidos como altos; dificuldades de abastecimento (carnes, leite, manteiga e inversamente de castanhas, uvas, laranjas, hortaliças, mesmo peixe). São propostos percursos por toda a ilha, aproveitando a nova rede de estradas, a originalidade das paisagens, a importância dos lugares, incluindo Bonifácio-Bastia, ao longo da costa oriental

(outubro a abril), as possibilidades de caça desportiva, sem todavia esquecer os riscos do uso habitual de armas de fogo por um povo orgulhoso e vingativo.

Entretanto, Thomasina Campbell (Mary Anne Elisa, da nobreza escocesa: castelo de Moniack), instalada em Ajácio e bem integrada socialmente, experienciou múltiplos percursos pelo interior da ilha («algumas das partes mais interessantes»), jogando com os meios de deslocação e acolhimento disponíveis para forasteiros, e sintetizou as suas observações num pretenso guia (Thomasina Campbell 1868, edição em francês em 1872), numa altura em que o destino Córsega começava a «estar na moda» e se tornara mais fácil a sua exploração, com a melhoria da rede de estradas (em 1840, apenas uma estrada, a real, de ligação de Ajácio a Bastia, e não serviço de diligência; em 1868, 9 estradas imperiais, 5 departamentais e 12 florestais), as novas ofertas de transporte regular, do serviço postal, e de diligências a contratar ao dia e mesmo à hora, embora ainda sem comodidades nem conforto. Ajácio ficava então a apenas 6h de Livorno, 12h de Nice, 36h de Paris; em comparação com Nice, o seu clima era bastante ameno e o seu litoral bem mais arenoso, e não grosseiramente cascalhento nem ocupado por lavadeiras. São descritos percursos (tempos, vias, novas estradas, estradas florestais ou simples veredas, com suas dificuldades e perigos; paragens mais convenientes), condições de deslocação (serviços regulares de diligências e seus horários; serviços de contratação individual), possibilidades de refeições, com a diversidade e qualidade das respetivas ementas, ofertas de alojamento, conforto, tendencialmente reduzido, e higiene (brancura dos lençóis), a existência de novos hotéis, a par da grandiosidade das paisagens, excecionalidade dos arvoredos, cheiros dos matos, campos de cultivo ou áreas de pasto, existência de nascentes de águas mineromedicinais e sua utilização... Thomasina relevou com entusiasmo as potencialidades de desenvolvimento turístico da sua ilha adotiva, mesmo em confronto com a Riviera (inverno) e a Suíça (verão, pela grandiosidade das paisagens e a frescura; e inverno, pela neve ou o ar seco), o Tirol e as Dolomites. Alguns anos depois, Guy de Maupassant (1884) fala-nos de um destino com muitos problemas endémicos, como os frequentes incêndios, as destruições dos rebanhos, o subaproveitamento agrícola, a pobreza e o subdesenvolvimento, a forte corrente emigratória, sobretudo rural, a força das

tradições: «une tempête de montagnes que séparent des ravins étroits où roulent des torrents; (...) un sol vierge, inculte, désert, bien que parfois on aperçoive un village, pareil à un tas de rochers au sommet d'un mont. Point de culture, aucune industrie, aucun art (...)». E também com muitas limitações do lado da oferta turística: «Point d'auberges, point de cabarets, point de routes. On gagne, par des sentiers à mulets, ces hameaux accrochés au flanc des montagnes (...). On frappe aux portes des maisons. On demande un abri pour la nuit et de quoi vivre jusqu'au lendemain. Et on s'assoit à l'humble table, et on dort sous l'humble toit; et on serre, au matin, la main tendue de l'hôte qui vous a conduit jusqu'aux limites du village (...).

Vilegiatura terapêutica em Ajácio

Napoleão III decidiu fazer de Ajácio um *resort* costeiro de luxo e clientela internacional (1863), sob a direção do então presidente da Câmara Carlo Félix Bacciochi (construção em 1851 do Château Bacciochi, na sua propriedade das «Cannes», que em 1860 acolheu o casal imperial): ligação marítima entre Nice, estância internacional prestigiada e então francesa, e Ajácio (1862); construção do castelo Conti/Villa Conti (por volta de 1855), de Charles Etienne Conti (senador no II Império), tornado lugar de vida mundana; restauro da casa da família Napoleão e transformação da Casone num «santuário»; edificação de *cottages* (1863) no meio de pomar de sequeiro por iniciativa do próprio conde Bacciochi e outros entre 1883 e 1885, ao longo do novo «boulevard des Étrangers»; novas construções na beira-mar; conversão do antigo caminho de pastores na estrada dos Sanguinaires, convidando ao passeio, até à Punta... O clima de Ajácio, pela sua amenidade, potenciava-a como estância de inverno, como o demonstraram os médicos Donné (Academia de Montpellier, 1852) e Pietra Santa (médico de Napoleão III que o encarregara em 1868 do estudo climatológico do lugar: Prosper de Pietra Santa, 1864), Ribton (inglês frequentador de Ajácio desde 1864), Adolf Biermann, de Hamburgo (doente pulmonar, em 1867 em Ajácio) ou J-Henry Bennett, fixado em Menton desde

1859 (C. Cavaco, 2016) e promovendo-a como estância de inverno para os doentes das cidades do Norte, vulneráveis aos frios, nevoeiros e fumos (Roland Ghersi, 2004): as estâncias de saúde de inverno nas costas do Mediterrâneo eram ainda pouco numerosas, muitas cidades consideradas destinos de saúde não dispunham das necessárias condições de higiene, nomeadamente as grandes, e faltavam estâncias estivais para os que não pretendiam regressar no verão às terras de origem (cansaço e custo das deslocações), sendo obrigados a ir para a Suíça, em particular o Tirol.

Bennett viajou pela Córsega (1862) em busca de potenciais estâncias de inverno (e também de estâncias «alpestres» estivais), e no final destacou Ajácio: posição pitoresca, junto da baía, que compara à de Nápoles, rodeada de altas montanhas, que a protegem; invernos amenos como os de Cannes e Nice, embora um pouco mais húmidos e menos soalheiros; ar tónico, seco, estimulante; nevoeiros raros, ventos fracos; algum risco de malária no fim do verão e no outono, não obstante as brisas de terra. A cidade deveria aliás continuar o seu embelezamento e desenvolvimento urbano, e facilitar o estabelecimento de estrangeiros ricos, não necessariamente doentes e não apenas invernantes ocasionais, sem especulação excessiva das áreas a construir, evitando a dependência da moda médica, que condicionava e fragilizava Menton, «*maison de santé*» (enquanto em Cannes tinham estabelecido residência cerca de três centenas de proprietários estrangeiros ricos, que garantiam prosperidade ao lugar). Complementarmente, destacou as potencialidades de Vizzavona como estância estival, em plena montanha, no meio da floresta primitiva, acessível pela diligência de ligação diária Bastia-Ajácio (depois pelo caminho-de-ferro), então apenas com um modesto albergue: a partir de Junho, a 600-700m os dias e as noites são quentes, como em Bocognano, nas termas de Guagno ou nas de Orezza, em Castagniccia, importando subir a 1.300 ou 1.400 metros para encontrar ar puro e frescura agradável. Aliás, desde os anos 1860s, alguns ingleses invernantes na Côte d'Azur embarcaram para a Córsega, percorreram-na como turistas ou instalaram-se em Ajácio como invernantes e depois como novos residentes, sendo secundados por alemães (abandono com a guerra 1870-71), bem menos exigentes em comodidades e luxo, e também por franceses: clima-

tismo e turismo de saúde, com terapias alargadas às termas; «Bois des anglais» em Ajácio, destino de passeio, com notável vista sobre o Golfo; «Cascade des anglais» e «abri Southwell», em Vizzavona, em plena alta montanha.

Entre os divulgadores de Ajácio como nova estância de turismo internacional destacamos o pintor Edward Lear e Thomasina Campbell. Lear chega a Ajácio na primavera de 1869 e compara-a a Rapallo, uma das menos animadas e ornamentadas aglomerações da Riviera di Levante: aldeia rural, sem atividade nem movimento nas ruas; cidade sem cor, tanto nos edifícios (nada pitorescos) como nas pessoas (vestuário preto e castanho escuro) e nas embarcações; gente triste e inativa, sobretudo os homens, com as mãos nos bolsos, lembrando porteiros e comerciantes fora de serviço (poucos, pela migração sazonal para o continente); muitas crianças, junto das portas e nas escadas das casas e hotéis. Destaca todavia a praça do Diamante e o moderno Cours Grandval, onde tinham lugar as corridas de cavalos, a construção da estrada dos Sanguinaires, de ligação à Torre da Parata, três pequenas unidades hoteleiras (Hotel de l'Europe, Hotel de France e Hotel de Londres) e 4 *Cottages*, os do conde Bacciochi, um deles ocupado por Ribton, indiciando uma viragem funcional da cidade, a par de algum exotismo e pitoresco, como procuravam muitos viajantes da época (Edward Lear, 1870). Thomasina interveio diretamente na afirmação de Ajácio como destino de turismo de inverno internacional e elitista: nenhum clima é tão agradável como o de Ajácio, especialmente em Janeiro e Fevereiro; ao contrário de Nice, a costa é rochosa e a baía tem praia de areia fina. Do interior, releva as paisagens grandiosas, os verões de clima ameno e fortificante e as novas facilidades de deslocação: a Córsega era, na verdade, um dos destinos médicos onde os doentes podiam ficar durante o verão, porque existiam a poucas horas de Ajácio várias aldeias de montanha com tão bom ar como nas montanhas da Suíça... Thomasina fixara aliás residência em Ajácio (doçura do clima; acolhimento da sociedade local): primeiro no hotel du Nord, em 1867 no novo hotel de Londres, depois em 1869 no novo hotel de France, e desde 1873, na «villa des Paons»/Tour d'Albion, no meio de um parque, que mandara edificar no bairro dos Estrangeiros, na companhia de Bernard Bradshaw, inglês, e Strasser-Ensté, alemão, seus amigos e sócios. L. Strasser-Ensté, frequentador

habitual da vida mundana de Nice, escolhera Ajácio para passar o inverno (3 invernos sucessivos) por aconselhamento médico (1882) por outros ritmos mais calmos, e aqui fixou residência definitiva em 1885: comprou uma propriedade com uma vintena de ha, junto da estrada de Alata e dos Milelli, plantou vinhas e olival e ensaiou formas modernas de horticultura, mesmo de floricultura (extracção de essências de perfumes), um pouco como fizeram o major Murray, antigo oficial inglês do exército das Índias, com o cultivo de limoeiros nessa mesma propriedade, e Charles Bonaparte, com o de amoreiras e a criação de bichos da seda na de Salines.

A cidade imperial desenvolveu-se: nova zona urbana entre a praça Diamante e a Casone, em terrenos doados à cidade em 1839 pelo cardeal Fesch, o bairro international *Boulevard des Étrangers*, um bairro de luxo abrigado dos ventos do Norte e de Leste, com dominância inglesa, incluindo a igreja anglicana (aquisição de 750m² em 1874; abertura ao culto em 1878, substituindo a sala do Hotel de France, onde então decorriam as cerimónias religiosas); *cottages* do conde Bacciochi e outras grandes «villas» para aluguer (de 1883 a 1885, Noel Berthin fizera construir 6; Barthélémy Maglioli, arquitecto, as La Costa, em 1897, e Dagregorio, em 1903; o conde Peraldi, a vila Balestrino em 1895, que depois passou a hotel-restaurante); o *boulevard* Lantivy foi plantado com palmeiras (1880); o *cours Grandval* e o seu prolongamento pelo *cours* do Général-Leclerc convertem-se numa «promenade des Anglais»; surgiram novos edifícios emblemáticos como o Palácio da Justiça (1873), o Château de La Punta, dos Pozzo di Borgo (1886-1891), mesmo o Château de la Croix d'Alexandre (antiga Carrosaccia) de Strasser-Ensté; chegou o caminho de ferro, ligando Ajácio a Bastia (1885) e foi construída a nova gare (1888); desenvolveu-se o comércio, apareceram os Grandes Armazéns Lanzi (1886), foi criado o banco Lanzi (1876) e multiplicaram-se os cafés e restaurantes, bem como os hotéis.

De início existiam apenas hotéis-pensão, modestos e barulhentos, incapazes de responder à procura de uma classe abastada, habituada ao conforto e ao luxo. Desde os meados do século, surgem muitos outros, em parte por iniciativa de promotores estrangeiros (nomeadamente suíços, alemães, dina-

marqueses), também ativos no campo das clínicas: o hotel do Luxembourg (1851), o hotel do Nord (1862, que em 1889 passa a hotel Solferino), o hotel de France (1867), como hotel-restaurante de luxo, o hotel Germania (1868) (de Gerhard Dietz, de Hanôver), com cozinha sofisticada, clientela elegante e cosmopolita (franceses, alemães, russos, polacos, italianos, austríacos, espanhóis), em 1880 adquirido por Théophile Hofer-Vassali e rebatizado hotel Continental; depois o hotel Schweizerhof (1882), do doutor Muller, médico suíço, e dirigido aos doentes invernantes deste país (adquirido em 1905 por Georges Flaegel e rebaptizado hotel Suisse), o hotel Bellevue (1883), o hotel De La Rocca (1883), frequentado por Matisse em 1898 (quadro «Le mur rose», das traseiras do hospício Eugénie e vistas a partir da sua janela do último piso); depois, o hotel des Étrangers (1890; em 1920 explorado pelo então proprietário do Grand Hôtel de la Forêt, aberto em 1893 em Vizzavona) e sobretudo o Grand Hôtel d’Ajaccio et Continental (1894-96), do conde François Forcioli-Conti, no bairro dos Estrangeiros (eixo Diamant-Casone), pretensamente ao nível do Winter Palace, de Menton (adquirido por Maurice Prével, proprietário do Grand Hôtel de la Paix e do Hôtel Méditerranée, de Nice), com 130 quartos, sala de jantar faustosa (espelhos, chaminé, pinturas), biblioteca, salão de fumo, janelas abertas a Sul, jardim magnífico, exótico (parque de 12 mil m², prolongado paisagisticamente por olivais), cozinha francesa e «grandes» vinhos, mesmo apoio médico e cuidados especiais para com os doentes; o luxuoso Cynros Palace Hotel (1896), de Stasser-Ensté, com 40 quartos, explorado pelo alemão Exner, que se tornou seu proprietário, ainda nos finais do século (Imperial Palace); o hotel Highland (de um dinamarquês, depois de um suíço), num dos *cottages* Berthin, tal como o hotel Solemare; o hotel Belvedere, do doutor Giocanti, num «cottage» isolado na estrada do Salario... O Grand Hôtel d’Ajaccio (et Continental) foi gerido por Théophile Hofer-Vassali (hoteleiro suíço, proprietário do ex-hotel Germania, que integrou como Continental), que lhe grangeou notável reputação internacional: clientela elegante, a aristocracia estrangeira e o Gotha local, que se encontravam no seu salão de festas (bailes com orquestra e recepções) ou no Ariadne, sua dependência na

praia de Barbicaja (estrada dos Sanguinaires), mesmo os visitantes dos iates que frequentavam o porto; «príncipes, condes, barões», austríacos, alemães, ingleses, parisienses, sempre mais ingleses e alemães que franceses; o rei Eduardo VII e a rainha Alexandra, de Inglaterra, em 1905, com a princesa Alexandra da Dinamarca e a princesa Maud (Maud Carlota Maria Vitória), rainha Consorte da Noruega; Haakon VII, rei da Noruega em 1905 (príncipe Carlos da Dinamarca, por nascimento); François Joseph 1, dos Habsbourg, imperador da Áustria e rei da Hungria, com Amélie-Eugénie Elisabeth de Bavière, sua mulher (imperatriz Sissi) (em 1890 no hotel de France); o Duque Georges II de Saxe-Meiningen, em 1902 (um mês) ...

Ajácio também era procurada por pintores como Henri Matisse, em 1898 e de novo, em Dezembro de 1912 (Jacques Poncin, 2017), ou James McNeill Whistler em 1901 (americano instalado em Londres e Paris; hotel Suíço, de 26 de Janeiro a 1 de Maio, durante um inverno rigoroso) (Jocelyne Rotily, 2008; «A Doorway in Ajaccio» e «The forge Smiths»), e por escritores mundanos como Jean Lorrain (Paul Alexandre Martin Duval), residente em Nice desde 1900, frequentador de ambientes boémios e pervertidos (homossexual assumido), que embarcou no final de Dezembro de 1904 em Marselha, com destino a Ajácio, em busca de repouso, saúde e esquecimento, levando no seu imaginário, a Córsega odorante e selvagem e a magia da sua luz. De Ajácio, entre a neve das montanhas e o azul luminoso do seu golfe, lembra «les grands hôtels, les villes d’hiverneurs (...) avant le vieil Ajaccio (...) et comme en retrait en arrière de la maison de Napoléone la ville élégante et funèbre des convalescences et des tuberculeuses, la cité nécropole des anglais et des poitrinaires... dans la pure et transparente lumière d’Áfrique» (1905, p.17). Do hotel destaca o seu aspeto monumental, cosmopolita, em oposição aos «hotels des voyageurs», localizados na cidade, algo como hospital, com jardim, visitas regulares de médicos, serviço de primeira classe, regime alimentar conveniente e uma clientela de «phtisies d’outre Rhin et spleens d’outre-Manche», despreziosos, mesmo desportivos, e alguns parisienses, bem mais sofisticados. Como distração, idas à gare para ver a chegada dos montanheiros, com as suas armas (pitoresco), e sobretudo passeios à beira-mar, pela estrada des Sanguinaires, da praça Diamante até à

Ponta de Parata, com sua torre genovesa, a «promenade da população de Ajácio», ao mesmo tempo «promenade des anglais» e Corniche, mais raramente até à villa dos Pozzo di Borgo, com seu jardim. Ao lado, a cidade velha, genovesa, de ruas estreitas, lajeadas e sujas, sem animação comercial, casas altas, janelas pequenas, persianas verdes, roupa pendurada, mulheres de negro, gente sentada nas portas, pescadores que passam descalços, carros descarregando lenhas do maquis; no porto, sem navios de comércio nem marinheiros, alguns barcos de pesca, cais desertos, mas onde todas as manhãs os vendedores de armas expõem a sua oferta, e jogadores de cartas («o corso nasceu jogador»). Nas praças, as estátuas de Bonaparte.

Ajácio, estância invernal reconhecida, de uma clientela privilegiada, no luxuoso Grande Hotel ou noutros mais modestos, contava mil invernantes em 1901, em plena Belle Époque, quando a estação se estendia de outubro a maio; elites abastadas, vivendo de rendas, com seus muitos serviçais, sobretudo inglesas (antes da 1ª GG, cerca de três centenas de invernantes britânicos), mas também alguns alemães e russos. Hugo Toppen (professor no liceu de Hambourg), que visitara a Córsega em 1882, reconhecia que esta era então pouco conhecida e raramente visitada pelos alemães (escassa bibliografia, para além de Gregorovius): vinte anos depois, René Bazin sublinha, todavia, a presença em Ajácio de muitos nomes alemães (1908; 14-27 abril) (René Bazin, 1913). Em 1877 fora criada a associação «Ajácio, estância de inverno», convertida em Sindicato de Iniciativa em 1904: vilegiatura do Outono à Primavera, complementada com a utilização das águas de Caldaniccia e o climatismo estival na montanha; reconhecimento como estância climática desde 1912. Estamos bem longe da imagem retida por Prosper Mérimée em Agosto de 1839: «On ne voit, autour du golfe d' Ajaccio, que de sombres maquis, et derrière, des montagnes pelées. Pas une villa, pas une habitation. Seulement çà et là, sur les hauteurs autour de la ville, quelques constructions blanches se détachent isolées sur un fond de verdure; ce sont des chapelles funéraires, des tombeaux de famille. Tout, dans ce paysage est d'une beauté grave et triste» (1840). Longe também da opinião de Emile Bergerat: «Ajacio? Le souvenir de Napoléon avec quelques maisons autour» (Emile Bergerat, 1887).

Remate. De «ilha esquecida» a «ilha da beleza»

A Córsega afirmara-se, ao longo do século XIX, como um destino pitoresco e de aventura, algo exótico e arriscado: «montanha misteriosa, paradoxal»; altos cumos nevados e nus; paisagens grandiosas, selvagens; florestas densas e diversas com a altitude; maquis odorante, parques cultivos e pastoreio generalizado; aldeias alcandoradas e inacessíveis; povo montanheiro, inculto mas livre, violento mas não ladrão, menos ainda assassino, salvo por motivos de honra; bandidos inofensivos, amáveis para com os turistas que encontram ocasionalmente, ou mesmo os visitam no mato. A sua imagem turística foi sendo construída na base de descrições coloridas de viajantes cultos e entusiastas que a ousaram percorrer, retomadas e divulgadas a partir de meados do século pelos Guias de viagem, quando se multiplicam os visitantes recreativos e os de saúdes frágeis em busca de invernos primaveris em Ajácio, «*sanatorium* sem rival no Mediterrâneo norte», a associar à frescura dos estios à sombra de árvores frondosas das terras altas envolventes, e à proximidade das rivieras francesa e italiana, então bastante frequentadas pelas elites europeias, e igualmente da Toscânia, prestigiado destino de vilegiatura internacional.

Como terra natal do imperador Napoleão Bonaparte e capital insular Ajácio tivera alguns melhoramentos, que facilitaram posteriormente a sua adaptação às novas funções: abertura da rua Fesch, paralela à costa, com o palácio Fesch em 1839; abertura do cours Napoleão, paralelo à anterior, com a Prefeitura (1826) e o Teatro (1830); nivelamento da praça do Diamante (1826) e arranjo da «promenade des Sanguinaires» (1827); alargamento da influência às aldeias próximas (Alata, Villanova, Bastelicaccia); chegada do primeiro vapor em 1830; novas estradas para Bastia (estrada real desde 1836), Sartène e Bonifácio (1837-1845) e desenvolvimento das atividades portuárias e comerciais (Antoine Albitreccia, 1838).

Com o Segundo império (18 anos de paz: 1852-1870), a França entrara na modernidade capitalista, industrial e urbana, e a Córsega beneficiara desse desenvolvimento e enriquecimento, despertando também para o turismo internacional, nomeadamente inglês (clientela privilegiada): interesse real de

Napoleão III pelas raízes e pela terra natal de Napoleão Bonaparte; visitas imperiais; investimentos estruturantes, nomeadamente novas facilidades de acesso marítimo (vapores mais frequentes, rápidos e confortáveis, melhoramentos portuários) e de deslocação no interior (construção das estradas imperiais e densificação da rede; introdução do caminho-de-ferro, pensada nos anos 1850, iniciada em 1878; Bastia-Corte em 1888, tal como Bastia-Ghisonaccia; Bastia-Calvi em 1890; Corte-Ajácio em 1894) (Solenzara em 1930 e por último Porto-Vecchio em 1935, em seguida destruída pelos alemães em 1943 e não reconstruída) (Paul Silvani, 2005); alguma modernização agrícola, expansão de atividades artesanais e manufactureiras, mesmo projectos metalúrgicos de certa importância (minério de ferro de Elba), exportação de águas mineralizadas (Orezza/Castagniccia); afastamento cultural da Itália e aproximação da França (óperas, teatro); crescimento urbano estruturado e de qualidade; intervenção das famílias de notáveis (Abbatucci, Conti, Bacciochi, Ornano ou Franceschini-Pietri), de base fundiária, mas importantes profissional e politicamente (pelo menos até 1878, mesmo 1898, quando se afirmam as novas elites terciárias e republicanas, mais instruídas e menos hereditárias); bom acolhimento de visitantes externos, incluindo a construção de novas villas e hotéis. O crescimento da população de Ajácio (cerca de 3900 habitantes em 1770, 4700 em 1786, segundo o plan Terrier, 6715 habitantes em 1818), na segunda metade do século XIX (12 mil em 1856, 14 mil em 1872, 16,2 mil em 1876 e 19,2 mil em 1911; para outros, 22 mil habitantes em 1910), reflete a nova dinâmica, largamente induzida pelo turismo e a vilegiatura, polarizadora do êxodo das montanhas interiores e do retorno de alguns dos seus emigrantes na França continental e nas suas colónias.

Acresce a difusão do automóvel (Marco Cini, 2016) a partir dos finais do século. De início, permaneciam raros os automóveis privados (um em 1899, 5 em 1908, cerca de quarenta em 1914) e os de uso no turismo (dificuldades das estradas, dependência da implantação dos necessários serviços e equipamentos de apoio): em 1908 (14-27 abril), René Bazin percorreu a ilha numa carruagem puxada por dois cavalos, o cocheiro como guia, mas nos finais de Outubro do ano seguinte (regresso de Roma, por Livorno e Bastia),

fê-lo num Fiat, com motorista, por estradas sempre estreitas e perigosas e segundo um percurso cuidadosamente preparado com a ajuda de Tony Catta, seu colaborador e seu genro, cuja família viera da ilha de Elba e se fixara em Bastia, nos meados do século XVIII (René Bazin, 1913). O automóvel favoreceu a difusão do turismo no espaço e ao longo do ano, nomeadamente o alargamento da época das viagens pelo interior, da primavera (diligências, cavalos) ao verão (privilegiando a montanha, então sem neve, e evitando a Planície Oriental, pelos riscos de malária), a par da organização de excursões de grupos: o Touring Club de France promoveu circuitos turísticos insulares desde 1906; a partir de 1908 melhoraram as condições de embarque marítimo de automóveis. Em suma, viagens mais rápidas e mais cómodas e estadas mais curtas, com alojamento em hotéis, mesmo excursionismo, com seus horários e itinerários rígidos, suas etapas, lugares visitados, paisagens atravessadas e portos de chegada e de partida da ilha (Jean-Baptiste Marcaggi, 1908). Igualmente, combinação de circuitos e vilegiatura invernal em Ajácio, tratamentos termais e estadas estivais em quadros paisagísticos únicos (Vizzavona), onde também surgiam hotéis.

As praias continuavam a não ser aconselhadas dos finais de Junho aos finais de Outubro, por insalubridade, o mar continuava a ser um dos elementos do cenário, como nas Calanches do golfe de Porto (hotel des Roches Rouges, de 1912, em Piana). A nova moda estival de banhos de mar e estadas no areal foi tardia na Córsega, na medida em que os litorais eram associados ao paludismo: é certo que em Ajácio, o Grande Hotel Continental dispunha de uma antena junto da costa, na praia de Barbicaja, o pavilhão de Ariadne, com salão de chá e campo de ténis (estância de inverno), e que na baía existiam estabelecimentos de banhos frequentados nas manhãs de verão (adultos) e também nas tardes (crianças) por alguns visitantes; J. Beaulieu Delbet tomou banhos em Ajácio, em pleno Verão, e Guy de Maupassant, no Outono; em 1914, já se podiam encontrar banhistas locais no Cap Corso, longe de zonas insalubres (Hélène Morlier, 2011).

Referências bibliográficas

- Baedeker, Karl (1868). *Northern Italy, as far as Leghorn, Florence and Ancona. Handbook for Travellers*. Coblenz: K. Baedeker. <https://archive.org/details/northernitalyasf00baed/page/n9>, pp. 403-413.
- Balzac, Honoré de (1830). *La Vendetta*. Paris: Ed. Mame et Delaunay-Vallé.
- Bazin, René (1913). *Nord-Sud. Amérique-Angleterre-Corse-Spitzberg*. Paris: Calmann-Lévy («Promenades en Corse», pp. 149-247). <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k54365523/f9.image.texteImage>.
- Bennet, James Henry (1865). *Winter in the South of Europe: or Mentone, the Riviera, Corsica, Sicily as winter Climates*. London: Churchill & Sons.
- Bennet, James Henry (1875). *Winter and spring on the shores of the Mediterranean: or, The Genoese rivieras, Italy, Spain, Corfu, Greece, the archipelago, Constantinople, Corsica, Sicily, Sardinia, Malta, Algeria, Tunis, Smyrna, Asia Minor, with Biarritz and Arcachon, as winter climates*. London: J.&A. Churchill. <https://archive.org/details/winterspringonsh00benn/pp.331-405>
- Bennet, James Henry (1876). *La Corse et la Sardaigne: étude de voyage et de climatologie*. Paris: P. Asselin. https://books.google.pt/books?id=IVgpAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Benoît, Pierre (1950). *Les Agriates*. Paris: Editions Albin Michel.
- Benson, Robert (1825). *Les Sketches of Corsica, or A Journal written during a visit to that island in 1823, with an outline of its history and specimens of the language and poetry of the people*. M.A. F.L.S. London: Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown and Greens, Paternoster-Row. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65582088.texteImage>.
- Beretti, Francis (2016). *Voyageurs anglais en Corse: de la moitié du 18e siècle au début du 19e*. Conférence à la Bibliothèque universitaire de Corte / 13 avril. <http://www.interromania.com/corsu-cismuntincu/literatura/attivita-altre/les-voyageurs-anglais-et-la-corse-10657.html>.
- Bergerat, Émile (1887). *Souvenirs d'un enfant de Paris*, vol. 4 / «Six semaines en corse». BnFcollection ebooks. https://fr.wikisource.org/wiki/Souvenirs_d'un_enfant_de_Paris,_vol._4/Six_semaines_en_corse.
- Bergerat, Émile (1893). *La chasse au mouflon en Corse*. Paris: Ch. Delagrave.
- Blanqui, Adolphe-Jérôme (1840). *Rapport sur l'état économique et moral de la Corse en 1838*. Paris: Institut Royal de France. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5548447k/f8.image.texteImage>.
- Boswell, James (2006). *An Account of Corsica. The Journal of a Tour to that Island, and Memoirs of Pascal Paoli*. Introdução e notas de James T. Boulton e T. O. Mcloughlin. Oxford University Press (original de 1768). https://archive.org/stream/onthegrandtourit006242mbp/ontheGrandtourit006242mbp_djvu.txt.
- Boswell, James; Frank Brady; Frederick A. Pottle (1955). *Boswell on the grand tour: Italy, Corsica, and France, 1765-1766*. New York: McGraw-Hill.
- Buckingham and Chandos (Richard Plantagenet Temple Nugent Brydges Chandos Grenville, Duke of) (1862). *The private diary of Richard, duke of Buckingham and Chandos*. Publisher London: Hurst and Blackett, vol. 2, cap. X-XII, pp.178-230. <https://archive.org/stream/privateDiaryric00ofgoog#page/n230/mode/2up>.
- Burnaby, Andrew (1768). *Osservazioni d'un viaggiatore inglese sopra l'isola di Corsica (em inglês em 1767)*. Londres: Presso Williams). (<http://gallica.bnf.fr/>; colaboração com o Project Gutenberg: <http://www.gutenberg.net/>; <http://dp.rastko.net/>).

- Campbell, Thomasina (1868) (trad. française 1872). *Notes sur l'île de Corse, dédiées à ceux qui sont à la recherche de la santé et du plaisir*. Ajaccio : Imprimerie J. Pompeani et Lluís. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1033893.texteImage>.
- Cavaco, Carminda (2016). *Novas elites, novas mobilidades em turismo. Fluxos e territórios*. Lisboa: CEG-ULisboa.
- Chassebœuf, Constantin François de (comte de Volney) (1989). *Précis de l'état de la Corse, en 1793*. Nuariu : Cismonte è Pumonti edizione.
- Cini, Marco (2016). *Modernisation de la Corse au XIXe siècle*. Ajaccio: Albiana.
- Comiti, Vincent Pierre (1980). *La géographie médicale de la Corse à la fin du XVIIIe siècle*. Genève: Librairie Droz
- Comte, François (2017). «René Bazin, un classique de la littérature sur la Corse». *Études Corses*, 79: 141-176. Ajaccio: Albiana (ACSH). https://siterenebazin.files.wordpress.com/2018/06/etudes-corses-sur-renc3a9-bazin-f_comte-dc3a9c_2017-1.pdf
- Cowen, William (1848). *Six Weeks in Corsica*. London: Thomas Cautley Newby Publisher. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k105511t.image>.
- Daudet, Alphonse (1869) «L'agonie de la Sémillante», em *Lettres de mon moulin*. Paris: Ed. Hetzel. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6505253s/f138.image> ou La Bibliothèque électronique du Québec, Collection À tous les vents, Volume 190 : version 1.01. <https://beq.ebooksgratuits.com/vents/daudet-moulin.pdf>
- Delbet, J. Beaulieu (1897). *Souvenirs de Corse*. Tours: Alfred Mame et Fils. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k57727813.texteImage>
- Dominique, Poli Jean (2007). *La Corse de Guy de Maupassant*. Ajaccio: Albiana.
- Dumas, Alexandre (1844). *Les frères corses*. Bruxelles: Société belge de librairie, https://beq.ebooksgratuits.com/vents/Dumas_Les_freres_corses.pdf
- Énault, Louis (1863). *La Méditerranée, ses îles et ses bords*. Paris: Morizot. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k106478h/f4.image>.
- Fée, Antoine Laurent Apollinaire (1850). *Voceri, chants populaires de la Corse, précédés d'une excursion faite dans cette île en 1845*. Paris : Victor Lecou Libraire, et Mme Arthus-Bertrand & Strasbourg, Derivaux, Libraire, pp. 3-56 (excursion). <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6527703s.texteImage>.
- Félix, Casimir de L'Église de (1868). *Souvenirs de la Corse, de 1852 à 1867: poème pittoresque dédié à la Corse*. Bastia: T.Ollagnier.
- Flaubert, Gustave (1983). *Voyage dans les Pyrénées et en Corse*. Paris: Entente (Impressions de voyage) (Paris: Albatros, 1987). http://promeneur-libre.raindrop.jp/litterature/pdf_fr/
- Forester, Thomas (1858). *Rambles in the island of Corsica and Sardinia*. With notices of their history, antiquities, and present condition. London: Longman, Brown, Green, Longmans & Roberts; <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1034800.image>; <https://archive.org/details/ramblesinland00thomgoog>
- Ghersi, Roland (2004). *James Henry Bennett (1816-1891) créateur de la station climatique et médicale de Menton*. Recherches Régionales Alpes-Maritimes et contrées limitrophes, 171, p 35-40.
- Gregorovius, Ferdinand (1855). *Wanderings in Corsica: Its History and Its Heroes*, volume 2. Edinburgh: Thomas Constable and C.°. <https://archive.org/details/wanderingsincors01greg/page/n5>. (volume 1, 1883, Bastia: Imprimerie et Librairie V° Eugène Ollagnier. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k480054z/f3.item>).

- Gregory, Desmond (1985). *The ungovernable rock. A history of the anglo-corsican kingdom and its role in Britain's mediterranean strategy during the revolutionary war (1795-1797)*. Associated University Presses, Inc.
- Hervey, Frederick Augustus (conde de Bristol) (1768). *Osservazioni d'un viaggiatore inglese sopra l'isola di Corsica*, Kindle Edition, 2014 (Travels through France and Italy, 1766); <http://gallica.bnf.fr/>. (<http://library.umac.mo/ebooks/b32293690.pdf>)
- Jaussin Louis-Armand e Robert de Vaugondy (1758-1759). *Mémoires historiques, militaires, et politiques sur les principaux évènements arrivés dans l'Isle & Royaume de Corse, depuis le commencement de l'année 1738 jusque à la fin de l'année 1741* (2 volumes). Lausanne: Marc-Mic Bousquet & Comp.
- Joanne, P. (1909). *La Corse*. Paris: Hachette.
- Lear, Edward (1870). *Journal of a Landscape Painter in Corsica*. London: Robert-John Bush; <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65582177.texteImage>,
- Liодet, Louise (1873). *La Corse à vol d'oiseau*. Nice: B. Viscont. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1028299/f32.image.texteImage>
- Lorrain, Jean (1905). *Heures de Corse*. Paris: E.Sansotet Cie. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k748833.image>.
- Lucchini, Paul (2007). *Ajaccio, station d'hiver (1868-1916)*. Ajaccio: Journal de la Corse.
- Luzi, Christophe (2017). «La Corse exaltée ou le désir d'Orient. Récits et impressions de voyage dans l'œuvre de jeunesse de Gustave Flaubert (1835-1840)», *Mediterran Tanulmányok*, pp. 69-78. Università di Corsica Pasquale Paoli. http://acta.bibl.u-szeged.hu/50004/1/mediterran_026_069-078.pdf.
- Luzi, Christophe (dir.) (2016). *La Corse des voyageurs: impressions et récits XVIII^e – XX^e siècles*, UMR CNRS 6240 LISA; Médiathèque Culturelle de la Corse et des Corses; Bibliothèque Universitaire. [ffhal-01682141f](https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01682141f)
- Luzi, Christophe (2016). *La Corse de Gustave Flaubert. Impressions de voyage (1835)*. Ajaccio: Editions Albiana.
- Marcaggi, Jean Baptiste (1898). *Les chants de la mort et la vendetta de la Corse*. Paris : Librairie Académique Didier Perrin e C^{ia}.
- Marchi, Valérie (comissária da exposição) (2009). *La Corse et le Tourisme de 1755 à 1960*. Musée de la Corse, Corte. <http://www.musee-corse.com/index.php/fre/Nos-expositions>
- Martinetti, Joseph (2007). *Géopolitique de la Corse*. Paris: A. Colin.
- Maupassant, Guy de (1869). «L'agonie de la Sémillante» in *Lettres de mon moulin*, <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6505253s/f138.image>
- Maupassant, Guy de (1883). «Une Vie» ou L'Humble Vérité. Gil Blas. Bibebook
- Maupassant, Guy de (1884). «Le bonheur», <http://maupassant.free.fr/textes/bonheur.html>
- Mérimée, Prosper (1829). «Mateo Falcone. Mœurs de la Corse», *La Revue de Paris*, Maio http://www.clg-chantemerle-corbeil.ac-versailles.fr/IMG/pdf/Mateo_Falcone.pdf
- Mérimée, Prosper (1840). *Notes d'un voyage en Corse*. Paris : Fournier jeune. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k102660n/texteBrut>
- Mérimée, Prosper (1840). «Colomba», *Revue des deux Mondes* e depois Magen et Comon; Colomba su.vi La Mosaïque et autres contes et nouvelles. Paris: Charpentier, Librairie Éditeur, 1862. [https://fr.wikipedia.org/wiki/Colomba_\(nouvelle\)#/media/File:MerimeeColomba.jpg](https://fr.wikipedia.org/wiki/Colomba_(nouvelle)#/media/File:MerimeeColomba.jpg)

- Montherot, M. de (1840). *Promenades en Corse: anecdotes, rencontres, conversations*. Paris: Maison Successeur d'Audin.
- Morlier, Hélène (2011). «Les Guides Joanne : invention d'une collection », *In Situ* [En ligne], 15 | URL : <http://journals.openedition.org/insitu/524>; DOI : 10.4000/insitu.524
- Murray, John (editor) (1868). *A handbook for travellers in the islands of Corsica and Sardinia*. London: J. Murray. <https://books.google.fr/books?id=FBgIAAAQAAJ&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>.
- Pellegrinetti, Jean-Paul (2001). « La Corse et la République : la vie politique de 1870 à 1914 ». Thèse pour le doctorat en histoire. *Revue d'histoire du XIXe siècle* [En ligne], 22|. URL: <http://journals.openedition.org/rh19/290>; DOI : 10.4000/rh19.290
- Pietra Santa, Prosper de (1864). *La Corse et la station d'Ajaccio: mission scientifique ayant pour objet d'étudier l'influence des climats sur les affections chroniques de la poitrine*. Paris: J. B. Baillière et fils. <http://bibliotheque-virtuelle.clermont-universite.fr/items/show/15137>
- Poli, Jean-Dominique (2007). *La Corse de Guy de Maupassant. Nouvelles et récits*. Ajaccio: Albiana.
- Pomponi, Francis e Silvani, Paul (1992). «Histoire d'Ajaccio». Ajaccio: La Marge Edition.
- Poncin, Jacques (2017). «Matisse à Ajaccio. 1898. Lumière et couleur révélées». Ajaccio: Ed. Alain Piazzolla.
- Renucci, Janine (1962). «La Corse et le tourisme», *Géocarrefour* 37-3, pp. 207-224.
- Rey, Didier (2016). *L'automobile à la conquête de la Corse 1897-1921*. Ajaccio: Alain Piazzola Eds.
- Rey, Didier (2017). «L'automobile, la Corse et le tourisme à la Belle Époque», *Cahiers de la Méditerranée*, 95: 277-293. URL: <http://journals.openedition.org/cdlm/9603>
- Reynaud, Charles (1853). «Un hiver en Corse. Récits de chasse et scènes de la vie des maquis » in *Revue des Deux Mondes*, 3, Paris, pp.118-146.
- Romain, Félix (conde de) (1824-1829). *Souvenirs d'un officier royaliste, contenant son entrée au service, ses voyages en Corse et en Italie, son émigration, ses campagnes à l'armée de Condé et celle de 1815 dans la Vendée*. Paris: A. Egron (1824) e L.-F. Hivert (1824-1829).
- Rotily, Jocelyne (2008). *Napoléon et moi: James McNeill Whistier en Corse (1901)*. Paris: Éditions ACFA.
- Saint-Fargeau, Pierre Augustin Eusèbe Girault de (1838). *Guide pittoresque du voyageur en France* (vol III, département de la Corse). Paris: Firmin Didot Frères. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5721050f.texteImage>
- Saint-Germain, Léonard de (1869). *Itinéraire descriptif et historique de la Corse*. Paris: Hachette. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k65639285>
- Sem autor (1739). *A General Account and Description of Corsica*. London: C. Corbett, at Addison's Head.
- Silvani, Paul (2005). *Train de Corse, train rebelle. La singulière histoire du chemin de fer insulaire*. Ajaccio: Albiana.
- Sterne, Laurence (1768). *A Sentimental Journey Through France and Italy*. <http://www.gutenberg.org/files/804/804-h/804-h.htm>.
- Tatasciore, Giulio (2013). «Il banditismo d'onore in Corsica nell'immaginario di viaggio francese (1815-1915)», *Diacronie* [Online], N.° 15, 3. documento 4. <http://journals.openedition.org/diacronie/442>; DOI : 10.4000/diacronie.442

- Timotei, Jacques Simon (2007). *Visiter Ajaccio. Entre passé et présent. Corsica Mea*, https://www.corsicamea.fr/ajaccio/visite_guidee.htm.
- Valery, Antoine-Claude Pasquin (1837). *Voyages en Corse, à l'île d'Elba et en Sardaigne*. Paris: Librairie de La Bourgeois-Maze, Éditeurs. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k208125g>.
- Vários (2006). *La Corse et le tourisme. 1755-1960. Voyager en Corse, du siècle des lumières au rush des années 60*. Catalogue de l'exposition du Musée régional d'Anthropologie de la Corse. Corte: Musée de la Corse.
- Vários (2017). *Napoléon III et la Corse. Notables du Second Empire*. Ajaccio : Albiana – Musée national de la Maison Bonaparte.
- Versini, Xavier (1964). *Un siècle de banditisme en Corse 1814-1914*. Paris: Les Editions de Paris.
- Vuillier, Gaston (1893). *Les îles oubliées. Les Baléares, la Corse et la Sardaigne. Impressions de voyage illustrées par l'auteur*. Paris: Librairie Hachette et Cia. <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k107260s/f6.image> (Corse: p. 221-362).

(Página deixada propositadamente em branco)

TURISMO E ESPAÇO: OS INSUMOS COMO ELEMENTO DE INTERPRETAÇÃO GEOGRÁFICA

Edna Maria Furtado

Departamento de Geografia da UFRN/Brasil

ed.furtado@hotmail.com

ORCID: 0000-0002-8166-4460

João Mendes da Rocha Neto

Programa de Pós-graduação em Administração Pública da UNB/Brasil.

jmdrn@uol.com.br

ORCID: 0000-0002-2306-992X

Resumo: Os estudos realizados pela geografia tendo o turismo como objeto têm ficado restritos aos efeitos resultantes da atividade quando de sua realização (momento da viagem), sem, no entanto considerar que por trás desse “acontecer” existe um conjunto de atividades que dão suporte desde o momento da venda do pacote, ao deslocamento, a hospedagem e durante a estada do turista. Tomando como espaço de referência Natal, cuja atividade turística desenvolvida desempenha um papel central no contexto do turismo estadual, o estudo proposto teve a intenção de identificar e analisar como os espaços dinâmicos da hinterlândia potiguar respondem a demanda por insumos que dão suporte a permanência do turista. Pretende-se, assim, que os resultados do estudo sejam capazes de demonstrar, não somente o alcance espacial das atividades que dão suporte ao turismo, mas que, sobretudo, possibilite inferir a qualidade dessas relações para as localidades fornecedoras. E mais, que a contribuição teórica possibilita o aperfeiçoamento e replicação da metodologia a fim de desvendar essa cadeia de atividades que dão suporte ao turismo,

que nem sempre surgem em decorrência direta da atividade, mas que vão se fortalecer em face dos fluxos de turistas. Por fim, pretende-se que o estudo seja um passo no diálogo entre o turismo e a geografia de forma aplicada, evidenciando, por instrumentos, esses efeitos, que aqui denominamos de “reversos” na cadeia produtiva que dá suporte ao turismo.

Palavras-chave: Turismo; Efeitos econômicos; Desenvolvimento; Natal; Rio Grande do Norte.

Abstract: The studies carried out by geography taking tourism as an object have been restricted to the effects resulting from the activity when it was carried out (time of travel), without, however, considering that behind that “happening” there is a set of activities that they support from the moment of the sale of the package, the displacement, the accommodation and during the stay of the tourist, taking as a reference space Natal, whose developed tourist activity plays a central role in the context of state tourism, the proposed study it was intended to identify and analyze how the dynamic spaces of the potiguar hinterland respond to the demand for inputs that support the traveler permanence. This is intended to enable the results of the study to be able to demonstrate not only the spatial extent of the activities that support tourism, but that, above all, make it possible to infer the quality of these relationships for localities from suppliers. And more, that the theoretical contribution enables the refinement and replication of the methodology in order to unravel that chain of activities that support tourism, which do not always arise as a direct result of the activity, but rather will be strengthened against the flows of travellers. Finally, the study is intended to be a step in the dialogue between tourism and geography applied, evidencing, by instruments, those effects, which we call here “reverse” in the productive chain that supports tourism.

Keywords: Tourism; Economic effects; Development; Natal; Rio Grande do Norte.

Considerações iniciais

Nos últimos anos, a constituição do turismo como campo do conhecimento multidisciplinar, que herda e integra outros campos já consolidados,

permitiu uma relação de apropriação mútua e, portanto, da geração de novas frentes de investigação para tais ciências. A relação com a geografia, embora não seja nova, dava-se de forma intuitiva, com estudos que se debruçavam sobre o fenômeno, mas que ainda tinham dificuldade de interpretar as relações existentes. Com a constituição do campo do turismo, a interpretação dos efeitos da atividade sobre o espaço geográfico amplia-se, pois novos estudos já não se verticalizam a partir de perspectivas isoladas, mas adquirem visões mais complexas e completas.

Dessa forma, o artigo ora apresentado pretende contribuir para a reflexão sobre o papel dos fluxos para a geografia e sua incorporação pelo campo do turismo por meio de um conjunto de investigações já realizadas na cidade de Natal-RN/Brasil, que focalizou os insumos para a rede hoteleira. Adicionalmente, pretende-se que a discussão incorpore as relevantes contribuições oferecidas pela Professora Fernanda Maria Delgado Cravidão com base nos dois campos do conhecimento (turismo e geografia) e que permitam a interpretação do fenômeno turístico a partir da sua complexidade.

O objeto de estudo possibilitou as aproximações conceituais e, portanto, a revisão bibliográfica que orienta o artigo e que se constitui no elo entre o debate teórico e os resultados apresentados. Cumpre destacar que a maior contribuição do artigo está na análise dessa espacialidade voltada para o turismo, por meio da identificação dos fluxos de insumos, denotando a intensidade e a localização das áreas fornecedoras, o que pode ser replicado para outras atividades e adaptado em novas investigações.

Assim, o artigo constitui-se de uma problematização que se alicerça teoricamente, para então estabelecer uma ponte com os suportes conceituais, posteriormente explícita, de forma breve, a metodologia utilizada e, na sequência, apresenta as reflexões sobre a espacialidade dos fluxos de suporte ao turismo, destacando-se que os mapas servem de suporte a tais análises. Por fim, são discutidos os desdobramentos da pesquisa em outros setores associados ao turismo e em outras cidades, utilizando-se a mesma metodologia.

Em busca do ponto de partida: o turismo e os fluxos que o sustentam

Nesta seção, a ideia é discutir a atividade turística procurando ultrapassar a leitura que predomina quanto à interpretação da sua potência somente a partir dos fluxos de turistas. Ou seja, procura introduzir as questões que estão por trás do acontecer da viagem, valorizando os fluxos que chamaremos de “fluxos de suporte”.

Apesar da ampla produção sobre o turismo, seja como fenômeno social, seja como atividade econômica, ainda persiste uma lacuna quanto ao aprofundamento do efeito multiplicador, de forma especializada. Embora visto como um campo que apresenta essa capacidade, as investigações sempre estão centradas nos números, mas não conseguem aproximá-los do espaço geográfico ou ir além da perspectiva descritiva das estatísticas.

Os estudos quase sempre analisam o momento em que ocorre a viagem e são poucas as pesquisas que se debruçam sobre fatores relevantes para a sua realização, tais como os insumos que viabilizam a permanência do turista. Dessa forma, conhecer quais são as regiões fornecedoras desses insumos se constitui em um aspecto central para entender qual o alcance do efeito transbordamento no aspecto espacial. Tal preocupação se insere no debate sobre a apropriação do espaço pelo turismo, entendendo que tal uso não se dá exclusivamente nas frações onde o turista se faz presente, mas vai muito além, indo ao encontro do que Santos (1986) denomina de circuito espacial ou territorial que se caracteriza pelo uso do território por setores produtivos e firmas.

Em tempos de globalização, esses circuitos espaciais tornam-se cada vez mais reveladores das dinâmicas que engendram o mundial na escala local e vice-versa, notadamente em face dos fluxos. Nesse sentido, Cravidão e Nossa (2017) discutem sobre o fenômeno percorrendo uma linha temporal que aponta para sua intensificação e massificação como mais um dos fenômenos sociais apropriados pelo capitalismo. Os autores pontuam: “[...] a importância econômica que a atividade turística assume, do local ao global, criou e cria expectativas que são registradas no discurso político, nos planos estratégicos de desenvolvimento, nos agentes econômicos, na comunicação social, nas populações [...]” (Cravidão

& Nossa, 2017, p. 538). Portanto, trata-se de uma atividade que, a partir do “acontecer”, mobiliza outros tantos setores, que, ao mesmo tempo, são evidentes, mas também invisibilizados nos estudos, a exemplo dos fluxos de suporte, como alimentação e outros produtos que viabilizam a permanência do visitante de acordo com os padrões de exigência.

A racionalidade do capital, considerando o seu maior princípio, o lucro, não se diferencia no turismo em relação à atuação das grandes corporações, notadamente no campo da hospedagem, do transporte e do receptivo. Isso acaba por se refletir nas atividades que gravitam em torno dos setores centrais e nisso residem tais flutuações quanto aos fluxos de insumos, o que se justifica pelas palavras de Silveira (2009, p. 1): “Para a ampliação da circulação do capital há necessidade de diminuição dos custos de produção e de serviços [...]. O aumento da velocidade, da quantidade e da seletividade dos fluxos são expressões claras das novas demandas corporativas”.

Nesse processo, a identificação dessas redes que viabilizam a atividade não é de fácil apreensão, uma vez que os fluxos são modificados a cada momento em face de um conjunto de fatores, que pode ir do preço de tais insumos a aspectos relacionados à qualidade dos produtos, ou ainda devido a razões que asseguram a frequência do fornecimento. Desse modo, a dificuldade de apreensão dos fluxos deve ser a razão para as investigações científicas se sentirem desafiadas, considerando que, ao discutir o turismo, seja na esfera pública, seja na esfera privada, o discurso que o associa ao desenvolvimento ainda está centrado no resultado dos gastos efetivados durante o deslocamento do turista, mas necessita ser ampliado para melhor qualificar o efeito multiplicador.

Ressalte-se que as discussões sobre o efeito multiplicador centram-se nos ganhos advindos da estruturação dos lugares para o turismo e dos serviços consumidos diretamente pelo turista (Lage & Milone, 2001), mas deixa escapar os insumos que sustentam esses produtos imediatos. Logo, os estudos ainda são insuficientes para aferir o transbordamento de tais atividades, revelando uma visão ainda ambígua quanto aos ganhos originados pelo turismo.

No caso do Brasil, o único estudo desenvolvido em larga escala voltado para tal questão se desenvolveu no Distrito Federal, o que denota ainda um longo

caminho a se percorrer nas pesquisas que desejam comprovar e/ou refutar o efeito multiplicador, bem como o espraiamento espacial da economia do turismo ou do circuito espacial produtivo da atividade. Nesse sentido, Castillo (2010) destaca que o circuito espacial produtivo pode ser apreendido pela dinâmica dos fluxos e pelos embates entre a lógica das redes e a lógica territorial.

Para além dessa abordagem alicerçada no turismo, o debate sobre fluxos na geografia ainda encontra-se aprisionado na esfera conceitual e pouco tem avançado para estudos aplicados que possibilitem uma interpretação do território por meio dessa rede de relações, principalmente quando se trata de analisar os insumos que dão suporte às atividades econômicas que presidem lógicas territoriais.

Fluxos na geografia: uma contribuição à interpretação para o campo do turismo

Nesta seção, a intenção é associar o debate já existente na geografia, notadamente na geografia econômica, ao turismo, enfatizando como os fluxos também são partes constituintes da totalidade e, portanto, colaboram com a constituição de espaços especializados, ou turistificados, mas não se reduzem a eles, corroborando o entendimento que há, sim, um circuito espacial que sustenta a atividade e que está fora do alcance das lentes dos turistas e, muitas vezes, dos pesquisadores.

O paradigma teórico da geografia ampliou sobremaneira os modelos estatísticos e a sua expressão no espaço, sendo os fluxos uma dessas muitas possibilidades. Nesse sentido, ainda hoje, algumas dessas contribuições seminais servem direta ou indiretamente para a interpretação dos fenômenos territoriais, mesmo que a abordagem seja alicerçada nas novas escolas da geografia. Da mesma forma, essa visão dos fluxos orienta estudos técnicos e políticas públicas, sendo um dos melhores exemplos o clássico trabalho de Christaller (1966), com sua teoria dos lugares centrais.

A tradicional geografia econômica se debruçou sobre a espacialização do setor agrícola com Von Thunen (1966) e seus círculos concêntricos que se distribuíam no entorno de mercados urbanos conforme a necessidade e intensidade da demanda. Da mesma forma, Perroux (1978) analisou questões relacionadas à localização do setor industrial. Esses e outros estudiosos da economia e da geografia, na sua vertente econômica, deixaram legados para as interpretações contemporâneas. No entanto, no setor de serviços e, mais particularmente, nas ditas atividades que se modernizam nas últimas décadas, ainda persiste uma lacuna quanto ao entendimento dessa espacialização.

Portanto, a contribuição dos estudos que procuravam espacializar atividades e entender sua localização com base nos fluxos, permanece relevante nos dias atuais, reconhecendo, no entanto, que tais expressões no território já não são simples, o que reclama um maior esforço teórico para sua interpretação e análise. Nesse sentido, destacamos a contribuição de Santos ao afirmar:

Os fluxos são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo. Desse modo, as categorias clássicas, isto é, a produção propriamente dita, a circulação, a distribuição e o consumo, podem ser estudados através desses dois elementos: fixos e fluxos. (Santos, 1991, p. 77)

Nesse contexto, vale salientar que o turismo se expressa nos fixos, ora em forma mais pura, nas áreas vocacionadas à atividade, que passam por intenso processo de turistificação; ora em forma mais diluída, notadamente quando se trata de espaços onde o turismo coexiste com outras atividades. De todo modo, a atividade turística se constitui em um fenômeno que se espalhou pelo mundo, diversificando seus “produtos”, mas com poucas mudanças na lógica que orienta o sistema capitalista. Ou seja, ela é dominada pelas grandes corporações e pelo *marketing* dos lugares na busca pela ampliação dos mercados e pela expansão de lucros. Sharpley & Telfer (2002) destacam que se trata de uma fase neocolonialista, visto que o turismo internacional se globaliza como

atividade, mas é controlada por poucas corporações localizadas nos países do capitalismo mundial.

A trajetória de expansão e transformação do turismo em mais uma das atividades que integram o processo de globalização constituiu um ambiente complexo de fluxos, seja de turistas, seja de produtos, seja do capital gerado em face dos lucros da atividade. No entanto, os estudos que analisam a potência do setor ainda se limitam ao primeiro aspecto, ficando o segundo e terceiro ainda invisíveis aos estudiosos. Cabe destacar que o terceiro aspecto não representa um grande desafio, considerando que talvez seja a rede mais lógica de se entender, pois se orienta pelos lucros auferidos pelo planeta e repatriados aos países sedes das corporações que atuam no setor. A complexidade maior reside na identificação dos fluxos de insumos, que são muito diversificados, seja pela localização, seja pelo porte do estabelecimento, seja pelo(s) segmento(s) preferenciais do destino, seja pelos critérios de qualidade da organização empresarial, etc.

Assim, a crescente complexidade dos fluxos e, portanto, a constituição de múltiplas redes em escalas distintas e com pontos nodais diversos, impõe uma agenda de pesquisa que interprete esses fluxos e entenda como eles viabilizam a atividade turística, bem como se refletem no espaço geográfico. Sobre a importância de se entender o papel das redes, Santos (2012, p. 265) destaca: “Suas redes são a retícula indispensável, que serve, ao fim das contas, para estruturar o conjunto das atividades econômicas [...]”.

Logo, a apreensão do espaço onde o turismo se realiza deve, necessariamente, reconhecer que os fluxos de natureza diversa são parte de múltiplas redes que ora se tangenciam, ora se distanciam na efetivação da viagem. Em contrapartida, esse ambiente reticular também pode ser uma única rede, a depender do esforço teórico e interpretativo que se faz. Nesse sentido, que os ditos fluxos invisíveis, a exemplo dos insumos de suporte à viagem, ainda não são percebidos como parte desse todo.

Os fluxos espacializados e a economia do turismo em Natal/RN-Brasil

Como já fora destacado, a inquietação por desenvolver a pesquisa decorre da constatação de uma ampla produção que analisa o turismo a partir daquilo que o turista consome, sem ir em busca dos fornecedores que, na maior parte das vezes, estão invisibilizados em face das atividades de hotelaria, alimentação, passeios e locação de automóveis, constituindo-se como uma forma de intermediação daquilo que é necessário ao turista. Nesse sentido, Ferreira & Ikeda (2012) pontuam que o serviço hoteleiro é um produto intermediador, já que não produz bens, mas pode contribuir para o desenvolvimento de atividades que complementam o turismo nas suas diversas modalidades.

Portanto, ao entender que Natal se constitui em um dos principais polos de turismo de sol e mar do Brasil, a pesquisa optou por conhecer os insumos que sustentam a hotelaria, de porte diversificado, localizada na área turistificada da cidade. Embora os resultados pudessem ser customizados pelo tamanho do estabelecimento, ou por sua natureza (pousada, hostel ou hotel), optou-se pela agregação com a finalidade de entender até onde alcança essa rede de fluxos que sustenta a permanência do visitante na capital potiguar.

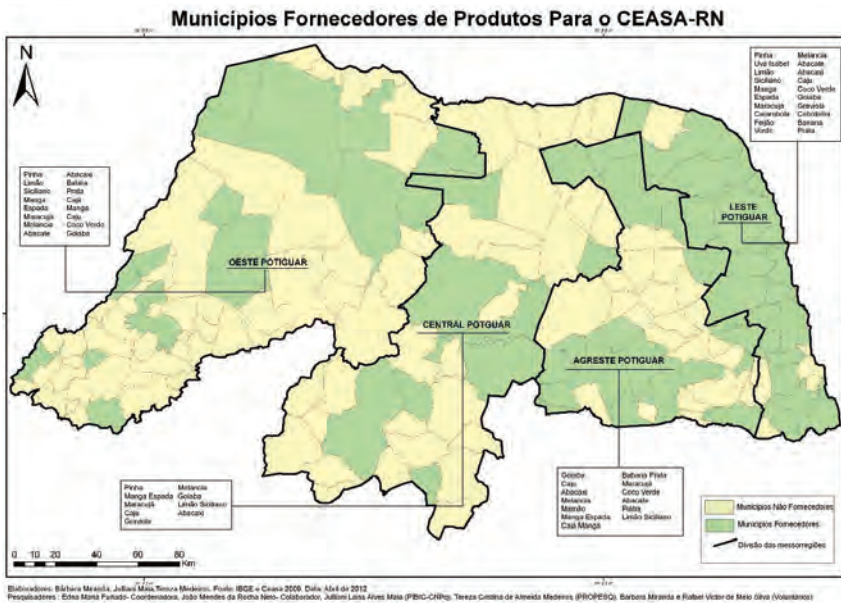
Dessa forma, procurou-se entender tudo aquilo que era necessário ao funcionamento cotidiano de um estabelecimento de hospedagem, entendendo que isso varia em face do porte e do segmento atendido, bem como da maturidade da organização. Isso resultou em um instrumento que investiga a origem e a frequência de fornecimento dos produtos¹, que vão de alimentação a enxoval, passando pelo mobiliário e alcançando a mão de obra empregada. O universo da pesquisa se desenvolveu em 13 estabelecimentos, que vão de hotéis de grande porte e de redes globais a pousadas que são geridas por empresários locais na modalidade de empreendimento familiar.

¹ Contendo mais de 90 itens, o instrumento abrangeu quadro funcional (naturalidade da mão de obra), produtos de consumo (embalagens, produtos descartáveis) e produtos alimentícios (carnes, sorvetes, pães) quanto à procedência e frequência de aquisição, utensílios domésticos (televisão, lençóis), cozinha especializada, até a natureza dos serviços contratados (empregos diretos ou terceirizados).

Um aspecto que o mapa permite visualizar é que, embora a rede tenha longo alcance, a distância ainda é um fator determinante para que os laços sejam mais intensos, considerando que os estados mais distantes contribuem com poucos produtos, ficando os mais próximos com a maior parte do fornecimento, em face da perecibilidade desses alimentos.

Como se pode verificar na Figura 1, no estado do Rio Grande do Norte, não são discriminados produtos, pois a pesquisa optou por tratá-los como uma das escalas de análise e, nesse sentido, o mapa que segue (Figura 2) espacializa os municípios do estado que são fornecedores dos mesmos produtos apresentados no mapa do Brasil.

Figura 2 – Origem dos alimentos, segundo a Mesorregião do RN



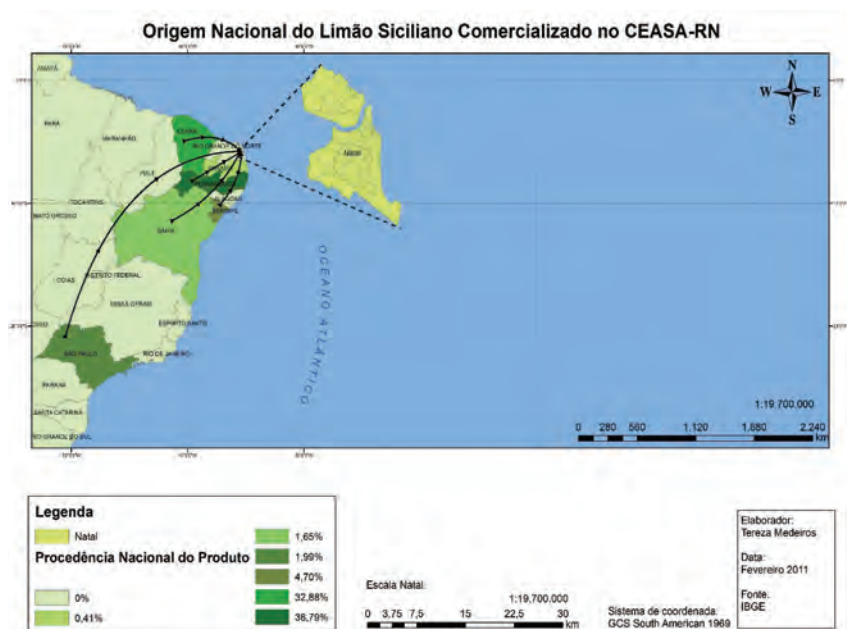
Fonte: Pesquisa de campo, 2012.

Ao se analisar as áreas que fornecem legumes e frutas no estado, observa-se um padrão similar ao da escala nacional, uma vez que as regiões adjacentes a

Natal são as grandes fornecedoras e aquelas mais distantes contribuem com produtos menos perecíveis. Isso ocorre notadamente em relação às áreas do Oeste potiguar, sobretudo da produção oriunda dos polos de fruticultura. Destaca-se que na Mesorregião do litoral potiguar o único município que não fornece produtos é Tibau do Sul, onde está localizado o segundo polo de turismo do estado, a praia de Pipa, o que permite inferir que se trata também de um polo de consumo e que sua produção circula pela localidade.

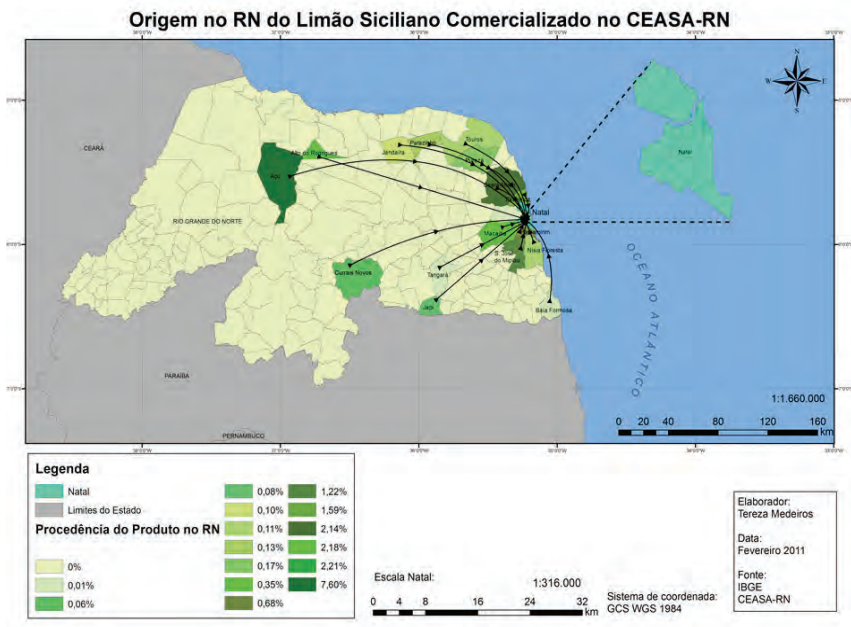
Além dessas demonstrações que sintetizaram os fluxos, a pesquisa demonstrou, ainda, por meio de cartogramas específicos, a rede de determinados produtos, tanto na escala nacional como na escala estadual, conforme se verifica na sequência de mapas, que tiveram o limão siciliano como foco (Figuras 3 e 4).

Figura 3 – Origem do limão siciliano, segundo a Unidade da Federação, Brasil



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Figura 4 – Origem do limão siciliano, segundo o município do RN



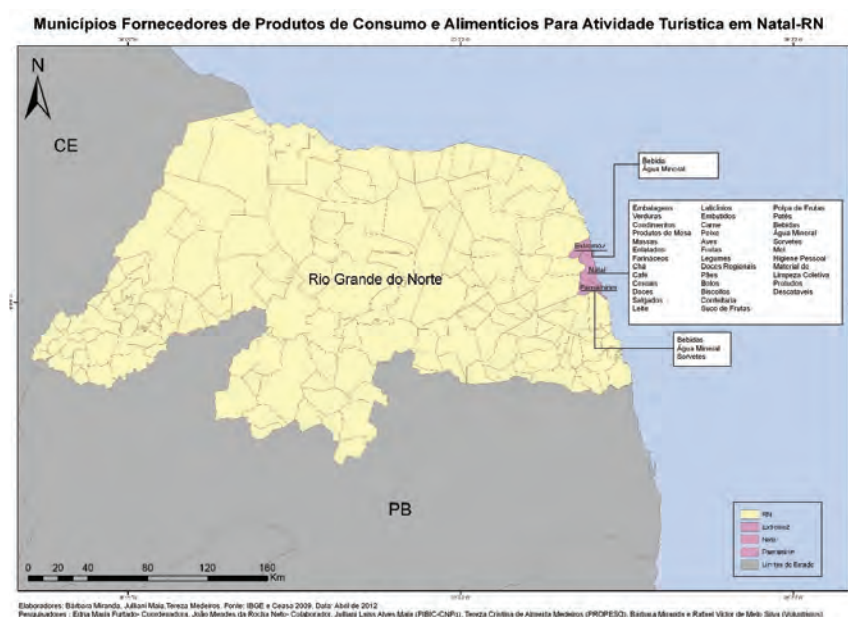
Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

A comercialização do limão siciliano é um caso de rede de longo alcance, pois não se trata de uma fruta de alta perecibilidade, por isso, alguns dos estados fornecedores ficam a milhares de quilômetros do RN, como é o caso de São Paulo e mesmo de regiões da Bahia. Nesse caso, o padrão nacional se replica na escala estadual, como já pode ser observado nas Figuras 1 e 2, que sintetizam frutas, legumes e verduras. É importante observar que, nessas representações cartográficas, já aparecem percentuais relativos à participação de cada localidade na totalidade do mercado de determinado produto. Isso, portanto, permite compreender a intensidade da rede em relação a pontos específicos do território nacional e potiguar.

Quando a escala de análise espacial se limita à Região Metropolitana (RM) de Natal, verifica-se que boa parte dos produtos de origem industrial é adquirida nos grandes atacadistas da cidade e em seus municípios limítro-

fes, o que não quer dizer necessariamente que neles sejam produzidos. Esse fator já evidencia uma divisão territorial que reforça a posição hegemônica da capital do estado como fornecedora de produtos já processados e com valor agregado, ao contrário das cidades do interior, que são fornecedoras de alimentos *in natura* (Figura 5).

Figura 5 – Origem de produtos diversos, segundo o município da RM de Natal-RN



Fonte: Pesquisa de campo, 2011.

Como já fora dito, a Figura 5 é uma escala intermediária de análise e compreende a totalidade dos produtos demandados pelos estabelecimentos hoteleiros e transacionados em Natal. Quando tratamos dos mesmos insumos em escala nacional, verifica-se um padrão inverso ao dos produtos alimentícios *in natura*, confirmando que o país depende enormemente da região Sudeste quando se trata de bens industrializados, conforme se pode verificar na Figura 6.

Figura 6 – Origem de produtos diversos, segundo a Unidade da Federação, Brasil



Quando se faz a análise por estabelecimento, tais mapas, por vezes, aproximam-se, em outras, apresentam particularidades. Especificamente, as grandes cadeias, ao fazerem suas aquisições de enxovais e até de mobiliário, seguem padrões e, portanto, algumas dessas compras são realizadas em São Paulo ou mesmo na Espanha ou em Portugal, como é o caso das cadeias Sehrs e Pestana, respectivamente.

Dessa forma, tais hotéis possuem uma cadeia de fornecedores muito mais ampla e complexa em face de suas demandas, pois atendem grupos mais seletos e também se constituem em unidades de organizações globais do setor, com lógicas particulares, conforme destacado por Furtado (2008, p. 73): “[...] no processo que conecta serviços avançados [...] em uma rede global, se verifica intensidade diferente e em diferentes escalas, dependendo

da relativa importância das atividades localizadas em cada área e sua relação com a rede global”.

No caso específico, verifica-se mais uma das possibilidades da pesquisa, ou seja, o corte por um único estabelecimento, bem como pelo seu porte e natureza, pois se trata de um hotel grande e que integra uma organização hoteleira global. Percebe-se, portanto, que, nesses casos específicos, a única forma de aproximação (e aquisições) de produtos tradicionais do lugar se dá pelos adereços que decoram o estabelecimento.

Nesse sentido, os mapas anteriores foram um recurso para evidenciar as muitas possibilidades de uma pesquisa dessa natureza, que podem espacializar em distintas escalas e identificar a complexidade da rede, seja a partir do estabelecimento de hospedagem, seja pelo porte diferenciado, seja pelo agregado dessas unidades. Esse pode ainda ser um recurso que demarque um produto específico para localizar suas áreas fornecedoras, bem como estimar a intensidade da participação na rede.

Ampliação da espacialidade do turismo para além dos hotéis e de Natal

A intenção desta seção é sinalizar para a ampliação da metodologia para outros setores, como restaurantes e outras realidades, a exemplo de Coimbra, em Portugal, conferindo a possibilidade de aplicar os instrumentos e construir novas interpretações, seja em estudos de caso, seja em pesquisas comparativas, que também podem se prestar a distintos propósitos. A proposta dessa parte que antecede a finalização do artigo reside em apresentar, de forma breve, como a metodologia da espacialização pode ser replicada em outras localidades, bem como em outros serviços, que, de forma complementar à hotelaria, integram o produto vendido ao turista, a exemplo dos restaurantes e locadoras de veículos.

Os mesmos cortes, por estabelecimento, foram feitos considerando três categorias, a saber: charme, baixo custo e intermediário, o que igualmente possibilitou identificar similitudes e especificidades em relação à categoria e a

determinados produtos. Da mesma forma que em Natal, a pesquisa evidenciou aspectos interessantes e perspectivas diversas para analisar a rede de Coimbra, seja a partir de determinados produtos, seja pela categoria/natureza do estabelecimento, configurando uma rica geografia dos insumos. Nessa perspectiva, entende-se que:

[...] o turismo possui interfaces, disponibilizando inúmeras possibilidades de estudo e abordagens. Mas essa miríade de oportunidades de análise, algumas vezes, levanta realidades à parte, ou seja, mostram somente um efeito produzido pela atividade turística, de forma localizada, não revelando seus efeitos para as áreas que fornecem insumos para sua reprodução (Furtado, Cravidão & Rocha Neto, 2013, p. 18).

No mesmo caminho, a pesquisa de Natal ampliou seu escopo em direção aos restaurantes frequentados pelos turistas na cidade e igualmente possibilitou identificar uma complexa rede de fornecedores a depender do tamanho do estabelecimento, bem como da especialidade. Na fase de investigação dos estabelecimentos de alimentação, adaptou-se o instrumento e a aplicação, o que resultou em uma base de dados que igualmente especializou os insumos que oferecem suporte ao setor. A Figura 8 demonstra que os restaurantes especializados em frutos do mar consomem produtos vindos de grandes distâncias, como é o caso das ostras e dos mariscos de Santa Catarina e do Paraná e também dos estados vizinhos ao Rio Grande do Norte. Já na escala estadual, boa parte do pescado origina-se do entorno de Natal, em municípios litorâneos de forte tradição na pesca e onde se encontram grandes colônias de pescadores.

O exercício das diversas escalas foi similar ao realizado na pesquisa dos estabelecimentos hoteleiros, bem como aponta para a participação das localidades no volume total. Isso permitiu alguns achados, que revelam a expressividade do estado de Pernambuco como fornecedores do pescado, respondendo por cerca de 40% do total, ultrapassando até a cidade de Natal que fornece 20% do total de frutos do mar consumidos nos restaurantes da amostra.

Em alguns casos, a aquisição se dá em fornecedores locais e nacionais, mas também, fora do país, sobretudo quando se trata de produtos mais sofisticados dos quais o Brasil ainda carece de reconhecimento, a exemplo dos vinhos.

É possível que, entre os vinhos adquiridos em Natal ou em São Paulo estejam aqueles de origem europeia – portugueses, espanhóis, italianos, franceses, alemães – países que não foram mostrados, por não se tratar de uma aquisição direta com as vinícolas produtoras, ao contrário dos vinhos sul-americanos.

Cumprir destacar que a mesma pesquisa ocorreu em Coimbra/Portugal e possibilitou igualmente evidenciar uma complexa rede de fornecedores para estabelecimentos hoteleiros da cidade. No caso específico de Coimbra, observou-se uma estrutura reticular que, ora se assemelha ao caso de Natal, ora apresenta algumas particularidades, notadamente pela divisão do trabalho encontrada no continente europeu.

Desse modo, verificou-se a ruptura do padrão local, indicando que áreas mais longínquas de Portugal, como o Algarve, participam de forma considerável, denotando mudanças conforme o segmento em análise. Ainda com relação a tais produtos, observou-se a aquisição para além das fronteiras do país, notadamente quando se trata de frutas tropicais compradas de países da América do Sul ou do continente africano (Furtado & Cravidão, 2014). Dessa pesquisa, resultaram outras representações cartográficas, que incluíram origem de outros produtos, e até mesmo da mão de obra. Com isso, foram feitos avanços no sentido de entender como hotéis que atendem segmentos distintos de hóspedes adquirem seus insumos. Para além disso, a pesquisa estendeu-se à Figueira da Foz, estudando um caso particular de estabelecimento hoteleiro.

Do que se produziu até o presente momento com base na metodologia, identifica-se a necessidade de mais aprofundamento e qualificação das informações, seja por estabelecimento, seja por produto, já que até o momento a pesquisa trabalhou de forma agregada, o que ainda não se mostra suficiente para alcançar a complexidade do objeto. Nesse sentido, concordamos com Martins (2016) ao alertar que se deve evitar a construção de uma geografia do turismo de viés utilitarista e alicerçada somente em estatísticas e técnicas que não consigam alcançar a essência dos fenômenos e suas repercussões territoriais.

Portanto, não se tratou de um recurso de sistematização de dados e aplicação deles sobre mapas, mas de uma possibilidade de, partindo dessas lógicas espaciais, entender até onde podem ir os transbordamentos de determinadas atividades econômicas. Ademais, buscou-se compreender seus reflexos no desenvolvimento dessas distintas frações do território que tomam parte nessas redes de fornecedores de insumos.

Considerações Finais

Analisar a rede de insumos que oferecem sustentação ao turismo, no momento do “acontecer”, evidenciou uma trama de lugares que se conectam, mas ainda se constitui em um aspecto pouco analisado, tanto pela geografia como pelo turismo e pela economia. No caso específico, verificou-se que, para que os turistas tenham suas necessidades elementares atendidas nos estabelecimentos hoteleiros e nos restaurantes, mobiliza-se uma considerável logística que lhes dá apoio.

A pesquisa sobre a espacialidade turística, no contexto econômico do Rio Grande do Norte, apontou múltiplos meios para estudá-la, com recortes diversos, a partir do porte dos estabelecimentos, da origem de seus fornecedores, além de outros perfis possíveis de serem delimitados. Dessa rede, participam atividades complementares que estão diretamente relacionadas ao turismo, e outras que não estão associadas ao setor, mas que, em face de sua evolução, acabam sendo demandadas, ampliando a complexidade espacial desse arranjo. Nessa perspectiva, quanto maior for o estabelecimento, mais amplo será o alcance de sua rede, conforme restou demonstrado na pesquisa.

Ademais, a organização dos fluxos de insumos permitiu compreender a lógica espacial que se estabelece, pautada pela maximização de lucros e diminuição de custos, bem como possibilitou a análise do limitado efeito multiplicador da atividade turística. Em contrapartida, verificou-se que os estudos relacionados à economia do turismo ainda carecem de ampliar as pesquisas sobre esses fluxos de insumos, possibilitando uma qualificação do debate em torno dos efeitos do transbordamento.

O estudo serviu para se contrapor a literatura que trata do turismo, bastante matizada pelo viés econômico, que sustenta uma posição acrítica da atividade, sob o argumento dos seus efeitos multiplicadores. Percebeu-se a necessidade de qualificar esse debate a fim de evidenciar a diferenciação entre essas localidades turísticas, demonstrando que nem sempre tais efeitos se manifestam ou ocorrem com a intensidade propalada.

O fato é que o turismo possui interfaces, a partir de inúmeras possibilidades de estudo e abordagens. Mas essa miríade de oportunidades de análise, algumas vezes, levanta realidades à parte, ou seja, mostram somente um efeito produzido pela atividade turística, de forma localizada, e encontra limitações para revelar a intensidade de seus transbordamentos para as áreas que fornecem insumos para sua reprodução.

Adicionalmente, a metodologia apresentada requer o aperfeiçoamento, no sentido de desvendar algumas particularidades que o presente estudo não alcançou. Esse caráter aberto da proposta pode ser o caminho para novas interpretações e qualifica as análises que envolvem a relação do turismo, no tempo e no espaço.

Por fim, deve ser esclarecido ao leitor que esta pesquisa não pretendeu esgotar ou limitar o estudo do turismo em geografia, ou da geografia do turismo, mas colaborar na discussão da relação que se estabelece entre a atividade e o espaço. Com isso, intenta-se revelar a riqueza das representações cartográficas, abrir espaço para outras análises, no futuro, possibilitando um diálogo mais qualificado desses campos do conhecimento.

Referências bibliográficas

- Castillo, R. (2010). Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade e Natureza*, Uberlândia.
- Christaller, W. (1966). *Central Places in Southern Germany*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Cravidão, F.; Nossa, P. (2017). O turismo, o turista e o território: uma nova centralidade para a geografia? In: Cravidão, F; Cunha, L.; Santana, P.; Santos, N. *Espaços e tempos em geografia: Homenagem a Antônio Gama*. Coimbra: [s.n.].

- Ferreira, L. B.; Ikeda, A. A. (2012). Estratégias de segmentação de hotéis para o marketing BtoB: um estudo em São Luís/MA. *Revista Turismo em Análise*, 2, 380-407.
- Furtado, E.; Cravidão, F. (2014). A espacialização dos insumos no turismo: proposta de uma leitura metodológica aplicada aos fluxos nos casos de Coimbra e Figueira da Foz, em Portugal. *Cadernos de Geografia*, Coimbra: FLUC, 33, 123-132.
- Furtado, E.; Cravidão, F.; Rocha Neto, J. M. (2013). A espacialização dos insumos do turismo: proposta de uma leitura metodológica aplicada aos fluxos. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 10., Caxias do Sul, 2013. *Anais [...]*. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul.
- Furtado, E. M. (2008). *A onda do turismo na Cidade do Sol*: reconfiguração urbana de Natal. Natal: EDUFRN.
- Lage, B. H. G.; Milone, P. C. (2001). Fundamentos multidisciplinares do turismo: economia do turismo. In: Trigo, L. G. *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac, 151-176.
- Martins, L. (2016). *Geografia do turismo*: linhas de enquadramento e tendências de evolução. Coimbra: FLUC.
- Perroux, F. (1978). O conceito de polo de crescimento. In: Faissol, E. (Org). *Urbanização e Regionalização*. Secretaria de Planejamento da Presidência da República.
- Santos, M. (1986). Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: Souza, Maria Adélia Aparecida de; Santos, Milton. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 121-134.
- Santos, M. (1991). *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, M. (2012). *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP.
- Sharpley, R.; Telfer, D. (Ed.). (2002). Tourism & development: concepts and Issues. *Channel View Publications*, 265-299.
- Silveira, M. L. (2009). Logística, sistemas de movimento, fluxos econômicos e interações espaciais no território paulista: uma abordagem para a geografia dos transportes e circulação. *Scripta Nova*, v. 13. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/70921>. Acesso em: 11 maio 2019.
- Von Thunen, J. H. (1966). *The isolated state*. Oxford: Pergamon Press.

(Página deixada propositadamente em branco)

MEMÓRIAS E INSCRIÇÕES GEOGRÁFICAS DE UMA VIAGEM A *ELLIS ISLAND* (NOVA IORQUE)¹

João Luís J. Fernandes

Departamento de Geografia e Turismo

Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

CEIS20/CEGOT

jfernandes@fl.uc.pt

Resumo: A viagem é fundamental na cidadania e na formação do geógrafo. De algum modo, todas deixam uma marca porque todos os lugares têm um significado diferente. Enquanto território de paragem e de espera, Ellis Island representa um mundo regulado e um espaço geográfico rugoso. Como barreira, esta ilha na baía de Nova Iorque antecipa o medo que hoje condiciona muito da Geografia mundial. Por isso, visitar Ellis Island não foi apenas um regresso ao passado, mas também uma antecipação do futuro.

Palavras-Chave: Viagem; Migrações; Fronteiras; Territórios de Espera.

Abstract: Traveling is a valuable learning experience for citizens and geographers. Since all places have a different meaning, in some ways all travel is relevant. As a stopping and a waiting territory, Ellis Island represents a regulated world and a rugged geographical space. As a barrier, this island in Upper New York Bay anticipates the fear that is shaping much of contemporary world

¹ Viagem efetuada em junho de 1999 com a Professora Doutora Fernanda Cravidão, a quem agradeço o incentivo para olhar também para o mundo que está para além das nossas fronteiras.

geography. So, visiting Ellis Island was not only a return to the past but also an anticipation of the future.

Keywords: Travel; Migrations; Frontiers; Waiting Territories.

“Existe hoje uma cultura planetária que promove novas relações com o tempo, com o passado, com o território, com o património. Esta cultura apela a experiências, a uma atração quase nostálgica, a uma identidade social e territorial. As férias de matriz familiar desapareceram e recriam-se neste contexto novas identidades. Os sítios, os lugares, os territórios, adquirem dimensões simbólicas” (Cravidão, 2011, p. 35)

Para os geógrafos e para o cidadão em geral, nenhuma viagem é neutra. Todas condicionam os mapas mentais e se inscrevem na relação do viajante com o espaço. Para a participação num congresso da *IGU Commission on Dynamics of Marginal and Critical Regions*, em junho de 1999 deslocámo-nos a Albuquerque, capital do Novo México, no sul dos Estados Unidos da América. Neste território de fronteira sentiu-se o cruzamento identitário entre a Europa anglossaxónica, a influência hispânica e um mosaico de grupos étnicos minoritários. A experiência nesta paisagem cinematográfica deu suporte empírico a temas depois trabalhados a partir de obras como a de Cosgrove (2008), que nos remetem para as assimétricas relações de poder entre as culturas hegemónicas e as alternativas, entre as territorialidades mais afirmativas e aquelas mais condicionadas pelas estruturas económicas, sociais e políticas dominantes.

Esta última dimensão foi depois equacionada a partir dos trabalhos de Rogério Haesbaert, em particular *O Mito da Desterritorialização* (2004), que em muitos aspetos se associou ao que se sentiu nesta paisagem híbrida do Novo México, em particular o confinamento territorial e a marginalização social de algumas comunidades étnicas com menos poder económico e político e níveis mais elevados de vulnerabilidade social.

A visita a Albuquerque deu-nos bases para melhor entendermos o trabalho de Mácha (2013) mais tarde discutido pelo próprio autor em Coimbra, no

âmbito de uma missão Erasmus. Para este geógrafo, a paisagem cultural do Novo México é uma construção política e alguns dos fluxos turísticos daquela região são apropriados pelos grupos não hegemónicos: estratégias como a seletividade no acesso, a autorização e o controlo *in situ* da entrada de turistas em determinados lugares, desafiam o ordenamento do Estado Federal e revelam o turismo como um instrumento de *empowerment* e afirmação das comunidades locais.

Nesta experiência por um Novo México que se notou territorialmente fragmentado e segregado, a passagem por Santa Fé, um topónimo que o cinema tornou familiar, revelou-nos uma cidade com sinais de gentrificação. As galerias de arte e a residência de celebridades do *star system* norteamericano pareceram estar entre os fatores que terão levado ao enobrecimento urbano.

Esta viagem começou mais a norte, em Queens (Nova Iorque), numa escala mais demorada que, a partir de um dos nós da globalização (o aeroporto JFK – John F. Kennedy), permitiu a visita e o contacto com a cidade.

Pouco se vai acrescentar sobre o espaço urbano novaiorquino e nada se dirá sobre geossímbolos como *Manhattan*, a *Times Square* ou o *Central Park*, fragmentos de uma paisagem cosmopolita hipermoderna, tecnológica e cinematográfica que em muito tem orientado os nossos olhares sobre os quotidianos, os ritmos e as espacialidades urbanas que expressam um determinado modelo social e económico. Também não se discutem aqui as formas e os significados da projeção vertical do construído nem o perfil do *skyline* desta cidade global (Baudrillard, 1989).

Importa, no entanto, referir que Nova Iorque foi ponto de partida e território de difusão do povoamento europeu e de outras regiões do mundo, que se dispersou pelos EUA. Como nos mostrou Ward (2004), nesta cidade seduziram-se os recém-chegados e aplicaram-se os princípios do marketing territorial. Quando pisaram solo americano, os migrantes ficaram expostos a mensagens apelativas que os induziram a continuar viagem para os espaços representados como devolutos nas planícies centrais, no oeste e no setor meridional do país, algures nos caminhos do *Santa Fé Trail*, estabelecido em 1822 (Cordry, 1915), e no percurso da futura *Route 66* (Dedek, 2007), traçada já nas primeiras décadas

do século XX, vias históricas com as quais nos cruzámos na viagem realizada pelo Novo México em 1999.

Sob o ponto de vista demográfico, Nova Iorque foi uma plataforma giratória que contribuiu para o *state making* dos EUA, um Estado que ganhou hegemonia e protagonismo mundial em particular após a I Guerra Mundial. Numa visita turística convencional, faz-se o percurso inverso ao dos fluxos migratórios. Primeiro entra-se na cidade e só depois em *Ellis Island*.

A partir de *Battery Park*, uma viagem de barco com a duração de poucos minutos transporta os passageiros ao largo da Estátua da Liberdade. O percurso expõe o perfil verticalizado de *Manhattan*, em 1999 ainda com as torres duplas do *World Trade Center*, alvo de ataques terroristas passados pouco mais de dois anos. Esta perspectiva mostrou-nos um cenário que iria marcar a geopolítica global, um horizonte irrepetível e uma paisagem urbana efémera, com frequência sujeita a transformações disruptivas aceleradas (Figura 1).



Figura 1 – *Skyline* de Nova Iorque, em junho de 1999 (Fonte: fotografia própria, registada no percurso entre *Manhattan* e *Ellis Island*).

Ellis Island localiza-se na Baía de Hudson, à vista de Nova Iorque, já na circunscrição administrativa de Nova Jersey. A exiguidade da superfície (cerca de 11 ha) confirma uma das teses da Geografia: a inexistência de determinismos de dimensão na trajetória dos lugares. Durante décadas, este foi um espaço geográfico central num dos mais importantes corredores migratórios entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX. *Ellis Island* esteve no foco das relações transatlânticas que, apesar dos ciclos conjunturais de maior proximidade ou afastamento entre as duas margens, são estruturais para a Europa e a América do Norte.

Na época, explorávamos um trabalho do geógrafo Rob Shields (1991), *Places on the Margin*, que equacionava a dimensão relativa dos conceitos de marginalidade e centralidade e discutia os efeitos do tempo na posição relativa de cada espaço geográfico. A partir da análise de objetos de estudo como a região canadiana do *Klondike*, a cidade inglesa de *Brighton* ou as *Niagara Falls*, Shields enfatiza a importância do levantamento apurado da trajetória de cada lugar, dos seus percursos, vocações e ritmos de mudança, assim como dos atores que apropriam e modelam estes territórios.

A este propósito, Colin B. Hamblin (1994) deixa-nos um conjunto de notas empíricas relevantes para se perceberem as dinâmicas da ilha que então visitávamos. Adquirida pelos poderes públicos dos EUA em 1808, *Ellis Island* foi, no passado, conhecida por topónimos informais como *Oyster Island* e *Gilbert Island*. Apropriada por grupos pré-europeus para a exploração de recursos (como as ostras), este foi um local de passagem, paragem e execuções associadas à pirataria. No século XVIII, Samuel Ellis compra o espaço, para ali desenvolver algo inovador para a época – o lazer e o turismo. Esta vocação ficou comprometida pelos interesses militares e estratégicos dos EUA, que trouxe este território de volta para a esfera pública.

Depois de adquirida pela cidade de Nova Iorque, a ilha regressa à jurisdição do Estado Federal. As ameaças napoleónicas fizeram da denominada (desde 1861) *Ellis Island* um território defensivo. A construção de um forte e de um paiol garantiriam a proteção securitária deste corredor de acesso ao Estado que estava em construção.

Contudo, dissipada a ameaça bélica e expandindo-se os fluxos migratórios novecentistas que convergiam para a antiga Nova Amesterdão, *Ellis Island* perde relevância militar e torna-se uma porta de acesso da imigração à América do Norte. Em 1890, o Estado Federal fixa naquela ilha o *Bureau of Immigration*. Dois anos mais tarde, no dia 1 de janeiro de 1892, é inaugurada em *Ellis Island* a nova *Federal Immigration Station* do porto de Nova Iorque, à qual se acrescentaram espaços, serviços e equipamentos de controlo médico.

Ao longo dos anos, este território de passagem entendeu-se da superfície original de 1 ha para os atuais 11, um alargamento à base de aterros que usaram, entre outros materiais, restos (ex: lastro) de velhos navios e material inerte libertado pela abertura do metropolitano de Nova Iorque (National Park Service, 2019).

Saltando no tempo, em 1943, ainda segundo Hamblin (1994), *Ellis Island* foi um lugar de detenção de inimigos capturados pelos Aliados na II Guerra Mundial. Onze anos mais tarde, em 1954, a ilha perde a sua função reguladora e encerram-se os serviços de imigração. Em 1965, já com uma estratégia de patrimonialização e preservação da memória, *Ellis Island* passa a ser administrada pelo *National Park Service*. Na década de (19) 80, procede-se à reabilitação física daquele espaço insular. Em 1990, é inaugurado o *Ellis Island Immigration Museum*, que visitámos cerca de uma década depois, em 1999.

De um território remoto de exploração de recursos alimentares e paragem de piratas, da relevância militar à centralidade securitária na regulação e contenção dos fluxos migratórios e daqui à patrimonialização e à exarcerbação da memória, *Ellis Island* é a demonstração empírica do efeito do tempo sobre o espaço e da historicidade sobre a ordem geográfica ainda que, numa dialética biunívoca permanente, se deva também fazer o raciocínio em sentido contrário. A insularidade e a posição geográfica ao largo de uma cidade global em formação foram determinantes para a centralidade deste território entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX.

A visita a um espaço museológico como o *Ellis Island Immigration Museum* é uma viagem no tempo e no espaço, um exercício de recriação anacrónica de territorialidades e experiências geográficas.

Ellis Island deve ser enquadrada numa Nova Iorque em expansão, mas também no contexto de um ciclo de progresso industrial e urbano dos EUA. Entre 1892 e 1954 terão passado por este posto fronteiriço cerca de 12 milhões de imigrantes, a maior parte destes até meados da década de (19) 20 (Moreno, 2004). O *Immigration Act* aprovado em 1924 criou um sistema de cotas mais restritivo: tendo por base o censo nacional de 1890, apenas teria acesso ao país uma proporção de 2% das nacionalidades de imigrantes já residentes e registados, facto que em muito favoreceu os fluxos provenientes da Europa Ocidental, em comparação, por exemplo, com os asiáticos (Rausa, 2012).

Enquanto fronteira de entrada nos EUA, *Ellis Island* não é caso único, sendo de assinalar espaços como a *Angel Island*, no Pacífico, mais vocacionada para a contenção das migrações provenientes da China (Yung, 2013), ou *Galveston*, no Texas, por onde entraram fluxos de judeus (Marinbach, 1984). Apesar dessa dispersão, na atualidade, cerca de 25 % dos cidadãos dos EUA estão filiados com um antepassado que transitou por *Ellis Island* (Moreno, 2004).

A experiência da passagem, permanência ou retorno ao qual foram sujeitos os migrantes de *Ellis Island*, está documentada em fontes diversificadas, como material impresso, fotografias ou trabalhos de síntese que cruzam estas bases de dados quantitativos e qualitativos com entrevistas, tal como se comprova com o filme de Guggenheim (1989) que, em conjunto com outras referências, nos guiará nas passagens seguintes.

Os imigrantes que chegavam a *Ellis Island* viajavam desde a Irlanda, a Inglaterra e a Grécia mas também das regiões rurais italianas, da Suécia, da Europa de Leste e do Próximo e Médio Oriente. Neste mosaico cultural, às portas de Nova Iorque aportavam arménios cristãos a viver na Turquia e judeus russos, deslocados que escapavam a perseguições religiosas mas também à pobreza, como testemunha o monumento que, no porto de Dublin, evoca a *Great Famine* que ocorreu naquela ilha em meados do século XIX (Póirtéir, 1995; O'Donnell, 2008).

Se, para os viajantes contemporâneos, os nós de comunicação mais comuns são os aeroportos, esta mobilidade transatlântica mais lenta e demorada ligou *Ellis Island* a uma rede portuária na qual, para além da capital irlandesa, se

incluem Liverpool, Bremen, Antuérpia ou Hamburgo, mas também Le Havre, Roterdão, Génova ou os portos do Adriático.

Nem todas as linhas garantiam as mesmas condições. As italianas ficaram conhecidas como as mais precárias. A viagem poderia estender-se por um mês e a espera no navio era socialmente estratificada: nos porões, num espaço estreito e confinado, seguiam os mais pobres, os viajantes de terceira classe, aqueles que deveriam passar pelo crivo apertado de *Ellis Island*.

Na chegada ao porto de Nova Iorque, a América impunha-se pelo *skyline*, pela verticalidade que, na época, já se notava. A Estátua da Liberdade assinalava o fim da viagem. Numa regulação seletiva, os passageiros da terceira classe eram colocados em ferries e encaminhados para a ilha-fronteira. Os restantes estavam sujeitos a uma inspeção mais leve no navio e seguiam caminho, já em solo norte-americano.

Em *Ellis Island* começa um escrutínio que pode levar dias ou semanas e poderá incorrer no risco de retorno compulsivo ao porto de origem. Os candidatos a imigrantes deixavam os escassos bens na *Baggage Room*, eram registados e subiam as escadarias em direção ao *Great Hall*, um movimento agora repetido pelos turistas, alguns deles descendentes destes migrantes. No cimo das escadas, levanta-se outro obstáculo: uma barreira sanitária de inspeção em busca dos mais visíveis sinais exteriores de doença (Figuras 2 e 3).

No *Great Hall*, consoante o número de navios que chegassem por dia, a espera pode ser prolongada e os bancos de madeira poderiam substituir a cama durante a noite. Nalguns casos com a intervenção de intérpretes, o *US Immigration Bureau* realizava os primeiros interrogatórios: os objetivos da viagem, o que tencionavam fazer nos EUA, as possíveis filiações anarquistas, se o sustento inicial estava garantido. Faziam-se testes de inteligência e, depois de 1917, de literacia. Na ótica do território de chegada, era preciso levantar barreiras contra potenciais doentes, dependentes e desordeiros.

Seguia-se uma cadeia de testes médicos mais rigorosos, com frequentes choques culturais: em muitas circunstâncias, eram constrangedoras algumas imposições, como a exposição do corpo em frente a estranhos. Assim se inspecionavam os pulmões e os olhos. Neste muro higiénico e disciplinar, deveriam

conter-se as doenças pulmonares e infecciosas e travar os doentes com tracoma, na época uma enfermidade grave que poderia levar à cegueira.



Figura 2 – Entrada no edifício principal de *Ellis Island*, já reabilitado e reconvertido ao turismo (Fonte: fotografia própria, registada na visita efetuada em 1999).



Figura 3 – *Great Hall*, patrimonializado desde a abertura do Museu da Imigração, em 1990 (Fonte: fotografia própria, registada na visita efetuada em 1999).

Os que não conseguiam aprovação eram sinalizados com marcas de giz e separados dos familiares. Alguns foram deportados, outros internados. Por vezes, no caso de algumas patologias, como as psiquiátricas, esse internamento implicava o isolamento em espaços reservados.

Estes *Public Health Doctors* asseguravam tratamentos mas eram também guardas fronteiriços. Esta é uma época de afirmação dos valores da saúde pública, mas é também um período de medos e de associação do estrangeiro mais precário à doença.

O hospital de *Ellis Island* foi um muro defensivo dos EUA, uma barreira contra as doenças contagiosas que convergiam a partir de diferentes regiões do mundo. Registraram-se ali doentes de 75 nacionalidades. Por lá passou a cólera proveniente do Mediterrâneo, o tifo e a malária dos trópicos, o tracoma e as febres da Europa central e de leste. Naquele território disciplinar, numa época anterior à penicilina e aos antibióticos, detetaram-se problemas como a difteria, a tuberculose ou a poliomielite, mas também doenças estranhas e desconhecidas, frequentes num mundo ainda mal articulado e conhecido (Kraut, 1994).

Em 1907, um dos anos de maior afluência, mais de um milhão de potenciais imigrantes passaram pela ilha, dos quais 195 mil ficaram retidos. Nestes casos, vivia-se uma experiência territorial intensa, no hospital, nos dormitórios e refeitórios, espaços densos e hiperlotados de esperas prolongadas (Kraut, 1994; Moreno, 2004).

Para outros, o destino implicava mais uma espera: o regresso aos barcos e outra viagem transatlântica, desta vez em sentido inverso. Cerca de 2% dos candidatos a entrar nos EUA eram deportados para os países de origem, com uma viagem suportada pelas empresas que os haviam transportado. As crianças com menos de 11 anos deveriam ser acompanhadas por um dos progenitores. A partir dessa idade, poderiam regressar sozinhas. Estas regras levaram à desagregação de famílias (Moreno, 2004, Cannato, 2009).

No entanto, para aqueles que atravessavam *Ellis Island* com sucesso, esta ilha foi um lugar de reagrupamento familiar, um ponto de reunião entre aqueles que já residiam nos EUA e os que chegavam e poderiam reiniciar a sua vida no país. Naquela ilha-fronteira, na base das escadas de acesso ao *Great Hall*,

assinala-se, com uma placa evocativa, o *kissing post*, o espaço de (re) encontro entre quem partiu e se instalou mais cedo e quem acabava de chegar – “In this area, immigrants were reunited with waiting friends and relatives who had preceded them to America”.

O encerramento deste posto fronteiriço em 1954 levou ao abandono das instalações, que se foram degradando até se encontrar uma solução institucional. Em 1965, a ilha passa a fazer parte do *Statue of Liberty National Monument* e uma entidade privada, a *Statue of Liberty Ellis Island Foundation*, procurou fundos para a reabilitação do espaço, que se concretizou já na década de (19) 80.

Mais que um processo de patrimonialização, sinalizava-se um território simbólico vivido por uma parte dos cidadãos dos EUA na primeira vez que pisaram o solo americano, incluindo algumas futuras celebridades, como Rudolfo Valentino ou Irving Berlin. Para a criação do museu, sistematizaram-se os cadernos de registos e realizaram-se entrevistas a antigos passageiros ou familiares. Recolheram-se objetos pessoais, roupas, calçado, passaportes, fotografias, que distinguem *Ellis Island* como um lugar de chegada e um ponto de convergência e difusão de marcadores identitários de diferentes regiões do mundo. De certo modo, em *Ellis Island* personificam-se os sujeitos anónimos que contribuíram para a multiculturalidade dos EUA.

Para além da memória nacional, este é um lugar que evoca identidades em rede e agrega as múltiplas diásporas, como a irlandesa, que têm neste território um dos contextos espaço-temporais de filiação de grupos étnico-linguísticos e religiosos que se foram dispersando (Madden, 2007).

Como refere Moreno (2004, p.xi) “After extensive restoration, Ellis Island has a new purpose: it is the premier historical museum for immigration and genealogical research in this country and is a major tourist attraction and student group destination in New York”.

A evocação da memória, a patrimonialização e a abertura do museu dedicado à imigração, trouxeram novos fluxos – de turistas atraídos pela História dos EUA e de descendentes que, num trajeto inverso, refazem os passos dos familiares que atravessaram esta fronteira. Nesta perspetiva, *Ellis Island* será uma ponte intergeracional, um território de exaltação da identidade, um espaço

onde turistas da memória procuram laços familiares, que tanto se podem revelar pelos serviços de genealogia disponibilizados pelo museu (o *American Family Immigration History Center*) como podem estar gravados no muro (o *American Immigrant Wall of Honor*) que revela os nomes de todos os que atravessaram a ilha.

Consultando as séries digitais, é possível aceder às listas dos passageiros que chegaram com os navios. Explorando os ficheiros, encontram-se os nomes e os dados recolhidos à chegada, informações físicas como a altura, o peso, a cor dos olhos, mas também a profissão no país de origem. É possível saber os valores que transportavam e eram declarados, escapando ao controlo as notas e as moedas muitas vezes dissimuladas nas roupas ou em bagagens com fundos falsos.

Ellis Island faz-nos viajar no passado, mas abre-se às questões da contemporaneidade, na qual se problematizam a alteridade e o impreciso conceito de choque das civilizações que marcou o debate a partir do final do século XX (Huntington, 1999). A visita efetuada em 1999 fez-se nas vésperas de um acontecimento que, a 9 de setembro de 2001, condicionaria a geopolítica global e daria força às ideologias radicais que entendem as migrações como um risco e uma perturbação da ordem (Murray, 2018).

Os acontecimentos patrimonializados naquele espaço geográfico levantam questões intemporais. *Ellis Island* representa um mundo paradoxal. Os territórios hegemónicos e em expansão podem atrair e, ao mesmo tempo, reprimir os fluxos migratórios.

Nos EUA, a fronteira meridional é hoje um território instável de confrontos assimétricos, como *Ellis Island* também o foi. Na Administração Trump, a fronteira com o México ganhou relevância política e simbólica, com a aplicação de medidas securitárias na gestão e contenção das colunas de deslocados de países como Honduras, Guatemala ou El Salvador. Nesta barreira de paragem, não muito distante do Novo México visitado em 1999, acumulam-se tensões e materializa-se aquilo que Musset (2015) denominou como “território de espera”.

Para quem ficava retido nas instalações de *Ellis Island*, esta seria uma experiência de interrupção do movimento na qual o espaço se retrai e o tempo se alonga. Nesta ilha murada, espera-se pelo interrogatório, pelo exame médico

e pelo veredito de passagem, retenção ou reenvio para a origem; espera-se pela refeição e pelo tratamento; em caso de quarentena, espera-se pela libertação.

A visita a *Ellis Island* ocorreu muito antes da exploração dos trabalhos de Musset (2015) e Vidal e Musset (2015), mas deixou-nos a memória empírica de um conceito que iríamos encontrar mais tarde: um território de espera como um espaço restrito vivido com uma experiência temporal prolongada. De certo modo, uma inversão da compressão do espaço-tempo de Harvey (2002), na qual, com menos tempo, teríamos acesso a mais espaço. Neste caso, verifica-se o contrário: menos espaço com mais tempo, numa espera que suscita insegurança, tensões, eventuais conflitos. Foi assim em *Ellis Island*, é agora assim no sul dos EUA, na fronteira com o México, mas também noutros lugares do mundo (Jones, 2017).

Em 2019, aplicaríamos este mesmo conceito (*waiting territories*) no trabalho final do Curso de Defesa Nacional. Nesta investigação, analisa-se a crise dos refugiados de 2015/2016 na Europa e os efeitos de (in) segurança associados às múltiplas barreiras ao movimento. Levantadas por Estados e por atores informais e criminosos, do Sahel à União Europeia foram-se promovendo territorialidades vulneráveis de paragem e espera nos deslocados que, de países como a Nigéria e a Costa do Marfim, passando por entrepostos como o Mali ou a Líbia, pretendem atravessar o Mediterrâneo (Fernandes, 2019).

A experiência em *Ellis Island* permitiu múltiplas associações geográficas com uma contemporaneidade que tem negado o princípio do espaço plano de livre circulação de fluxos. O mundo que se revelou na antiga *Oyster Island* e que se projetou em muitas das fronteiras da atualidade, comprova o erro concetual no qual incorreram as teses mais radicais da globalização tecnológica – para estas, estaríamos perante o fim do espaço e da Geografia, tal como estaríamos perante o fim do tempo e da História (Fukuyama, 1992; Friedman, 2005).

A viagem a *Ellis Island* e ao Novo México foi uma experiência entre limites e barreiras, uma realidade que já fazia parte dos nossos territórios de vivência pessoal, numa cidade como Elvas, um espaço urbano onde, para além da fronteira entre Portugal e Espanha, se sobrepõem outras delimitações, como a

separação entre o território intra e extramuros e a demarcação entre os espaços militares interditos e os espaços públicos de livre circulação.

Apesar de desenhada em contextos espacial e temporalmente diferentes, a dissertação de doutoramento defendida em 2005 não deixa de expressar inquietações pelos efeitos geográficos dos limites e das barreiras impostas, neste caso, pelo ordenamento do território. Numa área protegida, a localização importa. Estar num lado ou noutra da demarcação condiciona o uso do solo. Aos espaços classificados são impostas regras e determinações espaciais inexistentes para aqueles que se posicionam para lá da linha que define áreas protegidas, como os parques naturais ou nacionais (Fernandes, 2012).

Ellis Island e as dinâmicas de vulnerabilidade espacial vividas pelas populações que ficaram expostas ao sistema higienista e, nalguns aspetos, eugenista, praticado naquele território de paragem, confinamento e espera, inscreveram-se nalguns dos conceitos por nós mais citados: os ciclos de desterritorialização-reterritorialização (ou desreterritorialização) desenvolvidos por Haesbaert (2004) e as sociedades disciplinares, biopolíticas e de controlo, também trabalhadas pelo geógrafo da Universidade Federal Fluminense (Haesbaert, 2008).

O Mito da Desterritorialização (Haesbaert, 2004) foi uma descoberta de 2005, em Natal (Rio Grande do Norte, Brasil), também numa viagem efetuada para participação num encontro da União Geográfica Internacional². Esta obra foi determinante para o enriquecimento do léxico geográfico que nos ajudou a melhor entender *Ellis Island*, em particular, e os processos de vulnerabilidade espacial das populações, em geral. Nesse sentido, Rio Grande do Norte completou Nova Iorque. A viagem a Natal foi decisiva para o enriquecimento do olhar geográfico sobre aquela ilha do estuário do Hudson.

A vigilância e a regulação que se patrimonializaram em *Ellis Island*, mais ajustada a uma sociedade disciplinar, anteciparam os ambientes de regulação característicos de uma sociedade de controlo hoje intermediada pelas novas tecnologias. Tal como entretanto se leu em Haesbaert (2008) e Foucault (2008),

² Viagem também realizada com a Professora-Doutora Fernanda Cravidão, em conjunto com outros colegas de Coimbra.

esta regulação não se pode dissociar do exercício do poder e de uma biopolítica de controlo dos corpos num espaço geográfico rugoso que impõe limites de acesso e movimento.

Ellis Island invocou-nos o que Agamben (2004) referiu como territórios de exceção e Foucault (1984) denominou por heterotopias de temporalidades e espacialidades alternativas de contenção e controlo do sujeito. Em *Ellis Island* organizaram-se, em simultâneo, “heterotopias de crise” e “heterotopias de desvio”, reservadas a sujeitos em estado vulnerável que devem ser, ao mesmo tempo, protegidos e afastados da sociedade (Foucault, 1984). Os campos de deslocados nas ilhas de Lesbos e Lampedusa, no Mediterrâneo, são exemplos que confirmam as heterotopias como a manifestação territorial das estratégias biopolíticas que se anunciaram, muito antes, às portas de Nova Iorque (Fernandes, 2019).

Apesar da narrativa histórica que predomina naquele espaço geográfico, a viagem a *Ellis Island* foi uma experiência superlativa para a compreensão do mundo atual. Ainda que a geopolítica global aponte agora para a centralidade do Pacífico, esta ilha é uma marca da importância do Atlântico setentrional e da articulação entre a Europa e a América do Norte que, apesar das novas cartografias da globalização, continua relevante para a estabilidade do sistema internacional contemporâneo.

Retomemos a ideia das inscrições geográficas referidas no título deste texto. Numa carreira académica, nem sempre é fácil identificar uma ordem e uma matriz. Com frequência, são difíceis de compreender as opções científicas, os interesses e os caminhos percorridos. Apesar de tudo, num exercício retrospectivo, é possível reconhecer as experiências mais marcantes. Estas podem passar por uma galeria de lugares, viagens, paragens e esperas, como aquela que se viveu, algures num cruzamento rodoviário retilíneo, numa paisagem seca, aberta e de horizontes extensos, sem sinais de vida humana, aguardando um transporte público que deveria passar completando o trajeto entre Albuquerque e Santa Fé³. No país que personifica a hipervelocidade contemporânea, existem terri-

³ Referência a uma experiência concreta, naquele mês de junho de 1999, vivida em conjunto com a Professora Doutora Fernanda Cravidão, de uma espera prolongada, algures numa paisagem

tórios de lentidão. Esta ideia atravessa outro dos princípios da Geografia: para a compreensão das assimetrias e das desigualdades, é importante experienciar múltiplas escalas geográficas.

No entanto, a exaltação da memória em *Ellis Island*, a paragem dos geógrafos mas também a afluência de múltiplos visitantes e turistas, alguns com cidadania dos EUA, tudo pode ser um fator de intermediação com o passado, um rebuscar da identidade nacional, mas também das filiações em rede que agregam as diásporas em torno de narrativas comuns.

Nalguns aspetos, *Ellis Island* é uma *traumascape* (Tumarkin, 2005), um território de sofrimento e separação que materializa o poder de um Estado. No entanto, esta mesma ilha mostra-nos a convergência da diferença, assinala-nos a construção de um país de identidades múltiplas, expõe-nos perante um mundo em movimento que desconstrói as derivas identitárias unidimensionais e as exaltações nacionalistas de homogeneidade (Sen, 2007; Maalouf, 1999).

Nesse sentido, pela demonstração da diversidade e do movimento, pelo papel de consagração da memória individual e coletiva e de reconciliação com o passado, *Ellis Island* vai ao encontro da dimensão mais política do turismo. Como refere Fernanda Delgado Cravidão (2004, p.315), que nos guiou e acompanhou neste percurso, “ (...) o turismo (cultural) pode constituir um passaporte para consolidar a amizade entre os povos”.

Referências bibliográficas

- Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo.
- Baudrillard, J. (1989). *América*. Lisboa: João Azevedo Editor.
- Cannato, V. (2009). *American passage. The History of Ellis Island*. Pymble: Harper Collins.
- Cordry, T. A. (1915). *The story of the marking of the Santa Fe Trail*. Topeka (Kansas): Crane & Company Printers.
- Cosgrove, D. (2008). Geography is everywhere: culture and symbolism in human landscapes. In Oakes, T. S. & Price, P. L. (ed.), *The Cultural Geography Reader (177-185)*. London: Routledge.

remota no trajeto entre Albuquerque e Santa Fé, aguardando um incerto transporte público que nos levasse ao destino final.

- Cravidaó, F. (2004). Turismo e cultura: o lugar dos lugares. *Turismo – Visão e Ação* – vol. 6 – n.3 – set./dez, 309-316.
- Cravidaó, F. (2011). Turismo, território e cultura – uma trilogia (sempre) em construção. *Espaço e Cultura*, 29, 35-42.
- Dedek, P. (2007). *Hip to the Trip. A cultural history of Route 66*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Fernandes, J. (2012). *Parques naturais e outras áreas classificadas no modelo de desenvolvimento português*. Seia: Terras de Sena.
- Fernandes, J. (2019). *Refugiados, territórios de espera e insegurança. A Europa, o Mediterrâneo e as deslocações precárias na crise de 2015*. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.
- Foucault, M. (1984). Des espaces autres. *Hétérotopies. Architecture, Mouvement, Continuité*, 5, 46-49.
- Foucault, M. (2008). The birth of biopolitics. Lectures at the Collège de France, 1978–79. Hampshire and New York: Palgrave Macmillan.
- Friedman, T. L. (2005). *O mundo é plano. Uma História breve do século XXI*. Lisboa: Actual Editora.
- Fukuyama, F. (1992). *The end of History and the last man*. New York: The Free Press.
- Guggenheim, C. (1989). *Island of Hope, Island of Tears* (DVD). Washington, D. C.: Guggenheim Productions Inc.
- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Haesbaert, R. (2008). Sociedades biopolíticas de in-segurança e des-controle dos territórios. *ANPEGE – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia*. Consultado em http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Instituicoes_Internacionais/IN3_Rogério_Haesbaert.pdf
- Hamblin, B. C. (1994). *Ellis Island. The official souvenir guide*. Santa Barbara: Companion Press.
- Harvey, D. (2002). *The condition of postmodernity*. Cambridge: Blackwell.
- Huntington, S. P. (1999). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: Gradiva.
- Jones, R. (2017). *Violent Borders. Refugees and the Right to Move*. New York: Verso.
- Kraut, A. M. (1994). *Silent Travelers: Germs, Genes, and the Immigrant Menace*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Maalouf, A. (1999). *Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.
- Mácha, P. (2013). Resistance through tourism: identity, imagery, and tourism marketing in New Mexico. In Sarmiento, J. & Henriques (ed.), *Tourism in the global south: landscapes, identities and development* (91-112). Lisbon: Centre for Geographical Studies, Lisbon.
- Madden, J. (2007). The Battle for Annie Moore: Sculpting an Irish American identity at Ellis Island National Monument. In Moore, N. & Whelan, Y. (edit.), *Heritage, memory and the politics of identity. New perspectives on the cultural landscape* (37-54). Aldershot: Ashgate.
- Marinbach, B. (1984). *Galveston: Ellis Island of the West*. New York: State University of New York Press.
- Moreno, B. (2004). *Encyclopedia of Ellis Island*. Westport: Greenwood Press.
- Murray, D. (2018). *A estranha morte da Europa. Imigração, identidade, religião*. Porto Salvo: Edições Desassossego.

- Musset, A. (2015). De los lugares de espera a los territorios de la espera. ¿Una nueva dimensión de la geografía social? *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, 61(2), 305-324.
- National Park Service (2019). *Ellis Island – 'Famous footsteps'. Teacher's guide*. Consultado em <https://lessonplanet.com/teachers/famous-footsteps-teacher-s-guide>
- O'Donnell, R. (2008). *Ireland's famine*. Dublin: The O'Brien Press.
- Póirtéir, C. (ed.) (1995). *The great irish famine*. Cork: Mercier Press.
- Rausa, B. (2012) Immigration Act of 1924 (U.S.). In: Loue, S. & Sajatovic M. (eds) *Encyclopedia of Immigrant Health* (880-881). New York: Springer.
- Sen, A. (2007). *Identidade e violência*. Lisboa: Tinta-da-China.
- Shields, R. (1991). *Places on the margin- alternative geographies of modernity*. London and New York: Routledge.
- Tumarkin, M. (2005). *Traumascapes: the power and fate of places transformed by tragedy*. Melbourne: Melbourne University Press.
- Vidal, L. & Musset, A. (Dir.) (2015). *Les territoires de l'attente. Migrations et mobilités dans les Amériques (XIX^e-XXI^e siècle)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes.
- Ward, S. V. (2004). *Selling places*. New York: Spon Press.
- Yung, J. (2013). Our Own Words Reclaiming Chinese American Women's History. In Knaut, A. M. & Gerber, D. A. (edit.), *Ethnic Historians and the Mainstream Shaping the Nation's Immigration Story* (111-127). New Brunswick: Rutgers University Press.

DOUTORAMENTOS E MESTRADOS EM TURISMO E HOTELARIA: UM OLHAR PORTUGUÊS

Jorge Umbelino¹

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação em Turismo – CiTUR
jorge.umbelino@eshte.pt
ORCID: 0000-0003-2453-8692

Resumo: O designado ‘Processo de Bolonha’ e a massificação da procura dos graus de doutor e de mestre têm criado na comunidade académica alguma inquietação quanto ao sentido evolutivo da qualidade dos trabalhos de investigação neles referenciados: estarão esses trabalhos menos interessantes e sólidos? Resistiriam eles a uma comparação em termos internacionais? Será a sua qualidade equilibrada entre as várias Escolas que os oferecem? Os modelos de avaliação serão coerentes e tendentes à equidade? Com especial enfoque nos domínios do turismo e hotelaria, a presente investigação procura dar resposta às perguntas acima identificadas. A partir de um inquérito lançado à comunidade académica que, em Portugal, participa nos júris de doutoramento e de mestrado nos domínios identificados – o qual obteve uma amostra representativa – concluímos que, i) sobretudo no que respeita aos doutoramentos, continua a prevalecer uma imagem de qualidade nos trabalhos avaliados, ii) ainda que se diagnostique preocupação quanto ao sentido evolutivo dos mesmos; iii) os temas escolhidos, atenta

¹ O autor agradece o apoio da Prof^á Doutora Cláudia Viegas (ESHTE) no tratamento estatístico da informação utilizada nesta investigação.

a sua pertinência e atualidade, mereceram a aprovação dos respondentes, constatando-se, talvez com alguma surpresa, iv) que a dimensão empírica dos trabalhos é a que aparenta manifestar maiores fragilidades; v) a comparação internacional não identifica a realidade portuguesa como em situação de desvantagem; e, por último, vi) não se valida a ideia de que os projetos apresentados em escolas dos subsistemas universitário e politécnico possam ser claramente diferenciados, nem quanto à sua natureza, nem quanto à qualidade média atingida.

Palavras-chave: Doutoramento; Mestrado; Turismo e hotelaria; Qualidade dos graus; Comparabilidade da avaliação.

Abstract: The so-called ‘Bologna Process’ and the massification of the demand for doctoral and master’s degrees have created in the academic community some concerns about the evolutionary quality of their research: are these works less interesting and solid? Would they resist to an international comparison? Is their quality balanced among the various schools that offer them? Are the evaluation models coherent and equity-oriented? With a focus on tourism and hospitality, the present research seeks to answer the questions identified above. Based on a survey conducted with the academic community that participates in doctoral and masters juries in the domains identified – which consisted of a representative sample – we conclude that i) mainly in doctorates, an image of quality still prevails in the evaluated works, ii) even if some concern has been identified with regard to the evolutionary sense; iii) the subjects chosen have deserved the approbation of the respondents, due to their pertinence and relevance, with a possibly surprising confirmation that iv) the works’ empirical dimension appears to show greater weaknesses; v) the international comparison does not identify with the Portuguese reality as being at a disadvantage; and, lastly, vi) the idea that projects presented in schools of the university and polytechnic subsystems cannot be clearly differentiated, either in their nature or in terms of the average quality achieved.

Keywords: PhD programs; MSc programs; Tourism and hotel studies; Quality of graduation; Comparability of assessment.

A temática de investigação

Nos últimos anos, e sobretudo na sequência do designado ‘Processo de Bolonha’², o meio académico, em Portugal e para além dele, inquietou-se com o rumo das investigações tendentes à concessão de graus académicos, designadamente mestrados e doutoramentos: estariam estas investigações a perder qualidade? Estariam os pressupostos do ‘Processo de Bolonha’ a ser interpretados de igual modo em todos os espaços da sua intervenção?

Numa análise mais abrangente, tomando como referência a globalidade da evolução recente do ensino superior, Jorge Olímpio Bento opina que, no ensino superior, se vem verificando um “rebaixamento do que é sólido e duradouro e portador de sentido”, dando, ao contrário, espaço ao “enaltecimento e apreço do anódino, efémero, fácil, fugaz, instantâneo, irrelevante, líquido, ‘kitsch’, passageiro, superficial e volátil” (Bento, 2016, p. 1).

Num trabalho já com mais algum tempo, Paulo Ferreira da Cunha, na curiosa forma de uma ‘Carta Aberta a um mestrando pós-Bolonha’, refere:

Caro(a) Mestrando(a):

Estamos agora a ter mestrados de Bolonha. Há a maior confusão de critérios, por essa Europa fora, sobre bitolas e transições entre regimes. Sobre o próprio significado do grau. Em Portugal, em algumas áreas (...), o Mestrado pré-bolonhês era em alguns casos mais exigente que certas teses de doutoramento no estrangeiro. Não é mito, mas plena verdade. Hoje, o Mestrado parece ficar ao nível da antiga Licenciatura. Em certos casos, até menos (Cunha, 2009, p. 1).

² A Declaração de Bolonha foi um Acordo assinado, naquela cidade italiana, entre os Ministros da Educação dos países da União Europeia e alguns outros, em 1999. Visou, sobretudo, dar coerência aos processos de ensino e de concessão de graus académicos nos países signatários. As suas marcas mais visíveis foram a instituição do sistema de créditos transferíveis e acumuláveis (ECTS), bem como a institucionalização de três ciclos de estudos: licenciatura, mestrado e doutoramento. Embora a duração destes ciclos não seja idêntica em todos os países, o 1º Ciclo dura entre 6 a 8 semestres, o 2º Ciclo tem a extensão de 2 a 4 semestres e o 3º Ciclo completa-se, habitualmente, entre 6 a 8 semestres.

Confirma-se, portanto, uma certa inquietação em torno desta matéria. Mas não se pense que esta posição pessimista em torno do presente e futuro do ensino superior é unânime. Por exemplo, Werner é de opinião que

Bologna has undoubtedly newly shaped and enriched the educational landscape and placed internationalisation among the top priorities of all European Higher Education institutions. Its footprints can be found in all programmes, particularly however in those having an international focus and dimension, like programmes educating for tourism (Werner, 2018, pp. 10-11).

Na verdade, já antes ‘de Bolonha’³ se sentia alguma turbulência no entendimento existente acerca da concessão dos graus de doutor e de mestre, fruto de uma tendência de massificação⁴ que se começava a observar, a par dos efeitos da *Internet* nos processos de investigação e, ainda, da exposição acrescida a outras realidades que decorria do aumento exponencial dos processos de mobilidade académica.

Em 2004, o autor deste texto, geógrafo de formação, produziu uma reflexão sobre este mesmo tema, na altura sob a forma de uma apresentação oral, e respetiva comunicação em texto, no quadro do V Congresso da Geografia Portuguesa (Umbelino, 2004).

Nessa investigação, que em termos cronológicos apenas convidava a um confronto entre ‘anos recentes’ e ‘anteriormente’, as principais conclusões retiradas, naquele tempo e contexto disciplinar, foram, para o que agora releva confrontar com este estudo:

³ Em Portugal, o início da aplicação do ‘Processo de Bolonha’ ocorreu no ano letivo 2006/2007.

⁴ Não é certo que a massificação do ensino superior seja genericamente entendida como um risco, e menos ainda como um mal. A Secretária de Estado Adjunta e da Educação do XXI Governo Constitucional de Portugal, Alexandra Leitão, afirmou que se deve promover “a massificação do ensino superior, como cumprimento da democratização consagrada na Constituição da República” (Diário de Notícias, 2019.01.07).

A qualidade global das investigações de doutoramento em Geografia apresentadas em Portugal continua a merecer confiança, quer em termos absolutos, quer quando comparadas com as que vão sendo produzidas no estrangeiro; o mesmo não se diz dos trabalhos de mestrado, os quais, ainda que não resultem desfavorecidos no confronto internacional, parecem revelar uma qualidade global decrescente;

Os aspetos teóricos e metodológicos das investigações, bem como o seu cuidado formal, retomam a ideia antes expressa: as investigações de doutoramento continuam a merecer larga confiança, as de mestrado nem por isso; (...) os trabalhos de mestrado colhem melhor opinião relativa no que respeita às opções metodológicas e à sua aplicação, o que poderá indiciar (ou, pelo menos, sugerir) uma evolução estrutural nas características dos (jovens) investigadores: menos disponíveis para a recolha bibliográfica e reflexão teórica, bem como pouco vocacionados ou atentos para os aspetos formais e de qualidade de escrita, mas, em contrapartida, motivados para a inovação metodológica, sobretudo quando relacionada com a incorporação de novas tecnologias;

A equidade das classificações atribuídas nas diversas Escolas é um aspeto que preocupa a comunidade geográfica portuguesa, tanto para doutoramentos como para mestrados, daí que a esmagadora maioria dos respondentes visse como vantajosa a obrigatoriedade de os jurados destas provas terem de preencher uma grelha com critérios de avaliação (Umbelino, 2004, pp. 13-14).

Neste ano de 2019, mantém-se o estado de inquietação da Academia sobre o rumo dos graus académicos, em estreita conexão com uma evolução legislativa que se tem como causa e consequência da massificação da procura por estes graus.

É bom recordar que, em Portugal, a primeira legislação sobre mestrados data apenas de 1980 (Decreto-Lei nº 263/80, de 7 de agosto), e que, já entrado o século XXI, os doutoramentos eram uma realidade muito escassa e circunscrita ao meio académico, em particular as universidades – os docentes em início de carreira, os ‘assistentes’, procuravam este grau como condição necessária para

continuarem na Carreira e nela progredirem. Por esta época, os doutoramentos não incluíam componente curricular e as teses demoravam, habitualmente, seis, sete, oito ou mais anos para serem completadas, anos esses dos quais, para os ‘assistentes’, até três eram vividos em regime de dispensa de serviço docente.

Por seu lado, num momento anterior da Carreira, os mestrados eram o caminho natural para a transição da categoria de ‘assistente estagiário’ para a de ‘assistente’, mas, fora do meio profissional académico, e isto logo nos anos oitenta, começavam já a ser também interpretados como uma forma nobre, mais sofisticada e socialmente válida de estudos pós-graduados. A sua duração habitual era de 8 semestres, 4 de componente letiva e outros tantos para elaborar a dissertação (ou seja, o tempo que atualmente vem sendo concedido para os ciclos de estudo de doutoramento).

A evolução legislativa que nos trouxe até ao Decreto-Lei 65/2018, de 16 de agosto (Graus académicos e diplomas do ensino superior), alterou estruturalmente esta realidade. Com ‘Bolonha’, os ‘primeiros ciclos’ (as licenciaturas), que, na maior parte das áreas científicas, se completam em apenas 3 anos, convidam a um prolongamento de formação inicial num ‘segundo ciclo’ (os mestrados), sendo que estes se limitam a três ou quatro semestres.

Em boa verdade, a ideia de os mestrados estarem hoje, para muitas pessoas, associados ao conceito de formação inicial não obsta a que, para outras, o objetivo prosseguido se relacione, como já antes acontecia, com a ideia de pós-graduação, circunstância que concorre para uma grande abrangência dos públicos que se cruzam neste tipo de ciclos de estudos. Estas diferenças de públicos e de objetivos são também relevantes no quadro do modelo legislativo que enquadra os mestrados, o qual, desde a publicação do Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, contempla a possibilidade de estes ciclos de estudos poderem ser concluídos com três formas distintas de ‘trabalho final’: a tradicional dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio (Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, artigo 20º, 1, b).

Por seu turno, o ‘terceiro ciclo’ (o doutoramento) está, de igual modo, mais massificado e diversificado na sua procura. Hoje, já quase não existe a busca destes ciclos de estudos por parte de académicos em início de carreira, uma

vez que a própria evolução dos Estatutos das Carreiras Docentes do Ensino Superior, Universitário e Politécnico, a isso levou, ao exigir o grau de doutor como mínimo de entrada e não como um requisito de progresso sobre uma base inferior (Leis nº 7 e 8/2010, ambas de 13 de maio). Atualmente, nos cursos de doutoramento convivem estudantes que procuram alguma forma de acesso à docência no ensino superior – a tempo integral ou parcial – com outros que visam modos alternativos de se valorizarem nas suas carreiras profissionais, e ainda outros que buscam exclusivamente um propósito de enriquecimento pessoal. Nesta mescla, encontram-se alunos que têm uma noção clara do que é o processo de investigação, em paralelo com colegas que praticamente o desconhecem.

Na mesma linha de pensamento, Kiley e Liljegren referem que

With the increase of non-traditional PhD students over the past few years the challenge for providers of quality postgraduate research programs is to ensure that the needs of all students are identified, and appropriate support put in place to allow a rapid and productive commitment to the research project (Kiley & Liljegren (1999, p. 61).

O mesmo conclui Naidoo (2015, p. 350), quando diz que “*The findings show grave challenges for PhD programmes that respond to the expectations of non-traditional students*”.

Em Portugal, o processo evolutivo que os ciclos de estudos de pós-graduação têm sofrido ao nível da procura, isto é, dos objetivos dos estudantes que os frequentam, confrontou-se, nestes últimos anos, com a novidade que foi a entrada das Escolas Superiores Politécnicas na sua oferta formal. Falamos da entrada destas escolas na lecionação dos mestrados, facto que ocorreu em razão da entrada em vigor do já referido Decreto-Lei nº 74/2006, de 24 de março, e do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (Lei nº 62/2007, de 10 de setembro), e, também agora, ao que se anuncia, na lecionação de Cursos de Doutoramento, como decorre do disposto no Decreto Lei 65/2018, de 16 de agosto.

Várias dúvidas se colocam em torno deste quadro evolutivo complexo, e são precisamente essas dúvidas que, no seu conjunto, dão pertinência ao presente estudo.

Por outro lado, a evolução dos interesses académicos do autor, que vêm cruzando a Geografia com o Turismo e com os estudos sobre o Lazer, bem como o seu enquadramento institucional numa escola especializada do Ensino Superior Politécnico, no caso, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril, justificam que o presente estudo tenha foco temático no turismo e hotelaria.

Como pergunta de partida para este trabalho, consideramos: “Em Portugal, nas investigações conducentes à concessão dos graus académicos de doutor e de mestre, nos domínios do turismo e hotelaria, a qualidade dos trabalhos apresentados é boa, quando comparada com a equivalente internacional, e equilibrada entre as Escolas dos subsistemas universitário e politécnico?”

Uma vez definida a pergunta de partida, prosseguimos os objetivos abaixo discriminados, cuja escolha se suporta naquela que parece ser a opinião crítica dos académicos que, em Portugal, participam regularmente em júris tendentes à concessão dos graus de doutor e de mestre, nos domínios do turismo e da hotelaria:

- O1: determinar se a qualidade global dos trabalhos que vêm sendo apresentados é boa;
- O2: compreender se essa qualidade se expressa de igual modo nas componentes teóricas e práticas dos projetos de investigação;
- O3: questionar o sentido evolutivo da qualidade percebida nesses projetos;
- O4: comparar a qualidade percebida nos projetos apresentados em Portugal com aquela que é reconhecida nos seus equivalentes internacionais;
- O5: questionar se os projetos apresentados no âmbito do subsistema politécnico têm especificidades e/ou níveis de qualidade que os diferenciem daqueles que são conduzidos no âmbito do subsistema universitário.

Tratando-se de uma pesquisa exploratória, e de acordo com Freixo (2009), Gil (2008) e Wilson (2014), não se entendeu como pertinente a formulação de

hipóteses de investigação. Nesta circunstância, procurou-se informação que, de modo aberto e sem formulação de juízos apriorísticos, possa ajudar a atingir os objetivos antes formulados e dar resposta à pergunta de partida.

Metodologia de investigação

Face aos objetivos em presença, entendeu-se que a base de análise deveria ser extensiva (Sayer, 2003), tomando como referência o universo dos potenciais respondentes. Assim sendo, a única opção metodológica possível passou pelo lançamento de um inquérito (Sekaran & Bougie, 2016), o qual foi dirigido aos docentes que trabalham no ensino superior em Portugal, no domínio do turismo e hotelaria, em escolas dos subsistemas universitário e politécnico, de âmbito público e privado.

Atentos os objetivos específicos do trabalho, a inquirição foi limitada aos docentes que podem ter acesso, quer à orientação científica, quer à participação em júris de provas para a concessão dos graus académicos de doutor e de mestre. Em termos legais, isso significa os docentes que detenham o grau de doutor, acrescidos dos ‘especialistas’, reconhecidos conforme o disposto pelo Decreto-Lei 206/2009, de 31 de agosto, e ainda dos designados ‘especialistas de reconhecido mérito’, no quadro do Decreto-Lei 115/2013, de 7 de agosto, na sua redação em vigor. Sendo estes os docentes que podem integrar este tipo de provas, convém aclarar que, no caso dos doutoramentos, e salvo circunstâncias muito excecionais, isso apenas é viável para aqueles que já tenham eles próprios obtido o grau de doutor ou, pela perspetiva inversa, os ‘especialistas’ só são potenciais orientadores ou jurados em provas de mestrado.

O inquérito foi respondido exclusivamente online, através de um formulário construído na plataforma Google Forms. O tratamento da informação foi realizado com o auxílio das ferramentas Excel e R (versão 3.4.1).

O propósito inicial passava por auscultar todo o universo de potenciais respondentes, ou o maior número possível destes. A amostra conseguida, através da informação constante em diversas bases de dados, atingiu o número de

111 respostas, o qual constitui uma dimensão que temos por adequadamente representativa. Não sendo o universo conhecido com rigor – sobretudo atenta a figura do ‘especialista de reconhecido mérito’, que se expressa através de iniciativas internas de cada uma das Escolas –, pelo amplo conhecimento desta realidade de que o autor dispõe (Miller & Salkind, 2002), fruto de uma presença que nela se inscreve há mais de 30 anos, estimamos que ele não deve situar-se longe de 200 a 250 elementos.⁵ A consistência do questionário foi validada pela aplicação do coeficiente alfa de Cronbach, cujo resultado foi de 0,79; segundo Landis e Koch (1977), esse valor coloca a consistência interna das respostas a este questionário como muito perto de ‘quase perfeita’, classificativo que lhe seria reconhecido a partir de 0,8.

Foi realizada uma breve tipificação demográfica dos respondentes que se circunscreveu ao grau académico de que dispõem, ao tempo decorrido desde a obtenção desse grau e ao sistema de ensino em que trabalham. A estratificação da amostra é a constante no Quadro 1, a qual, mais uma vez segundo o conhecimento de que o autor dispõe desta realidade, se afigura como representativa, valorizando, designadamente: o peso dos doutores face ao dos ‘especialistas’; o carácter recente de obtenção dos graus e a maior representação dos docentes inseridos no subsistema politécnico.

Considerada esta tipificação, as respostas obtidas tiveram a seguinte distribuição:

QUADRO 1. Estratificação da Amostra

	Valor	%
Grau Académico	111	100
Doutora/Doutor	101	91.0
Especialista (DL 206/2009) ou ERM	10	9.0
Tempo de obtenção do grau	111	100

⁵ Apesar da forte taxa de resposta, mas face à pequena dimensão do universo, a representatividade tem uma solidez estatística que se aproxima, mas em rigor não atinge, os 5% de margem de erro e os 95% de nível de confiança.

	Valor	%
Obteve o seu grau há menos de 5 anos	45	40.6
Obteve o seu grau há mais de 5 e menos de 15 anos	54	48.6
Obteve o seu grau há mais de 15 anos	12	10.8
Subsistema de ensino em que exerce funções	111	100
Universitário	28	25.2
Politécnico	83	74.8

O formulário proposto aos respondentes teve a seguinte configuração e propósitos de investigação (Quadro2):

QUADRO 2. Formulário de Inquérito e Objetivos de Investigação

Bloco 1 – Nas teses de doutoramento apresentadas em Portugal, entre 2010 e 2019, com temas no domínio do turismo e hotelaria

	Objetivos
a) Os temas são relevantes e inovadores	O1, O2
b) Observa-se uma revisão de literatura robusta e atualizada	O2
c) Observa-se uma investigação empírica bem desenhada e aplicada, com obtenção de resultados relevantes	O2
d) O processo de escrita é bem conseguido e, no geral, a dimensão formal é cuidada	O1
e) Os critérios de avaliação, nas diferentes escolas, seguem padrões semelhantes	O4
f) A qualidade global média dos trabalhos tem decrescido ao longo do tempo	O3
g) A qualidade global média dos trabalhos é semelhante à de outros países que seguem os princípios do 'Acordo de Bolonha'	O4

Bloco 2 – Nas dissertações de mestrado apresentadas em Portugal, entre 2010 e 2019, com temas no domínio do turismo e hotelaria

	Objetivos
h) Os temas são relevantes e inovadores	O1, O2
i) Há uma clara diferenciação temática entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas	O5
j) Observa-se uma revisão de literatura robusta e atualizada	O2
k) Observa-se uma investigação empírica bem desenhada e aplicada, com obtenção de resultados relevantes	O2

	Objetivos
l) O processo de escrita é bem conseguido e, no geral, a dimensão formal é cuidada	O1
m) Os critérios de avaliação, nas diferentes escolas, seguem padrões semelhantes	O4
n) A qualidade global média dos trabalhos tem decrescido ao longo do tempo	O3
o) Há uma clara diferenciação qualitativa entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas	O5
p) A qualidade global média dos trabalhos é semelhante à de outros países que seguem os princípios do 'Acordo de Bolonha'	O4

Análise de resultados

Tendo os respondentes sido convidados a manifestar a sua opinião acerca das matérias constantes no Quadro 2, através de uma escala de Likert, com cinco pontos, em que 1 significava 'discordo totalmente' e 5 significava 'concordo totalmente', a primeira análise de resultados, numa avaliação simples das médias das pontuações atribuídas a cada uma das alíneas, resulta conforme o Quadro 3.

QUADRO 3. Análise de Resultados | Pontuações Médias (Escala de Likert, 1 a 5)⁶

	Dout.	Mest.
Os temas são relevantes e inovadores	3.77	3.59
Há uma clara diferenciação temática entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas	-	2.74
Observa-se uma revisão de literatura robusta e atualizada	3.64	3.13
Observa-se uma investigação empírica bem desenhada e aplicada, com obtenção de resultados relevantes	3.40	3.15
O processo de escrita é bem conseguido e, no geral, a dimensão formal é cuidada	3.73	3.21
Os critérios de avaliação, nas diferentes escolas, seguem padrões semelhantes	2.73	2.66
A qualidade global média dos trabalhos tem decrescido ao longo do tempo	3.06	3.23

⁶ Merece realce dizer-se que o desvio-padrão relativamente às várias respostas é maior naquelas que se reportam aos doutoramentos – valores sempre superiores a 1, enquanto para os mestrados se cifram entre 0,8 e 0,9.

	Dout.	Mest.
Há uma clara diferenciação qualitativa entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas	–	2.64
A qualidade global média dos trabalhos é semelhante à de outros países que seguem os princípios do 'Acordo de Bolonha'	3.32	3.35

A primeira observação que se pode retirar é a de que, entre as várias matérias em apreço, as pontuações médias atribuídas pelos respondentes com valores mais elevados, tanto quando se tem como referência os doutoramentos (3.77) como os mestrados (3.59), são para a 'relevância e carácter inovador dos temas'. Isto é, os candidatos aos graus académicos que se apresentam em Portugal, nos domínios do turismo e hotelaria, são identificados como tendo uma posição interessante e atualizada sobre os temas que merecem ser debatidos.

Em sentido inverso, e também para ambos os graus, merece especial preocupação o desequilíbrio entre os critérios de avaliação seguidos nas provas organizadas pelas várias instituições (2.73 para os doutoramentos e 2.66 para os mestrados).

A avaliação mais detalhada do conteúdo dos trabalhos merece uma avaliação positiva, ainda que não entusiástica, para as três dimensões questionadas: sempre considerando primeiro os doutoramentos e depois os mestrados, observa-se, para o processo de escrita, 3.73 e 3.21; para a revisão de literatura, 3.64 e 3.13; e, finalmente, para a dimensão empírica, 3.40 e 3.15. É interessante observar que as dimensões talvez tidas como mais 'académicas' – o processo de escrita e a revisão de literatura –, têm pontuações mais elevadas do que a componente empírica, muitas vezes associada a dimensões tecnológicas que, assim se pode imaginar, talvez se revelem mais apelativas para as gerações mais jovens, de onde provém a maioria dos candidatos aos graus ora em análise.

A evolução da qualidade dos trabalhos mereceu uma interpretação negativa – traduzida na concordância com a ideia de um 'decréscimo' de qualidade que se situa entre 3.06 para os doutoramentos e 3.23 para os mestrados. Isto é, a massificação, e as matérias com ela relacionadas, são vistas como tendencialmente preocupantes, sobretudo no caso dos mestrados. Vale a pena referir que, quando

proposto um confronto internacional com os demais países que adotaram os ‘Princípios de Bolonha’, a percepção desta realidade não desfavorece a realidade portuguesa: os resultados quanto a uma ‘qualidade semelhante’, neste tipo de trabalhos, assinalam uma pontuação de 3.32 para os doutoramentos e de 3.35 para os mestrados. Ou seja, há uma percepção negativa quanto à evolução deste fenómeno, mas essa percepção tem uma expressão internacional.

Nas duas perguntas que questionaram a comparabilidade entre os dois subsistemas de ensino superior, universitário e politécnico, os resultados não sugerem a assunção de claras diferenças entre os trabalhos neles apresentados – note-se que, atento o quadro legal, a comparação apenas é possível no que respeita aos mestrados –, nem quanto aos temas escolhidos (pontuação de 2.74), nem quanto à qualidade global (2.64).

Numa abordagem comparada entre doutoramentos e mestrados, observa-se, como o autor já havia constatado em 2004, então para os graus concedidos em Geografia, que há uma maior confiança em torno dos doutoramentos, isto sendo que, presume-se, os respondentes ponderaram as expectativas razoáveis que se podem ter em relação a um e a outro grau académico. Na verdade, Bourke e Holbrook (2013, p. 414) revelam algumas dúvidas nesta matéria, quando afirmam que “(...) *it is clear that examiners generally adopted the same criteria for PhD and research masters’ theses.*”

A estratificação dos respondentes não permitiu obter resultados significativamente diferenciados, o que é uma primeira forma de validar a consistência dos dados e da própria amostra. Para maior solidez desta conclusão, aplicámos o teste não-paramétrico de Kruskal-Wallis, sugerido, entre outros, por Meyer e Seaman (2014), tendo chegado aos resultados-síntese constantes no Quadro 4, na qual destacámos apenas as observações que revelaram significância nos limiares de $p < 0,05$ ou $p < 0,01$.

Assim, em resultado da aplicação do teste observa-se uma ligeira tendência para os ‘Especialistas’ terem uma leitura mais positiva de alguns dos conteúdos ora em análise, embora esta tendência tenha um significado pouco expressivo, desde logo porque o desequilíbrio dos valores absolutos em presença (101 doutores *versus* 10 ‘especialistas’) não permite uma comparação robusta.

QUADRO 4. Aplicação do Teste de Kruskal-Wallis

Pergunta	Grau acadêmico		Tempo de obtenção do Grau		Subsistema	
	Significado	Média classificação	Significado	Média classificação	Significado	Média classificação
c			* 0.05	> 5 a 15 anos		
g	* 0.05	> Especialista				
j	* 0.05	> Especialista				
k	* 0.01	> Especialista				

Numa interpretação mais ampla, para lá dos resultados do teste, salientamos, quanto ao tempo de obtenção do grau, que, pese embora não se verificarem diferenças superiores a 3 ou 4 décimas, em todos os indicadores, parece deduzir-se um maior nível de expectativa entre os graduados mais recentes; esta indicação é, aliás, suportada por alguma literatura, como referem Kyvik e Thune:

Furthermore, the analyses support the previous finding that experienced examiners are more positive than the less experienced. The reason is probably that examiners need to have been exposed to a wider range of PhD dissertations to enable them to draw conclusions about the average standard of doctoral theses (Kyvik & Thune, 2015, p. 779).

Finalmente, quanto às diferenças entre os subsistemas de enquadramento, há uma maior convicção nessa matéria entre os respondentes que trabalham no meio universitário (3.00 face a 2.65, no que respeita à “*diferenciação temática entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas*”; e 2.86 face a 2.56, no que respeita à “*diferenciação qualitativa entre os trabalhos apresentados em escolas universitárias e politécnicas*”); por outro lado, os respondentes do meio universitário são mais críticos em relação à qualidade das tarefas de trabalho empírico e de revisão da literatura, mas revelam maior satisfação no que respeita ao processo de escrita e, no geral, às dimensões formais.

Nota final

Num comentário final aos resultados obtidos, consideramos que todos os objetivos de investigação foram atingidos, numa produção de conhecimento que enfatiza as seguintes observações:

- O1: determinar se a qualidade global dos trabalhos que vêm sendo apresentados é boa:** há um sentimento (ainda) positivo, nesta matéria, embora afirmado numa perspetiva não entusiástica, sobretudo no que respeita aos mestrados; os temas escolhidos são habitualmente interessantes e atualizados;
- O2: compreender se essa qualidade se expressa de igual modo nas componentes teóricas e práticas dos projetos de investigação;** talvez com alguma surpresa, afirma-se uma maior confiança no trabalho de revisão de literatura, na solidez conceptual e no próprio processo de escrita, quando em confronto com os resultados obtidos na dimensão empírica; será esta uma ‘realidade setorial’? Haverá algum desinvestimento no suporte que as Escolas dão à dimensão metodológica destes trabalhos?
- O3: questionar o sentido evolutivo da qualidade percecionada nesses projetos;** há uma confirmada inquietação quanto ao sentido evolutivo da qualidade dos trabalhos que se vêm apresentando;
- O4: comparar a qualidade percecionada nos projetos apresentados em Portugal com aquela que é reconhecida nos seus equivalentes internacionais;** não se valida uma perceção que seja tida como desfavorável à realidade portuguesa, nesta matéria;
- O5: questionar se os projetos apresentados no âmbito do subsistema politécnico têm especificidades e/ou níveis de qualidade que os diferenciem daqueles que são conduzidos no âmbito do subsistema universitário;** não se valida a ideia de uma diferença estrutural, nem quanto às temáticas abordadas, nem quanto à qualidade dos projetos sujeitos a avaliação; esta posição prevalecente é mais nítida entre os

docentes do ensino politécnico, que são a larga maioria, do que entre os que lecionam no sistema universitário.

Um assunto que podemos considerar como ‘paralelo’ ao debate anterior é o dos critérios de avaliação utilizados nas diferentes Escolas, isto é, se eles tendem, ou não, a convergir para princípios de coerência e equidade. Os resultados obtidos quanto a esta matéria não são conclusivos, o que, ainda assim, não nos impede de, tal como no nosso anterior estudo sobre esta temática (Umbelino, 2004), sugerirmos uma reflexão em torno da oportunidade de as Escolas convidarem os jurados das suas provas ao preenchimento de uma grelha detalhada de avaliação, com elementos e ponderadores que a elas próprias caberia decidir.

No fecho desta investigação, entendemos que, como resposta à pergunta de partida que formulámos, isto é,

Em Portugal, nas investigações conducentes à concessão dos graus académicos de doutor e de mestre, nos domínios do turismo e hotelaria, a qualidade dos trabalhos apresentados é boa, quando comparada com a equivalente internacional, e equilibrada entre as Escolas dos subsistemas universitário e politécnico?,

se pode aceitar uma posição afirmativa em relação a ambas as ‘partes’ que a compõem, embora com resultados que não permitem uma total certeza. Este remate, não totalmente conclusivo, confirma que o objeto de estudo que seguimos nesta investigação tem total pertinência e atualidade, sugerindo, mesmo, que ele merece continuidade e aprofundamento.

Referências bibliográficas

- Bento, J. (2016). Hora crepuscular: necessidade de balanço e reflexão. *Revista online do SNESUP*, nº 55.
- Bourke, S. & Holbrook, A. (2013). Examining PhD and research master theses. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 38-4, pp. 407-416. Doi:10.1080/02602938.2011.638738.

- Cunha, P. (2009). Carta sobre a Tese a um Mestrando Bolonhês. *Revista online do SNESUP*, nº 31.
- Freixo, M. (2009). *Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas (3ª ed.)*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (6ª ed.)*. São Paulo: Editora Atlas.
- Kiley, M., & Liljegren, D. (1999). Discipline-related Models for a Structured Program at the Commencement of a PhD. *Teaching in Higher Education* 4-1, pp 61-75. Doi:10.1080/1356251990040104.
- Kyvik, S. & Thune, T. (2015). Assessing the quality of PhD dissertations. A survey of external committee members. *Assessment & Evaluation in Higher Education*, 40-5, pp. 768-782. Doi: 10.1080/02602938.2014.956283.
- Landis, J. & Koch G. (1977). The measurement of observer agreement for categorical data. *Biometrics*, 33-159.
- Meyer, J. & Seaman, M. (2014). A comparison of the exact Kruskal-Wallis distribution to asymptotic approximations for all sample sizes up to 105. *Journal of Experimental Education*. 81-2, pp-139-156.
- Miller, D. & Salkind, N. (2002). *Handbook of Research Design and Social Measurement*. California: Sage.
- Naidoo, D. (2015) Understanding non-traditional PhD students' habitus – implications for PhD programs. *Teaching in Higher Education*, 20-3, pp. 340–351. Doi: 10.1080/13562517.2015.1017457.
- Sayer, A. (2003). *Method in Social Science: A realist approach (2ª ed.)*. London: Routledge.
- Sekaran, U. & Bougie, R. (2016). *Research Methods for Business*. Rome: Wiley.
- Umbelino, J. (2004). Doutoramentos e Mestrados na Geografia Portuguesa: dados da sua evolução recente. In *Atas do V Congresso da Geografia Portuguesa*. Guimarães, 14 a 16 de outubro de 2004. Disponível em http://apgeo.pt/files/docs/CD_V_Congresso_APG/web/_pdf/A12_15Out_Jorge%20Umbelino.pdf.
- Werner, E. (2008). The Bologna Process: Building Bridges for Education Internationalization and the Bologna Process: What does it mean for European Higher Education Institutions?, *Journal of Hospitality & Tourism Education*, 20-1, pp. 6-12. Doi: 10.1080/10963758.2008.10696907.
- Wilson, J. (2014). *Essentials of Business Research A Guide to Doing Your Research Project (2ª ed.)*. Londres: Sage Publications Inc.

**A REDE DE CASTELOS E MURALHAS DO MONDEGO;
UM RETRATO HISTÓRICO – CARTOGRÁFICO DA
CINTURA MEDIEVA NUMA GEOGRAFIA POLIGONAL
GUARDIÁ DO PALIMPSESTO AEMINIENSE**

José Gomes dos Santos

Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras,
Universidade de Coimbra

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)

jgs@ci.uc.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7933-342X>

Resumo: A existência de uma cintura poligonal de castelos e muralhas guardiãs da primeira capital do Reino Lusitano – Coimbra – motiva a candidatura a um projeto de construção de uma Rota Turística Cultural que pode ser potenciadora do desenvolvimento local e regional. Apresentam-se relatos históricos e geográficos efetuados com base na consulta de obras literárias de referência e num documento áudio-vídeo desenvolvido, em 2009, pelo Autor no âmbito dos serviços prestados pela empresa iNovmapping (IPN-UC), sobre a plataforma de programação do Google Earth. A inclusão de informação cartográfica, quando justificada, surge como ferramenta de suporte de uma redação deambulante entre a Geografia e a História, cujo remate anuncia uma reflexão crítica acerca da possibilidade de criar uma rota turística com temática cultural. Parte-se do conhecimento do “estado da arte” tendo por base a informação disponibilizada no sítio oficial dos “Castelos e Muralhas do Mondego”, prosseguindo-se com uma formulação heurística e hermenêutica iniciada com a narrativa que dá corpo à fase inicial do trabalho, mas que se

pretende aplicar também ao contexto de criação e implementação de uma Rota dos Castelos e Muralhas do Mondego.

Palavras chave: Rede; Rota Turística; Cintura Medieval; Geografia Poligonal; Palimpsesto.

Abstract: The existence of a polygonal belt of castles and guardian walls of the first capital of the Lusitanian Kingdom – Coimbra – motivates the application for a project of construction of a Cultural Tourist Route that can potentiate local and regional development. Historical and geographical reports are presented based on the consultation of reference literary works and an audio-video document developed in 2009 by the Author in the scope of the services provided by the company iNovmapping (IPN-UC), embedded in the Google Earth's Application Programming Interface. The inclusion of cartographic information, when justified, emerges as a supporting tool for a wandering essay between Geography and History, whose end announces a critical reflection on the possibility of creating a culturally themed tourist route. It is based on the knowledge of the "state of the art" and follows the information available on the official site of the "Castles and Walls of Mondego", continuing with a heuristic and hermeneutic formulation used in the narrative that embodies the initial phase of the work, but which is also intended to apply to the context of the creation and implementation of a Mondego Castle and Walls Route.

Keywords: Network; Tourist Route; Medieval Belt; Polygonal Geography; Palimpsest.

Introdução

Coimbra. Mondego. Geografia. Turismo. Cultura. Por onde começar? O que ainda não foi dito nem escrito sobre esta miríade de notáveis? Falar de Coimbra, numa perspetiva geográfica, é falar da sua estreita ligação ao rio Mondego. Esta ligação é tão forte e encontra-se de tal forma marcada na paisagem, que estudo que a ela não se refira perde valor factual e documental. Mas, se do ponto de vista da ligação geográfica, aos nossos olhos salta, de imediato, o abraço mondeguino ao anfiteatro urbano Aeminiense, do ponto de vista da História, a herança patrimonial revela-nos a estrutura porosa de um livro ancestral que, em pergaminho percursor ou em fiapos fibrosos do segundo

milénio, nos permite desfolhar, com deleite, páginas de uma narrativa reciclada dedicada ao perfil de palimpsesto cultural, uma manta milenar com que se foi cosendo a velha urbe. É acerca desta dupla dimensão nascida da perenidade da equação espaço-tempo que vamos procurar articular uma redação diferente sobre Coimbra, tendo por foco uma rota (pelo menos virtual) dos “Castelos e Muralhas de Defesa do Mondego” ou, melhor, de “Coimbra – capital do Reino” e por ferramenta auxiliar de análise, a produção de cartografia, geral e temática.

À guisa de breve resenha bibliográfica iniciamos este resumido périplo por algumas obras que nos permitiram enquadrar a temática sub-júdice, com as palavras de Fernandes Martins (1983) que nos embalam num movimento fonético de poesia geográfica quando sobre Coimbra nos diz que “...se de qualquer miradouro nos quedarmos a contemplá-la de olhos enamorados – que não será fácil fugir-lhe à sedução, saibamos reconhecer-lhe as excelências do sítio e da posição, mas prestemos rendida homenagem aos homens que souberam escolher e, no fluir das gerações, valorizar essas relevantes condições naturais”. No mesmo viver e em semelhante sentir se enquadram as palavras de Miguel Torga (1993), Homem de trasmontana raiz mas que nela viveu e como Médico e Escritor se notabilizou, quando sobre Coimbra escreveu, “...reclinada molemente na sua verdejante colina, como odelisca em seus aposentos, está a sábia Coimbra, a Lusa Atenas. Beija-lhe os pés, segredando-lhe de Amor o saudoso Mondego”.

Mas, se Fernandes Martins dedicou uma boa parte da sua obra à bacia fluvial do Mondego e, naturalmente, à região de Coimbra, o seu mestre – Amorim Girão, porventura o “Pai” da Geografia portuguesa e a quem se deve o primeiro Atlas de Portugal, havia já desenvolvido vários estudos regionais sistematizados, por vezes, com incursões na própria Arqueologia, mas contando sempre com o suporte de diversa e muito rigorosa documentação cartográfica, imaginando as enormes dificuldades que o geógrafo que havia iniciado a sua atividade profissional há mais 100 anos¹, naquela época, teria de vencer para a aquisição

¹ “Aristides de Amorim Girão pertenceu ao primeiro curso de Ciências Históricas e Geográficas que se iniciou na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em 1911, Bacharel formado e no ano lectivo de 1915-16 (...)”, (REBELO, 2007-08, 163).

e processamento de dados. Só o trabalho de campo explica a dimensão desse rigor e da qualidade do trabalho produzido pelo autor.

A estrutura geológica do relevo onde assentou, e assenta, a malha urbana conimbricense e que influenciou a própria evolução do traçado do Mondego às portas da cidade foram, talvez, os maiores condicionalismos físicos ao desenvolvimento da urbe. Como nos diz Rebelo (1999), o rio foi fundamental para a localização da cidade, que se instalou e cresceu sobre uma colina geminada dominando-o pela sua margem direita. No cimo, onde antes tinha estado a alcáçova mourisca, depois o Paço Real, impõem-se desde o século XVI, os mais velhos edifícios da Universidade. O Autor prossegue como uma notável referência à muralha medieval, dizendo que (...a muralha medieval, de que já pouco resta, demarcava a parte da área urbana a que continua a chamar-se Alta. As suas portas, das quais a de Almedina chegou aos nossos dias, não atingiam a planície de inundação onde progressivamente se foram construindo casas até junto do leito ordinário do rio (*idem*). Assim se compreende que também as cheias do Mondego, que desde tempos históricos afetavam esta área inicialmente considerada fora da cidade (o arrabalde), foram condicionando o seu desenvolvimento, chegando a contribuir para o soterrar de pontes romanas e outros monumentos do vasto património cultural da civitas nas aluviões do rio – veja-se o exemplo do Mosteiro de Sta. Clara-a-Velha.

Mas, se a Geografia lê as cores, a forma e o contexto espacial, já a História, ciência parente, cuida do estudo do tempo-espço, enquanto palco antrópico interativo e dinâmico, ou seja, as terras e as gentes em *continuum devir*. E tal como Jorge de Alarcão (2008), filho da cidade, ilustre Historiador e prestigiado Pedagogo na afamada Universidade que a coroa, pensamos que “não é possível (ou desejável) descrever uma cidade sem convocar os homens – isto é, as personagens da História, pois são os homens que vivem na cidade que a fazem”.

E é neste deambular constante entre Geografia e História que a Cidade canta que se descreve o seu berço pois, Coimbra é uma cidade singular no contexto do território português; o sítio original assenta numa colina talhada em rocha calcária (dolomitos – “pedra morena” que em diversos casos configura a matriz de ornamento e estrutura de muitos dos seus principais monumentos

históricos). É nestes relevos, geralmente salientes na topografia, que se verifica a cota máxima (108m) no local onde atualmente se situa o Colégio das Artes. Este valor contrasta com os cerca de 20m verificados na zona da baixa, topograficamente deprimida, não apenas devido à ação diferencial da erosão mas, também, à contribuição fluvial e oceânica, pois não devemos esquecer que esta terá sido outrora uma paisagem de ria até às proximidades da própria cidade². Em relação à posição da cidade, Alarcão (2008, 25), refere que “... estrategicamente posicionada num eixo meridiano, a antiga via romana que ligava *Olissipo a Bracara Augusta* e, atualmente, Lisboa ao Porto, cortava o rio Mondego em *Aeminium*. Para Ocidente fica o mar. E Coimbra dista cerca de 40 kms da cidade da Figueira da Foz, junto da qual o oceano Atlântico recebe as águas do Mondego e da sua ampla rede fluvial”. A Figura 1, que articula dois documentos histórico-geográficos, permite perceber alguns dos traços que acabamos de desenhar para o sítio e posição de Coimbra.

1. Fragmentos do palimpsesto aeminiense – retratos de uma Geografia poligonal

O que é o palimpsesto aeminiense? Vamos procurar debater este conceito com o auxílio da História, partindo das leituras da montagem do cenário urbano com suas influências romanas, islâmicas e cristãs, salientando alguns dos principais traços da morfologia urbana e monumental das três principais assinaturas culturais e civilizacionais que, com a judaica, foram definindo a identidade de Coimbra. Impõe-se referir que a informação relativa a este tópico resulta da

² “O aquecimento climático que terminou com a glaciação do Würm há uns 10-11000 anos BP, quando acompanhado de épocas húmidas, deu-lhe os caudais que permitiram à maior parte do seu vale ir-se aproximando das características atuais, mas também esteve na origem da ria em que se transformou o seu tramo final. O nível do Atlântico subiu, pelo que, entrando as suas águas por vales glaciares e por vales fluviais, formaram-se litorais de fiordes e rias. A subida terá sido “rápida” até há 8000 anos BP, tendo, por essa época chegado a -20 metros o nível do mar no norte da França. Foi a chamada transgressão flandriana, que poderá ter atingido o seu máximo há 7000 anos BP”, (REBELO, 2012, 151).



Figura 1 – Posição geográfica de Coimbra. (Adaptado de: Mapa hipsométrico, AMORIM GIRÃO, 1958 e Gravura que representa a cidade de Coimbra na 2ª metade do Séc. XVI, “*Illustris Ciuitatis Conimbria in Lusitania ad flumen ilundam effigies*”, de Georg Hoefnagel, colorida por Braun, possivelmente datada de 1566/1567 e publicada em 1598 na obra “*Civitatis Orbis Terrarum*”, editada em Colónia, Silva, 1964, I, estampa 1).

recolha e do processamento de informação e conteúdos histórico-geográficos obtidos a partir de trabalho de campo e da consulta das obras dos autores nela citados, e que ficou plasmada em documentário intitulado “Coimbra: Rota da 1ª Dinastia – Afonsina ou de Borgonha”³, um estudo desenvolvido pela empresa iNovmapping Lda (IPN-UC), da qual o Autor deste documento foi fundador, em 2009, e CEO até 2011.

1.1. A herança romana

A cidade romana de *Aeminium* e a medieval de Kulumbriya, tiveram almas e feições diferentes. A influência cristã viria a dar-lhe os retoques mais recentes, facto que nos permite falar num complexo “palimpsesto de civilizações e de culturas”. Ainda que o significado do seu topónimo romano não tenha sido descodificado de modo consensual, alguns autores atribuem-lhe uma conotação com “altura” ou “elevação”. De acordo com Alarcão (2008), “É sabido (...) que pelo menos até ao séc. VII se cunhavam aqui moedas de reis visigodos. A primeira referência literária a *Aeminium* acha-se na “História Natural” de Plínio, sendo esta uma das razões que nos levam a acreditar que *Aeminium* foi escolhida como capital da *Civitas*, aquando de uma reorganização político-administrativa da Hispânia, entre os anos 16 e 13 a.C. (...) Mas foi apenas em 1888 que, após a demolição de um prédio ao fundo da Couraça dos Apóstolos, surgiu a inscrição consagrada a Constâncio Cloro posta pela *civitas Aeminiensis*, em 305 ou 306 d.C. O achado desta lápide extinguiu a polémica sobre a localização de *Aeminium* e de Conímbriga (hoje, as ruínas de Condeixa-a-Velha). Atravessada

³ “Rota da 1ª Dinastia” é a nova ferramenta promocional da Turismo de Coimbra, E.M. Trata-se de um novo roteiro sobre a cidade, um percurso especializado que está acessível online (www.turismodecoimbra.pt), com recurso a monumentos modelados em 3D, que permite realizar uma visita virtual ao património cultural. A rota “permite sublinhar, de forma muito atrativa, o papel central de Coimbra na formação do reino de Portugal”, sublinha a Turismo de Coimbra no comunicado enviado à redação. A propósito da nova plataforma e do novo guia sobre a cidade de Coimbra também apresentado, Luís Alcoforado, presidente do Conselho de Administração da Turismo de Coimbra, E.M., comentou que “avançamos significativamente na informação turística que disponibilizamos aos nossos visitantes” (*in* Público, edição de 1 de Outubro de 2009).

por uma das mais importantes estradas romanas do oeste peninsular, o *oppidum* de *Aeminium*, seria engrandecido pela edificação de importantes monumentos dos quais se destaca o fórum (atual Museu Nacional de Machado de Castro), o primeiro e mais importante de todos os seus contemporâneos”.

A “estrada romana”, outro dos testemunhos da sua presença por estas latitudes, teria passado pela Rua Ferreira Borges (que ainda no início do séc. XX era conhecida como “a calçada”), e poderá ter seguido até ao local onde mais tarde, em 1131, viria a ser edificado o Mosteiro de Santa Cruz (ALARCÃO, 2008). De acordo com o Autor, a entrada meridional de *Aeminium*, seria marcada por um caminho ao longo do contraforte, muralhado por bons silhares, onde se destacaria a atual Rua da Alegria, a em tempos chamada “Via Longa”. Este teria sido o início de uma via que ligava a cidade à *splendissima civitas* de Bobadela (Oliveira do Hospital). Na parte baixa da cidade, o eixo romano poderá ter perdido importância quando, na Idade Média, as áreas entre o Mosteiro de Santa Cruz e o rio e, entre a rua Direita e a rua do Corvo foram urbanizadas. Já em 1930, Vergílio Correia admitira que nesta área poderiam ter até existido umas termas, sendo esta outra das provas da presença da cultura e da civilização romanas.

Na mesma obra, o Autor destaca que “...Intra-muros, a irregularidade topográfica não teria permitido o desenvolvimento de ruas verdadeiramente ortogonais, ainda que o *decomanus maximus* (principal rua com orientação este-oeste), pareça ter correspondido a um eixo compreendido entre a área do castelo medievo (largo D. Dinis – Departamento de Matemática) e, acompanhando o aqueduto, seguiria até ao canto sudeste do fórum onde encontraria o *cardu maximus* (rua principal Norte-sul). Daí seguiria até à rua do Quebra Costas, definindo um traçado que por ser demasiado quebrado não é de todo consensual. Ligando a área da atual Porta Férrea ao largo D. Dinis, a rua Larga, poderá corresponder em parte a um eixo com raízes romanas, ao longo do qual poderiam ter existido as *domus* de algumas famílias mais importantes e abastadas”.

Da época romana, pela sua importância e monumentalidade, destacam-se alguns edifícios, entre os quais o centro cívico ou Fórum. Erguido como era uso, bem no centro da cidade, o sítio escolhido, por não ser uma área aplanada, segundo Alarcão (*op. cit.*) obrigou à construção de um criptopórtico com suas

galerias, “grotas” ou “covas medievais”, edificado em dois andares, do lado poente (voltado para a rua das Covas ou Borges Carneiro), estrutura que terá assentado sobre um possante paredão e bem consolidado aterro. Segundo o Autor, não é certo que o projeto original tenha contemplado uma basílica ou um templo de culto imperial, mas à semelhança do fórum de Conímbriga, nos finais do séc. I d.C., este poderá ter sido reformulado. Fazemos notar que a importância de Coimbra nos inícios do séc. I, bem como da maioria das cidades lusitanas (e da Península Ibérica, em geral), era reduzida pois entrava na categoria de *oppida stipendiaria* (ALARCÃO, 2008), ou seja, eram cidades cujos naturais não tinham as mesmas regalias dos cidadãos romanos, mas nos fins do séc. I d.C. foram convertidas em municípios, passando os seus habitantes a reunir as mesmas regalias dos romanos.

Se o Forum foi a alma popular da cidade, já a Sé Velha, outro dos principais monumentos de intra-muros, ou seja, da Almedina, onde a herança romana é bem evidente, foi a catedral de culto religioso. Segundo Alarcão (*op. cit.*), ligava-a à porta de Almedina, um dos mais importantes eixos da cidade, uma ladeira com forte inclinação que teria início acima do Quebra-Costas, (atualmente convertida em escadas), facto que leva a pensar que o acesso a carroças seria difícil ou mesmo impraticável. Todavia, estão, porém, documentadas muitas e diversas atividades comerciais, que por aí se efetuariam nas várias tendas de artífices e comerciantes (as designadas tendas superiores e tendas inferiores). De acordo com o Autor, “...remontando aos tempos visigóticos, a área original de implantação intramuros terá sido pensada de modo a servir de sede episcopal, na ocasião em que o Bispo de Conímbriga se transferiu para *Aeminium*. Nessa época (séc. VI a VII), a Sé de Coimbra deveria integrar-se num complexo mais amplo para além do templo. Do conjunto, boa parte teria resistido à ocupação islâmica e reconquistas cristãs, até ao ano de 1094, ainda que se admita ter sofrido alterações significativas desde o séc. VI. Mesmo nos finais do séc. XI a Catedral seria modesta à semelhança dos edifícios que ocupariam os lados do designado *atrium australis*.

E fora das muralhas? De todos os monumentos edificados no Arrabalde que se foram povoando desde a reconquista de 1064 é, porventura, o Mosteiro

de Santa Cruz (1131-1150) o mais importante, pelo simbolismo que se lhe associa mas também pelos impulsos vários que os cruzados terão promovido para o crescimento da cidade. Após a doação de D. Afonso Henriques do *balneum regis* a Dom Telo, em 1130, a sua implantação poderá ter origem numa terra romana e, não sendo segura esta hipótese, é provável que a edificação do Mosteiro possa ter assentado num setor de leque aluvial deltaico, região vestibular da *torrente dos banhos régios* (ALARCÃO, 2008). A importância religiosa e grandioso significado régio do Mosteiro de Santa Cruz lêem-se no facto de D. Afonso Henriques, bem como o seu filho D. Sancho I, terem os seus restos mortais ali depositados, factos que terão conduzido à sua promoção a Panteão Nacional, em Agosto de 2003.

Na mesma obra, o Autor destaca também a edificação das igrejas de São Tiago e o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha no Arrabalde. “A igreja de São Tiago é muito antiga, provavelmente do séc. X, mas não se exclui a hipótese de poder remontar aos primeiros tempos do cristianismo. A história desta Igreja, à semelhança da de S. Bartolomeu, ambas localizadas fora de portas junto à atual Praça Velha, parece estar ligada a tempos anteriores à reconquista de 1064, onde teriam inclusivamente outras designações; a Igreja de S. Bartolomeu (antes S. Cristóvão, estaria até voltada a ocidente) e São Tiago (teria a designação de São Cucufate)”. Também fora de portas, localizado em leito de cheia na margem esquerda do Mondego, o Convento ou Mosteiro de Santa Clara-a-Velha constitui um dos mais interessantes monumentos religiosos de Coimbra. Segundo Alarcão (*op. cit.*) “...deverá ter sido fundado em 1283 por Dona Mor Dias, no local primitivo do núcleo das monjas clarissas, este mosteiro foi dedicado a Santa Clara, sinal da popularidade das ordens mendicantes (de inspiração franciscana) que na época chegavam a Portugal. (...) Depressa a comunidade fundadora se viria a envolver em conflitos com os monges cruzados, o que conduziu à sua extinção em 1311. D. Isabel de Aragão, esposa de D. Dinis, (que seria sagrada Rainha Santa – padroeira da cidade, e ficaria conhecida pelo célebre milagre das rosas), solicitou ao Papa a edificação de um mosteiro nesse mesmo local onde, em expresso desejo, pedira para ser sepultada”. O Autor prossegue, referindo que a igreja, sagrada em 1330, apresenta uma arquitectura que combina os estilos românico e gótico. A cons-

trução posterior do claustro e de outras dependências, logo veriam as cheias do Mondego soterrar parcialmente a estrutura, fossilizando um recinto que apenas nas décadas mais recentes voltaria a ser exumado com as obras de recuperação iniciadas em 1991, revelando aí todo o seu esplendor arquitetónico. As sucessivas cheias do Mondego motivariam a transferência das monjas, bem como do túmulo da sua fundadora, para o Mosteiro de Santa-Clara-a-Nova.

A concluir este resumido périplo pelos monumentos e outros testemunhos da herança romana presentes na cidade de Coimbra, destacamos mais duas reflexões que nos são propostas por Jorge de Alarcão (*op. cit.*); uma primeira tem a ver com a possibilidade de, enquanto capital da *civitas, Aeminium* ter tido outros monumentos de enorme importância como um anfiteatro, e, mesmo um teatro, porventura, localizados a norte do Fórum. Uma segunda ideia que destacamos na mesma obra, confronta-nos com o longo aqueduto do qual hoje vemos apenas a parte dos Arcos do Jardim, estrutura que teria continuidade para NE para captação de águas, e cuja nascente se deveria localizar entre a rua Pedro Monteiro e a Avenida Afonso Henriques. Segundo o Autor esta infraestrutura revela a já considerável extensão e importância da cidade, sendo de admitir que os sucessivos e consideráveis desníveis topográficos da urbe possam ter obrigado os romanos a desenvolver sistemas de elevação de água, tecnologia que já dominavam com notável mestria.

Quanto a outros testemunhos de origem romana, Alarcão (2008) refere que é geralmente aceite a ideia de que as necrópoles ficariam fora da área urbana e se alinhariam pelas vias. Na área do castelo, fora da muralha, terá porventura existido uma das mais importantes necrópoles da época, e admite que a área da Praça Velha tenha também fossilizado uma outra necrópole localizada “fora de portas”.

1.2. A herança muçulmana

A cidade muçulmana que, na literatura da especialidade, surge com mais do que uma designação, por exemplo, *Qulumriyya* ou *Qulumbriya*, veio

conferir novas assinaturas, arquitetónica e urbana, à cidade. De significado nem sempre descodificável, a presença muçulmana traduz-se por duas lógicas distintas mas complementares: uma de desconstrução-reconstrução e, outra, de construção de raiz. Segundo Alarcão (2008), veio introduzir novos emblemas culturais, traços indeléveis de origem árabe consequentes da conquista liderada por Abd al-Aziz, em 714 ou 715. O Alcácer que viria a ser berço do Paço Real e das Escolas (Universidade), poderá datar de meados do séc. VIII. Investigações efetuadas por Pimentel (2005) e seus colaboradores, demonstram que este foi sem dúvida um dos mais importantes legados da cultura muçulmana, com que a velha urbe coimbrã brinda todos quantos a ela se deslocam para a contemplar. A influência muçulmana viria a materializar-se ainda pela edificação de uma Mesquita, cujos vestígios não foram ainda identificados, mas de acordo com Walter Rossa (2001), a Sé e a Mesquita poderiam mesmo ter existido lado a lado. A cidade ficava então definida por dois espaços bem diferenciados: a Almedina (o espaço intramuros) e os Arrabaldes, que eram já áreas distintas no sítio e na posição, na morfologia e nos significados culturais dos monumentos e dos edifícios mas, também, das pessoas que lá viviam.

Marcada pelas batalhas de motivação militar e religiosa, conquistas muçulmanas e reconquistas cristãs viriam a dar corpo a uma estrutura urbana, da qual são testemunho alguns dos principais monumentos da cidade, a par com os vestígios relíquia da própria muralha e seus castelos, paladinos de uma História rica em histórias de evolução cultural e urbana.

Mas, se os problemas de cronologia e de traçado continuam a dividir opiniões entre especialistas, já **a existência de muralhas em Coimbra** terá sido um facto incontornável. De acordo com Alarcão (2008), a maioria das opiniões aponta para uma obra de Afonso III das Astúrias, pelo ano 878, embora outros autores tenham recentemente defendido a possibilidade de ser atribuída a Almançor. De qualquer forma, aquando da Reconquista de Fernando Magno, em 1064, Coimbra teria já a sua muralha e esta não deveria ter sofrido grandes alterações depois desta data, até ao tempo de D. Fernando (finais do séc. XIV).

Então porquê falar-se em muralhas e não em muralha? Por um lado, porque se admitem as origens romanas, a reconstrução suevo-visigótica e, posteriormente, moldura com retoque cristão. Por outro lado, segundo o mesmo Autor, a existência de panos simples de muralha e de setores com reforço frontal da estrutura principal permitem falar em barbacá de muralha e, em alguns casos, barbacá de porta, a par com a de muralha. Por outro lado, ainda, porque se pensa que a própria alcáçova poderia ter sido protegida por uma muralha interior e porque terão existido estruturas acasteladas dentro da própria muralha. Todas estas hipóteses e os documentos que as atestam concorrem e legitimam a utilização do termo no plural. Não obstante, a localização das estruturas acasteladas, dos torreões, das barbacás e dos próprios contornos das muralhas exteriores não é consensual entre os vários especialistas. Pela confiança que nos oferece o Autor, optámos por seguir, de perto, o que nos relata a obra que tomámos para referência nesta abordagem.

Onde hoje se localizam o largo de D. Dinis e o edifício do departamento de Matemática, existiu um castelo e respectiva Porta! Algumas das gravuras mais conhecidas (como a de Baldi e a de Hoefnagel), apesar de fantasistas, ilustram a localização de uma forma acastelada nesta área da cidade. Outros documentos, como a planta pombalina que serviria de base para a reforma da cidade que o marquês promoveu, em 1772, e cujas obras estiveram a cargo do inglês Guilherme Elsdén, destacam a presença do Castelo de Coimbra, com as suas duas torres (quadrada – castelo novo) e (pentagonal – castelo velho), na área já referida. Está também documentada a existência de uma porta (Porta do Castelo ou Porta do Sol, pois que estava voltada a nascente), referida em documentos do tempo de D. Sesnando (1087 e 1088). Outras infraestruturas definiram a moldura muralhada desta área da cidade e dela constam uma barbacá e um fosso ou cava, que reforçavam a defesa contra os ataques muçulmanos vindos de Sul (de Penela ou de Soure).

Ultrapassando a dúvida levantada por vários investigadores sobre a localização do castelo de Coimbra, outra hipótese defende a existência de um castelo junto da Porta de Belcouce, mas porque tal ideia nunca foi devidamente esclarecida, seguimos a nossa rota acompanhando para sul a cortina da muralha. Depois

dos torreões e da Porta do Sol ficaria algures uma “falsa porta” que poderá ter correspondido à “Porta de Ibn Bodron” documentada em 1094, cujo nome terá migrado para “Porta de Genicoca”, pois assim era chamada a vertente sobranceira ao jardim botânico, ou ainda, “Porta da Traição” (ALARCÃO, 2008). Segundo o Autor, os documentos conhecidos não elucidam de forma satisfatória sobre a sua localização, mas apontam a interseção do topo da Couraça de Lisboa com o sector meridional da Rua de São Pedro, como área mais provável. Da Porta de Genicoca, a muralha descia pela couraça de Lisboa, até à Estrela. Por outro lado, outras fontes documentais como a planta pombalina realizada por Guilherme Elsdén, ilustra o traçado da própria muralha e seus cubelos neste setor da cidade.

A gravura de Hoefnagel (cfr. Fig. 1) ilustra a Couraça de Lisboa como um caminho protegido por uma cortina de muralha exterior com duas torres, caminho que daria acesso ao rio. De acordo com Alarcão (2008), a eventual existência de um arco explicaria o acesso desse caminho via Rua da Alegria, à Estrada da Beira. A análise dos vários documentos conhecidos e as várias jornadas de escavações, algumas das quais efetuadas recentemente, levam a admitir a existência de um Castelo nesta área da cidade (dando corpo à hipótese de um Castelo à Estrela). Não sendo inequívoca a experiência, Jorge de Alarcão (*op. cit.*) destaca as fortes semelhanças de forma e dimensão decorrentes do ato de sobreposição com a planta do Castelo de Guimarães e, similar na forma, mas menor nas dimensões a comparação que se estabelece com o castelo de Penela. Não admira, pois, que se coloque a hipótese de aqui ter existido, junto à Porta de Belcouce, uma outra forma acastelada, possivelmente de idade sesnandina. Da Porta de Belcouce a muralha seguia, em caminho quase paralelo ao rio, até à Porta de Almedina. Este setor, geralmente referido como barbacã erguida no tempo de D. Fernando (1373), interromper-se-ia junto do Arco de Almedina, mas depois teria prolongamento até à Porta Nova. Considerada como “porta de muralha”, a Porta de Almedina deveria ter um Arco e dois torreões que passaram, por certo, por diversas fases de reconstrução. A primitiva porta, que se admite poder remontar a tempos romanos, deveria localizar-se no seguimento do *decomanus maximus*, ou seja, no enfiamento do atual Quebra-Costas.

A importância estratégica da sua localização terá motivado uma estrutura mais complexa, admitindo-se mesmo que poderia tratar-se de uma barbacã dupla, de porta e de muralha, culminada por torreões e cubelos de idade e número imprecisos, que condicionavam o acesso ao interior da urbe, feito por dois arcos. Do que desta estrutura resistiu à erosão, do tempo e também das dinâmicas das sociedades que posteriormente a viveram e lhe deram outros significados, destaca-se o arco quebrado (porta de barbacã?) e a porta interior (Arco de Almedina).

Da rota e do percurso muralhado fala-nos também a Torre D'Anto, torreão de planta retangular, também conhecido por “Torre do Prior do Ameal”. Este importante cubelo ficaria a caminho do Paço de Sub-Ripas e ambos se localizariam a ocidente da Porta Nova, que terá existido ao fundo da Couraça dos Apóstolos. Entramos no setor norte da cintura de muralha, área de fronteira com o importante Mosteiro de Santa Cruz e, por isso, se postula a existência de uma Porta que a ele desse acesso, ainda que, muito restrito. É que da Porta de Almedina à do Sol, não consta outra possibilidade de comunicação, pedestre ou por veículos, entre a Almedina e o Arrabalde, significativamente povoado no entorno do templo crúzio (Alarcão, 2008).

1.3. A herança cristã

Depois da apresentação das hipóteses que nos conduziram à leitura das principais influências romanas e muçulmanas, eis-nos chegados ao período da 1ª Dinastia e ao quase definitivo domínio cristão sobre os desígnios da cidade, que muitos consideram medular no reino dos lusitanos, pois, certo parece ser que... **aqui se fez Portugal!** E a leitura até tem fundamento sólido! A cidade de Coimbra desempenhou as funções de capital do reino desde o tempo de D. Afonso Henriques até ao de D. Afonso III, e foi escolhida para a reunião das Cortes, mesmo depois do início da Dinastia de Avis. As primeiras Cortes que aqui se realizaram foram as de 1211 (provavelmente de Abril a Junho), por iniciativa de D. Afonso II. Aí foram promulgadas as primeiras leis gerais do

reino, assentes na ideia de que o rei é o único detentor tradicional do poder político e social.

Na sequência da visita efetuada anteriormente pelo circuito provável das muralhas, dos castelos e de alguns dos principais monumentos relíquia de Coimbra, refletindo em torno dos seus significados na Rota da 1ª Dinastia, avançamos agora para uma narrativa de referências e factos relacionados com o domínio cristão, destacando-se, em particular, a importância do Paço Real ou Paço das Escolas (a Alcáçova, palácio fortificado onde vivia o governador da cidade no período de domínio muçulmano), enfim, a Universidade, que consagra à Lusa Atenas o estatuto de “Morada da Sabedoria”, um título tão oportuna e inteligentemente utilizado por Pimentel (2005). A sua história, assim como o conhecimento da evolução provável da arquitetura primitiva, ajudam-nos a perceber os traços que atualmente lhe reconhecemos, os quais decorrem de um conglomerado de influências culturais e de funções que orientaram essa mesma evolução.

Passam este ano 912 anos sobre a data provável do nascimento de D. Afonso Henriques, em 1109. Sobre o lugar onde terá nascido não há certezas, mas são vários os autores que defendem que uma das possibilidades terá mesmo sido Coimbra, e o local, a própria alcáçova. Aliás, com exceção de Dom Pedro I, pensa-se que todos os reis da casa de Borgonha terão nascido em Coimbra. Enquanto capital de D. Afonso Henriques, Coimbra deverá ter sido assim descrita pela primeira vez, entre os anos 1128 e 1185. Fundada inicialmente em Lisboa e legitimada por bula papal, no ano de 1290, com o nome de Estudo Geral, a Universidade foi transferida para Coimbra, para as proximidades do Paço Real da Alcáçova, em 1309, por ordem de D. Dinis. Regressaria a Lisboa 30 anos mais tarde, onde permaneceria até 1354, ano em que regressou novamente a Coimbra. Em 1377 voltaria para Lisboa e aí permaneceria, até que volvido quase século e meio, seria transferida definitivamente para Coimbra, sob a designação de Estudos Gerais, por ordem de D. João III. Apesar de durante muito tempo disputar algumas cátedras com o Mosteiro de Santa Cruz, nomeadamente, de Teologia, a Universidade viria a revelar-se o centro dos principais estudos depois da sua transferência definitiva para Coimbra, no ano de 1537.

De acordo com relatos de vários historiadores, de entre os quais se destaca a já citada obra de Alarcão (2008), a base da atual construção deriva de um recinto fortificado e, ainda que não seja consensual a hipótese, a sua edificação tem sido atribuída a Almançor, em 994, após a conquista da cidade em 987. A evolução arquitetónica da alcáçova muçulmana de Qulumriyya, com suas torres circulares e cubelos, resultaria assim na mais notável expressão de arquitetura militar, porventura, de toda a península Al-Andaluz. Esta estrutura viria a transformar-se em morada régia com título de Paço ou Palácio Real e, mais tarde, na Morada da Sabedoria, pois aqui residiram também os primórdios das fontes superiores do saber em terras lusas. Depois do esqueleto militar de origem muçulmana que a reconquista de Fernando Magno, em 1064, haveria de destruir parcialmente, sendo posteriormente restaurada em 1080, o Paço Real da Alcáçova – a primeira de entre as residências régias portuguesas, veria nascer por iniciativa sesnandina, as primeiras edificações em pedra, pré-românicas, embrião do palácio. Delas se destacam a capela dedicada a S. Miguel (que seria o arcanjo protetor do próprio Rei Dom Afonso Henriques), e uma aula adjacente, ambas alojadas na ala poente da muralha.

Do muito que haveria para dizer acerca do mais famoso palácio acastelado de terras portuguesas, em jeito de conclusão, vamos ao encontro das palavras de Pimentel (2005), quando, em breve síntese refere que “...ao fixarem em Coimbra a capital do jovem reino Português, Afonso Henriques e os seus imediatos sucessores ocuparam as moradas dos governadores cristãos (das reconquistas que aí alternaram, ao sabor da fortuna das armas, com o ocupante árabe; este, por seu turno, herdara de igual modo os espaços habitados pelos antigos reis visigodos que aqui estabeleceram capital e cunharam moeda, por certo aproveitando, também eles, construções romanas estabelecidas sobre o primitivo “*oppidum de Aeminium*”. Assim se compreende que a massa principal dos edifícios universitários que ocupam o lugar da Alcáçova, combinem a grandiosidade da arquitetura românica com os adornos góticos, factos que são confirmados pela presença de janelas de arco quebrado incorporados nos muros e pelo que resta da época manuelina. Na mesma obra, refere-se também a importância das influências renascentistas, barrocas e do italianismo setecentista, enquanto

marcas de uma alcáçova cristianizada. Forte-Palácio e Escola compõem, pois, a trilogia única que confere singular identidade cultural ao edifício primeiro da Universidade de Coimbra.

Este é, pois, um retrato da cintura medieva com raízes romanas e descendência cristã, fruto de uma História poligonal que está na génese do conceito de palimpsesto cultural e civilizacional que referimos no próprio título do trabalho. Mas, se os polígonos estão presentes na dimensão histórica desta redação, também na Geografia a geometria 2D se pode associar à própria Rota da Rede de Castelos e Muralhas da Linha Defensiva do Mondego, bem como à própria ossatura da paisagem urbana e da sua evolução; da morfologia dos sítios e das posições da Almedina e do Arrabalde à geometria das muralhas e dos castelos medievos da urbe, sem esquecer a geometria social, demográfica e religiosa que foram evoluindo ao longo do tempo, os polígonos assumem um carácter de metáfora que se ajusta na perfeição ao retrato que procurámos deixar aqui presente.

2. Castelos e Muralhas do Mondego (Coimbra – Capital do Reino); uma Rota Turística?

“Turismo” pressupõe “lazer e mobilidade”. Nos tempos atuais, pressupõe também “agilidade e, “flexibilidade mental (cognitiva e emocional)” para vencermos ou, apenas, contornarmos contratempos e nos orientarmos na dispersão de uma oferta difusa e, cada vez mais idiossincrática ou rendida a modas; em última análise, concorre para vencer contratempos decorrentes da massificação do turismo, alguma desorganização ou disfuncionalidade (consequente ou não) e, seguramente, falta de eficiência dos operadores e dos organismos que tutelam a dinâmica turística. As novas Tecnologias de Informação Geográfica (TIG), destacando-se as ferramentas (software e hardware) de georreferenciação e geoposicionamento mas, também, as redes sociais digitais e tudo o que a WEB 2.0 (Plataforma Read-Write) possibilitaria, introduziram substantivas alterações aos tipos de mobilidade das populações, em toda a cadeia do produto/serviço

turístico: desde a pesquisa dos lugares (onde vou?) à chegada ao destino (onde vou ficar?), passando pelos meios e pelos processos operacionais da deslocação (“como vou?”, “por onde vou?”, “quando vou?” ou, até, “com quem vou?”, “o que vou ver?” e “quanto tempo fico?”). Mas, para um indivíduo ou um grupo gerir a sua mobilidade e a “...deslocação por lazer, ou onde o lazer também esteja incluído, é necessário tempo, mas tempo livre, isto é, tempo de não trabalho” (CRAVIDÃO, 1996).

O caso dos castelos e muralhas do Mondego é um exemplo de incentivo e indução à mobilidade turística com motivação cultural e patrimonial. Julgamos, até, que nada mais que o património cultural de um território pode ser mais autêntico, mais identitário desse território, por refletirem quase sempre os recursos endógenos e a relação entre o espaço e as gentes que o vivem e o cunham. Por essa razão, a definição de rotas temáticas com assinatura marcadamente cultural tem vindo a constituir um novo paradigma na conceção do conceito de “Turismo”, por muito difuso que seja, mas que, no caso presente, na verdade, não passa de roda dentada... de uma ilusão. Qual “geringonça” alavancada na marcha irrequieta do desenvolvimento regional e local, falamos em ilusão porque o seu suporte é, precisamente, de tipo “geringonciano”, falta-lhe estrutura, organização, sustentabilidade e, com elas, a arquitetura de uma máquina eficiente, produtora de mais-valias substantivas para os territórios colaborantes. Em torno do tema “Rede de Castelos e Muralhas do Mondego”, não existe ainda, em nossa opinião, uma verdadeira estrutura de trabalho cooperativo e colaborativo, inter-institucional, que transforme cada um destes territórios moleculares numa dimensão de “mole turística” capaz de competir com outros territórios naturalmente dotados de maior poder de atração, como é o caso, por exemplo, do “Turismo de Sol e Praia”.

O planeamento de rotas turísticas é, portanto, uma subestrutura que assume uma dimensão de planeamento cooperativo o que, nas palavras de Reed (1999) pode ser definido como “planeamento turístico colaborativo”; ou seja, ambos os termos revelam a importância do efeito “comunidade” e da construção de “redes espaciais”. Este tipo de organização – redes espaciais colaborativas de turismo – são constituídas por um pacote de produtos turísticos em “rotas

inclusivas” em torno de temas específicos como “rotas de folclore”, “rotas temáticas de arquitetura”, “rotas gastronómicas”, “rotas enológicas” ou “rotas religiosas” que fazem apelo a uma mobilidade flexível do turista que se mova em função da atratividade que os lugares, geograficamente próximos mas dispersos, representem em função de um tema. Acompanhamos Briedenhann & Wickens (2004) quando referem que “o desenvolvimento do território apoiado no turismo e nas rotas turísticas pode ser francamente estimulado pelo agrupamento de atividades e atrações em áreas menos desenvolvidas e estimula a cooperação e parcerias entre as comunidades nas regiões locais e vizinhas”. Ora, parece-nos ser esta estratégia, assertiva e organizada, que está ainda em deficit no tema em causa.

Mas, viajemos um pouco pelo “estado da arte” em torno do tema dos Castelos e Muralhas do Mondego. No dia 9 de fevereiro de 2011 foi criada a Agência para o Desenvolvimento dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego cuja moldura jurídica – associação privada sem fins lucrativos – tem por desígnio promover o desenvolvimento cultural, turístico e económico da Rede Urbana como marca agregadora do património medieval da região do Mondego (artigo 2.º, Capítulo I, Estatutos da Associação). Este organismo acaba por materializar o esqueleto de uma entidade que resulta de uma parceria correspondente a um processo estruturado de cooperação entre municípios, entidades públicas e entidades privadas que se propuseram implementar um projeto de desenvolvimento territorial conjunto, centrado em fatores distintivos patrimoniais, da qual nasceria a “Rede de Castelos e Muralhas do Mondego”. Esta Rede, em torno da qual foi idealizada a Linha Defensiva do Mondego, conta com a participação colaborativa de catorze parceiros (<http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/quem-somos>) em representação formal dos: Castelos de Coimbra, Lousã, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penela, Soure e a atalaia de Buarcos que, na fonte acima mencionada são referidos, erradamente, como fazendo parte integrante, da **Linha Defensiva do Mondego** com a qual está conotada uma delimitação geográfica confinada à sua bacia fluvial. A esta fronteira associaram-se, anos mais tarde, outras estruturas como o Castelo de Pombal ou de Germanelo, palcos de conflitos armados, de instabilidades e

perigos, mas também de convivências, permeabilidades e amores. Ora, em rigor, o Complexo Monumental de Santiago da Guarda (Ansião) está já na bacia do Tejo (figura 2), facto que resulta na necessidade de ajustar não tanto os conceitos, mas, porventura, as designações referentes à bacia do Mondego, apesar

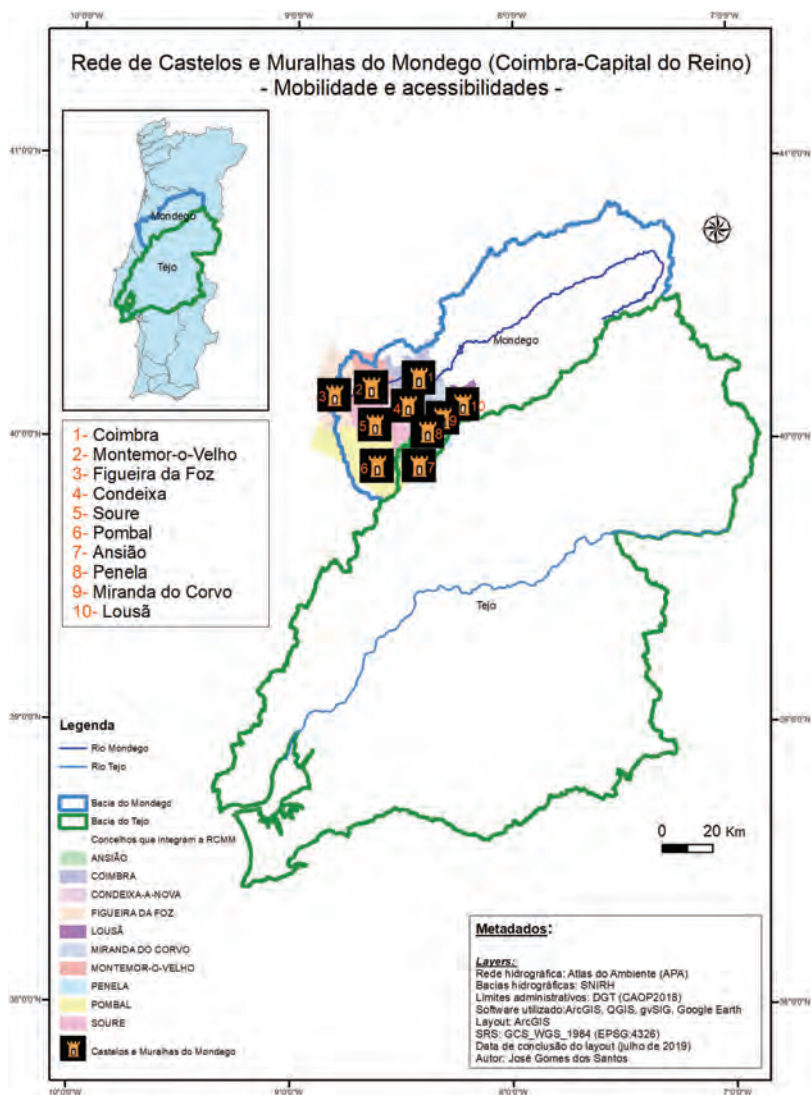


Figura 2 – Localização dos elementos da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego.

de tudo, claramente, o coração do pulsar geográfico da Rede. Por outro lado, se a designação estivesse centrada em “Coimbra” e não em “Mondego” (mais ajustada a uma lógica de consumo interno) a escalabilidade da própria Rede seria bem mais promissora porque a marca “Coimbra” vende muito melhor, para mais gente e para gente mais distante, do que a marca “Mondego”.

Tentámos, desta forma breve, descrever a ontogénese da Rede de Castelos e Muralhas do Mondego, a qual procura dignificar uma história do legado Sesnandino e, a partir do património histórico e cultural, criar um produto turístico de excelência, assente na valorização da Linha Defensiva do Mondego (e de Coimbra – à época, a capital do Reino) e na mobilização de parceiros para a criação de dinâmicas conjuntas.

2.1. Rotas turísticas e desenvolvimento territorial

Como tivemos oportunidade de demonstrar em ponto precedente do trabalho, o património arquitetónico-cultural de Coimbra tem um valor inestimável que ultrapassa, em muito, o da sua vetusta Universidade – recordamos, com propósito, que a própria UNESCO reconheceu a “Universidade de Coimbra – Alta e Sofia” como Património Mundial –. Esta ideia, que sublinha o essencial da reflexão de Cravidão (1989), parece constituir razão bastante para equacionar a hipótese de identificar o “ponto de partida” para qualquer ensaio de definição de uma Rota cultural que tenha por base os castelos e as muralhas de defesa do Mondego. Mas discuta-se primeiro este conceito – Rota – para que se perceba o alcance das reflexões e propostas supervenientes.

Uma rota cultural enquadra-se nas designadas *Themed Touring Routes* (TTR). Na obra de Araújo (2017), a Autora refere que estas rotas conectam atrações, naturais ou artificiais, com base num determinado tema e que são acessíveis através de um meio de transporte.

A definição de rotas turísticas de sucesso, em contextos que alguns autores, como Meyer (2004), apelidam de *pro-poor*, depende de diversos fatores, desde logo, a promoção do produto, a criação de uma “marca territorial

exclusiva” e as técnicas de *Geobranding* e de *Geomarketing*, sobretudo, as que são particularmente dirigidas ao público-alvo potencial – *Target Market Segment*. De acordo com Araújo (2017), um início bem-sucedido de rotas exige a articulação do seguinte: ativos turísticos locais; capacidade de transporte aéreo e requisitos de infraestrutura; planeamento físico; análise de mercado; criação de instituições locais e padrões de qualidade do turismo. A Autora (citando Meyer, 2004) refere também que é possível identificar, em particular, cinco fatores estruturais para o sucesso das rotas turísticas:

- i) Redes de cooperação, pensamento regional e liderança;
- ii) Desenvolvimento de produtos, infraestrutura e acesso;
- iii) Participação da comunidade, desenvolvimento de microempresas e inovação;
- iv) Informação e promoção;
- v) Um foco *pro-poor* explícito.

Parece até simples perceber que, reunidos alguns dos requisitos acima referidos, a constituição de uma rota temática de sucesso possa rapidamente traduzir-se num investimento coletivo e cooperativo que traz mais-valias em termos de valoração, valorização e desenvolvimento do território, ou seja, também para o conjunto e para cada uma das partes envolvidas, numa lógica de “puxa-empurra”. O efeito multiplicador deste tipo de estratégias de dinâmica turística pode, em tese, ser bastante apreciável, ideia que concorda com a proposta de Zai & Sahr (2019) quando referem que este tipo de oferta turística “(...) oferece importantes oportunidades de dispersão e desenvolvimento de produtos e, ao mesmo tempo, de visitação por turistas que primam por experimentar novidades (...) assim, ao contrário de produtos turísticos segmentados, voltados exclusivamente a visitantes de longo tempo (como *resorts* por exemplo), os roteiros podem apelar a uma grande variedade de usuários” (*sic*).

Este tipo de associativismo geoturístico permite aos diversos parceiros o concurso a fundos, nacionais e internacionais, que funcionam como suporte estruturante para um investimento que, por regra, não se consegue por outras vias.

Uma última reflexão que nos parece ser importante destacar tem que ver com o efeito de “distância” que, se por um lado, evoca a 1ª Lei da Geografia (WALDO TOBLER, 1970), por outro, não deixa de convergir com a proposta de Meyer (2004) quando refere que “... Subjacente à atratividade de qualquer rota está sua percepção de ”distância” em termos de:

- i) Distância geográfica entre as regiões geradoras de clientes potenciais e o destino turístico, ou seja, distância da viagem. A motivação para cobrir esta distância pode ser consideravelmente diferente para vários segmentos e é determinada pelo ”apelo” e pela “atratividade do produto”;
- ii) Tempo de viagem necessário para cobrir a distância geográfica, isto é, a possibilidade de cobrir a distância que é parte de uma excursão do tipo ”viagem de um dia”, ou, inversamente, a necessidade de planificar uma viagem mais longa e projetar uma rota que tem trunfos suficientes para atrair visitantes que permaneçam mais tempo;
- iii) Dotação orçamental de que o turista necessita para vencer a distância, ou seja, quanto é que um segmento de mercado está disposto a gastar para usufruir de tudo o que uma rota cultural e os bens e serviços disponibilizados pelos lugares que a integram lhe podem proporcionar (*value for money*), ou seja, se há atrações suficientes que justifiquem a visita e os custos estimáveis (?);
- iv) Distância cognitiva entre a região geradora de clientes potenciais e o destino, ou seja, a percepção do produto turístico e da rota como “similares” ou “diferenciados” do ambiente nativo e de vivência habitual.

2.2. Reflexões em torno de uma “Rota dos Castelos e Muralhas de Defesa do Mondego-Coimbra”

Uma rota, por definição, está associada a percursos, trajetos, que definem roteiros, ou seja, pressupõe sempre mobilidade e infraestruturas. Se analisarmos o contexto das acessibilidades territoriais no espaço em questão, rapidamente

se percebe que as duas únicas possibilidades de deslocação são através de rodovias e, parcialmente, de ferrovias (Figura 3). A navegabilidade do Mondego é limitada, porventura, entre a Figueira da Foz e Montemor-o-Velho, localmente, também na zona ribeirinha de Coimbra, os trajetos de barco serão, até, possíveis, mais para lazer do que para verdadeiras acessibilidades a monumentos, pelo que também aqui poderiam ser consideradas como um factor complementar a incluir numa rota turística dos Castelos e Muralhas da Linha Defensiva do Mondego-Coimbra. Porém, a inexistência de um aeroporto próximo, seguramente, não permite equacionar outras estratégias direcionadas a um público-alvo mais exigente ou que disponha de menores condições de mobilidade intrínseca – leia-se, relacionada com questões de saúde!

Mas, afinal, o que temos em concreto? Existe já alguma informação que pode ser bastante útil na promoção de uma potencial “Rota dos Castelos e Muralhas do Mondego” (<http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/>) ? No seio deste site oficial da Rede, existe um geosserviço disponível sob a forma de aplicação para equipamentos móveis, que recebeu a designação de **e-Guide**, cujo *download* pode ser efectuado a partir do endereço <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/e-guide>. Trata-se de uma aplicação que reúne um conjunto de dados geoespaciais que permitem executar conjuntos de filtros, desde logo, de tempo (disponível para efetuar a visita) mas as possibilidades são muito limitadas por pertencerem a um intervalo de tempo balizado pelo **Just go** e as **8 horas**. Na verdade, assim, não se conseguirá nada de estruturado nem de estruturante, por se tratar de visitas de curtíssimo prazo. Falta algo relacionado com visitas de médio e longo prazo que obriguem a pernoitar nos lugares, dando tempo ao turista para fazer...Turismo, fruir e viver o território, com as gentes, costumes, tradições, gastronomia e vinhos, enfim... o espaço físico e a cultura. Por outro lado, esta aplicação não oferece verdadeiramente opções de visita, opções de rota, mas, antes, sugestões de visita a Pontos de Interesse Turístico (POI), visitáveis em função do tempo previsto entre o **Just go** e as **8 horas**. Reforçamos a ideia de que “isto não basta”. É, na verdade, muito pouco.

O que pensamos que o turista gostaria de ter? Desde logo, informações sobre preços, serviços e infraestruturas como, acessibilidades (incluindo trilhos,

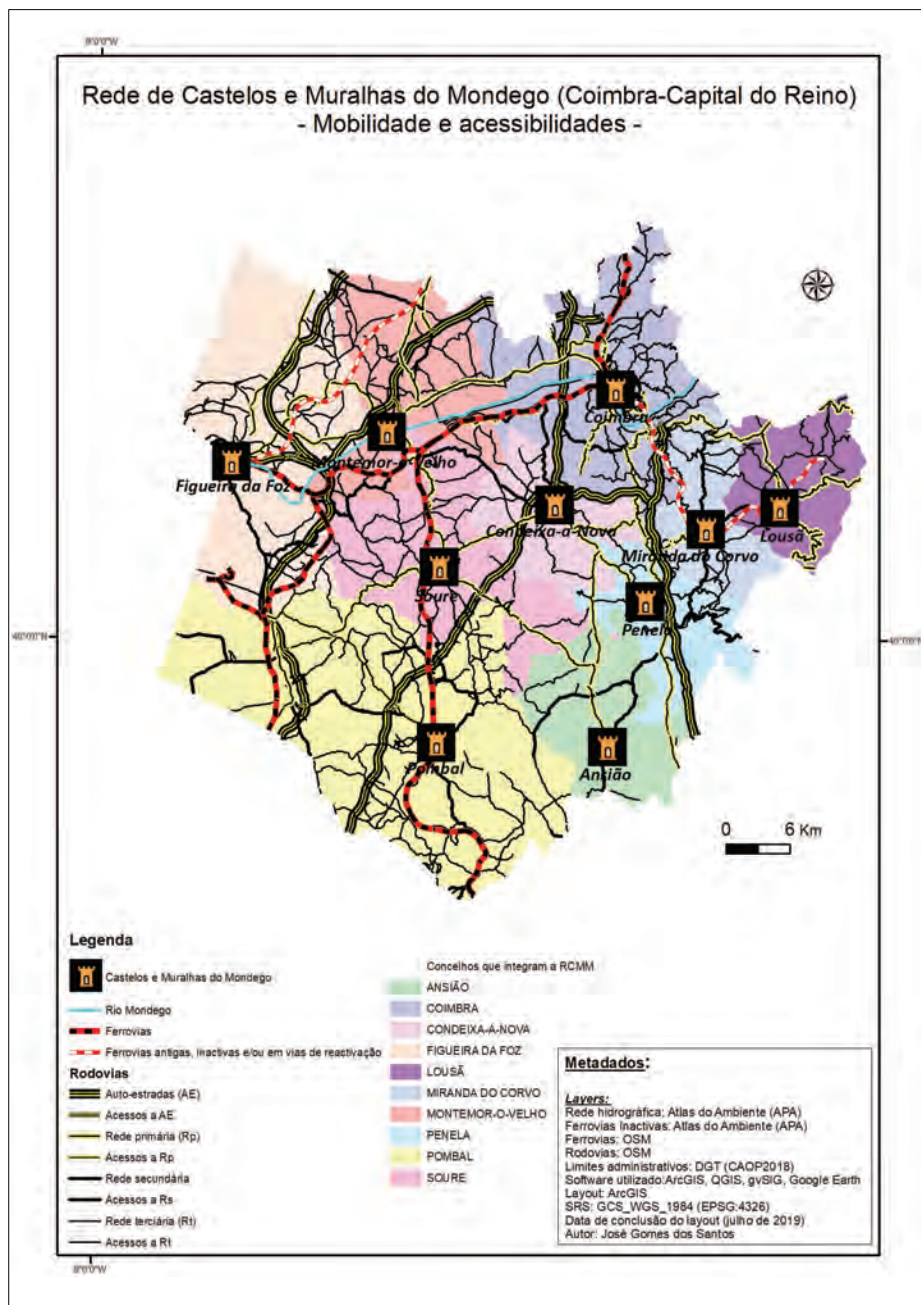


Figura 3 – Mobilidade e acessibilidades no espaço dos Castelos e Muralhas da Linha Defensiva de Mondego-Coimbra.

percursos e roteiros), hotéis, restaurantes, zonas de lazer e recreio natural (praias fluviais, áreas classificadas, protegidas, geossítios, etc), e cultural (destaque para os monumentos históricos, para as festas típicas de cada lugar, para as ruínas romanas de Conímbriga e Penela-Rabaçal e para a componente gastronomia-enologia). Há toda uma constelação de variáveis que fazem parte de um corpo único para a estrutura de uma oferta turística do tipo “Rota Cultura de sucesso”, e cujos dados, em muitos casos, estão já disponíveis; é apenas necessário reunir uma base de geodados, coerente e funcional, que possibilite a derivação de informação e conhecimento. Posto isto, levantados e disponibilizados num geoportal que permita simular rotas com início sempre em Coimbra – o nó de origem – os dados geoespaciais e todo o cortejo de dados associados, permitirão ao candidato a turista efetuar simulações fidedignas e criar cenários de viagem e estada quasi-realistas, auxiliares imprescindíveis para as boas tomadas de decisão. *Mutatis Mutandis*, e recorrendo a uma imagem da semântica jurídica associada aos “facta”, porque, hoje, se não existir na web, “não está no mundo” e, porque, hoje, as pessoas valorizam, como nunca, a portabilidade da informação!

Conclusão

Não restam dúvidas sobre a importância das marcas que as civilizações romana, muçulmana e cristã, deixaram na cidade de Coimbra. Elas estão plas-madas de forma indelével em muitos dos seus monumentos, na sua morfologia urbana, mas, também, em múltiplas outras estampas que timbram a coleção de influências culturais que distinguem a sua história. Nascida e crescida na epiderme do corpo telúrico que também deu forma ao berço e ao corpo do Mondego – o seu Rio – Coimbra tem, ainda hoje, ao seu redor uma equipa de castelos medievais “expectantes”, mas, dispostos a continuar a prestar-lhe um serviço de honra como que reconhecendo a majestade da sua gloriosa contribuição para os destinos da nação Lusitana. A possibilidade de desenvolver e implementar, no terreno, de forma coerente, inteligente e eficiente, uma Rota cultural temática em torno destes emblemas do berço da nacionalidade, constitui

uma estratégia de promoção e desenvolvimento de um território adormecido no tempo, mas cujo potencial evolutivo e amplitude turística asseguram, com risco controlado, um investimento com retorno, seguramente estruturante e sustentável.

Agradecimentos

Deixo uma breve nota de agradecimento à Professora Fernanda Cravidão, a quem desejo as maiores felicidades. Faço-o de forma grata e reconhecida, por várias razões, destacando o facto de ter sido na sua companhia e de alguns outros colegas que compunham “o seu Lab” que, em junho de 2001, me desloquei pela primeira vez ao estrangeiro (Suécia), em serviço, representando a casa que me acolheu nos últimos 28 anos. Destaco, por fim, o facto de a Professora Fernanda Cravidão ter sido a **primeira Coordenadora do CEGOT** e, nessa condição, me ter convidado para assumir as funções de Vice-Coordenador. Obrigado! Pela confiança depositada. E sublinho que este “obrigado” leva a bandeira do nível mais profundo de gratidão, de Santo Agostinho. Parabéns pela sua notável carreira académica, e que este modesto contributo escrito e a dedicatória que ele carrega e lhe ousou outorgar, não lhe desmereçam o prestígio internacionalmente reconhecido. E que a vénia que lhe é devida faça jus às lições que nos proporcionou!

Referências bibliográficas

- Alarcão, J. (2008). Coimbra. A montagem do cenário urbano. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 308 p.
- Anjinho, I. M. (2016). Fortificação de Coimbra: das origens à modernidade, volume I, Coimbra: [s.n.], 3 vols.
- Araújo, S. (2017). Rotas Turísticas e Sistemas de Recomendação no Norte de Portugal: uma análise do perfil do visitante. *Dissertação de Mestrado*, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto Politécnico do Porto, 160 p.
- Briedenhann, J., & Wickens, E. (2004). Tourism routes as a tool for the economic development of rural areas—vibrant hope or impossible dream? *Tourism Management*, 25, p. 71–79.

- Correia, V. (1930). “Notas sobre o pré-românico coimbrão”. *Arte e Arqueologia*, I (3), p. 174-180.
- Cravidão, F. D., (1989). A Alta de Coimbra: um património em degradação. *Cadernos de Geografia*, nº 8, p. 39-53, Coimbra, I E G, http://dx.doi.org/10.14195/0871-1623_8_3.
- Cravidão, F. D., (1996). Mobilidade, Lazer e Território. *Cadernos de Geografia*, nº 15, p. 43-53, Coimbra, FLUC.
- Martins, A. F. (1951). “A Porta do Sol, Contribuição para o Estudo da Cerca Medieval Coimbra”, *Biblos*, Vol. XXVII, Coimbra, 1951, p. 321-59.
- Martins, A. F. (1983). “Esta Coimbra....alguns apontamentos para uma palestra”. (Celas, 1951). *Cadernos de Geografia*, nº 1, p. 35-78.
- Meyer, D. (2004). Tourism routes and gateways: key issues for the development of tourism routes and gateways and their potential for pro-poor tourism. London: Overseas Development Institute, 31 p. (pdf disponível em <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4040.pdf>, acessado em 23 de julho de 2019).
- Pimentel, A. F. (2003). A Morada da Sabedoria. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 535 p., *Tese de Doutoramento* apresentada à FLUC.
- Rebelo, F. (2007-2008). A Escola Geográfica de Coimbra e a Cartografia. *Cadernos de Geografia*, nº 26/27, p.163-169.
- Rebelo, F. (2012). Rio Mondego e Coimbra: uma longa e ambivalente ligação. *Revista Portuguesa de História*. t. XLIII, 149-158. ISSN: 0870.4147. DOI:http://dx.doi.org/10.14195/0870-4147_43_7 (acedido em 16 de julho de 2019).
- Reed, M. G. (1999). Collaborative tourism planning as adaptive experiments in emergent tourism settings. *Journal of Sustainable Tourism*, 7(3), p. 331-355.
- Silva, A. C. (1964). Estampas coimbrãs, Vols. I e II. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.
- Silva, W. R. (2001). Diversidade: urbanografia do espaço de Coimbra até ao estabelecimento definitivo da Universidade. Coimbra : [s.n.]. 897 p. *Tese de Doutoramento* apresentada à FCTUC.
- Torga, M. (1993). Portugal. 6ª ed., Coimbra: Gráfica de Coimbra, 141 p.
- Zai, C. & Sahr, C. (2019). Roteirização Turística como Instrumento de Desenvolvimento Territorial: o Roteiro ‘Verde que te Quero Verde’ de Campo Magro/Paraná (Brasil). *Finisterra*, LIV (110), p. 135-154, ISSN: 0430-5027. DOI: 10.18055/finis13421.

Endereços electrónicos

<http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/>, (acedido em 23 de julho de 2019).

<http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/e-guide>, e-Guide, Just in Time Tourist (JIIT-IPN), (acedido em 20 de julho de 2019).

Outras fontes de informação

iNovmapping (IPN-UC) e Empresa Municipal de Turismo de Coimbra (2009). Coimbra: Rota da 1ª Dinastia – Afonsina ou de Borgonha. Documentário audio-visual, duração de 30 minutos, (esteve disponível durante o período contratual oficial no endereço www.turismodecoimbra.pt).

(Página deixada propositadamente em branco)

TURISTA E A FEIRA DO ALECRIM EM NATAL

Márcio Moraes Valença

PPEUR/PPGAU-UFRN

Marciovalenaca10@gmail.com

Resumo: Este ensaio, em homenagem à geógrafa, professora Dra. Fernanda Cravidão, revela um pouco de um de seus destinos favoritos, na cidade de Natal, no Nordeste brasileiro: a tradicional Feira do Alecrim. As feiras de rua, no Brasil, mas em particular no Nordeste, guardam traços de seu passado e origem ibérica e rural. Nelas, encontra-se de tudo um pouco. Além de produtos hortifrutigranjeiros, em geral mais baratos e diversos do que nos modernos supermercados, é possível encontrar objetos variados que pertencem a modos de vida antigos, em particular de quem tem uma origem interiorana. No caso, referem-se a parcela nada desprezível da população natalense. O ensaio brinca também com os significados do tempero *alecrim*, que dá nome à famosa feira e ao bairro. Comida e temperos são também fontes de inspiração em obras relevantes da literatura, filmografia e cancionero brasileiros.

Palavras-Chave: Turismo; Feira de Rua; Feira do Alecrim; Tradição; Natal; Brasil.

Abstract: This essay is in homage to the eminent Geographer, Prof. Fernanda Cravidão. It reveals certain features of one of her favorite destinations, when visiting the city of Natal, in the Northeast of Brazil: the traditional Alecrim street market. In Brazil, and in particular in the Northeast region, street markets keep traces of their past origin in the rural Iberic region. One can find a little bit of everything there. In addition to vegetable, fruits and meat, which are generally cheaper and more diverse than in the modern supermarkets, it is

possible to find a variety of objects that belong to ancient ways of life, often associated to towns and regions in the interior of the country. In the case of Natal, this refers to a relevant parcel of the city's population. The essay also plays with the meaning of the word *alecrim* (which is the spice Rosemary), that gives name to the famous street market and the neighborhood in Natal. Food and spices are also sources of inspiration to relevant Brazilian literary, film and music works.

Keywords: Tourism; Street market; Alecrim Street Market; Tradition; Natal; Brazil.

Para uma geógrafa, sempre atenta e perspicaz, só as metodologias descritas nos livros-textos da literatura acadêmica não bastam. Os olhos precisos e o uso de todos os sentidos do corpo são deveras essenciais na complementação e ampla compreensão do fenômeno observado da realidade. Se tal realidade não agrada e se é possível mudá-la, é necessário cercá-la por todos os lados para compreendê-la da forma mais ampla possível.

Fernanda Cravidão está sempre por perto. Penso nela com muita frequência. São coisas de sermos amigos. Assim, não penso nela apenas como a acadêmica de excelência e pelo seu comprometimento com a Universidade, com os seus colegas e com os seus alunos de aula da licenciatura e os que orienta na pesquisa e na pós-graduação. Penso, antes de tudo, na pessoa forte, corajosa, solidária e perceptiva que é, desbravadora dos sete mares, como consagraram as tradições portuguesas. Conheço-a há muito tempo – acho que uns 20 anos –, mas não saberia dizer ao certo o número de suas recorrentes viagens a Natal. Sem saber explicar por que, penso também ser esta uma de suas cidades favoritas no mundo. Confesso que gosto de pensar que seus amigos em Natal (não apenas eu) sejam um bom motivo para visitar a cidade, além de convenientes voos com Lisboa. E, muito embora, nem sempre eu esteja por cá para recebê-la, todos os anos (ou quase) ela vem para um merecido descanso, permanecendo por uma semana. No descanso, aqui e ali, flutua em algum mar de alguma de nossas praias (ainda) paradisíacas. No hotel em que fica, quase sempre o mesmo, de frente para o mar, na Praia de Ponta Negra, sei que, após uma caminhada, logo cedo, e após o pequeno almoço, ela trabalha em suas leituras, dissertações e teses

de seus alunos ou de júris, relatórios, etc.; até recebe orientandos brasileiros para conversas. Mais importante, em algum momento, trabalha a sua percepção de geógrafa, em suas perambulações pela cidade, em bairros e situações pouco exploradas até pelos próprios acadêmicos locais.

Natal é uma cidade turística, capital do Rio Grande do Norte, estado entre os mais pobres da região mais pobre de um país cuja realidade social é ampla e internacionalmente conhecida. Para quem permanece nos espaços próprios do turista e nos bairros de elite, nem sempre é possível notar, mas Natal é uma cidade profundamente injusta e segregada, fruto de seu desenvolvimento histórico desigual e dependente e, conseqüentemente, da má distribuição de renda que daí resulta. Natal tem, em 2019, uns 825 mil habitantes, ou quase o dobro disso se considerados todos os 14 municípios que compõem a sua (pouco articulada) região metropolitana, e tem o seu crescimento a dever ao papel desempenhado na segunda guerra, quando serviu de plataforma para bases americanas. A partir de então, a cidade cresceu expressivamente. A economia do estado é, até hoje, frágil, mas inclui produção de petróleo e gás, carnicultura e fruticultura irrigada para exportação. Há também um expressivo setor têxtil, produção de sal marinho e extração mineral. Geração de energia eólica é um setor que tem sido impulsionado nos últimos anos. Há muito emprego público, garantido pela presença das Forças Armadas, da Petrobrás, de universidades e institutos federais, da universidade e governo estaduais e prefeituras municipais e de outros órgãos. A maior parte do território do estado (mais de 90%) está no polígono da seca, mas o litoral é extenso, com mais de 400 km. Há centenas de praias, a maior parte acessível, contando com alguma infraestrutura de hospitalidade que garante o dinamismo do setor turístico, em particular na proximidade de Natal. A uma hora ao sul, está a conhecida Praia de Pipa; ao norte, a emergente São Miguel do Gostoso; entre essas praias – sem desconsiderar o restante do litoral norte e sul do estado – há dezenas de lindas praias e pequenos núcleos urbanos.

Voltando ao assunto, a tão admirada e já referida geógrafa, quando em Natal, costuma destinar parte de seu sábado de manhã para visitar a Feira do Alecrim. (“Aquilo lá é uma coisa magnífica!”, dirá ela.) Alecrim é o nome

do bairro, anexo ao Centro, que também margeia o Rio Potengi, e onde está situada esta tradicional feira de rua. Há várias outras, nos diferentes bairros e dias da semana, mas essa é uma das maiores e a mais antiga feira da cidade. O bairro em si é de interesse histórico. Foi o quarto a surgir na cidade, por volta dos anos 1910s. Em meados do século XIX, já havia por lá o famoso cemitério de mesmo nome, mas o entorno era então um descampado e o cemitério, por necessidade da época, devido ao surto de cólera, isolado. Passou muito tempo para o bairro ser ocupado, nas primeiras décadas do século XX. Para economizar o que seria uma longa exposição desnecessária, Alecrim é um tradicional bairro popular, tanto residencial quanto comercial. No bairro, há escolas públicas e privadas, hospitais, igrejas e serviços urbanos diversos. Caracteriza-se principalmente por seu comércio popular, a sua feira, o camelódromo (grande galpão que buscou reunir os vendedores ambulantes de rua, onde hoje predomina comércio de todo tipo de quinquilharias e eletrônicos chineses e paraguaios – dizem que muito é contrabandeado) e ruas cheias de lojas especializadas de tudo o que se possa pensar. Peças para automóveis são facilmente encontradas na Avenida 4 (ou Rua Presidente Sarmento), produtos de limpeza na Avenida 1 (ou Presidente Quaresma), e assim por diante. Quando, nos sábados, por volta da hora do almoço, o comércio dos demais bairros da cidade com lojas de rua fecham as portas, o Alecrim permanece aberto para receber e atender, também à tarde, às necessidades dos que trabalharam durante toda a semana e no sábado pela manhã.

São muitas as cores, os cheiros e a diversidade de produtos e coisas curiosas, muitas pertencentes a algum passado não tão distante da vida social local, que hoje só se encontram na feira. Mais interessante ainda, são muitos os tipos humanos presentes na feira, dos próprios feirantes aos seus clientes e outros prestadores de serviços, como carregadores com seus carrinhos de mão, moto-taxistas e pessoas que estão ali a passar o tempo, olhar o movimento, divertir-se com os amigos e conhecidos, engajar-se em alguma outra atividade na interação com os passantes. Há, sempre, também, alguns larápios, batedores de carteira, aproveitando-se do grande fluxo de passantes. Durante a feira, embora o tráfego de automóveis seja impedido, as lojas existentes na rua tam-

bém abrem as portas com ampla oferta de produtos populares, já adaptados ao tipo de clientela da feira.

A feira de rua tem origem na antiguidade. Em sua forma atual, tem semelhança com as feiras nos burgos medievais. Estabeleceu-se como prática de comercialização direta dos próprios produtores. Todas as cidades brasileiras têm feiras de rua. Nas cidades do interior, por menores que sejam, tem sempre uma feira por semana. Dia de feira é dia de festa, de atendimento no posto de saúde, de socialização, de encontro com amigos e parentes, de conversas com políticos locais etc. Hoje, a maioria dos produtos à disposição nas feiras não é produzida por quem vende. O feirante transformou-se em intermediário, mero comerciante de mercadorias produzidas por outros; no caso de hortigranjeiros, a maior parte é fornecida por centros de abastecimento de referência, mantidos pelo governo do estado ou prefeituras.

Mas há muito mais. Há os pequenos pecuaristas que chegam com aves, ovos, cabras, galinhas, patos, codornas, coelhos, vivos ou abatidos. Os marchantes trazem as carnes, que são dependuradas nas bancas ou dispostas nas bancadas. A cena nem sempre é agradável para os olhos. São carnes de todos os tipos e de todos os bichos: boi, bode, porco, carneiro... Talvez o mais curioso sejam as partes de dentro – bucho, tripas, fígado, sangue – e outras partes menos usuais – pés, orelha e rabo de porco, língua de boi, miolo etc. – que são utilizados na culinária regional, como feijoada, buchada, sarapatel, baião de dois... Os defumados, salgados e linguiças são também muito populares. A carne de sol é uma apreciada especiaria da região, servida com macaxeira. A carne de charque dá gosto especial ao feijão, mas é também consumida em outros pratos, frita, com ou sem cebolas, com ovos, no cuscuz, como recheio de bolinho de macaxeira, com quiabo. Caranguejos são pescados localmente nos mangues e são expostos, amarrados, formando “cordas”, em tripés improvisados de madeira. Há também peixes, camarão e outros crustáceos. Uma seção com queijos regionais, em particular o coalho e o manteiga (que é preparado por cozinhamento, num enorme tacho), e manteiga de garrafa geralmente fica próxima à das rapaduras, mel de engenho, mel de abelha, bolos, biscoitos de goma, doces de leite, diversos tipos de doces de frutas tropicais (como os de mamão verde e o de coco!),

amendoins, castanhas. Há cocadas dispostas nos tabuleiros, mais ou menos queimadas, feitas com açúcar branco, demerara e/ou rapadura, ou misturados com outras frutas, como abacaxi e mamão. Quebra-queixo!



As carnes

As carnes, queijos e doces são complementados por todo tipo de raízes e grãos. São o inhame, a macaxeira, a batata doce, a batata inglesa, o feijão preto, o feijão maciço (verde, de vara, de corda), a vagem, o arroz, o milho e seus derivados, a farinha de mandioca (acompanhamento fundamental da culinária nordestina), a massa ou goma de mandioca (com o que se preparam as tapiocas), a massa do cuscuz. As frutas tropicais, verduras e legumes ocupam a maior parte da feira. Tem de tudo: laranja, limão, ameixas, goiaba, mamão, melancia, melão, bananas, coco verde, coco seco, abacaxi, caju, kiwi, maracujá. Mas há também frutas que nem sempre são conhecidas de estrangeiros ou mesmo de brasileiros

de outras regiões: carambola, pinha, graviola, acerola, cajá, cajarana, ciriguela, mangaba, pitomba, tamarindo, pitanga, jaca... As folhas (alfaces, couves), cebolas, cenouras, beterrabas, batatas, alho e pimentões colorem as bancas.



Verduras e grãos

Em especial, no sábado em que foram tiradas fotos para ilustrar este texto, era dia de São Pedro (29/06/2019). Junto com os dias de Santo Antônio e São João, forma uma sequência de datas de celebrações juninas (com quadrilhas, fogueiras, bandeirolas, baía, fogos de artifício, roupas típicas), em que tradicionalmente, na região Nordeste, se realiza a colheita do milho. O milho e a mandioca são amplamente utilizados na culinária das festas juninas para preparação de bolos de vários tipos, biscoitos, broas, canjica, pamonha, mungunzá, cuscuz, pé-de-moleque (este feito com massa de mandioca, rapadura, amendoins e castanhas, coco, cravo da Índia, erva doce). O milho é também servido cozido

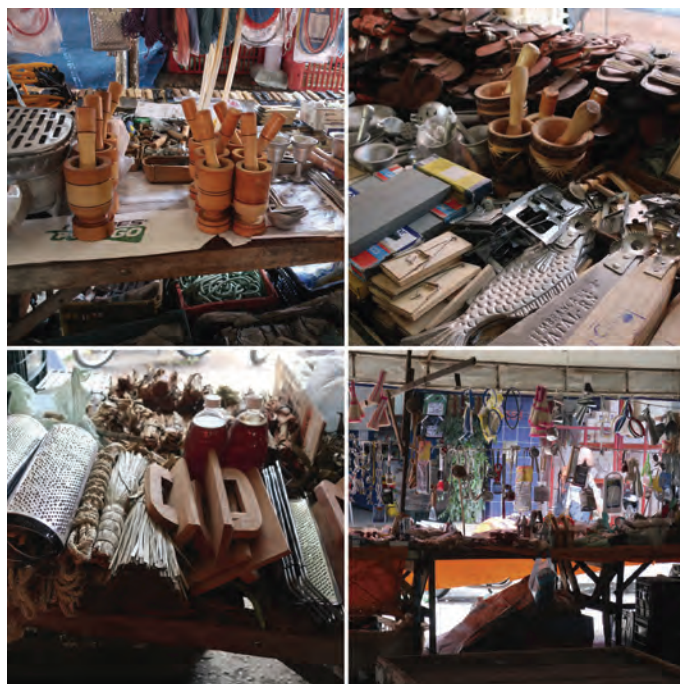
ou assado na fogueira. Nesta época do ano, é comum, nas feiras e em algumas “esquinas” das cidades nordestinas, encontrar montanhas de milho à venda.



A tradição do milho nas festas juninas

Na feira, há muitos produtos para o consumo de gente com hábitos antigos, tradicionais. Geralmente, são pessoas com forte enraizamento interiorano, ou mais velhas, de cultura popular. O fumo de rolo, ainda vendido na feira, é um bom exemplo. O fumo é vendido no peso e pode ser então cortado em pequenos pedaços – e para isso muitos ainda utilizam um canivete ou pequenas facas –, desfiado e enrolado com papel de cigarro ou palha ou ser utilizado com cachimbos. O fumo também pode ser mascado. As bancas com utensílios domésticos têm de tudo um pouco: balaios, cestos, peneiras, vassouras, candeeiros a álcool ou querosene, chinelos, raspador de coco, espremedor de alho, martelos de madeira para amaciar carnes, pilão, churrasqueiras, ferragens, correntes, tesouras, ralador, ratoeiras, colher de pau. São peças rudimentares, muitas artesanais, de madeira, palha, piaçava, couro, tecidos, lonas, alumínio, ferro, lata. Misturado, há também chapéus de palha, caixas de todos os tipos,

bolsas, carteiras, sacolas, chinelos, cordoaria. Não é incomum encontrar bancas de sulanca e vestuário, onde se pode adquirir peças a baixo preço.



Utensílios domésticos

A feira começa bem cedo, oficialmente às sete da manhã, mas, com o raiar do sol, por volta das cinco, já há bastante atividade e circulação de fregueses. Para que tudo esteja pronto, a feira é preparada durante a noite. Os caminhões e caminhonetes descarregam os produtos e as bancas são montadas, uma a uma, produto por produto, pacientemente. São geralmente negócios familiares. Porque o trabalho começa no início e perdura por toda a noite, muita coisa acontece. Há toda uma socialização com atos religiosos, boemia, música, bancas de comida, bebidas, até (e cada vez menos, no contexto do Alecrim) prostitutas. Muitos feirantes dormem por baixo das bancadas de seus produtos. A feira é uma

riqueza cultural em todos os sentidos. Isso explica por que tem sido objeto de estudos para antropólogos, geógrafos, historiadores e outros cientistas sociais, e fonte de inspiração para artistas diversos, como músicos e escritores. Porém, também não é incomum que os poderes constituídos tentem discipliná-la ou até eliminá-la da cena urbana, sob influência de ideias sanitaristas, alegações de controle de ruído, de problemas de segurança, de controle da circulação de automóveis ou outra justificativa qualquer. Para a manutenção da tradição da feira no contexto das médias e grandes cidades brasileiras, uma constante luta tem de ser travada. A feira é bastante resiliente, com toda a sua versatilidade, diversidade (de produtos e tipos humanos), imensidão de coloridos e cheiros.



Temperos e o alecrim

Porém, antes de sair da feira, me permitam falar de minhas bancas favoritas: os chás e os condimentos e temperos. Esses formam um colorido intenso, cheio

de cheiros e sabores. São dispostos em pequenos sacos ou recipientes. A venda é feita com utilização de uma medida qualquer de referência, geralmente um pequeno copo. O freguês pode provar, cheirar, amassar pequenas porções para se certificar da qualidade do produto ou para identificá-lo. Há temperos que têm também um preparo prévio, com mistura de várias especiarias, como o caril, vendido em pó, mas quase todos são plantas únicas, como o cominho, as pimentas do reino (em grão ou em pó), as pimentas de garrafa, o orégano, a canela (em pau ou em pó), o cravo da Índia, a folha de louro, entre outros. Deixei por último o ALECRIM. Este tempero é bastante apreciado. Pode ser utilizado em sua forma natural (vem em pequenos galhos) ou seco (caso em que as folhas na forma de espinhos se desgrudam dos galhos). Há muitas receitas que utilizam o alecrim. São comuns os pratos com carnes, frango, peixes, mas um simples arroz com alecrim é também delicioso. Basta adicioná-lo a gosto na hora de dourar o alho e deixar que cozinhe junto com o arroz.

Há alguns anos, escrevi um texto sobre um filme brasileiro chamado *Estômago* (2008, Dir. Marcos Jorge), publicado na plataforma *Vitruvius*. O texto é um ensaio sobre a perspectiva urbana de um imigrante que chega à cidade grande, tema do filme. Aqui, porém, é mais importante voltar ao *plot* original do filme do que ao texto. O protagonista chega do interior para tentar uma vida melhor na cidade grande. A cidade pode ser qualquer uma. Ele chega, mas não é muito qualificado. Um dono de uma lanchonete da região central – geralmente degradada – permite que ele durma e se alimente no pequeno estabelecimento, em troca de trabalho. Ele tem de limpar e cozinhar. Logo, o imigrante demonstra ter uma boa mão para a cozinha, no preparo de “coxinhas de galinha”, conhecido quitute brasileiro. Ganha fama e o movimento do bar cresce. Ele vive por ali, nas mediações do centro da cidade, circulando à noite, quando a lanchonete está fechada, no seu tempo livre, entre transeuntes e prostitutas de rua. Apaixona-se por uma delas, que se torna a sua noiva. Apreciador das coxinhas, passa a frequentar a lanchonete o dono de um restaurante italiano da região, que lhe oferece um emprego no seu restaurante e lhe promete ensinar a arte da cozinha. Ele muda-se para o restaurante, onde também tem um quartinho para permanecer à noite. Numa noite qualquer, sai para ver a sua

noiva-prostituta e não a encontra. Ao retornar ao restaurante, já fechado, ouve que há movimentação no escritório/cômodo do proprietário. Ao aproximar-se, verifica que este está com a sua noiva. Isto não seria um grande problema, já que é prostituta, mas afetou-lhe o fato de ela estar a beijá-lo na boca, coisa que nunca fez consigo, seu noivo, por conta de alguma ética própria da prostituta (resquícios do tempo em que a tuberculose se espalhava nos prostíbulos).

Tomado por um repente de ódio, ele se embriaga com o vinho mais caro da adega do patrão e mata os dois. Em cena chocante, já um cozinheiro treinado, ele retira um generoso pedaço do traseiro de sua noiva e o fritar no alecrim. Preso e condenado, passa a cumprir pena em uma cela com vários outros detentos. Seu crime ganha fama e ele ganha a jocosa denominação de ALECRIM. Na cela, ele passa a ocupar o chão para dormir. Há uma hierarquia em que o chefão ocupa o andar mais alto de um treliche. Em pouco tempo, Alecrim transforma a prática alimentar dos companheiros da cela, refazendo a comida que é servida na prisão, e passa a desfrutar de melhor posição na hierarquia, ocupando a cama de baixo e, depois, a do meio do treliche. Com a conivência dos agentes penitenciários, o chefão oferece um banquete para um bandido poderoso, a quem planeja se aliar, deixando a comida a cargo de Alecrim. Todos se empanturram de comida, mas Alecrim prepara ainda um prato final, favorito do chefão. Glutão incurável, come e morre, aparentemente engasgado, embora tivesse sido envenenado. Alecrim assim galga o andar superior do treliche.

A feira e o alecrim também estão presentes em músicas e outras manifestações artísticas. *Feira de mangaio* (Sivuca e Glorinha Gadêlha), canção imortalizada por Clara Nunes e muitos outros intérpretes, tem início com os versos seguintes:

Fumo de rolo, arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
[...]

E os versos finais da música *A feira de Caruaru* (Onildo Almeida), eternizada por Luiz Gonzaga, dizem:

[...]

De tudo que há no mundo,

Tem na Feira de Caruaru.

Na literatura, não é incomum encontrar referências à comida, culinária, festividades... Penso em Jorge Amado que, além de exaltar as características políticas, econômicas e sociais de época da Bahia, fez a leitura disso tudo num profundo enraizamento cultural, ressaltando a fusão/miscigenação das culturas africana, ibérica e dos indígenas autóctones – sobressaindo-se a cultura negra – na terra de Caymmi. Em quase todos dos seus mais de 40 livros, há referências à culinária baiana e seus temperos, como em *Gabriela, cravo e canela* e *Dona Flor e seus dois maridos*. A culinária é tão evidente que transporta seus cheiros para a caracterização das personagens, em particular as femininas. Sendo a sua permanência na cozinha mais demorada, adquirem o perfume de seus temperos mais usuais: *Gabriela* é incensada de “cravo e canela”; *Tereza Batista cansada de guerra* é “perfumada de alecrim”. Monteiro Lobato, outro grande nome da literatura brasileira, estruturou muito da *mise-en-scène* do *Sítio do pica-pau amarelo* em volta da mesa de Dona Benta com os quitutes de Tia Anastácia. A cozinha é um ambiente importante não só para estabelecer a hierarquia na estrutura de poder da época, como para amenizar as arbitrariedades de tal hierarquia, amolecendo os corações e corpos por meio do prazer da comida. Há muitos outros exemplos que poderiam ser tratados aqui, mas discuti-los me faria demorar demasiado para concluir o meu objetivo.

Este parágrafo, antes do final, foi escrito fora do script que foi pensado inicialmente. Explico. Entre concluir e enviar este texto para publicação, eu próprio fiz uma viagem a Portugal, para encontro com filhos e amigos e o desfrute de novas paisagens e experiências. A viagem teve início no aeroporto de Lisboa, de onde partimos, em automóvel alugado, para Albufeira, depois Sevilha, e, em seguida, de volta a Portugal: Évora (passando, no caminho, por Elvas,

Vila Viçosa e Extremoz), Guimarães, Porto, Coimbra e, finalmente, Lisboa. (Faz-se necessário dizer que o destino Coimbra foi uma parada para almoçar na casa da sempre mui atenciosa Fernanda.) A viagem toda foi muito prazerosa, mas não sem surpresas, já que – também eu – vou a Portugal com certa frequência. Explico, ou melhor, não explico! Airbnb Ale-hop Amorino @ Banksy Bicletas Bird Birò Circ Drive now Flying tiger Frog Gira # Jump (by Uber) Ibis La casa de papel Lime Live MAAT Motosharing Netflix Padaria portuguesa Patinetes Pregaria Scooter Segway Skate elétrico Trotinetes elétricos Tuk tuk Twizy Uber Uber eats. Tirei as vírgulas porque tudo isso faz o mesmo sentido com ou sem vírgula. Aliás, sem vírgula é mais rápido. Muitas das expressões acima indicadas dizem respeito ao que se convencionou chamar de economia de compartilhamento. Todos indicam negócios contemporâneos, que visam, em muitos casos, promover a mobilidade urbana (há também a promoção de outros atributos urbanos contemporâneos, como cultura e culinária, no contexto de um turismo predatório, desenfreado). São negócios geridos à distância, por internet e 4G, não se sabe bem de onde nem por quem, por meio de GPS, APPs, telefone celular (telemóvel), QR Code, contas bancárias e cartões de crédito. As medidas são os minutos e os Euros. Isso significa que todas estas palavras, muitas em língua estrangeira, poderão ser outras e que as práticas associadas a elas poderão ser radicalmente modificadas ou mesmo substituídas em relativamente pouco tempo. Assim, o que mais impressiona é a velocidade impaciente das transformações recentes no meio urbano, comparada à prática do tempo lento, quase medieval, na Feira do Alecrim. O tempo é o mesmo em ambas as experiências; a velo-cidade é que muda em função de uma aceleração que se dá tanto com as novas tecnologias quanto com os sentidos de cada lugar.

Ambas as experiências dão margem à imaginação, mas preciso concluir, dizendo que lamento se a digníssima colega e admirada amiga – utilizada aqui, sem permissão, para ordenar esta narrativa –, discordar. Para mim, Fernanda Cravidão não é apenas mais uma turista em Natal, buscando o merecido descanso, ou mesmo uma freguesa regular da Feira do Alecrim. É muito mais: é uma geógrafa, pesquisadora, atenta e perspicaz observadora da realidade, como já enfatizado desde a primeira linha. Não conheço obra sua que diga respeito

a Natal ou à Feira do Alecrim – isso ela ainda nos deve! –, mas é certo que as experiências que teve em suas andanças pela cidade e pela feira tenham estimulado a sua imaginação geográfica e aberto novos campos de visão para a análise de outras realidades que são os seus objetos de estudo preferenciais.

“Aquilo lá é uma coisa magnífica!”

Finalmente, entendi: deve ser, por isso, que retorna tantas vezes a Natal.

(Página deixada propositadamente em branco)

O ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL DO POVOAMENTO DA GÂNDARA NA ÉPOCA MODERNA

Margarida Sobral Neto

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

mneto@fl.uc.pt

ORCID: 0000-0002-6541-5237

Resumo: No livro *A população e o povoamento da Gândara (gênese e evolução)*, Fernanda Cravidão apresenta um estudo de caso referente à problemática das assimetrias regionais de desenvolvimento. Para explicar, à escala sub-regional, a questão a autora faz um cruzamento denso de variáveis, territoriais, demográficas e económicas, em tempo longo. O objetivo deste artigo é apresentar factos e questões históricas referentes ao povoamento da Gândara no início da época moderna, nomeadamente o impacto económico e social da produção do milho grosso e da batata e o enquadramento institucional do acesso à terra nesta sub-região.

Palavras-chave: Gândara; Povoamento; Época Moderna; Enquadramento institucional.

Abstract: In the book *The population and settlement of Gândara (origin and evolution)*, Fernanda Cravidão presents a case study concerning regional asymmetries of development crossing demographic and economic features in the *longue durée*. The aim of this paper is to present historical facts and issues concerning the human settlement of the Gândara in the early modern age, namely the economic and social impact of the production of maize and potatoes and the institutional framework of the land access in this sub-region.

Keywords: Gândara; Settlement; Early Modern Age; Institutional framework

Introdução

Entre a vasta produção científica de Fernanda Cravidão destaca-se a sua tese de doutoramento *A população e o povoamento da Gândara (génese e evolução)* uma obra que resultou de uma investigação que pretendeu mostrar que o território gandarês se manteve por um lado “alheio” à ocupação do território nacional, e por outro, como os indicadores relativos à estrutura da sua população se aproximaram quase sempre mais das regiões do interior do país do que do Litoral em que se situa (Cravidão, 1992, p. 11). A obra apresenta o comportamento das principais variáveis que explicam a evolução demográfica (natalidade, mortalidade, emigração) articulando-as com as características do território e as atividades económicas. O estudo foi elaborado em tempo longo (desde a Idade Média até 1980) e em termos comparativos, comparando a escala sub-regional com a regional e a nacional, na medida em que a informação disponível o permitiu.

A questão em análise no estudo da geógrafa é explicar as assimetrias de desenvolvimento, problema que se encontra na agenda dos cientistas sociais desde meados do século passado. Com efeito, são vastíssimos os estudos que se têm produzido sobre o tema: evocamos, a título de exemplo, a obra do historiador Fernand Braudel *Civilisation matérielle, Economie et capitalisme. XV^e-XVIII^e siècle* (1979) e a do sociólogo Immanuel Wallerstein, *The Modern World-System* (1974).

A resposta ao problema geral, encontrar uma explicação para o facto de áreas desenvolvidas integrarem no seu seio territórios com diferentes níveis de desenvolvimento, implicou a definição de uma escala de análise que permitisse, a partir de um cruzamento denso de variáveis de natureza geográfica, demográfica, económica e social, perspetivadas na longa duração, encontrar explicações para as referidas assimetrias.

Neste breve texto de homenagem à colega e amiga Fernanda Cravidão pretendemos testemunhar os profícuos caminhos de investigação que a sua obra, particularmente a referente à *Gândara*, nos abriu e, ao mesmo tempo, acrescentar alguns dados históricos obtidos no contexto da investigação referente às relações

de carácter institucional – formais e informais, pacíficas e conflituais – entre os gandraeses e as entidades senhoriais que tutelaram a região litorânea entre Quiaios e Mira na época moderna – o mosteiro de Santa Cruz, a Universidade de Coimbra e a vereação de Montemor-o-Velho. Aduziremos ainda informação proveniente da nossa pesquisa sobre o enquadramento institucional do acesso à terra e à exploração agrícola, sobre a relação entre o cultivo das plantas provenientes do *Novo Mundo* – o milho e a batata – e o povoamento das terras ermas da *Gândara*. A nossa escala de análise não abrange toda a sub-região gandraesa; circunscreve-se à zona litorânea situada entre Quiaios e a Vala de Mira, incidindo em alguns aspetos no território da atual vila da Tocha, um dos polos aglutinadores do povoamento no território gandarês. A obra de Fernanda Cravidão conduziu-nos, igualmente, à leitura da poesia e da prosa de Carlos de Oliveira. Citamos, ao longo do texto, alguns extratos escritos por este singular escritor que nos revela de forma impressionante aspetos essenciais da história e dos enigmas da *Gândara*.

A “criação vagarosa da terra”

“...homens que chegam ao deserto; meia dúzia de alfaias (e, quem sabe, meia dúzia de reses); cabanas desabrigadas; criação vagarosa da terra: porque eles criaram-na, depois de Deus, e a lei (até hoje) não o menciona. Aí tem uma lacuna importante” (Oliveira, *Finisterra*).

As terras ermas, entrecortadas de lagoas, situadas na faixa litorânea entre Quiaios e Mira, constituíram, na época medieval e no início da época moderna, uma área complementar da agricultura e da pecuária do Baixo Mondego, utilizada, de forma particular, como campos de pastagem dos gados vindos da margem direita do Mondego, mas também da esquerda. No tempo das cheias, os animais de S. Martinho do Bispo transportavam-se em barcos, sendo depois conduzidos por vaqueiros. Logo que se apanhavam em terra, depois da traves-

sia do rio, os touros eram “muito ligeiros em correr”, escapando ao controlo dos seus guardadores. Afluíam ainda às terras gandaresas gados transumantes vindos da Serra de Montemuro e provavelmente também da Estrela quando a intensificação dos cultivos no Baixo Mondego os empurrou para a Gândara.

Como testemunha o foral manuelino de Quiaios, o fabrico de carvão praticava-se na *Gândara* nos inícios do séc. XVI. Era, no entanto, uma atividade que ainda não colidia com outros usos dos matos, como se deduz do facto de o foral manuelino ter isentado do *oitavo* (tributo correspondente a 12,5% da produção) o carvão destinado a consumo local, inserindo-o, no entanto, entre os produtos comercializáveis e sujeitos a portagem.

As potencialidades económicas das areias e matos da *Gândara*, nomeadamente a expectativa de se transformarem em fonte de rendas para o mosteiro de Santa Cruz, podem ser sugeridas por decisões dos crúzios tomadas em meados do século XVI. Na década de quarenta do séc. XVI edificaram a igreja paroquial de S. João da Quintã (hoje capela de Santo Amaro em Cadima) criando assim condições para efetivar o privilégio do *Isento Nullius Diocesis* que lhes fora concedido no século XII. Por sua vez, em 1556, mandaram construir no sítio da Fonte Quente, umas “nobres casas de dois sobrados, com suas varandas”, plantar vinhas e pomares e adquirir “muito gado de toda a sorte” (Neto, 2013, p. 33-35). Esta implantação senhorial em território gandarês sugere-nos a hipótese de os frades terem já conhecimento do milho grosso, cultivo que poderão ter experimentado nas quintas que possuíam no Baixo Mondego: a de Foja (Maiorca) e a de Almeira (Verride).

Um dos primeiros dinamizadores do povoamento da *Gândara* terá sido João Garcia Bacelar, homem de origem galega, que, em 1629, já possuía “uma sesmaria de terras e matos” nas imediações da Quinta da Fonte Quente que haveria de transformar numa quinta, denominada Telhadela. Por sua vez, em 1636 obteve do prior de Santa Cruz autorização para se dizer missa numa ermida por ele construída para pagar uma promessa a Nossa Senhora da Atocha, culto que depressa atrairia as gentes chegadas à *Gândara* (Neto, 2013, p. 36-45).

Outro indicador do povoamento do território gandarês é o cadastro de propriedade (tombo) que o Mosteiro aí mandou fazer, tendo-se iniciado em

1614 e terminado em 1637 (Neto, 1997, p. 54). De acordo com o testemunho de D. Lourenço da Piedade, procurador geral do mosteiro de Santa Cruz que acompanhava a realização do tomo, datado de 1629, havia “muitos carvoeiros que destruíam a gândara” transformando em carvão “os matos todos” e provocando incêndios que atingiam terras de cultivo, colmeias e casas. Confirmada a acusação, o juiz do tomo ordenou o lançamento de pregões a avisar da proibição do fabrico de carvão na “gândara e maninhos” do Mosteiro. Aos transgressores impunha-se uma multa, no valor de dez cruzados, e a perda de “cavalgaduras e ferramentas”. O magistrado autorizou ainda os frades a “pôr um guardador, ou os mais que quisessem”, no sentido de impedir o exercício da atividade dos carvoeiros (Neto, 1997, p. 78-79).

Os episódios de luta pela terra ocorridos nos inícios do século XVII constituem uma expressão clara das tentativas de controlo dos recursos da *Gândara* num momento em que se iniciava um vasto processo de reconfiguração da paisagem deste território. Com efeito, entre matas e pinhais abriam-se clareiras onde verdejariam campos de cultivo de milho e se edificavam casas construídas com adobo cozido ao sol nas margens das lagoas. Compreende-se, assim, a tentativa de expulsão dos carvoeiros que consumiam matos e lenhas considerados necessários ao uso dos possuidores de terras de cultivo. Este acontecimento revela ainda a necessidade de equilibrar os espaços de cultivo com os incultos, complementares da agricultura e da pecuária e sustentadores de economias de subsistência.

O impacto do cultivo das plantas vindas da América: o milho grosso e a batata

Fernanda Cravidão acentuou na sua lição de jubilação a conexão existente, ao longo da história, entre inovações (de vária ordem) e alterações demográficas. O povoamento e a evolução da população na *Gândara* configura-se como um singular estudo de caso referente ao impacto do cultivo de novas plantas, nomeadamente as provenientes das Américas.

Reportando-se ao “património agrário” que recebemos de outras regiões geográficas escreveu Orlando Ribeiro: “o último contributo, não porém o menos importante, cabe à América, com o milho graúdo, verdadeira providência que tornou possível alimentar populações que, desde o século XVI se têm tornado mais densas...” (Ribeiro, 1987, p. 8). O milho grosso ou milho *maiz* proveniente da América espanhola, chegou a Portugal no século XVI, havendo fortes hipóteses de que tenha sido cultivado pela primeira vez na zona do Baixo Mondego, região onde já se produzia um sorgo vindo de África (Almeida, 1995, p. 229-259).

O novo cultivo afirmou-se pela elevada produtividade, em comparação com a dos cereais já conhecidos – centeio, trigo e milhos miúdos. Permitiu ainda o granjeio, em consociação com outras plantas – feijão e abóboras – circunstância geradora de melhores condições alimentares para os homens e para os animais e possibilitando a criação do gado bovino em regime estabular.

O carácter “revolucionário” da planta (conceito utilizado pelo geógrafo Orlando Ribeiro e pelo historiador francês Fernand Braudel) deve-se ainda ao facto de se fazer dela uma utilização intensiva: para além das espigas consumidas em verde, a farinha, para além do pão, era utilizada numa variedade de aplicações culinárias; utilizava-se em verde e em seco na alimentação animal, permitindo a sua estabulação; por sua vez as folhas serviam para encher almofadas e colchões proporcionando conforto a corpos cansados. Finalmente as sementeiras, e sobretudo as colheitas, proporcionaram tempos de cooperação e de sociabilidade festiva nas comunidades, geradores de coesão social tão necessária aos gandareses e gandaresas que viviam afastados do seu torrão natal.

A primeira referência documental ao cultivo do milho grosso na *Gândara* data de 1610, ano em que ocorreu um conflito entre o colégio de S. Bernardo de Coimbra e a câmara de Montemor-o-Velho provocado por divergências relativas à propriedade de uma lagoa situada em Bunhosa, a uma légua da quinta da Fonte Quente. Na origem do desentendimento, esteve uma iniciativa do colégio dos monges Bernardos de Coimbra visando a drenagem da lagoa a fim de preparar a terra para o cultivo do milho. A população de Montemor-o-Velho protestou contra esta ocupação de terras consideradas de utilização

coletiva. Em 9 de março de 1610, juntaram-se “cerca de seiscentas pessoas armadas com espingardas, lanças, paus, pás e enxadas” dirigindo-se a pé e a cavalo ao lugar da Bunhosa onde destruíram as obras já realizadas (Ribeiro, p. 32, 1997, p. 183-223).

Tratando-se da primeira cultura a ser praticada em terrenos virgens de práticas agrícolas, o milho grosso não encontrou na *Gândara* as dificuldades de inserção em agro sistemas já organizados com que se deparou em outros espaços. Com efeito, os desbravadores de terras incultas não se confrontaram com o risco que sempre comportava a prática de um novo cultivo em terras que já produziam outros alimentos. Pelo contrário. Para os que procuravam melhores condições de vida a nova planta significou, por certo, uma nova esperança que, para muitos, se haveria de cumprir.

A partir da década de quarenta do século XVII, começam a aparecer informações referentes ao novo cultivo na freguesia de S. João da Quintã, em registos de óbitos de pessoas que legavam, em testamento, géneros agrícolas destinados a custear a celebração de missas: num registo de óbito referente ao ano de 1643 consigna-se um legado de um alqueire de trigo e outro de milho à confraria da Nossa Senhora do Rosário (situada na Graciosa, atual Cochadas) e um outro, datado de 1654, refere a doação de quatro alqueires de milho e dois de feijão.

A abertura ao culto da igreja de Nossa Senhora da Tocha (que viria substituir a ermida construída por João Garcia Bacelar), em finais da década de sessenta do século XVII, coincide com o início de um período de intensificação do desbravamento de terras. Um dos indicadores deste facto é o arrendamento, celebrado em 9 de janeiro de 1669, das “cavadas novas da gândara da Tocha”, por três anos, feito por Tomé Francisco de Lemedé. A renda contratada foi de três *moios* (180 alqueires) de pão: um de milho *zaburro*, um de cevada e outro de centeio e mil réis (Neto, 2013, p. 81). A referência a milho *zaburro* – designação atribuída ao milho grosso na região de Coimbra – constitui um indicador seguro de que o movimento de arroteamento de terras corresponde à difusão deste cultivo (Oliveira, 1967).

Se, como já afirmámos, há fortes indícios de que o milho grosso tenha iniciado a sua difusão na região do Baixo Mondego e na *Gândara*, já quanto

ao cultivo da batata possuímos evidência empírica que prova que o tubérculo já se cultivava nas primeiras décadas do século XVII em Quiaios (referência mais antiga conhecida até agora (Neto, 1994, 2018).

Oriunda dos planaltos da América do Sul, a batata chegou à Europa no século XVI. Nesta centúria e nas duas seguintes, o cultivo do tubérculo confinou-se a pequenos nichos geográficos (exceto na Irlanda, país em que a produção se disseminou, de imediato, na centúria de quinhentos no contexto de uma grave crise de subsistências). Em finais do século XVIII, a batata foi-se difundindo progressivamente pelos campos, encontrando-se já plenamente integrada nos sistemas de cultivo na centúria seguinte (em Portugal e na Europa), tornando-se alimento quotidiano inicialmente de animais e depois de pessoas, fundamentalmente das que dispunham de menores recursos económicos (Neto, 2018).

O cultivo de um tubérculo denominado batata (não é possível apurar a variedade da planta) já se praticava no couto de Quiaios na primeira metade do século XVII. A primeira referência à nova planta aparece num documento judicial (datado de 16 de março de 1643) emanado da Conservatória da Universidade de Coimbra no qual se citavam 28 lavradores de Quiaios para pagarem um tributo sobre uma produção de batata avaliada em 1010 alqueires (Neto, 1994, p. 55-83).

A segunda referência data dos inícios da década de trinta do século XVIII. Consta igualmente de um documento judicial (a documentação mais adequada para identificar a introdução e a divulgação de novos cultivos). Trata-se da citação de 43 foreiros de Quiaios que, segundo os crúzios, cultivavam “várias sementeiras de batatas de que se alimentavam e utilizavam suas casas e famílias como de quaisquer outros frutos e legumes”. Alegavam ainda que a fuga ao pagamento da ração de sétimo e do dízimo resultava em grande prejuízo para a casa senhorial pelo facto de os agricultores cultivarem o tubérculo “nas terras mais capazes de dar milho ou outra qualquer novidade”.

Comprovado o cultivo da batata, desde as primeiras décadas do século XVII, em Quiaios, é de admitir que ele fosse igualmente acolhido noutras terras da Gândara, rodeadas de vegetação arbórea ou arbustiva, fora dos olhares dos cobradores de rendas. De notar que, em 1740, o nome do tubérculo vindo da

América já aparece como apelido de um habitante de Arazede: um indivíduo com o nome Francisco Rodrigues Batata surge num registo de batismo a apadrinhar uma criança.

Com a intensificação do povoamento da *Gândara*, as terras de cultivo foram-se tornando escassas, situação propícia à ocorrência de conflitos. Em 1797, o administrador da Quinta da Fonte Quente mandou cultivar terras na *Tapada dos Morros*, considerando que "por estar descansada prometia dar boa produção". No ano seguinte, mandou arrotear mais terrenos a fim de semear centeio. Para proteger as terras dos gados mandou abrir um valado. Alguns moradores de Quiaios deslocavam-se, na mesma altura, para norte à procura de terras para cultivar batatas. Em 1797, Joaquim Francisco, Francisco da Silva Peles, a viúva Josefa Ferreira, entre outros, arrasaram um valado que cercava a lagoa da *Gordiosa*. Fizeram, em seguida, uma queimada para preparar o terreno e semearam batatas. Quando o administrador da quinta, numa das suas inspeções de fiscalização, viu a terra lavrada moveu-lhes um processo. Em janeiro de 1798, o juiz privativo do Mosteiro (o conservador da Universidade de Coimbra) ordenou aos réus a devolução dos campos usurpados. Na sequência desta sentença judicial, procedeu-se, de novo, à vedação de terras (Neto, 2013, p. 83). Este acontecimento pode ser interpretado como um indicar do desequilíbrio entre a oferta de terras e a necessidade de aumentar a produção agrícola, bem como reflete a pretensão das casas senhoriais em aumentarem a produção das suas reservas senhoriais em tempos de recusa ao pagamento de tributos sobretudo os que incidiam sobre culturas que não eram referidas nos forais manuelinos. Num documento datado de 1802, afirmavam os Cónegos Regrantes:

A cultura das batatas, no terreno do couto de Quiaios, é tão frequente, tão grande e tão universal, que os réus, moradores no mesmo couto, costumam vender muitas e conduzem outras às feiras de Montemor, a outras partes e ainda à vila de Figueira para dali se transportarem em Navios para outras terras; de sorte que as batatas formam naquele couto, um dos primeiros ou o principal ramo do comércio; como é publico e notório ainda às pessoas existentes fora do couto (Neto, 1994, p. 67).

Tendo em conta os conhecimentos atualmente disponíveis, podemos afirmar que a *Gândara* constituiu, ainda, na época moderna, um dos núcleos difusores do cultivo da batata. No século XVIII, os migrantes sazonais levaram-na para a Marinha Grande e para Setúbal; por sua vez, a conjuntura de escassez e os excessivos preços de cereais ocorrida no tempo das invasões francesas estimularam a sua difusão no Baixo Mondego e nas terras do interior do distrito de Coimbra.

O contexto institucional do povoamento da Gândara

“A propriedade (o seu ordenamento) obedece agora a regras imutáveis. No começo não. Há um século ou dois, oscilaram bastante. Direi mesmo: imitaram a natureza (dunas feitas, desfeitas, pelo vento). O areeiro não tinha dono. Deu-se a ocupação selvagem do solo. As concessões, os foros, os arrendamentos, só vieram depois: legalidade incerta, contestada. Foi preciso tempo (e sangue, já se vê) para esclarecer a posse definitiva da terra” (Carlos de Oliveira, *Finisterra*).

Um dos eixos de problematização das questões do desenvolvimento patente na obra de Fernanda Cravidão é a articulação entre “População, Território e Poder”. Apresentamos nas linhas que se seguem alguns aspetos do contexto institucional do povoamento da *Gândara*, sobretudo da parte litorânea, território em que os poderes se instalaram antes dos homens.

A época medieval portuguesa foi marcada pela conquista e consolidação da independência e por uma política de dinamização do povoamento do território. Para o reconhecimento da autonomia de Portugal, contribuiu a eficaz ação diplomática desenvolvida na cúria pontifícia pelos cónegos regrantes de Santo Agostinho. Como recompensa de tão relevantes serviços, D. Afonso Henriques doou ao mosteiro de Santa Cruz amplos domínios situados na região das Beiras. A fim de incentivar o povoamento destes espaços, em 1146, foram concedidos privilégios de couto a todos os homens que habitassem, ou viessem a habitar,

em terras do Mosteiro. Estas prerrogativas assumiam a forma de direitos políticos, fiscais e militares que isentavam as populações da alçada régia bem como de encargos concelhios.

À data da sua fundação, o mosteiro de Santa Cruz usufruía já de uma elevada distinção pontifícia. Em 25 de maio de 1135, o papa Inocêncio II, através da bula *Desiderium Quod*, colocara o Convento na dependência direta de Roma libertando-o da jurisdição do bispo de Coimbra. A concessão deste importante privilégio de natureza eclesiástica conferiu ao mosteiro crúzio condições excecionais para o exercício do seu poder em alguns dos seus domínios, tanto no plano eclesiástico como senhorial (Madahil, 1940, p. 214-286). Os bispos de Coimbra nunca se conformaram com esta prerrogativa, tendo travado, ao longo do tempo, uma persistente luta no sentido de extinguir a regalia que permitia ao prior de Santa Cruz exercer todas as funções episcopais no território do seu *Isepto*. Um dos espaços desta disputa foi o couto de Cadima. Em resultado deste conflito, formaram-se duas freguesias: a de N.^a. Sr.^a do Ó (situada na parte oriental do couto, de povoamento mais antigo, dependente do prelado conimbricense) e a de S. João da Quintã (abrangendo a parte litorânea tutelada pelos cónegos regrantés de Coimbra).

A freguesia de S. João da Quintã implantou-se entre a de S. Mamede de Quiaios e a de S. Tomé de Mira que, não pertencendo ao *Isepto*, eram, igualmente, de apresentação do mosteiro de Santa Cruz, privilégio que lhe permitia intervir na escolha dos curas de Quiaios e de Mira bem como de usufruir de uma parte dos dízimos. Os poderes dos cónegos regrantés na freguesia de São João da Quintã eram muito amplos e diversificados: o poder simbólico de ostentar mitra e báculo, no exercício de funções próprias dos bispos, em todas as cerimónias religiosas; o direito de ministrar (por si ou através dos seus delegados) todos os sacramentos; o poder disciplinador exercido em atividades de controlo de comportamentos sociais e religiosos – em especial nas visitas anuais efetuadas pelo visitador de Santa Cruz – reforçado por justiça própria executada num tribunal permanente; o direito de excomungar e de prender em cadeia própria; e, finalmente, o mais substancial (numa perspetiva económica) – o direito de receber todos os tributos eclesiásticos, sendo o mais rentável, o

dízimo: uma percentagem de 10% de todos os rendimentos extraídos da terra e do mar, bem como dos proventos do trabalho.

“Nenhuma terra sem senhor” foi uma máxima aplicada aos territórios dos coutos do mosteiro de Santa Cruz situados na região de Coimbra traduzida pelo juiz de um tombo (cadastro de propriedade realizado) em 1629, nos coutos de Cadima e Quiaios: “Declaro que todas as terras, matas, pinhais e mais propriedades, rotas e por romper, águas, edifícios e moendas conteúdas e sitas dentro dos limites e demarcação pertencem e são do Mosteiro de Santa Cruz” (Neto, 1997, p. 55-56). No que concerne a Cadima, o magistrado régio limitava-se a desenvolver a frase seguinte inscrita no foral: “os maninhos são do senhorio” – frase curta legitimadora do domínio senhorial sobre todos os espaços integrados nos coutos e que permitia à entidade senhorial proceder ao aforamento de terras incultas utilizadas como logradouro comum.

De acordo com o regime de propriedade em vigor na *Gândara* como noutros espaços senhoriais, toda a fruição individualizada de uma parcela do território implicava a realização de um contrato de aforamento – perpétuo ou em vidas (três vidas) – modalidade que permitia o desdobramento dos direitos de propriedade: a entidade senhorial reservava para si o *domínio direto* (que se traduzia no direito à cobrança de uma renda) cedendo ao camponês o *domínio útil* (o direito à fruição da terra na vigência do contrato, incluindo ainda a possibilidade da sua transmissão aos descendentes, bem como o direito à venda mediante licença prévia da entidade senhorial). De acordo com esta modalidade contratual, que se enquadrava no regime jurídico da enfiteuse, os detentores do *domínio útil* usufruíam de uma “quase propriedade” nas situações de aforamento perpétuo. O problema residia, sobretudo, na tributação excessiva que onerava os prédios enfiteúticos bem como nos métodos, por vezes, violentos de cobrança utilizados por cobradores de rendas movidos pelo interesse do lucro.

As prerrogativas adquiridas pelo poderoso mosteiro coimbrão (ao longo da época medieval) foram sancionadas pelos forais manuelinos. Nos inícios do século XVI, o rei D. Manuel procedeu à reforma dos forais medievais. A comissão presidida por Fernão de Pina, atribuiu forais novos a todos os coutos

do mosteiro de Santa Cruz situados no termo de Montemor-o-Velho: Louriçal, Verride, Alhadas e Maiorca, Quiaios, Cadima, Zambujal e parte de Arazede.

Dada a inexistência de foral medieval, no couto de Cadima foram apurados (através de inquérito) os tributos registados nos contratos celebrados entre os cónegos regrantes e os lavradores desta localidade. O título manuelino contém ainda disposições relativas aos direitos senhoriais sobre as áreas incultas: reconhece ao mosteiro a posse das terras “maninhas” e o inerente direito de as conceder a particulares, respeitando, no entanto, o usufruto coletivo da comunidade (cláusula de que os frades se haveriam de esquecer). Quanto à pastagem dos gados, *direito de montado*, declara-a isenta de tributação. Reconhece-se, entretanto, aos cónegos regrantes a posse do gado tresmalhado (denominado *gado do vento*) que não fosse reivindicado pelos donos – direito que se transformaria numa importante fonte de receita devido ao facto de a *Gândara* ser frequentada por muito gado manadio.

O foral manuelino consignou ainda o tributo denominado *colheita* ou *jantar* – que consistia em sessenta pães caseiros (conforme “os fazem em casa”), vinte e cinco almudes de vinho e dois porcos (de dois anos cada um) a pagar anualmente pela vereação concelhia e determinou o pagamento, aos frades cruzios, de uma renda constituída por uma percentagem da produção agrícola no valor de 12,5% – *ração de oitavo* – e por foros fixos, pagos em géneros. Para além destes tributos, era devido ao mosteiro o dízimo: uma quota de 10% de todos os rendimentos decorrentes da exploração dos principais recursos económicos: a agricultura, a floresta, a criação de gado e a pesca.

Por sua vez, o foral de Quiaios definiu um tributo de 14% – *ração de sétimo* – sobre a produção de “todo” o pão, vinho, linho, alhos, cebolas, legumes e fruta. Consagrou o monopólio de venda do vinho resultante dos tributos nos meses de novembro a fevereiro, privilégio, denominado *relego*. Já os possuidores de “besta de albarda” ficaram obrigados a fazer uma deslocação anual ao Mosteiro para transportar cereais, vinho ou pescado. Em reconhecimento do domínio senhorial, estabelecia-se que a vereação de Quiaios levasse todos os anos ao Mosteiro 30 coelhos e um montante em dinheiro (170 reais).

Os forais manuelinos de Quiaios e Cadima consagraram uma tributação para as áreas de povoamento antigo, mas que seria igualmente aplicável às terras da *Gândara* situadas entre Quiaios e Mira.

Os poderes que o mosteiro de Santa Cruz detinha na região centro do país sofreram uma forte restrição na centúria de quinhentos quando D. João III decidiu transferir para a Universidade uma parte dos bens e dos direitos pertencentes a este convento. Os cónegos regrantes não aceitaram, de imediato, a ordem régia (confirmada por uma bula papal datada de 1545) o que deu origem a um longo processo judicial que se prolongaria por todo o século XVI (Coelho e Santos, 1991, p. 39-61).

Os recursos situados na freguesia de S. João da Quintã constituíram uma das matérias em disputa. Com efeito, o Reitor da academia coimbrã reivindicou para esta instituição os direitos seguintes: o domínio sobre as terras incultas da *Gândara*; as rendas provenientes dos desbravamentos de terras; os restos dos naufrágios que davam à linha de costa (situada entre Quiaios e Mira) e a quinta da Fonte Quente.

No final da demanda, o Prior crúzio preservou o domínio sobre a terra e outros recursos económicos, situados nos coutos do termo do concelho de Montemor-o-Velho (Verride, Maiorca, Alhadas, Redondos, Quiaios e Cadima), tendo passado para a Universidade apenas os direitos jurisdicionais (de natureza jurídico-administrativa). As prerrogativas adquiridas por esta instituição, simultaneamente de ensino e casa senhorial, conferiam-lhe, entretanto, a possibilidade de controlar a governança concelhia dos coutos. Com efeito, competia ao seu ouvidor acompanhar o processo de eleição dos juizes ordinários, vereadores, procuradores e escrivães, devendo (para este efeito) deslocar-se aos coutos, de três em três anos. O processo eleitoral poderia, no entanto, desenrolar-se sem a presença do representante do donatário. Neste caso, cabia ao juiz ordinário e ao escrivão da terra o apuramento dos elencos camarários que seriam, posteriormente, confirmados pelo Reitor. À Universidade competia igualmente a confirmação de todos os outros cargos concelhios, nomeadamente os ofícios de escrivão do judicial, dos órfãos, da câmara e da almotaçaria. Por sua vez, o desempenho destes oficiais, nomeada-

mente no que dizia respeito à aplicação da justiça, estava sujeito ao controlo do ouvidor da Universidade que, nestas circunstâncias, desempenhava as funções próprias de um corregedor.

Em consequência dos direitos concedidos à academia coimbrã por D. João III, esta instituição dispôs, desde o século XVI até 1790, data de abolição das jurisdições senhoriais, de um vasto poder nos territórios do couto de Cadima e Quiaios o que lhe conferia uma capacidade de controlo sobre as práticas dos governos concelhios, bem como sobre as populações (Neto, 1997, p. 43-44). De notar, porém, que o estatuto de donatária outorgava à Universidade um poder de vigilância sobre os abusos praticados pelo mosteiro de Santa Cruz, matéria em que se haveria de revelar sempre omissa.

Para além dos poderes senhoriais, parte da Gândara estava ainda sob o domínio da vereação de Montemor-o-Velho, cujo donatário era a Casa de Aveiro. Os coutos de Quiaios e Cadima estavam integrados no termo deste concelho, cabendo ao seu juiz de fora o exercício da jurisdição crime nestes lugares. Nos inícios do século XVI, o mosteiro de Santa Cruz procedeu a um cadastro do seu domínio territorial. No contexto da demarcação de terras, ocorreu um desentendimento entre os cónegos regantes e a câmara de Montemor-o-Velho, provocado pela circunstância de esta ter reivindicado o domínio sobre todas as terras incultas do couto de Cadima integradas no termo do seu concelho (direito que considerava inerente à jurisdição crime).

O diferendo foi resolvido pelo rei D. Manuel, a favor do Mosteiro, ao declarar (em documento datado de 1512) “que os matos e matas que o mosteiro tem no termo de Montemor-o-Velho sejam isentos de coutadas e montarias”. No mesmo diploma afirma-se ainda que o coiteiro-mor desta vila não detinha “mando nenhum nas ditas matas, matos e pinhais” (Neto, 1997, p. 43-45). Apesar do reconhecimento pelo monarca da posse do mosteiro de Santa Cruz sobre as gândaras, os vereadores daquela vila persistiram na reivindicação do que consideravam serem os seus direitos (circunstância reveladora do valor dos recursos das terras gandaresas para a economia da região do Baixo-Mondego, num tempo de intenso arroteamento de terras e de drenagem de pauis nas zonas circundantes do rio (Gil, 1965).

Do atrás exposto decorre que os moradores da *Gândara*, bem como as suas instituições locais – os concelhos de Quiaios e Cadima – foram, ao longo da época moderna, tutelados por três poderes externos (que adquiriram o domínio sobre esta região, mesmo antes da chegada dos primeiros povoadores): a câmara de Montemor-o-Velho – detentora da jurisdição crime –, a Universidade de Coimbra – sob cuja alçada estavam as matérias cíveis – o mosteiro de Santa Cruz – senhor de amplos e plenos direitos em matéria de ordenamento do território e de cobrança de tributos.

As “opressões senhoriais”, nomeadamente o excessivo peso da tributação, agravado por vezes pela ambição dos contratadores de renda, deram origem a formas de contestação que se exprimiram através de engenhosas formas de fuga ao pagamento de impostos (nomeadamente enterrar arcas de milho nos areais), levantamentos populares e longos processos judiciais (Neto, 1997).

As difíceis condições de vida dos camponeses/pescadores da *Gândara* levaram-nos a procurar, ao longo da época moderna, um complemento para a subsistência familiar, ou para pagamento de rendas, em migrações sazonais no Ribatejo ou definitivas para outros lugares, conforme testemunhou Fernandes Tomás nas Cortes vintistas.

Eu tenho sido testemunha de um facto que vou dizer, para que todos saibam. Todo o mundo sabe que no tempo de D. Manuel não havia batatas. Os frades cruzios foram desenterrar, não sei como, nos forais, que tinham o direito a cobrar batatas; os povos que faziam disto a maior sustentação, e que daquelas terras em que o vento faz mudar todos os dias a temperatura não podiam tirar outro produto senão aquele fruto e que, por isso, as cultivam, foram enfim condenados a pagar batatas aos frades, não só naquele tempo e no futuro, senão pelo tempo pretérito. E que se seguiu daqui? Ir uma alçada com um oficial e soldados armados e assolar aqueles povos, que se achavam sem resistência, e ultimamente perder e arruinar aquelas terras em que se cultivava o único produto que se podia cultivar, pois os infelizes moradores desampararam a província: porque como todos os seus bens não consistiam mais que numa gamela e numa enxada, pegaram nela às costas e foram a outra parte. (Tengarrinha, 1974, p. 144).

Em jeito de conclusão

Reportando-se ao povoamento da Gândara nos séculos XVII e XVIII, escreve Fernanda Cravidão “Em cerca de 200 anos um espaço vazio torna-se numa área intensamente ocupada passando a sua densidade de 7 hab./km² para 100 hab./km². Um deserto quase todo baldio, vai sendo progressivamente conquistado por pequenos lugares disseminados pelo espaço e que constituem, ainda hoje, o essencial da estrutura do povoamento da Gândara” (Cravidão, 1992, p. 440).

As elevadas produções de milho e batata terão atenuado as crises de subsistência, muitas vezes seguidas de mortalidades excessivas, típicas do modelo demográfico de Antigo Regime e contribuído para a retenção da população até aos inícios do séc. XIX, circunstâncias que explicam o elevado crescimento da população da *Gândara*.

O regime de propriedade (nomeadamente o aforamento indiscriminado de terras incultas) e a excessiva tributação imposta aos gandareses, com as consequentes implicações na impossibilidade de renovar a fertilidade da terra e a melhoria dos cultivos conduziria, no entanto, a uma situação aparentemente contraditória: a libertação dos gandareses, em 1832, da tributação consagrada nos forais manuelinos e a extinção da congregação dos cônegos regrantes, em 1834, coincide com a inversão da tendência de crescimento populacional que se iniciara no século XVII associada à introdução de novas culturas.

“Em meados do séc. XIX novo ciclo se abre na História da ocupação da *Gândara*. Tal como tinha sucedido dois séculos antes em algumas áreas do país a pressão demográfica que se desenvolve na área gandaresa obriga a que milhares dos seus habitantes tenham de abandonar o território que ajudaram a transformar” (Cravidão, 1992, p. 440). Os gandareses partiram para terras já conhecidas situadas a Norte do Tejo ou para terras mais longínquas, em particular para o Brasil.

Ontem, como hoje, os gandares nunca desistem de lutar por melhores condições de vida.

Referências bibliográficas

- Almeida, L. F. (1995). Sobre a introdução e a difusão do milho mais em Portugal, in L.F. Almeida, *Páginas Dispersas*, Coimbra: IHES/FLUC, p. 229-259.
- Coelho, M. H. & Santos, M. J. A. (1991). Contendas entre a Universidade e o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na segunda metade do séc. XVI, in *Universidades, História, Memórias, Perspectivas. Actas do Congresso da Universidade*, vol. III, Coimbra, p. 39-61.
- Cravidão, F. (1992). *A população e o povoamento da Gândara (gênese e evolução)*, Coimbra: Comissão de coordenação da região centro.
- Gil, M. O. (1965). *Arroteias no vale do Mondego*, Lisboa.
- Madahil, A. G. (1940). O Isento *Nullius Diocesis* de Santa Cruz, *Arquivo Coimbrão*, vol. V, 1940, p. 214-286.
- Neto, M.S (1994). Introdução e expansão da cultura da batata na região de Coimbra (sécs. XVII–XIX)”, *Revista Portuguesa de História*, 26, p. 55-83.
- Neto, M. S (1996). Motins Populares na Gândara em 1778, in XXX – *Maria da Fonte – 150 anos: 1846/1996: actas do congresso*. Póvoa do Lanhoso: Câmara Municipal, p. 185 – 194.
- Neto, M. S (1997). *Terra e conflito: Região de Coimbra (1700 – 1834)*. Viseu: Palimage Editores.
- Neto, M. S (2013). *Tocha: uma história com futuro*. Coimbra: Palimage. 2013.
- Neto, M. S (2018). “La difusión del cultivo de la patata en Portugal, siglos XV-XIX”, in *Obradoiro de Historia Moderna*, 27, p. 113-138. Doi: 10.15304/ohm.27.5139.
- Oliveira, A. (1967). Para a História do Significado Botânico de Milho Zaburro, *Separata do Arquivo Coimbrão*, vol XXII, 1967. Coimbra.
- Ribeiro, O. (1987). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª edição. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Ribeiro, A. I. (1997). Um conflito entre poderes na Gândara da Bunhosa no início do século XVII”. *Revista Portuguesa da História*, 32, p. 183-223.

TODO O TURISMO É CULTURAL... ATÉ O DA ROTA VICENTINA

Mónica Morais de Brito

Universidade de Évora & CEGOT

mbmb@uevora.pt

ORCID ID 0000-0002-9952-9240

Resumo: A Rota Vicentina é uma rede de percursos pedestres situada no sudoeste de Portugal Continental. As atividades desenvolvidas neste cenário enquadram-se tendencialmente no Turismo de Natureza, mas propiciam também um forte contacto com as comunidades locais e com o seu património cultural, material e imaterial, pelo que podem associar-se, igualmente, ao Turismo Cultural. Pretende-se com este artigo evidenciar a componente cultural da Rota Vicentina, identificando os recursos culturais que podem, ao longo dos dois principais percursos que a constituem, ser “consumidos” pelos inúmeros visitantes que anualmente os percorrem. Através desta análise, pretende-se contribuir para o entendimento de que a maioria das práticas turísticas têm uma forte dimensão cultural, mesmo quando esta não constitui a principal motivação da procura turística.

Palavras chave: Turismo Cultural; Turismo de Natureza; Rota Vicentina.

Abstract: A Rota Vicentina is a network of walking routes located in the Southwest of Portugal. The activities developed in this context are mainly part of Nature Tourism, but also provide a strong contact with local communities and their material and immaterial cultural heritage, and can therefore also be associated with Cultural Tourism. The purpose of this article is to highlight the cultural

component of Rota Vicentina, identifying the cultural resources that can be “consumed” along the two main routes that comprise it. Through this analysis we will contribute to the understanding that most tourist practices have a strong cultural dimension, even when this is not the main motivation of tourist demand.

Keywords: Cultural Tourism; Nature Tourism; Rota Vicentina.

Introdução

O sistema turístico, entre outros elementos, pressupõe sempre a existência de interação entre os visitantes e as comunidades anfitriãs. A relação estabelecida entre estas dimensões, independentemente da principal motivação que induz a procura de determinado território, pressupõe a troca de elementos culturais e promove o contacto com o património tangível e intangível de cada comunidade. Através da arte, da cultura, da gastronomia, do contacto com as gentes de cada território, cada turista, ainda que motivado principalmente por outros produtos, é sempre um turista cultural. Aliás, de acordo com Cravidão (2004), todo e qualquer turismo é cultural, na medida em que os patrimónios, os lugares e as paisagens, se constituem como parte integrante da cultura de um qualquer lugar.

A caracterização do perfil do turista evidencia cada vez mais a crescente valorização do contacto com a comunidade local, com os elementos distintivos da sua identidade e com a sua autenticidade. Trata-se da valorização da diferença e do genuíno em oposição à tendência para o consumo massificado que caracterizou momentos anteriores da história do turismo. Em última instância, poder-se-á considerar que estamos num período em que a afirmação das identidades locais surge como reação à uniformização ditada pela globalização, processo este que é catalisado pelo turismo, ainda que simultaneamente o turismo também possa ser o espelho destas novas realidades.

Os percursos pedestres em espaço natural podem constituir-se como uma evidência do pressuposto de que todo o turismo é cultural. Estes percursos têm como principal matéria-prima a natureza, a sua fauna e flora, e as paisa-

gens que lhe estão associadas, mas simultaneamente o património, material e imaterial, das comunidades que surgem aos longo dos caminhos percorridos pelos seus visitantes.

O caso que constitui o objeto de estudo deste artigo é um exemplo flagrante desta associação. Qualquer um dos principais percursos que constituem a Rota Vicentina – Trilho dos Pescadores e Caminho Histórico – são pontuados por aldeias e vilas que contribuem para a qualidade da experiência de quem os percorre, de forma autónoma ou em grupos organizados, pela dimensão humana e cultural que lhe conferem, mas igualmente pelos serviços turísticos que disponibilizam, com destaque para a restauração e o alojamento. Enquanto o Trilho dos Pescadores serpenteia por territórios costeiros e permite o contacto com as populações ribeirinhas e as comunidades piscatórias, o Caminho Histórico atravessa regiões rurais de interior em que a riqueza e diversidade cultural são a nota dominante.

A análise das diferentes fases do projeto de implementação e desenvolvimento da Rota Vicentina, aponta para a assunção desta sua dimensão cultural e da sua produtização turística, no entendimento do Turismo Cultural enquanto via para a sua sustentabilidade, nomeadamente para a potenciação dos seus impactes positivos junto das gentes que povoam os seus territórios.

Notas metodológicas

A Rota Vicentina constitui-se como caso de um estudo que tem como objetivo principal analisar este percurso pedestre enquanto oferta de Turismo Cultural, ainda que no reconhecimento do seu enquadramento primordial no Turismo de Natureza. Para o efeito, analisar-se-ão as diferentes dimensões do seu contexto de implementação (geográfica, demográfica, socioeconómica e cultural), o projeto, desde a sua génese até à atualidade, o perfil dos seus visitantes e as suas motivações e tendências de evolução.

O estudo de caso é uma metodologia baseada em investigação empírica com técnicas maioritariamente qualitativas de contextos reais, em que múltiplas

fontes de evidência são utilizadas numa abordagem científica essencialmente indutiva e parcialmente dedutiva (Eisenhardt, 1989). Yin (1989:23) define o estudo de caso como “pesquisa empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real; quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são claramente evidentes; e em que múltiplas fontes de evidência são usadas”.

Segundo Larrinaga (2017), esta metodologia tem a mesma validade científica que os métodos quantitativos se os procedimentos exigidos forem cumpridos. Este autor considera ainda que este método de investigação é especialmente útil quando se pretende entender um fenómeno real observando todas as variáveis relevantes e quando se procura explorar ou avaliar situações ou fenómenos complexos.

Perante a inúmera informação disponível atualmente sobre o tema de investigação, optou-se pela utilização da técnica de *desk research* (ou pesquisa de dados secundários), uma técnica aplicada sobretudo em investigações na área do Marketing, mas extrapolável para outras áreas da gestão e igualmente para a das ciências humanas e sociais, e que consiste numa pesquisa exploratória através da recolha e do uso de informação disponível (Crouch & Matthew, 2011). Neste âmbito, foi feita pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos para suportar a análise do estado da arte. Recorreu-se a páginas da Internet para caracterização do contexto e do projeto, nomeadamente para recolha de informação estatística e para descrição do projeto, das suas origens à atualidade, e a relatórios científicos elaborados sobre os impactes na Rota Vicentina nas dimensões ambiental, social e económica. Esta postura de investigação permitiu recolher as evidências necessárias para atestar a dimensão cultural das práticas turísticas associadas à Rota Vicentina, apesar de uma evidente tendência para o seu enquadramento no âmbito do Turismo de Natureza.

Um olhar teórico

Poderá o Turismo de Natureza ser simultaneamente Turismo Cultural? Será que o visitante que percorre os trilhos pedestres privilegia, para além do

contacto com a natureza, o contacto com as comunidades locais, valorizando a preservação e a autenticidade, tanto nuns como noutros? Será que a competitividade desta oferta turística resulta da diversidade cruzada do património natural com o património cultural, sendo o todo muito mais atraente do que cada uma destas partes?

A resposta a estas questões conduz-nos ao quadro conceptual que envolve cada um destes produtos turísticos: o Turismo de Natureza e o Turismo Cultural, mas sobretudo à sua análise conjunta e à conjugação dos seus elementos em projetos específicos como é o da implementação e desenvolvimento dos trilhos pedestres.

O Turismo de Natureza, ainda que se conheça uma pluralidade de definições avançadas por inúmeros autores, pode ser entendido como aquele que “é constituído por qualquer tipo de turismo que consista na visitação de territórios predominantemente naturais com o objetivo de apreciar e fruir da natureza, ou na prática de atividades e experiências diretamente relacionadas com os recursos naturais (Silva, 2013:165). A principal motivação dos turistas que “consomem” este produto é a de vivenciar experiências de grande valor simbólico e a de interagir e usufruir da natureza. O seu mercado *soft* integra as experiências baseadas na prática de atividades ao ar livre de baixa intensidade (passeios, excursões, percursos pedestres, observação da fauna, etc.), representando cerca de 80% do total de viagens motivadas por este produto turístico (THR, 2006:9).

Na realidade, o turismo é cada vez mais construído sobre a comercialização da natureza e dos recursos naturais. O movimento através da paisagem é uma forma convencional de experienciar o meio ambiente, sendo que cada vez mais pessoas caminham na natureza, privilegiando os trilhos que se desenvolvem ao longo de territórios preservados e com grande diversidade natural, sendo a qualidade desta interação determinante para as perceções e imagem construídas em torno do seu destino de férias. A história mostra-nos que destinos com estas particularidades, um pouco por todo o mundo, atraíram sempre a atenção de potenciais turistas, constituindo uma forte motivação para a visitação. Em áreas protegidas, o lazer e o turismo são dimensões a serem contempladas na

avaliação do valor potencial da paisagem, sendo o turismo um dos usos mais comuns (Drábková, 2012:280).

Uma questão que talvez pertinentemente se possa colocar neste momento é sobre o que une ou separa o Turismo de Natureza do Ecoturismo. De forma assertiva, pode definir-se o Turismo de Natureza como um produto turístico, nos termos anteriormente elencados, enquanto o Ecoturismo pode ser entendido como um modelo de práticas turísticas, alternativo ao Turismo de Massas, em que existe uma preocupação dos visitantes em assumirem comportamentos que reduzam a sua pegada nos ecossistemas, tanto na perspectiva ambiental como na social e na cultural. De acordo com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Ecoturismo abrange todas as formas de turismo centradas na natureza, em que a motivação principal é a observação e apreciação desta e das culturas que vivem nas áreas naturais, sendo geralmente organizado para grupos pequenos e incluindo uma componente de educação e interpretação. Deve ter um impacto positivo sobre o ambiente natural e cultural, e os efeitos negativos devem ser limitados e controlados (OMT, 2002:110).

No que ao Turismo Cultural diz respeito, a OMT (1985) afirmou que, em sentido lato, é “...toda a viagem que pela sua natureza satisfaz a necessidade de diversidade, de ampliação de conhecimento, que todo o ser humano traz em si”, ou seja é entendido como todos os movimentos de pessoas que satisfaçam a necessidade humana de diversidade, visando elevar o nível cultural do indivíduo, proporcionando novos conhecimentos, experiências e encontros.” Mais recentemente, esta mesma organização atualizou esta definição passando a considerar que “o turismo cultural é um tipo de atividade turística na qual a motivação essencial do visitante é aprender, descobrir, experimentar e consumir as atrações/produtos culturais, tangíveis e intangíveis, de um destino turístico. Essas atrações/produtos referem-se a um conjunto de materiais distintos, intelectuais, espirituais e características emocionais de uma sociedade, englobando artes e arquitetura, património cultural e histórico, património culinário, literatura, música, indústrias criativas, e os estilos de vida, sistemas de valores, crenças e tradições das comunidades” (OMT, 2018).

Após este esforço no sentido da definição de cada um dos produtos – Turismo de Natureza e Turismo Cultural – o próximo passo será evidenciar que todo o turismo, seja qual for a principal motivação dos visitantes, é cultural, na medida em que promove o contacto entre estes e a comunidade anfitriã, promovendo a absorção dos seus elementos culturais, tangíveis e intangíveis. Isto mesmo defende Cravidão (2004), ao referir que todo e qualquer turismo é cultural, na medida em que os patrimónios, os lugares e as paisagens, se constituem como parte integrante da cultura de um qualquer lugar. Neste naipe enquadrar-se-á o Turismo de Natureza e, em particular, os percursos pedestres que, para além de promoverem o contacto e o desfrute dos ecossistemas naturais, fazem-no igualmente em relação aos ecossistemas sociais e culturais protagonizados pelas comunidades atravessadas pelos trilhos traçados, na consciência do seu próprio contributo para o enriquecimento da experiência dos caminhantes.

Neste mesmo sentido aponta a OMT (2002), que considera que o Turismo de Natureza é um segmento turístico importante, dinâmico e atrativo, conseguindo ser conjugado com outros tipos de turismo como o Turismo Desportivo, o Turismo de Negócios, o Turismo Cultural e o Turismo Rural. Pelas suas características, o Turismo de Natureza é então entendido como passível de ser articulado com outros produtos turísticos, nomeadamente com o Turismo Cultural, o que permite inferir que existem atividades, entre as quais os percursos pedestres, considerados oferta *soft*, são experiências simultaneamente enquadráveis nestes dois produtos e que a sua diferenciação e competitividade pode ser fortemente condicionada pela intensidade e qualidade desta associação.

Na própria definição de Ecoturismo da OMT (2002:110), anteriormente apresentada, há uma referência clara ao ambiente cultural, que evidencia a admissão da forte interligação entre os produtos turísticos que têm na natureza o seu principal recurso, os seus modelos de consumo e a dimensão cultural dos territórios visitados, corroborando a premissa de que todo o turismo é cultural, mesmo aquele em que a principal motivação não é a cultura, no seu sentido lato.

A relação empática que se vai estabelecendo entre a natureza e a cultura é cada vez mais dinâmica e intuitiva (Santos, Cravidão e Cunha, 2010). A própria UNESCO, quando criou a tipologia de classificação de Paisagem Cultural assente

num conjunto de critérios, enfatiza a associação da dimensão cultural à dimensão natural, reconhecendo, assim, a sua interrelação. Em 1992, a Convenção do Património Mundial passa a ser o primeiro instrumento legal a reconhecer e proteger paisagens culturais, ao considerá-las um bem patrimonial independente, como uma categoria entre as demais classificadas como Património Cultural Mundial, passível de inscrição na Lista do Património Mundial.

Na realidade, os considerandos teóricos desenvolvidos em torno desta questão, e a própria análise empírica da realidade, permitem concluir que, embora condicionado pelo cenário em que ocorrem as práticas e pelas suas próprias características, o Turismo de Natureza, no que respeita em particular aos percursos pedestres e a outras atividades que têm como recurso os ecossistemas naturais na sua relação com os ecossistemas humanos, é um produto turístico que corrobora a premissa de que todo o turismo é cultural, na medida em que cumpre os requisitos da definição de Turismo Cultural, anteriormente apresentada, ainda que a principal motivação se encontre noutros recursos turísticos que não o património cultural, tangível e intangível, dos territórios visitados.

Estes percursos pedestres, que têm como cenário a natureza e a ruralidade dos territórios, pelas suas características e pelos objetivos que norteiam a sua criação, podem ser entendidos como projetos associados ao desenvolvimento turístico do território, contribuindo para rentabilizar turisticamente recursos naturais e patrimoniais num modelo de sustentabilidade. Associados ao Turismo de Natureza, enquanto produto turístico, e ao Ecoturismo, enquanto ideologia ou forma de consumo turístico, estes percursos têm também nas gentes e no seu património cultural, tangível e intangível, um ativo estratégico fundamental para a sua diferenciação e para a competitividade da oferta que configuram.

Em áreas protegidas, em que o perfil natural e patrimonial justifica a atribuição dessa denominação e, conseqüentemente, a implementação de políticas e práticas de proteção e preservação, os trilhos podem ser considerados uma das principais estratégias de valorização turística desses territórios, pois conseguem conciliar a dinamização das economias locais, estimulando o investimento e o empreendedorismo, envolver as comunidades locais, e simultaneamente garantir a sustentabilidade do seu uso. Santarém, Silva e Santos (2015), num trabalho

desenvolvido com o objetivo de avaliar o potencial turístico de trilhos pedestres a partir de um modelo que relaciona as características ecológicas e culturais e a sazonalidade, referem, corroborando a perspectiva de inúmeros outros autores, que enquadrando-se estes no Ecoturismo, constituem importantes ferramentas para melhorar as economias locais, sobretudo em regiões com um déficit significativo no seu perfil socioeconómico. Em simultâneo, podem constituir uma fonte de receitas para apoio à gestão ambiental, gerar emprego e rendimentos para as comunidades locais, e contribuir para iniciativas de proteção, conservação e educação ambiental.

As áreas protegidas, como os parques naturais, à semelhança do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, constituem-se como palcos privilegiados para atividades de Turismo de Natureza. Os trilhos para caminhadas são uma dessas atividades (o BTT, o montanhismo, a escalada, serão outras) permitindo o desfrute de paisagens únicas, o contacto com a biodiversidade endémica e com o património das comunidades locais, componentes fundamentais para experiências de turismo sustentável. Evidentemente que podem existir impactes negativos para os *habitats* naturais, para as respetivas espécies e para as comunidades locais, quando o comportamento dos visitantes não se pauta por valores de sustentabilidade e quando a capacidade de carga, nas suas múltiplas dimensões, é excedida (Santarém, Silva e Santos, 2015).

A sustentabilidade de projetos de desenvolvimento de trilhos pedestres tem sido objeto de monitorização na perspectiva dos impactes, contudo deverá haver uma preocupação acrescida também no momento da conceção de novos trilhos, assegurando a dispersão de atividades e de visitantes, geográfica e temporal, de forma a precaver uma concentração no tempo e no espaço, que remeta para situações de sazonalidade e de sobrecarga e para as suas respetivas consequências. Ainda que estas preocupações devam ser uma constante no início dos projetos e ao longo da sua implementação, há que referir que a procura turística destes territórios e atividades apresenta, tendencialmente, um perfil facilitador do cumprimento das metas de sustentabilidade. São, na generalidade, visitantes com valores éticos, sociais e ambientais, que se traduzem em comportamentos de respeito pelas comunidades locais e pelos ecossistemas, com uma mentali-

dade ecológica, que privilegiam o contacto com as comunidades locais e com a sua identidade cultural, valorizando a sua autenticidade, e esforçando-se no sentido da redução da sua pegada.

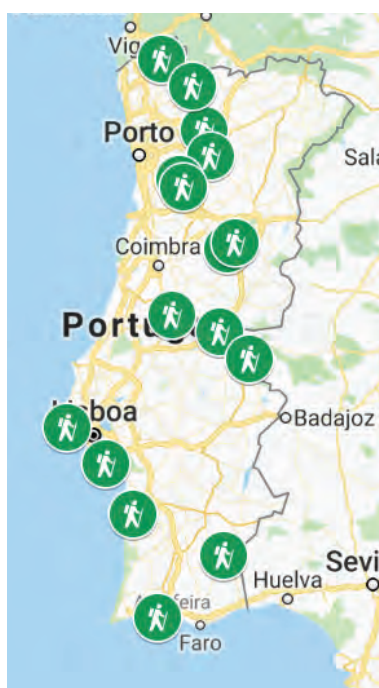
Após este olhar teórico lançado sobre os percursos pedestres, norteado pelas três questões iniciais, e ainda que na expectativa de que o caso de estudo corrobore com a prática, a direção para a qual a teoria aponta, pode desde já admitir-se que o Turismo de Natureza pode ser simultaneamente Turismo Cultural. O caminhar pelos trilhos permite o desfrute da paisagem e o contacto com os ecossistemas naturais, mas também com comunidades locais e com o seu património tangível e intangível. O consumo cruzado e complementar destes recursos é fortemente potenciado pelo seu estado de preservação e autenticidade, permitindo experiências multisensoriais, didáticas e enriquecedoras que vão ao encontro do perfil do novo turista, o que busca no retorno às origens e no contacto com o genuíno a catarse do artificialismo e da exigência da vida quotidiana.

Portugal: um destino de percursos e trilhos pedestres?

Portugal é um destino por excelência para a prática de Turismo de Natureza, dispondo de um riquíssimo património natural. De facto, o país possui uma enorme variedade de paisagens e elevada diversidade de *habitats* naturais, com condições que permitem a realização de programas e atividades turísticas com potencial atrativo. Cerca de 21% do território português é formado por Áreas Protegidas e zonas classificadas como Rede Natura, com fortes valores naturais e de biodiversidade a nível da fauna, flora e da qualidade paisagística e ambiental, dispondo de uma oferta de atividades de animação turística ajustadas aos diferentes segmentos do Turismo de Natureza (THR, 2006; ICNF, 2018).

O ambiente tornou-se um valor incontornável nas estratégias turísticas. A associação dos produtos turísticos ao território está a transformar o espaço turístico em espaços de preservação ambiental e de patrimonialização dos recursos existentes (Santos, Cravidão & Cunha, 2010). De norte a sul do país, no litoral,

mas também no interior, surgem inúmeros projetos, assentes em atividades distintas, mas com o mesmo objetivo de atrair visitantes para estes territórios, aliciados pelos seus patrimónios: o natural e o cultural. Os percursos pedestres são uma estratégia cada vez mais usual para se produzir turisticamente os territórios, numa lógica de sustentabilidade. Inúmeros exemplos podem ser visualizados no mapa infra (Figura 1), e que atestam a diversidade da oferta bem como a sua equilibrada dispersão territorial.



- Trilhos do Sistelo
- Trilho Fugas de Ermelo
- Trilho das 7 Lagoas – Xertelo
- Trilho Vinho Do Porto
- Passadiços do Paiva
- Trilho do Drave
- Rota da Garganta de Loriga
- Rotas do Javali e do Poço do Inferno
- Trilho do Dornes – Vigia do Zézere
- Trilhos de Sintra
- Trilhos do Conhal
- Trilhos de Marvão
- Trilhos de Mértola
- Rota Vicentina
- Trilho dos 7 Vales Suspensos
- Trilho da Serra do Risco

Figura 1 – Trilhos e Percursos Pedestres de Portugal

Fonte: <https://www.vagamundos.pt/>, acesso a 29-05-19

Integrada no Ecoturismo, o desenvolvimento e o sucesso desta oferta depende largamente do estado de preservação, ambiental e cultural, sendo por isso mais vocacionada para territórios de baixa densidade, onde os níveis de pressão

urbana e turística ainda não comprometeram um futuro de sustentabilidade. Os pressupostos para a implementação destes projetos encontram sobretudo eco em zonas de interior e/ou em áreas protegidas, contribuindo para uma procura turística mais equilibrada no país e para a atração de visitantes e de investimento para regiões carentes de condições para a fixação de população.

Na Figura 1 encontram-se identificados os trilhos e percursos pedestres que Portugal oferece aos inúmeros visitantes nacionais e internacionais que anualmente são atraídos a cada uma das suas regiões motivados por esta oferta, que, empiricamente, evidencia um crescimento quantitativo e qualitativo muito significativo, comportando-se numa lógica circular que em muito valoriza os territórios. A uma maior oferta, cada vez mais qualificada e diversificada, corresponde uma cada vez maior procura, mais exigente e eticamente responsável.

A aposta crescente no desenvolvimento de percursos pedestres ao longo do território nacional indicia uma visão estratégica que contribuirá para fortalecer a posição de Portugal no mapa dos fluxos turísticos motivados pelos produtos e pelas atividades ligadas à natureza. O mercado do Turismo de Natureza revela um dinamismo crescente, pois cada vez mais os turistas, com tempo e dinheiro disponível, querem fugir da sua existência urbana para a tranquilidade, a beleza e a aventura ligadas à natureza.

No entanto, apesar dos percursos pedestres, pelas suas características, pelos pressupostos que presidem à sua criação e pelos territórios que constituem a sua matéria-prima, não serem por si indutores do modelo de Turismo de Massas, ainda assim há que acautelar possíveis resultados de projetos demasiadamente bem sucedidos, em que imprevisivelmente a procura supera as expectativas iniciais, confrontando os seus promotores com situações complexas e desafiantes que põem à prova o próprio modelo de gestão. Os Passadiços do Paiva, no Município de Arouca, um projeto promovido pela Câmara Municipal com o objetivo de atrair visitantes para dinamizar a economia local através da rentabilização turística do Arouca GeoPark, reconhecido pela UNESCO como Património Geológico da Humanidade, são uma evidência recente desta situação. A construção de uma estrutura de madeira, maioritariamente suspensa, com uma extensão de 8 km, foi inaugurada a 20 de junho de 2015 e nos primeiros

dois meses e meio de recebeu mais de 220 mil visitantes, com dias a ultrapassar os 8 mil. Em setembro de 2015, um incêndio florestal destruiu cerca de 600 metros de passadiço, o que levou ao seu encerramento provisório, voltando a reabrir em fevereiro de 2016, com entrada paga e limitada a 3500 visitantes por dia (Oliveira, Tavares & Pacheco, 2019). Os gestores deste projeto foram impelidos a encontrar soluções de sustentabilidade perante uma inesperada elevada procura que ultrapassou a capacidade de carga inicialmente prevista, que evidenciou uma oferta insuficiente de infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio, comprometendo a qualidade da experiência turística e minimizando os seus impactos positivos no território e na comunidade local.

À semelhança de todos os outros produtos turísticos e das atividades que lhe estão associadas, também neste caso particular a monitorização e a avaliação de impactos é fundamental para garantir que a capacidade de carga, nas suas múltiplas dimensões, não é ultrapassada, comprometendo-se no médio e longo prazo a própria existência dos recursos e dos projetos que lhe estão associados.

Em resposta à questão norteadora deste ponto, poder-se-á dizer que Portugal possui uma diversidade natural, paisagística e cultural propícia ao desenvolvimento de percursos pedestres. No âmbito de um paradigma de sustentabilidade, estes podem constituir uma via para a rentabilização destes recursos, contribuindo para atrair visitantes e investimento e para a dinamização da economia, sobretudo em territórios de baixa densidade, e para promover uma procura turística mais equilibrada em todo o território. Há, no entanto, que não comprometer a sua continuidade, e a ambição tem que surgir associada à consciência da fragilidade dos ecossistemas naturais e culturais que suportam o sucesso dos projetos e à certeza de que o seu sucesso é fortemente condicionado pelo seu estado de preservação e a sua autenticidade.

Rota Vicentina: do projeto à realidade, do desafio à concretização

A maior parte do Turismo de Natureza é praticado em áreas naturais protegidas classificadas como reservas naturais e parques nacionais (Fredman

& Tyrväinen, 2010). A Rota Vicentina é um caso que ilustra esta afirmação, tendo no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina o palco para as suas atividades. Um território protegido, criado em 1995, situado entre a Ribeira da Junqueira, São Torpes (Município de Sines), e a praia da Boca de Rio (Município de Vila do Bispo), numa área de 75.000 ha, que entra pelo mar adentro (2 km), ao longo de 100 km da costa do Sudoeste de Portugal Continental, albergando um valioso património natural e uma grande diversidade paisagística, pontuada por dunas e arribas, algumas de grande altura e agressividade (Figura 2).



Figura 2 – O Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina

Fonte: Município de Sines, 2010

O Parque Natural estende-se por municípios do Alentejo Litoral (Sines e Odemira) e pertencentes ao Algarve (Aljezur e Vila do Bispo), todos, à exce-

ção de Sines, classificados de territórios de baixa densidade, de acordo com a deliberação da Comissão Interministerial Portugal 2020, de 1 de julho de 2015, em que a um perfil socioeconómico e demográfico desafiante se alia um conjunto de características naturais e culturais, preservadas e autênticas, que se podem constituir como recursos para o desenvolvimento de produtos turísticos sustentáveis, diferenciados e competitivos, também pelo seu alinhamento com o perfil do chamado novo turista.

A Rota Vicentina é um projeto colaborativo que em 2011 começou a ser implementado pela Associação Casas Brancas, uma associação sem fins lucrativos criada em 2002 com o objetivo de integrar e valorizar a oferta turística de uma região que se estende de Grândola a Sagres.

A necessidade de atrair mais visitantes para esta região e de lhes proporcionar atividades que aumentassem o seu tempo de estada média, estimulou a apresentação de uma candidatura a fundos comunitários por um consórcio que reuniu a Associação Casas Brancas, como promotora, a Associação Almargem (copromotora), vários municípios, o atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e a Entidade Regional de Turismo do Alentejo. Foi, desde o primeiro momento, um projeto vencedor, que obteve o financiamento necessário para o seu arranque, representando um investimento de 540 mil euros, ao qual já se juntaram outros no sentido da diversificação do projeto e da sua adaptação às expectativas evidenciadas pela procura.

A Rota Vicentina compreende o Caminho Histórico (representado a verde na Figura 3) e o Trilho dos Pescadores (representado a azul na Figura 3), permitindo um conjunto de experiências que aliam a cultura rural e a paisagem natural da costa, visando, para além da implementação do caminho, a sua integração na oferta turística e na comunidade local, bem como a sua promoção nacional e internacional (Rota Vicentina, 2019).

Associando à representação gráfica constante na Figura 3 uma descrição sumária dos percursos que constituem a Rota Vicentina, há que referir que o Caminho Histórico se desenvolve ao longo de 230 km, dividido em 12 etapas, através de caminhos maioritariamente rurais, situados no interior no território, passando pelas principais vilas e aldeias da região e permitindo o

contacto com as comunidades locais e com o seu património material e imaterial. Trata-se de uma clássica Grande Rota (GR), de acordo com o Registo Nacional de Percursos Pedestres (RNPP), que pode ser percorrida a pé e de BTT, e em fevereiro de 2016 foi distinguido com a Certificação Europeia “Leading Quality Trails – Best of Europe”, da responsabilidade de ERA (*European Ramblers Association*), integrando o lote exclusivo dos melhores destinos de caminhada na Europa.



Figura 3 – Representação gráfica da Rota Vicentina

Fonte: www.rotavicentina.pt, acesso em 03-06-2019

No que respeita ao Trilho dos Pescadores, este é um percurso de 125 km que se desenvolve junto do litoral, que faz uso dos caminhos de acesso às praias e

aos pesqueiros usados pelos residentes, mais exigente do ponto de vista físico, mas que permite o desfrute da paisagem costeira e o contacto com a rudeza dos seus elementos.

Para além destes percursos, a Rota Vicentina integra também os percursos circulares, com início e fim no mesmo local, que permitem em apenas meio dia ou num período temporal ainda menor, ficar a conhecer a essência do território, num modelo logístico mais simples e com reduzida exigência física, e que se desenvolvem no Almogrove, S. Luís, Troviscais, Santa Clara, Saboia, Odeceixe, Bordeira e Carrapateira, num total de 89 km (Rota Vicentina, 2019).

Na perspetiva da procura, os únicos dados existentes, respeitantes a 2017, apontam para uma estimativa de 129.303 a 134.580 caminhadas, no conjunto total de trilhos, que correspondem a um total de caminhantes entre os 23.132 e os 24.076. No que respeita ao perfil de utilização anual dos trilhos da Rota Vicentina existe uma concentração da procura na primavera e outono, e do ponto de vista da distribuição espacial, uma maior concentração de caminhantes nas zonas costeiras (CENSE, 2018).

O dinamismo da Rota Vicentina não se reflete apenas no crescente número de parceiros e na crescente procura, mas também numa atitude de captação de fundos que visa o investimento em ações direcionadas para a diversificação da oferta, valorização dos territórios e dos seus recursos, e para a promoção nacional e internacional com vista à atração de novos públicos. Neste contexto, foram submetidos dois projetos, um ao Programa Valorizar (Turismo de Portugal) e outro ao Alentejo 2020, ambos com execução finda no primeiro trimestre de 2019.

A Rota Vicentina é um projeto em construção que se pauta pelos valores do turismo sustentável e responsável, assumindo cada vez mais a relevância das comunidades locais e do seu protagonismo na qualidade da experiência turística, como atesta a estratégia de investimento 2017-2019 que, entre outros objetivos, almeja fortalecer a ligação à comunidade e valorizar economicamente a sua identidade.

Do turismo de natureza ao turismo cultural

A Rota Vicentina, um projeto inicialmente de Turismo de Natureza, tem caminhado progressivamente no sentido de afirmar a sua dimensão cultural. À oferta inicial, centrada sobretudo nos trilhos pedestres e nas atividades de natureza mais desportiva e de contacto com a natureza, foram progressivamente sendo associados produtos de carácter cultural e artístico, que valorizam os produtos endógenos da região, como o medronho, a cortiça e atividades como a pesca, entre outros elementos identitários destes territórios.

Os objetivos da Associação Rota Vicentina, que gere o projeto, passam por desenvolver e afirmar novos produtos, mas também pela promoção internacional da região e do seu património natural e cultural. A diversificação da oferta e a atração de novos mercados, com o estímulo a novas formas e motivações de consumo, constituem outros focos de ação, não sendo, no entanto, descurada a sensibilização para as questões do património e identidade da região, gerando valor associado a estes mesmos elementos.

Nas atividades divulgadas no portal da Internet da Rota Vicentina é visível este esforço através do estabelecimento de parcerias que permitem incluir na oferta um conjunto de atividades de cariz cultural que associa às motivações do visitante as que são enquadráveis no Turismo Cultural, e que constam no Quadro 1.

QUADRO 1. Atividades de cariz cultural integradas na oferta da Rota Vicentina

Parceiro	Atividades desenvolvidas	Área geográfica	Dimensão cultural
Destilaria BlackPig Alentejo	Prova de gin, rum e medronho Workshops temáticos Caminhadas Atividades rurais	Concelho de Santiago de Cacém	Visitação da destilaria acompanhada de prova e explicação detalhada do processo produtivo.
ProactiveTour	Passeios guiados Caminhadas autoguiadas Visitas culturais Observação de aves Workshops de artes e ofícios	Concelhos de Odemira, Aljezur e Vila do Bispo	Programas de caminhadas enriquecidos por experiências de gastronomia, artes e ofícios característicos de cada localidade, permitindo o contacto com as comunidades locais

Parceiro	Atividades desenvolvidas	Área geográfica	Dimensão cultural
Burros & Artes	Passeios pedestres guiados e autoguiados, com/sem burros Animação de Artes e Ofícios tradicionais Workshops – Oficinas	Costa Vicentina, entre Odeixe e Cabo de S. Vicente	Experiências em ambiente rural, em contacto com a natureza e com as artes e ofícios característicos deste território.
CACO	Passeios guiados Visitas culturais Atividades rurais Workshops Loja de artesanato	Costa Alentejana e Vicentina	Atividades de Turismo Cultural complementares às caminhadas tendo como base os recursos endógenos locais. Experiências reais no âmbito das artes e ofícios tradicionais. Programas culturais desenhados para o visitante conhecer toda a região através de percursos pelas paisagens, localidades e ambientes privados.

Fonte: Adaptado de www.rotavicentina.pt, acesso em 15-07-19

A Rota Vicentina apela, igualmente, aos visitantes para estarem abertos a partilhar experiências, a conhecer melhor o modo de vida local, a optarem por atividades proporcionadas pela comunidade e pelos produtos e serviços locais, num quadro de turismo responsável (Rota Vicentina, 2019). Esta postura é passível de uma dupla interpretação, pois se por um lado se pretende um maior retorno económico para as comunidades locais, por outro lado visa possibilitar uma experiência de maior qualidade aos visitantes, enfatizando a importância da dimensão humana, nomeadamente na perspetiva cultural, no sucesso da Rota Vicentina.

Conclusão

A Rota Vicentina é um projeto de Turismo de Natureza cuja competitividade decorre da diversidade, qualidade e estado de preservação dos ecossistemas naturais que a suportam, mas igualmente das comunidades das vilas e aldeias que atravessa, e do seu património cultural material e imaterial, pelo que poderá ser igualmente enquadrado no Turismo Cultural. As experiências que

são proporcionadas aos visitantes decorrem da conjugação dos recursos naturais e culturais, traduzida numa multiplicidade de atividades que lhe conferem a autenticidade e unicidade que justificam os inúmeros prémios, distinções e críticas positivas que tem recebido nacional e internacionalmente, e que se tem traduzido numa crescente procura.

A própria estratégia futura da associação Rota Vicentina assenta no reconhecimento do determinismo da dimensão humana e cultural na competitividade do projeto. A sua visão para 2030 enuncia “Em 2030 a Rota Vicentina é a identidade da região, intrínseca na boca e alma de cada português, que permite defender, valorizar e referenciar um ecossistema natural, mas também de tradições, partilha e união, que é único em Portugal. Promovendo um desenvolvimento económico sustentável por todo o território, onde o turismo vive as origens, assenta num espírito de cooperação entre os associados, e numa comunidade ativa e sensibilizada para a manutenção dos ecossistemas naturais onde as atividades tradicionais e espécies autóctones florescem” (CENSE, 2018).

A realidade e a sua análise permitem crer que todo o turismo é cultural, porque cada vez mais as comunidades locais, o seu património material e imaterial, constituem um recurso primordial dos territórios, independentemente da principal motivação que induz a escolha dos visitantes. Experiências turísticas desumanizadas, sem contacto com os locais, são experiências indiferenciadas, descaracterizadas, cada vez mais preteridas pelos turistas, que buscam a essência dos territórios, a sua identidade e autenticidade, protagonizada pelos residentes e pelos seus *habitats*. O turismo, na sua definição mais elementar, pressupõe a receção de visitantes por uma comunidade anfitriã, advindo deste contacto uma troca de elementos, que confere uma dimensão cultural a todo e qualquer produto turístico. E ainda que um caso não permita a generalização, nem é este o objetivo do presente trabalho nem a isso se adequa a sua metodologia, permite continuar a defender a premissa inicial de que todo o turismo é cultural... até o da Rota Vicentina.

Referências bibliográficas

- Arnegger, J.; Woltering, M. & Job, Hubert. (2010). Toward a product-based typology for nature-based tourism: A conceptual framework. *Journal of Sustainable Tourism*, 18, 915-928.
- Drábková, A. (2012). Tourists in Protected Landscape Areas in the Czech Republic – a sociological survey. *Procedia Environmental Sciences*, 14, 279–287.
- CENSE – Center for Environmental and Sustainability Research (2018). Relatório de avaliação da utilização e impacto socioeconómico da Rota Vicentina (Relatório). CENSE- FCT NOVA, Lisboa, Portugal.
- Cravidão, F. (2004). Turismo e Cultura. O lugar dos lugares. *Revista Turismo – Visão e Ação*, 6 (3), 309-316.
- Cravidão, F. (2006). Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar os lugares. In M. L. Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer* (269-279). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos.
- Eisenhardt, K. (1989). Building Theories from Case Study Research. *Academy of Management Review*, 14 (4), 532-550.
- Fredman, P., & Tyrvaäinen, L. (2010). Frontiers in Nature-based tourism. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 10 (3), 177-189.
- ICNF (2017). Obtido em janeiro de 2017 de www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnse
- ICNF. (2017). Obtido em janeiro de 2017 de www.icnf.pt/portal/turnatur
- ICNF (2017). Obtido em Janeiro de 2017 de <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pndi>
- Larrinaga, O. (2017). *Is it desirable, necessary and possible to perform research using case studies?* Cuadernos de Gestión, 17 (1), 147-172.
- Oliveira, D. S; Tavares, F.O & Pacheco, L.D. (2019). Os Passadiços do Paiva: Estudo Exploratório do seu Impacto Económico e Social. *Journal of Social Technological and Environmental Science*, 8 (1), 242-264.
- OMT (1985). *The Role in Protecting and Promoting culture as a factor of tourism development and the proper use and exploitation of national cultural heritage of sites and monuments for tourism*. Madrid: OMT.
- OMT (2002). *Cumbre Mundial del Ecoturismo: Informe final*. Madrid: OMT.
- Santarém, F; R. Silva & Santos, P. (2015). Assessing ecotourism potential of hiking trails: A framework to incorporate ecological and cultural features and seasonality. *Tourism Management Perspectives*, 16, 190-206.
- Santos, N.; Cravidão, F. & Cunha, L. (2010). *Natureza, Paisagens Culturais e os Produtos Turísticos Associados ao Território*. Comunicação apresentada no 4º Congresso Latinoamericano de Investigación Turística. Montevideo, Uruguai, 22 a 24 de setembro, <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/13835/1/154.pdf>, acesso a 15-07-2019.
- Silva, F. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores* (Tese de Doutoramento) Universidade de Lisboa-IGOT, Lisboa, Portugal.
- Spychała, A. & Graja-Zwolińska, S. (2013). What is nature tourism? Case study of university students. *Turyzm*, 1 (23).
- THR- Asesores en Turismo Hotelaría y Recreación (2006). *Turismo de Natureza*. Acedido a 15-07-2019, em <http://www.turismo2015.pt/userfiles/File/TurismoNatureza.pdf>.

- Tisdell, C. & Wilson, C. (2012). *Nature-based tourism and conservation: New economic insights and case studies*. Cheltenham: Edward Elgar Pub.
- Yin, R. (1989). *Case Study Research. Design and Methods*. In: *Applied Social Research Methods Series*. London: Sage Publications.
- UNWTO (2018). Report on tourism and culture synergies. Madrid: UNWTO.

O TURISMO COMO OBJETO DE ESTUDO ACADÉMICO

Noémi Marujo

Universidade de Évora/CIDEHUS

noemi@uevora.pt

ORCID: 0000-0001-8058-5130

Resumo: O turismo tem uma natureza complexa e, por isso, o seu estudo tem causado algumas discussões sobre o seu enquadramento teórico e metodológico. Cada ciência que se cruza com o turismo terá sempre uma tendência para analisá-lo de acordo com a sua perspetiva. A complexidade e abrangência do fenómeno turístico tem levado autores a discutir o turismo como uma disciplina autónoma, como uma área multi, inter ou transdisciplinar. O presente capítulo pretende ser uma reflexão teórica sobre o turismo enquanto objeto de estudo na academia.

Palavras-chave: Turismo; Disciplina; Interdisciplinaridade; Multidisciplinaridade; Transdisciplinaridade.

Abstrac: The nature of tourism is complex and therefore studying it has caused some debate about its theoretical and methodological framework. On meeting tourism, each science will always tend to analyse it from its own perspective. The complexity and scope of the phenomenon of tourism has led authors to discuss it as an autonomous discipline, or as a multi-, inter- or transdisciplinary area. The aim of this chapter is to provide a theoretical reflection on tourism as an object of study in academia.

Keywords: Tourism; Discipline; Interdisciplinarity; Multidisciplinarity; Transdisciplinarity.

Introdução

O turismo é um fenómeno social, económico, político, cultural, geográfico e comunicacional que provoca diversos impactos, especialmente nas sociedades onde a atividade se desenvolve. Por isso, o turismo é classificado, de acordo com as diferentes visões dos autores, em diversos critérios: pelas experiências que provoca, pelos impactos que causa; pela sua natureza emissiva ou recetiva; pelos efeitos que acarreta; pelo volume dos turistas (minoria ou de massa); pelo seu objetivo ou motivação; pelo tipo de alojamento e de transporte, etc. (Marujo, 2013).

O turismo tem uma natureza complexa e abrangente. Por um lado, o turismo é complexo porque não existe uma definição consensual para o turismo, mas sim um conjunto de várias investigações para responder à questão: o que é o turismo? (Przeclawski, 1993). Por outro, o turismo é abrangente porque trata-se de um fenómeno que penetra no campo de várias ciências sociais. De facto, o conceito de turismo está relacionado com múltiplas conceptualizações que assentam nas conceções ontológicas, epistemológicas e paradigmáticas do observador e, por isso, a definição permanece aberta a uma substancial contestação (Hall *et al.*, 2004).

As investigações em turismo são principalmente moldadas pela forma como o investigador define o turismo (Marujo, 2013). Logo, “a definição pode ser explícita ou implícita, mas há sempre uma definição de turismo em algum lugar por detrás de cada projecto de pesquisa” (Smith, 2010, p. 1). Cada investigador terá uma tendência para analisar o fenómeno turístico através dos paradigmas da ciência em que foi formado, o que significa que podem existir abordagens diferentes para problemáticas de estudo idênticas (Marujo, 2013). Assim sendo, cada ciência que se cruza com o turismo terá sempre uma propensão para estudar o fenómeno turístico de acordo com a sua perspetiva. Por isso, “o objeto de estudo do turismo é um objeto em construção, não é um objeto construído, pois o fenómeno turístico é um acontecimento instituinte, pois tem como motor as práticas sociais em seu tempo sócio-histórico” (Beni & Moesch, 2016, p. 27).

Nesta complexidade e abrangência do fenómeno turístico, diversos autores discutem o turismo como uma disciplina autónoma, como uma área multi, inter ou transdisciplinar.

1. O estudo do turismo: disciplina autónoma, área multidisciplinar, interdisciplinar ou transdisciplinar?

O estudo do turismo, por parte das ciências humanas e sociais, tem causado algumas discussões sobre o seu enquadramento teórico e metodológico (Marujo, 2013). Atualmente, “o turismo vive a sua crise epistemológica e é preciso reconhecê-la. A crise do turismo é de ordem racional e fragmentária...” (Valduga, 2013, p. 463). A crise epistemológica do turismo é observável na pobreza conceptual dos seus marcos teóricos e tecidos metodológicos (Nechar & Netto, 2010). Sublinhe-se que a epistemologia é essencial para a criação das bases científicas de qualquer campo de estudos. No caso do turismo, a epistemologia “ainda é vista como tema complexo, exótico, teórico, filosófico e com pouca aplicabilidade” (Netto & Nechar, 2016, p. 25). De facto, uma epistemologia do turismo é fundamental porque ela questiona

o carácter do conhecimento do turismo, as fontes do conhecimento turístico, a validade e confiabilidade das reivindicações de conhecimento do mundo externo do turismo, o uso de conceitos, os limites dos estudos turísticos e a categorização dos estudos em turismo como disciplina ou campo (Tribe, 1997, p. 639).

Para Netto e Nechar (2016, p. 26), a epistemologia é importante para que seja possível explicar “como se pensa o turismo”. Nesta linha de reflexão Tribe (1997, p. 639), afirma que a epistemologia em turismo é fundamental por duas razões. Primeiro porque “promove uma revisão sistemática do que é o legítimo conhecimento turístico”. Segundo porque “ainda não há acordo sobre os limites dos estudos em turismo, e a epistemologia pode ajudar no

desenvolvimento desse debate”. Segundo Valduga (2013), o pensar turístico exige a ‘reforma de pensamento’ e não apenas de unidades curriculares. Essa ‘reforma de pensamento’ deve começar por pensar o objeto científico do turismo. Segundo o autor “é comum encontrar pesquisadores que desconhecem o objeto de estudos do turismo ou ignoram a discussão, diminuindo a sua relevância. Mesmo em programas *stricto sensu* de turismo, raras são as oportunidades de pensar tal objecto” (Valduga, 2013, p. 464). De acordo com Korstanje (2012), o pensamento científico sobre o objeto do turismo pode ser determinado por meio de três pilares: a inferência de leis; a replicabilidade da informação; a explicação dos fenómenos.

Existe uma reflexão considerável entre a comunidade científica do turismo sobre as questões metodológicas, as orientações de pesquisa e a abordagem mais apropriada para os estudos do turismo (Echtner & Jamal, 1997). Tais reflexões ilustram que os investigadores estão divididos nas suas opiniões sobre o facto de o turismo poder ser estudado como uma disciplina autónoma (Arrilaga, 1974; Leiper, 1981; Jovicic, 1988; Comic, 1989; Hoerner, 2002) ou como uma área de especialização dentro de outras disciplinas já existentes (Jafari, 1990; Graburn & Jafari 1991; Tribe, 1997). Portanto, enquanto alguns investigadores tentam descrever os estudos do turismo como uma disciplina, outros têm encontrado evidências para analisar o fenómeno turístico como um campo multidisciplinar e interdisciplinar (Przeclawski, 1993; Tribe, 1997) ou ainda como uma área transdisciplinar (Sonaglio, 2013).

Note-se que Beni e Moesch (2016) afirmam que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade são essenciais para a análise do turismo enquanto fenómeno comunicacional, económico, sociocultural e, ainda, possuidor de uma prática social. Por isso, consideram que o investigador para entender a complexidade do fenómeno não se deve limitar a uma única disciplina ou a um único campo do saber. Para estes autores, o estudo do turismo “requer um questionamento sistemático de tudo que envolve o fazer-saber turístico e do que se quer fazer; o saber turístico é e será objeto de desconstrução permanente” (Beni & Moesch, 2016, p. 21).

1.1. O turismo como disciplina autónoma

A discussão sobre o estudo do fenómeno turístico ser ou não uma ciência não é recente. De acordo com Netto, Noguero e Jager (2011), o autor Glucksmann, em 1935, já discutia sobre este assunto. Ou seja, na sua análise e reflexão sobre o conceito de turismo Glucksmann procurava a “criação de uma ciência turística” (Netto, Noguero & Jager, 2011, p. 550).

Para alguns autores, o estudo do turismo pela sua complexidade e abrangência não pode ser investigado de uma forma adequada no seio de qualquer outra área disciplinar, pois só o nascimento de uma disciplina única e autónoma pode permitir o desenvolvimento integrado de uma teoria do turismo (Jovicic, 1988; Hoerner, 2000). Para os autores (Leiper, 1981; Jovicic, 1988; Comic, 1989; Horner, 2002), “se o turismo não for estudado como um todo, os argumentos vão persistir no que diz respeito às definições, modelos e orientações. Essas divergências resultarão, principalmente, das tentativas de descrever e definir o turismo dentro das várias fronteiras disciplinares” (Echtner & Jamal, 1997, p. 870).

Walter Hunziker (1952), numa comunicação apresentada na AIEST (International Association of Scientific Experts in Tourism), sublinhou que existia uma falta de interesse pela investigação e ensino do turismo, e que este não podia continuar a ser “um enteado da ciência” (Hunziker, 1952, p. 88). O autor defendeu a necessidade de uma ‘doutrina turística’ entendida como um sistema de conhecimento sobre um determinado objeto. No caso do turismo, é um sistema logicamente construído segundo critérios científicos que serve, ao mesmo tempo, para fins educacionais, ou seja, o ensino (Hunziker, 1954). O autor opunha-se deste modo às tentativas de estabelecer uma ciência do turismo em pé de igualdade com outras disciplinas científicas como, as ciências económicas, a filosofia ou o direito. O autor procura esclarecer a problemática da doutrina turística questionando “se o turismo pode ser de, de facto, objecto da ciência, ou seja, objecto de considerações científicas” (Hunzinker, 1954, p. 58). O autor recorre ao trabalho “*Fremdenverkehr Gegenstand wissenschaftlicher Forschung*” de Heinz Sauermann, publicado em 1952, onde este afirma que o

turismo é acessível a um estudo científico na medida em que a tarefa da ciência consiste, neste campo específico, em entender e ordenar a realidade empírica através do pensamento. Assim sendo, “nós podemos efectivamente considerar a doutrina turística como uma ciência particular, desde que tal resulte num sistema completo de ideias e conhecimento” (Hunziker, 1954, p. 58). Logo, o autor defende que o objeto da doutrina turística consiste “no estudo dos fenómenos turísticos em função do seu significado para a cultura” (Hunziker, 1954, p. 59).

Defert (1966) propôs o conceito ‘turistologia’ para uma possível ciência do turismo (Nechar & Netto, 2010), mas a designação foi rejeitada pela comunidade científica. Em 1967, o italiano Fragola sugeriu uma ‘turismografia’. No entanto, a denominação também não teve aceitação na academia (Nechar & Netto, 2010).

José Arrillaga, no seu artigo “*El turismo como ciencia*”, publicado em 1974, na Revista ‘Estudios Turísticos’, disserta sobre a possibilidade, conveniência e necessidade de estudar o turismo como uma ciência. O autor argumenta que o turismo é um fenómeno social de grande transcendência e, por isso, é necessário conhecer as suas realidades e possibilidades, mas também os seus defeitos e inconvenientes (Arrillaga, 1974). Para este autor, as vantagens e inconvenientes do turismo, os seus êxitos e fracassos não se devem apenas à casualidade, mas igualmente a razões que umas vezes são visíveis e, outras, ignoradas ou desconhecidas. Assim sendo,

para evitar esses inconvenientes e fracassos é preciso conhecer as causas e não atribuí-las a meras casualidades. (...) Se para Einstein a ciência é só uma tentativa da reconstrução da existência pelo processo da contemplação, a ciência turística seguirá este mesmo caminho de procura e formulação de conceitos (Arrillaga, 1974, p. 10).

Arrillaga (1974) afirma que para alcançar conhecimentos profundos sobre o turismo, investigar as suas causas e princípios é necessário utilizar instrumentos científicos,

não só porque o turismo é um fenômeno complexo que apresenta várias facetas e aspetos; não só porque não existe uma ciência especial e distinta à qual poderíamos chamar de turismologia; não só porque este fenômeno é relativamente recente, mas pela unidade da ciência. O seu aprofundamento científico supõe a utilização de métodos e técnicas que foram elaborados e empregados durante séculos ou recentemente com outras finalidades (Arrillaga, 1974, p. 16).

Arrillaga (1974) considera que, para o estudo das distintas facetas que o turismo apresenta, é necessário utilizar as ciências mais apropriadas como, por exemplo, a Geografia, a Sociologia e a Economia. Todavia o autor realça que – apesar das múltiplas facetas, aspetos e manifestações do turismo deverem ser estudadas com métodos científicos aplicando, em cada caso, as disciplinas mais apropriadas que, por sua vez, levam a um corpo de conhecimento no turismo – “muitos conhecimentos não formam uma ciência porque ciência é um corpo de doutrina metodicamente formado e ordenado, que constitui um ramo particular do conhecimento humano” (Arrillaga, 1974, p. 21). Portanto, segundo, o autor não existe, ainda, no campo do turismo um corpo de doutrina metodicamente formado e ordenado. As dificuldades para a configuração de uma real turismologia estão essencialmente no uso de técnicas comuns e na carência de uma autonomia doutrinal e dialética (Arrillaga, 1974).

Neil Leiper no seu artigo “*Towards a cohesive curriculum tourism: the case for a distinct discipline*”, publicado em 1981, na Revista ‘Annals Tourism of Research’, considera que uma base multidisciplinar é um impedimento para a educação em turismo. “O estudo do turismo como um tema central tem sido, por vezes, tratado com desprezo nos meios académicos, talvez por causa da sua novidade, talvez devido à sua fragmentação superficial, talvez porque ele atravessa disciplinas estabelecidas” (Leiper, 1979, p. 392). O autor enfatiza que no meio académico há um crescente interesse no turismo, mas que os investigadores se têm especializado em partes particulares sobre a área e, por isso, sugere que “uma nova disciplina pode ser criada para organizar o corpo

de conhecimento existente e que tal disciplina pode-se tornar o núcleo de uma abordagem interdisciplinar” (Leiper, 1981, p. 69).

Leiper (1981) propõe uma ‘turologia’ como uma disciplina para desenvolver a base geral de uma teoria do turismo. Todavia, realça que uma abordagem interdisciplinar que integra conceitos e ideias de diferentes disciplinas é necessária para o estudo do turismo. O autor reconheceu, no seu artigo “*An emerging discipline*”, publicado na ‘Annals of Tourism Research’, em 2000, que o reconhecimento do turismo como uma disciplina pode desencorajar os investigadores de várias áreas disciplinares a publicarem os seus trabalhos, e que “a investigação sofreria se isso acontecesse” (Leiper, 2000, p. 805).

O grande defensor da ideia de tratar o fenómeno do turismo como objeto de uma ciência única, independente e original foi o geógrafo Zivodin Jovicic que, no seu artigo “*A plea for tourismological theory and methodology*”, publicado em 1988, na ‘Tourism Review’, defende a criação de uma ‘turismologia’ como uma ciência distinta e autónoma. O autor realça que o turismo é um fenómeno complexo e, por isso, o seu estudo não pode ser simplesmente associado às várias disciplinas que já o estudam como, por exemplo, a Sociologia, a Geografia, a Economia e a Antropologia. Assim,

nenhuma disciplina pode pretender representar a pesquisa em turismo. Elas são apenas diferentes abordagens para o fenómeno, complementando-se ou contradizendo-se umas às outras. É por isso que diferentes termos tais como a ‘turismologia’ são propostos para cobrir convergências e criar laços (Jovicic, 1988, p. 2).

Jovicic (1988) acrescenta ainda que o turismo “é composto de aspetos individuais que requerem o estudo da relação entre as partes e o todo” (Jovicic, 1988, p. 3). Assim, e para este geógrafo, a observação de elementos individuais de forma independente do todo, “resultou numa definição equivocada do turismo como fenómeno económico, geográfico ou sociológico” (Jovicic, 1988, p. 3). Para o autor, só uma ‘turismologia’ poderia facilitar a aliança de estudos especializados na área do turismo que ocorrem em diversas disciplinas.

Todavia, afirma que a turismologia enquanto “teoria integral do turismo... não exclui estudos especializados tais como os seus aspetos económicos, geográficos, sociológicos, assim como os aspetos psicológicos, médicos, políticos, urbanos, pedagógicos e outros” (Jovicic, 1988, p. 3). O autor admite que construir uma nova disciplina científica é um processo ambicioso porque o fenómeno turístico é extremamente complexo e tem dificuldades intrínsecas que dificultam o seu conhecimento científico, mas que “a turismologia como ciência... vai encontrar a sua afirmação plena num futuro próximo” (Jovicic, 1988, p. 2).

Dorde Comic defende, no seu artigo “*Tourism as a subject of philosophical reflection*”, publicado em 1989, na ‘Tourism Review’, que o turismo continuará a sofrer de uma falta de profundidade e totalidade enquanto a sua investigação for fragmentada em várias disciplinas. Por outro lado, o autor enfatiza que

quando a questão é colocada sobre a finalidade e a razão de ser do turismo. Quando e onde o turismo está em causa, no domínio da filosofia, encontramos um grande vazio porque, em contraste com os outros numerosos e diversos estudos científicos, a abordagem filosófica no turismo é praticamente inexistente (Comic, 1989, p. 6).

Um dos autores mais recentes que defende o turismo como ciência é Jean Hoerner onde, no seu artigo “*Pour la reconnaissance d’une science touristique*”, publicado em 2000, na ‘Revue Espace’, realça que a investigação turística só será melhorada se o turismo for considerado uma ciência autónoma. No seu livro “*Traité de tourismologie: pour une nouvelle science touristique*”, publicado em 2002, o autor afirma que a turismologia não é só o nome que atribui “a uma nova ciência para o estudo do turismo, mas igualmente o melhor meio para afirmar a importância das atividades turísticas no mundo” (Hoerner, 2002, p. 6). Assim, o autor considera que a nova ciência designada por turismologia estuda tudo aquilo que está ligado a uma viagem turística como, por exemplo, as relações entre os turistas/visitantes e as sociedades recetoras ou os impactos provocados pelo turismo.

Para todos estes autores (Leiper, 1981; Jovicic, 1988; Comic, 1989; Horner, 2002), “se o turismo não for estudado como um todo, os argumentos vão persistir no que diz respeito às definições, modelos e orientações. Essas divergências resultarão, principalmente, das tentativas de descrever e definir o turismo dentro das várias fronteiras disciplinares” (Echtner e Jamal, 1997, p. 870). Contudo, Korstanje (2009) afirma que o turismo só será considerado uma disciplina científica quando construir o seu próprio objeto de estudo. E, claro, que esse objeto de estudo o distinga das demais ciências. Mas, “o turismo, como um objeto de estudo acadêmico, enfrenta uma espécie de crise de identidade” (Sharpley, 2011, p. 13) e, portanto, vai continuar a encontrar dificuldades na construção do seu próprio objeto de estudo. Essa crise de identidade está relacionada, por um lado, com o facto de o ensino superior do turismo estar sediado em diversos departamentos (economia, gestão, geografia, sociologia, educação, etc.) que, de certa forma, influenciam a designação dos cursos de turismo e as suas estruturas curriculares.

Para Weaver e Lawton (2010), o reconhecimento do turismo como área de investigação independente tem conhecido alguns obstáculos que resultam de fatores, tais como: a) o turismo era percebido como uma atividade trivial, uma vez que as instituições académicas consideravam que o turismo era uma atividade pouco relevante; b) a falta de definições claras e dados fiáveis, ou seja, o enfoque do turismo e o seu lugar dentro de um sistema mais amplo de investigação académica não é muito claro; c) o turismo em larga escala é uma atividade recente; d) a necessidade de teorias próprias e de uma tradição académica enraizada nos estudos do turismo; e) o turismo é percebido como um campo de estudo profissional, que é reflexo de um ponto de vista simplista que implica somente a formação técnica para aproveitar as oportunidades de empregos criadas.

Beni e Moesch (2016, p.27) sublinham que “a razão da não construção de uma ciência do turismo” está, especialmente, “na má compreensão do domínio do objeto turístico, objeto de investigação mal definido, e conseqüente assimilação insuficiente dos conhecimentos adquiridos”. Segundo os autores, para “construir uma ciência do turismo deve-se ir muito além da construção de uma

metodologia, já que esta não deve ter um fim em si mesma, mas ser um meio para se atingir o fim cognitivo” (Beni & Moesch, 2016, p.12).

O turismo é um fenómeno socialmente reconhecido, mas “o seu estatuto como objeto científico dentro de um campo académico parece ainda estar em questão” (Darbellay & Stock, 2011, p.441). No entanto, a discussão académica internacional sobre o turismo como uma disciplina autónoma vai continuar a movimentar investigadores em todo o mundo. Mas de facto, “o avanço que o conhecimento turístico pode ter como disciplina de carácter científico dependerá, em grande parte, da capacidade de crítica e reflexão que as novas tendências na investigação deste objeto de estudo possam assumir” (Netto & Nechar, 2016, p.81).

1.2. O turismo como área multidisciplinar e interdisciplinar

Para alguns autores, apesar da falta de modelos e de conceitos nos estudos turísticos, o desenvolvimento do turismo como uma disciplina autónoma não deve existir (Jafari, 1990; Graburn & Jafari, 1991; Tribe, 1997). Pelo contrário, “eles enfatizam a necessidade de uma maior pesquisa num cruzamento disciplinar para superar as dificuldades conceptuais e metodológicas” (Echtner & Jamal, 1997, p. 870). Ou seja, o turismo apenas pode ser estudado “se as fronteiras disciplinares forem cruzadas e se as perspectivas multidisciplinares forem procuradas ou formadas” (Graburn & Jafari, 1991: 7). Um grande defensor desta corrente é John Tribe (1997) que, no seu artigo “*The Indiscipline of Tourism*”, publicado na ‘Annals of Tourism Research’, argumenta que o estudo do turismo como uma disciplina autónoma deve ser abandonado. Ou seja, considera que “o estudo do turismo deve reconhecer e celebrar a sua diversidade” (Tribe, 1997, p. 656).

Tribe (1997), argumenta que há três aspectos que contribuem para que o turismo não seja uma disciplina: a) o estudo do turismo pode abarcar uma série de conceitos; b) os conceitos turísticos não formam uma rede distinta e uma estrutura teórica coesa, ou seja, eles tendem a ser diferenciados e atomizados

e, por isso, necessitam de ser compreendidos, de uma forma geral, dentro da estrutura lógica da disciplina que os providencia. A sua única ligação é o seu objecto de estudo que é o turismo; c) os estudos turísticos não possuem expressões ou enunciados que sejam testáveis em oposição aos critérios de experiência que são específicos para os estudos do turismo.

O estudo do turismo deve e/ou pode seguir uma abordagem multidisciplinar ou interdisciplinar (Przeclawski, 1993; Echtner & Jamal, 1997; Tribe, 1997). Na pesquisa multidisciplinar, de acordo com Przeclawski (1993), cada uma das disciplinas envolvidas usa os seus próprios conceitos e métodos. Assim, e segundo o autor, apenas o tema geral da pesquisa é o mesmo. O *background* dos investigadores e os seus pontos de vista sobre a sociedade e a humanidade podem ser muito diferentes e, por isso, os resultados obtidos só podem ser analisados ao nível de cada disciplina e em separado. Logo, “a comparação complexa, o ponto de vista sintético é praticamente impossível ou pode ser apenas muito superficial” (Przeclawski, 1993, p. 13). Assim sendo, e segundo esta abordagem, cada disciplina contribui com o seu próprio conhecimento para o estudo do turismo. Ou seja, no turismo a abordagem multidisciplinar envolve o estudo de um tópico onde inclui informações de outras disciplinas, “mas continua operando dentro de limites disciplinares” (Echtner & Jamal, 1997, p. 878). Por exemplo, numa pesquisa multidisciplinar, o desenvolvimento do turismo numa localidade pode ser analisado de forma independente por economistas, sociólogos, geógrafos ou antropólogos que usam as suas próprias questões epistemológicas e metodológicas. Tal significa que os resultados e recomendações da pesquisa, por exemplo dos geógrafos, podem ser diferentes dos resultados dos sociólogos. Logo, a abordagem multidisciplinar “não facilita totalmente uma síntese completa de duas ou mais disciplinas para criar e integrar novos conhecimentos. Para conseguir isso, a pesquisa interdisciplinar é necessária” (Okumus e Niekerk, 2016, p.637).

Na pesquisa interdisciplinar o investigador analisa, simultaneamente, um determinado problema a partir de diversas áreas para levar em consideração, ao mesmo tempo, aspectos diferentes do tema (Przeclawski, 1993). O autor considera que “a investigação interdisciplinar deve ser muito mais unificada,

muito mais concentrada do que a pesquisa multidisciplinar” (Przeclawski, 1993, p. 13). Na interdisciplinaridade é possível compreender a cooperação e o diálogo entre diversas disciplinas que investigam um tema comum como, por exemplo, a experiência do turista nos destinos que visita. A interdisciplinaridade ocupa-se da síntese de duas ou mais disciplinas, estabelecendo um novo nível do discurso caracterizado por uma nova linguagem descritiva e novas relações estruturais (Beni & Moesch, 2016). Assim, a interdisciplinaridade pode ser entendida como

um empreendimento que se vale do intercâmbio de instrumentos e técnicas metodológicas, esquemas conceituais e análises de diversos ramos do saber, com a finalidade de fazê-los convergirem, depois de terem sido comparados e julgados. Ao entrar num processo interactivo, duas ou mais disciplinas ingressam, ao mesmo tempo, num diálogo em pé de igualdade. Não há supremacia de uma sobre as demais. As trocas são recíprocas. O enriquecimento é mútuo (Japiassú, 1976, p.81).

A interdisciplinaridade, possibilita “a geração de novas disciplinas, o surgimento de novos conceitos e categorias de análise, o emprego de variáveis de ciências consolidadas como instrumentalização teórica para novas abordagens científicas...” (Beni & Moesch, 2016, p.21). No caso do turismo, a análise interdisciplinar pode ser interpretada como um elemento estratégico essencial capaz de ampliar o olhar para a compreensão da realidade (Dencker, 2002). Assim, “a interdisciplinaridade, fundamental à análise do turismo como fenómeno social, cultural, comunicacional, económico e subjectivo, ultrapassa as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber” (Moesch 2002, p. 14). Ou seja, a abordagem interdisciplinar no turismo envolve duas ou várias disciplinas em interação com a finalidade de descrever, analisar e compreender a complexidade do fenómeno turístico. Portanto, considera um tema de pesquisa, como por exemplo a motivação em turismo, não só a partir da perspectiva de uma única disciplina, mas de várias disciplinas (sociologia, antropologia, psicologia). Assim, a pesquisa interdisciplinar em turismo pode

ser definida como “a organização de uma interface entre diferentes disciplinas e corpos de conhecimento, com a finalidade de analisar as manifestações e as complexidades existentes das dimensões turísticas da sociedade” (Darbellay & Stock, 2012, p. 453).

Jafari (1990) realça que a investigação em turismo deve ocorrer no âmbito de outras disciplinas, mas defende a necessidade de estudar o turismo de uma forma mais sistemática. O autor sugere uma plataforma baseada no conhecimento científico onde considera que do estudo do turismo como um todo, das suas estruturas e relações podem resultar construções teóricas e aplicações práticas. Assim sendo, o autor considera que

hoje tudo parece indicar que o turismo seguirá o seu progresso com êxito até novas fronteiras do conhecimento. (...) O alcance do objetivo final (a cientifização do turismo) dependerá do apoio e do tipo de influência que exercer a comunidade académica, as organizações de viagens e a indústria turística propriamente dita (Jafari, 1994, p. 28).

Echtner e Jamal (1997) colocam os estudos do turismo numa fase pré-paradigmática. Os autores argumentam que a actual fragmentação que existe nos estudos do turismo é “um impedimento para a investigação, educação e legitimidade dos estudos em turismo” (Echtner & Jamal, 1997, p.878). Todavia, os autores consideram que o desenvolvimento do turismo como uma disciplina distinta está repleto de dificuldades porque a maioria dos investigadores em turismo foram educados dentro de várias disciplinas como a geografia, a sociologia ou a antropologia (Echtner & Jamal, 1997). Para estes autores, existem algumas dimensões-chave que contribuem para a evolução do turismo no sentido de uma maior credibilidade como um campo de estudo e estatuto disciplinar: a pesquisa holística e integrada; a conceção de um corpo teórico de conhecimento; um enfoque interdisciplinar; uma teoria e metodologia claramente explicitadas; a utilização de diversas abordagens metodológicas. Para estes autores, e numa perspectiva filosófica e prática, “o desenvolvimento do turismo como uma disciplina distinta não é uma certeza. (...) Uma maior colaboração entre disciplinas

é necessária, neste momento, para avançar ainda mais no estudo do turismo em direção a uma disciplina distinta” (Echtner & Jamal, 1997, p. 880).

1.3. O turismo como área transdisciplinar

O turismo, para além de ser estudado através de uma abordagem multi e interdisciplinar, também pode ser analisado numa perspetiva transdisciplinar. No entanto, “adotar a transdisciplinaridade nos estudos em turismo exige um esforço muito grande e ainda não se trata de uma realidade em grande parte das investigações” (Silva, 2018, p. 62). Para alguns autores,

construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas deve ser uma conquista transdisciplinar, em que a cada momento é, simultaneamente, produzido o conhecimento e o produtor da ação desse conhecimento, numa recursão organizacional, na qual a parte está no todo e o todo está na parte (Beni & Moesch, 2016, p. 21).

A transdisciplinaridade propõe outro olhar ao que já se conhece e, também, uma abertura e sensibilidade para compreender o que ainda não foi descoberto e que pode residir em dimensões diferentes da realidade percebida pelo ser humano (Sonaglio, 2013). No campo dos estudos turísticos, a transdisciplinaridade deve procurar um olhar cruzado que permita descobrir as ‘pontes’ entre as várias áreas de conhecimento. Nicolescu (2002) desenvolve a transdisciplinaridade como uma forma de ser, saber e abordar, que atravessa as fronteiras epistemológicas de cada ciência. Para este autor,

a transdisciplinaridade envolve aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das distintas disciplinas e além de toda e qualquer disciplina. A sua finalidade é a compreensão do mundo actual, para a qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento (Nicolescu, 2002, p. 44).

Para Sonaglio (2013, p. 206), a abordagem transdisciplinar procura estimular a sensibilidade diante daquilo que a disciplinaridade, muitas vezes, nem sequer reconhece como existente”. Gibbons (1997, p. 42) afirma também que a “transdisciplinaridade é a forma privilegiada de produção de conhecimento. Corresponde a um movimento que ultrapassa as estruturas disciplinares na constituição da agenda intelectual, na forma de desdobrar recursos e nas formas de organização da pesquisa e os resultados são comunicados e avaliados”. Logo, “não há oposição entre disciplinaridade (incluindo a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade) e transdisciplinaridade, mas uma complementaridade fértil. Na verdade, não há transdisciplinaridade sem disciplinaridade” (Nicolescu, 2010, p. 22).

Segundo Santos (2008), o conhecimento transdisciplinar associa-se à dinâmica da multiplicidade das dimensões da realidade e apoia-se no próprio conhecimento disciplinar. No campo do turismo, o objeto pode ser abordado por várias disciplinas que interatuam umas com as outras com os seus saberes, discursos e explicações. Assim, a transdisciplinaridade surge nos estudos em turismo como “um olhar disposto a perceber e pensar sobre aquilo que escapa ao olhar disciplinar, aquilo que está ‘entre’, ‘através’ e ‘além’ das disciplinas” (Sonaglio, 2013, p. 207). Neste sentido, e segundo a autora, a transdisciplinaridade procura identificar, conceituar e teorizar sobre os aspetos da realidade percebíveis e pensáveis, somente, através de uma perspetiva transdisciplinar. Sintetizando, “o olhar transdisciplinar ao turismo permite evitar o reducionismo decorrente das disciplinas que o tentam explicar e/ou propor métodos para sua implementação planejada” (Sonaglio, 2013, p. 215). Sublinhe-se, no entanto, que no turismo, a “transdisciplinaridade não irá prescindir das disciplinas, uma vez que é delas que decorre a sua origem” (Dencker, 2002, p. 39).

2. Conclusão

As relações entre o turismo e outras disciplinas são diversas e, portanto, o fenómeno turístico tem sido estudado a partir de teorias e metodologias de outros

campos do saber. Considerado como um fenómeno social, político, económico, cultural, geográfico e comunicacional, o turismo precisa de ser analisado através de diferentes perspetivas. Por isso, é que muitos investigadores defendem uma abordagem multi, inter e transdisciplinar. É um facto que outras disciplinas, como por exemplo a Geografia, a Sociologia, a Economia ou a Antropologia, cruzam fronteiras disciplinares para produzirem conhecimento, mas “elas têm uma casa para a qual podem regressar. O turismo não tem” (Jafari & Ritchie, 1981, p. 22). Há evidências que alguns estudos turísticos se desenvolvem no sentido do turismo se tornar uma disciplina distinta, mas de facto “existem muitas razões práticas e filosóficas que dificultam a sua evolução” (Echtner & Jamal, 1997, p. 880).

A complexidade e abrangência do fenómeno turístico fazem com que ele seja estudado de acordo com a visão dos diferentes autores e, portanto, o seu objecto de estudo acaba por ser alvo de uma multiplicidade de abordagens que vão desde, entre outras, a antropologia, a sociologia, a geografia, a economia, a psicologia e a história. Logo, nenhuma disciplina pode reclamar para si o monopólio da compreensão do fenómeno turístico, dado que ele é multidimensional e requer diversas aproximações teóricas.

Em Portugal, as características da interdisciplinaridade e multidisciplinaridade têm marcado fortemente a forma como os cursos de turismo são estruturados, bem como os tipos de pesquisa que são realizados. A aplicação da multidisciplinaridade e da interdisciplinaridade nos estudos do turismo é determinada, em muitos casos, pela formação dos investigadores, mas também pelos conhecimentos e metodologia das diferentes disciplinas que eles utilizam na sua investigação.

Conclui-se que no turismo é necessário um ‘saber-fazer’, pois as categorias que traduzem a sua estrutura vão além do tempo, espaço ou consumo (Moesch, 2002). Assim sendo, as funções que o turismo exerce sobre as diversas dimensões da sociedade implicam uma investigação interdisciplinar, multidisciplinar ou transdisciplinar. No entanto, a complexidade do fenómeno turístico que engloba a perspetiva da oferta e da procura vai continuar a movimentar investigadores na luta por uma disciplina autónoma.

Referências bibliográficas

- Arrillaga, J. (1974), “El Turismo Como Ciencia”, *Estudios Turísticos*, N. 41, Pp. 5-30.
- Beni. M E Moesch, M. (2016). Do Discurso Da Ciência Do Turismo Para A Ciência Do Turismo. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, N.25, P.9-30.
- Comic, D. (1989). Tourism As A Subject Of Philosophical Reflection. *Tourism Review*. Vol. 44 (2), P.6-13.
- Darbellay, F. E Stock, M. (2012). Tourism As Complex Interdisciplinary Research Object. *Annals Of Tourism Research*, Vol. 39 (1), P. 441-458.
- Dencker, A. (2002). *Pesquisa E Interdisciplinaridade No Ensino Superior: Uma Experiência No Curso De Turismo*. São Paulo: Aleph.
- Echtner, C. E Jamal, T. (1997). The Disciplinary Dilemma Of Tourism Studies. *Annals Of Tourism Research*, Vol. 24 (4), P. 868-883.
- Gibbons, M. *et al.* (1997). La Nueva Producción Del Conocimiento – La Dinámica De La Ciencia Y La Investigación En Las Sociedades Contemporáneas. Barcelona: Ediciones Pomares.
- Graburn, N. E Jafari, J. (1991). Introduction: Tourism Social Science. *Annals Of Tourism Research*, Vol. 18 (1), P. 1-11.
- Hall, C. *et al.* (2004). *Turismo: Conceitos, Instituições E Temas*”, In Lew, A. Et Al Eds.), *Compêndio De Turismo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Hoerner, J. (2000). Pour La Reconnaissance D’une Science Touristique. *Revue Espace*, N. 173, P.1-3.
- Hoerner, J. (2002). *Traité De Tourismologie: Pour Une Nouvelle Science Touristique*. Paris: Presses Universitaires De Perpignan.
- Hunziker, W. (1952). La Science Touristique Avance. *The Tourist Review*, Vol. 7 (3), P.87-90.
- Hunziker, W.(1954). La Doctrine Touristique. *The Tourist Review*, Vol. 9 (2), P.56-62.
- Jafari, J. (1990). Research And Scholarship: The Basis Of Tourism Education. *Journal Of Tourism Studies*, Vol. 1(1), P. 33-41.
- Jafari, J. (1994). La Cientificación Del Turismo. *Estudios E Perspectivas En Turismo*, Vol. 3 (1), P.7-36.
- Jafari, J. E Ritchie, B. (1981). Towards A Framework For Tourism Education: Problems And Prospects. *Annals Of Tourism Research*, Vol. 8 (1), P. 13-34.
- Japiassu, H.(1976). *Interdisciplinaridade E Patologia Do Saber*. Rio De Janeiro: Imago.
- Jovicic, Z. (1988). A Plea For Tourismological Theory And Methodology. *Tourism Review*, Vol. 43 (3), P. 2-5.
- Korstanje, M. (2009). Turismo: Un Nuevo Enfoque Disciplinario Para La Enseñanza Académica”. *Turydes – Revista De Investigación En Turismo Y Desarrollo Local*, Vol 2 (5), P.1-21.
- Korstanje, M. (2012). Nociones Basicas De Epistemología Para El Turismo. *Turydes – Revista De Investigación En Turismo Y Desarrollo Local*, Vol. 5(12), 1-4.
- Leiper, N. (1979). The Framework Of Tourism: Towards A Definition Of Tourism, Tourist, And The Tourist Industry. *Annals Of Tourism Research*, Vol.6 (4), P.390-407.
- Leiper, N. (1981), “Towards A Cohesive Curriculum In Tourism: The Case For A Distinct Discipline”, *Annals Of Tourism Research*, Vol. 8, N. 1, Pp. 69-84.

- Leiper, N. (2000). An Emerging Discipline. *Annals Of Tourism Research*, Vol 27(3), P. 805-809.
- Marujo, N. (2013). A Pesquisa Em Turismo: Reflexões Sobre As Abordagens Qualitativa E Quantitativa. *Turydes – Revista De Turismo Y Desarrollo Local*, Vol. 6 (14), P.1-16.
- Marujo, N. (2013). O Estudo Do Turismo Na Academia. In Marujo, N. (Coord). *Os Estudos De Turismo Na Universidade De Évora: Ensino E Investigação*. Departamento De Sociologia Da Ecs Da Universidade De Évora.
- Moesch, M. (2002). *A Produção Do Saber Turístico*. São Paulo: Contexto.
- Nechar, M. E Netto, A. (2010). Implicaciones Epistemológicas En La Construcción Del Conocimiento Del Turismo. In Necahr, M. E Netto, A. (Eds), *Epistemología Del Turismo: Estudios Críticos*, Pp.15-40 São Paulo: Trillas.
- Netto, A. E Nechar, M. (2016). Epistemologia Do Turismo: Escolas Teóricas E Proposta Crítica. In Netto, A. E Nechar, M. (Eds.), *Turismo Perspetiva Crítica*. Pp.25-58, Assis: Triunfal Gráfica.
- Netto, A.; Noguero, F. E Jager, M. (2011). Por Uma Visão Crítica Nos Estudos Turísticos. *Turismo Em Análise*, Vol. 22 (3), P. 539-560.
- Nicolescu, B. (2002). *Manifesto Of Transdisciplinarity*. Albany: State University Of New York Press.
- Nicolescu, B. (2010). Methodology Of Transdisciplinarity – Levels Of Reality, Logic Of The Included Middle And Complexity. *Transdisciplinary Journal Of Engineering & Science*, Vol. 1 (1), P.19-38.
- Okumus, F. E Niekerk, M. (2016). Multidisplinary. In Jafari, J. E Xiao, H. (Eds), *Encyclopedia Of Tourism*, Pp.637-638, Switzerland: Springer.
- Przeclawski, K. (1993). Tourism As The Subject Of Interdisciplinary Research. In Pearce, D. E Butler, R. (Eds.), *Tourism Research: Critiques And Challenges*. Routledge, London, Pp. 9-19.
- Santos, A. (2008). Complexidade E Transdisciplinaridade Em Educação: Cinco Princípios Para Resgatar O Elo Perdido. *Revista Brasileira De Educação*, Vol. 13 (37).P.71-83.
- Sharpley, R. (2011). *The Study Of Tourism: Past Trends And Future Directions*. London: Routledge.
- Silva, T. (2018). O Turismo Como Um Sistema Complexo: Sociabilidades, Comunicações E Desafios Metodológicos. *Caderno Virtual De Turismo*, Vol.18 (1), P. 53-65.
- Sonaglio, K. (2013). Uma Abordagem Transdisciplinar Para O Desenvolvimento Sustentável Do Ecoturismo. *Turismo – Visão E Ação*, Vol. 5 (2) P.161-168.
- Sonaglio, K. (2013). Transdisciplinar O Turismo: Um Ensaio Sobre A Base Paradigmática Making. *Pasos – Revista De Turismo Y Patrimonio Cultural*, Vol. 11 (1), P.205-216.
- Smith, S. (2010). *Practical Tourism Research*. Wallingford: Cabi International.
- Tribe, J. (1997). The Indiscipline Of Tourism. *Annals Of Tourism Research*, Vol. 24(3), P. 638-457.
- Valduga, V. (2013). Para Onde Vai O Pensamento Turístico?. *Turismo & Sociedade*, Vol 6 (2), P. 462-465.
- Weaver, D. E Lawton, L. (2010). *Tourism Management*. 4.ª Ed., Australia: John Wiley & Sons.

Nota: “Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do COMPETE 2020 – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e PT2020, no âmbito do projeto UID/HIS/00057/2019”.

(Página deixada propositadamente em branco)

TURISMO, AMBIENTE E TERRITÓRIO
A INFLUÊNCIA DO PERCURSO CIENTÍFICO
DE FERNANDA CRAVIDÃO

Norberto Santos

norgeo@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)

Lúcio Cunha

luciogeo@fl.uc.pt

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT)

Resumo: A Professora Fernanda Cravidão, geógrafa e professora na Universidade de Coimbra desenvolveu a sua vasta, qualificada e reconhecida carreira académica de investigação nas áreas da Geografia Humana e dos estudos sobre Turismo. Efetuou trabalhos de análise teórica e estudos de caso em Portugal e em diferentes partes do Globo sobre População, Demografia, Territórios Marginais, Cultura, Patrimónios e Turismo. Na busca de conhecimento e na sua subsequente partilha, cruzou o seu trabalho com o de muitos colegas e amigos, entre os quais os subscritores deste texto que, em jeito de homenagem, percorrem de novo alguns dos caminhos trilhados pela investigadora, dando conta da relevância da sua investigação científica na área do Turismo, nomeadamente em termos do significado ambiental e da sustentabilidade territorial. Percebendo-se o seu imprescindível contributo para a Geografia e para os estudos sobre Turismo portugueses, pretende-se, com este texto, o

reconhecimento da importância da Autora na criação e desenvolvimento dos estudos sobre Turismo na Universidade de Coimbra, salientado o seu papel na liderança na investigação, no desenvolvimento da internacionalização e no estímulo permanente para o compromisso mútuo e motivação dos colegas para trabalhos nesta área do conhecimento.

Palavras-chave: Fernanda Cravidão; Percurso académico; Turismo; Território; Sustentabilidade; Património.

Abstract: Fernanda Cravidão, geographer and professor at the University of Coimbra developed her vast, qualified and recognized academic research career in the areas of Human Geography and Tourism studies. She carried out theoretical analysis and case studies in Portugal and in different parts of the Globe on Population, Demography, Marginal Territories, Culture, Heritage and Tourism. In research and sharing of knowledge she crossed his work with that of many colleagues and friends, among whom this text's subscribers who, as a tribute, go through some of the researcher's pathways, stressing her scientific research relevance in the field of Tourism, namely in terms of environmental meaning and territorial sustainability. Realizing her essential contribution to Portuguese Geography and Tourism studies, this text aims to recognize the importance of the Author in the creation and development of studies on Tourism at the University of Coimbra, emphasizing her role in research leadership, in development of internationalization and permanent stimulus on mutual commitment and motivation of colleagues for work in this area of knowledge.

Keywords: Fernanda Cravidão; Academic path; Tourism; Territory; Sustainability; Heritage.

Escrever para um livro de homenagem obriga, sempre, a tomadas de decisão que resultam de incertezas diversas, de dificuldades em decidir qual o tema e as áreas geográficas que melhor se adequam ao propósito, quais as escolhas metodológicas mais acertadas e, mesmo, qual o tipo de discurso mais apropriado. Se as oportunidades de tema e de áreas a escolher são muitas e diversas, dada a vastidão da obra de Fernanda Cravidão ao longo do seu percurso universitário, persistem incertezas ao nível das escolhas metodológicas. Estas dificuldades de

decisão colocam aos autores hesitações sobre a utilização de metodologias mais aprofundadas e/ou mais inovadoras, no sentido de valorizar o tributo pretendido, ou, mais gerais e de revisão, para destacar a extensão do trabalho científico da homenageada. Do mesmo modo, também o tipo de discurso a utilizar implica alternativas: se um discurso mais direto, formal ou racional, como convém ao cientista, ou mais imaginativo, informal e afetivo, expressão da emoção dos amigos que o escrevem. Provavelmente o equilíbrio entre a ciência e a emoção estarão na base da organização do texto que se segue.

Assim, neste caso concreto, a abordagem adquire uma forma complementar, quer dizer, tenta juntar a ciência com a amizade, o rigor e a inovação com a revisão geral da bibliografia e os discursos que convêm a cada uma delas, porque a experiência de vida conjunta assim o propiciou, durante décadas, e assim o determina, agora. Com esta circunstância, escrever sobre a homenageada, com referências à sua biografia e às suas vivências científicas e acadêmicas seria o mais prático, mas, também, aquilo que obriga a uma enorme circunspeção, de modo a que o relato seja fidedigno e expresse o âmago científico e as materialidades pessoais dessas vivências. Juntando os caminhos da ciência com os da convivência – sabendo nós que uma coisa e outra se complementam e valorizam, dar expressão ao modo como o percurso científico da homenageada se entrecruzou e, por vezes, imbricou com as trajetórias dos autores deste texto – é a proposta das linhas que se seguem, rememorando as investigações efetuadas pelos autores em conjunto com a Professora, amiga e colega Fernanda Cravidão, abordando alguns dos assuntos que mais marcaram esta relação profissional, de amizade e companheirismo.

Uma parte dos trabalhos de parceria entre a homenageada e os autores versaram a temática da Geografia, quer a Geografia Humana, muito em torno da população, da cultura e do turismo, quer a Geografia de pendor físico, que entronca com as questões ambientais e da sustentabilidade. São diversos os exemplos que aqui podem ser incluídos. Em termos cronológicos identificam-se os trabalhos de Cravidão e Cunha (1991), Cravidão e Santos (1992), Cunha et al. (1994), Cravidão et al. (1998), Almeida et al. (2003,2004 e 2006), Moreira et al. (2004), Nossa et al. (2013), Santos & Cravidão (2015),

Cravidão & Cunha (2017), Cravidão et al. (2017), entre muitos outros que serão adiante citados.

Como resultado de participações em eventos científicos, nacionais e internacionais, e em projetos que permitiram valorizar, quer a Geografia Portuguesa, quer a Escola de Coimbra, quer, ainda, as relações internacionais, especialmente com o Brasil, foi possível dar expressão a um modo integrado e aprofundado de interpretar o território que deixou a Geografia mais rica, tanto a nível regional, como nacional e, claramente, nos países com língua oficial portuguesa.

A partir da Geografia, formação de base dos autores deste texto bem como da homenageada, houve, com o decorrer do tempo, alguma especialização nas investigações e trabalhos efetuados que, no conjunto conduziram a uma interpretação sustentável do território e às suas relações com o turismo e com o ambiente. Importa, por isso, dar testemunho aqui desse percurso.

Falar de Turismo

Falar de turismo, hoje, em Portugal, deixou de ser valorizar as nossas extensas praias de areia fina e a nossa oferta de alojamento turístico tradicional, durante muito tempo marcado pelas Pousadas de Portugal.

Na verdade, o ponto de viragem encontra-se algures na primeira década do nosso século. Com certeza que todos os turistas tinham nos nossos alimentos – elementos culturais autênticos e identitários – um valor acrescido e a forma ideal de superar expectativas, até porque *pelo estômago se conquista, barriga vazia não tem alegria* e os *melhores negócios se fazem à mesa*, como dizem os nossos ditados populares. Por outro lado, a sazonalidade da oferta de areia, sol e mar é evitada pela realização de eventos esporádicos ou integrados em ciclos ou franchisings (onde para além da ciência e dos eventos corporativos, a cultura começa a ganhar lugar: Expo 98; Cidades Europeias da Cultura: 1994 – Lisboa, 2001 – Porto, 2012 – Guimarães; WebSummit, 2016, 2017, 2018 e 2019; Portugal Art and Heritage at Google Arts & Culture, 2019, entre outros). A oferta é,

também, valorizada pela densidade do património cultural, monumental e pela segurança e qualidade de vida.

Assim, em relação ao Património Cultural e Monumental as investigações conjuntas permitiram elaborar textos que se integraram no panorama da investigação da Geografia do Turismo, do Turismo Cultural e dos Estudos sobre Património, em Portugal e no estrangeiro. São referências disso Cravidão & Santos (2013), Cravidão *et al.* (2017), Cravidão *et al.* (2018), e Crous Costa *et al.* (2018) e Cravidão & Santos (2020), *Management of world heritage sites, cultural landscapes and sustainability*. A publicação, em 2013, de *Turismo e Cultura. Destinos e Competitividade*, permitiu-nos organizar um conjunto de textos que se mostraram de grande significado no âmbito da investigação em Turismo e em temáticas como Destinos e Competitividades, Viagens e Turismo, Turismo, Cultura e Cidade, Turismo em Espaço Rural, Turismo e Desporto e Turismo e Natureza. Aqui salientam-se as relações entre o turismo e o território, assim como as cumplicidades entre o visitante e o lugar, retratando “como o património material, imaterial e natural podem ser fruídos, constituindo-se como recursos, atrações e produtos num processo de interações que releva a importância do sistema turístico” (Cravidão & Santos, 2013: 12). Também em 2017, como resultado de uma organização internacional relevante – o 5º Congresso UNESCO/Unitwin, da Cátedra em Cultura, Turismo e Desenvolvimento, da Universidade de Paris 1, Phantéon-Sorbonne, liderado por Maria Gravari-Barbas – foi disponibilizado on-line um livro que contou com 57 capítulos e que permitiu o desenvolvimento de temas associados ao turismo, ao património, à animação, à gestão do património e às rotas turísticas e paisagens culturais. Esta colaboração internacional, dentro dos temas da Geografia do turismo, do turismo cultural e dos estudos do património foi alargada com a participação no livro *Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites* (Prete *et al.*, 2018) que permitiu a publicação dos títulos Cravidão *et al.* (2018) e Crous Costa *et al.* (2018), em que se abordam as relações entre turismo e património. O capítulo *Site Conservation/Enhancement and Tourist Management. Site Conservation and Tourist Enhancement* foi escrito em colaboração com os colegas da Universidade de Girona. Valoriza-se o turismo, tanto enquanto oportunidade,

como enquanto ameaça para o património. Assume-se como prioritária a presença do planeamento estratégico como forma de combinar necessidades e pedidos de diferentes *stakeholders*, permitindo, simultaneamente, a preservação dos Bens Património Mundial. Discutem-se, também, as diferenças entre patrimónios materiais e imateriais e identificam-se formas de gestão dos sítios património mundial. O outro capítulo, presente neste livro (Cravidão *et al.*, 2018) contou com a colaboração da Universidade de Bolonha e da Universidade de Girona e debruça-se sobre a relação ambígua entre os Sítios do Património Mundial e o Turismo. Se, por um lado, o reconhecimento do Património Mundial representa um valor cultural superlativo, tal reconhecimento promove um aumento de visitação, como tem estado a acontecer com o Bem do Património Mundial *Universidade de Coimbra – Alta e Sofia*. Uma outra publicação no âmbito dos temas culturais, território e turismo de 2020, editado pela Cambridge Scholars, onde se pode ler:

This book highlights the challenges and trends resulting from the relationship between tourist motivations, World Heritage Sites and local cultural uniqueness. With a special focus on Portugal and Brazil several chapters refer to international cultural heritage experiences and destinations in Belgium, Cuba, Croatia, Italy, Japan, South Africa, Spain and Turkey. The tangible and intangible cultural heritages are cross over with themes as festivals and events, marketing, branding, sustainability, authenticity, preservation, wine tourism, ethno tourism, religious tourism, literary tourism, museology and garden tourism (Cravidão & Santos, 2020).

A Geografia do Turismo, o Turismo Cultural e os Estudos do Património entroncam em outros conceitos e temas como a paisagem cultural e a vivência rural, a diversidade e autenticidade da gastronomia e do património cultural imaterial que lhes está inerente. Na realidade, hoje, o património alimentar ganha especial relevância com os alimentos e bebidas a serem organizados, renovados, fundidos, inseridos em tipologias de cozinhas regionais, ganhando

estatuto de gastronomia, que a todos satisfaz, especialmente aos que procuram a conjugação dos sabores com a qualidade e a saúde, expressa na dieta mediterrânica portuguesa, habilitada com laivos de maritimidade. Esta valorização da gastronomia mereceu atenção em trabalhos e investigações conjuntas, como Santos & Cravidão (2015) e Cravidão *et al.* (2017b) num livro de homenagem a António Gama, que contou também com a colaboração de Lúcio Cunha, onde foi publicado o capítulo *Gastronomia e vinhos: um produto sempre novo com raízes nas tradições da cultura da população portuguesa* (Santos, 2017).

Estes trabalhos sobre gastronomia resultam do entendimento do património alimentar como um elemento cultural distintivo e de atratividade local, tanto para o turismo internacional como para o turismo nacional. Efetivamente a estrutura do *Repas Gastronomique* francês é muito a da orgânica e qualidade de uma boa refeição em Portugal, efetuada por comensais informados. Em Portugal a cultura está muito expressa na produção, no armazenamento, na conservação, na preparação e na forma de consumo dos produtos alimentares. Na verdade, quando olhamos para a panóplia de oferta e certificação nacional, é bem compreensível que a gastronomia e vinhos seja um dos ativos da Estratégia para o Turismo 2027. Isso sucede no seguimento do facto de ter sido um dos 10 produtos ou propósitos de visita identificados pelos anteriores planos estratégicos de turismo. Ao nível do Plano Regional de Desenvolvimento Turístico (2019), do Turismo Centro de Portugal, o primeiro pilar estratégico apresentado é precisamente a *Cultura, História, Património e Gastronomia e Vinhos*. Esta relação evidencia o valor do Turismo Gastronómico especialmente vincado na referência ao facto de que “a envolvência do património nacional da Região Centro torna o turismo histórico-cultural um pilar fundamental no desenvolvimento da Região, aliado à oferta gastronómica e vinhateira”. Trata-se de uma “Gastronomia distintiva, Enoturismo, eventos e festas populares, zonas de interesse arqueológico, geológico e paleontológico, produtos endógenos e DOP, artesanato e tradição, património material e imaterial (da humanidade ou não), património cultural e rotas temáticas” (PRDT, 2019: 85).

De facto, os contributos à mesa portuguesa vão dos aperitivos às sopas, dos pratos às sobremesas, do pão ao vinho. Claro que alguns destes pratos são ícones indeléveis. A maioria apresenta um lastro histórico significativo, como é o caso do cozido, da feijoada, dos mil e um pratos de bacalhau, da chanfana, do leitão, do sarrabulho e das cabidelas, das açordas, das migas, da sardinha assada, do arroz de pato, do polvo, das ameijoas à Bulhão Pato, dos queijos, dos enchidos, e mais; enquanto outros ganham foros de referência gastronómica mais recentemente, como sucede com a francesinha. O tema gastronomia e vinhos (entre generosos, brancos, tintos, rosés, espumantes, aguardantes e bagaceiras) tornou-se, de forma eloquente, numa valorização cultural dos territórios (alguns elementos de verdadeira arte, outros elementos de cultura popular de valor inestimável e de harmonia entre lugares, pessoas e saber-fazer). Esta importância da gastronomia e vinhos abre caminho a uma vivência de proximidade, capaz de transmitir uma paleta identitária dificilmente adquirível de outro modo. No mesmo sentido, dá azo ao contacto com elementos culturais autênticos, difíceis de experienciar em outras formas de oferta turística. Permite, também, com base na criatividade e na cocriação, definir práticas singulares, sentido de lugar e participação motivada socialmente, fundamental nas tendências atuais dos mercados do turismo (Santos & Cravidão, 2015). Estes elementos relevam muito da cultura intrínseca dos territórios, dificilmente aprendível de outros modos, porque desta forma vamos sentindo que pertencemos também um pouco aos lugares.

Esta vivência de experiências culturais de grande satisfação, releva um outro valor cultural: as pessoas (Figura 1).

ATIVOS ESTRATÉGICOS		
ATIVO ÚNICO TRANSVERSAL		
1. PESSOAS		
ATIVOS DIFERENCIADORES	ATIVOS QUALIFICADORES	ATIVOS EMERGENTES
2. Clima e luz 3. História, cultura e identidade 4. Mar 5. Natureza 6. Água	7. Gastronomia e Vinhos 8. Eventos artístico-culturais, desportivos e de negócio	9. Bem-Estar 10. Living - Viver em Portugal

Figura 1 – Ativos estratégicos. Fonte: Estratégia 2027.

Também a população mereceu atenção nas investigações conjuntas, porque é ela um dos recursos fulcrais do território. Na verdade, a população permite valorizar a importância da relação entre o turismo, o território e os recursos específicos, onde as pessoas têm um papel fundamental. Os trabalhos sobre população e recursos humanos centram-se em dois trabalhos: Cravidão et al. (2010a) e Santos e Cravidão (1992). Este evidenciou a importância das características da população para a valorização dos territórios, enquanto mostra as disparidades regionais no território continental português. Já o trabalho de 2010 apresenta uma abordagem mais específica e orientada para o Turismo. Num período em que o turismo português começou a ter uma projeção internacional mais relevante, em que o Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) começa a obter resultados concretos, considerou-se pertinente perceber se a formação em Turismo estava a dar a resposta adequada aos projetos, investimentos e estratégias delineadas. Para além de uma abordagem mais genérica foi realizada uma avaliação francamente positiva dos 3 ciclos de Turismo em curso na Universidade de Coimbra. Percebeu-se que, pelos níveis de empregabilidade, pelo acolhimento pelos setores público e privado, pelo número de candidatos, pela diversidade nacional da sua proveniência (Cravidão et al., 2010a), a oferta da formação em Turismo foi alcançada e reconhecida, tanto a nível nacional como internacional.

Conforme refere a Estratégia para o Turismo 2027, “receber bem em Portugal não é mero marketing: é cultura, é atitude, é identidade. Consubstancia-se numa vocação universalista que traduz um genuíno interesse por conhecer outras culturas, valorizar a diferença e o entendimento com outros povos; a nossa vontade e capacidade de valorizar as relações humanas, expressa na forma de nos relacionarmos com os outros é consistentemente reconhecida por quem nos visita. As pessoas são, assim, um ativo único e transversal, com particular importância no Turismo – uma atividade de pessoas para pessoas” (Estratégia 2027). Conforme referiu o Secretário Geral da Organização Mundial do Turismo, Taleb Rifai, em 2017, “the best of Portugal are the Portuguese”. As pessoas são invocadas de diferentes modos. Este ativo de estratégia turística evoca imediatamente a recordação do filme (<https://www.youtube.com/watch?v=mKeHb->

WGUEPY) realizado em 2013, pelo Turismo de Portugal, que foi motivo de muitos aplausos e alguns apupos. É aqui relevada muito da qualificação que as pessoas podem dar a qualquer produto turístico. Nas apreciações que foram efetuadas online pela população em geral, normalmente falantes de português, surgem as mais diversas considerações. É referido que "Portugal, Portugueses" é um filme que pretende mobilizar os profissionais do setor do Turismo e todos os portugueses em torno de um sentido comum: tratar bem quem nos visita" (YouTube: Portugal, Portugueses), mas que nos comentários suscitou opiniões de índole contraditória e, alguns, manifestamente negativos:

1. "Um filme promocional a dizer que o melhor de Portugal são os portugueses é boa ideia. Um filme promocional dirigido aos portugueses (este não passa lá fora) a dizer que o melhor de Portugal são os portugueses ainda é boa ideia. Um filme promocional dirigido aos portugueses a dizer que o melhor de Portugal são os portugueses, quando eles são obedientes educados e subservientes, é uma propaganda nojenta, que envergonha cada um de nós que sirva para qualquer outra coisa que não criado".
2. "Hum..., portanto, temos de ser educados a ser criados dos estrangeiros?! A subserviência parece ser a estratégia do Turismo... fico ofendido com este tipo de promoções!"
3. "Ou seja..., os portugueses são criados prontos para servir. Sinceramente... as verdadeiras maravilhas de Portugal são ignoradas e promovem esta mensagem de servidão... estamos aqui para servir as elites estrangeiras. Tantos jovens talentos desempregados e estas mentes sem talento a ocupar cargos de Marketing e Comunicação." (YouTube: Portugal, Portugueses; <https://www.youtube.com/watch?v=mKeHbWGUEPY>).

Claro que a quantidade de comentários positivos vai muito além do número que evoca a negatividade das imagens. Todavia, se bem que esta interpretação possa ser entendida, não perceber que os profissionais de turismo têm um papel

incontornável e imprescindível na oferta turística, necessariamente holística e *prosumer*, é uma interpretação, aqui, considerada desadequada e redutora. Na verdade, Portugal não apresenta diferenças significativas em relação a outros países europeus na ribalta do turismo mundial. Todavia, o reconhecimento institucional, coletivo e das pessoas visitantes do território português, tem de ter a ver com alguma singularidade que não pode ser expressa apenas nos seus ativos diferenciadores (Figura 1). É credível que as *peçoas*, o ativo único transversal, tenham esse papel crucial na oferta turística em Portugal Continental, Madeira e Açores.

Os estudos sobre turismo e lazer em obras de colaboração ou organização com e de Fernanda Cravidão foram diversos. Para além dos associados ao Turismo Cultural e ao Património, já aqui referenciados, importa ainda dar conta da publicação de um livro internacional que viria a ter duas edições, e que permitiu a publicação de um capítulo importante no âmbito dos lazeres na sociedade contemporânea, dos lazeres noturnos e destes em Coimbra. Efetivamente, foram dados à estampa pela Nova Science Publishers dois livros com a assinatura, o primeiro (2008) de Márcio Valença, Etienne Nel e Walter Leimgruber (Valença *et al.*, 2008); o segundo (2012 e 2014) de Márcio Valença, Fernanda Cravidão e José Alberto Rio Fernandes (Valença *et al.*, 2012 e 2014). O primeiro livro resulta da compilação de trabalhos de investigação apresentados na Comissão da União Geográfica Internacional, de que Fernanda Cravidão era membro, *Dynamics of Marginal and Critical Regions. Meeting on the consequences of Globalisation on Marginal and Critical Region Economic Systems*, permitiu a publicação de um trabalho (Santos, 2008) centrado na relação entre lazer e trabalho e na importância do lazer na socioeconomia contemporânea e procurando identificar a diversidade de situações resultantes da relação entre lazer e trabalho. O segundo livro resulta da colaboração entre investigadores portugueses e brasileiros, que exploram nos seus textos as características, problemas e potencialidades dos espaços urbanos, em Portugal e no Brasil. Assim, sob a batuta de Fernanda Cravidão foi possível publicar um estudo (Santos e Moreira, 2012 e 2014) que explora a importância do tempo livre e do consumo de lazer na vida quotidiana de

estudantes universitários, em Coimbra, tendo o seu foco na vida noturna da cidade, enfatizando a importância da sociabilidade.

Em Portugal, ao longo do século XXI, a valorização académica dos estudos de lazer, turismo e património, conjugou-se com a opção política de planeamento, promoção e investimento em turismo, com a opção de empreendedorismo, inovação e investimento privados e com a aceitação das comunidades dos impactos positivos do turismo no desenvolvimento local. A boa conjugação e relação entre estas 4 partes (quadruple hélice que adiante será explicitada) permitiu obter ótimos resultados, não expectáveis há uma geração atrás.

Ao longo dos últimos anos Portugal tem tido oportunidade de, nos World Travel Awards (WTA), manter uma posição de destaque, competindo com os países que são expoentes máximos do turismo europeu e mundial. Efetivamente, Portugal ocupava, em 2019, o 15º lugar no ranking mundial de chegadas internacionais de turistas, segundo a Organização Mundial de Turismo.

TABELA 1. Entradas turísticas por países. Fonte: OMT, 2018

Posição	Destinos	Chegadas Internacionais de Turistas (2018) em milhões
1	França	89.4
2	Espanha	82.8
3	Estados Unidos	79.6
4	China	62.9
5	Itália	62.1
6	Turquia	45.8
7	México	41.4
8	Alemanha	38.9
9	Tailândia	38.3
10	Reino Unido	36.3
11	Japão	31.2
12	Áustria	30.8
13	Grécia	30.1
14	Hong Kong	29.3

Posição	Destinos	Chegadas Internacionais de Turistas (2018) em milhões
15	Malásia	25.8
16	Rússia	24.6
17	Portugal	22.8

Contudo, a sua prestação nos WTA foi, ainda, de maior relevância em termos de imagem e qualificação do destino Portugal, tal como no âmbito da diversidade, da qualidade e da competitividade da sua oferta, em termos globais e no mercado europeu, principal concorrente, maior destino continental e de onde mais visitantes são originários a nível mundial. Efetivamente, a nível europeu, Portugal (Tabela 2) conseguiu 26 galardões e 15 nacionais, designados pelo WTA, em 2019.

TABELA 2. Galardões atribuídos pelo World Travel Awards a Portugal, em 2018.

WTA Europa – Portugal
Destino: Portugal
Destino de praia: Algarve
Destino insular: Madeira
Destinos de escapadelas urbanas (city break): Lisboa
Porto de cruzeiros: Lisboa
Prémio Turismo Responsável: Dark Sky Alqueva
Atração Turística de aventura: Passadiços do Paiva
Projeto de desenvolvimento turístico: Passadiços do Paiva
Companhia de cruzeiros fluviais: Douro Azul
Companhia aérea para África: TAP
Companhia aérea para América do Sul: TAP
Revista de bordo: UP (TAP)
Organismo oficial de turismo (nacional): Turismo de Portugal
Organismo oficial de Turismo de cidade: Turismo de Lisboa
Hotelaria
Melhor resort tudo-incluído: Pestana Porto Santo
Resort de praia: Hotel Quinta do Lago
Design hotel: 1908 Lisboa Hotel

Boutique hotel: Quinta da Bela Vista
Business Hotel: EPIC SANA Lisboa
Resort insular: Belmond Reid's Palace
Lifestyle resort: Douro Royal Valley Hotel
Hotel e vilas Luxo: Vila Vita Parc
Lifestyle resort luxo: Conrad Algarve
Hotel de turismo de negócios e congressos: EPIC Sana Lisboa
Resort de Villas: Dunas Douradas Beach Club
Resort romântico: Monte Santo Resort
WTA Portugal
Hotel: Belmond Reid's Palace (Madeira)
Resort: Vilamoura As Cascatas Golf Resort & Spa
Boutique hotel: Pestana CR7 Funchal
Business Hotel: Pestana Palace (Lisboa)
Hotel de conferências: Pestana Cidadela Cascais
Design Hotel: 1908 Lisboa Hotel
Resort familiar: Martinhal Sagres
Hotel "verde": Galo Resort Hotels (Madeira)
Hotel Residences: Troia Design Hotel
Hotel Suíte: Roof Garden Suite @ Conrad Algarve
Lifestyle Hotel: Pestana CR7 Funchal
Apartamentos: Pine Hills Vilamoura
Villa Resort: Sublime Comporta
Rent-a-car: Europcar
Operador de turismo de negócios e congresso: Abreu DMC Portugal

Fonte: WTA, 2019

A nível mundial, em 2019, Portugal foi considerado, pela terceira vez consecutiva, o melhor destino turístico do mundo, conjuntamente com a cidade de Lisboa como melhor destino *city break* do mundo e a Madeira como melhor destino insular (Tabela 3). Com certeza que este resultado tem muito a ver com a tipologia da oferta, as políticas e as estratégias do país, mas as pessoas devem ser consideradas como o valor diferenciador, o elemento de exclusividade, a característica de superação da oferta turística em Portugal. Em Mascate

(Omã) Portugal recebe 12 galardões que permitem dar ênfase ao trabalho que tem vindo a ser efetuado ao longo deste século em termos de oferta turística.

TABELA 3. Galardões atribuídos a Portugal pela WTA em 2019. Fonte: WTA, 2019

WTA 2019: Galardões atribuídos a Portugal
Melhor destino: Portugal
Melhor destino city break: Lisboa
Melhor destino insular: Madeira
Melhor atração turística de aventura: Passadiços do Paiva
Melhor empresa e conservação: Parques de Sintra – Monte da Lua
Melhor organismo nacional de turismo: Turismo de Portugal
Melhor companhia aérea para África: TAP
Melhor companhia aérea para América do Sul: TAP
Melhor revista de bordo: UP (TAP)
Melhor hotel clássico: Olissipo Lapa Palace Hotel, Lisboa
Melhor resort golf & villas: Almancil, Algarve
Melhor empresa gestora de boutique hotéis: Amazing Evolution Management

Dar valor aos profissionais de Turismo em Portugal é um reconhecimento fundamental na formação, tanto das escolas de hotelaria como das escolas universitárias, das escolas politécnicas e dos cursos de especialização tecnológica. Concomitantemente, surge o valor de uma hospitalidade generalizada assumida, também, pela população residente, que com frequência adota posturas proativas em que a simpatia, a colaboração e a boa relação com os *Outros* surgem identificadas.

Torna-se evidente que o potencial turístico competitivo de Portugal é promovido pelo valor cultural e profissional suportado pela atitude/comportamento da sua população (profissional e residente). Este é um parâmetro não despreciando, que em muito pode contribuir para o aumento da atratividade do Turismo Cultural, criando sinergias com o património edificado muito variado (monumentos, igrejas, sítios, centros históricos), com o património

imaterial qualificado e de excelência (tradições, gastronomia, saber-fazer, ...), com a museologia e as artes criativas, com as paisagens culturais. Isto é tão mais importante quanto sabemos que é preciso reinterpretar o património, envolver as populações na oferta turística e viver o território (conhecer os lugares, falar com as pessoas, perceber os modos de fazer e o saber-fazer).

Como é óbvio, atingir este desiderato implica uma atenção especial por parte da gestão. Em relação a esta questão queremos deixar aqui, também, um testemunho de boas práticas. Etkowitz & Leydesdorff (2002) referem que a boa governança deve ter sempre em consideração o que denominam por *triple helix*. Este modelo interpreta o desenvolvimento tendo como base o conhecimento, assumindo as relações usuais neste tipo de gestão, as parcerias entre o setor privado e o setor público (poder político, *DMOs* e *DMCs*), integrando, contudo, o vetor da ciência. Na verdade, pressupõe a criação de sinergias e a subsidiariedade entre estes três grupos de competências aproximando universidades, empresas e setor público para facilitar a conceção de sistemas que promovam a criatividade e a inovação, fundamentais no mercado turístico. Todavia, esta fórmula integradora, mostrou ser insuficiente. Os desajustamentos ou não aceitação pelas comunidades e populações das políticas, ações ou intervenções fez perceber que o processo tripartido deveria integrar outra parceria. Carayannis e Campbell (2009), McAdam *et al.* (2012), Fitjar e Huber (2015), Miller *et al.* (2016), enfatizam a necessidade de incluir dimensões adicionais, tais como o papel da sociedade civil no modelo, fazendo referência à quadruple hélice para a compreensão dos sistemas regionais de inovação e da economia de base tecnológica, sempre mediada por fórmulas de desenvolvimento sustentável.

Esta gestão de hélice quádrupla é fundamental para o entendimento, valorização e promoção do sistema turístico, que precisa, cada vez mais, de entender toda a oferta numa perspetiva cultural. Esta relação entre turismo e cultura dá lugar a um elemento decisivo e distintivo do turismo cultural: a função educativa (de aprendizagem, de formação, de informação). O Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007) falava do 'edutenimento', algo que se adequa sobremaneira à valorização da componente cultural no turismo, porque os turistas culturais podem aprender, de uma forma ativa, acerca da cultura do local, sobre os locais

visitados e participar em novas experiências. Esta perspetiva surge enraizada na interpretação que nos foi legada por Dumazedier (1962) ao afirmar que devemos ter presente três funções solidárias no lazer: i) para além do descanso ou libertação da fadiga; ii) o divertimento, a recreação, o entretenimento e, portanto, o equilíbrio psicológico à vida; iii) e a compensação do esforço que despendemos no trabalho e a participação social mais livre, que contribui para o nosso desenvolvimento, de vertente eminentemente educativa e formativa, especialmente relevante no entendimento do Turismo enquanto atividade cultural.

Todavia os tipos de turismo cultural são bem diversos. Vão desde o turismo patrimonial às rotas culturais temáticas, dos passeios culturais e turismo cultural urbano às tradições e turismo étnico, dos festivais e turismo de eventos, ao turismo religioso e rotas de peregrinação, incluindo o turismo de experiências e o turismo criativo e cocriativo.

Também diverso é o envolvimento dos visitantes ou turistas com a cultura. Segundo McKercher & Du Cros (2002) e Csápo (2012) podemos identificar 1) um turista cultural eventual – aquele que nunca é atraído por eventos ou pelo património cultural, não viaja por motivos culturais, mas ainda assim participa em algumas atividades e tem experiências culturais superficiais. 2) Um nível seguinte de relação com a cultura seria o do turista cultural fortuito. A cultura é um motivo com pouco significado para viajar e a experiência resultante é superficial. 3) O turista cultural acidental é aquele para quem a cultura não passa de um acessório de uma outra motivação, não viajando por motivos culturais específicos, mas que, depois de participar, acaba por ter uma experiência cultural turística de grande valor. 4) Aquele que é referido como turista cultural tem na cultura uma das principais razões para visitar um destino, mas a experiência não tem que ser elaborada de modo aprofundado nos seus propósitos. 5) Por último, o turista cultural intencional é altamente motivado pela cultura, sendo a principal motivação para visitar um destino, tendo uma cultura muito profunda e uma elaborada experiência de âmbito cultural e artístico.

Esta procura constante de entretenimento, cultura e diversão tem contribuído para aquilo que hoje é denominado por *overtourism* (Milano, 2018; UNWTO, 2018; Koens et al., 2018; Perkumienė & Pranskūnienė, 2019), que

pode ser associado a termos como a disneyficação dos territórios (Bryman, 2004; Drummond-Cole & Bond-Graham, 2012; Matusitz & Palermo 2014), a gentrificação urbana (Gotham, 2005; Cocola-Gant, 2018), a mcdonalização dos processos (Ritzer, 1996; Alfino et al., 1998, Zegre et al., 2012) e a mcru-ralização dos espaços rurais (Figueiredo, 2013). De facto, embora existam, com frequência, preocupações com as autenticidades, não devemos esquecer que os lugares do turismo são, muitas vezes, apresentados como portfolios socioculturais para as pessoas que os ostentam. Nem sempre a exclusividade é um valor primacial.

Com certeza que valorizar a oferta de histórias, acontecimentos e produtos *in situ* é fundamental para conjugar a identidade com a autenticidade e criar um produto exclusivo. Isto porque, na verdade, a autenticidade é necessariamente encenada quando organizada enquanto produto de mercado, sendo a mais valia conseguida com o recurso ao valor cultural das componentes focadas, assente em elementos culturais significativos e verdadeiros, capazes de oferecer notoriedade aos lugares e aos acontecimentos. Aqui ganha especial significado a sustentabilidade com o aproveitamento dos espaços refúgio e santuário que, por vezes, o desenvolvimento mais lento tem permitido manter depois do seu desaparecimento em outras paragens. Estes aspetos culturais funcionam como qualidades de valor excecional, algo que a UNESCO tem reconhecido em termos de Listas Representativas do Património Mundial, e com valor de exclusividade, comunitário e de sustentabilidade, nas Listas do Património Cultural Imaterial.

A personalização é, hoje, uma das características mais solicitadas pelo turismo, sendo tendência de crescimento futuro. Se houver uma oferta em que estejam as pessoas, as suas histórias e as histórias contadas por elas sobre os lugares que visitam, temos a possibilidade de diversificar a oferta turística (qualquer tipo de turismo, de facto) não deixando de ser cultural porque filtrado pelo saber e saber fazer de pessoas capazes de motivar qualquer visitante. Precisamos de ter um turismo cuja principal motivação seja a cultura. Adequa-se, pois, que façamos nossa uma expressão muito querida de Fernanda Cravidão: todo o turismo é cultural!

Falar de Ambiente e de Sustentabilidade

Apesar de todas as modificações estruturais e circunstanciais recentes da atividade turística que acabam de ser apresentadas, falar de turismo nos tempos que correm continua a ser, como nas últimas décadas, falar de ambiente, nos diferentes significados que este continua a ter na atividade económica, social e cultural que é o turismo. De modo simples podemos dizer que o ambiente continua a ser um recurso essencial para as atividades turísticas, assim como é, cada vez mais, impactado por elas. Esta discussão foi tida já nos anos 90 do século passado em trabalhos desenvolvidos com a Autora que agora homenageamos (Cravidão e Cunha, 1991; 1993; 1996; Cunha e Cravidão, 1997) e, a propósito do turismo em Portugal, foram estudadas as potencialidades climáticas para o turismo balnear litoral, foi valorizado o carácter das paisagens para atividades turísticas, desportivas e de lazer (Cunha e Cravidão, 1998 e 2008), mas foi também chamada a atenção para os impactes ambientais da atividade turística nas praias, no campo, nas montanhas e nas cidades. Finalmente, e numa tentativa de balanço, foi apontada a importância que a atividade turística pode representar em termos de conservação ambiental e da natureza, pelo menos quando comparada com outras atividades com as quais se pretende o desenvolvimento local, não apenas de alguns territórios de baixa densidade, situados no interior do país, mas mesmo de alguns espaços litorais e, nomeadamente, de muitas das frentes de mar do nosso país. Na sequência desta análise genérica e exploratória são apontadas algumas recomendações para o desenvolvimento da atividade turística numa perspetiva de sustentabilidade ambiental e de sustentabilidade económica da própria atividade turística.

Volvidos quase 30 anos sobre estes primeiros trabalhos, mantêm-se e/ou reforçam-se algumas das ideias que neles tinham sido expostas. Assim, no que se refere à importância do ambiente como recurso turístico, mantêm-se, naturalmente, a importância das condições climáticas mediterrânicas na prática do turismo balnear litoral, importância que se reforça de modo muito significativo nas fachadas costeiras voltadas a Sul (Costa do Sol, Costa da Arrábida e, sobretudo, a Costa do Algarve, em que os valores do índice de Davies ultrapassam

o limiar de 1000, que nunca é atingido na costa ocidental, com valores em regra entre os 900 e 1000). Estes valores, que marcam a importância do clima mediterrânico no turismo balnear, estendem-se para o interior, para as novas e renovadas praias fluviais (Santos et al., 2010) que exploram as condições climáticas mais favoráveis do interior do país (aumento do número de horas de insolação por redução dos nevoeiros; aumento das temperaturas máximas durante o período do Verão e, mesmo, a redução média da velocidade do vento).

Segundo Cravidão e Cunha (2017), as áreas litorais que primeiro se transformaram no sentido de receber o turismo balnear litoral, na primeira metade do século passado, mantêm ainda hoje a primazia da procura, ainda que esta seja reforçada por novas atividades desportivas e de lazer, que fazem apelo à dinâmica dos ventos e das ondas (caso do surf e desportos semelhantes) ou, apenas das condições de tempo particulares do nosso verão mediterrânico (exemplos do golf e do próprio turismo de natureza e turismo ativo).

Para além do clima, outros valores ambientais têm sido também incrementados em termos de valorização turística como acontece com as paisagens seminaturais do interior do país e, particularmente, das regiões de montanha que, pelo seu valor ecológico, geopatrimonial, paisagístico e cultural, têm vindo a ser promovidas e significativamente utilizadas em termos de turismo natureza, geoturismo e turismo desportivo/ativo (pedestrianismo, montanhismo, canyoning, escalada, espeleologia, BTT, entre outros de maior ou menor divulgação). Neste caso particular, o desenvolvimento progressivo da valorização do chamado geopatrimónio, nomeadamente com a criação e aceitação pela UNESCO dos cinco geoparques estabelecidos no nosso país (Naturtejo, em 2006, Arouca, em 2009, Açores, em 2013, Terras de Cavaleiros, em 2014, e, mais recentemente, já em 2019, a Serra da Estrela).

Compulsando as diversas definições publicadas (UNESCO e Rede Europeia de Geoparques, por exemplo), podemos dizer que um geoparque corresponde a um território que possui um geopatrimónio particular e notável, associado a uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Um geoparque deve ter limites claramente definidos e uma área geográfica suficiente para permitir um verdadeiro desenvolvimento económico do território que abrange. Ainda que

sem dados rigorosos que permitam uma avaliação do impacto económico dos geoparques e das visitas que promovem nos territórios que abrangem, até porque muitas vezes os territórios integrados nos geoparques coincidem (ou sobrepõem-se) a territórios com outros tipos de proteção ambiental (Parques Naturais e Rede Natura 2000, para citar apenas os casos mais flagrantes), é difícil analisar, objetivamente, o número e as principais motivações dos visitantes destes territórios (Turismo natureza? Turismo ambiental? Turismo desportivo? Geoturismo? Todos eles?). Seja como for, alguns números disponíveis denotam a importância económica que estas estratégias de aproveitamento dos Geoparques podem ter em termos de economia e de desenvolvimento locais. Um bom exemplo são os “Passadiços do Paiva”, porventura uma das intervenções mais bem-sucedidas em termos de Turismo Natureza ou de Geoturismo. Segundo Bernardo (2018), não só catapultou a visita em todo o Geoparque ou em todo o município de Arouca, a partir do momento da sua inauguração em 2015, como atingiu 230.000 visitantes, em 2017. A capacidade de atração dos Passadiços terá sido determinante para a prestação económica da atividade turística no município que, em 2017, recebeu mais de 13500 hóspedes, que representam mais de 20000 dormidas e mais de 750000€ de receita. Claro que, também aqui, tratando-se essencialmente de atividades de ar livre, as condições de tempo são essenciais e a amplitude sazonal é significativa (2017: 50239 visitantes no mês de agosto e 1007 visitantes no mês de janeiro, ou seja, uma relação de cerca de 50 vezes entre o mês menos frequentado e o mês mais frequentado; Bernardo, ob. cit.). O mesmo se pode dizer em relação a algumas atividades desportivas praticadas em meio aéreo, como asa delta, parapente e balonismo, que aproveitam as condições de relevo e exposição aos ventos necessárias à prática, mas que as conjugam com as características paisagísticas e culturais dos locais em que se praticam (Alentejo; Trás-os-Montes; Beira Interior).

Neste contexto cabe também uma referência particular ao termalismo, uma importante atividade económica ligada, de algum modo, ao turismo e que é responsável por uma revitalização económica dos territórios do interior. Muito ligado ao quadro geológico do país, particularmente às falhas de direção tardi-hercínica de direção NNE-SSE (falhas de Verin-Penacova e de Bragança-Unhais

da Serra), tem nas regiões Norte e Centro os exemplos mais representativos (entre muitas outras, as termas de Chaves, Vidago, S. Pedro do Sul, em relação com a falha de Verin-Penacova; e da Vilariça, Longroiva, Manteigas e Unhais da Serra, associadas à falha de Bragança – Unhais da Serra). O termalismo reinventou-se nos finais do século XX. As práticas curativas para doenças muito específicas, que permitiram a sua expansão no século XIX originaram uma fase de estagnação e mesmo de forte decadência no final do século XX, associada não só à inovação terapêutica, mas também à ausência de comparticipação social dos tratamentos. No início do século XXI há um recrudescimento da sua utilização com a valorização das práticas de saúde, lazer e bem-estar geral, reconversão das termas em SPA's, recuperação e mesmo nascimento de instalações hoteleiras, bem como com a oferta de várias atividades complementares (pedestrianismo, turismo natureza, gastronomia, entre outros). Em termos de procura, mudam os públicos, incrementa-se o valor económico e alteram-se as relações dos turistas com as populações locais e, também, com os territórios.

Assim, em termos muito gerais, e tendo em consideração os exemplos atrás apontados, que não têm nem um carácter exaustivo, nem talvez sequer um carácter representativo, a relação turismo-ambiente no nosso país, pode considerar-se como tendo, antes de mais, uma importante associação aos recursos naturais (clima, geologia, paisagem, património natural), mas também aos recursos patrimoniais históricos, etnográficos e religiosos.

Numa perspetiva de sustentabilidade, o outro aspeto desta relação turismo-ambiente tem a ver com os impactos da atividade sobre o ambiente, a sociedade e os territórios vividos e “consumidos” neste quadro. Estão estudados e são bem conhecidos os impactes, sobre o ambiente e sobre a sociedade, das práticas turísticas mais massificadas. No caso do turismo balnear litoral, aquele que tem sido o produto mais emblemático e representativo no nosso país, quer em termos de número de turistas, quer em termos de proveitos económicos, estes impactos foram listados e analisados (Cravidão e Cunha, 1991, 1996 e 1997) e incluem aspetos tão diversos como a poluição das águas, do ar e em termos de ruído, a evolução (e particularmente o recuo) da linha de costa, a degradação dos ecossistemas costeiros e, mesmo, das áreas agrícolas tradicionais, a satura-

ção dos serviços, a degradação geral da paisagem e dos sítios e monumentos de valor patrimonial, a mudança (com degradação) da qualidade de vida das populações locais, entre muitos outros bem visíveis no Algarve, mas também nalgumas estâncias balneares da costa ocidental.

Mais recentemente, a procura turística dos visitantes pelas grandes cidades, trouxe ao nosso país e, particularmente, às cidades de Lisboa e do Porto, impactes sociais e económicos já sentidos noutras grandes cidades europeias, como é o caso de Paris, Barcelona, Veneza, entre outras, e/ou americanas, como é caso mais clássico de Nova York. A subida brusca da procura turística (o *overtourism*) e a resposta, um tanto descontrolada, da oferta, levaram não só a uma subida generalizada dos preços da hotelaria convencional, mas ajudaram a criar novas tipologias de alojamento e de equipamentos de apoio (comércio e serviços). Criam-se, se não novos territórios, pelo menos novas imagens de territórios tradicionais. Naturalmente, estes processos de reterritorialização ou de desterritorialização (Haesbaert, 2004), a que se associa um fenómeno claro de gentrificação, traduzem-se, por um lado, em fenómenos de clara injustiça social e territorial, em conflitos locais e em dificuldades de gestão urbana e urbanística. No que a este último item diz respeito, nalguns casos, menos bem geridos, muda-se a paisagem, descaracteriza-se a história e a cultura, desvaloriza-se o património, num processo que pode pôr em causa o próprio interesse da atividade turística (o conhecido fenómeno da “morte do turismo pelo turismo”).

De facto, os impactes do turismo, positivos em termos económicos, nem sempre são tão benéficos em termos ambientais (e recordamos que utilizamos do conceito de ambiente uma perspetiva holística, ou seja, integrando as características do ambiente natural com as do ambiente económico, social e cultural). Também se estendem muitas vezes aos produtos turísticos de menor procura (de nicho) e, mesmo, aos aparentemente “sustentáveis”, como acontece com o turismo de natureza, o geoturismo e, ainda, com o chamado turismo ambiental, para dar apenas exemplos extremos. A subida, ainda que inicialmente modesta, dos preços do alojamento e da restauração, alguma descaracterização cultural e paisagística (exemplo dos Passadiços do Paiva, acima referidos), a possibilidade de conflitos internos, a saída dos proventos económicos para fora do território

da prática turística, comprometendo o chamado “desenvolvimento endógeno”, são alguns destes impactos.

De modo muito simplificado, quando falamos em sustentabilidade do turismo, falamos de um conjunto de práticas, por parte dos decisores políticos, dos agentes e dos técnicos turísticos, das associações, bem como dos turistas e mesmo das populações visitadas que “salvaguardem o ambiente e os recursos naturais, garantindo o crescimento económico da atividade, ou seja, um desenvolvimento capaz de satisfazer as necessidades das gerações presentes, sem comprometer as necessidades das gerações futuras” (OMT, 2003). Num trabalho de colaboração (Cravidão e Cunha, 1996), tentámos perceber de que modo os princípios do Desenvolvimento Sustentável de Dali (1991, apresentados por Riechmann *et al.*, 1995) eram ou não respeitados pelas práticas do turismo de sol e mar no nosso país. Na altura, chamámos a atenção para a necessidade de respeitar:

- o princípio da irreversibilidade zero: reduzir as intervenções cumulativas e irreversíveis a zero, o que não é cumprido pela atividade turística quando se trata das emissões gasosas, da destruição da vida selvagem e das alterações da linha de costa, quase sempre atribuídas às alterações climáticas, ainda que quase sempre relacionadas com modificações nos usos do território, muitas das quais se relacionam com o seu uso turístico;
- o princípio da recolção sustentável: as taxas de consumo dos recursos renováveis não devem ser superiores às taxas de recuperação destes recursos, caso dos problemas com a extração da água em áreas de forte implantação turística, como acontece em quase toda a bacia mediterrânica (e, também, no caso do Algarve);
- o princípio da extração sustentável: para ser sustentável, a extração de recursos deve fazer-se a uma taxa semelhante que a criação de substitutos renováveis, que só se aplica de modo indireto à atividade turística através, por exemplo, da extração de combustíveis fósseis.
- o princípio das emissões sustentáveis: a taxa de emissões de produtos poluentes não deve ser superior à capacidade de absorção pelos sistemas

- naturais desses mesmos produtos, que, no nosso caso, tem a ver, por exemplo, com os sistemas de esgotos das localidades costeiras ou com os materiais plásticos todos os dias despejados nos sistemas de recolha;
- o princípio da escolha de tecnologias sustentáveis: privilegiar a escolha de tecnologias que promovam a melhor rentabilidade dos recursos utilizados, em vez daquelas que promovem um maior desperdício final, pouco aplicável ao turismo, uma vez que os principais recursos (clima, ambiente, paisagem, património) podem ter uma utilização permanente, desde que não haja degradação;
 - o princípio da precaução: em função da dimensão que alguns riscos ambientais podem implicar, deve ser aplicada uma atitude preventiva face a iniciativas, cujos contornos e consequências não estão perfeitamente estudados ou não são perfeitamente conhecidos, nomeadamente no que diz respeito a intervenções em áreas sensíveis (estuários, montanhas, áreas protegidas, etc.).

Estes princípios foram pensados e desenhados em 1991, ou seja, pouco depois da publicação do Relatório Brundtland (1987) que institui formalmente a figura de Desenvolvimento Sustentável, pelo que as preocupações eram, na altura, ainda essencialmente de cariz ambiental. A simplicidade do conceito, o seu sucesso académico e político, bem como a sua apropriação económica e social, acabam por desvirtuá-lo, centrando-o muito mais nas atividades humanas e nas suas relações mútuas, que verdadeiramente nas relações entre o Ser Humano, a Natureza e o Ambiente. Assim, passadas que foram as estratégias associadas aos objetivos de desenvolvimento do milénio (ODM), estabelecidos pela ONU em 2000, para que fossem postos em prática até 2015, sabendo-se, hoje, terem tido um resultado pouco substantivo e, sobretudo, pouco encorajador para o futuro, a nível internacional, ganharam projeção os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a pôr em prática até 2030.

Enquanto os ODM incluíam 8 grandes objetivos, essencialmente destinados a resolver problemas ligados à pobreza, saúde e educação, deixando as questões

ambientais para um único objetivo (o número 7), os 17 ODS, estabelecidos para 2030, mantendo claramente os focos principais nas questões da desigualdade económica e social, dão já mais espaço às preocupações ambientais, nomeadamente à água e ao saneamento básico (ODS 6), à energia (ODS 7), ao clima e às alterações climáticas (ODS 13), bem como à vida selvagem (ODS 14 e 15).

Nas 169 metas que integram os 17 ODS, o termo turismo apenas aparece claramente explicitado em três deles: no objetivo 8 – “promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos”, em que uma das metas aponta para “elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que cria emprego e promove a cultura e os produtos locais”; no objetivo 12 – “garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis”, em que as metas apontam para “Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que cria emprego, promove a cultura e os produtos locais”; e no objetivo 14 – “conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável”, em que o turismo é incluído numa meta que aponta para “aumentar os benefícios económicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive através de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo”. Ou seja, apesar de a atividade turística ser hoje claramente um dos motores da economia mundial, no quadro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, ela é percebida muito mais numa perspetiva de sustentabilidade económica, do que numa perspetiva de sustentabilidade ambiental.

Aliás, percebe-se hoje claramente que as preocupações ambientais ou, talvez melhor, “ambientalistas” da atividade turística quase sempre correspondem mais a estratégias de “marketing verde” do que a verdadeiras políticas e práticas de sustentabilidade ambiental. Numa tese de doutoramento recentemente defendida, Silveira (2017) estudou as práticas dos hotéis no que diz respeito à poupança de água e de energia, tendo concluído que ainda estamos longe de verdadeiras práticas de poupança de recursos, uma vez que os consumos verificados têm muito mais a ver com a tipologia (classificação) das unidades

e com os serviços oferecidos do que com práticas ambientais anunciadas e até eventualmente praticadas. Seja como for, o exemplo da Ilha de Fernando de Noronha, um dos destinos de excelência para o turismo ambiental no Brasil, demonstra que é possível atingir objetivos de sustentabilidade quando existe o envolvimento de todos os atores, numa prática que concilia uma vontade ambiental de conservação e de sustentabilidade com uma necessidade decorrente das dificuldades locais de abastecimento (Silveira, 2017).

Em jeito de síntese, com a partilha de conhecimentos e com a liderança de Fernanda Cravidão, numa estratégia de investigação, internacionalização, compromisso mútuo e motivação, a escola universitária de Coimbra empenhou-se e desenvolveu, de modo sustentável, os estudos em turismo, através das suas vertentes material e intangível, humana e natural, tecnológica e cultural. Procurámos, através, deste conjunto muito incompleto de exemplos de temas sobre turismo trabalhados em Coimbra, mostrar parte do caminho percorrido em conjunto nos últimos 30 anos, sempre com a ideia de que atingir este objetivo só foi possível, para além do entendimento científico necessário, porque os valores coletivos se sobrepuseram aos interesses de cada um.

Referências bibliográficas

- Alfino, M.; Caputo, J. S.; Wynyard, R. (editors) (1998). *McDonaldization Revisited: Critical Essay in Consumer Culture*. Westport Conn., Praeger
- Almeida, A. C.; Gama, A.; Cravidão, F. D.; Cunha, L.; Jacinto, R. (2003). *Fragments de um retrato inacabado. A Geografia de Coimbra e as Metamorfoses de um País*. IEG, CEG, Coimbra.
- Almeida, A. C.; Gama, A.; Cravidão, F.; Cunha, L.; Fernandes Martins, P.; Jacinto, R. (2006). *Alfredo Fernandes Martins, geógrafo de Coimbra, cidadão do Mundo*. IEG, CEG, Coimbra.
- Almeida, A. C.; Gama, A.; Nabais Conde, C. A.; Cravidão, F. D.; Cunha, L.; Jacinto, R. (2004). *Olhar o Mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas* (coleção Nabais Conde). IEG, CEG, Coimbra.
- Bernardo, V. R. (2018). *Visitantes internacionais dos Passadiços do Paiva: motivação, experiência, satisfação e canais de distribuição*. Dissertação de Mestrado em Gestão do Turismo, Porto: Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Politécnico do Porto.
- Bryman, A. (2004). *The Disneyization of Society*. New York: Sage.
- Carayannis, E.; Gambell, D. F. J. (2009). 'Mode 3' and 'Quadruple Helix': toward a 21st century fractal innovation ecosystem. *Int. J. Technology Management*, Vol. 46, N. 3/4, 201-233.

- Cazalma, A.; Cravidão, F.; Cunha, L. (2014). O contributo do desenvolvimento sustentável do turismo nas áreas transfronteiriças de conservação para a inclusão das comunidades e para manutenção da paz. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Aveiro, 21/22 (3), 487-496.
- Cazalma, A.; Cunha, L.; Cravidão, F. (2015). O contributo do turismo sustentável para a inclusão das comunidades e para a promoção da paz em áreas transfronteiriças: a área transfronteiriça de conservação Okavango-Zambeze – ATFC KAZA (Angola). *Iberografias*, Guarda, 11, 154-167.
- Cocola-Gant, A. (2018). *Tourism gentrification*. In Lees, L. and Phillips, M. (Eds) *Handbook of Gentrification Studies*. Cheltenham and Northampton: Edward Elgar Publishing.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (1996). Tourism and Sustainability. The Example of Coastal Portugal. In Taussik, J. e Mitchel, J., *Partnership in Coastal Zone Management*, 235-242.
- Cravidão, F.; Cunha, L.; Almeida, A. C. (1998). A Nazaré 45 anos depois... um olhar breve pelo território. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 17 (Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira), 273-277.
- Cravidão, F.; Cunha, L.; Santos, N. (eds.) (2012). *Regional and local responses in Portugal: in the context of marginalization and globalization*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (1991). Turismo, investimento e impacto ambiental. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 10, 199-220.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (1993). Ambiente e práticas turísticas em Portugal. *Inforgeo*, Associação Portuguesa de Geógrafos, Lisboa, 6, pp. 85-91.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (1996). Tourism and Sustainability. The Example of Coastal Portugal. In Taussik, J. e Mitchel, J., *Partnership in Coastal Zone Management*, 235-242.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (2016). Homenagem a Alfredo Fernandes Martins no centenário do seu nascimento (19 janeiro de 1916 – 29 dezembro de 1982). Academia das Ciências de Lisboa, 7 de junho de 2016. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, 35, 115-119.
- Cravidão, F.; Cunha, L. (2017). Turismo em Espaços Litorais: onde o mar começa e a terra se renova. In Silva, F.; Umbelino, J., *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*, Lidel, Lisboa, 425-434.
- Cravidão, F.; Cunha, L.; Santana, P.; Santos, N. (eds.) (2017). *Espaços e tempos em geografia – Homenagem a António Gama*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Cravidão, F.; Nossa, P.; Santos, N.; Vidal-Casellas, D.; N. Crous Costa, N.; Aulet, S.; Dallari, F. (2018). Tourism at World Heritage Sites, *Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites*, Prete, M. I.; Gravari-Barbas, M. & Cantoni, L. (Coord.), Università della Svizzera Italiana, 23-30.
- https://www.researchgate.net/publication/330203045_Tourism_at_World_Heritage_Sites
- Cravidão, F.; Santos, N.; Cunha, L. (2010). Educação e Turismo: formação e capacitação. A evolução da formação em Turismo: um caso Português., 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, In *Atas do 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística*, Montevideo.
- Cravidão, F.; Santos, N. (1992). Estrutura demográfica e Recursos humanos. Evolução recente na "região" de Viseu, *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 435-485.
- Cravidão, F.; Santos, N. (2013). *Turismo e Cultura. Destinos e Competitividade*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

- Cravidão, F.; Santos, N.; Fernandes, J. L. & Mateus, M. (1998). Field-Trip Book. Meeting on the Consequences of Globalization and Deregulation on Marginal and Critical Region Economic Systems. *IGU Commission on Dynamics of Marginal and Critical Regions*, Coimbra.
- Cravidão, F.; Santos, N.; Moreira, C. O; Nossa, P.; Ferreira, R.; Silveira, L. (eds.) (2017). *Local identity and tourism management on world heritage sites. Trends and challenges. Identidade local e gestão turística de sítios património mundial. Tendências e desafios*. Coimbra: FLUC, Departamento de Geografia e Turismo.
- Crous Costa, N.; Aulet, S.; Vidal-Casellas, D.; Cravidão, F.; Nossa, P.; Santos, N. (2018). Site Conservation and Tourist Enhancement, *Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites*, Prete, M. I.; Gravari-Barbas, M. & Cantoni, L. (Coord.), Università della Svizzera Italiana, Università della Svizzera Italiana, pp. 39-57. https://www.researchgate.net/publication/329917011_Chapter_Site_ConservationEnhancement_and_Tourist_Management_Site_Conservation_and_Tourist_Management.
- Csapo, J. (2012). The Role and Importance of Cultural Tourism in Modern Tourism Industry. In: Kasimoglu, Murat (ed.), *Strategies for Tourism Industry – Micro and Macro Perspectives*, IntechOpen.Handle: DOI: 10.5772/38693.
- Cunha, L., Jacinto, R.; Cravidão, F. (2015). Tourisme et développement au Cap-Vert au début du XXI^{ème} siècle. *Geo-Eco-Trop*, 39 (2), 281-296.
- Cunha, L.: Cravidão, F. (1997). Tourism and environmental degradation on the west coast of Portugal. In Machado, J. R e Ahern, J., *Environmental challenges in a expanding world and the role of emerging information technologies*. Lisboa: CNIG, 113-116.
- Cunha, L.; Cravidão, F. (1997). Notas para uma Geografia dos desportos radicais em Portugal. Atas do III Congresso da Geografia Portuguesa. *Inforgeo*, Lisboa, A. P. G., 12/13, 425-437.
- Cunha, L.; Cravidão, F. (1997). Tourism and environmental degradation on the west coast of Portugal”. In Machado, J. R. & Ahern, J., *Environmental challenges in a expanding world and the role of emerging information technologies*. Lisboa: CNIG, 113-116.
- Drummond-Cole, A.; Bond-Graham, D. (2012). Disneyfication of Downtown Oakland: Business Improvement Districts and the Battle for Public Space. *Race, Poverty & Environment*, 19(1). Retrieved from: <http://reimaginerpe.org/node/6937>.
- Dumazedier, J. (1962). *Vers une civilisations du loisir?* Paris: Seuil.
- Estratégia 2027: http://business.turismodeportugal.pt/pt/Conhecer/estrategia-turismo/ Estrategia_2027/Paginas/default.aspx
- Etzkowitz, H.; Leydesdorff, L. (2000) The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university–industry–government relations. *Research Policy*, 29, 2, 109-123.
- Figueiredo, E. (2013) McRural, No Rural or What Rural? – Some Reflections on Rural Reconfiguration Processes Based on the Promotion of Schist Villages Network, Portugal. In Silva, Luís, Figueiredo, Elisabete (Eds.), *Shaping Rural Areas in Europe. Perceptions and Outcomes on the Present and the Future*. Springer, 129-146.
- Fitjar, R. D.; Huber, F. (2015) Global pipelines for innovation: insights from the case of Norway. *Journal of Economic Geography*, 15, 3, 561-583.
- Furtado, E. M.; Santos, N. (eds.) (2015). *O pensamento de Milton Santos na Geografia Brasileira*, 1 vol., Natal: EDUFRN – Editora da UFRN.
- Gotham, K. F. (2005). Tourism Gentrification: The Case of New Orleans’ Vieux Carre (French Quarter). *Urban Studies*. 42, 1099–1121.

- Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização. Do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Jacinto, R.; Cravidão, F.; Almeida, A. C.; Santos, N. & Cunha, L. (2015). António Gama Mendes: Um geógrafo inquieto, um heterodoxo inconformado. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, (99), 163-167.
- Koens, K.; Postma, A.; Papp, B. Is Overtourism Overused? Understanding the Impact of Tourism in a City Context. *Sustainability* 2018, 10, 4384.
- Cunha, L.; Cravidão F.; Boura, I.; Lourenço, L.; Santos, N.; Mateus, M. (1994). Cordilheira Central – Aspectos morfológicos, problemática florestal, despovoamento e perspectivas de desenvolvimento, *Livro-Guia das Excursões*, II Congresso da Geografia Portuguesa. Coimbra: Departamento de Geografia. FLUC e APG.
- Matusitz, J.; Palermo L. (2014). The Disneyfication of the World: A Globalisation Perspective, *Journal of Organisational Transformation & Social Change*, 11:2, 91-107, DOI: 10.1179/1477963313Z.00000000014.
- McAdam, R.; Miller, K.; McAdam, M.; Teague, S. (2012) The development of University Technology Transfer stakeholder relationships at a regional level: Lessons for the future. *Technovation*, 32, 1, 57-67.
- Mckercher, B.; Du Cros, H. (2002). *Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. New York: Hayworth Hospitality Press.
- Miller, K.; McAdam, R.; Moffett, S.; Alexander, A.; Puthusserry, P. (2016) Knowledge transfer in university quadruple helix ecosystems: an absorptive capacity perspective. *R&D Management*, 46, 2, 383–399.
- Moreira, C.; Cravidão, F.; Santos, N. (2004). Geografia e Sociedade. In Campar, A.; Gama, A.; Cravidão, F.; Cunha, L.; Jacinto, R. *Fragmentos de um retrato inacabado – A Geografia de Coimbra e as metamorfoses de um país*, Coimbra, Almedina.
- Nossa, P.; Santos, N.; Cravidão, F. (2013). Risco e vulnerabilidade: a importância de fatores culturais e sociodemográficos na interpretação e reação aos perigos. In *Riscos: Naturais, Antrópicos e Mistos*, ed. Rebelo, Fernando; Lourenço, Luciano, 45 – 62. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- OMT (2003). *Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável*. São Paulo: Bookman. Organização Mundial do Turismo (Tradução).
- Perkumienė, D.; Pranskūnienė, R. (2019). Overtourism: Between the Right to Travel and Residents' Rights. *Sustainability*, Volume 11; doi:10.3390/su11072138.
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (2007). <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/plano-estrategico-nacional-do-turismo-2007.aspx>. Consultado em novembro de 2019.
- Portugal, Portugueses. YouTube: Url – <https://youtu.be/mKeHbWGUEPY>.
- Riechmann, J.; Naredo, J. M.; Bermejo, R.; Estevan, A.; Taibo, C.; Rodríguez, J. C.; Nieto, J. (1995) – *De la Economía a la Ecología*, Ed. Trota, Valladolid.
- Ritzer, G. (2018). The McDonaldization of Society. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 1996.
- Milano, C. Overtourism, social unrest and tourismphobia. A controversial debate. *PASOS Rev. Tur. Patrim. Cult.* 2018, 16, 551–564.
- Santos, N.; Cravidão, F.; Cunha, L. 2010. Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território, 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística, In *Atas do 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística*, Montevideo.

- Santos, N.; Cravidão, F. (2015). O pensamento de Milton Santos e a geografia brasileira Seminário Internacional. In Furtado, E. M.; Santos, N. *O pensamento de Milton Santos e a geografia brasileira*, Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 12 – 33.
- Santos, N.; Cravidão, F. (eds.) (2015). *Gastronomia e Vinhos. Do turismo de experiência à experiência do turismo*. Coimbra: Minerva Coimbra.
- Santos, N.; Moreira, C. (2012). Evening/night-time leisure in Coimbra. In Valença, M. M.; Cravidão, F.; Fernandes, J. A. R. (eds), *Urban Developments in Brazil and Portugal*. New York: Nova Science Publishers, 317 – 337.
- Silveira, M. (2017) – *Integração ambiental sustentável do turismo no território – modelo de apoio à decisão para a gestão de recursos naturais em empreendimentos turísticos*. Doutoramento em Turismo, Lazer e Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Turismo Centro de Portugal (2019). *Plano Regional de Desenvolvimento Turístico*, Deloitte Consultores, S.A.
- UNWTO (Ed.) *Overtourism? Understanding and Managing Urban Tourism Growth beyond Perceptions*; UNWTO: Madrid, Spain, 2018.
- World Travel Awards. <https://www.worldtravelawards.com/winners/2019>. Consultado em outubro de 2019.
- Zegre, S. J.; Mark, D. N.; Linda, E. K.; Randall S. R. (2012). McDonaldization and commercial outdoor recreation and tourism in Alaska. *Managing Leisure*, 17, (October 2012), 333 –348.

(Página deixada propositadamente em branco)

O PAPEL DO MARKETING NA DINÂMICA DO TURISMO

Nuno Almeida

CiTUR – Centro de Investigação em Turismo, ESTM,
Instituto Politécnico de Leiria,
nunoalmeida@ipleiria.pt
ORCID 0000-0002-2322-0343

Resumo: O turismo tem vindo a assumir um papel cada vez mais importante na economia nacional, com destaque para o contributo que tem representado para o desenvolvimento das diferentes regiões do país. Não obstante o contributo das indústrias ligadas ao turismo, há ainda margem para um crescimento sustentável caso sejam contempladas estratégias favoráveis às indústrias criativas, bem como se for – ainda mais – dinamizado o setor cultural e patrimonial.

Por seu turno, o marketing assume relevância enquanto elemento essencial à alavancagem de uma promoção turística conducente a produtos que respondem às necessidades dos clientes. Presentemente os produtos turísticos tornaram-se mais complexos com a introdução de diferentes complementos, por exemplo relacionados com as atividades de animação que vieram dinamizar ainda mais determinados destinos e conceitos turísticos que se tornaram, deste modo, mais atrativos para alguns mercados.

A conjugação destas duas forças, i.e., turismo e marketing, têm vindo a dar possibilidade a uma transição do turismo clássico para um nível de turismo cada vez mais experiencial que representa uma clarividência do Século XXI, para o qual se recorre muitas vezes à inteligência artificial que permite depois desenvolver algoritmos capazes de oferecer produtos e serviços que respondem com uma cumplicidade, nunca vista anteriormente, de ofertas personalizadas.

Palavras chave: Marketing turístico; Marketing digital; Comunicação.

Abstract: Tourism has been assuming an increasingly important role in the national economy, with emphasis on the contribution it has made to the development of the different regions of the country. Despite the contribution of industries linked to tourism, there is still room for sustainable growth if strategies favouring the creative industries are contemplated, as well as if the cultural and patrimonial sector is even more dynamic. Marketing, in turn, assumes relevance as an essential element to the leverage of tourism promotion leading to products that respond to customers' needs. At present tourism products have become more complex with the introduction of different complements, for example related to the activities of animation that have come to further dynamism of certain tourist destinations and concepts that have become, therefore, more attractive to certain markets.

The combination of these two forces, i.e. tourism and marketing, has come a possibility for a transition from classic tourism to an increasingly experiential level of tourism that reprehends a clairvoyance of the 21st Century, for which artificial intelligence is often used, algorithms capable of offering products and services that respond with a never-before-seen complicity of personalized offers.

Keywords: Tourism marketing; Digital marketing; Communication.

Introdução

Desde o início do presente século que o turismo em Portugal tem vindo a assistir a um crescimento sustentável que tem proporcionado um efeito multiplicador interessante em toda a economia nacional. No entanto há necessidade de perceber que, em economia, o sucesso do passado não é garante do sucesso no futuro, pelo que, não obstante os bons resultados que a indústria turística tem vindo a apresentar, será premente que os mercados se adaptem às novas tendências de consumo turístico e particularmente sabendo oferecer produtos que possam representar valor acrescentado para os consumidores. A presente reflexão tem como principal objetivo alertar para a necessidade de o marketing assumir um papel determinante para o sucesso da indústria turística, particularmente quando a dinâmica do turismo está cada vez mais exposta a variáveis exógenas. Para tal, far-se-á uma análise a alguns aspetos indiciadores desta realidade.

Do turismo ao marketing

Os contextos geopolíticos apresentam desafios sem grau de comparação passada, o que obriga os profissionais de marketing a recorrer a ferramentas estratégicas mais avançadas por forma a oferecerem produtos adequados a cada mercado. Veja-se, por exemplo, o cenário do BREXIT e todas as consequências – entre oportunidades e ameaças – que este cenário representa para as relações históricas entre Portugal e o Reino Unido.

A todas estas transformações que estão atualmente a acontecer, importa ainda acrescentar o potencial da internet para persuadir e influenciar determinados consumidores a escolherem um destino à distância de um clique. Por este motivo é que a internet é considerada como o primeiro ponto para embarque de turistas (Buhalis & Licata, 2002). Haverá cada vez mais necessidade de proceder-se a segmentações dos mercados em função de subcritérios de marketing onde não bastará selecionar públicos em função de gostos em geral, mas sim de gostos em particular. A título de exemplo, o turismo gastronómico – muito em voga em Portugal – deverá apostar em subcritérios como crenças ou tradições associadas a pratos ou culturas gastronómicas por forma a atingir a maior satisfação de determinados públicos. Considere-se, por exemplo, que há determinados mercados que restringem o consumo de carnes de porco, o que não deverá ser visto como uma ameaça, mas sim como um dado a ser trabalhado em termos de marketing. Sabendo-se que a diversidade gastronómica em Portugal permite que sejam facilmente encontrados produtos alternativos, será desejável que os profissionais de marketing turístico delimitem as ofertas sabendo de antemão gostos e restrições. Há cada vez mais registos de casos bem-sucedidos, um pouco por todo o mundo, onde determinadas restrições ao serem bem promovidas são elemento de atração para determinados consumidores (Yousaf & Xiucheng, 2018).

Há necessidade de os profissionais de marketing estarem cada vez mais atentos às novas tendências da comunicação, uma vez que os consumidores acompanham com celeridade as evoluções tecnológicas sendo muitas vezes pioneiros a adotarem determinadas tendências, muito antes de algumas empresas estarem sequer a ponderar enveredar por essas mesmas tendências. O caso das *storytelling*

ilustra perfeitamente esta resistência, por um lado entre o ceticismo por parte de alguns profissionais e, por outro lado, a vanguarda por parte de alguns clientes no que toca à forma de comunicação de determinados destinos turísticos. Há autores que conseguem demonstrar uma relação entre locais *storytelling*, locais *storylistening* e locais *storybuilding* (Bassano et al., 2019). Estes conceitos devem ser tidos em linha de conta aquando da definição da identidade de um local turístico. Há que ter em consideração que o valor do marketing e comunicação digital aplicada ao turismo, reforça aspetos determinantes como a narrativa da história que pode tornar um destino mais atrativo para os turistas e visitantes. Adicionalmente a variedade de estímulos que são proporcionados aos turistas através da mistura de códigos, formatos, eventos e lugares, permitem múltiplas ligações e diferentes relações analógicas a determinados destinos. Deste modo o recurso ao marketing digital apresenta-se como mais uma ferramenta para criar narrativas de forma sustentável e deste modo melhorar o valor da comunicação direcionada aos turistas.

O recurso ao marketing digital pode, assim, proporcionar uma identidade e uma melhoria da reputação de um destino através de novas experiências que são oferecidas aos turistas. É possível, por exemplo, adequar determinadas ofertas e narrativas que vão ao encontro das expectativas dos consumidores turísticos, aumentando significativamente o seu nível de satisfação com os destinos turísticos. Esta forma de comunicação – explorando o potencial da tecnologia digital – abre portas a uma infinidade de oportunidades que permitem adequar estratégias com vista a alcançar determinados objetivos de marketing turístico.

Prestes a chegarmos à terceira década do Século XXI, terá de haver necessariamente uma tendência por parte dos principais *players* para que a comunicação seja cada vez mais baseada no turismo de experiências. Para tal, os profissionais de marketing terão que recorrer a algoritmos de inteligência artificial que proporcionem comunicações ainda mais personalizadas, que irão ser efetuadas com base nas preferências individuais de cada turista.

Durante muitos anos, as entidades responsáveis pela promoção do turismo em Portugal levaram a cabo uma campanha de promoção do turismo interno com a assinatura (slogan) “Vá para fora, cá dentro”. Este slogan visava essencial-

mente estimular o turismo interno que muitas vezes vinha sendo menosprezado pelos profissionais da indústria turística. Se analisarmos os dados estatísticos oficiais mais recentes (INE, 2018), verificamos que uma parte significativa da população apresenta como principais motivos de viagem o lazer, o recreio ou as férias. Se a este dado acrescentarmos que mais de metade dos indivíduos que viajam por estes motivos representam uma faixa etária abaixo dos 44 anos de idade, percebe-se de imediato que se trata de um público altamente propenso às tecnologias digitais – por força da evolução geracional e tecnológica.

Se analisarmos ainda mais em detalhe, verificamos que quase um terço (30,4%) dos indivíduos que viajam por motivos de lazer, recreio ou férias está abaixo dos 24 anos de idade, o que corresponde a um público altamente familiarizado com as novas tecnologias digitais.

O marketing digital assume-se assim como uma ferramenta essencial para que sejam apresentadas soluções aos picos de sazonalidades tão típicos na indústria turística.

Presentemente há uma tendência para que os períodos de lazer e recreio sejam distribuídos ao longo do ano; no entanto ainda se verifica um pico sazonal coincidente com o período tipicamente de gozo de férias, nomeadamente os meses de verão. Assim, poder-se-á aqui vislumbrar uma oportunidade ao nível do marketing. Vejamos que nem sempre é fácil articular o período de férias devido a fatores exógenos, i.e., que não dependem da vontade dos turistas (ex. férias escolares das crianças, articulação das férias com os períodos em que as empresas baixam/encerram a atividade laboral, etc.). Se tivermos em consideração por exemplo esta situação, então há uma oportunidade perante a qual poder-se-á enviar estímulos aos consumidores para que estes optem por distribuir os períodos de lazer e recreio ao longo do ano. Cada vez mais a agitação quotidiana, geradora de *stress* e pressão laboral, convida a que sejam efetuados períodos de recreio e lazer ao longo do ano para rejuvenescer energia e motivação para o dia a dia. Importa assim fazer uso das tecnologias digitais para que os consumidores sejam convidados a distribuir os seus recursos – dedicados ao lazer e recreio – ao longo de todo o ano beneficiando toda a indústria turística com uma distribuição mais uniforme de meios e permitindo também, deste

modo, uma melhor planificação de recursos – afetos à oferta – por forma a contornar o pico sazonal associado aos meses de verão e que são bem visíveis quando se analisam os dados estatísticos (INE, 2018).

Para uma estratégia mais eficiente na distribuição da procura turística e consequente influência na dinâmica mais dispersa ao longo do ano, há necessidade de se proceder ao marketing corporativo.

Quando analisamos dinâmicas turísticas de destinos internacionais é cada vez mais habitual assistir-se a uma (re)organização dos departamentos de marketing que articulam esforços com recurso às tecnologias de informação e comunicação para dar uma resposta mais otimizada à procura turística. Por exemplo, na Holanda já há entidades que procuram desenvolver o marketing corporativo por forma a partilharem informação em tempo real e deste modo terem um *feedback* instantâneo dos níveis de satisfação dos turistas (Dai, Hein & Zhang, 2019).

Estas ferramentas possibilitam que a oferta seja – ainda mais – adequada a cada segmento de consumidores, que, no limite, pode mesmo chegar à personalização total da oferta. A dinâmica de um destino turístico pode ter muito a ganhar com o recurso às ferramentas de marketing, uma vez que será possível construir uma relação entre as empresas turísticas que laboram numa determinada região, criando-se uma rede de cooperação ao nível do marketing que pode envolver entidades tão diversas como pequenas e médias empresas, museus locais, organizadores de festividades, restaurantes, entre outros. Esta partilha de informação não terá que ser necessariamente concorrencial, mas pode, isso sim, ser complementar e proporcionar assim uma relação de *win-win* onde os atores que partilham informações respeitantes aos turistas podem ter benefícios comuns e em certos casos recíprocos.

Considerando que o tecido empresarial ligado ao turismo é constituído maioritariamente por pequenas e médias empresas, urge este tipo de estratégias que permitirá enfrentar uma concorrência cada vez mais feroz por parte das grandes empresas internacionais que laboram na indústria turística e que muitas vezes não estão necessariamente preocupadas com a sustentabilidade dos destinos turísticos. Assim, o marketing corporativo pode permitir que as

Pequenas e Médias Empresas (PME) se organizem e consigam também, elas próprias, diferenciarem-se com ofertas de valor acrescentado nomeadamente com recurso à autenticidade local. Com o apoio das novas tecnologias estas PME podem aumentar as vendas, receitas, lucros e conseqüentemente a sua própria vantagem competitiva.

Por outro lado, o turismo representa a indústria da paz por todos os benefícios que apresenta em termos económicos e sociais. Ainda que haja um longo caminho a percorrer nesta matéria, em boa verdade vai sendo cada vez mais usual ver-se esta preocupação decalcada em projetos e intenções. Por exemplo, se analisarmos as linhas de atuação, bem como as tipologias de projetos prioritários esbatidos na Estratégia de Turismo para Portugal 2027, encontramos claramente esse assunto na ordem do dia onde há um compromisso para “prestigiar as profissões do turismo e formar massa crítica adaptada às necessidades do mercado e promover a igualdade do género e de oportunidades” (Turismo de Portugal, 2017, p. 57).

Este tipo de iniciativas pode também ser utilizado como argumento de marketing para captar mais investimento comparativamente com outras indústrias, nomeadamente se tivermos em linha de conta que parte dos financiamentos comunitários privilegiam projetos onde prevaleça a igualdade de género. Deste modo o marketing pode ser uma ferramenta para dar a conhecer uma indústria geradora de igualdades de género. Todas estas iniciativas de promoção da igualdade de género estão alinhadas como os objetivos definidos pela Organização Mundial de Turismo, UNWTO (2018), onde o quinto objetivo para o desenvolvimento sustentável é inequívoco ao propor a igualdade de género.

Esta igualdade de género irá proporcionar que haja uma maior equidade na distribuição de tarefas e responsabilidades em toda a sociedade, o que será gerador de uma maior uniformidade na distribuição de oportunidades para o recreio e lazer. Tratar-se-á de mais um mecanismo possibilitador para uma repartição dos fluxos turísticos ao longo do ano, na medida em que determinadas tarefas que antes eram injustificadamente efetuadas quase sempre pelo mesmo género, passem agora a ser tendencialmente efetuadas de forma igualitária. Tendo em consideração que, por exemplo, as crianças são fonte de absorção de tempo e

atenção, particularmente no período das férias escolares, facilmente se deduz o potencial que advém para o turismo através da promoção da igualdade. Deste modo o tempo dedicado ao lazer e ao recreio passa a ser usufruído cada vez mais por toda a população, independentemente do género.

Há, contudo, um longo caminho a percorrer nesta matéria uma vez que estes objetivos, apesar de estarem expressos em planos estratégicos, só podem ser concretizados quando o quadro legislativo conseguir acompanhar esta evolução com medidas concretas – algo que ainda escasseia. Por exemplo, se analisarmos o quadro legal do direito ao gozo de licença parental, encontrar-se-ão algumas diferenças que podem condicionar esta igualdade, quer no posto de trabalho – para quem trabalha na indústria do turismo – quer no gozo do recreio e lazer, para quem usufrui do tempo consagrado na lei. Não obstante, é indiscutível que o turismo contribui de forma significativa para a promoção da igualdade e por esse mesmo motivo é visto como um exemplo para muitas outras indústrias.

Numa outra perspetiva, o marketing assume um papel determinante também na dinâmica e na promoção das cidades possuidoras de património – tangível e intangível – passível de ser gerador de atração turística. É cada vez mais usual vermos as cidades e os responsáveis pela sua promoção a fazer bom uso dos seus patrimónios culturais para atraírem e aumentarem o tempo de permanência de turistas nas cidades. No entanto importa não esquecer que as cidades contemporâneas são alvo de concorrência não apenas a nível nacional como a nível internacional. Quando o turismo cultural se torna um produto/serviço com procura relevante, passa a ser alvo de interesse por profissionais de marketing que vêm nestes produtos determinadas características compatíveis com a sua promoção ao nível de planos de marketing especificamente desenvolvidos para esse efeito (De Frantz, 2018).

O turismo tornou-se o motor de muitas economias, razão pela qual está a merecer cada vez mais atenção por parte dos profissionais de marketing. Esta atenção visa contribuir com estratégias e soluções pragmáticas que permitem aumentar por um lado a satisfação dos turistas e por outro lado a satisfação das populações residentes – desafio por vezes muito difícil. As motivações económicas surgem muitas vezes em sentido contrário aos valores privilegiados pela

comunidade local. Esta realidade leva a uma necessidade de comunicação sólida e convicta dos benefícios para ambas as partes que podem advir com um fluxo turístico planeado e direcionado a um segmento especificamente trabalhado. O papel do marketing assume também aqui um destaque importante na medida em que é possível direcionar comunicações específicas para determinados segmentos e em determinados períodos específicos. Por exemplo, se por um lado há destinos tipicamente promovidos com enfoque no “sol e mar” – causando em certos casos um excesso de procura, constrangedor inclusive para os habitantes locais – por outro lado importa dizer que também é possível ser realizada uma comunicação direcionada a outros segmentos de mercado que permitam captar a atenção de públicos mais diversos e em certos casos até mais rentáveis para a própria comunidade local.

Para estabelecer o bom equilíbrio entre a comunidade local e os turistas, pode ser interessante uma aposta na cocriação em que os turistas são convidados a interagir com as comunidades, fazendo não só uma aprendizagem de hábitos e costumes como também contribuindo com propostas inovadoras passíveis de serem geradoras de mais bem-estar para as populações, principalmente quando são desenvolvidas conjuntamente.

Constata-se assim que há um conjunto de imagens que vão sendo criadas em torno das cidades – enquanto destinos turísticos – razão pela qual estão a despertar cada vez mais interesse ao nível do marketing. A correta promoção pode ajudar a construir uma imagem que se deseja e, deste modo, solidificar o seu posicionalmente estratégico na mente dos consumidores. A este nível, há cidades exemplares um pouco por todo o mundo, cujo trabalho de marketing perdura na mente dos consumidores através de imagens e slogans criados especificamente numa base de marketing e promoção. Por exemplo, no estado de Nevada (EUA) a cidade de Las Vegas ainda hoje faz jus ao slogan *What Happens in Vegas Stay in Vegas* numa alusão à cidade do pecado, como foi identificada – através de estudos de mercado – pelos profissionais de marketing. Este trabalho de promoção pode ajudar a consolidar a imagem já existente na mente dos consumidores (ou potenciais consumidores) para deste modo ser despertado – ainda mais – interesse pela visita, permanência e aconselhamento.

Não obstante, todo o trabalho de marketing, por si só, não é garante de sucesso. Para que este sucesso seja alcançado é necessário delinear estratégias de médio e longo prazo que muitas vezes só podem ser eficazmente avaliadas à *posteriori*. Por exemplo, se analisarmos o documento relativo à estratégia de turismo para Portugal até 2027, constata-se que há determinadas linhas de atuação com vista à valorização e promoção do consumo informado. Para tal, há uma proposta que visa alcançar este objetivo através de uma marca ativa e identitária da produção nacional, denominada “Portugal Sou Eu”. Esta estratégia de atuação visa essencialmente valorizar e preservar a autenticidade do país e a vivência das comunidades locais. No entanto só poderá ser eficiente se envolver diversos atores da indústria turística. A implementação desta estratégia está atualmente em decurso e os resultados só poderão ser efetivamente avaliados posteriormente (Turismo de Portugal, 2017).

Como temos visto até aqui o turismo pode ser alavancado de diversos modos e com diversos objetivos. Um dos objetivos mais nobres que pode ser alocado a uma aposta estratégica na promoção turística, tem que ver com a promoção da coesão social. Esta vertente está na base de algumas determinantes que podem influenciar positiva ou negativamente a própria atividade turística. Por exemplo, a segurança – ou a falta desta – pode influenciar positivamente – ou negativamente – o fluxo turístico num determinado destino. Há destinos que são cada vez mais populares por se revelarem seguros para os turistas. Para que tal meta seja alcançada, convém ter presente que a coesão social pode ser potenciadora de segurança, esbatendo diferenças societais e deste modo inibindo comportamentos menos corretos. Importa, assim, que a comunicação não seja efetuada apenas para públicos externos, mas inclua também públicos internos, por vezes do próprio país, região ou mesmo cidade. Assim, a população residente sentir-se-á mais identificada com a herança cultural e serão, em primeiro lugar, os primeiros influenciadores de tais produtos turísticos. Se a este fator acrescentarmos que a dinâmica turística é geradora de empregos diretos e indiretos, então estaremos a falar de uma ferramenta altamente propensa à coesão social via diminuição dos níveis de desemprego e simultaneamente aumento

das qualificações da população local, por exemplo com cursos de aprendizagem e/ou reciclagem de idiomas.

O marketing assume-se deste modo como uma ferramenta aglutinadora de diversos objetivos estratégicos em torno do turismo. Muitas destas tarefas aglutinadoras envolvem aspetos tão díspares como a formulação da estratégia (através dos estudos de mercado, prévios à promoção de marketing), articulação entre as forças vivas de um determinado destino (envolvendo atores públicos e atores privados), auxiliando no desenvolvimento de novos produtos/serviços turísticos e, naturalmente, efetuando o próprio marketing de todas estas facetas. A qualidade da experiência turística depende muitas vezes da boa articulação entre todas estas vertentes. Como a motivação dos turistas está relacionada com os níveis de satisfação, será importante sublinhar que o marketing assume um papel preponderante da segmentação dos mercados, públicos e campanhas promocionais. É importante que para um mesmo destino haja um leque de ofertas promocionais capazes de atingir determinados públicos diferenciados em diferentes níveis tais como diferentes idades, estratos sociais, origens geográficas, preferências culturais ou até mesmo tendo em consideração a propensão para o gasto em lazer e recreio.

Este último fator de análise, a propensão para o gasto em lazer e recreio pode levar os profissionais de marketing a direcionarem campanhas específicas para aumentar a rentabilidade de cada visitante.

Ao analisarmos a Balança de serviços – Viagens e turismo (Banco de Portugal, 2019), por exemplo, percebe-se inequivocamente o impacto que o turismo tem representado nas contas nacionais. Apresentando um valor da despesa (débito) relativamente estável, constata-se que há uma tendência crescente da rubrica receita (crédito). Este dado é um garante que a economia tem beneficiado de uma injeção líquida de capitais e recursos que podem ser geradores de riqueza nacional.

Dever-se-á ter em linha de conta que a divulgação do destino é hoje em dia significativamente efetuada com recurso aos meios tecnológicos e digitais. Para que um destino saia reforçado com a sua imagem, não basta gozar dos bons resultados, como por exemplo os que foram apresentados anteriormente. Será

determinante um esforço contínuo e melhorado da promoção em geral e em particular da promoção digital para um correto acompanhamento das comunicações do Século XXI. Para tal, há necessidade de articulação dos suportes digitais de promoção, através de plataformas integradas dos destinos (regionais e nacionais), por forma a proporcionar uma comunicação integrada e coerente do destino (Turismo de Portugal, 2017). Estas estratégias e promoção estão decalcadas nos planos nacionais e regionais de promoção turística; no entanto para serem eficazes e eficientes deverão promover uma imagem coerente onde deverá haver uma complementaridade ao nível das tecnologias utilizadas e dos conteúdos divulgados. Por exemplo, anteriormente falou-se da importância da segmentação dos mercados para uma correta promoção do destino turístico. Para tal é importante que haja um esforço para que a campanha seja articulada e não haja a determinada altura campanhas contraditórias, por exemplo apregoando um destino como *low-cost* e simultaneamente haver agentes nesse mesmo destino, possuidores de produtos semelhantes, a apostarem numa comunicação direcionada à elite do mercado. A projeção de um destino deverá por isso ser feita de forma articulada para evitar a confusão na interpretação por parte dos destinatários.

Do marketing ao desenvolvimento turístico

A contribuição do marketing turístico para o desenvolvimento da indústria turística – apesar do contido investimento em promoção comparativamente com outras indústrias – tem vindo a despertar interesse por parte do tecido empresarial, organizações públicas com o pelouro da promoção turística, bem como por parte de investigadores e académicos.

Um dos estudos pioneiros sobre estas matérias foi a investigação levada a cabo por Uysal & Crompton (1984) quando estes autores incluíram uma nova variável explicativa para o desenvolvimento turístico na Turquia. Ao conseguirem demonstrar que as atividades turísticas realizadas neste país eram beneficiadas com campanhas de marketing e promoção turística – particularmente

nos mercados internacionais – ficou provado que, efetivamente, há um efeito positivo entre a promoção e os fluxos turísticos. Este trabalho de investigação comparou as promoções turísticas realizadas em diversos países e conseguiu demonstrar que, em seis dos onze países em estudo, havia uma relação positiva e com significância entre a promoção turística e o desenvolvimento turístico.

Se avançarmos uma década no tempo, vamos perceber que também Crouch (1994) demonstrou que o marketing dos destinos está na base justificativa para o aumento do número de chegadas a um determinado local turístico. Esta conclusão vem em linha com aquilo que já havia sido elencado anteriormente. Já no virar do milénio, Woodside & Dubelaar (2002) levaram a cabo um trabalho empírico sobre sistemas de consumo turístico e conseguiram demonstrar que a publicidade e a promoção auxiliam os turistas a terem uma melhor percepção dos países de destino. Esta investigação apontava mesmo para aspetos determinantes da promoção – por exemplo a informação crucial sobre o destino – para aclarar a imagem preconcebida na mente dos turistas e deste modo despoletar um processo de consumo turístico que irá culminar com a realização da viagem a um determinado destino.

Mais recentemente, Seetana, Sannasee, Teeroovengadum & Nunkoo (2019) baseando-se na liberalização do espaço aéreo, conseguiram demonstrar que há uma relação direta entre a promoção de marketing e o desenvolvimento turístico. Através de análises efetuadas a séries temporais dos últimos quarenta e cinco anos, foram encontradas relações com impacto positivo e com significância entre a entrada de turistas num destino através da via aérea, tendo como base justificativa a promoção turística. Deste modo, fica ainda mais evidente que o marketing promocional em torno do turismo possibilita um incremento do número de turistas num determinado destino. Se a este fator adicionarmos variáveis exógenas, como por exemplo a liberalização do espaço aéreo, aumenta exponencialmente a possibilidade para que campanhas de marketing bem elaboradas possam proporcionar um aumento do número de turistas. Este assunto levar-nos-ia facilmente a outro tipo de discussões que, não sendo menos importantes, merecerão uma atenção muito especial e dedicada, como é o caso das bases aeroportuárias e a sua influência para auxiliarem o desenvolvi-

mento turístico de um país. A este propósito temos assistido recentemente em Portugal a uma discussão que se vem arrastando no tempo sobre a necessidade de novos aeroportos que aumentem a capacidade de entrada de turistas no país. Esta matéria tem sido travada por inúmeros setores de atividade, com especial destaque para o setor do turismo que vem argumentando que neste momento já está a haver uma falta de resposta – por parte das acessibilidades aéreas – relativamente ao potencial turístico total que Portugal apresenta.

Numa década recente (2005-2015) Portugal registou aumentos das receitas internacionais numa taxa de variação média anual acima dos seus principais concorrentes, tendo apresentado um desempenho muito favorável ao nível das receitas turísticas.

Apesar destes dados serem favoráveis, importa não descurar que o crescimento pode ser sempre mais favorável se forem desenvolvidas campanhas de marketing e promoção com vista à dinamização da atividade turística. Se analisarmos em particular a Estratégia Turismo 2027 vamos encontrar aspetos a melhorar e que podem ser verdadeiras oportunidades. Vejamos por exemplo a sugestão para “trabalho em rede e promoção conjunta e cocriação” (Turismo de Portugal, 2017, p. 30). Esta promoção conjunta entre empresas do setor privado, empresas do setor público e organismos com capacidade de promoção, pode ser geradora de campanhas promocionais que sejam diferenciadoras. Recentemente, em março de 2019, o Turismo de Portugal lançou uma campanha direcionada especificamente para o mercado britânico. Fazendo uma piada com a conjugação de palavras que estão na ordem do dia, nomeadamente “BREXIT” foi adicionada uma componente que caracteriza a população portuguesa, i.e. a capacidade de bem receber através da palavra “WELCOME”. A junção destes dois termos serviu de mote para uma campanha promocional direcionada para o público britânico através da internet, denominada “BRWELCOME”.

Tendo em conta que o mercado britânico é tradicionalmente emissor de turistas para várias regiões de Portugal – de modo geral – e particularmente para a região do Algarve, foram efetuados diversos vídeos de curta duração (8 segundos apenas) para evitar que o destinatário salte a publicidade sem a visualizar.

Nestes vídeos foi dado particular destaque a diversos produtos turísticos que o país possui e que são muito apreciados pelos britânicos, como por exemplo o sol e mar bem como a gastronomia e vinhos. A mensagem é desenvolvida com base em alguma criatividade, observado todo o contexto de instabilidade gerado pela saída do Reino Unido da União Europeia. Nesta incerteza que se tem prolongado no tempo, Portugal afirma-se como um parceiro histórico e tem vindo a tentar posicionar-se de forma diferenciada comparativamente a outros países.

Assim, poder-se-á dizer que o marketing pode contribuir para tornar a indústria turística mais dinâmica através de uma comunicação informada e responsável, auxiliando deste modo os potenciais visitantes a estarem mais informados acerca do destino a visitar.

Será importante haver uma articulação entre os agentes privados por forma a possibilitarem uma troca de informações entre si, nomeadamente no que respeita a produtos e serviços oferecidos bem como políticas de preços praticados. Deste modo, será também mais fácil aos profissionais articularem as suas políticas promocionais para evitar que estejam a ser praticadas campanhas contraditórias.

Poder-se-á ainda dizer que o marketing e a promoção turística podem ter diversas perspetivas de análise. Podem ser trabalhadas variáveis económicas (como por exemplo a rentabilidade de determinados investimentos publicitários), psicológicas (como por exemplo analisando qual o efeito psicológico que a compra de determinado produto pode gerar), tecnológico (por exemplo recorrendo a novas tecnologias da informação para difusão da mensagem), entre outras. Se examinarmos ainda mais estas dinâmicas vamos encontrar igualmente diversos objetivos, sendo alguns dos quais mais complexos de planear, implementar e controlar. Por exemplo, através do marketing pode identificar-se qual a preferência de determinado cliente ou até mesmo quais as compatibilidades culturais de determinada oferta turística.

Será essencial termos ainda presente que toda e qualquer iniciativa de marketing deve privilegiar a sustentabilidade do turismo sob pena de comprometer o desenvolvimento futuro. Determinadas restrições podem ser menos bem

interpretadas no curto prazo, mas poderão ser perfeitamente defensáveis quando observamos no longo prazo. Tem sido usual nos últimos tempos uma enorme discussão em torno do excesso de turismo em determinadas zonas de algumas cidades e em períodos específicos. É conveniente termos em consideração que, por exemplo em Portugal, não há turismo “a mais” (*over tourism*) pode sim haver menos boa distribuição de fluxos turísticos em determinados dias ou horários muito específicos. Estas matérias não estão de parte nas preocupações dos organizadores responsáveis pela promoção. Se observarmos o documento relativo à Estratégia Turismo 2027 vemos que um dos objetivos é “assegurar uma integração positiva do turismo nas populações residentes” (Turismo de Portugal, 2017, p. 43).

Esta preocupação é reveladora do que há de mais distintivo no turismo: as pessoas. São os indivíduos que permitem diferenciar verdadeiramente uma oferta turística de determinado destino. Nunca será demais reforçar que os espaços e equipamentos podem ser facilmente copiados (havendo margem orçamental) mas as pessoas e a sua autenticidade dificilmente serão igualáveis. Importa assim apostar também em campanhas de marketing interno onde se clarifique claramente aos habitantes os prós e contras da atividade turística, por forma a que todos juntos (entidades públicas e privadas) possam trilhar um caminho de sucesso e satisfação.

Conclusão

O crescimento económico mundial tem sido favorável no que ao turismo diz respeito e é necessário ter presente que esta é uma área de atividade onde a concorrência é cada vez mais global – basta observarmos a banalização dos preços das deslocações turísticas. Para que continuemos a ter crescimentos acima da média será determinante um investimento consistente – e não pontual – ao nível do marketing para que haja uma continuidade em toda a estratégia de comunicação local, regional e nacional.

A satisfação turística encarregar-se-á posteriormente de auxiliar na alavancagem promocional fazendo jus ao que de melhor se vai fazendo em prol do turismo. Ainda sobre esta matéria não será demais recordar que nos tempos presentes os consumidores possuem uma ferramenta poderosíssima para divulgar aspetos relativos à visitação, nomeadamente as redes sociais. A excelência deverá ser a palavra de ordem para salvaguardar insatisfações e respetiva divulgação que podem aniquilar todo um trabalho de marketing.

Dever-se-á ter uma visão holística do turismo, uma vez que a complexidade desta indústria não é compatível com visões redutoras da atividade. Deste modo não basta fazer investimento em marketing na esperança que deste modo e de forma isolada haja um crescimento proporcional ou mais que proporcional ao investimento. Será necessário esse investimento ser acompanhado de outras infraestruturas materiais e também ao nível das qualificações dos recursos humanos para que – de forma recíproca – a melhoria dos serviços turísticos seja uma constante. A massificação turística pode trazer outros desafios aos responsáveis, sendo certo que a insatisfação dos residentes pode ser um fator dissuasor pela menos boa hospitalidade que seja oferecida – em resultado dessa mesma insatisfação. O marketing pode e deve contribuir para o desenvolvimento turístico também no que diz respeito ao planeamento e ao que será desejável no médio e longo prazo. Este planeamento deve ser alicerçado nos princípios do marketing e constantemente atualizado com as evoluções tecnológicas, sociais, económicas, políticas e até mesmo culturais que possam ir surgindo com maior ou menor celeridade.

De certo modo, terá que haver uma ponderação muito rigorosa nesse planeamento, uma vez que algumas dessas opções podem ser irreversíveis e nesse caso não só está comprometida a sustentabilidade como também a correta convivência entre todos os agentes envolvidos na atividade turística.

O papel do marketing no turismo é demasiado importante para que, em situação alguma, seja esquecido qual o fator mais importante no turismo: as pessoas.

Referências bibliográficas

- Banco de Portugal (2019). *Boletim Estatístico*, abril 2019, Edição Departamento de Estatística.
- Bassano, C.; Barile, S.; Piciocchi, P.; Spohrer, J. C.; Iandolo, F.; e Fisk, R. (2019). Storytelling about places: Tourism marketing in the digital age. *Cities*, 87(November 2018), 10–20. <https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.12.025>.
- Buhalis, D.; e Licata, M. C. (2002). The future eTourism intermediaries. *Tourism Management*, 23(3), 207-220.
- Crouch, G. I. (1994). The Study of International Tourism Demand: A Survey of Practice. *Journal of Travel Research*, 32(4), 41-55. <https://doi.org/10.1177/004728759403200408>.
- Dai, T.; Hein, C.; e Zhang, T. (2019). Understanding how Amsterdam City tourism marketing addresses cruise tourists' motivations regarding culture. *Tourism Management Perspectives*, 29(October 2018), 157–165. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2018.12.001>.
- De Frantz, M. (2018). Tourism marketing and urban politics: cultural planning in a European capital. *Tourism Geographies*, 20(3), 481–503. <https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1354392>.
- INE (2018). Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas do Turismo 2017*, Estatísticas oficiais, Edição 2018, ISBN 978-989-25-0447-6.
- Seetanah, B.; Sannasee, R. V.; Teeroovengadam, V.; e Nunkoo, R. (2019). Air access liberalization, marketing promotion and tourism development. *International Journal of Tourism Research*, 21(1), 76–86. <https://doi.org/10.1002/jtr.2242>.
- Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo 2027*.
- UNWTO (2018), World Tourism Organization, *Tourism for Development – Volume II: Good Practices*, DOI: 10.18111/9789284419746.
- Uysal, M.; e Crompton, J. L. (1984). Determinants of demand for international tourist flows to Turkey. *Tourism Management*, 5(4), 288-297. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(84\)90025-6](https://doi.org/10.1016/0261-5177(84)90025-6).
- Woodside, A. G.; e Dubelaar, C. (2002). A general theory of tourism consumption systems: A conceptual framework and an empirical exploration. *Journal of Travel Research*, 41(2), 120-132.
- Yousaf, S.; e Xiucheng, F. (2018). Halal culinary and tourism marketing strategies on government websites: A preliminary analysis. *Tourism Management*, 68(May), 423–443. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2018.04.006>.

**JARDINS: DA PATRIMONIALIZAÇÃO
À TURISTIFICAÇÃO. O CASO DO JARDIM
DO PALÁCIO FRONTEIRA EM LISBOA**

Susana Silva

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Portugal
Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra, Portugal
susanageog@sapo.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5853-9349>

Paulo Carvalho

CEGOT – Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Portugal
Departamento de Geografia e Turismo, Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra, Portugal
paulo.carvalho@fl.uc.pt
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6920-869X>

Resumo: No contexto da globalização contemporânea o património surge como o principal recurso gerador de turismo e elemento-chave na criação de novos polos de interesse, de modo a responder a novas solicitações, assim como na configuração de uma identidade territorial atrativa e competitiva. Os jardins, enquanto ativos patrimoniais de grande riqueza mas vulneráveis ao tempo e ao uso, têm também sido integrados na oferta turística. Este trabalho realça a importância dos jardins enquanto património e atração turística propondo uma reflexão sobre a relação entre jardim, património e turismo que se deve projetar numa base equilibrada e sustentável. O jardim do Palácio Fronteira,

em Lisboa, é um caso paradigmático no âmbito desta discussão, colocando-se em evidência as suas características patrimoniais diferenciadoras, assim como a crescente procura que tem registado, cujas características se analisam após aplicação de inquérito por questionário ao gestor e aos visitantes. Estes dados revelam que o jardim detém um forte carácter internacional, que atrai um público maduro com elevada apetência cultural motivado pela imagem projetada de conjunto “jardim e palácio” e com interesse geral em jardins, mas também indiciam algumas dificuldades na captação de público nacional, jovem e na estimulação do retorno de visitantes. A investigação sugere a importância de se conhecer a procura para gerir de forma ajustada e eficaz um ativo patrimonial frágil e uma atração turística em ascensão sem comprometer ambas as valências.

Palavras-chave: Jardins; Património; Turismo; Jardim do Palácio Fronteira.

Abstract: In the context of contemporary globalization, patrimony appears to be the main generator of tourism and a key element in the creation of new poles of interest, in order to respond to new requests, and configuration of an attractive and competitive territorial identity. Gardens are assets of great wealth, but perishable with time and with use, that have also been integrated in the tourist supply. This work highlights the importance of gardens as heritage and tourist attraction, proposing a reflection regarding the relationship between garden, heritage and tourism that should be projected on a balanced and sustainable basis. The garden of the Fronteira Palace in Lisbon is a paradigmatic case in the scope of this discussion, highlighting its distinctive patrimonial characteristics as well as the growing demand. These garden characteristics are analyzed after both manager and visitors are surveyed with a questionnaire. This data reveals that the garden has a strong international appeal, attracting a mature audience with high cultural desire motivated by the projected image of the whole “garden and palace”. This audience has general interest in gardens, there is some difficulty in capturing nationals and the younger public and in maintaining return visitors. Research suggests the importance of knowing the demand to manage a fragile asset as well as rising tourist attraction in an effective manner without compromising either value.

Keywords: Gardens; Heritage; Tourism; Fronteira Palace Garden.

Introdução

O património constitui, hoje mais do que nunca, um dos principais recursos dos territórios e prefigura novos caminhos de desenvolvimento, a construção de novas territorialidades e de uma imagem identitária. Ocupa, por isso, um lugar privilegiado nos discursos políticos, culturais mas também económicos, pelo que se assiste de forma crescente à mercantilização dos bens patrimoniais, sejam eles tangíveis ou intangíveis, estejam eles preparados ou não para alimentar a “indústria” do turismo.

Pese embora o lento e tardio reconhecimento, os jardins constituem ativos patrimoniais de grande relevância mas igualmente locais de lazer e turismo por excelência, uma vez que serem visitados, percorridos e vivenciados são funcionalidades presentes na génese da sua conceção. Os jardins, uns mais do que outros, têm-se posicionado como recursos turísticos de grande importância na diferenciação da oferta e entrada de forma progressiva no circuito comercial do turismo, como resposta às necessidades contemporâneas do mercado da procura de experiências. Porém, face à vulnerabilidade inerente a este património e às consequências negativas experimentadas por alguns exemplos, constitui objetivo desta proposta questionar em que termos assenta e se tem desenvolvido esta relação, não deixando, contudo, de clarificar que esta não deverá ser antagónica, mas antes projetar-se numa base equilibrada entre a conceção de jardim enquanto ativo patrimonial que é necessário proteger e enquanto recurso turístico que é legítimo valorizar e colocar à disposição de um público mais vasto. Os casos da Grã-Bretanha e da França abordados na presente reflexão mostram que é possível essa relação.

Portugal é rico em jardins, em especial históricos, um património com características únicas, sendo a visita a jardins uma realidade em expansão no país. Este trabalho individualiza o caso do jardim do Palácio Fronteira, em Lisboa, que se constitui como exemplo paradigmático no contexto teórico em discussão. É colocada em evidência a essência do jardim português configurada numa notabilidade reconhecida internamente com a distinção de Monumento Nacional, esta ancorada na originalidade e elevado valor histórico e artístico, e

externamente com a crescente procura, também alvo de análise. Na sequência da aplicação de um inquérito por questionário ao gestor/administrador (2014) e a 133 visitantes durante um ano (2013/2014) pretende-se caracterizar de forma breve os visitantes e a visita, ao nível do perfil sociodemográfico e económico, interesses, motivações, hábitos de visita e comportamentos, tendo presente a importância desta informação na consolidação de uma atitude de gestão responsável de um bem que é simultaneamente um ativo patrimonial frágil e uma atração turística em ascensão.

Jardins, património e turismo

Uma simbiose (ainda) em construção

Os jardins são documentos históricos, culturais e artísticos de grande relevância, pois uma vez presentes em todas as civilizações e sociedades, afiguram-se como testemunhos da memória cultural e da identidade coletiva de uma sociedade (Doolittle, 2004; Kimber, 2004). Os jardins assumem-se sobretudo como a materialização do momento civilizacional de cada cultura, quer a nível social, cultural, estético, político, religioso ou até mesmo económico (Francis & Hester, 1990; Weiss, 2011). De tal forma que a história de um lugar pode ser contada através dos seus parques e jardins (Magalhães, 2012), por isso, para além de natureza, produzem e reproduzem cultura (Andrade, 2008). Neste sentido, Pouya (2011, citado em Pouya, Demirel & Pouya, 2015) defende que os jardins históricos, por constituírem memoriais do passado, podem atuar como valiosos laboratórios para a pesquisa histórica, em diversas vertentes. Estamos perante, pois, o espelho daquilo que são os eixos basilares da própria definição de património.

Mas, se hoje parece ponto assente, pelo menos no plano teórico, o carácter e valor patrimonial destes espaços, nem sempre assim foi. Várias vezes considerada como uma arte menor e tratada de forma secundária e superficial nos principais debates sobre património, o processo de reconhecimento patrimonial

dos parques e jardins históricos foi moroso e tardio surgindo de forma mais efetiva na sequência da 2.^a Guerra Mundial e da extensão do conceito, conteúdo e limites do património. Só no final da década de 60, com a criação de uma Secção específica para os jardins pela *International Federation of Landscape Architecture* (IFLA) e com a fundação do Comité Internacional de Jardins e Sítios Históricos, no início da década de 70, são concretizadas ações mais específicas com vista à sua salvaguarda. A adoção da Carta de Florença, no início da década de 80, como uma adenda à Carta de Veneza, veio formalizar os jardins históricos como património ao atribuir-lhes o estatuto de monumento, no caso “monumento vivo”, e as linhas orientadoras para a sua preservação (Carvalho & Silva, 2013; Silva, 2013; Silva, 2016).

Segundo Rialland (2003, 2004), o reconhecimento patrimonial dos jardins apresenta três vertentes: a afetiva, a científica e a jurídica. São, de forma afetiva, reconhecidos como património para os seus proprietários e para os apreciadores da arte que levaram a cabo ações pioneiras no âmbito do restauro e do entretenimento; o seu valor científico é confirmado quando as autoridades competentes lançam inventários para melhor conhecerem o espólio e estudos que reforçam a legitimidade científica deste valor patrimonial e, finalmente, são juridicamente reconhecidos como património quando são protegidos através de legislação para o efeito. O autor (2004) faz notar que este processo mostra como se constrói uma forma de apropriação espacial a título conservativo, onde a dimensão “paisagista” de apropriação cede lugar à dimensão “patrimonial”, assistindo-se a uma multiplicação de intervenientes, assim como de funções e usos destes sítios, o que implica novas exigências, novos meios e, sobretudo, novas restrições.

Os atuais usos do passado nos planos cultural, económico e político têm gerado uma importante e crescente indústria do património (Ashworth, Graham, & Tunbridge, 2007). O património, nas suas mais diversas dimensões, configura-se como recurso estratégico dos territórios cuja missão é criar ou reforçar uma identidade esbatida pela normalização instalada pela globalização, num processo de comercialização do lugar através da sua herança cultural. O património assume-se, assim, como um dos principais ativos geradores de turismo

e este encarado como a sua forma mais eficaz de exploração e promoção (Ashworth, 2000), colocando-o refém de uma linguagem mercantil, muitas vezes desadequada, para satisfazer um contexto global de voraz competitividade e, afirmam Netto e Gaeta (2011), para dar resposta a uma procura cada vez mais informada, exigente e diferenciada, que valoriza experiências e vivências inovadoras, criativas e marcantes.

Os jardins são um desses ativos patrimoniais que traduzem esta ideia de experiência turística (Connell & Meyer, 2004), uma vez que são uma síntese de argumentos naturais, culturais e sociais indutores da visita (Cappelo, 2003, citado em Almeida, 2003), oferecendo um produto diferenciado ao longo dos vários ciclos temporais (Bhatti, Church, Claremont & Stenner, 2009; Fox & Edwards, 2008). Identificados como recursos estratégicos dos territórios, não raras vezes como elementos de identidade e imagem cultural dos mesmos, geradores de benefícios para a população local e atores do desenvolvimento regional sustentável (Benfield, 2013; Evans, 2001), não será pois de estranhar que também os jardins sejam apropriados e “comercializados”, sendo alvo de estratégias de valorização e promoção. Refira-se o caso do Programa de Restauração de Jardins Históricos implementado na Irlanda nos anos 90 com várias edições, o desenvolvimento da *Ontario Garden Tourism Strategy* no Canadá, a disponibilização de verbas para os principais jardins botânicos e regiões deprimidas do Reino Unido através das políticas *National Lottery* e *European Union's Objective One* ou a institucionalização da política a favor dos jardins em França integrando o evento *Rendez-vous aux jardins* e a certificação *Jardin Remarquable*, para além de incentivos fiscais e ajudas em Espanha e Itália para restauro e abertura ao público de jardins de reconhecido interesse e, a um nível supranacional, a *European Garden Heritage Network* (Silva, 2016).

Num tempo em que o turismo vai integrando todas as formas de património, nas quais se inclui o paisagístico, percebe-se que esta é uma relação em construção em vários sentidos. Em primeiro lugar é necessário ter presente que nem todos os jardins devem ser considerados monumentos, pois nem todos são históricos, muito menos apresentam características monumentais. Depois não se conhece todo o espólio de jardins e a acessibilidade ao público esbarra no

carácter privado de muitos. O caso português é disso exemplo, muito embora este handicap não seja exclusivo do nosso país. Neste sentido é difícil valorizar aquilo que não se conhece e, mesmo aquilo que se conhece, e que apresenta manifesto interesse patrimonial, tarda em ser valorizado/protegido por via da classificação como os jardins da quinta da Aveleda, da Casa de Santar, do Campo, da Gandarela, do Palácio de Cristal, do jardim botânico do Porto, ou em ser valorizado/turistificado por inércia e falta de vontade dos proprietários/gestores e de coordenação e cooperação entre as diversas entidades. Por outro lado, nem todos os jardins possuem argumentos capazes de os alavancar do nível património para o nível recurso turístico, já aqueles que os detêm têm-se transformado paulatinamente em atrações turísticas. Muitas assumem-se como atrações principais constituindo dos sítios mais reconhecidos internacionalmente como o *Central Park*, *Tivoli*, *Giverny*, *Versailles*, *Keukenhof*, *Dessau-Wörlitz*, *Butchart Gardens*, *Alhambra* e *Generalife* ou *Kew Gardens*, a maior parte com visitantes na cifra das centenas de milhares, alguns na ordem dos milhões. A nível nacional destacam-se os casos de Serralves, Quinta da Regaleira, Monserrate, Pena, Terra Nostra, Palheiro Ferreiro ou Monte Palace. E, mesmo nos que se transformaram em autênticas atrações turísticas, a falta de planeamento adequado também pode gerar efeitos negativos, tornando o turismo uma ameaça.

A vulnerabilidade dos jardins sugere e justifica que se questione se esta simbiose não será demasiado perigosa e onerosa para este tão rico, mas tão frágil património, embora seja legítimo que reclamemos acesso ao mesmo. Os casos paradigmáticos da Grã-Bretanha e da França demonstram que é possível ter em consonância políticas de defesa e proteção do “património jardins” e políticas de valorização da “atração jardins”.

Políticas de salvaguarda e valorização dos jardins: os casos da Grã-Bretanha e da França

A Grã-Bretanha e a França ilustram bem esta posição dicotómica – salvaguarda e valorização – associada aos jardins que, nestes casos concretos, não

se antagoniza, antes pelo contrário, se complementa numa visão simultânea sobre esta realidade: jardins enquanto património que é necessário preservar e enquanto atração que é fundamental valorizar, sendo a valorização reconhecida como um caminho para a sua preservação e conservação. O enquadramento legislativo e a estrutura turística e associativa em torno dos jardins bem desenvolvida, estruturada e avançada em comparação com outros países fazem destes países dois dos grandes *gardens destinations* da Europa e do Mundo.

Enquanto parte importante do património cultural britânico, existe uma sensibilidade apurada em relação aos jardins e para com a necessidade da sua preservação, impulsionadas sobretudo pela *Garden History Society* na década de 60, aquando da sua formação. O *National Heritage Act* de 1983, uma das leis do património, possibilitou a definição de jardins como Monumentos e criou condições para se iniciar o Registo de Parques Históricos e Jardins de Especial Interesse Histórico em Inglaterra que inclui mais de 1600 jardins distribuídos por diferentes graus de importância e interesse histórico e artístico. Cada um dos países do Reino Unido, através das suas agências oficiais do património, elaboram os seus próprios inventários, que também são efetuados por outras agências, organizações e associações a diversas escalas. Uma estrutura organizativa desde os níveis institucional ao particular, da escala nacional à local/regional, que funciona em rede na promoção da abertura, no conhecimento e na conservação dos jardins (Silva, 2016).

Neste âmbito destaca-se o papel da *National Trust* e do *National Garden Scheme*. A primeira é a principal proprietária de jardins do Reino Unido que em 2017/2018 registou 26,6 milhões de visitantes nas propriedades com entrada paga (NT, 2018); o segundo vem coordenando anualmente a abertura ao público de quase 4000 jardins, a maioria privados e que por norma estão fechados, a fim de angariar dinheiro para a caridade. Ambas as instituições detêm um papel central, tanto na recuperação do património, como no desenvolvimento das visitas e nos *garden tours*, continuando a incentivar e a proporcionar o seu acesso ao público – objetivos partilhados com as duas políticas implementadas na década de 90 referenciadas no ponto anterior (Silva, 2016).

Os jardins são uma das principais atrações turísticas britânicas, de modo que a sua proteção e promoção faz parte das estratégias de desenvolvimento local, regional e nacional de turismo, resultando num fluxo de visitação na ordem dos 50 milhões/ano (VisitBritain, 2018).

No caso de França, desde a década de 80 que se assiste ao aumento do interesse pela temática dos jardins, à proliferação de manifestações e campanhas relacionadas com um número crescente de participantes, à criação de associações nacionais e regionais e à multiplicação de aberturas ao público, o que tem contribuído para a sustentação e consolidação do mercado do turismo de jardins (Arama-Carrel, 2007).

Os parques e jardins franceses de interesse histórico ou artístico podem beneficiar da proteção de Monumento Histórico através da classificação e inscrição, no âmbito do Código do Património, e reclamar ainda proteção enquanto Sítios, de acordo com o Código do Ambiente. No final de 2017 cerca de 2400 jardins estavam protegidos de acordo com a Lei dos Monumentos Históricos (MCC, 2017).

No início do século XXI foi institucionalizada pelo Ministério da Cultura e Comunicação a política a favor dos jardins que, para além de ações voltadas para a proteção, manutenção, restauro, registo e classificação, gestão e formação profissional, comporta duas grandes ações de valorização e promoção: o evento anual *Rendez-vous aux Jardins* e a atribuição da distinção de *Jardin Remarquable*. O primeiro corresponde a uma abertura numerosa de parques e jardins e na disponibilização ao público de um conjunto diverso de atividades, tendo atraído cerca de 2 milhões de visitantes por cada edição nos últimos anos (Silva, 2016), e que se estende agora aos demais países europeus. Na edição deste ano serão mais de 2800 jardins públicos e privados distribuídos por 20 países que estarão abertos à visita, sendo por isso considerado um grande evento cultural que oferece um panorama único da arte dos jardins na Europa (MCC, 2019). Portugal não participa nesta iniciativa. Já a distinção *Jardin Remarquable* tem como objetivos diferenciar e mostrar a qualidade excecional de alguns jardins, assim como os esforços para a sua apresentação e o bom acolhimento por parte do público, sendo atribuído por um período de 5 anos, renovável,

aos parques e jardins abertos ao público que apresentem um elevado interesse cultural, histórico, estético ou botânico e cujo enfoque não seja essencialmente comercial, conferindo aos seus proprietários um conjunto de deveres e direitos (Silva, 2016). No início de 2019 estavam certificados 430 jardins e parques franceses, mais de 70% privados (MCC, 2019). Quanto à sua capacidade de atração, no princípio do século XXI cerca de 400 jardins atraíam 25 milhões de turistas (Deladerrière, 2004); hoje esse número poderá atingir o dobro.

A salvaguarda do património jardins pelo turismo: paradoxo ou uma questão de equilíbrio?

Os jardins são delicados e vulneráveis ao tempo e ao seu uso, em particular se este for desregrado e não respeitar a sua essência. Como tal, este tipo de paisagem é necessariamente palco de conflitos devido não só à diversidade de jardins como também ao seu carácter paradoxal inerente. Rialland (2000) chama a atenção para isso mesmo quando coloca a questão – Como salvaguardar de forma durável um património necessariamente frágil e efémero? –, à qual se deve acrescentar – Como é que essa salvaguarda pode passar, entre outras, pelo turismo se esta atividade é das mais consumidoras e, não raras vezes, destruidoras de espaços? Neste sentido, Costa, Fortes e Gonçalves (1990) sublinham o possível carácter antagónico do turismo que oscila entre a salvaguarda e a destruição patrimonial.

Os jardins históricos atraem cada vez mais visitantes, até porque estes são concebidos para serem vistos e percorridos, como esclarece a Carta de Florença (artigo 18.º) que, na mesma linha, adverte que esse acesso deve integrar cuidados e restrições. Entende-se, portanto, que a sua abertura ao público para um uso tendencialmente mais turístico é uma operação delicada e, se não for convenientemente planeada, implica riscos, alguns deles irreparáveis a médio/longo prazo. Rialland (2003) alerta para a multiplicidade de conversões destes espaços feitas de forma rápida e muitas vezes destrutiva. A saturação do espaço e consequente degradação do jardim e dos seus elementos físicos são os riscos mais imediatos,

mas as consequências podem prolongar-se no tempo até à descaracterização e distorção da imagem histórica, perda da essência e identidade do jardim. O elevado fluxo de pessoas degrada trilhos, caminhos, vegetação e promove uma ocupação de espaços não concebidos para tal. Foi o caso da casa de campo de Winston Churchill (Inglaterra), onde a certa altura quase todos os caminhos e relvados se transformaram em atoleiros, mas igualmente de *Sissinghurst Castle Gardens* e *Alnwick Garden*, onde foi necessária a implementação de sistemas de controlo de visitantes (Benfield, 2001). Também o jardim histórico *El-Goli* (Irão) tem sofrido com a sobrelotação de visitantes e alterações nos seus usos (Pouya et al., 2015), e não é acontecimento único.

Na opinião de Almeida (2003), a atividade turística como meio de divulgação do património e fator de desenvolvimento económico pode constituir um importante contributo para a salvaguarda dos jardins históricos. Porém, tal não pode inviabilizar um compromisso entre os interesses inerentes ao fenómeno turístico e a manutenção dos valores fundamentais associados aos jardins históricos. Na perspetiva de Costa et al. (1990, p. 160), “Para que a utilização pelo turismo dos jardins e sítios históricos resulte num benefício para ambos é necessário que exista um compromisso entre o que o património pode oferecer e o que o turista procura”, lembrando também que não será sensato adaptar os jardins e sítios históricos às necessidades de recreio ativo da sociedade atual, se isso implicar a sua descaracterização. Almeida (2003) acrescenta que a determinação do limite de visitantes de um jardim histórico não se poderá basear em critérios generalistas, sendo indispensável incluir observações acerca do impacto dos visitantes nos seus valores culturais, históricos e ecológicos. Porque cada jardim é diferente de outro, a cada jardim corresponderá um número ótimo de visitantes, pois, conforme Costa et al. (1990) sublinham, neste tipo de jardins mais facilmente se excede a capacidade de carga psicológica do que propriamente a capacidade física.

Desta forma, a atratividade crescente dos jardins faz com que seja imperativo o planeamento de todas as ações inerentes, a antecipação de cenários, a definição prévia de respostas a episódios de crise, assim como medidas de gestão efetivas e adequadas às necessidades e particularidades de cada espaço. Os proprietários/

gestores de jardins estão de forma crescente sensibilizados para esta questão e como tal praticam uma gestão cada vez mais rigorosa do espaço através de circuitos pré-definidos, da disponibilização de transportes ecologicamente sustentáveis, como por exemplo em Kew, Pena ou Monserrate, ou do regime de visitas guiadas com limite de participantes. Os horários de visita com restrições constituem o mecanismo mais utilizado, ainda que a abertura ao público somente alguns dias por ano também seja implementado o que, em última instância, poderá ter efeitos adversos. São de destacar ainda os projetos desenvolvidos em rede numa base de cooperação como a *European Garden Heritage Network* que trabalha aspetos como a gestão inovadora, a sustentabilidade a diversos níveis ou a qualidade do serviço prestado ao visitante (Silva, 2016).

A salvaguarda dos jardins através do turismo, embora seja um paradoxo à primeira vista comportando um sentimento de incompatibilidade, será no fundo uma questão de equilíbrio e bom senso que requer, acima de tudo, um planeamento estratégico a montante que seja sustentado e sustentável a jusante.

O jardim do Palácio Fronteira

A essência do jardim português

O jardim do Palácio Fronteira, mandado construir na década de 60 de seiscentos por D. João de Mascarenhas com o objetivo de “enquadrar” o palácio, na altura residência de verão e pavilhão de caça dos Condes da Torre, mais tarde adaptado a residência principal, está inserido numa quinta de recreio, a quinta dos Marqueses de Fronteira, localizada no sopé da encosta norte da serra de Monsanto e constitui um dos exemplos mais bem conservados do final do século XVII. São quase 6 ha de uma quinta barroca que se moldaram sobre esta encosta e que integram para além do palácio e jardins formais, capela, mata, pomares e horta (Carvalho, Castel-Branco & Ribeiro, 2010; Castel-Branco, 2008).

Não há jardim que melhor retrate a afirmação de Cristina Castel-Branco como o jardim do Palácio Fronteira: “Há jardins que se leem como livros em

que as palavras são estátuas, a ação e as personagens azulejos, as paixões são fontes, os amores canais, os capítulos se dividem por terraços por onde entramos e saímos e o título do livro tem de ser descoberto no eixo e só se percebe no fim da leitura ou do passeio. As páginas, tal como a passagem do tempo, são viradas como buxos podados ao longo dos anos, e no jardim há páginas onde podemos até fazer parar o tempo.” (Castel-Branco, 2014, p. 164) – (Figura 1).



Figura 1 – Perspetivas do jardim do Palácio Fronteira.

Fonte: Susana Silva, 2015.

Os jardins são resultado de uma mescla de influências italianas, francesas, islâmicas e orientais espelhadas na disposição e traçado, assim como na ornamentação e pormenores que, num estilo próprio, apresenta uma unidade nacional e espelha a essência do jardim português, conferida pelos elementos físicos e simbólicos, assim como pelos seus elementos originais e pelas diversas inspirações (Carvalho et al., 2010; Castel-Branco, 2008). Caracteriza-se pela sua exuberância, originalidade artística e intensa simbologia (Carvalho et al., 2010), esta que se concentra sobretudo em redor da glorificação da raça portuguesa num contexto histórico decorrente da Restauração da Independência (Castel-Branco, 2008).

Este jardim constitui plena personificação do conceito de jardim de estar, habitável e recatado, particularidades que Caldeira Cabral (1993) defende serem uma conceção bem portuguesa. O jardim de Fronteira desenvolve-se

como prolongamento da casa tornando-se por isso um espaço habitável, essencialmente para ser usufruído e vivido no seu interior. Espaço povoado de recantos intimistas que convidam ao repouso e ao sossego protegido por latadas e caramanchões, recantos cripto-mágicos devido à ambiência encantada criada pelo bucolismo da serra e da topografia dominada em *parterres*, da vegetação luxuriante dos grandes canteiros à simplicidade florística e cromática dos pequenos alegretes, dos odores inebriantes e do som cristalino da água que se faz presente em todo o espaço através dos tanques, chafarizes, lagos e fontes, adornados pelos típicos embrechados que vão pontuando outros espaços aqui e ali. As cenas retratadas nos amplos painéis de azulejos que cobrem as paredes do edifício secular, que se desenha imponente, e dos altos muros que “escondem” tão preciosa “jóia rara” da arquitetura paisagista portuguesa, são de igual modo o prolongamento da narrativa alegórica que começa no interior e que se desenrola no exterior. Dotados de vida própria, envolvem e contam uma história a cada passada dada na malha de caminhos que guia o visitante e que neles deposita atenção (Figura 2).



Figura 2 – Recantos e painéis de azulejos no jardim do Palácio Fronteira.

Fonte: Susana Silva, 2015 e 2016.

Cada um dos elementos tem autonomia própria e detém uma função particular mas que simultaneamente conferem unidade ao conjunto. Por isso é considerado, em vários livros sobre arte dos jardins, como o melhor exemplo do jardim português, figurando legitimamente no livro *The Gardener's Garden*, de Madison Cox, como um dos 250 jardins mais belos do mundo.

A distinção do património original e a valorização como atração turística

A excelência do jardim de Fronteira foi desde cedo reconhecida nas várias iniciativas de inventários. E foi precisamente a sua notabilidade, ancorada na originalidade e elevado valor histórico e artístico que, no início da década de 80, determinou que o conjunto formado pelo palácio, jardins, horta e mata fosse classificado como Monumento Nacional, após um processo iniciado em 1978 pela extinta Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Este faz parte do restrito conjunto de património que goza de particular e invulgar situação: é simultaneamente residência particular de família e monumento nacional.

A constituição da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna (FCFA), no final da década de 80, foi um marco importante na preservação e valorização deste património classificado, sendo orientada pelos seguintes objetivos: cuidar do seu património material, cultivar o seu património cultural e promover a investigação, a criação artística e a formação cultural (Benjamim, 2015). É iniciado um ciclo de restauros a vários elementos assim como as atividades culturais, científicas e educativas, nomeadamente as visitas guiadas aos jardins e palácio com carácter regular. No princípio eram realizadas duas vezes por semana, havendo uma vez por mês, no 1º domingo, visitas a preços reduzidos; em 1989 a periodicidade aumentou para três vezes por semana e em 1991 passa a ser diária, de segunda a sábado, mantendo-se até hoje. Não há registos fidedignos do total de visitantes no início, uma vez que não eram contabilizadas as visitas de estudo, as gratuidades a instituições e profissionais, a entidades sem fins lucrativos ou de solidariedade social. Relativamente ao papel educativo, é merecedor de nota os dois projetos de educação ambiental que a Fundação desenvolveu durante bastante tempo, o “Descobrir os Jardins do Palácio Fronteira” e o “Janelas Abertas” que, entre 1997 e 2008, tiveram um total de perto de 39 mil participantes (FCFA, 2017).

O número de visitantes tem aumentado, passando de dezenas ou centenas para dezenas de milhares (Benjamim, 2015). Em 10 anos os visitantes com ingresso pago quase que triplicaram, passando de pouco mais de 8 mil em 2005

(média de 670 por mês) para um valor superior a 22 mil em 2015 (média de 1880 por mês), o que representa um acréscimo de 180%, a um ritmo médio anual de 11,6%. Com exceção de três anos em que se registou uma diminuição na visitação, é evidente um aumento particularmente expressivo a partir de 2012, ultrapassando a marca dos 10 mil visitantes, justamente neste ano, e dos 20 mil em 2015 (Figura 3). Os meses de abril, maio, agosto e outubro têm registado maior afluência e concentrado quase 50% do total de visitantes anuais. Todavia, se no início estavam bem delimitadas a época alta e baixa, com vários meses abaixo dos mil visitantes, esse desequilíbrio tem-se esbatido, registando-se um aumento na afluência em todos os meses.

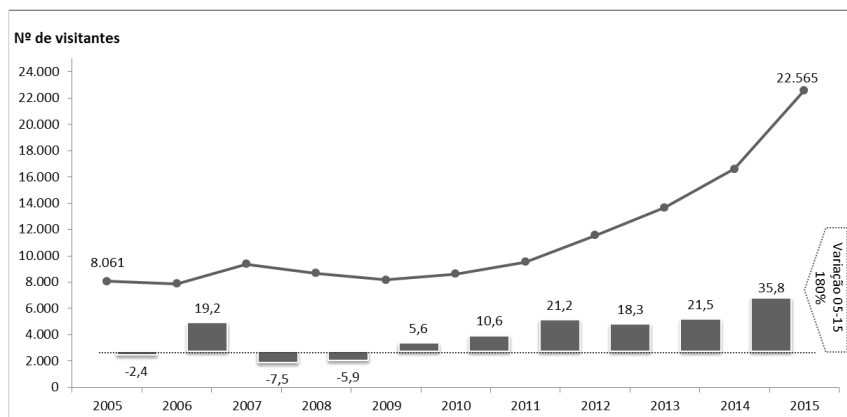


Figura 3 – Visitantes com entrada paga do jardim do Palácio Fronteira entre 2005 e 2015.

Fonte dos dados: FCFA, Fundação das Casas de Fronteira e Alorna, 2016.

Todavia, distante do bulício da cidade mais turística, a quinta apresenta números de visitantes que, numa apreciação global, podem parecer modestos quando comparados com outras atrações turísticas de Lisboa e arredores. Mas, segundo os responsáveis, perfeitamente ajustados ao tipo e dimensão do espaço disponível e ao tipo de turismo que é pretendido para este jardim, embora estejam convictos que esta tendência evolutiva positiva se manterá no futuro.

A este aumento não estará alheio um conjunto de fatores, tanto internos como externos, devendo registar-se desde logo o *boom* do turismo que se tem assistido a nível nacional, e em particular na cidade de Lisboa, um dos principais destinos turísticos do país. Note-se que em 2018 o aeroporto de Lisboa registou um fluxo de passageiros desembarcados de 14,6 milhões (+9% em relação a 2017) (INE, 2019), cerca de 340 navios de cruzeiro fizeram escala na cidade totalizando um fluxo de quase 580 mil passageiros (entre embarcados, desembarcados e em trânsito) (PL, 2019ab) e o concelho acolheu 5,2 milhões de hóspedes que originaram 12,6 milhões de dormidas (INE, 2018). Acrescenta-se ainda o facto de certamente ter vindo a beneficiar da proximidade a outros polos de atração relevantes como o parque de Monsanto, o Jardim Zoológico de Lisboa (1 milhão de visitantes/ano) ou os recintos desportivos do Benfica e Sporting, sobretudo para um público mais generalista, embora o gestor revele não existir qualquer relação de complementaridade formal com as mesmas.

O gestor admite que este crescimento tem origem principalmente na fama do jardim. Um facto indiscutível. No caso de Fronteira, a notoriedade do jardim, decorrente da sua qualidade intrínseca, é em muito providenciada e exacerbada pelas indústrias culturais que tomam particular importância na turistificação involuntária do espaço ao difundirem a “imagem” para um mercado global. Em Fronteira têm-se realizado inúmeras filmagens de programas, documentários, séries, filmes, entrevistas, sessões fotográficas, nacionais e internacionais, mormente de/para canais franceses, onde por vezes só empresta o palco e se constitui como cenário, muitas mais assume o papel de ator principal e o motivo das mesmas. Livros, artigos monográficos em revistas e outras publicações especializadas têm sido, de igual modo, uma constante ao longo dos anos (FCFA, 2017). Questionados sobre a forma como tomaram conhecimento ou se informaram do jardim pela primeira vez, as respostas dos visitantes recaem maioritariamente sobre guias/livros/revistas (63%), confirmando a importância da divulgação através destes canais.

Fronteira é considerado o jardim português mais conhecido no mundo da história da arte dos jardins (Castel-Branco, 2014), pelo que talvez seja o mais visitado de Lisboa por público especializado, conhecedor e entusiasta desta

singular ligação entre a arte azulejar e a arte paisagista. Distinguido como um dos jardins mais notáveis do mundo, o jardim de Fronteira figura na restrita lista de jardins a visitar em Portugal do *GardenVisit*, um *site* internacional especializado em jardins e temáticas associadas, para além de estar presente em quase 50% dos *tours* de jardins direcionados para a região de Lisboa/Sintra avaliados no período de 2011-2016 (Silva, 2016) e de fazer parte da Rede Europeia de Jardins Históricos e da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos, entre outras. A atribuição do Certificado de Excelência de 2014, 2015 e 2016 pelo *TripAdvisor* (Brasil) e do Certificado de “*Top Choice*” em 2015 e 2016 pelo *Lianorg* (mercado asiático), em resultado dos feedbacks positivos dos visitantes, e neste último caso também de jurados, tem resultado de igual modo num aumento de visitantes (FCFA, 2017).

Lazer e turismo no jardim histórico de Fronteira

De acordo com a informação providenciada pela administração, o principal público deste jardim é de origem estrangeira, com destaque para a França, Alemanha e Espanha, com o mercado nacional a posicionar-se em segundo lugar, e por público tendencialmente mais maduro. Estas características tiveram fiel tradução nos resultados apurados a partir do questionário aplicado aos visitantes (o qual envolveu mais de 130 inquiridos), cuja amostra era composta essencialmente por turistas (84%) de nacionalidade (89%) e residência (82%) estrangeira com destaque para a França nas duas situações (mais de metade da amostra), seguidos dos visitantes de nacionalidade (11%) e residência nacional (18%), o que se reflete nos 92% de inquiridos que visitam pela primeira vez. Estes dados indiciam que este jardim é praticamente desconhecido do público nacional, mas bastante conhecido fora de Portugal, gozando de um elevado grau de internacionalização, sobretudo ao nível do continente europeu (perto de 80%). Embora com uma expressividade residual, não é de menosprezar o mercado americano e o asiático numa hipotética aposta/estratégia de diversificação de mercados emissores. Os visitantes com residência nacional estão sobretudo

concentrados na área metropolitana de Lisboa, com destaque para o próprio concelho de Lisboa (11%) revelando que, ao contrário de outros jardins, não manifesta uma capacidade atrativa polarizadora ao nível nacional, carecendo este mercado de ser trabalhado e impulsionado.

Mais de metade da amostra era constituída por visitantes do género feminino (68%) e visitantes na faixa etária dos 40-64 anos (53%), em particular dos 55-64 anos (26%). A faixa mais jovem, 18-24 anos, com uma representatividade de apenas 12%, parece manter-se um pouco arredada desta atração. A formação ao nível do ensino superior é dominante (89%) assim como o emprego no grupo 2 – especialistas das atividades intelectuais e científicas (40%), mormente os sub-grupos dos professores do ensino básico/secundário e superior e dos profissionais ligados à área da saúde, havendo ainda a destacar os cerca de 16% de estudantes/investigadores e 14% de reformados que compõem a amostra. A quase totalidade dos inquiridos encontrava-se de férias, classificadas sobretudo como culturais, por um período de 4 a 8 dias ficando alojados em hotéis, a maioria na capital. Tal é indiciador de um poder económico acima da média ao qual se acrescenta um capital cultural elevado, já que a visita a património construído (84%) e museus/galerias (76%), tal como a leitura (55%), estão entre as atrações mais visitadas e atividades lúdicas mais praticadas.

Mais de metade do público inquirido revelou que possui o seu próprio jardim (62%), sendo muitos mais os que gostam de jardinar (74%), do que aqueles que efetivamente praticam esta atividade (59%), situações que são particularmente evidentes entre as mulheres. Os jardins não são de facto as atrações mais visitadas por estes inquiridos, mas estes não são de todo alienados deste património já que mais de metade (56%) até se assume como visitante habitual (22% de assiduidade mensal e 14% semanal), principalmente na faixa dos 40-64 anos, embora domine a frequência anual (40%), visita realizada em tempo de férias (47%) e durante todo o ano (43%). Em termos gerais, este grupo de inquiridos destacou a natureza/contacto com a natureza, a paz e tranquilidade e a beleza estética como os principais motivos da visita a jardins. Nesta linha, não será pois de estranhar que cerca de 42% se autodefinam como visitante que apenas busca um dia agradável e bem passado, sendo de registar os 35% que se autodefiniram

como visitantes com interesse geral por jardins, flores e plantas. Apenas 21% manifestam um interesse mais específico (botânica e design), sobressaindo a vertente do design dos jardins (16%), com uma expressividade superior entre o género feminino e os indivíduos situados entre os 40-64 anos. Ainda a este respeito deve sublinhar-se que a faixa etária mais jovem (18-24) e a mais idosa (65+) registam uma representatividade relativa mais elevada de visitantes que apenas procuram um dia agradável.

A visita a este jardim, embora planeada (88%), não foi, para mais de metade da amostra (61%), o principal destino da deslocação naquele dia, estando incluída num roteiro onde cabem outras áreas e monumentos como o próprio palácio, Belém, a Fundação Gulbenkian, o parque de Monsanto ou Sintra, incluindo diversos jardins.

Já noutras ocasiões se referiu que é amplo, complexo e fragmentado o quadro motivacional da visita a jardins. No caso de Fronteira confrontam-se a perspetiva do gestor e a realidade transmitida pelo visitante (Quadro 1) que, em sintonia, convergem para o motivo principal: o elemento associado, no caso o palácio. Ao contrário de outros jardins estudados, o elemento edificado polariza as intenções da visita sobressaindo como a mais referida no total da amostra (34%), embora só tenha configurado a única razão da visita para 14%, o que não retira mérito à capacidade atrativa do jardim, até porque este tem bilhete individualizado, tendo-se verificado que 21% dos inquiridos visitaram apenas o jardim. Porém, aqui a noção de conjunto é incontornável e indissociável, patente na conjugação dos motivos *fama do jardim e palácio* por 11% dos visitantes ao que se acrescenta a referência ao conjunto por mais 5%.

Na perspetiva do gestor, o jardim é então visitado em primeiro lugar devido ao facto de estar associado ao palácio e em segundo lugar devido à *fama e importância do jardim*, numa dimensão mais específica. Encerra a tríade com o motivo *ocupação de tempos livres*, numa aceção mais generalista e despreziosa da visita. Por seu turno, os visitantes, para além do palácio, motivo que se sobrepõe de forma distanciada no grupo dos indivíduos com 65 e mais anos e dos que pretendem apenas um dia agradável, posicionam em *exe aequo a fama do jardim e a paz, tranquilidade e descanso*, estes com maior expressividade

entre os mais jovens (18-39 anos), sendo ainda necessário destacar a *simples curiosidade*, mencionada em destaque pelo grupo com interesse específico. A importância destes motivos é transversal aos diversos grupos de visitantes analisados, todavia vale a pena referir que na faixa etária dos 18-39 se destacam também a *arquitetura/design* e o *bom tempo para passear*, este valorizado também no grupo que procura apenas um dia/tempo agradável, e que no grupo dos visitantes com interesse geral e na faixa dos 40-64 anos tem alguma relevância *admirar o cenário/atmosfera* (Quadro 1).

QUADRO 1. Motivos para a Visita ao Jardim de Fronteira, segundo o Gestor e os Visitantes

Motivos (% por coluna)	Gestor*	Visitantes						
		Total	18-39	40-64	65+	A	B	C
Ocupação de tempos livres	5	9.8	10.6	10.0	6.3	17.0	0.0	8.9
Ambiente natural	3	16.5	19.1	14.3	18.8	19.1	14.8	16.1
Paz, tranquilidade, descanso	3	27.1	36.2	22.9	18.8	27.7	25.9	28.6
As diferentes espécies	3	3.0	2.1	2.9	6.3	4.3	3.7	1.8
Bom tempo para passear	–	12.8	21.3	7.1	12.5	12.8	0.0	19.6
Arquitetura/design	5	11.3	21.3	7.1	0.0	19.1	3.7	8.9
Ganhar inspiração	2	4.5	4.3	4.3	6.3	6.4	7.4	1.8
Fama do jardim	5	27.1	29.8	25.7	25.0	27.7	18.5	28.6
A caminho de outra atração	1	0.8	0.0	1.4	0.0	0.0	0.0	1.8
Admirar cenário e atmosfera	–	16.5	14.9	17.1	18.8	21.3	11.1	14.3
Passar tempo de qualidade	3	8.3	10.6	5.7	12.5	17.0	0.0	5.4
Simples curiosidade	3	22.6	21.3	25.7	6.3	23.4	29.6	17.9
Elemento associado	5	33.8	27.7	28.6	75.0	25.5	37.0	41.1
Nenhum motivo em particular	3	0.8	2.1	0.0	0.0	0.0	0.0	1.8
Outros motivos	–	19.5	29.8	15.7	6.3	17.0	7.4	25.0

*Escala de Likert de 5 pontos: 1 – discordo totalmente; 2 – discordo em parte; 3 – não concordo nem discordo; 4 – concordo, em parte; 5 – concordo totalmente/A – Interesse geral; B – Interesse específico; C – Busca dia agradável.

No entanto, e tal como outros autores vêm demonstrando, não existe uma ou duas motivações bem definidas e conceptualmente delimitadas para a visita

aos jardins (Silva, 2016; Silva & Carvalho, 2017), pelo que há que ter presente que esta análise individualizada de motivos é meramente estatística e indicativa, podendo incorrer numa perceção demasiado simplista e redutora da realidade, já que as combinações entre motivos foram mais frequentes (em cerca de 80% da amostra), possibilitando assim uma leitura mais ampla e correta das razões para a visita num quadro de motivação múltipla. Destaca-se a conjugação entre a *fama do jardim e outros* e entre o *ambiente natural, a paz, tranquilidade e descanso, o bom tempo para passear e admirar o cenário e atmosfera*.

A visita a este jardim decorre sobretudo de forma passiva, numa aceção mais contemplativa do espaço transformado em cenário e convidativo à fotografia (91%), à conversa (47%) e à observação das plantas (44%), principais atividades realizadas pelos visitantes, do que propriamente “consumidora ativa” do espaço. Em termos gerais, não é uma visita demorada, 35% fá-la em menos de uma hora e 36% em cerca de uma hora, uma baixa duração que não estará dissociada da reduzida dimensão do jardim ou mesmo da ausência de equipamentos que convidem a um tempo maior de visitação, embora rico em argumentos que justificam a permanência até 2 horas de 24% dos inquiridos. Na mesma linha do que já foi apurado por outros estudos, a quase totalidade dos visitantes faz-se acompanhar (93%), em especial pelo cônjuge (53%) e amigos (26%), sendo raros os casos de visitas solitárias.

A maioria dos visitantes saiu *satisfeito e muito satisfeito* (89%) com a visita ao jardim mostrando-se particularmente agradados com a *beleza visual* (59%), a *organização e design do jardim* (29%) assim como com a *calma, tranquilidade e sossego* (43%), porém não se furtaram de apontar como pontos negativos a *degradação do jardim* (13%) e a *falta de informação* (12%). A arquitetura dissonante do jardim recente, a falta de flores para dar cor ao mar de verde dos *buxus*, o enquadramento urbanístico exterior ou a falta de guia para a visita ao jardim são outros aspetos menos positivos pontualmente referidos. Todavia, é de salientar os mais de 40% de inquiridos que afirmaram nada lhes ter desagradado, o que é revelador da excelência do espaço e do serviço de acolhimento ao público, mas que não é suficiente para fazer regressar cerca de 36% dos visitantes.

Considerações finais

Os jardins, ativos patrimoniais de relevância, adquirem de igual modo uma importância crescente no âmbito do lazer e do turismo contemporâneos, posicionando-se como recursos turísticos capazes de diferenciar a oferta, (re)criar identidades, captar novos públicos e gerar novas territorialidades. Todavia, esta é uma relação ainda em construção devido a constrangimentos vários nomeadamente ao desconhecimento do espólio, à inacessibilidade e ao facto de ser um património extremamente vulnerável ao uso. Mas esta fragilidade não deve ser limitadora do acesso aos jardins pelo público. Muito pelo contrário, deve antes de mais sugerir uma relação responsável construída na base do equilíbrio. Um equilíbrio entre a capacidade de carga física e simbólica, os valores históricos, naturais e sociais do espaço e a satisfação das necessidades do turista atual.

O jardim do Palácio Fronteira, Monumento Nacional e considerado dos mais belos do mundo, tem visto a sua frequência aumentar, sobretudo na segunda década deste novo milénio, embora ainda um pouco à margem do “fervor” turístico que caracteriza a Lisboa de hoje. Apesar do objetivo não ser cristalizar o espaço e torná-lo amorfo, antes pelo contrário é, tal como afirma Benjamim (2015), dotá-lo de vida para dar sentido à sua existência e mensagem simbólica sem perder o seu carácter; a filosofia desta atração não passa de todo pela turistificação desenfreada, por uma massificação que coloque em risco a essência intimista, mágica, e com despudor se afirma mesmo, a essência única deste jardim. Porém, não é uma realidade da qual queiram estar alheados, por isso os passos têm sido dados com cautela, com um enorme sentido de respeito para com o espaço e a sua capacidade de carga, quer física quer psicológica, para com os compromissos inerentes ao estatuto de Monumento e à sua própria matriz de objetivos. Há um entendimento geral de que este jardim não se identifica com os valores mercantilistas mais agressivos que o turismo tem imprimido aos bens patrimoniais e perpetuado de forma veloz e afoita, e jamais suportaria “enchentes”, não seria sustentável para o jardim nem uma experiência positiva para o visitante, pois a mensagem inerente não seria corretamente transmitida e apreendida.

O conhecimento da realidade e contacto com instituições similares, o planeamento, a análise constante dos processos implementados e a criação antecipada de mecanismos de controlo são algumas das premissas da gestão deste espaço elencadas por Benjamim (2015). Em particular destacam-se os horários estabelecidos, nomeadamente a ausência de visitas ao domingo, feriados e sábados à tarde, como uma das medidas para manterem uma atividade turística responsável.

Este jardim demonstra um carácter internacional bem vincado, acolhendo um público maioritariamente estrangeiro, em particular europeu e proveniente de França, e mais maduro, cuja média ronda os 46 anos, que de alguma forma se apresenta mais conhecedor, sensibilizado e predisposto à aquisição e contacto com os valores culturais e patrimoniais, no caso de Fronteira dotados de uma riqueza complexa, o que se reflete nos motivos subjacentes à visita. Necessita, contudo, trabalhar o mercado nacional e mais jovem, assim como apostar nos mercados emergentes pois goza ainda de uma ampla margem de progressão nesse sentido, para além de desenvolver mecanismos que suscitem o desejo de regresso contornando os residuais 8% de repetentes que se registaram no grupo inquirido, e de uma permanência mais demorada e distribuída no tempo. Entende-se, portanto, que o conhecimento da procura, através da análise do seu perfil, hábitos e comportamentos, constitui uma ferramenta essencial a uma gestão adequada e ajustada ao espaço no sentido de uma ampliação de benefícios, aumento de competitividade e resiliência, para além da preservação e valorização em moldes sustentáveis e sustentados de um bem patrimonial que é em simultâneo uma atração turística.

Referências bibliográficas

- Almeida, M. (2003). *Os jardins históricos e o seu valor turístico. Proposta de um percurso no noroeste de Portugal* (Relatório de Licenciatura em Arquitetura Paisagista). Lisboa: Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.
- Andrade, P. (2008). A sociologia cultural-artística dos jardins. In J. E. Franco & A. C. C. Gomes (Coord.), *Jardins do Mundo – discursos e práticas* (pp. 481-487). Funchal: Gradiva.

- Arama-Carrel, S. (2007). *Les jardins, un marché en floraison*. Acedido a 19 de setembro de 2011, em <https://www.parcsetjardins.fr/informations/etude-les-jardins-un-marche-en-floraison-125>.
- Ashworth, G. (2000). Heritage, Tourism and Places: A Review. *Tourism Recreation Research*, 25(1), 19-29.
- Ashworth, G.; Graham, B.; Tunbridge, J. (2007). *Pluralising Pasts: Heritage, Identity and Space in Multicultural Societies*. London: Pluto Press.
- Benfield, R. W. (2001). Good Things Come to Those who Wait': Sustainable Tourism and Timed Entry at Sissinghurst Castle Garden, Kent. *Tourism Geographies*, 3(2), 207- 217.
- Benfield, R. W. (2013). *Garden Tourism*. Wallingford: CABI Publishing.
- Benjamim, F. (2015). To preserve Fronteira heritage for the future. In A. D. Rodrigues (Coord.), *Gardens and tourism for and beyond economic profit* (pp. 107-119). Évora: CHAIA/CIUHCT.
- Bhatti, M.; Church, A.; Claremont, A.; Stenner, P. (2009). 'I love being in the garden': enchanting encounters in everyday life. *Social & Cultural Geography*, 10(1), 61-76.
- Caldeira Cabral, F. (1993). *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza.
- Carvalho, R.; Castel-Branco, C.; Ribeiro, J. (2010). Jardins do Palácio dos Marqueses de Fronteira. In C. Castel-Branco (Ed.), *A água nos jardins portugueses* (pp. 25-37). Lisboa: SCRIBE.
- Carvalho, P.; Silva, S. (2013). Historic gardens: heritage and tourism. In L. F. Lourenço & M. A. Mateus (Coord. e Org.), *Riscos Naturais, Antrópicos e Mistos* (pp. 797-805). Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Castel-Branco, C. (2008). *O jardim dos Vice-Reis – Fronteira*. Alfragide: Oceanos.
- Castel-Branco, C. (2014). *Jardins de Portugal*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios.
- Connell, J.; Meyer, D. (2004). Modelling the Visitor Experience in gardens of Great Britain. *Current Issues in Tourism*, 7(3), 183-216.
- Costa, M.; Fortes, M.; Gonçalves, R. T. (1990). Turismo: Salvaguarda ou destruição dos jardins e sítios históricos. In *Proceedings do Simpósio da Região Central da IFLA: Turismo e a Gestão da Paisagem*, Porto, 17-20 de maio (pp.153-179).
- Deladerrière, B. (2004). Le tourisme de jardins, quels enjeux? *Revue Parcs & Jardins*, 24/11, 10-12.
- Doolittle, W. (2004). Gardens are us, we are nature: Transcending antiquity and modernity. *The Geographical Review*, 94(3), 391-404.
- Evans, M. (2001). Gardens tourism – is the market really blooming? *Tourism Insights – Sharing sector expertise, analysis and intelligence*, 12(4), 153-159.
- FCFA (2016). Número de visitantes do Jardim/Palácio Fronteira de 2005 a 2015. Lisboa: Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.
- FCFA (2017). *Curriculum 1987-2016*. Acedido a 23 de abril de 2019, em <http://www.frenteira-alorna.pt/>.
- Fox, D.; Edwards, J. (2008). Managing Gardens. In A. Fyall, B. Garrod, A. Leask & S. Wanhill (Eds.), *Managing Visitor Attractions* (pp. 217- 236). Oxford: New Direction, Butterworth Heinemann.
- Francis, M.; Hester R. T. (1990). *The meaning of gardens*. Cambridge: MIT Press.
- INE (2018). *Anuário Estatístico da Região Metropolitana de Lisboa 2017*. Acedido a 24 de abril de 2019, em <https://ine.pt/>.

- INE (2019). *Passageiros desembarcados (N.º) nos aeroportos por Localização geográfica, Tipo de tráfego e Natureza do tráfego; Mensal*. Acedido a 24 de abril de 2019, em <https://ine.pt/>.
- Kimber, C. T. (2004). Gardens and Dwelling: People in Vernacular Gardens. *The Geographical Review*, 94(3), 263-283.
- Magalhães, C. M. (2012). De jardim em jardim: itinerário histórico pelas paisagens culturais brasileiras. *Cultura Histórica & Património*, 1(1), 108-130.
- MCC (2017). *Liste des parcs et jardins protégés au titre des monuments historiques au 31 décembre 2017*. Acedido a 17 de abril de 2019, em www.culture.gouv.fr/content/download/184257/2008315/jardins+protégés+2017.pdf
- MCC (2019). *Liste des jardins labellisés – “Jardin remarquable” au 31 janvier 2019*. Acedido a 17 de abril de 2019, em www.parcsetjardins.fr/docs/Liste-jardins-labellises.pdf.
- Netto, A. P.; Gaeta, C. (2011). Introdução. In A. P. Netto e C. Gaeta (Orgs.), *Turismo de Experiência* (pp. 13-18). São Paulo: Editora Senac.
- NT (2018). *National Trust Annual Report 2017/18*. Acedido a 29 de abril de 2019, em <http://www.nationaltrust.org.uk/features/annual-reports>.
- PL (2019a). *Actividade Portuária – Consultas Estatísticas Online: Tipo Navio (Tipos de navio de acordo com a classificação IMO) 2018*. Acedido a 24 de abril de 2019, em <http://www.portodelisboa.pt/>.
- PL (2019b). *Actividade Portuária – Consultas Estatísticas Online: Passageiros 2018*. Acedido a 24 de abril de 2019, em <http://www.portodelisboa.pt/>.
- Pouya, S.; Demirel, O.; Pouya, S. (2015). Historical gardens at risk of the destruction by visitors, case study of El-Goli garden (Iran). *Landscape Research*, 40(7), 875-883.
- Rialland, O. (2000). La patrimonialisation des parcs et jardins remarquables: de conflits en consensus? *Norois*, 185, 151-166.
- Rialland, O. (2003). Les parcs et jardins des châteaux dans l’Ouest de la France. Paysage évanescent, patrimoine naissant. *ESO*, 20, 85-93.
- Rialland, O. (2004). Art des jardins et appropriation de l’espace. *ESO*, 21, 65-69.
- Silva, S. (2013). A dimensão patrimonial e o potencial turístico dos jardins históricos: o caso de Portugal. *Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales*, Vol. XVIII, nº 1053, 15 de diciembre de 2013.
- Silva, S. (2016). *Lazer e Turismo nos Jardins Históricos Portugueses. Uma Abordagem Geográfica* (Tese de doutoramento em Geografia). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Silva, S.; Carvalho, P. (2017). Entre a cultura e a natureza: análise exploratória aos motivos da visita a jardins históricos em Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Vol.1, nº 27/28, 559-571.
- Weiss, A. S. (2011). *Miroirs de l’infini: Le jardin à la française et la métaphysique au XVII^e siècle*. Paris: Seuil.
- VisitBritain (2018). *The Great Britain Day Visitor 2017 Annual Report*. Acedido a 08 de abril de 2019, em <https://www.visitbritain.org/>.

*Um louvor pelo profícuo percurso académico desenvolvido pela
discípula e, depois, colega Fernanda Cravidão.*

*Com um abraço da Lucília Caetano, acrescido de apreço e, se nos
é permitido, uma "pontinha" de orgulho.*

LUCÍLIA CAETANO

(Página deixada propositadamente em branco)

PRINCIPAIS PUBLICAÇÕES DE FERNANDA CRAVIDÃO

Fernanda Cravidão é detentora de uma vasta obra que inclui mais de 250 trabalhos publicados em diversos países que, para além de Portugal, incluem o Brasil, os Estados Unidos, a Espanha, a Argentina, o Reino Unido, a Índia, Israel e a Suécia. Desses trabalhos apresentam-se aqueles que, pelo seu significado científico, dão conta da vastidão da obra, da sua diversidade temática e das redes de colaboração criadas pela Autora ao longo da sua vida académica.

1983 – Doze Aldeias no Vale do Mondego – perspectiva de uma evolução. *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, pp. 521-568.

1985 – Breve nota sobre a Estrutura Social da População no final do século XIX, nas freguesias de N^a. Senhora das Febres, S. Mamede de Quiaios e S. Tomé de Mira. *Biblos*, vol. LXI, Coimbra, 1985, pp. 97-114.

1985 – Os Baldios nas freguesias de N^a. Senhora das Febres, S. Mamede de Quiaios e S. Tomé de Mira. Breve estudo sócio-geográfico. *Cadernos de Geografia*, n.º 4, Coimbra, pp. 23-53.

1986 – A Difusão dos Ourives em Portugal. *Cadernos de Geografia*, n.º 5, Coimbra, pp. 15-41.

1987 – A Produção de Leite na Gândara e a entrada de Portugal na C.E.E. *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, pp. 225-244.

1987 – Projecções de População em Portugal até ao ano 2025”. *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*, Coimbra, pp. 615-626 (col. com Lucília Caetano).

1987 – Projecções de População Escolar e Activa – Portugal 1981-2025. *Desenvolvimento Regional*, n.º 22, C.C.R.C., Coimbra, pp. 1046 (col. com Lucília Caetano).

1988 – A Alta de Coimbra: Que População? *Alta de Coimbra, História, Arte, Tradição. 1º Encontro sobre a Alta de Coimbra*, Actas, Coimbra, pp. 101-109.

1988 – *A População e o Povoamento na Gândara. Génese e Evolução*. Dissertação de Doutoramento, Coimbra, 556 pp. (policopiado).

1989 – A Alta de Coimbra – um Património em Degradação. *Cadernos de Geografia*, n.º 8, Coimbra, pp. 39-54.

1989 – *A População na Área do Incêndio de Arganil*. Relatório. Grupo de Mecânica dos Fluidos, F.C.T.U.C., Coimbra.

1989 – A Residência Secundária da Burguesia de Coimbra. Projecto de Investigação. *Cadernos de Geografia*, n.º 8, Coimbra, pp. 133-164.

1989 – *Residência Secundária e Espaço Rural: duas aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*. Colecção Estudos – 10, Faculdade de Letras, Coimbra.

1989 – Turismo e Desenvolvimento – O Distrito de Coimbra, 1980/1981. *Arunce, Revista de Divulgação Cultural*, n.º 1, Lousã, pp. 37-63.

1990 – A População Portuguesa até ao final do século XX – o envelhecimento acelerado. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n.º 9, pp. 35-48 (col. com Mário Matos).

1991 – A População Estudantil da Universidade de Coimbra – uma análise geográfica. *Actas do Congresso da Universidade*, vol. 3, Coimbra.

1991 – Breve Nota a Propósito da Importância da Informação Estatística nas Políticas de Planeamento e Ordenamento do Território. *Biblos*, vol. LXVI, Coimbra, pp. 79-99.

1991 – Residência Secundária e Revalorização do Espaço Rural. *Actas, Ponencias y Comunicaciones, V Coloquio Ibérico de Geografia*, Leon, pp. 359-365.

1991 – Turismo, Desenvolvimento e Impacto Ambiental. *Cadernos de Geografia*, n.º 10, pp. 199-220, Coimbra (col. com Lúcio Cunha).

1992 – *A População e Povoamento da Gândara (Génese e Evolução)*. Comissão de Coordenação da Região Centro, Coimbra, 556 p.

1992 – A População Portuguesa na Transição do século XX para o século XXI – Que Políticas Demográficas e Espaciais para Portugal? *Actas do VI Colóquio Ibérico*, Porto.

1992 – Estrutura Demográfica e recursos Humanos – Evolução recente e Perspectivas na "região de Viseu". *Biblos*, vol. LXVIII, Coimbra, pp. 435-485 (col. com Norberto Santos).

1992 – Tourism and Tertiarization of Rural Space: the Portuguese case, *Geography Research Forum*, Department of Geography, Ben-Gurion University of the Negev, Israel.

1993 – A Demografia Portuguesa na Transição do Século XX para o Século XXI – Notas para algumas reflexões. *FORUM*, Universidade Nova de Lisboa, pp. 72-79

1993 – Ambiente e Práticas Turísticas em Portugal, *Inforgeo, Revista da Associação Portuguesa de Geógrafos*, Lisboa, pp. 85-95 (col. com Lúcio Cunha).

1993 – Ficção, Espaço e Sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social na obra de Alves Redol AVIEIROS. *Cadernos de Geografia*, n.º 11, Coimbra, pp. 37-47.

1993 – The Portuguese Agricultural Population at the end of 20th Century – Recent Changes and Prospective Development. Geographic Perspectives on the Social and Economic Restructuring of Rural Areas. *Proceedings of the Commission on Changing Rural Systems*, Kansas State University, USA, pp. 52-65.

1993 – Turismo, Serviços e Desenvolvimento – Que estratégias na Região Centro? Serviços e Desenvolvimento numa Região em Mudança, *Actas do Seminário Internacional*, CCRC, Coimbra, pp. 185-196.

1994 – 1ª Reunião do Study Group on Development Issues in Marginal Regions – União Geográfica Internacional (UGI). *Cadernos de Geografia*, n.º 13, Coimbra, p. 133.

1994 – 4ª Reunião da Commission on Rural Systems da União Geográfica Internacional (UGI). *Cadernos de Geografia*, n.º 12, Coimbra, p. 119.

1994 – Portugal: a Marginal Country in the European Community, or a European Country with marginal regions? *Proceedings of the International Geographical Union – Study Group on Development Issues in Marginal Regions*, National Taiwan University, pp. 179-194.

1994 – Social Behavior and mobility of HIV patients. *IX International Conference on AIDS*, Berlin, Abstract Book, vol. II (col. com Paulo Nossa).

1994 – Social Behavioral Response to the Impact of AIDS (STD) Campaign. *Tenth International Conference on AIDS*, Abstract Book, Yokohama, vol. II (col. com Paulo Nossa).

1995 – Das dinâmicas demográficas recentes à necessidade de reflexão a propósito de alguns conceitos no domínio da demografia. *A Geografia Portuguesa, debater as mudanças, preparar o futuro. Actas do II Congresso da Geografia Portuguesa*, Lisboa, A. P. G., vol. II, pp. 447-455.

1995 – Population, Forest Fires and Recovery of Burnt Aras in The Central Region of Portugal. *Proceedings of the International Geographical Union – Study Group on Development Issues in Marginal Regions*, Universidade de Nova Dehli, India, pp. 107-119.

1995 – Reunião do Study Group on Development Issues in Marginal Regions da União Geográfica Internacional (UGI) – Índia, Dezembro de 1994. *Cadernos de Geografia*, n.º 14, Coimbra, p. 149.

1996 – Regional Perceptions of Marginality. A view from Southern Europe. In *Perceptions of Marginality – Theoretical issues and regional perceptions of marginality in geographical space* Ed. Ashgate, pp. 147-164 (col. com R. Majoral, M. Andreoli e V. Talliariani).

1996 – Tourism and Spatial Distribution of AIDS. *Proceedings da Regional Conference of the International Geographical Union – Environment and Quality of Life in Central Europe: Problems of Transition*, Praga, pp. 308-309 (col. com Paulo Nossa).

1996 – Tourism and Sustainability in Marginal Regions: the portuguese case. *Conference Proceedings*. IGU. Glasgow, pp. 134-141 (col. com João Luís Fernandes).

1996 – Tourism and sustainability. The example of coastal Portugal, *Conference Proceedings*, Portsmouth, UK, pp. 235-241 (col. com Lúcio Cunha).

1997 – Mobilidade, Lazer e Território. *Cadernos de Geografia*, n.º 15, IEG. Coimbra, pp. 43-53.

1997 – Notas para uma Geografia dos Desportos Radicais em Portugal. *Actas do III Congresso da Geografia Portuguesa*. Inforgeo, Lisboa, A. P. G., 12/13, pp. 425-437 (col. com Lúcio Cunha).

1997 – S. Tomé e Príncipe. A integração de um país marginal no contexto de globalização económica mundial. In *Marginality in Space-Past, Present and Future*. Ed. Ashgate. UK, pp. 211-223 (col. com João Luís Fernandes)

1997 – Tourism and Environmental Degradation on the West Coast of Portugal. *Actas da Reunião Internacional Environmental Challenges in an Expanding Urban World and the Role of Emerging Information Technologies*. CNIG. Costa da Caparica, Junho, pp. 113-117 (col. com Lúcio Cunha).

1998 – O Turismo. A Floresta. O Cidadão. *Cadernos de Geografia*, IEG, Coimbra, n.º 16, pp. 209-215.

1998 – Regional Perception of Marginality: a View from Southern Europe, in *Perception IGU of Marginality-Theoretical issues and regional perceptions of marginality*. Ashgate, UK, pp. 147-163 (col. com Roser Majoral e Maria Androlli).

1999 – A Gândara Território de ciclos migratórios. *Gandarena*, Mira, n.º 3.

1999 – The “old” and “new” Forms of Marginality: The case of Portugal, in Roser Majoral, Fernanda Cravidão e Heikki Jussila – *Globalization and Marginality in Geographical space. Political, economic, and social issues of development in the new millennium*, Ed. Ashgate, UK, pp. 193-205 (col. com Sandra Marques).

2000 – *Environment and Marginality in Geographical Space Issues of land use development in the new millennium*. Ashgate, UK, 289 pp. (ed.; col. com Roser Majoral e Heikki Jussila).

2000 – Literatura e Geografia – outras viagens, outros territórios. Emigrantes de Ferreira de Castro. *Cadernos de Geografia*, n.º 19, IEG, Coimbra, pp. 23-27 (col. com Sérgio Marcos).

2000 – Water and Sustained Development – Challenge for the 21st Century: the case of Portugal. *Water Resource Sector in the Coming Proceedings*. Nova Dehli, pp. 62–72 (col. com Maria de Lurdes Mateus).

2001 – *Globalization and Marginality in Geographical Space. Political, economic and social issues of development in New millennium*, Ashgate, UK, 304 pp. (col. com Roser Majoral e Heikki Jussila).

2001 – Univers(c)idade e Território. O caso de Coimbra. *Actas*, IEG, Coimbra, pp. 129-133 (col. com Isabel Fidalgo e Jorge Martins).

2002 – A(s) Geografia(s) do Envelhecimento em Portugal. *Actas das IX Jornadas Cuyanas de Geografia – La geografia frente a lo efêmero y lo permanente*. Universidade de Cuyo, Mendoza, Argentina.

2002 – Mobilidade da População e Território – O Centro Litoral Português nos séculos XVIII e XIX. *Colóquios em Compostela – Mobilidade Interna e Migraciones Intraeuropeas na Península Ibérica*, Cátedra Unesco sobre Migraciones, pp. 79-115.

2002 – Tourism and development in Portugal. The example of Rural Tourism. *Actas da reunião da International Geographical Union (IGU) – Study Group on Development Issues in Marginal Regions*, Ashgate, UK, pp. 249-262 (col. com João Luís Fernandes).

2003 – Análise das dinâmicas populacionais e habitacionais a partir do Censos 2001 com recurso a ferramentas SIG. In Caetano, Lucília – *Território: do global ao local e trajectórias de desenvolvimento*. Coimbra, pp. 125-143 (col. com Paulo Nossa, Fátima Pina e Maria José Caldeira).

2003 – Coimbra, o País e o Mundo: Geografia e Mudança. In *Fragmentos de um Retrato Inacabado – A Geografia de Coimbra e as Metamorfoses de um País*, IEG e CEG, Coimbra, pp. 13-17. (col. com António Campar de Almeida, António Gama, Lúcio Cunha e Rui Jacinto).

2003 – *Fragmentos de um Retrato Inacabado – A Geografia de Coimbra e as Metamorfoses de um País*. CEG/IEG, Coimbra, 357 p. (col. com António Campar de Almeida, António Gama, Lúcio Cunha e Rui Jacinto).

2003 – Gândara – a singularidade de um território. *Pela Rota de Carlos Oliveira – Rotas dos Escritores*. CCRC. Coimbra, pp. 5-7.

2003 – Geografia e Sociedade. In *Fragmentos de um Retrato Inacabado – A Geografia de Coimbra e as Metamorfoses de um País*, IEG e CEG, Coimbra, pp. 81-83 (col. com Claudete Moreira e Norberto Santos).

2003 – Turismo e Cultura: dos lugares aos itinerários. In Manuela Tavares Ribeiro – *Europa em Mutação: Cidadania. Identidades. Diversidade Cultural*. Ed. Quarteto, Coimbra, pp. 95-104.

2004 – Olhar o Mundo Ler o Território, *em Olhar o Mundo Ler o Território, uma Viagem pelos Mapas*. CEG/IEG, Coimbra, 250 p. (col. com Carlos Alberto Nabais Conde, António Campar de Almeida, António Gama, Lúcio Cunha e Rui Jacinto).

2004 – Portugal (E/I) Migrante e a Europa do Outro: A Imigração da Europa de Leste no concelho de Vila Viçosa. *Actas do V Congresso da Geografia Portuguesa*, Universidade do Minho, CD-ROM, Guimarães, Portugal, 21 pp. (col. com Fátima Velez de Castro).

2004 – Turismo e Cultura – O lugar dos lugares. Turismo – visão e acção, *Revista de Turismo*, vol. 6, n.º 3, Universidade do Vale Itajaí, Santa Catarina, Brasil, pp. 309-318.

2004 – Turismo, Ambiente e Desenvolvimento – uma triologia (ainda) em construção. *Territórios do Turismo*, ISAI, Porto.

2004 – Urbano e Rural: a convergência de dois conceitos ou outros modos de olhar o território? *Revista Portuguesa de História*, Homenagem aos Professores Luís Ferrand de Almeida e António de Oliveira da Faculdade de Letras, n.º 36, vol. 2, pp. 417-431 (col. com João Luís Fernandes).

2005 – Território e Sociedade: passageiros de viagens literárias. *Espaço, cultura e representação*, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, pp. 29-51.

2006 – *Alfredo Fernandes Martins – Geógrafo de Coimbra cidadão do Mundo*. CEG/IEG, Coimbra, 230 p. (col. com António Campar de Almeida, António Gama, Lúcio Cunha, Paula Fernandes Martins e Rui Jacinto).

2006 – Coimbra: também um cais de chegada? O caso dos trabalhadores brasileiros. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n.º 24/25, pp. 253-264 (col. com Maria Gonçalves Conceição Santos).

2006 – Turismo e cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares. *Desenvolvimento e território – Espaços Rurais Pós – agrícolas e Novos Lugares de Turismo e lazer*, Lisboa, pp. 269-279.

2007 – Gândara – encontro entre as paisagens literárias e o espaço vivido. *Geophilia, o sentir e o sentido da Geografia*, Livro de Homenagem a Jorge Gaspar, Lisboa, CEG, pp. 129-135.

2008 – A Geografia Urbana dos Lugares e Não lugares, In Márcio Morais Valença – *Globalização e Marginalidade – transformações urbanas*, vol. I, UFRN, Brasil, pp. 209-221 (col. com Margarida Franca).

2008 – Immigration and public policies: thinking about local development? The Portuguese Case. In Pradhan, P.; Wastl-Walter, D.; Folmar, S. (Ed.), *Public policy and local development: opportunities and constraints*, *International Geographic Union*, University of Thribuvan, Nepal, pp. 277-290 (col. com Fátima Velez de Castro).

2008 – Residência Secundária em Espaço Rural – Duas Aldeias na Serra da Lousá: Casal Novo e Talasnal. In Norberto Santos e António Gama – *Lazer: da libertação do tempo a conquista das práticas*. Coimbra, pp. 29-58.

2008 – Vivências da Nossa Ausência: os Ecos de Cá e de Lá. *Transversalidades – Territórios, Diálogos e Itinerários Ibéricos*, Centro de Estudos Ibéricos, Guarda, pp. 137-147.

2009 – Coimbra, o lugar e a Univer(s)cidade – o olhar de Outros. *Biblos*, Revista da Faculdade de Letras, vol. VII (2ª série) (col. com João Luís Fernandes).

2011 – Arte e Ambiente. Contributos para a Educação Ambiental. *Interioridade/Insularidade, Despovoamento/Desertificação*. Col. Iberografias. Centro de Estudo Ibéricos, Guarda, pp. 357-384 (col. com Ana Antunes e Sara Baía).

2011 – Cais de chegada: a imigração no contexto ibérico. Uma perspectiva comparativa. *Polígonos*, vol. 20, pp 147-169 (col. com Fátima Velez de Castro).

2011 – Coimbra também um cais de chegada? O caso dos trabalhadores brasileiros. *Travessias*, n.º 8, Instituto de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. Brasil pp. 87-102 (col. com Maria G. C. Santos).

2012 – A governança no programa de regionalização do turismo brasileiro: conceitos confusos, ações equivocadas. *XVII Congreso AECIT – Creación y Desarrollo de Productos Turísticos: Innovación y Enfoque Experiencial*. O' Carballiño, Ourense. Actas del XVII Congreso de la AECIT, v. 1, pp. 34-40 (col. com F. Trentin e M. Velasco).

2012 – Experiences of Authenticity at World Heritage Sites: from cultural distance to behavior intentions. *Conference Proceedings of the 2nd Interdisciplinary Tourism Research Conference*, Fethiye, Turkey, pp. 798-804 (col. com O. Paiva e J. L. Abrantes).

2012 – *Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra (ed.; col. com L. Cunha e N. Santos).

2012 – *Regional and Urban Developments in Portuguese-Speaking Countries*. Nova Science Publishers Inc, New York (ed.; col. com J. A. Fernandes e M. Valença).

2012 – Turismo e Lugares: uma visão geográfica. *PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Vol. 10 (3), pp. 281-288 (col. com M. Marujo).

2012 – Turismo, Território e Cultura. Uma trilogia (sempre) em construção. Em *Espaço e Cultura*, UERJ, Rio de Janeiro, n.º 29, pp. 35-42.

2012 – *Urban Developments in Brazil and Portugal*. Nova Science Publishers Inc., New York, 1 e 2 vol. (ed.; col. com J. A. Fernandes e M. Valença).

2013 – “Border regions: new territories for old and new residents. The case of S. Mamede Sierra – Portugal. In *Mountain regions in transformation- Global process*,

regional and local impacts and responses. Proceedings of the 2010 Conference (IGU), Graz and Friburg, pp. 117-138 (col. com Fátima Velez de Castro).

2013 – “Estruturas de Governança Turística em Parti/RJ: um estudo introdutório.” In: *Actas do 1st International Meeting Geography: Politics, Policies & Planning*, 2013, Porto (col. com O. Paiva e J. L. Abrantes).

2013 – “Living and dying in Portugal: reflections on “super aging and quality of life”.” In F. Cravidão, L. Cunha e N. Santos – *Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 7-17.

2013 – “Produtização” da dualidade de uma cidade industrial e política, *Geografia & Política, Políticas e Planeamento – Geography & Politics, Policies and Planning*, Porto, CEGOT, pp. 645-653 (col. com M. Morais Brito).

2013 – “Risco e Vulnerabilidade: a importância dos fatores culturais e socio-demográficos na interpretação e reação aos riscos”. In *Riscos Naturais e Antrópicos. Livro de Homenagem a Fernando Rebelo*. Departamento de Geografia. Coimbra, pp. 45-62 (col. com Paulo Nossa e Norberto Santos).

2013 – Immigration in Portugal at the Beginning of the Century – Changes and Challenges. In F. Cravidão, L. Cunha e N. Santos – *Regional and local responses in Portugal in the context of marginalization and globalization*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, pp. 33-50 (col. com Claudete Moreira).

2013 – La Geografía en las Carreras Superiores de Turismo en Portugal. *Revista Estudios y Perspectivas en Turismo*, vol. 22, n. 2. pp. 357-368 (col. com Noémi Marujo).

2013 – *Turismo e Cultura – Destinos e competitividade*. Imprensa da Universidade Coimbra. 545 p. (ed.; col. com N. Santos).

2014 – A coesão grupal no olhar do Turista. *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, Universidade Aveiro, n.º 21/22, vol. 2, pp. 425-439 (col. com A. Pereira).

2014 – A espacialização dos insumos no turismo proposta de uma leitura metodológica aplicada aos fluxos nos casos de Coimbra e Figueira da Foz, em Portugal. *Cadernos de Geografia*, n.º 33, pp. 121-132 (col. com Edna Furtado).

2014 – O contributo do Desenvolvimento sustentável do Turismo nas áreas transfronteiriças de Conservação para a inclusão das comunidades e para a constru-

ção da paz. *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, Universidade Aveiro, n.º 21/22, vol. 3, pp. 487-496 (col. com A. Cazalma e L. Cunha).

2014 – Portos no contexto do meio técnico (the ports in the context of technical means). *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, vol. 13, n.º 2, pp. 23-37 (col. com João Mendes Rocha).

2014 – *Urban Developments in Brazil and Portugal* (2014) Nova Science Publishers, Inc. New York (3º vol.), 452p. (ed.; col. com J. A. Fernandes e M. Valença).

2014 – Velhos Territórios, Novo(s) Turismo(s). In Costa, C, Brandão, F. Costa e Breda, Z. – *Turismo nos Países Lusófonos: conhecimento, estratégia e territórios*. Escolar Editora, pp. 59-70.

2015 – A hegemonização de lógicas de uso dos territórios: o caso de Desturificação em áreas portuárias. *Atas do Congresso internacional Estudios territoriales y Ambiente*, pp. 2050-2079 (col. com João Mendes Rocha).

2015 – A leitura funcional dos portos na perspectiva das contribuições de Milton Santos. *Geographia Opportuno Tempore*, Londrina, v. 2, n. 1, pp. 36-58 (col. com J. Mendes Rocha e Edna Furtado).

2015 – As disputas territoriais entre distintas atividades econômicas: o processo de “desturificação” de Porto de Galinhas frente ao Complexo Portuário de SUAPE/PE. *PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 13 (1), pp. 113-130 (col. com João Mendes Neto).

2015 – Cultural tourists: Authenticity perception in world heritage historic centres. *Conference Proceedings of the 2015 Global Innovation and Knowledge Academy Conference*, Valencia, Spain (col. com O. Paiva, C. Seabra e J. L. Abrantes).

2015 – *Gastronomia e Vinhos – do turismo de experiência à experiência pelo turismo*. CEGOT/Minerva Coimbra, 346 p. (ed.; col. com Norberto Santos).

2015 – O contributo do turismo sustentável para a inclusão das comunidades e para a promoção da paz em áreas transfronteiriças: a área transfronteiriça de conservação Okavango-Zambeze – ATFC KAZA (Angola). *Iberografias*, Guarda, 11, pp. 154-167 (col. com A. Cazalma e L. Cunha).

2015 – The science of islands and the insular studies: brief point of view about the importance of geography. *Sociedade e Natureza*. Uberlândia, 26 (3), pp. 433-444 (col. com Paulo Espínola).

2015 – Tourisme et développement au Cap-Vert au début du XXI^e siècle. *Geo-Eco-Trop*, 39 (2), pp. 281-296 (col. com Lúcio Cunha e Rui Jacinto).

2016 – Authenticity: From heritage to tourism context. *Book of Abstracts of the International Conference on Tourism and Cultural Landscapes: Towards a Sustainable Approach*, Budapeste (col. com O. Paiva, J. Abrantes e C. Seabra).

2016 – Cultural tourists: Authenticity perception in WorldHeritage Historic Centers. *Book of Abstracts of the International Conference on Tourism and Cultural Landscapes: Towards a Sustainable Approach*, Budapeste (col. com O. Paiva, J. Abrantes e C. Seabra).

2016 – *O Pensamento de Milton Santos e a Geografia Brasileira. Sociedade e Território*, UFRN, pp. 7-32 (col. com Norberto Santos).

2017 – *Espaços e Tempos em Geografia – Homenagem a António Gama*. IUC, 811p. (ed; col. com L. Cunha, P. Santana e N. Santos).

2017 – *Local Identity and Tourism Management on the World Heritage Sites. Conference Proceedings*. Department of Geography and Tourism, University of Coimbra, Portugal (col. com N. Santos, C. Moreira, R. Ferreira, R., P. Nossa e L. Silveira).

2017 – O Turismo Cultural também se *pauta* pela música. *Breves notas. VII Festival Internacional Polifonia Portuguesa*, Fundação Cupertino de Miranda, pp. 67-91.

2017 – O Turismo, o turista e o território -uma nova centralidade para a Geografia?. In Cravidão, Fernanda; Cunha, Lúcio; Santana, Paula e Santos, Norberto – *Espaços e Tempos em Geografia – Homenagem a António Gama*, IUC, pp. 529-543 (col. com Paulo Nossa).

2017 – Turismo em espaços Litorais: onde o mar começa e a terra se renova. In Francisco Silva e Jorge Umbelino – *Planeamento e Desenvolvimento Turístico*. Ed. Lidel, pp. 425-433 (col. com Lúcio Cunha).

2018 – Authenticity and World Heritage Historic Centers: a Multi group approach. In *Book of Papers of the TMS ALGARVE 2018 – Tourism & Management Studies International Conference*, Faro, Portugal (col. com O. Paiva, C. Seabra e J. L. Abrantes).

2018 – Experiências Migratórias em Pequenos Espaços Insulares Ibéricos. O caso das ilhas Graciosa (Açores) e El Hierro (Canárias), *XVI Colóquio ibérico de Geografia*, Lisboa (col. com Paulo Espínola).

2018 – Geografia da religião em Portugal: minorias e diversidade religiosa. *Cadernos de Geografia*, Coimbra, n.º 38, pp. 7-22 (col. com M. Franca e J. L. Fernandes).

2018 – Site Conservation/Enhancement and Tourism Management. In S. Ascaniis, M. Gravari-Barbas e L. Cantoni – *Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites*. UNESCO/UNITWIN; Università della Svizzera Italiana. CH-Lugano, pp. 39-49 (col. com M. Casellas, N. Aulet e N. Santos).

2018 – *Tourism at World Heritage Sites: Opportunities and Challenges*. In Ascaniis, S; Gravari-Barbas, M; Cantoni, L: (Edit.) – *Tourism Management at UNESCO World Heritage Sites*. UNESCO/UNITWIN; Università della Svizzera Italiana, CH-Lugano, pp. 23-29 (col. com P. Nossa, N. Santos, M. Casellas, S. Aulet e F. Dallari).

2019 – Authenticity perceptions in World Heritage Sites: Users and visitors. *Book of Abstracts of the International Conference on Tourism* (ICOT, 2019), Braga, Portugal (col. com C. Seabra, O. Paiva, O. e N. Santos).

2019 – The place as a personal touristic experience. *6th UNESCO UNITWIN Conference*, Leuven, Bélgica (col. com O. Paiva, J. L. Abrantes e C. Seabra).

2020 – Alula Building the Ultimate Tourism Destination. *Report of the UNESCO UNITWIN – Experts “Culture, Tourism, Development”* (col. com Thiago Allis, Aleksandra Brezovec, Lorenzo Cantoni, Francesca Cominelli, Laura Fuentes Moraleda, Maria Garcia Hernandez, Maria Gravari-Barbas, Nuria Morere Molinero, Norberto Pinto Dos Santos, Carmen Ramos, Samer A. Sahlah, Abdoul Sow, Jordi Tresserras Juan, François Vellas, Samer Yaghmour).

2020 – *Management on the World Heritage Sites. Cultural Landscapes and Sustainability*. Ed. Cambridge Scholars Publishing, 353 p. (ed.; col. com Norberto Santos).

Lúcio Cunha é geógrafo, Professor Catedrático no Departamento de Geografia e Turismo e Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Ao longo de mais de 40 anos de carreira universitária tem desenvolvido trabalhos na área da Geomorfologia e da Geografia Física Aplicada aos Estudos Ambientais (Riscos Naturais, Recursos Naturais, Ambiente e Turismo).

Paula Santana é geógrafa e Professora Catedrática do Departamento de Geografia e Turismo na Universidade de Coimbra. É coordenadora de projetos de investigação nacionais e internacionais no Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, com destaque para o projeto EURO-HEALTHY - Shaping EUROpean policies to promote HEALTH equity.

Luciano Lourenço é geógrafo e Professor Catedrático no Departamento de Geografia e Turismo, Investigador do CEGOT - Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Diretor do NICIF - Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e Presidente da Direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança.

Norberto Santos é geógrafo e Professor Catedrático no Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É coordenador do Grupo de Investigação Turismo, Património e Território, gestor, na Universidade de Coimbra, da Cátedra UNESCO/Unitwin Turismo, Cultura e Desenvolvimento (Paris 1, Panthéon-Sorbonne) e Diretor do Doutoramento em Turismo, Património e Território, do Departamento de Geografia e Turismo. Foi Diretor da Revista Cadernos de Geografia.

Paulo Nuno Nossa é geógrafo, Doutoramento em Geografia Humana pela Universidade do Minho (2005). É Prof. Auxiliar do Departamento de Geografia e Turismo da Universidade de Coimbra. É Investigador do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Foi Diretor de Departamento e Diretor do Curso de Geografia da Universidade do Minho (2005 -2011), sendo Diretor do Curso da Licenciatura em Geografia (desde 2017). É responsável por diferentes disciplinas na área da Geografia Humana. Desenvolve investigação no domínio da Geografia da População e Geografia da Saúde.

Geografias

OBRA PUBLICADA
COM A COORDENAÇÃO
CIENTÍFICA



CEGOT

Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através
da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P.,
no âmbito do projeto UIDB/04084/2020

1 2



9 0

UNIVERSIDADE D
COIMBRA

I
IMPRESSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U